

o desafio de retratar o país

ENTREVISTAS COM OS PRESIDENTES DO
IBGE NO PERÍODO DE 1985 A 2015

Nelson de Castro Senra
Silvia Maia Fonseca
Teresa Cristina Millions

Organização, introduções, entrevistas e notas



Vice-Presidente da República no Exercício do Cargo de Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Romero Jucá Filho

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Fernando José de Araújo Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
José Sant’Anna Bevilaqua (em exercício)

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

o desafio de retratar o país

ENTREVISTAS COM OS PRESIDENTES DO
IBGE NO PERÍODO DE 1985 A 2015

Nelson de Castro Senra

Silvia Maia Fonseca

Teresa Cristina Millions

Organização, introduções, entrevistas e notas

Rio de Janeiro
2016

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4374-1

© IBGE. 2016

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IBGE.

Capa

Simone Mello

Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

O desafio de retratar o país : entrevistas com os presidentes do IBGE no período de 1985 a 2015 / organização, introduções, entrevistas e notas: Nelson de Castro Senra, Sílvia Maia Fonseca, Teresa Cristina Millions. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016.
480 p.

ISBN 978-85-240-4374-1

1. IBGE - História. 2. Entrevistas. 3. Presidentes. 4. Memória. 5. História oral. 6. Bacha, Edmar Lisboa, 1943-. 7. Bivar, Wasmália Socorro Barata. 8. Borba, Eurico de Andrade Neves, 1940-. 9. Guimarães, Eduardo Augusto de Almeida. 10. Min-ciotti, Silvio Augusto. 11. Mueller, Charles C. (Charles Curt). 12. Nunes, Edson de Oliveira. 13. Nunes, Eduardo Pereira. 14. Schwartzman, Simon, 1939-. 15. Vianna, Sérgio Besserman. I. Senra, Nelson de Castro, 1948-. II. Fonseca, Sílvia Maia. III. Millions, Teresa Cristina. IV. IBGE.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

RJ/IBGE/2016-02

CDU 061.27IBGE(093)

IBGE

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

S

umário

7	APRESENTAÇÃO <i>David Wu Tai</i>
9	PREFÁCIO <i>Cassia Almeida</i>
17	INTRODUÇÃO
22	LINHA DO TEMPO
31	EDMAR BACHA <i>um novo IBGE para uma nova república</i>
65	EDSON NUNES <i>uma proposta de maior envolvimento dos gestores</i>
101	CHARLES MUELLER <i>o reconhecimento dos servidores como patrimônio do IBGE</i>
131	EDUARDO AUGUSTO GUIMARÃES <i>uma gestão preparada, mas interrompida</i>
167	EURICO BORBA <i>um esforço para recuperar o legado de Isaac Kerstenetzky</i>
205	SILVIO MINCIOTTI <i>uma proposta de mudança através do marketing</i>
239	SIMON SCHWARTZMAN <i>a busca pela maior autonomia do IBGE</i>
293	SÉRGIO BESSERMAN <i>uma visão cidadã da divulgação das informações</i>
343	EDUARDO PEREIRA NUNES <i>uma gestão atuante em defesa do IBGE</i>
407	WASMÁLIA BIVAR <i>a força de uma missão que nunca envelhece</i>
453	REFERÊNCIAS
473	NOMES CITADOS NAS ENTREVISTAS



Foto: Licia Rubinstein. Marco Geodésico. Reserva Ecológica do IBGE, DF.

a apresentação

*David Wu Tai**

O IBGE, como parte das comemorações de seu octogésimo aniversário, preparou, dentre outras atividades comemorativas, a presente publicação, que apresenta as entrevistas concedidas pelos 10 últimos Presidentes do Instituto no período de 1985 a 2015: de Edmar Bacha a Wasmália Bivar.

Preservar a Memória Institucional é a maneira de manter a Instituição viva com o objetivo de fortalecer suas bases, e para isso nada melhor que uma visão de sua história, obtida por meio de entrevistas, sob a ótica de seus principais atores. Esse método é singular, pois permite recolher informação rica e profunda, focando naquilo que eles consideraram relevante em seus projetos, bem como suas expectativas, seus desafios, suas vitórias ou frustrações durante a gestão. Nesse sentido, os erros e acertos do passado ajudam a compreender o presente e a planejar o futuro.

Os entrevistados são pessoas que se empenharam na administração de uma entidade pública complexa, por sua diversidade e abrangência, e de relevância ímpar para o conhecimento da realidade do País e o exercício da cidadania.

Esta é a história do IBGE nos últimos 30 anos, contada por seus principais gestores.

* Coordenador-Geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações.



Foto: Base Cartográfica do Estado do Rio de Janeiro na escala 1:25 000, elaborada em convênio entre o IBGE e o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA.

Prefácio

Cássia Almeida*

Sabemos exatamente quantas pessoas há no País, quanto ganhamos, que idade temos, de qual cor ou raça somos, sexo, profissão, quais são e onde estão as mazelas brasileiras, onde avançamos, onde retrocedemos, quanto produzimos, quanto valemos, quantos são casados, solteiros, viúvos, separados, quantos filhos tem cada casal, em que tipo de casa moramos, quem concentra mais renda e quem sobrevive com muito pouco. Sabemos quantos estão na escola, quem ainda não sabe ler e os que já conseguiram chegar à universidade. Podemos descrever de que maneira se organizam nossas famílias e a situação de suas finanças. Sabemos quantas crianças estão trabalhando, quantos trabalham sem qualquer proteção social, quantos são explorados. Sabemos o tamanho do nosso agronegócio, do mercado de trabalho, da indústria, das estradas, das fazendas, das florestas, os preços de cada produto ou serviço em

* Cássia Almeida é jornalista, graduada em História na Faculdade de Humanidades Pedro II, com especialização em Jornalismo Econômico (IBMEC-RJ), História Econômica (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) e Políticas Públicas e Gestão Governamental (Escola de Políticas Públicas e Gestão Governamental- EPPGG). Entre os diversos prêmios recebidos ao longo de sua carreira, destacam-se dois Prêmios ExxonMobil, antigo Prêmio Esso, o mais tradicional do jornalismo brasileiro, com as séries de reportagens “Terceirização que Mata”, sobre os acidentes de trabalho, em 2003, e “Anda e Para”, sobre o problema da mobilidade urbana no Brasil, em 2015, ambas publicadas no jornal *O Globo*.

cada parte do País. Sabemos a distância longa que temos que percorrer para sermos uma sociedade justa e de bem-estar social. E tudo isso ao alcance de um clique, um movimento do *mouse*, no fascinante Brasil, que sai das tabelas, gráficos, mapas e análises, oferecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Esse gigantesco banco de dados, fonte de qualquer pesquisador que se atreva a entender a sociedade brasileira, é elaborado pelo IBGE, que chega aos seus 80 anos impondo uma atualização profunda nas suas estatísticas socioeconômicas, mas ainda sofrendo da permanente falta de recursos que marcou a história do órgão.

Esse Brasil mais pardo e preto do que branco, mais feminino do que masculino, escandalosamente desigual, foi sendo retratado, a cada dia com mais fidelidade nessas oito décadas em que o IBGE atua.

A proposta do livro *O desafio de retratar o país*, escrito por Nelson de Castro Senra, Silvia Maia Fonseca e Teresa Cristina Millions, profundos conhecedores dessa máquina de descobrir o Brasil, foi entrevistar os Presidentes da Casa no período da redemocratização. Uma jornada forjada por muitas realizações, muitos obstáculos e poucos recursos, atestam todos os que comandaram a casa nos últimos 30 anos. Foram tempos turbulentos, com sucessivos planos econômicos, moratória, estagnação, estabilização da moeda e inclusão social. Ler o relato desses Presidentes para seguir adiante com a missão de retratar o Brasil¹ ajuda a entender melhor a história do País para enfrentar as atuais crises gêmeas que estamos vivendo atualmente: a econômica e a política.

A hiperinflação e as tentativas de torná-la artificialmente mais baixa foram rechaçadas. O primeiro Presidente da Instituição nesse desafiador momento seguinte ao fim da ditadura militar foi Edmar Bacha, pesquisador que traduziu numa palavra o tamanho do fosso social no Brasil: apelidou o Brasil de Belíndia, uma pequena ilha de prosperidade como a Bélgica, no meio de uma enorme Índia pobre. Tentou tornar o IBGE uma instituição administrativamente ágil; não conseguiu totalmente, mas os Presidentes que o sucederam continuaram o trabalho. Uma marca da Direção do IBGE tem sido a continuidade. Os projetos vão avançando em mãos diferentes. Bacha não conseguiu

¹ Missão institucional do IBGE: “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania.”

terminar o processo de modernização do órgão. A hiperinflação o abateu, um ano e seis meses depois de assumir. Expurgo foi a causa do conflito. Para salvar o Plano Cruzado, do qual Bacha participou ativamente da implantação, foi instituído o empréstimo compulsório sobre combustíveis e carros. O governo queria que se excluísse a alta dos produtos provocada pelo compulsório dos índices de preços; ele sugeriu que se calculasse o índice com os aumentos e outro sem, para que o governo pudesse usar como indexador. Essa queda de braço acabou tornando insustentável sua permanência no IBGE. A interferência política é mais presente na gestão de Bacha também. Ele guarda mais de mil pedidos políticos, desde preenchimento de cargos a transferências e enquadramentos, num arquivo esclarecedor de como era o Brasil naqueles tempos seguintes ao fim da ditadura.

Com o tempo, a prática foi se esvaindo. E 30 anos depois, a atual Presidente Wasmália Bivar não tem mais essa questão para lidar. Nas entrevistas, é possível perceber também o avanço institucional do País, a democracia se consolidando, assim como no IBGE.

O Instituto é respeitado internacionalmente. A qualidade e a abrangência dos dados produzidos tem pouca equivalência na América Latina. Pedro Luís do Nascimento Silva, pesquisador do IBGE, preside atualmente o Instituto Internacional de Estatística (International Statistical Institute - ISI) e Wasmália Bivar, atual Presidente, comanda a Comissão de Estatísticas das Nações Unidas, comprovando o reconhecimento do Instituto.

Nesses 30 anos, as estatísticas deram um salto no alcance, na qualidade e no uso de tecnologia, assim como o Brasil. Num primeiro momento, avançam as estatísticas econômicas. Bacha traz as Contas Nacionais, o cálculo do Produto Interno Bruto - PIB, da Fundação Getúlio Vargas - FGV para o IBGE, juntamente com cerca de 40 técnicos da Fundação. Os Censos Econômicos foram substituídos por pesquisas anuais, mais ágeis e baratas. Contas de estados e municípios ganharam periodicidade e mais capitais e regiões metropolitanas foram acrescentadas aos índices de preços. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC se tornam índices oficiais do governo com o Plano Cruzado.

Nesse novo milênio, as atenções se voltaram para as pesquisas socioeconômicas. Partimos de uma pesquisa de emprego restrita a seis regiões metropolitanas para uma nacional, com dados divulgados todos os meses, num projeto coordenado pela atual Presidente Wasmália Bivar, a primeira mulher

à frente do Instituto de 80 anos, nomeada pela primeira Presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Como Diretora de Pesquisas, cargo que ocupou durante a gestão de Eduardo Nunes, montou o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – unindo num mesmo plano amostral a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, a Pesquisa Mensal de Emprego - PME e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF – que hoje está se tornando realidade.

A administração ficou mais enxuta e o uso de tecnologia deixou o IBGE na dianteira dos Institutos de Estatística, ao fazer o Censo Demográfico 2010 totalmente digital. No mesmo ano, o Brasil já conhecia os primeiros resultados do Censo. Ainda em 1983, o Censo Econômico colhido em 1980 não tinha sido publicado.

A questão ambiental começa a surgir no IBGE pelas mãos de Charles Mueller no fim dos anos 1980. Ele lamenta não ter conseguido pesquisar as informações hídricas, o que ajudaria muito a prever a crise hídrica que vivemos recentemente e que se tornou uma ameaça cada vez mais constante. Sérgio Besserman dá continuidade a esse trabalho criando a métrica, nos anos 1990, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – dados que atualmente ajudam a medir como o Brasil está no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS², fixados em 2015. Wasmália persegue essa agenda. As contas nacionais da água e de energia estão avançando.

O Brasil da hiperinflação viveu planos econômicos traumáticos. O Plano Collor foi o que causou maior trauma. Confiscou o dinheiro da população e afundou a economia numa recessão superior a 4%. O seu governo acabou em renúncia durante o processo de *impeachment*. O IBGE não passou incólume. O Censo Demográfico 1990 só foi realizado no ano seguinte – Eduardo Augusto de Almeida Guimarães conta essa história – e não foi por falta de dinheiro que o Censo não aconteceu. O adiamento por dificuldades para se contratar o exército de recenseadores necessários para a operação de percorrer o Brasil deixou marcas no economista e engenheiro. Fala com desgosto desse episódio.

Os sinais da ditadura aparecem aqui e ali nos relatos dos Presidentes. Eurico Borba esclarece alguns fatos e Bacha lembra do episódio da exposição

² Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional.

do aumento da desigualdade, que aconteceu entre os anos 1960 e 1970. O acesso aos dados foi seletivo. O americano Alberto Fishlow, que estava em missão no Brasil trabalhando no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, escrevera artigo sobre a piora na distribuição de renda no *American Economic Review*, em 1972, em plena ditadura militar, retrocesso que suscitou severas críticas do Presidente do Banco Mundial na época, Robert McNamara. Delfim Netto, então Ministro da Fazenda, pediu ao economista Carlos Langoni que analisasse os números. Entregou os dados do Censo ao pesquisador, mas só a ele. “Diversas pessoas, inclusive eu, queríamos ter também acesso. Esquece. Não tinha nem por onde pedir, mas isso era uma coisa da ditadura”, lembra Bacha.

O sociólogo Simon Schwartzman assumiu no ano do Plano Real. Fora descartado antes de um cargo na área social do IBGE, também num ato da ditadura. Preso em 1964, quando era professor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG para dar aulas de Ciências Políticas e Ciências Sociais, por “perverter a mente dos jovens”, foi sondado para montar a área de indicadores sociais do Instituto, mas foi recusado por ter ficha no Serviço Nacional de Informações - SNI. Crises não faltaram na gestão. A maior delas, nas palavras de Schwartzman, foi quando o então ministro Rubens Ricupero falou informalmente, sem saber que antenas parabólicas estavam transmitindo, que havia dados mostrando inflação menor – estávamos em 1994, ano do Plano Real – e o governo não mostrava, insinuando alguma ocultação. Schwartzman rebateu em artigo e quase foi demitido pelo Presidente da República Itamar Franco. A burocracia do estado também aparece na história curiosa do dossiê sobre o IBGE que ele entregou para o Presidente Fernando Henrique Cardoso, seu amigo. O documento foi para as mãos do Ministro do Planejamento e voltou para as mãos de Schwartzman para análise: “E eu guardei numa gaveta: bom isso não tem futuro”, recorda.

O seu sucessor Sérgio Besserman estreitou os laços com a imprensa, classificada como parceira por todos os Presidentes do IBGE, mesmo nas situações de conflito. Estabeleceu o embargo das pesquisas estruturais, como PNAD e Censo, dando um salto na qualidade da cobertura da imprensa, que passou a ter tempo de digerir as centenas de tabelas e análises sobre a realidade brasileira. A falta de recursos também marcou a gestão de Besserman, a ponto de ameaçar a realização da PNAD, PME e IPCA. Diante desse risco exposto por Besserman, o dinheiro saiu.

O movimento sindical sempre foi ativo no IBGE, a ponto de o Presidente mais jovem da Instituição, Edson Nunes, então com 39 anos, um negociador, ter se recusado a combater a greve, que se espalhava por todo o serviço público naquele ano de 1988, com a demissão diária de 10 grevistas por dia. Foi demitido por uma nota lida no *Jornal Nacional*. Silvio Minciotti foi o que mais se aproximou do movimento sindical. Negociou à exaustão.

Eduardo Nunes, o Presidente que entrou com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conseguiu implantar um Plano de Carreiras, negociado com os funcionários, mas diz que nunca teve a parceria do Sindicato. Nenhum Presidente do IBGE, nesses 30 anos, teve vida fácil com o movimento sindical.

Wasmália viveu isso. Pesquisas conjunturais deixaram de ser publicadas na íntegra. Nessa entrevista, a Presidente fala também da maior crise do Instituto, quando duas Diretoras pediram exoneração e o Corpo Técnico ameaçou uma demissão coletiva, em 2014. A suspensão da divulgação da nova PNAD Contínua, que pela primeira vez trazia o quadro nacional do mercado de trabalho, provocou a rebelião. Uma falha levantada pelos Senadores Armando Monteiro e Gleise Hoffmann sobre a data de divulgação da renda *per capita* dos municípios, para fins de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios, provocou o adiamento. O IBGE teria que apresentar os dados quase um ano antes do previsto, mas a revolta dos técnicos, garantindo que tudo sairia no prazo devido, levou Wasmália a voltar atrás.

Não bastasse essa crise, a PNAD, o maior levantamento socioeconômico do Brasil, que vai a mais de 150 mil domicílios, trazendo dados sobre educação, distribuição de renda, acesso a bens e serviços básicos e sobre mercado de trabalho, foi divulgada com erro. Um erro na estrutura. O IBGE foi manchete de todos os jornais naquele dia. Estávamos em plena campanha eleitoral. As mais diferentes teorias para o erro surgiram, até de manipulação. O governo não perdoou. Instalou duas Comissões Externas de Investigação – uma inclusive com a presença de um delegado federal. A reação exacerbada do governo provocou indignação na comunidade acadêmica. Nesse momento, a credibilidade do IBGE falou mais alto. Ninguém acredita em dolo quando se trata do IBGE. As duas Comissões nada encontraram de irregular, a não ser o erro já confessado pelo próprio Instituto.

Nos relatos desses 30 anos dos ex-Presidentes, um termo surge a todo o tempo de quem lê as entrevistas: *ibgeano*. Como se fazer parte do Instituto fosse uma religião, uma entrega total e não apenas um trabalho. Esse espí-

rito de classe, corporativo, percorre toda a história do IBGE, numa dedicação exemplar, um patrimônio da sociedade brasileira. São funcionários que ganham menos que pares de outras instituições de pesquisa, têm compromissos inadiáveis e são cobrados constantemente pelos dados que produzem. “O IBGE é uma instituição que faz o Brasil conhecido dos brasileiros, e nós ibgeanos somos muito orgulhosos disso. Eu creio que é isso a mística ibgeana”, resume Bacha.



Foto: Licia Rubinstein. Censo 2010. Campo Verde, MT.

i

ntrodução

Retratar um País continental como o Brasil é um desafio para o IBGE, que completa 80 anos e se mantém como uma das instituições mais antigas do País e com reputação internacional. Apesar da idade, a Instituição impressiona pelo vigor na introdução de novas tecnologias e metodologias para aperfeiçoar seu trabalho. Tudo isso para acompanhar as mudanças na economia brasileira, no Território Nacional e nas transformações de uma sociedade tão complexa – uma determinação que dá credibilidade ao trabalho e obtém da sociedade a legitimidade pelos resultados cada vez mais apurados e com mais prontidão.

Com a posse do Embaixador José Carlos de Macedo Soares no cargo de Presidente, o IBGE começou a funcionar em 29 de maio de 1936, às vésperas do Estado Novo, no Governo Getúlio Vargas (1937-1945), organizado por Mário Augusto Teixeira de Freitas¹. Na ocasião, a Instituição nasceu como parte de um Estado que pretendia se organizar com informações estatísticas

¹ Como este livro trata da história do IBGE no período de 1985 a 2015, e, por expectativa, também do ano de 2016, quando a Instituição completa 80 anos, aos que queiram ter uma visão dos seus 50 anos anteriores recomenda-se uma consulta aos volumes 3 e 4 da coleção: SENRA, N. de C. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006-2009. 4 v. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>>. Acesso em: abr. 2016.

para se modernizar de forma eficiente. Seu Corpo Técnico, tão cioso de seu trabalho, é a verdadeira espinha dorsal do IBGE. Espalhados em todo o País, o número de servidores da Instituição chegou a quase 15 mil, em 1985, mas atualmente soma pouco mais de 6 mil.

Ao longo dessa trajetória, seus Técnicos e Dirigentes enfrentaram crises de várias ordens – paralisações recorrentes, escassez de recursos, pressões no trabalho, perda da referência do planejamento, entre outras muitas complicações –, mas jamais a paixão pelo trabalho se arrefeceu, ainda que adversas condições de trabalho (em muitos momentos) pudessem ter afetado seus ânimos. A cada tempo, com suas nuances, vingou a mística ibgeana moldada por seus criadores, Teixeira de Freitas à frente, desde a criação. O ibgeano, desde sempre, se sente parte focal do Brasil, dando-lhe espelhos em números e imagens do espaço.

O presente livro apresenta a história do IBGE contada pelos profissionais que presidiram a Instituição nos últimos 30 anos, a partir da Nova República, em 1985. Em seu Gabinete, no Centro do Rio de Janeiro, eles viveram desafios sem medida, dando o melhor de si. Eles trouxeram renovações e o IBGE, não sendo resistente a mudanças, se preservou de revoluções.

O corpo central deste volume é composto de 10 capítulos, cada qual iniciado por uma Introdução que procura explicar o período da gestão do entrevistado, em si e no contexto brasileiro, vindo a seguir a entrevista concedida, na ordem histórica da sucessão: Edmar Lisboa Bacha (1985-1986), Edson de Oliveira Nunes (1986-1988), Charles Curt Mueller (1988-1990), Eduardo Augusto Guimarães (1990-1992), Eurico de Andrade Neves Borba (1992-1993), Silvio Augusto Minciotti (1993-1994), Simon Schwartzman (1994-1998), Sérgio Besserman Vianna (1999-2003), Eduardo Pereira Nunes (2003-2011) e a atual gestora, Wasmália Socorro Barata Bivar (2011-).

As entrevistas (exceto duas, Edmar Bacha e Charles Mueller) foram realizadas no Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE, no Maracanã, Rio de Janeiro, durante o ano de 2015. Eurico Borba, que mora no Rio Grande do Sul, e Silvio Minciotti, em São Paulo, se dispuseram a vir ao Rio de Janeiro para a gravação. Além das entrevistas, não poucos doaram volumosa documentação à Memória Institucional do IBGE, abrindo fontes a novas pesquisas sobre a história do Instituto, e mesmo do Brasil.

Para as entrevistas, seguiu-se um roteiro básico, organizado por seções temáticas e, nelas, uma série de perguntas sem o prévio conhecimento dos entrevistados. Este roteiro foi flexível, conforme o desenrolar da entrevista, ora levando a novas perguntas, ora fechando perguntas previstas. Ainda que tenham sido pressionados com frequência a esclarecer situações e afirmações pouco claras em suas falas, nenhum deles se sentiu constrangido, retraído ou reticente – ao menos nenhum reclamou. Isso pode ser observado na transcrição das entrevistas, onde buscou-se preservar a fala original do entrevistado, valorizando o seu conteúdo memorialístico, sujeito a falhas e lacunas. Todos conheceram a versão final de suas entrevistas antes da impressão, fizeram poucas intervenções e são os responsáveis pelas opiniões e interpretações emitidas.

Entender a trajetória da Instituição pelas diferentes óticas de seus dirigentes máximos, a partir de seu Gabinete, representa uma novidade na pesquisa sócio-histórica. Tem-se um olhar macro, não um olhar disperso em detalhes, minúcias, mesmo conflitos, naturais do cotidiano de toda e qualquer instituição. É extraordinário perceber as expectativas, os sonhos e as frustrações que não raro decorrem; mas também a satisfação pelo que foi realizado, pelo muito que foi pensado e aprendido. Esse livro no seu todo inova no estudo das instituições e constitui-se ferramenta indispensável para a compreensão da trajetória do IBGE.

O livro contém, ainda, um prefácio da jornalista Cássia Almeida – ela que nesses mais de 20 anos de carreira cobriu momentos importantes da história do IBGE e que se orgulha, com razão, de fazer parte da equipe de reportagem que recebeu dois Prêmios ExxonMobil, antigo Prêmio Esso, o mais tradicional do jornalismo brasileiro, com as séries “Terceirização que Mata”, sobre os acidentes de trabalho, em 2003, e “Anda e Para”, sobre o problema da mobilidade urbana no Brasil, em 2015, ambas publicadas no jornal *O Globo*. Sua visão do todo é de um valor inestimável.

Para ilustrar, o livro traz uma Linha do Tempo, de 1936 a 2016, com fotos históricas, marcando os 80 anos do IBGE, feita com dois olhares que querem se completar: em sua parte superior, estão indicados os eventos marcantes da história da Instituição e, na parte inferior, tendo em vista que muitas vezes a história do IBGE se entrecruza com a história do Brasil, estão ressaltados alguns eventos bem focais do País, mas sem pretensão de esgotamento.

Ao final do livro, são apresentadas as Referências dos documentos mencionados em cada um dos capítulos, bem como um Apêndice contendo uma lista das pessoas citadas nas respectivas entrevistas. Além de informar o nome completo dessas pessoas, sendo assim uma peça de valor documental, a lista permite avaliar a amplitude das interações sociais dos Presidentes do IBGE no exercício do poder. Essa sociabilidade tanto pode significar um mero “conhecer as pessoas”, quanto de fato um “ter estado com elas”, ou mesmo “com elas ter convivido”. Ademais, nem sempre um nome citado o foi em sentido positivo, o que as entrevistas também evidenciam.

Ao decidirmos publicar este livro, como parte das comemorações dos 80 anos do IBGE, estávamos conscientes das nossas limitações diante do trabalho de pesquisa (entrevistas, documentos e fotos) e do curto prazo para conclusão. Na busca de informações, certamente, deixamos para trás episódios importantes e cometemos esquecimentos. Entretanto, procuramos fazer um trabalho sério e responsável sobre as experiências desses gestores.

Também sabíamos que tão enorme tarefa não seria feita sem o concurso de inúmeras pessoas, que logo se fizeram presentes e satisfeitas em participar deste trabalho. Mesmo com o risco de omissões, não podemos deixar de citar David Wu Tai que aceitou o projeto de imediato, e não mediu esforços para que ele fosse adiante; seu estímulo foi decisivo. A seu turno, Marise Maria Ferreira, comandando uma equipe excelente, interdisciplinar, de múltiplos servidores e estagiários, do Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE, deu-nos um apoio essencial, sem o qual esta obra não teria sido realizada. Nas páginas de Equipe técnica, ao final, estão listados nominalmente todos os envolvidos na concepção e edição deste livro, contemplando pesquisa iconográfica, gravação de vídeos, tratamento de imagens, normalização e pesquisa bibliográfica, programação visual, diagramação, entre outros aspectos que foram decisivos para o conteúdo e a beleza editorial da presente publicação. Também fomos premiados com a dedicação e ajuda espontânea dos servidores aposentados Magdalena Sophia Cronemberger de Araújo Góes e Luiz Antonio Pinto de Oliveira². A todos, manifestamos nossa gratidão.

² Luiz Antonio Pinto de Oliveira foi Coordenador de População e Indicadores Sociais do IBGE de 1994 a 2013. Magdalena Sophia Cronemberger de Araújo Góes foi Coordenadora de Estatísticas Econômicas e Classificações do IBGE, de 1995 a 2006, e uma das pesquisadoras responsáveis pela transição das estatísticas econômicas para o sistema integrado de pesquisas apoiadas no cadastro de empresas.

Nosso carinho especial e nossas homenagens e agradecimentos aos entrevistados, que permitiram a realização deste livro e demonstraram gosto em falar, em revelar suas memórias para a história do IBGE. Eles, depois da experiência pela qual passaram, foram capazes ainda de proporcionar um debate sobre o futuro da Instituição, um presente que deixam para o IBGE.

LINHA DO TEMPO

A linha do tempo foi dividida em acontecimentos que marcaram a trajetória do IBGE nos seus 80 anos e em fatos importantes do cenário brasileiro.



Macedo Soares assume a Presidência do Instituto Nacional de Estatística - INE e convoca a Convenção Nacional de Estatística, que incorpora a Cartografia/Geografia. Criado o Conselho Nacional de Estatística - CNE.



Getúlio Vargas preside, no Palácio do Itamaraty, a cerimônia de assinatura da referida Convenção.



O Conselho Brasileiro de Geografia se junta ao INE que muda de sigla para IBGE.

Criada a Revista Brasileira de Geografia - RBG.



V Recenseamento Geral do Brasil. O primeiro feito pelo IBGE.

Surge a Revista Brasileira de Estatística - RBE.



1942/1945

O IBGE elabora as estatísticas militares e ganha o Fundo Estatístico (ou Caixa da Estatística). As Agências Municipais de Estatísticas são definitivamente implantadas. O IBGE tem presença em todo o Território Nacional.



O IBGE lança "Problemas de Base do Brasil", de certa forma, o primeiro plano de desenvolvimento socioeconômico do País. Teixeira de Freitas é seu autor.

1936 1937 1938 1939 1940 1941 1942 1943 1944 1945

Criado o Conselho Brasileiro de Geografia, já com a ideia de se incorporar ao INE.

Getúlio Vargas institui o Estado Novo (Nova Carta).

Criada a Justiça do Trabalho.

Editada a Consolidação das Leis Trabalhistas.

Criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE.

O Brasil entra na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados. É formada a Força Expedicionária Brasileira - FEB.

Getúlio Vargas é deposto.

Tem fim a II Guerra Mundial, com vitória dos aliados.

Tem fim o Estado Novo.



Getúlio Vargas exerceu a Presidência de 1930 a 1934, na qualidade de Chefe do Governo Provisório. Em 1934 foi eleito, pela Assembleia Nacional Constituinte, como Presidente da República.



VI Recenseamento Geral.



A Escola Brasileira de Estatística é criada. Logo seria a Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE

Crise Djalma Forgaz (Chefe do Dep. Estadual de Estatística) em São Paulo. O então Governador do Estado, Macedo Soares, resolve em favor do IBGE. Sud Mennucci assume a chefia do Departamento.

Teixeira de Freitas deixa por vontade própria a Secretaria Geral do IBGE, e continua como Diretor de Estatística do Ministério da Educação e Saúde.



General Polli Coelho assume a Presidência do IBGE e diz aos jornalistas que as estatísticas do IBGE são caras, atrasadas e não confiáveis, gerando profunda crise.



Desembargador Florêncio de Abreu é o terceiro Presidente do IBGE.



Reunião do Instituto Internacional de Estatística - ISI, em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Na presidência do IBGE, está o acadêmico e jornalista Elmano Cardim.



Embaixador Macedo Soares reassume a Presidência do IBGE.

1946

1947

1948

1949

1950

1951

1952

1953

1954

1955

Nova Constituição.

Eurico Dutra é eleito Presidente.



Criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Getúlio Vargas volta ao poder, agora por eleição popular.

Atentado da Rua Tonelero. Morre o Major Vaz. É formada a chamada República do Galeão, grupo de investigação da Aeronáutica.

Criação da Petrobras.

Getúlio Vargas se suicida. O Vice-presidente Café Filho assume a Presidência.



O Presidente da Câmara dos Deputados Carlos Luz assume a Presidência, mas é deposto dias depois. Nereu Ramos, Presidente do Senado, assume a Presidência.





Morre Teixeira de Freitas, aos 65 anos. Na Presidência do IBGE, está o Embaixador Macedo Soares.



Assume a Presidência Jurandir Pires Ferreira.

A dificuldade de expandir as estatísticas econômicas e de introduzir métodos amostrais foi criticada por organizações não governamentais.



Mesa de controle do computador de grande porte, UNIVAC-1105, adquirido pelo IBGE para apuração do Recenseamento Geral de 1960.



VII Recenseamento Geral.



Rafael Xavier assume a Presidência do IBGE.



É sucedido por Sá Freire Alvim, ex-Prefeito do Distrito Federal.



General Senna Campos assume a Presidência do IBGE.



Roberto Accioli assume a Presidência do IBGE.

Avaliação da atividade estatística brasileira por uma missão do IASI - Instituto Interamericano de Estatística, chefiada por Tulo Hostilio Montenegro, ex-ibgeano.

Estudo analítico de Roberto Campos sobre atividade estatística brasileira.

1956 1957 1958 1959 1960 1961 1962 1963 1964 1965

Brasília, a nova capital federal, começa a ser construída.

Juscelino Kubitschek é eleito. Sua posse é contestada, mas o General Henrique Lott, Ministro da Guerra, a garante.

JK lança o Plano de Metas: 50 anos em 5, sendo Brasília a meta central.



Revolta de Aragarças de grupos da Aeronáutica contra o governo de JK.

Brasília é inaugurada em 21 de abril.

Criação da Eletrobras.

Jânio Quadros toma posse e logo depois renuncia. Assume o Vice-presidente João Goulart.



Criação do Plano Trienal para 1963/1965, por Celso Furtado.

João Goulart é deposto.

Tem início o regime militar.

General Castelo Branco é escolhido Presidente pelo Congresso.



Criação do Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG, para 1964/1966, por Roberto Campos.

Criação do IPEA.

Grupo de trabalho do Ministério do Planejamento avalia o IBGE, tendo levado em conta as sugestões feitas em 1958, 1962 e 1964, propondo uma ampla reforma na Instituição.



O IBGE se torna uma Fundação Pública de Direito Privado pelo Decreto Lei n. 161, de 13/02/1967.

A reforma do IBGE não simplifica a estrutura, ao contrário, os Conselhos Nacionais de Estatística (CNE) e de Geografia (CNG) se tornam Institutos autônomos.



I Conferência Nacional de Estatística (I CONFEST) e I Conferência Nacional de Geografia (I CONFGE).



Sebastião Aguiar Ayres: 1º ibgeano na Presidência do IBGE.

Divulgação dos primeiros resultados da PNAD, que foi criada em 1967.



VIII Recenseamento Geral.



Isaac Kerstenetzky é escolhido Presidente do IBGE.

A pedido do Presidente Kerstenetzky uma missão externa do IASI, chefiada por Tulo Hostilio Montenegro, avalia a reforma administrativa do IBGE e propõe simplificações.

1970/1979

Renovação do Sistema Estatístico, ênfase nas estatísticas econômicas: ENDEF, SNIPC, Matriz Insumo Produtos, Censos Quinquenais, Estatísticas do Setor Público; Estatísticas derivadas; Novo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG

Criada a Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias (CEPAGRO).



Vai a campo o Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, registrando hábitos de alimentação e consumo das famílias brasileiras.

Presidente Kerstenetzky pensa a atividade estatística pondo o sistema de informações estatísticas lado a lado ao sistema integrado de pesquisa/planejamento.



Inauguração da Reserva Ecológica do Rondonador.

1966 1967 1968 1969 1970 1971 1972 1973 1974 1975

Nova Constituição.

General Costa e Silva é escolhido Presidente por um Colégio Eleitoral.



Criação da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

Em 13 de dezembro o governo baixa o AIs.

Marcha dos 100 mil, no Rio de Janeiro.

Criação do Programa Econômico de Desenvolvimento - PED, para 1968/1970.

General Emilio Garrastazu Médici é escolhido Presidente por um Colégio Eleitoral.



1969/1974
Delfim Neto - Ministro da Fazenda - Milagre Econômico.
1969/1974
Anos de Chumbo - Recrudescimento da Repressão Militar.
1969/1979
João Paulo dos Reis Velloso - Ministro do Planejamento.

Criação do I Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND para 1971/1974, por João Paulo dos Reis Velloso.

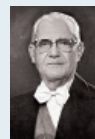
II CONFEST e II CONFGE.

Reunião de Estocolmo (Relatório Brundtland).

1ª Crise do Petróleo.

Nova fase formal da Fundação IBGE, com nova legislação (Lei n. 5878, de 11/05/73).

General Ernesto Geisel é escolhido Presidente por um Colégio Eleitoral.



1974/1979
Mário Henrique Simonsen - Ministro da Fazenda.

1974/1979
Abertura política "lenta, gradual e segura". Alta da inflação e da dívida externa.

2ª Crise do Petróleo.

Criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND para 1975/1979, por João Paulo dos Reis Velloso.



Presidente Kerstenetzky solicita uma missão do Instituto Francês de Estatística para avaliação da ENCE.



Presidente da República João Baptista Figueiredo sendo recenseado pelo Presidente do IBGE Jessé Montello.



Edmar Bacha é nomeado Presidente do IBGE.

1985/1986
Reforma Administrativa: aprovada a nova estrutura.



Jessé Montello assume a Presidência do IBGE (primeiro estatístico na Presidência).

1979/1985
Período de crises, mas também de realizações: PME e novas pesquisas estatísticas.



IX Recenseamento Geral (último Censo Geral)

Criadas as pesquisas estruturais e conjunturais referentes à indústria e ao comércio.



Coletiva para imprensa do lançamento dos Censos Econômicos 1985.

Projeto RADAM Brasil é incorporado ao IBGE.

Últimos Censos Econômicos.

Presidente Jessé Montello muda a estrutura administrativa do IBGE.

1976 1977 1978 1979 1980 1981 1982 1983 1984 1985

General João Batista Figueiredo é escolhido Presidente do Brasil por um Colégio Eleitoral.



Delfim Neto volta ao governo, agora como Ministro do Planejamento.

1980/1984
Início da transição para o Regime Democrático.

1980/1984
Crise econômica, greves, protestos sociais.

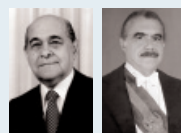
É feito o III Plano Nacional de Desenvolvimento - III PND para 1980/1985.

O BNDE se torna o BNDES.

10 de abril: Comício da Candelária (1 milhão de pessoas)
25 de abril: rejeição da Emenda Dante de Oliveira, propondo a eleição direta para Presidente da República
16 de abril: Comício da Praça da Sé (1,5 milhão de pessoas).

1983/1984
Comícios das Diretas Já.

Tancredo Neves é eleito Presidente ainda por um Colégio Eleitoral e anuncia uma Nova República. Morre sem assumir.
O Vice-presidente José Sarney assume a Presidência.





50 anos do IBGE.

Edson Nunes é nomeado Presidente do IBGE e dá continuidade à gestão anterior.



Eduardo Augusto é nomeado Presidente do IBGE.

IBGE é enquadrado no Regime Jurídico Único - RJU.

O Censo Demográfico de 1990 é adiado para o ano seguinte.



Censo Demográfico: diferenciação entre as raças e quesito destinado especialmente aos deficientes físicos.

Lançamento do programa de harmonização das estatísticas do MERCOSUL.



Eurico Borba é nomeado Presidente do IBGE.



Simon Schwartzman é nomeado Presidente do IBGE.

Criadas as Comissões Nacionais de Cartografia - CONCAR e de Classificação - CONCLA.

Missão Canadense avalia o estado-das-artes no IBGE.

Publicada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.



Silvio Minciotti é nomeado Presidente do IBGE.



Revolução tecnológica no IBGE: redes interligadas; implantação da rede de microcomputadores para todos os funcionários; conexão através da Intranet e da Internet; preparação do portal na web.

IBGE passa a utilizar satélite para Previsão e Acompanhamento de Safras Agrícolas.

1987/1988
Extinção da Diretoria Administrativa do IBGE.



Charles Mueller é nomeado Presidente do IBGE.



III CONFEST (Hotel Nacional - Rio de Janeiro).

1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995

1987/1990
Alta da Inflação.

Plano Bresser.

Plano Cruzado e logo uma correção de rumo, chamada Cruzadinho.

Nova Constituição.

Fernando Collor é eleito pelo voto popular.

Plano Collor.

Início do processo de privatização.

Abertura externa da economia brasileira. Fim da reserva de mercado.



Eco-92, no Rio de Janeiro.

O Vice-presidente Itamar Franco assume a Presidência, após o impedimento do Presidente Fernando Collor.



Plano Real.

Fernando Henrique Cardoso é eleito Presidente.

1994/2003
Luta pela estabilização econômica/privatização. Pela primeira vez na República é adotada a reeleição dos presidentes.





Transferência do imóvel do Complexo do IBGE na Mangueira (acima) para as novas instalações na Avenida Chile, no Centro do Rio de Janeiro.

É realizada a primeira contagem da população com o objetivo de atualizar as estimativas populacionais.

I Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, comemorou os 60 anos do IBGE, incluiu a IV CONFEST e a III CONFEGE.

Realizado o primeiro concurso público para o IBGE.

É realizado o primeiro planejamento estratégico, com a seguinte missão: "Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania".

IBGE realiza o primeiro Censo Agropecuário sem ser no contexto de um Censo Geral.

Criado o curso de mestrado na ENCE.

Criado os Indicadores sobre Desenvolvimento Sustentável no Brasil (IDS).



Sérgio Besserman é nomeado Presidente do IBGE.

Assinado o *Special Data Dissemination Standard*, com o FMI.

Com o jornalista Luiz Gazzaneo, o IBGE ganha mais visibilidade na mídia.



Instalação do Conselho Técnico do IBGE.

Censo Demográfico 2000:
- base territorial digital
- modernização da informática.



Eduardo Nunes, 2º ibgeano na Presidência do IBGE.



II Seminário sobre Referencial Geocêntrico no Brasil.

Primeiro Encontro Nacional de Chefes de Agências do IBGE, em Caeté, MG.

IBGE: 70 anos.



II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, englobando a V CONFEST e IV CONFEGE, no Rio de Janeiro.

1996

É criada a Eletrobras Eletronuclear.

Renegociada a dívida dos estados e dos municípios, com o governo federal.

1997

1998

Fernando Henrique Cardoso é reeleito Presidente.

1999

Assinada a Lei de Responsabilidade Fiscal.

2000

2001

2002

2003



2003/2010
Ampliação dos programas de inclusão social.

2004

Lei de parceria público-privada.

2005

A Petrobras anuncia a descoberta de petróleo na Camada Pré-Sal.

2006



O IBGE adota o PDA para realizar a coleta eletrônica de dados.



/ibgecomunica

IBGE entra para as Mídias Sociais e cria conta no Twitter.



XII Censo Demográfico:
- nova base territorial digital.
- recenseadores utilizaram computadores de mão equipados com GPS (os PDAs).
- censo respondido pela Internet.



Censos 2007 (Censo Agropecuário 2006 e Contagem da População 2007).

Criação da Base Territorial Digital.



Wasmália Bivar, 1ª mulher Presidente do IBGE e 3ª ibgeano na Presidência.



/ibgeoeficial

IBGE estreia no Facebook.

Criada a Política de Comunicação Integrada, com a prática do embargo das divulgações.

Divulgados os primeiros resultados da PNAD Contínua (incorporando a antiga PNAD e a antiga PME).



Representando o Brasil, o IBGE assume a Presidência da Comissão de Estatística da ONU até 2018.

Grade Estatística: uma nova visão do dado.



2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016

Luiz Inácio Lula da Silva é reeleito presidente.

Privatizações no formato das concessões.

Crise Econômica Internacional. Política econômica de estímulo à demanda interna.

Oportunidade de exportação de commodities, sobretudo para a China.

Dilma Rousseff é eleita Presidente.



Rio +20: o IBGE marcou presença com o Mapa de Biomas.

Dilma Rousseff é reeleita Presidente.

Cúpula do Clima, em Paris.

Publicação da Carta Encíclica *Laudato si'*, do Papa Francisco.

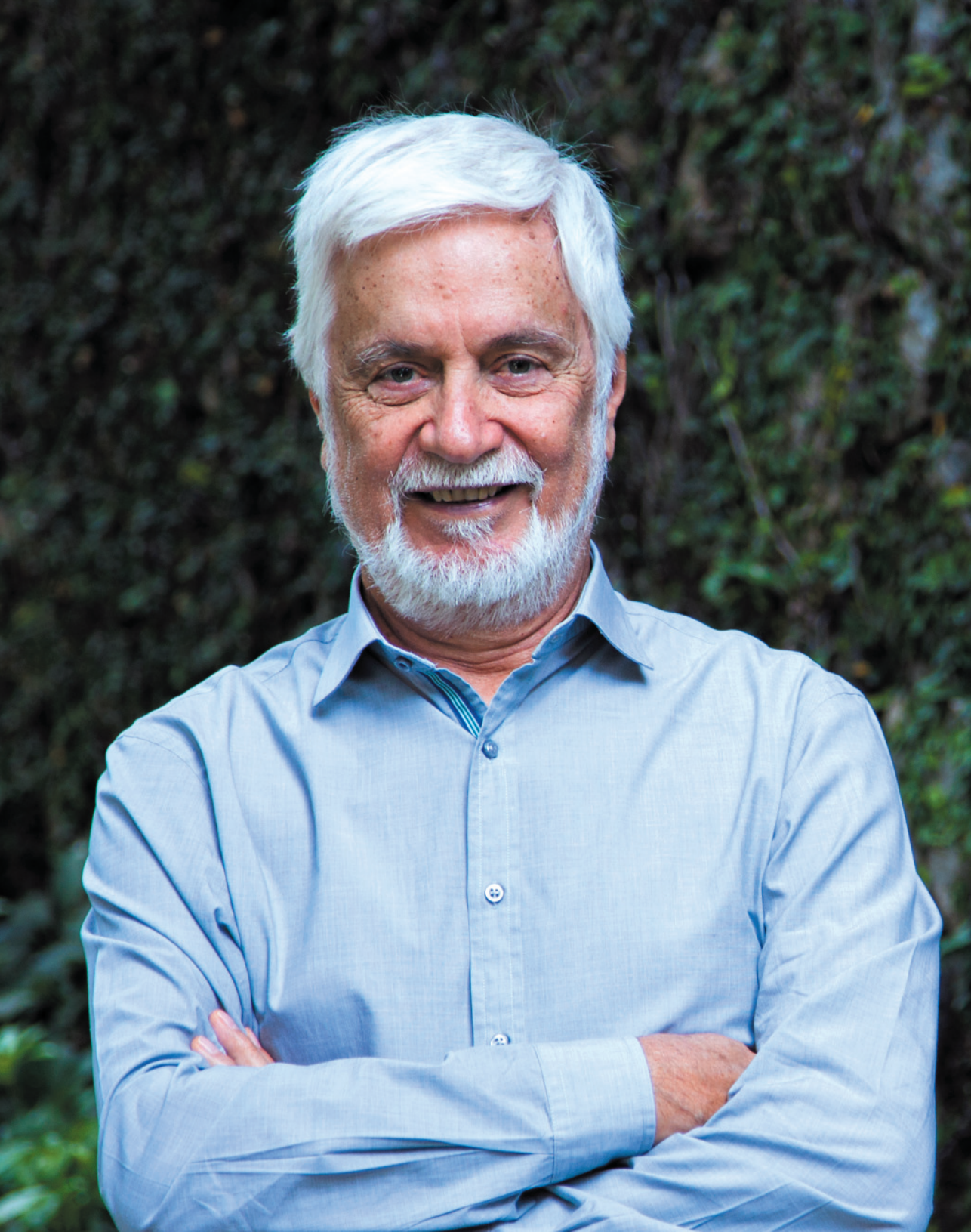



Foto: Licia Rubinstein




eDMAR BACHA

*Eu sabia toda pressão que um Ministro da Fazenda
tende a fazer sobre o órgão produtor dos índices.*

Edmar Lisboa Bacha nasceu em Lambari, Estado de Minas Gerais, em 14 de fevereiro de 1942, em uma família de comerciantes, políticos e intelectuais. Graduou-se em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, em 1963, doutorando-se na Yale University, em 1968, sendo um dos primeiros PhD brasileiros. Terminado o doutorado, trabalhou no Chile, retornando ao Brasil em 1969, quando ingressou na Fundação Getulio Vargas - FGV, no Rio de Janeiro, com a seguinte proposta de trabalho: como professor, na Escola Brasileira de Economia e Finanças - EPGE, com Mário Henrique Simonsen; e, como pesquisador, no Instituto Brasileiro de Economia - IBRE, com Isaac Kerstenetzky. Pelas mãos de João Paulo dos Reis Velloso, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, entrou para o

Instituto logo a seguir, onde atuou com Aníbal Villanova Villela, integrando a equipe original do INPES, um dos órgãos integrantes do IPEA.

Edmar Bacha participou da elaboração do Plano Cruzado, durante o Governo José Sarney (1985-1990), e foi Presidente do IBGE, no período de 10 de maio de 1985 a 27 de novembro de 1986. Também integrou a equipe econômica responsável pelo Plano Real, no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), e foi Professor de Economia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-rio e em outras universidades no País e no exterior. Tem diversos livros e artigos publicados sobre Economia brasileira e internacional. Atualmente, é sócio fundador e Diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças - IEPE/CdG.



Um novo IBGE para uma nova república

Em 15 de janeiro de 1985, o Deputado Tancredo de Almeida Neves, ex-Governador de Minas Gerais, com longa atuação na política brasileira desde os tempos de Getúlio Vargas, seria eleito indiretamente, pelo Colégio Eleitoral¹, Presidente da República. Sua posse trazia uma imensa promessa de mudanças: na economia, queria-se debelar a elevada inflação, cujo índice² acumulado alcançara 215,26% no ano anterior; na vida social, com o fim do Regime Militar e o início da Nova República, os direitos humanos seriam renovados e respeitados; na política, uma Assembleia Constituinte seria convocada, incumbida da elaboração de uma nova Constituição Federal do Brasil, que viria a ser promulgada em 5 de outubro de 1988; entre vários outros pontos.

Na noite anterior à posse, no entanto, marcada para 15 de março, Tancredo Neves submete-se a uma cirurgia de emergência, e o imponderável acontece deixando perplexa a Nação: seu vice, José Sarney Costa, assume em caráter provisorio e, após uma sucessão de cirurgias, Tancredo Neves vem a falecer em 21 de

¹ Na escolha do Colégio Eleitoral, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, Tancredo de Almeida Neves (PMDB), com 480 votos, derrotou o Deputado Paulo Salim Maluf (PDS), que obteve 180 votos.

² Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

abril, levando José Sarney, que fora aliado dos militares, numa ironia da História, a ser o primeiro presidente civil após 21 anos de ditadura. De início, os ministros seriam os escolhidos por Tancredo Neves.

No IBGE, esperando as definições no governo federal, o economista Edmar Bacha se prepara para assumir a Presidência do Instituto e, no discurso de posse, no Complexo de Mangureira, no Rio de Janeiro, fala sobre os seus antecessores no período mais recente: Isaac Kerstenetzky (1970-1979), com quem trabalhara e privava da amizade, e Jessé de Souza Montello (1979-1985), a quem respeitava como ex-professor, colega de magistério e estatístico reconhecido.

Na posse, em 10 de maio de 1985, além do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, João Sayad, que presidiu a solenidade, estavam também presentes: Andrea Sandro Calabi, Edson de Oliveira Nunes, respectivamente, Secretário-Geral e Secretário-Geral Adjunto do Ministério; Dílson Domingos Funaro, André Franco Montoro Filho, Rômulo Barreto de Almeida, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Fábio Celso de Macedo Soares Guimarães e Aloísio Teixeira, respectivamente, Presidente e Diretor da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; além dos Professores Maria da Conceição de Almeida Tavares, Albert Fishlow e Isaac Kerstenetzky. Este, ao ser convidado a ocupar lugar à Mesa, foi ovacionado, de pé, por todos os presentes.

Edmar Bacha pautou seu discurso na mudança, deixando evidente a associação das transformações na economia, na sociedade, na cidadania, com melhores estatísticas, ofertadas de forma mais rápida. Anunciou um novo IBGE, numa evidente similitude com a Nova República, e se propôs a recuperar a antiga “mística ibgeana”. Para tudo isso, não tem dúvida de que será preciso transformar a estrutura e a administração da Casa, introduzindo métodos mais eficazes e modernos.

A primeira prestação de contas – na verdade uma declaração de intenções – foi anunciada poucos dias depois da posse, em 29 de maio, Aniversário do IBGE, ocasião em que Edmar Bacha reiterou sua disposição de promover uma profunda Reforma Administrativa no Instituto. Após cinco meses, ele anunciou o primeiro passo dessa modificação já em curso: “centenas de sugestões foram recebidas, em resposta à consulta interna da Administração Superior aos demais órgãos do IBGE” (BACHA, 1985, p. 1). Esse material foi devidamente organizado e tornado público pela então Coordenadoria de Planejamento e Projetos Especiais, “procurando preservar toda a riqueza das argumentações originais” (BACHA, 1985, p. 1).

Para conduzir o processo de Reforma, foi criada uma Comissão de Reforma Administrativa, sob a Coordenação de Rosa Maria Esteves Nogueira, agindo sobre 16 pontos: reformulação da estrutura organizacional; desenvolvimento gerencial; rotinas de trabalho; sistema de planejamento; recrutamento e seleção; programa de ambientação de novos funcionários; avaliação de desempenho; programa de envolvimento de empregados; auditoria de saúde ocupacional; inventário de sucessão; auditoria de pessoal; clima organizacional; plano de cargos e salários; pesquisa salarial; cargos em comissão; e sistema gerencial de custos.

Todos foram instados a participar. O próprio Presidente, em incansável peregrinação, divulgava a Reforma conclamando à participação³, e uma revista de circulação interna, *Nova Imagem*⁴, foi criada. Algumas unidades do IBGE ficaram reticentes, por desagrado ou por descrença; a que mais apoiou a iniciativa foi a, então, Diretoria de Economia, sob a liderança de Eduardo Augusto de Almeida Guimarães, que, em pessoa, integrou a principal subcomissão desse processo, responsável pela reformulação da estrutura organizacional, influenciando bastante no desenho final da Instituição, vigente ainda hoje⁵.

Aos 50 anos do IBGE, Edmar Bacha dirige uma mensagem aos ibgeanos. Era, antes de tudo, uma terceira prestação de contas de sua gestão, com nova ênfase na Reforma Administrativa. Eis um trecho:

A nova direção prometeu implantar um sistema participativo para a reforma da estrutura do IBGE. Seria enfadonho expor aqui em detalhe tudo o que já foi feito neste particular. Basta apresentar um pequeno esboço dos estudos até agora realizados pela Comissão de Reforma Administrativa. As grandes linhas da reformulação podem ser resumidas nos seguintes itens:

a) Todas as mudanças são orientadas pela preocupação básica de restaurar a missão institucional do IBGE que é produzir, tratar e divulgar dados essenciais para as políticas de planejamento do País;

³ Caixas de sugestões, devidamente invioláveis, foram espalhadas por todos os espaços ibgeanos, para acesso de todos; um formulário específico foi oferecido aos interessados.

⁴ O fascículo inicial corresponde a out. 1985, e o último, de número 7, ao período out./nov. 1986, quando Edson Nunes já estava indicado Presidente do IBGE, em lugar de Edmar Bacha. Bem editada, a Revista trazia publicidade de outras instituições (por exemplo, IBM, Sasse, Banco Real, Souza Cruz) como forma de se autofinanciar, o que, na prática, nunca ocorreu por inteiro.

⁵ Há quem afirme que é dele a estrutura resultante, e que dele teria sido a voz dominante naquela Subcomissão, não sem a discrição que lhe é proverbial.

- b) Obtenção do máximo de agilidade do fluxo técnico-operacional e redução drástica da burocratização;
- c) Eliminação de todos os tipos de paralelismo e duplas funções;
- d) Agrupamento, nas mesmas unidades de trabalho e operação, das funções e atividades de natureza idêntica ou complementar.

Estas diretrizes de ordem geral inspiram uma reforma cujo único objetivo, faço questão de repetir, é restituir ao IBGE a pureza de sua vocação original e eliminar as distorções que hoje desfiguram a Instituição.

[...]

Devo confessar aqui que, ao assumir a Presidência do IBGE, vi se apresentarem duas opções à minha escolha: a primeira seria manter com algumas alterações superficiais as estruturas existentes e as rotinas de trabalho, sem nenhum esforço de reformulações mais profundas. Este era o caminho fácil, cômodo que não acarretaria enfrentamentos maiores, mas que certamente não produziria qualquer resultado realmente significativo. Era a opção pela mediocridade.

O segundo caminho exigia um esforço de transformação do órgão em uma Instituição moderna, ágil, eficiente, transparente, apta a responder aos desafios deste final de século e a situar o IBGE na altura do horizonte 2000. Esta era a opção difícil, dolorosa, que certamente ia contrariar aqueles que preferiam a segurança dos acomodados. Como todos sabem, esta escolha se transformou numa missão da qual não me afastei, não por teimosia, mas porque ela corresponde à grandeza que o IBGE teve no passado e irá voltar a ter no futuro (BACHA, 1986, p. 1).

Na ocasião, o Brasil passava por momentos de crise, com instabilidade monetária e hiperinflação. Por meio do Decreto-Lei n. 2.283, de 27.02.1986⁶, o Presidente José Sarney anunciou o Plano Cruzado, o primeiro pacote econômico a intervir de forma radical na economia brasileira. Além do Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, outros economistas participaram da elaboração do Plano Cruzado, como o Ministro do Planejamento, João Sayad, e os economistas André Pinheiro de Lara Resende, Pêrsio Arida e o próprio Presidente do IBGE, Edmar Bacha.

Entre as medidas econômicas, o Plano congelou preços e salários e substituiu a moeda corrente, o velho Cruzeiro, pelo Cruzado, sendo o cruzeiro correspondente a um milésimo do cruzado. De um dia para o outro, a população teve que aprender a

⁶ Revogado pelo Decreto-Lei n. 2.284, de 10.03.1986, que ampliou e consolidou as medidas de combate à inflação.

cortar zeros e a usar a tabela de conversão criada pelo governo (Tablita⁷) para pagar as contas. Edmar Bacha, dividido entre as novas medidas econômicas e a Presidência do IBGE, acabou por envolver técnicos da Instituição numa campanha de esclarecimento à população sobre o novo padrão monetário, o Cruzado. Cita-se como exemplo disso a colocação de uma enorme faixa, na frente de sua sede, na Av. Franklin Roosevelt, n. 166, no Rio de Janeiro, que anunciava: “Fundação IBGE explica a nova economia do Brasil”. Para tal, uma cartilha com perguntas e respostas, impressa nos serviços gráficos do IBGE, foi amplamente distribuída ao público.

Com a queda abrupta da inflação e o aumento do consumo promovidos pelo Plano Cruzado, as mercadorias começaram a faltar nas prateleiras, e alguns produtos passaram a ser vendidos com ágio. Esse movimento foi percebido também pelos pesquisadores do IBGE no momento da coleta de preços dos produtos. Diante da fragilidade do plano econômico, em 23.07.1986, o governo instituiu o chamado “Cruzadinho”, que, entre as novas medidas, criava um sistema de empréstimos compulsórios exigido dos consumidores de gasolina ou álcool para veículos automotores e dos adquirentes de automóveis de passeio e utilitários (Decreto-Lei n. 2.288), além de encargos financeiros sobre a compra de moedas estrangeiras e passagens aéreas internacionais (Resolução n. 1.154, do Banco Central do Brasil).

Edmar Bacha, que já tinha criado um Conselho com membros da sociedade para acompanhar a confecção dos índices de preços (o Conselho do INPC⁸) e blindar o IBGE de eventuais questionamentos, enfrentou a primeira crise de sua gestão. O governo não queria incluir os empréstimos compulsórios no cálculo do índice de preços, e o Conselho do INPC não concordava com isso. Ele, que chegou a falar sobre uma possível renúncia, ofereceu, então, uma contrapartida para sua permanência no cargo: produzir dois índices – com e sem os compulsórios. O anúncio dessa decisão foi feito pelo Presidente do IBGE, acompanhado do Ministro do Planejamento, João Sayad, numa coletiva para a imprensa, em Brasília.

O governo federal sustentou o congelamento de preços até as eleições, em 15 de novembro de 1986, o que, graças à popularidade do Plano Cruzado, resultou em uma vitória histórica do partido governista (PMDB), conquistando o Executivo em 22 dos 23 estados. Seis dias depois, em 21 de novembro, foi

⁷ Tabela que convertia os valores originalmente contratados em Cruzeiros para Cruzados, com desvalorização diária de 0,45%, que correspondia à média diária de inflação entre dez./1985 e fev./1986, com o objetivo de solucionar o problema causado pela expectativa de inflação embutida nos contratos.

⁸ Conforme a Portaria n. 204, de 14.11.1985, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

lançado o Plano Cruzado II, que durou alguns meses e não conseguiu controlar toda a inflação reprimida durante o congelamento de preços.

Pouco a pouco, Edmar Bacha viu sua influência se desfazer, em especial com Dílson Funaro à frente do Ministério da Fazenda. No rastro do fracasso do Plano Cruzado, o governo propôs um conjunto de medidas de ajustes e uma mudança na composição do índice de inflação, excluindo determinados itens. Foi a segunda crise, e a posição de Edmar Bacha ficou delicada. Ele apoiou os técnicos do IBGE a resistirem às investidas de alteração no cálculo dos índices e chegou a ser chamado por assessores do Ministério da Fazenda de “freirinha do IBGE”, o que, visto à distância no tempo, chega a beirar à bizarrice.

Dia após dia, ficava cada vez mais difícil conduzir o IBGE. Edmar Bacha assim narra sua saída do Instituto:

Eu me demiti. Voltei aqui, comuniquei ao pessoal; fiz uma reunião muito dramática com a diretoria, funcionários, delegados, e falei: “Infelizmente, acabou, o Plano Cruzado está arruinado”. Lembro até que convoquei também a comissão [Conselho do INPC], em que falei: “Acabou”, e eles se demitiram junto comigo. Eu disse ao Tasso: “A inflação vai dar 40%”; ele disse depois: “Desse jeito que você estava falando aqui, eu pensava que era porque você estava muito magoado, mal sabia que você falou 40 e iria dar 400”, e foi quanto deu a inflação em 1987. Então, o IBGE teve essa marca, no fundo muito dramática para mim, porque acabei saindo, não tendo dado curso à reforma administrativa que eu queria implantar, transformar o IBGE numa instituição ágil, e especialmente porque o Plano Cruzado tinha fracassado, e, nessa confusão que eu me meti, criei muitas inimizades no meio do caminho. O começo foi muito animado, mas o fim foi meio melancólico (BACHA, 2006).

Em 21 de novembro de 1986, sete dias antes da saída de Edmar Bacha do IBGE, o Decreto n. 93.599 definiria a nova estrutura organizacional do Instituto. Além da Presidência e da Diretoria-Geral, havia quatro órgãos técnicos setoriais: a Diretoria de Pesquisas e Inquéritos, que logo seria apenas Diretoria de Pesquisas, referida à produção das estatísticas; a Diretoria de Geociências, referida às atividades geográfica, ambiental, geodésica e cartográfica; a Diretoria de Informática; e o Centro de Documentação e Disseminação de Informações, este uma grande novidade, a levar tempo para ganhar *status*. Além disso, haveria uma Diretoria de Administração, continuando a Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE.

Entrevista realizada em 10 de abril de 2015, na Casa das Garças, Gávea, no Rio de Janeiro⁹

O PAÍS VIVIA UM MOMENTO DE MUDANÇA COM A NOVA REPÚBLICA. O SENHOR FOI CONVIDADO PELO MINISTRO DO PLANEJAMENTO, JOÃO SAYAD, PARA O CARGO DE PRESIDENTE DO IBGE. E JÁ NO SEU DISCURSO DE POSSE ANUNCIOU A NECESSIDADE DE UM NOVO IBGE PARA A NOVA REPÚBLICA. O QUE O SENHOR PRETENDIA?

O IBGE estava passando uma fase muito difícil na época, no final da ditadura. O Jessé Montello tinha ido para lá, e houve uma espécie de modernização autoritária, de cima para baixo. Havia uma rebelião do corpo funcional em relação ao Jessé, naquele clima de final de ditadura e começo de democracia. Eu me lembro que na minha cerimônia de posse o Sayad estava lá e foi na Mangueira [Complexo do IBGE no Rio]. Logo depois do meu discurso, o Sayad me chamou de lado e falou: “Você toma cuidado com esse pessoal”. Porque atrás do auditório havia faixas vermelhas de todo o tipo, havia um clima assim: a ditadura acabou, fizemos a democracia e, agora, o socialismo. Tinha isso, e o IBGE era muito politizado, pelo menos parte, era uma turma mais jovem, e estava todo aquele clima de fim de ditadura, a gente querendo coisas novas.

COM ESSE CLIMA, O SENHOR PROPÕE UM NOVO IBGE?

Havia dois contextos, e acho que eram complementares: um era a modernização do IBGE, mas de baixo para cima também, com a participação integral do funcionalismo. No discurso mesmo eu faço menção ao espírito ibgeano. Fiz questão de que estivesse presente ao ato de posse, e ele voltou lá pela primeira vez, o Isaac Kerstenetzky, que era adorado e continua sendo o grande Presidente que o IBGE teve, para caracterizar que estávamos assumindo dentro do espírito do Isaac. Então, esse era um problema: como a gente mobiliza, desde o começo, o funcionalismo? E fiz diversos movimentos nesse sentido. Um deles foi, ao longo do primeiro ano, visitar todos os Departamentos do IBGE. Visitar não só para cumprimentar, mas para sentar e para escutar as pessoas me dizerem o que elas queriam, e me mostrarem o que estavam fazendo. Não sei se algum outro Presidente jamais fez isso.

⁹ A citação simplificada dos nomes próprios foi mantida no corpo da entrevista, de modo a preservar a leveza de seu conteúdo original. Em caso de dúvida com relação à menção de algum personagem, sugere-se consultar a lista de nomes completos, ao final da publicação.

O SENHOR FALA DO ESPÍRITO IBGEANO. PODE EXPLICAR MELHOR O QUE É ISSO?

O IBGE nasceu em 1936. Eu estava chegando lá em 1985. Nós estamos falando de 50 anos, inclusive comemoramos os 50 anos. Havia toda uma ideia constitutiva de que a Casa era parte da construção do Brasil moderno, daquele espírito getuliano, de que vamos construir um novo Brasil e as instituições de Estado vão ser modernizadas. O IBGE era parte daquilo. Vamos conhecer o Brasil. Vamos dar o Brasil a conhecer aos brasileiros. Então, tinha uma mística nesse sentido. O IBGE é a instituição que faz o Brasil conhecido dos brasileiros, e nós ibgeanos somos muito orgulhosos disso. Eu creio que é isso a mística ibgeana. Mas havia essa questão: o quadro estava desmotivado, havia uma rejeição muito grande à forma impositiva como as coisas eram conduzidas pelo Jessé e pelos seus Diretores. E havia a tradição: uma das questões muito interessantes que eu aprendi lá [no IBGE] vinha do pessoal do Censo, porque o Censo sempre foi uma coisa muito importante dentro do IBGE, no passado. O Censo era o grande movimento em torno do qual o IBGE se organizava, e quando o IBGE saía Brasil afora e tratava de produzir. Além disso, ano de Censo era o ano em que vinha dinheiro para poder aparelhar o IBGE para os próximos 10 anos. Então, essa questão do Censo e da Contagem Populacional, pessoa por pessoa, estava muito inscrita na mente daqueles servidores mais antigos, e uma das coisas que o Jessé queria introduzir era a amostragem, como hoje tem a PNAD, por exemplo, tudo feito por amostragem. Havia uma resistência a essa ideia da amostragem, e, portanto, esse era um problema com que você tinha que lidar, fazer reuniões com as pessoas, mostrar qual que era essa questão toda da amostragem *versus* a contagem. Os ibgeanos mais antigos queriam 100% de certeza, queriam realmente que tudo fosse do jeito do Censo de 1940.

E COMO O SENHOR ENFRENTOU ESSA RESISTÊNCIA?

Basicamente, colocando lá uma diretoria acadêmica de primeira. Eu tive o primeiro convite do Sayad em março, no tempo do Tancredo ainda, mas só fui confirmado em maio. Havia toda uma disputa, e havia outros candidatos. A minha nomeação ficou em banho-maria na Presidência da República durante dois meses, mas eu estava muito seguro porque o Sayad era e continua sendo meu amigo. Então, estávamos muito firmes, e o IBGE estava sob o comando dele. Mas, enquanto não saía a nomeação, eu, Regis Bonelli, que foi meu Diretor-Geral, e Athayde, que foi meu Chefe de Gabinete, nos reuníamos. Inclusive, tanto Regis quanto Athayde iam ao IBGE para tomar conhecimento das

condições de funcionamento da Instituição, e, nesse processo, a gente montou a equipe da Diretoria, eu fui fazendo os convites para as pessoas virem trabalhar conosco.

O SENHOR TEVE ALGUMA INDICAÇÃO PARA MONTAR A SUA EQUIPE?

Não. A única pessoa indicada foi o Cláudio Salm [Diretor de População e Social], pelo José Serra, que me pediu para eu contemplar a Universidade de Campinas [Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP]. Fora ele, havia pessoas minhas amigas: Eduardo Augusto Guimarães [Diretor de Economia], Charles Mueller [Diretor de Agropecuária, Recursos Naturais e Geografia] e Suzana Muller [Diretora de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal]. Ou pessoas muito próximas, como Mario Telles [Diretor de Informática], que era casado com uma professora da PUC [Rio], e Alexandre Rezende [Diretor de Administração], que tinha sido colega do Regis Bonelli na faculdade. Sem esquecer o Mauro, que era Diretor de Geociências e foi por mim confirmado no cargo.

O DIRETOR-GERAL REGIS BONELLI ERA O SEU BRAÇO DIREITO?

Com certeza. Ele que segurava o dia a dia, porque logo teve o Plano Cruzado, e eu tive que dividir meu tempo entre Rio e Brasília.

O SENHOR DISSE QUE ENCONTROU DOIS PROBLEMAS NO IBGE: O PRIMEIRO PROBLEMA ERA APRENDER COMO LIDAR COM A DEMANDA PARA LOTEAR POLITICAMENTE O IBGE, E O SEGUNDO ERA UM PROBLEMA INTERNO: OS FUNCIONÁRIOS ESTAVAM EM PÉ DE GUERRA. COMO O SENHOR RESOLVEU ESSES PROBLEMAS?

Na questão com os políticos houve duas etapas, e a primeira foi fácil. Eu até me iludi um pouco, depois que passei dois meses esperando. A primeira, a nomeação da Diretoria, foi fácil porque, no mesmo dia em que eu fui nomeado, nomeei todos os Diretores juntos. Então, saiu no mesmo Diário Oficial. Não deu tempo de ninguém reagir. Aos pedidos que vieram depois, eu disse: “Desculpe. Já está todo mundo nomeado”. Isso não teve grande problema. O problema principal foi com os Delegados [Chefes das Unidades Estaduais do IBGE]. Eu não sei como é hoje a situação. Até fico curioso de ver como isso evoluiu ao longo do tempo. Naquela época, se chamava Delegado, era coisa séria, um Delegado do IBGE era uma pessoa importante nos estados. E a transição para a democracia se fez

a partir da Aliança Democrática, entre o PMDB e o PFL. Havia um acordo que foi assinado, um tratado entre o PMDB e o PFL, em que estava discriminado que partido teria direito a que cargo, em que estado. E entre os cargos que os partidos podiam dispor, de acordo com aquela listagem, estava o Delegado do IBGE. E o que aconteceu foi que, no dia seguinte em que entrei no IBGE, convoquei todos os pares mais nobres da Casa. Já sabia quais eram as pessoas mais influentes, e os fiz sentar numa reunião de 12 horas, e no dia seguinte mandei um telegrama para Brasília indicando quais eram os 27 Delegados Estaduais do IBGE. Ainda tenho esse telegrama, e está muito engraçado. O Athayde foi quem assinou, porque acho que foi via Chefia de Gabinete do Ministério do Planejamento: “Atendendo aos altos propósitos da Aliança Democrática, dentro dos princípios novos informados pela Nova República, estamos encaminhando, de acordo com o acordo feito e tal, a lista dos indicados”. Isso caiu em Brasília, e foi uma bomba atômica. Me ligaram Marco Maciel, Ulysses Guimarães: “Bacha, você está detonando a Aliança Democrática, você vai acabar com a Nova República”. Eu falei: “Lamento, mas estão nomeados”, e aí tiveram que ir para o Sayad, que me ligou e disse: “Bacha, não vai dar, você vai ter que recuar nessa”. Aí, eu falei: “Eu recuo, mas vamos ter um acordo: só aceito indicação política se for funcionário do IBGE”. O Sayad concordou com isso, se entendeu lá com Sarney, ou sei lá com quem na Presidência da República, que era assim que ia ser, por indicação política, mas tinha que ser funcionário. Ato contínuo, eu do meu lado mandei dizer para todos os meus indicados que arrandassem indicação política, vão a tal e tal político. Nós sabíamos quem eram os Deputados ou Senadores ou Governadores que tinham direito de indicar, e falei: “vocês agora vão a campo e consigam as indicações políticas”. Isso levou seis meses de briga, estado por estado, até conseguirmos finalizar a indicação de quem a gente queria. Em alguns casos, a gente perdeu. Enfim, poucos casos.

O SENHOR PERDEU EM QUE ESTADOS?

Um foi uma boa perda. Foi no Rio Grande do Sul. A gente tinha indicado um sujeito, que na verdade era detestado pelos funcionários, e o PMDB indicou um geógrafo, que era ótimo. Acabamos entrevistando o cara [Gervásio Rodrigo Neves], gostamos muito dele e ele ficou lá anos¹⁰. O outro caso que eu me lembro foi no Maranhão, que eu achei que não devia brigar com o Sarney Filho.

¹⁰ Gervásio Neves assumiu a Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul em janeiro de 1986; até esta data, o Chefe da Unidade era Milton José Fonseca e Silva.

E o Sarney Filho nomeou lá para o Maranhão um sujeito sem qualificações. Que eu me lembro são esses dois, embora em alguns estados tenha havido resistência interna, como na Bahia. Nós indicamos uma pessoa que na lista do Delegado de então era o quarto: era o Arturzinho¹¹.

NA SUA GESTÃO, O SENHOR AMPLIOU O CONSELHO TÉCNICO COM O PROFESSOR ISAAC KERSTENETZKY. COMO SURTIU ESSA INICIATIVA?

Eu queria fazer uma homenagem ao Isaac, e creio que esse assunto inclusive não progrediu. O que era importante, na verdade, era a Reforma Administrativa, o terceiro ponto da minha gestão, que eu mencionei no discurso. Eu achava que o IBGE precisava de uma boa chacoalhada. A estrutura estava muito obsoleta. Os funcionários estavam desmotivados. Não havia plano de carreira. Enfim, em certos setores tinha gente demais, tinha muita gente que não trabalhava. Era preciso criar uma organização mais enxuta e mais qualificada. Isso associado a um quarto ponto: o IBGE tinha muito orgulho de produzir, de ir a campo e produzir as informações básicas, mas muita dificuldade de colocar os dados na rua. Os Censos demoravam anos até sair, e eu tinha então o propósito de, para cada atividade do IBGE, colocar data, tudo programado: esta pesquisa, que está sendo iniciada agora, tem que estar na rua em tal data. E a outra questão era a disponibilidade para o público, que era parte desse processo também, porque como é que o IBGE se comunicava? Através dos seus livrões, e era muito difícil chegar ao IBGE. Então, um dos órgãos criados na Reforma Administrativa foi o Centro de Documentação e Disseminação [de Informações - CDDI], que era um órgão para divulgar as pesquisas e para facilitar o acesso dos pesquisadores.

O SENHOR FALOU DA NECESSIDADE DE ABRIR AS PORTAS DO IBGE. EM ALGUM MOMENTO O SENHOR ENCONTROU A PORTA FECHADA?

Havia duas coisas: uma era a ditadura. Por exemplo, o IPCA e o INPC [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor, respectivamente] já existiam *interna corporis*. Até que um dia, alguém chegou e me disse: “Você sabe que a gente já tem os índices de preços?”. Eu perguntei: “Como? Não é a Fundação [FGV]?”. “É a Fundação, mas nós aqui já temos os nossos, muito melhores do que os da Fundação.” “Por que não se

¹¹ Artur Ferreira da Silva Filho é o Chefe da Unidade Estadual do IBGE na Bahia.

publica?” “É a ordem do Presidente.” “A partir de amanhã está na rua.” Então, tinha essa coisa da ditadura. O segundo ponto era um excesso de perfeccionismo. Enquanto o dado não estiver 100% seguro, a gente não divulga, e obviamente o ótimo é inimigo do bom. De qualquer índice você pode publicar uma versão preliminar. Depois, você faz uma versão revisada e publica a versão final quando tiver, mas já deixa disponível para o público a versão preliminar. Essa mentalidade não existia. Só publicamos coisas com qualidade IBGE. Tem que ser uma Brastemp. Obviamente, saía a Brastemp, mas o tempo era muito longo.

O SENHOR DISSE QUE TODA A SOCIEDADE PRECISAVA TER ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO IBGE, E NÃO SÓ ALGUNS. TEVE ALGUM EPISÓDIO EM RELAÇÃO A ISSO?

Eu estava pensando no debate sobre distribuição de renda, no qual o IBGE só deu acesso aos dados do Censo de 1960 para o Langoni. Os críticos não tinham. O Langoni foi o único que teve, e o Fishlow teve numa versão anterior. A controvérsia começou a partir de um artigo do Fishlow, que trabalhava no IPEA e comandava uma missão americana. O Fishlow, através do João Paulo Velloso, que era o Ministro do Planejamento [1969-1979], conseguiu os dados preliminares do Censo e publicou um artigo no *American Economic Review* criticando muito a distribuição de renda no Brasil. E o McNamara, que era o Presidente do Banco Mundial, citava o artigo para a grande irritação dos militares brasileiros. Langoni foi convocado pelo Delfim para escrever um livro com uma reinterpretação da distribuição de renda no Brasil, dizendo que tudo era culpa da falta de educação e não da política econômica dos militares. E ele teve acesso aos dados do IBGE. Em seguida, diversas pessoas, inclusive eu, queríamos ter também acesso. Esquece. Não tinha nem por onde pedir, mas isso era uma coisa da ditadura. Afora isso, não tinha o canal, não tinha o CDDI.

VOLTANDO À QUESTÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA DO IBGE, QUAL FOI O PAPEL DA ROSA MARIA ESTEVES NOGUEIRA NA COORDENAÇÃO?

A gente primeiro pensou em contratar alguma entidade mais encorpada e vimos que não tínhamos dinheiro para contratar gente assim especializada. E a Rosa Esteves apareceu. Entrevistei e gostei muito dela, que tinha conhecimento da área, obviamente. Ela introduziu um dinamismo incrível naquela Reforma, e como parte disso a gente iniciou uma publicação. Não sei o que aconteceu com ela e por que foi descontinuada, era uma coisa boa, era a *Nova Imagem* [revista de circulação interna]. Era algo que eu notava: o IBGE não se comunicava e não

era só com o mundo, não; não se comunicava consigo mesmo. Não havia um instrumento para cada parte do IBGE saber o que a outra fazia.

Entenda a repercussão do artigo de Fishlow

Em 1972, o economista Albert Fishlow publicou o artigo *Brazilian size distribution of income*, no periódico acadêmico *American Economic Review*, da American Economic Association, que suscitou, à época, um acalorado debate sobre a concentração de renda. Ele estava no País quando saíram os resultados preliminares do Censo Demográfico 1970 e decidiu compará-los a uma amostra que extraíra anteriormente dos microdados do Censo Demográfico 1960 – inéditos, pois os resultados daquele levantamento ainda não tinham sido divulgados. O Milagre Econômico e o crescimento do País, da ordem de dois dígitos, foram postos em questão, no início dos anos 1970, por Robert McNamara, então Presidente do Banco Mundial, que citou o artigo de Fishlow. Era

o período da repressão do Regime Militar e, na política econômica, a fórmula de reajuste de salários embutia uma perda para os trabalhadores, ajudando a segurar a inflação. Apesar da censura à imprensa, o debate sobre a concentração de renda ganhou força no País após a publicação desse artigo. O Ministro da Fazenda à época, Antônio Delfim Netto, afirmava que era necessário crescer para poder distribuir. Por outro lado, Carlos Geraldo Langoni, economista recém-chegado do doutorado na Chicago University, declarava que o arrocho salarial afetara a desigualdade, mas apontou a educação como o fator preponderante para explicar a piora na distribuição de renda. Em 1960, quase 40% da população brasileira de 15 a 69 anos de idade era analfabeta.

QUAL ERA O OBJETIVO DA REFORMA ADMINISTRATIVA?

O objetivo era fazer uma organização mais enxuta, com maior capacidade de resposta às demandas, não só às demandas públicas, mas também ao enorme número de obrigações que o IBGE tinha, inclusive todos os Censos. Ainda existia Censo Econômico, e a gente tinha que fazer um em 1985. Estávamos chegando a 1985, e o Censo de 1980 não havia sido publicado ainda. Então, a ideia da Reforma Administrativa era: vamos produzir aqui uma organização enxuta, que coordene realmente o Sistema Estatístico Nacional, mas que coloque a tempo e a hora as informações na rua, e disponíveis para todo mundo, dentro do espírito da Nova República.

E O QUE O SENHOR CONSEGUIU COM ESSA REFORMA?

Primeiro, a gente reestruturou todo o IBGE em termos de Departamentos, Divisões e Diretorias. Extinguimos Diretorias, e houve diversas complicações nesse processo. Um Diretor que perdeu sua diretoria foi a Brasília reclamar, mas essa Reforma foi implantada, e rendeu uma estrutura muito mais enxuta do que era antes. Colocamos uma coisa mais ordenada, instituindo a ideia de cronograma. As pesquisas têm que cumprir um cronograma.

O DIRETOR QUE FOI A BRASÍLIA RECLAMAR FOI O DIRETOR DE POPULAÇÃO E SOCIAL CLÁUDIO SALM?

Sim. Na verdade, não foi a única Diretoria que foi extinta¹². Porque resolvemos criar uma Diretoria de Estatística única. Havia uma Diretoria chamada Social, que a gente incorporou, porque não fazia sentido; nossa função era produzir números. Foi para dar mais racionalidade dentro do propósito da Instituição. Havia pessoas em excesso no IBGE, e instituímos um Programa de Aposentadoria Voluntária, que foi muito bem-sucedido. Entre a minha entrada e a minha saída a redução foi significativa, no final ficamos com 9 000 [pessoas].

O SENHOR TAMBÉM EXAMINOU O PAPEL DA ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS – ENCE NO IBGE. COMO FOI?

Esse foi um caso muito interessante. Porque o IBGE tem que produzir estatística, mas por que tem que ensinar? Quem ensina são as universidades. O lugar da ENCE é na UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Obviamente, isso criou um pandemônio. Inclusive, um dos estatísticos, Lauro Viveiros de Castro, que era Diretor da ENCE, se rebelou. A ENCE entrou em greve, enfim, foi uma grande confusão. E aí eu concordei em nomear uma comissão externa, comandada pelo Simon Schwartzman, que depois veio a ser Presidente da Casa [1994-1998]. E o Simon olhou a questão, avaliou e me fez um parecer, com aquele bom senso dele. Ele dizia: “sim, é verdade, agora não está mais na missão, mas a ENCE faz um bom papel, ela produz bons estatísticos e é uma boa escola, talvez precise de uma reformulação interna”. Dito isso, se ela fosse para a UFRJ, ela morreria, porque a UFRJ não era o IBGE. Esse foi o parecer. Então, eu disse que tudo bem, mas queria ver uma Reforma de verdade lá; todo mundo trabalhando com metas e avaliação

¹² Na ocasião, a Diretoria de Agropecuária, Recursos Naturais e Geografia também foi extinta.

Entenda o que aconteceu com a ENCE

No início da gestão, pensou-se transferir a ENCE, criada em 1953, para alguma universidade, tirando-a da esfera do IBGE. As reações foram muitas, internas e externas, o que motivou Edmar Bacha a instituir, por meio da Resolução n. 29, de 24.07.1986, da Presidência, uma Comissão Externa para Avaliação dos Vínculos da ENCE com o IBGE. A Comissão era composta por Simon Schwartzman, Nelson do Valle Silva, Basílio Pereira Bragança, Ricardo Milton Frischtak e Thadeu Keller Filho, funcionando sob a presidência do primeiro. Em três meses, eles elaboraram um relatório minucioso, com a seguinte conclusão: "A Comissão recomenda que a Escola Nacional de Ciências Estatísticas seja mantida como instituição vinculada ao IBGE, preservando-se seus cursos técnicos de nível médio, buscando-se aprimorar o curso de graduação, implantando-se progressivamente a pós-graduação e a pesquisa, e estabelecendo-se formas de cooperação e intercâmbio com outras

instituições de estatística, matemática e ciências sociais"¹³. Além disso, o relatório apresentou as seguintes recomendações: a Direção da Escola deveria ser ocupada por pesquisador renomado de estreita confiança da Presidência do IBGE, e a ela sendo diretamente subordinada; os professores cumpririam atividades de ensino e de pesquisa, alguns em horário integral, outros seriam colaboradores e, no caso daqueles saídos do Quadro do IBGE, seria preciso melhorar suas remunerações; para estabelecer e implantar as mudanças desejadas, a Direção da Escola seria auxiliada por uma Comissão Acadêmica; aos alunos, devia-se garantir estágios no IBGE, bem como pleno acesso aos seus bancos de dados; o corpo docente da Escola deveria ser utilizado na definição e na implantação dos necessários programas de formação e capacitação dos funcionários. Edmar Bacha aceitou a recomendação e a ENCE permaneceu no IBGE.

O SENHOR FALA SOBRE A MISSÃO DO IBGE, E QUAL ERA A MISSÃO DA INSTITUIÇÃO NAQUELA ÉPOCA?

Como parte do processo da Reforma Administrativa, a primeira etapa é definir a missão, e está lá a missão do IBGE. A missão do IBGE era produzir

¹³ Para informações complementares sobre o assunto, consultar o documento completo divulgado por Simon Schwartzman em: COMISSÃO EXTERNA PARA AVALIAÇÃO DOS VÍNCULOS DA ENCE COM O IBGE. *Relatório final*. Rio de Janeiro, 1986. Disponível em: <<https://archive.org/details/EscolaNacionalDeEstatistica>>. Acesso em: jan. 2016.

estatística a tempo e hora e coordenar o Sistema Estatístico Nacional, e, nessa coordenação, um dos fatos que eu não mencionei ainda, mas que é muito pertinente, era a questão da Geografia. De Estatísticas até que eu entendia, mas Geografia é uma área... nem mexi neles. O Diretor aliás era uma pessoa muito boa, Mauro. Foi um ótimo Diretor, e o Mauro me ensinou tudo, e isso funcionava em outra parte [na Unidade do IBGE em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro].

O SENHOR NÃO ENTENDIA DO ASSUNTO, MAS TEVE A INTENÇÃO DE INTEGRAR O G DA GEOCIÊNCIAS E O E DA ESTATÍSTICA?

Não propriamente. Ali [Geociências], o que acontecia era que basicamente o IBGE só fazia parte dos Mapas do Brasil, porque alguns mapas estavam reservados para as Forças Armadas. Então, foi parte da nossa Reforma Administrativa ir conversar com as três Forças. Eu queria trazer tudo para o IBGE, obviamente. No final, foi feito um acordo onde cada um ia produzir o seu, mas depois quem unificava era o IBGE. E nós íamos ter acesso completo a tudo o que os militares produzissem.

COMO FOI ISSO NA ÉPOCA?

Bom, já era democracia, então, os militares ainda estavam um pouco resistentes, mas eu era muito obstinado. Quando cheguei, não tinha sido extinto o SNI [Serviço Nacional de Informações] ainda, e você tinha por lei a obrigação de nomear um General como representante do SNI dentro da Instituição. Primeiro procurei um General nacionalista, que era o Ocrávio Velho. Conversamos um pouco e tal. Aí eu pensei: não vai adiantar nada eu pôr um General nacionalista aqui. Então, comuniquei que eu ia ser o representante do SNI na minha gestão. Eu seria o responsável pelas informações de que o SNI precisasse, e ia mandar tudo para eles. Notei que tudo o que o General anterior que estava lá fazia era recortar os jornais todo dia. Isso o Athayde fazia para mim. Eu mandava todo dia para o SNI essas informações.

E COMO FOI A SUA NEGOCIAÇÃO COM AS FORÇAS ARMADAS E O RADAM?

Isso quem fazia era o Mauro. Era muito melhor em vez de fazer em nível de cúpula, fazer em nível dos técnicos, e o Mauro conhecia a gente toda da área. Então, ele articulou lá.

Entenda o que é o Projeto RADAM

O Projeto RADAM (Radar na Amazônia) foi um esforço pioneiro do governo brasileiro, na década de 1970, para a pesquisa de recursos naturais, sendo organizado pelo Ministério de Minas e Energia, por meio do Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM. O Projeto, criado em outubro de 1970, priorizava a coleta de dados sobre geologia, solos, vegetação, relevo, uso da terra e cartografia da Amazônia e áreas adjacentes da Região Nordeste, sendo o levantamento

efetuado com imagens obtidas por radar aerotransportado, isto é, embarcado em aeronave. Devido aos bons resultados do Projeto, em julho de 1975, o levantamento foi expandido para o restante do Território Nacional, passando a denominar-se Projeto RADAMBRASIL. Visando conter os gastos públicos, o governo federal, por meio do Decreto n. 91.295, de 31.05.1985, incluiu na estrutura organizacional do IBGE a Comissão Executiva do Projeto RADAMBRASIL, com cerca de 600 profissionais.

EM RELAÇÃO AO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL, O SENHOR DISSE QUE NÃO CONCORDAVA COM A IDEIA DE SISTEMA, E SIM DE REDE. O SENHOR PODE EXPLICAR MELHOR ISSO?

Essa ideia de sistema é muito característica dos anos 1940, meio gosplaniana, com o IBGE na cúpula. Não existia isso, cada estado, se assim entendesse, tinha total liberdade de fazer seu sistema estatístico. O que a gente podia fazer era compatibilização, e não querer impor a eles nossos métodos. Você pode fazer do jeito que quiser, mas vamos fazer de uma tal maneira que uma possa ler a outra. Então, era basicamente neste sentido de coordenação e de homogeneização da informação, mais do que propriamente de tentar impor uma pauta para todo mundo que produzisse estatística no Brasil. Rede no sentido de que as pessoas têm reuniões periódicas, os técnicos conversam entre si, discutem metodologias e chegam a um acordo. Por exemplo, esse assunto do dado do emprego do DIEESE [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos]. O DIEESE era uma coisa muito complicada, porque publicava um número de desemprego e o IBGE publicava outro totalmente diferente, e eles não se falavam, e havia essa ideia de que o número do DIEESE é que era o certo, o IBGE estava falsificando os dados do emprego. Então, fomos conversar, fomos discutir as metodologias, fomos ver o que eles podiam incorporar de nosso e o que a gente podia incorporar deles. E a

gente mudou um pouco a nossa maneira de apresentar os dados, apresentando o desemprego aberto, mas também incluindo dados sobre desemprego disfarçado, desalento e todas essas outras questões. O conceito de desemprego do DIEESE era muito mais amplo, e eu acho que hoje em dia as duas estatísticas se conversam, não são a mesma, mas de uma você consegue, se elas estão abertas, chegar na outra. Não há dúvida de que são compatíveis¹⁴.

NESSE TRABALHO DE REDE TEM UM COORDENADOR?

Isso, o IBGE. Mas tirando a ideia de que o IBGE era dono, só porque isto estava na lei que o criou.

NA SUA ENTRADA NO IBGE, O SENHOR TAMBÉM TRAZ AS CONTAS NACIONAIS DA FGV PARA O IBGE, MAS LOGO EM SEGUIDA LAMENTA A FALTA DE TEMPO PARA SE DEDICAR AO MODELO DO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS. O QUE O SENHOR ESPERAVA?

No Sistema de Contas Nacionais, lá na origem, não sei se foi o Isaac ou se foi o Jessé que contratou uma assessoria francesa, e eu gostaria muito de ter contratado uma assessoria americana, uma coisa mais prática. Os franceses são cartesianos. Quer dizer: você colocou o cartesianismo francês junto com o espírito ibgeano da completude. Então, havia muita dificuldade de produzir Contas Nacionais. Nós levamos tempo exageradamente grande. Eu ficava desesperado porque não conseguia produzir os números, e as pessoas me explicando que isso tem que integrar com aquilo e não sei mais o quê.

E COMO FOI A VINDA DAS CONTAS NACIONAIS DA FGV PARA O IBGE? A FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS CEDEU A EQUIPE?

Não foi bem assim. Eu fui lá e expliquei: “Está na lei, e nós estamos habilitados.

¹⁴ O IBGE investiga o desemprego aberto, ou seja, pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista da pesquisa e não exerceram nenhum tipo de trabalho, remunerado ou não, nos últimos sete dias. Assim, quem não procurou trabalho ou fez algum biscoito na semana anterior à da pesquisa, não é considerado desempregado. O DIEESE considera, além do desemprego aberto, as seguintes categorias: desemprego oculto pelo trabalho precário – pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho, de forma descontínua e irregular, ainda que não remunerado em negócios de parentes e, além disso, tomaram providências concretas, nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou até 12 meses atrás, para conseguir um trabalho diferente deste; e desemprego oculto por desalento e outros – pessoas que não possuem trabalho e nem o procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas tomaram providências concretas nesse sentido, nos últimos 12 meses.

Vamos aproveitar os seus técnicos. Quem quiser, pode vir para o IBGE”; e vieram. Não eram muitos, uns quarenta e tanto, e foram incorporados. Também o índice de preços eu não trouxe, só comecei a publicar o INPC e o IPCA, que eventualmente viraram os índices oficiais, para a minha maldição.

Entenda como começou o Sistema de Contas Nacionais – SCN

O cálculo das Contas Nacionais foi iniciado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1947 e passou a ser atribuído ao IBGE, por meio da Lei n. 5.878, de 11.05.1973, quando foi criado o Plano Nacional de Estatísticas Básicas. O cálculo, no entanto, permaneceu sendo realizado naquela Fundação até 1986, por delegação oficial ratificada em diversas oportunidades. Paralelamente, o IBGE deu início aos trabalhos de construção de matrizes detalhadas de relações intersetoriais (insumo–produto), preparatórios de um futuro desenvolvimento de modelo abrangente e integrado de Contas Nacionais da economia brasileira, em consonância com as recomendações internacionais então vigentes no manual *System of national accounts* 1968, SNA 1968, que ampliaram o escopo do Sistema de Contas Nacionais. Foram construídas matrizes de relações intersetoriais para 1970 e 1975, mas somente em 1984–85 tiveram início os trabalhos de construção do novo Sistema de Contas Nacionais, integrando as matrizes ao Sistema, contando, nesse projeto, com a cooperação

técnica do instituto francês de estatísticas (Institut National de la Statistique et des Études Économiques – INSEE). Em 1986, a Equipe de Contas Nacionais da FGV foi incorporada ao então Departamento de Contas Nacionais do IBGE, por meio de um acordo entre as duas Instituições que teve por fim a elaboração das séries correntes das Contas Nacionais. As séries cobrindo até o ano 1995 foram construídas e divulgadas pelo IBGE segundo um modelo simplificado e agregado das séries até então oficialmente divulgadas pela FGV. Em 1997, o IBGE iniciou a divulgação de novas séries das Contas Nacionais, com resultados retroagindo a 1990, em um modelo mais completo e integrado, implementado por etapas. Até o momento, 2015, o Sistema de Contas Nacionais do Brasil, sob responsabilidade e gestão do IBGE, passou por duas revisões subsequentes, tendo por referência os anos 2000 e 2010, ampliando o escopo do Sistema e incorporando mudanças conceituais e metodológicas presentes nas recomendações internacionais (manuais SNA 1993 e SNA 2008).

E COMO O IBGE PASSOU A SER RESPONSÁVEL PELO INDEXADOR?

O primeiro movimento foi publicar os índices. Eles eram apurados, mas não eram publicados, os dois – o IPCA e o INPC. O Jessé já estava calculando os índices com essa nova metodologia, incorporando amostragem. Enfim, era uma parte, meio separada do velho IBGE, que estava calculando esses índices, utilizando as novas técnicas de amostragem. E, de fato, os dois índices eram muito mais completos do que os da Fundação [FGV]. Se me recordo corretamente, naquela época a Fundação só cobria Rio e São Paulo, e a gente tinha cobertura nacional mais ampla, e a coleta era feita de uma forma mais profissional do que a da Fundação, que era feita por donas de casa. Então, a gente tinha um índice de melhor qualidade, de fato, que não era divulgado. Então, o primeiro passo era divulgar. Depois, quando veio o Plano Cruzado, foi preciso ter um índice oficial, e o governo ficou com o do IBGE. Eu já sabia que ia ter dificuldades, porque a Fundação tinha tido enormes dificuldades com Delfim Netto com esse negócio de índice de preços. Eu sabia de toda pressão que um Ministro da Fazenda tende a fazer sobre o órgão produtor dos índices, e, então, tratei de proteger a Instituição. Pedi para o Sayad nomear uma comissão de alto nível, que era uma comissão para fiscalizar o índice. Tinha dois representantes dos empresários – um da FIESP [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo] e outro do Centro Industrial do Ceará [CIC], que era o Tasso Jereissati; tinha dois representantes dos sindicatos – um da CUT [Central Única dos Trabalhadores] e outro da CONCLAT [Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora¹⁵]; e dois economistas – o Claudio Haddad e o Paulo Haddad. Era uma comissão de peso, e se reunia todo mês comigo. Antes de publicar o índice, no dia da divulgação, tinha uma discussão com eles. Os técnicos vinham e explicavam os números, e assim que a reunião terminava, para caracterizar que ninguém tinha informação privilegiada, as portas eram abertas e os números eram dados para a imprensa.

PRIMEIRO SE CONVERSAVA SOBRE O RESULTADO COM A COMISSÃO?

Sim. Sobre que problemas que tinha havido na coleta, se houve algum problema. Os economistas intervinham mais, especialmente o Claudio Haddad que era muito opinativo, precisa melhorar isso ou aquilo; esse tipo de coisa.

¹⁵ A sigla CONCLAT foi utilizada para representar Conferência, Congresso ou Coordenação da Classe Trabalhadora, em diferentes eventos.

Entenda quando o IBGE passou a ser responsável pelo indexador

Até novembro de 1985, o Índice Geral de Preços – IGP da Fundação Getúlio Vargas – FGV era utilizado como indexador oficial. Em 28 de novembro de 1985, o Ministro da Fazenda, Dilson Domingos Funaro, anunciou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE, como o novo indexador oficial para reajustar os salários e todos os ativos da economia. A mudança do indexador da FGV para o do IBGE contou com o empenho do Presidente do IBGE, Edmar Bacha, que destacou as seguintes vantagens do IPCA: a maior abrangência do índice, a partir da apuração do custo de vida em 10 Regiões Metropolitanas; o consumo de famílias com rendimento

mensal de até 30 salários mínimos; e a transparência de sua metodologia de cálculo. Entretanto, no ano seguinte, conforme disposto no Decreto-Lei n. 2.284, de 10.03.1986, o indexador foi substituído pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC, que passou a aferir as oscilações do nível geral de preços em Cruzados, incumbido dos cálculos o IBGE e observada a mesma metodologia do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, excluindo os empréstimos compulsórios, conforme disposto na Portaria n. 94, de 28.07.1986, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Apesar da mudança, o IBGE manteve a divulgação mensal do IPCA e do INPC.

Entenda quem participava do Conselho do INPC

A pedido de Edmar Bacha, o Ministro do Planejamento, João Sayad, assinou a Portaria n. 204, de 14.11.1985, criando o Conselho do INPC com os seguintes representantes: José Luiz Homem da Costa, da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Valdir Vicente de Barros, da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT; Tasso Ribeiro Jereissat¹⁶ e Nildo Masini, como

representantes dos empresários; Claudio Luiz da Silva Haddad e Paulo Haddad, como representantes dos economistas; além do próprio Edmar Bacha, que presidia o Conselho, e de Eduardo Augusto de Almeida Guimarães, como Diretor de Economia do IBGE, à qual estava vinculada a produção dos índices. O Conselho se reunia periodicamente, antes da divulgação do índice de preços.

¹⁶ Futuro Senador da República eleito no Ceará, em 2002, pelo PSDB.

A COMISSÃO PODIA INTERFERIR OU MUDAR ALGUMA COISA?

Não. Eles podiam ter acesso aos técnicos que estavam produzindo os números, mas não podiam ver os números antes dessa reunião no dia da divulgação, estava proibido, ninguém tinha acesso, essa era outra preocupação minha, que ninguém tivesse acesso privilegiado aos números antes de eles serem publicados. Os números eram secretos até a hora da reunião.

A CRIAÇÃO DO CONSELHO PROTEGEU O IBGE?

Protegeu, por exemplo, no caso das crises. Houve duas crises, a primeira foi a crise de julho do compulsório, e eu conversei com os técnicos e com o Conselho, que era muito bom, porque a pessoa do CONCLAT era boa gente, o jovem da CUT de vez em quando queria brigar um pouco mas, como os outros, também estava lá para colaborar.

O GOVERNO QUERIA UM ÍNDICE SEM O COMPULSÓRIO, E A SUA PROPOSTA ERA DE DOIS: UM, COM, E OUTRO, SEM?

Foi como apareceu na imprensa. Eu sabia que ia aparecer assim, portanto, deixei rolar. A proposta na verdade era que o índice fosse um intervalo entre o valor com o compulsório e o valor sem o compulsório. O índice era qualquer número no meio. O IBGE ia publicar um intervalo, e não mais um número só. Mas a *Veja*, por exemplo, falou “intervalo musical? o que quer dizer intervalo Sr. Bacha?” E aí o que virou foram dois índices: um índice para o governo, e outro para o público em geral. A proposta foi referendada pelo Conselho e levada ao Sayad. E tem uma fotografia, sobre a qual o Caruso fez uma charge: eu e Sayad explicando para imprensa o que iria ser feito.

A IMPRENSA ENTEDEU?

Entendeu que eram dois índices, e que eu tinha ganho a parada.

ISSO DUROU MAIS UM PERÍODO ATÉ A SEGUNDA CRISE?

A partir dessa questão, e mais a saída do Cláudio Salm [Diretor de População e Social do IBGE], obviamente a minha relação com o Ministério da Fazenda azedou de vez, e com Sayad ela ficou machucada, porque ele fez um movimento errado de convocar essa entrevista para a imprensa junto comigo, e o que a imprensa viu foi: está o Sayad de um lado defendendo o governo, e o Bacha do outro. Então, a minha relação com o governo, de uma forma geral, certamente com o Ministério da Fazenda e um pouco com o Sayad, ficou estremecida. O que resultou na vantagem de permitir que eu me dedicasse um pouco mais ao IBGE.

Entenda a crise e a exclusão dos compulsórios do cálculo do índice do IBGE

Os empréstimos compulsórios foram instituídos pelo Decreto-Lei n. 2.288, de 23.07.1986, para absorção temporária do excesso de poder aquisitivo, como medida complementar ao Programa de Estabilização Econômica, sendo exigidos dos consumidores de gasolina ou álcool para veículos automotores e dos adquirentes de automóveis de passeio e utilitários. Após sua criação, que terminou originando um aumento do custo de vida, o governo decidiu que os empréstimos compulsórios não deveriam entrar no cálculo do índice de preços do IBGE. A decisão do governo gerou muita discussão entre os economistas. Em reunião de 29.07.1986, o Conselho do INPC decidiu a favor da inclusão dos compulsórios no cálculo do índice. O único voto a favor do governo foi o do empresário Nildo Masini. Diante desse conflito, a posição do Presidente do IBGE ficou extremamente difícil, chegando a se cogitar uma possível renúncia do cargo. Edmar Bacha reconhecia a importância da medida para a sustentação do Plano Cruzado, mas tinha um compromisso com a credibilidade dos índices da Instituição e nem pretendia contrariar a decisão do Conselho do INPC, que fora criado

a seu pedido. A saída encontrada pela Direção do IBGE foi, então, calcular dois índices – com e sem os empréstimos compulsórios. Na época, o Presidente do IBGE declarou que o governo tinha o direito de escolher como indexador o índice que excluía os compulsórios, mas a sociedade tinha o direito de conhecer o índice que os incluía. Para justificar a divulgação dos dois índices, Bacha explicou que era preciso separar o índice do indexador. O índice obedece às normas estatísticas internacionais, enquanto o indexador deve estar submetido aos propósitos mais amplos da política econômica e, portanto, ser regulado diretamente pelos ministros da área econômica. Essa situação gerou um clima de tensão entre os ministros da área econômica e os responsáveis pelo instituto de estatística, posto que este, ao calcular o índice, também estaria calculando o indexador. Bacha também pediu ao Ministro do Planejamento, João Sayad, que publicasse uma portaria com a determinação de exclusão dos empréstimos compulsórios do cálculo do índice. A Portaria foi publicada e o governo prometeu à população devolver, em três anos, os compulsórios, mas isso não aconteceu.

COMO SE SENTIU NESSA POSIÇÃO EM QUE PARTICIPAVA DO PLANO ECONÔMICO DO GOVERNO E TAMBÉM ERA GESTOR DO IBGE?

Era absolutamente incômodo: eu era juiz de mim mesmo. Uma coisa absurdamente incompatível, não podia dar certo.

QUANDO ASSUMIU O IBGE, O SENHOR TINHA IDEIA QUE IRIA VIVER ESSA SITUAÇÃO?

Não imaginava, não tinha ideia do que ia fazer. Quando assumi o IBGE, o Ministro da Fazenda nem era o Funaro. Ainda era o Dornelles, que, aliás, resistiu muito à minha ida para o IBGE.

O SENHOR NÃO IMAGINAVA QUE ISSO FOSSE ACONTECER, MAS COM O INDEXADOR O SENHOR SE PROTEGEU COM A CRIAÇÃO DO CONSELHO DO INPC?

Eu estava entrando pela primeira vez no governo, na Nova República. A gente mal sabia o que ia fazer. Esse assunto do plano, eu tinha discutido muito na PUC [Rio], mas era uma coisa acadêmica. Obviamente, quando decidiram fazer o plano, falaram: “Você tem que estar dentro”. Não tinha escolha. E com a equipe que montei no IBGE, não precisava me preocupar com os detalhes do dia a dia. O Regis e o Eduardo Augusto cuidam disso mais o Athayde e o Alexandre. Eu tinha que cuidar dos aspectos políticos, inclusive tenho uma pasta com todos os pedidos que foram feitos, e tudo que fiz a respeito de cada um. As pessoas não se dão conta, hoje o IBGE é um órgão muito mais protegido; não bate político toda hora lá. Eu atendia telefonema de políticos o dia inteiro. Estão todos relacionados na pasta, e tudo era para pedir emprego.

O SENHOR EXERCEU UM PAPEL POLÍTICO NO IBGE?

É, e de liderança: olha, agora nós vamos nessa direção. Por isso, eu coloquei lá uma equipe de primeira. Todo mundo fez o seu serviço muito bem.

ESSA POSIÇÃO LEVOU À SUA SAÍDA?

Minha situação no governo ficou insustentável porque em novembro teve aquele outro evento, o Cruzado II, logo depois das eleições, e houve uma briga dentro do governo, entre o Ministério do Planejamento e o da Fazenda. Havia uma proposta do Ministério do Planejamento que foi recusada pela equipe do Funaro. E a equipe do Funaro decidiu implementar um ajuste mudando de novo o índice. Na hora em que mudaram o índice de novo, eu

falei: não posso mais, a coisa ficou insustentável. Num dia saiu o índice, no dia seguinte me demiti.

FOI AÍ QUE SURTIU A "FREIRINHA DO IBGE"?

A história da freirinha já tinha antes. Está no livro do Sardenberg¹⁷. Eu não tinha ouvido falar nisso, mas o Sardenberg disse que era o que circulava na assessoria da Fazenda.

COMO FOI A SUA SAÍDA?

Eu estava muito mal com Brasília, tinha perdido acesso ao Sayad. Estava desconfortável e, como disse no discurso de saída, lamentei muito, resisti até a última hora porque queria continuar esse trabalho tão bonito que a gente estava fazendo, mas as circunstâncias políticas...

Entenda a documentação guardada por Edmar Bacha

Atualmente, Edmar Bacha guarda em seu apartamento, no Rio de Janeiro, uma vasta documentação sobre o período em que foi Presidente do IBGE. Além de um abaixo-assinado com 11 páginas e inúmeras assinaturas de servidores pedindo a sua permanência na Direção do Instituto, ele ainda mantém, em bom estado, dois volumes de recortes de jornais; um álbum de fotografias; documentação sobre o índice de preços; portarias; e duas pastas bem organizadas com "solicitações especiais". Na primeira pasta, sob a etiqueta "solicitações especiais 1985", estão catalogados 448

pedidos enviados à Presidência do IBGE, por diversos órgãos e políticos, com demandas por cargos, transferências de servidores, cessões para outros órgãos, afastamentos ou alterações contratuais. Desse total, 41 pedidos foram atendidos, e a maioria foi arquivada ou encaminhada para outro órgão. Na segunda pasta, sob a etiqueta "solicitações especiais 1986", encontram-se catalogados 655 pedidos, mas o número de solicitações atendidas caiu para 10 nesse período, cabendo destacar que nenhuma demanda por cargo foi acatada, apenas transferências e aproveitamentos censitários.

¹⁷ Trata-se de: SARDENBERG, C. A. *Aventura e agonia: nos bastidores do Cruzado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 318. No livro, lê-se: "Edmar Bacha, como presidente do IBGE, foi a Brasília negociar uma alternativa com a equipe econômica. João Manuel Cardoso de Mello, assessor especial de Funaro, e principal articulador político da área econômica, reagiu enraivecido. Não admitia conversa: 'O que é que a freirinha do IBGE vem fazer aqui? Ele tem que expurgar os compulsórios e pronto. Ou a gente fecha aquela merda do IBGE. Isso aqui não é jogo de bridge, é tiroteio na zona'".

NA OCASIÃO DO CRUZADO, O SENHOR UTILIZOU A ESTRUTURA DO IBGE, EM TODO O PAÍS, PARA A DISTRIBUIÇÃO DE CARTILHAS INFORMATIVAS SOBRE O PLANO ECONÔMICO. NA SUA OPINIÃO, ISSO AFETA A AUTONOMIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE PESQUISA?

Não concordo, não. Vi isso nessa biografia¹⁸ sobre os Presidentes do IBGE, dizendo que o IBGE foi usado. Eu acho que é preciso recuperar um pouco o espírito da época. No momento em que o Plano Cruzado foi feito, como o Sarney dizia, era a redenção do Brasil, e havia aquela coisa dos fiscais do Sarney. Havia todo um momento em que aquilo era muito importante para a Nação, que tinha saído da ditadura e voltado à democracia, e a primeira coisa que faz é vencer a inflação. Havia um grande sentido popular: “estamos de fato construindo um novo Brasil, e parte da construção de um novo Brasil é que as pessoas participam”. E se elas têm dúvidas, tem que ter alguém no governo para responder, e havia dúvidas enormes. Como é o meu aluguel? Eu estava no IBGE, eu sabia como era o aluguel do cara, e tinha uma equipe interna. Achei perfeitamente razoável usar [a estrutura do IBGE]. Onde é que elas vão perguntar quanto é que pagam de aluguel, por exemplo? Como é essa tabela aqui? Havia várias tabelinhas de conversão. E as pessoas não tinham aonde ir, não existia Internet naquela época, a quem vou perguntar? Ao Bispo? Qual instituição que está no Brasil inteiro? Muito poucas. Qual a instituição que está no Brasil inteiro e tem um cara que é do grupo? Só tinha uma. Então, achei muito natural, e foi algo que deu muita visibilidade ao IBGE, muita simpatia junto à população. Fazia fila em frente à Biblioteca. Havia lá umas mesinhas, e o pessoal atendendo. Sentavam as pessoas explicando como é que era a tabela tal. Isso foi muito bom para o IBGE. Não

¹⁸ Trata-se de: SENRA, N. de C. Estatísticas formalizadas: 1972-2002. In: _____. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 4. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=231573>>. Acesso em: jan. 2016. Contatado diante dessa observação, o autor fez o seguinte comentário: “A observação de Edmar Bacha é engenhosa, e mesmo inteligente, mas as boas práticas na atividade estatística mandam que separemos com extremo zelo as ações de governo, por mais importante que sejam, do cotidiano institucional. O fato é que, mesmo que essas ações tenham sucesso, nem sempre o terão da mesma forma para todos, de modo que sempre haverá alguém prejudicado, com reflexo para a posição desse alguém como eventual informante primário de alguma pesquisa; e, havendo fracasso das ações, aí a situação se agrava muitíssimo. No caso em tela, felizmente o bom nome do IBGE pôde superar o mau momento resultante, e é claro que o bom nome de Edmar Bacha ajudou nessa superação, enquanto Presidente naquele momento, bem assim o bom nome dos três Presidentes que o sucederam de imediato. Por fim, vale registrar que a obra referida não é uma ‘biografia sobre os Presidentes do IBGE’, como mencionado, mas, antes, um estudo das gestões no período coberto por esse volume, com o objetivo de focalizar a atividade estatística brasileira – que era o sentido da coleção – por meio da ótica ibgeana, que naquele período era quase hegemônica” (informação verbal).

houve grandes demandas de recursos internos. Eu usei a minha assessoria para isso. A questão era nos estados. Quando havia alguma dúvida, a pessoa nos estados telefonava para o assessor na Sede que sabia a resposta. Isso tudo facilitou o entendimento da população, e acho que essa é uma crítica injusta.

SE HOJE O SENHOR FOSSE CHAMADO PARA SER PRESIDENTE DO IBGE E PARTICIPAR DO PLANO ECONÔMICO DO GOVERNO, QUAL SERIA A SUA RESPOSTA?

Não, certamente eu não aceitaria as duas funções, não!

QUANDO O IBGE PRESTA ESCLARECIMENTOS SOBRE A POLÍTICA ECONÔMICA ELE É VISTO COMO UMA INSTITUIÇÃO DE GOVERNO, MAS, EM SUA OPINIÃO, O IBGE É UMA INSTITUIÇÃO DE GOVERNO OU DE ESTADO?

Não sei se nesse caso era uma política apenas de governo, era uma política tipo como se você estivesse numa guerra. O País declarou guerra à inflação, e você precisa ajudar o governo que está numa guerra, entendeu? Em nome do Estado Nacional. O fim da inflação era uma política de Estado. É claro que Sarney se beneficiou enormemente daquilo, o PMDB elegeu 80% do Congresso, elegeu 90% dos Governadores. Mas era algo assim: ou o Brasil acabava com a inflação ou a inflação acabava com o Brasil. Tinha algo muito importante ali sendo feito. O que você não pode admitir é a interferência política. O governo quer interferir para alterar os índices. Aí, não. Não estamos aqui para fazer isso. Se o governo quiser usar os índices para fazer indexadores, pode fazer o que quiser. A indexação é um privilégio do governo. Agora, a publicação de índices de preços é um direito da população.

EM RELAÇÃO AO MOVIMENTO SINDICAL NO IBGE, O SENHOR SE PREPAROU PARA ISSO?

Não. Esse foi um grande erro. Não estava nada preparado para isso. Quando o Sayad me advertiu, achei que ele estava exagerando, tanto que uma das minhas primeiras atitudes foi recontratar todo mundo que o Jessé tinha demitido, e dentro dos diversos recontratados uma proporção significativa era do PDT prestista. Acho que hoje não tem nada no universo político que se compare ao PDT prestista. E a primeira coisa que pessoas que eu trouxe de volta passaram a fazer foi uma enorme agitação. Entraram em greve – não sei quantas greves eu enfrentei –, mas uma com certeza muito forte.

DEVERIA TER SE PREPARADO MAIS?

Você veja: era a Nova República, e eu era economista da oposição ao Regime

Militar. Como é que eu não ia recontratar alguém que foi demitido, um perseguido político? Então, havia uma certa contradição. Eu não faria isso hoje, mas...

FALAM MUITO DE UM MOMENTO DA GREVE EM QUE O SENHOR CHEGA A ABRIR O PORTÃO DA UNIDADE DO IBGE DE MANGUEIRA [RIO DE JANEIRO], QUE ESTAVA FECHADA COM A GREVE, E ENTRA COM A DIRETORIA, E NENHUM SERVIDOR SEGUIE O GRUPO...

Eu não achava que os servidores nos fossem seguir, não, não me lembro disso. A ideia era: vamos fazer a reunião aqui, porque é um prédio do IBGE, não é um prédio do Sindicato. Vamos fazer a reunião da Diretoria aqui dentro, e eles não vão impedir a entrada do Presidente e dos Diretores. E aí abriram o portão. Obviamente, eu estava numa política de confronto com os grevistas.

QUAL A SUA AVALIAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS GREVES DO IBGE?

Eu acho que é ruim porque as pessoas de fora não entendem que há dificuldades, que os funcionários são mal pagos e que, frequentemente, tem essa percepção de que é só através da greve que o governo cede. E de que outra maneira eles vão lutar? Então, a greve funciona como um instrumento de pressão possível para ter salários mais dignos. Agora, dito isso, é realmente problemático você ter um serviço público essencial, com a publicação de índices que têm tantas implicações, e ter, como já houve, suspensão da publicação de parte dos índices de emprego. Quando os motoristas de caminhão impedem o trânsito numa grande rodovia, o que se faz? O juiz chega e diz: saiam daí, vocês não podem impedir o trânsito na rodovia, porque a rodovia é essencial para a população. Então, acho que tem um problema complicado de uma regulação que precisava ser feita de uma forma mais adequada. É difícil. Como é que você atende a esses reclamos? Eu não tenho solução para isso. Não acho uma questão fácil.

QUAL A AVALIAÇÃO DAS GREVES DA SUA ÉPOCA E AS DE HOJE?

Bom, na minha época, eram as primeiras greves da Nova República, era uma novidade, e obviamente havia 21 anos a serem descontados. Havia uma agressividade muito forte, e os partidos de esquerda radical eram muito mais presentes do que hoje, não tinha PT naquela época. Era a revolução mesmo de que eles estavam atrás, o líder era o Prestes.

O SENHOR DEU IMPORTÂNCIA À DIVULGAÇÃO NO IBGE. COMO FOI O SEU RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA?

Era muito bom porque o Athayde veio do meio jornalístico, e ele trouxe junto com ele pessoas também que eram jornalistas. Então, a cobertura jornalística era muito boa, e a gente teve muita preocupação com a divulgação¹⁹, especialmente vindo da ditadura, de ter um IBGE que era novo também para a imprensa, acessível. Como resultado disso, quando eu me demiti minha assessoria me deu dois volumes enormes com todas as notícias que saíram durante a minha Presidência. Lembro-me agora da história do elevador. Antes de mim, quando o Jessé chegava pela porta de trás do edifício-sede a fila do elevador parava, e o Jessé subia sozinho para o 10º andar. Eu fazia questão de ficar na fila. Os funcionários ficavam pra morrer. “Professor, pelo menos passa aqui na frente”. Eu falava: “Eu passo na frente, mas vocês vêm junto”. “Ah, mas vai parar em todos os andares”, e eu respondia – “pode parar em todos os andares, a gente vai conversando”. Enfim, o ascensorista ficou à vontade comigo, e um dia entrei lá, ele estava sozinho, virou-se para mim sorrindo e disse: “Professor, só dá a gente nos jornais, né?”

A PARCERIA COM A IMPRENSA É BOA PARA O IBGE?

Claro, está divulgando. Para que existe IBGE? Para produzir e divulgar informação. E se a imprensa está atenta, tanto melhor. Estamos fazendo o nosso papel.

E A CRIAÇÃO DA REVISTA (INTERNA) NOVA IMAGEM?

Acho que o pessoal achou cara demais. Deve ser por isso que foi interrompida, mas era linda a revista. Acho que não dava para fazer na nossa gráfica, mas isso eu só soube depois, que o Athayde não me contava essas coisas. Mas era uma beleza de revista, e era muito boa. As pessoas adoravam, eu me recordo.

FALTOU TEMPO PARA CONCLUIR ALGUM PROJETO?

Com certeza. Toda aquela ideia de que vamos fazer um IBGE enxuto e que publica todas as informações ao dia e à hora não se cumpriu. As Contas Nacionais eu nunca consegui fazer. O Censo, que eu prometi que no máximo em três anos

¹⁹ Na ocasião, foi lançado o Programa *O caminho dos índices*, desenvolvido no então Departamento de Índices de Preços e muito usado para habilitar os jornalistas e outros usuários a bem entenderem os resultados dos índices.

estaria na rua, não sei quantos anos levou. E a ideia de que íamos introduzir amostragem em tudo também não foi consumada. Eu lamento não ter concluído esses projetos, mas o fato é que os três Presidentes que me sucederam foram todos da mesma linhagem e seguiram na trilha que tinha sido estabelecida ali.

QUAL A SUA AVALIAÇÃO EM RELAÇÃO À EVOLUÇÃO DO IBGE?

Eu gostava muito de ser Presidente do IBGE. É engraçado, porque o Brasil cresceu e se diversificou muito. O IBGE naquela época era algo muito central no Brasil. Essa centralidade ficou no passado, mas o IBGE atualmente é uma Instituição respeitada. Olhando hoje o IBGE, eu não sei em que medida ele tem os recursos para se utilizar plenamente das facilidades da Informática. Ainda noto uma certa dificuldade de o IBGE disponibilizar as informações de maneira fácil, inteligível. O *site* do IBGE muitas vezes me parece difícil de acessar. Não sei se isso é só questão de falta de recursos. Tenho lido na imprensa que o IBGE está com muita dificuldade de recursos para se manter e para se expandir e melhorar a qualidade de sua produção. Enfim, continua prestando serviços inestimáveis ao Brasil, e espero que continue assim nos próximos 80 anos também.

COMO O IBGE DEVE SE PREPARAR PARA O FUTURO?

Bom, o IBGE agora tem que se preparar para a nova era da Informática, com essa questão toda do *big data*. Antes, o problema era *approach* censitário *versus* amostral. Hoje, será que a gente precisa sempre ir a campo para obter a amostra? Existe o *big data*. Como é que o IBGE vai se modernizar nesse sentido, utilizando plenamente os recursos que a Informática oferece? O IBGE precisa ser uma Instituição muito mais tecnológica do que eu imagino que o IBGE tem condições financeiras de ser no momento. Precisava alguém lá que imaginasse como é que o IBGE podia virar realmente uma instituição do futuro. O desafio é parecido com os jornais. Os jornais estão se reinventando, na medida do possível, cada um à sua maneira. Sinto que é preciso de uma reinvenção neste sentido. E isso demanda recursos tanto financeiros como de capacitação de pessoal. Para mim é esse o desafio do IBGE hoje.

POUCAS INSTITUIÇÕES NO PAÍS CHEGAM AOS 80 ANOS COMO O IBGE. UMA INSTITUIÇÃO FORTE E CONFIÁVEL. NA SUA OPINIÃO, O QUE CONTRIBUIU PARA ISSO?

É realmente impressionante. Primeiro, o seu objeto é algo de que a sociedade necessita. São informações estatísticas sobre ela mesmo, e é um bem público,

algo que tem que ser produzido por um órgão de governo. Não tem como privatizar o IBGE. E neste sentido ele ganhou essa respeitabilidade. De vez em quando, como eu estou contando dos meus casos na transição da ditadura para a democracia, os políticos avançam. Mas no dia que os políticos avançarem, é preciso ter alguém lá para dizer: aqui, não! Não havia uma institucionalidade naquela época, todo mundo era celetista, então, não tinha nenhum mecanismo institucional. Dependia muito da vontade de quem estivesse ali. Esse voluntarismo não funciona. Então, o IBGE foi se adaptando, continua se adaptando. Recentemente, fizemos um seminário na Casa das Garças [Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças - IEPE/cdG] com o pessoal da PUC [Rio] que montou um sistema, no Departamento de Economia, para dar acesso *on-line* aos dados básicos do IBGE. Tem agora coisas assim que não existiam no meu tempo. Se os pesquisadores quiserem ter acesso a dados individuais, tem lá agora a salinha de microdados. O IBGE está se adaptando, mas o problema é que o tempo corre rápido, e essa revolução da Internet vai mais rápido ainda, e o IBGE precisa acelerar o passo.



e DSON NUNES

*Uma organização que faz este tipo de trabalho
é uma organização-chave em qualquer país que
se entenda como civilizado.*




Presidente do IBGE de novembro de 1986 a abril de 1988

Edson de Oliveira Nunes nasceu em Bom Jesus de Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1947. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais e bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense - UFF, em 1971 e 1973, respectivamente; Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, em 1977; fez pós-graduação na University of Chicago, doutorando-se em Ciência Política pela University of California, Berkeley, em 1984. Ocupou diversas posições públicas, em especial no Planejamento, onde chegou a Secretário-Geral Adjunto da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (1985-1986), na gestão do Ministro-Chefe João Sayad; Vice-Presidente Executivo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (1986); além de representante, no Rio de Janeiro, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República (1993), na gestão do Ministro-Chefe Alexis Stepanenko. Na área acadêmica, atuou como professor e conferencista na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e Teacher Assistant do Professor Fernando

Henrique Cardoso, no Departamento de Sociologia da University of California, Berkeley. Integrou o Conselho Nacional de Educação, no qual atuou por dois mandatos, entre 2003 e 2010, e ao qual foi conduzido por decretos de dois Presidentes distintos, Lula e Fernando Henrique Cardoso; em 2005 e 2006 presidiu a Câmara de Ensino Superior, e nos anos 2007 e 2008 presidiu o próprio Conselho. Atualmente, é Pró-Reitor de Avaliação, Regulação e Estudos da Educação Superior na Universidade Cândido Mendes, onde ocupou outros cargos desde 1988. É também Presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e Diretor-Geral da AVM Faculdade Integrada.

Edson Nunes assumiu a direção do IBGE aos 39 anos, sendo, assim, o seu mais jovem Presidente. Embora tenha tomado posse em 27 de novembro de 1986, em Brasília, após a saída de Edmar Lisboa Bacha, só assumiu a rotina da Instituição no mês seguinte, quando seu antecessor voltou do exterior. Nesse meio tempo, o expediente foi conduzido formalmente por Regis Bonelli, até então o Diretor-Geral.



Uma proposta de maior envolvimento dos gestores

O Governo José Sarney (1985-1990) seguia com uma economia em descontrole, estando João Sayad à frente da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Edson Nunes, Secretário-Geral Adjunto. Nesta função, participou da implementação do Plano Cruzado e foi responsável pelo diálogo com a sociedade, na área de preços, recebendo diretores de colégios, creches, cursos de inglês e universidades, para discutir as mensalidades, sob a coordenação de Pêrsio Arida e João Sayad. Diante da saída de Bacha, assim se deu sua escolha para presidir o IBGE, em suas próprias palavras, conforme depoimento à Memória Institucional do IBGE, em 11 de abril de 2006, transcrito a seguir:

O João Sayad, nas vindas para o Rio de Janeiro, teve vários encontros com governadores então eleitos. A ex-mulher do Moreira Franco, Celina Amaral Peixoto, era presidente do Arquivo Nacional. E ele, num jantar com os deputados, disse: “Professora Celina, o seu Arquivo Nacional é bem tratado no governo? A senhora tem o orçamento?” Ela [respondeu]: “Não devia nem te falar, ministro, porque eu tenho um ex-aluno escondido na sua equipe, o Edson Nunes, que foi meu aluno na Universidade Federal Fluminense, e eu nunca tive tanto orçamento quanto eu tenho nessa gestão”. Eu cuidava

do orçamento da parte mole do governo, pode-se assim dizer, educação, ciência e tecnologia, cultura, todas as coisas que os economistas consideram não fundamentais. O Andrea Calabi cuidava dos orçamentos da parte dura, indústria, coisas desse tipo. Depois da Celina me fazer esta menção para o João Sayad, em várias outras passagens pelo Rio de Janeiro ele registrou minha presença em reuniões com cientistas, com o pessoal da academia, porque, como eu coordenava, no Ministério do Planejamento, o orçamento da área de ciência e tecnologia, eu me reunia com frequência com assembleias de cientistas do Rio de Janeiro, aqui no Rio e em Brasília. Então, em várias passagens, ele foi registrando a minha presença nessas áreas de ciência e tecnologia, e uma interação com o governo do Estado do Rio. Acho que isso ficou na cabeça dele. Ele me chamou um dia e disse: “preciso nomear o presidente do IBGE”, e começou a descrever o que precisava. Fiquei imaginando e concluí: “Acabo de ganhar um problema”. Ele disse: “Queria um presidente que fosse do Rio de Janeiro, uma pessoa com formação acadêmica terminada, que tivesse bom trânsito na comunidade acadêmica e científica local, junto ao governo do Estado”. Eu falei: “João, você está insinuando que eu vá para o IBGE?” E ele: “Estou insinuando que você vá para o IBGE e me faça a gentileza de despolitizar a Instituição, que ficou politizada por essa questão dos índices (NUNES, 2006).

Edson Nunes assumiu a Presidência do IBGE com o compromisso de dar continuidade ao processo da Reforma Administrativa iniciada pelo seu antecessor. Naturalmente, os índices de preços estiveram em pauta o tempo todo, tomando muito de seu tempo pessoal, como o tomara de Edmar Bacha. Pouco a pouco, foi ficando evidente, aos envolvidos e aos interessados, que a equipe interna era isenta, e, ao mesmo tempo, foi sendo fixada a prática de que, conforme a determinação do Ministro Sayad, não haveria politização dos índices.

Já no Gabinete da Presidência, o jovem Edson dizia sentir-se isolado, conforme *e-mail* em resposta a Nelson de Castro Senra: “Acho que a Presidência do IBGE foi desenhada de maneira ‘majestática’, como se fosse uma instância muito alta, em que o Presidente fica isolado dos processos técnicos da Casa, se assim o desejar”; e acrescenta: “Estamos tentando resolver este problema com a reforma do Estatuto do IBGE e a criação do Comitê [Conselho] Consultivo de Chefias Intermediárias - CCCI, que, de

dois em dois meses, se reúne na Presidência” (NUNES, 2007). Enquanto ele foi Presidente, o Conselho funcionou (a primeira reunião ocorreu em 21 de maio de 1987) e deu a todos um incrível sentimento de pertencimento.

Respondendo, por *e-mail*, à pergunta de Nelson Senra sobre o sentido e o objetivo daquele Conselho, Edson Nunes assim disse:

O Conselho de Chefias Intermediárias, bem como os comitês [que havia nas Diretorias, e se reuniam previamente], tinha o objetivo de envolver as chefias no co-comando, mas também na responsabilidade efetiva sobre os comandados. A pressão sindical, muitas vezes sem rumo claro, tinha a capacidade de subir diretamente, criando uma comoção política desproporcional à sua força efetiva. Assim, conseguiam greves, por exemplo, apenas por comunicar que havia greve e fazer uma meia dúzia de piquetes. E as chefias simplesmente aceitavam, ou não combatiam pelo lado da administração, apenas se acomodavam, talvez porque não se sentissem responsáveis ou parte do comando. Entendia que as chefias deveriam ser chefias mesmo, com liderança sobre seus setores. Para isso, teriam que poder se expressar num fórum de comando, a partir do que se sentissem parte efetiva de tudo. Além disso, o conselho permitia trazer ao Rio o povo dos estados para uma participação colegiada, quebrando um pouco a noção de arquipélago e distanciamento local frente ao nacional. Mas não deu tempo. Era difícil reunir todo mundo porque nem havia espaço adequado, de tanta gente que era o encontro geral (NUNES, 2007).

Edson Nunes tentou aumentar o envolvimento dos servidores, fazendo-os partícipes das decisões. Firmou, em 1987, o documento *Protocolo para a negociação do acordo coletivo de trabalho, 1988/1989, que entre si fazem, de um lado, representantes da Direção do IBGE e, de outro, os servidores do IBGE, designados pela CNTC elou ASSIBGE*¹, pelo qual, além das pessoas diretamente envolvidas nas negociações, havia um rodízio de técnicos que as assistiam, e que, nos intervalos, em sala própria, eram chamados a expressar opiniões. Festejando o Protocolo, Edson

¹ No regime celetista, os acordos coletivos de trabalho precisavam ser assinados por uma entidade sindical, já que era vedado o direito à sindicalização. À época, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - CNTC representava a categoria junto à Justiça do Trabalho. Em sua evolução histórica, a Associação dos Trabalhadores do IBGE - ASSIBGE deu origem à atual ASSIBGE Sindicato Nacional.

Nunes informou, no *Jornal do IBGE*², que aquele seria o último ano em que “a Direção ficou sozinha para negociar um acordo coletivo de trabalho”, e afirmou: “Funcionando como um canal de comunicação entre a Direção da Casa e os funcionários, as chefias intermediárias terão papel importante no processo de negociação” (NUNES, 1988, p. 3).

A tese defendida no doutorado na University of California, Berkeley, sobre clientelismo e insulamento burocrático no Brasil, posteriormente publicada como livro³, foi oportuna para pôr em prática suas novas ideias. Assim, modernizou os processos de trabalho e acabou com a Diretoria de Administração do IBGE, transferindo Alexandre de Amaral Rezende, até então seu titular – um dos melhores quadros trazidos por Edmar Bacha (1985-1986) e o principal responsável pelo início da transformação modernizadora da administração do Instituto – para a função-chave de Diretor-Geral. Para essa Diretoria, passaram as atividades administrativas, em uma estrutura econômica⁴. Pouco depois, em virtude da morte trágica de Alexandre Rezende⁵, Eduardo Augusto Guimarães, que permanecera na Diretoria de Pesquisas, ocuparia a Diretoria-Geral. Edson Nunes explicou, no *Jornal do IBGE*, a nova configuração do Instituto:

A alteração no Conselho Diretor visa a refletir na Direção a configuração do IBGE como uma instituição técnica e de pesquisas, orientada basicamente para as áreas de geociências, estatística e informática. Ou seja, a orientação da Casa deve estar baseada num conceito eminentemente técnico. Antes, havia a definição de diretorias-meio e diretorias-fim. Agora, não fazia sentido colocar entre um número tão pequeno de diretorias

² Em continuidade à revista *Nova Imagem*, iniciada na gestão de Edmar Bacha, e cujo último fascículo, de número 7, corresponde ao período out./nov. 1986, foi criado, pela jornalista Shirley Soares, um novo veículo de comunicação interna, o *Jornal do IBGE*, que apresentava uma seção-chave, *Conversa com o Presidente*, em que Edson Nunes informava suas ações. O fascículo inicial corresponde a maio 1987, e o último, de número 35, a mar. 1990.

³ Trata-se de: NUNES, E. de O. *Bureaucratic insulation and clientelism in contemporary Brazil: uneven state building and the taming of modernity*. 1984. 231 p. Tese (Doutorado)-Department of Political Science, University of California, Berkeley, 1984. Ver também: _____. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: ENAP, 1997. 146 p.

⁴ Na gestão seguinte, de Charles Mueller, a estrutura receberia expressivos aprimoramentos.

⁵ Em 27 de julho de 1987, Alexandre Rezende, a esposa e a filha morreram em um grave acidente rodoviário, na BR-040 (Rio-Belo Horizonte), que envolveu dois ônibus e um carro. O acidente teve um total de 62 mortos e 30 feridos.

(quatro) a de Administração. Isso não significa que a área administrativa tenha menos importância nem que deixe de participar das reuniões de diretoria. Pelo contrário, ela é tão vital que se espalha pelas áreas técnicas, mas tem que ser entendida e definida como a área fundamental de apoio e o meio para a execução de todas as outras (NUNES, 1987, p. 3).

No esforço de abrir e modernizar a Casa, Edson Nunes atribuiu caráter prioritário ao Projeto Especial de Previsão de Safras, com a utilização de imagens de satélite, sob a coordenação, como consultor, de Charles Mueller (que fora Diretor de Agropecuária, Recursos Naturais e Geografia na gestão anterior, de Edmar Bacha, e viria a ser seu sucessor); à efetiva execução do Sistema de Contas Nacionais, antes realizado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e incorporado, em 1986, aos trabalhos do IBGE; além de vários projetos na área de recursos naturais e meio ambiente (sem os relacionar explicitamente)⁶. Deu, ainda, alguma atenção à elaboração de indicadores na área social, tendo em mente o exercício da cidadania no Brasil, para o que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD foi utilizada intensamente.

Em sua gestão, criou, em 1987, uma Comissão Consultiva para o planejamento do Censo Demográfico 1990 (realizado apenas em 1991), composta por estudiosos e ilustres pesquisadores em diversos temas ligados à população, dentre os quais: Isaac Kerstenetzky, ex-Presidente do IBGE (1970-1979); Elza Salvatori Berquó, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP; Hélio Augusto de Moura, da Fundação Joaquim Nabuco; João Luiz Maurity Saboia, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; José Alberto Magno de Carvalho, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Nelson do Valle Silva, do Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC; e Wilton de Oliveira Bussab, do Departamento de Estatística da Universidade de São Paulo - USP. A Comissão Consultiva propunha-se a ser um elo entre o IBGE e a sociedade. Com isso, buscou-se atender à demanda de informações dos diversos setores, contando com a assessoria desses especialistas, que opinavam

⁶ Os Censos Econômicos e o Censo Agropecuário referentes a 1985 seguiram sendo apurados.

sobre as decisões relativas ao conteúdo dos questionários, à amostra e aos métodos de apuração, entre outros aspectos do levantamento. Promovidas as consultas aos usuários, cerca de 3 000 sugestões foram obtidas de cerca de 250 usuários.

Cabe também destacar, em sua gestão, a valorização da política de disseminação de informações iniciada por Bacha e a cargo do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI. Um grande Seminário de Disseminação de Informações, realizado no Rio de Janeiro em dezembro de 1987, agitou a Casa e forneceu valiosos subsídios à disseminação, no sentido de aumentar a rapidez na oferta dos dados (estatísticas), sem “gastar” tempo em análise. Para Edson Nunes, sempre que o IBGE se propunha a fazer análises, atrasava a divulgação das informações. Nesse tempo, a ênfase residiu nos sistemas de informação e na adoção de acessos rápidos às estatísticas. Entretanto, ele entendia o IBGE como uma organização de inteligência e um prestador de serviços por excelência.

A III Conferência Nacional de Estatística - CONFEST⁷, projeto defendido por Edmar Bacha, foi endossada na gestão de Edson Nunes, com a criação de uma Comissão de Coordenação por ele presidida. Anunciada para o final de 1987, só ocorreria em novembro de 1989, já sob a chancela de Charles Mueller (1988-1990), em virtude das crises de gestão. Saiu-se pouco do campo das ideias, em que pese as várias reuniões da referida Comissão, mas fica a Edson Nunes a honra de ter dado início efetivo aos preparativos para a realização da CONFEST, em junho de 1987.

Seguiram-se 17 meses até Edson Nunes ser afastado do cargo. Ele passou por três Ministros-Chefes da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (João Sayad, Aníbal Teixeira de Souza e João Batista de Abreu) e, apesar do seu poder de negociação, não conseguiu resolver o impasse entre os servidores do IBGE, que não tinham meios para sair da greve, e o governo, que exigia a demissão de 10 grevistas por dia. Esticou a corda ao máximo e acabou entregando o pescoço em nome do diálogo, que foi a marca de sua gestão. Em suas próprias palavras:

Não deixei, fui demitido por uma nota dada pelo Planalto para uma edição extra do *Jornal Nacional*, em abril de 88. Começou nova onda de greves:

⁷ Em nenhum momento falou-se, à época, na realização de uma Conferência de Geografia (Geociências).

IBGE, Petrobras e uma ameaça de greve no Banco Central. João Batista de Abreu achou que ia quebrar a espinha dorsal do movimento sindical estatal com demissões. A ordem que veio do governo era a seguinte: no primeiro dia, demitir 10 funcionários, no segundo dia, 20, para que a greve acabasse. Eu disse: “Não vou cumprir esta ordem antes de negociar (NUNES, 2005, p. 276).

As demissões, que não fez, de pronto foram feitas pelo interventor nomeado Celsius Antonio Lodder⁸, para logo, por decisão judicial, serem anuladas, e os demitidos, reintegrados. Quase 20 anos depois, em depoimento à Memória Institucional do IBGE, em 11 de abril de 2006, Edson Nunes contou aquela situação, conforme transcrito a seguir:

De toda sorte, o conselho interno teria tido uma serventia política importante, bem como poderia ser poderoso instrumento de gestão eficiente e mais partilhada. Na última reunião grande, no auditório da Fazenda, eu teci considerações, no limite da clareza que poderia usar, dizendo que o governo adernara à destra e que iríamos perder tudo, apesar da sensação, falsa, que o movimento sindical tinha de que estava ganhando. Eu sabia que tinha adernado mesmo, não tinha como dar os detalhes ali naquela enorme assembleia. Acho que por isso talvez tenha ficado mais como uma análise do cientista social, do que uma voz da presidência. Eu sabia que era hora de virar o jogo à busca da distensão, ou o tacape ia baixar. E para isso eu precisava desesperadamente das chefias nas pontas. Mas isso ia demorar, até mesmo porque as chefias não estavam acostumadas a isso e acabavam se vendo como funcionários, não como chefes (NUNES, 2006).

⁸ Com o afastamento de Edson Nunes da Presidência do IBGE, o governo federal nomeou o economista Celsius Lodder como interventor do Instituto pelo período de 13 de abril de 1988 a 3 de maio de 1988.

Entrevista realizada em 2 de abril de 2015, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, no Rio de Janeiro⁹

O SENHOR CONHECIA O TRABALHO DO IBGE ANTES DE ASSUMIR A PRESIDÊNCIA (1986)?

Não há quem seja pesquisador da área de Ciências Sociais que não conheça bem o trabalho do IBGE. Eu havia sido Diretor de Pesquisas do IUPERJ na década de 1970, antes de viajar para os Estados Unidos. Ou seja, desde então já éramos usuários frequentes dos produtos do IBGE, inclusive usávamos muito uma publicação que desapareceu: certos cadernos com estatísticas municipais que continham informações muito detalhadas, coletadas pelas delegacias do IBGE [atuais Unidades Estaduais do IBGE]. Eles só existiam na Biblioteca do IBGE. E é só um exemplo. Portanto, éramos usuários desde a década de 1970. E, quando voltei dos Estados Unidos e fui para o governo federal, me aproximei muito mais por causa do casamento natural do IPEA com o IBGE. E não devo esquecer que, no Censo de 1970, como estudante universitário, fui recenseador do IBGE.

NO DISCURSO DE TRANSMISSÃO DE CARGO, O PROFESSOR EDMAR BACHA DISSE QUE O SENHOR TINHA COMPETÊNCIA PARA FAZER ARTICULAÇÃO POLÍTICA QUE O IBGE PRECISAVA PARA SE PROTEGER. O SENHOR TAMBÉM RECEBEU UMA MISSÃO DO GOVERNO PARA DESPOLITIZAR A CASA. O QUE DE FATO O SENHOR ENCONTROU NO IBGE?

Eu não encontrei nenhum dos problemas de politização do IBGE. O que o Edmar quis dizer com isso é que a pressão política em torno da questão do índice de preços ficou muito intensa. Inclusive quando ele estava por renunciar, antes de ele formalizar a renúncia, nós, do Ministério do Planejamento, por determinação do Ministro Sayad, tentamos mantê-lo; eu na Secretaria Geral-Adjunta do Ministério do Planejamento, e Chico Lopes, que era consultor do Ministério. Tentamos montar um grupo de trabalho para manter o Edmar, que era crucial. A presença dele era fundamental. Mas não tivemos sucesso. Talvez seja disso que o Edmar esteja falando. Mas as pressões da Fazenda não vinham só do nível executivo, vinham do próprio Ministro da Fazenda, que tinha um

⁹ A citação simplificada dos nomes próprios foi mantida no corpo da entrevista, de modo a preservar a leveza de seu conteúdo original. Em caso de dúvida com relação à menção de algum personagem, sugere-se consultar a lista de nomes completos, ao final da publicação.

litígio de entendimento político do que significava a inflação. Nós, do lado de cá [Ministério do Planejamento], achávamos que tinha que acabar, ou rever a política rígida de controle de preços, porque havia uma escassez muito grande e estávamos entrando numa crise profunda. Já o lado de lá [Ministério da Fazenda] dizia que não, que tínhamos que continuar. Obviamente, nós estamos falando da eleição presidencial de 1986. Isso foi controlado até que a eleição passasse. E aí começaram a levantar suspeitas, e parte do que Edmar está falando pode ter a ver com isso, sobre a própria coleta de preços.

QUAL ERA A SUSPEITA?

Diziam que os Agentes de Coleta eram incautos ou incompetentes para capturar os preços com descontos. Eles iam aos locais de coleta de preços e coletavam o preço da etiqueta, e não o preço praticado. Foi uma acusação que ficou no ar durante um tempo, de modo que, quando estava no IBGE, logo no começo, tivesse uma série de reuniões com os Agentes de Coleta, de uma maneira muito discreta, para que as pessoas não soubessem por que eu estava fazendo isso. Não sei nem se é do conhecimento das pessoas, mas nós reuníamos um mar de Agentes de Coleta em alguns lugares e perguntávamos a eles especificamente como é que eram coletados os preços. E obviamente ficou claro para mim que o pessoal da Fazenda estava fazendo tempestade em copo d'água. Os Agentes de Coleta coletavam o preço corretamente praticado, coletavam preço com desconto. Ou seja, não havia nada de errado no índice, o índice não estava politizado ou não estava desatento do preço real, dos preços de oferta. Eu fiquei muito impressionado com essas reuniões porque os Agentes de Coleta se sentiam agredidos no orgulho deles, de que eles estariam fazendo uma coleta impertinente de preços, que era a acusação que vinha do Ministério da Fazenda. Então, eu acho que o que o Edmar quis dizer é um pouco isso, talvez tenha faltado paciência a ele. Mas ele estava errado nas duas contas – nem ele era incompetente para isso, nem era impaciente. É que a renúncia dele impossibilitou a continuidade da pressão. Ele próprio destruiu, com sua renúncia, a possibilidade de o governo pressionar o índice de preços. E quando o Sayad pediu que eu fosse para o IBGE, ele disse: “a sua missão é despolitizar a discussão sobre o índice de preços”. Mas, veja, isso é uma profecia que se autocumpriu, porque o Edmar a realizou ao renunciar e deixou claro que sua decisão tinha a ver com a tentativa de fazer um índice de preços trabalhado ou “descongestionado” de alguns itens que estavam com uma velocidade muito alta de aumento.

ENTÃO, EM SUA OPINIÃO, A RENÚNCIA DO EX-PRESIDENTE EDMAR BACHA AJUDOU O IBGE?

A renúncia do Bacha ajudou o IBGE. Eu não creio que ele precisava ter feito, porque a resistência e a denúncia pública dele já tinham resolvido o problema. O que eu acho que faltou – talvez seja isso que ele queira dizer no discurso – foi aquele apetite ou aquela paciência para essa natureza dos processos técnicos e políticos em Brasília. Eles são desgastantes e tomam muito tempo. Falando em economês, isso tem um custo de transação muito alto. Então, não é que lhe faltasse competência e nem é que fosse necessário renunciar. Ele tinha uma equipe de primeira linha e estava com sua diretoria arrumada. Ajudou o IBGE, não tenho dúvida, mas foi uma realidade que não precisava ter acontecido.

NAQUELA ÉPOCA, A PRESSÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA ERA MUITO PESADA?

Veja, essas pressões não são diferentes das discussões que acontecem hoje. O que nós tínhamos como assessoria econômica da Fazenda é aquilo que agora, no governo atual, se resolveu chamar de economistas desenvolvimentistas, de um lado, e, de outro, economistas cujo nome eu não sei dar. Ortodoxos? Hoje seriam chamados de neoliberais? Porque também agora você tem apelido para qualquer coisa, não é isso? Mas o que você tinha era um conflito natural entre duas perspectivas de visão da economia. Os desenvolvimentistas de um lado, que acham que o Estado pode tudo, não tem limite de gasto – se você puder esticar a corda com o distributivismo, por exemplo, o controle de preços, você terá um futuro virtuoso lá à frente. O lado de cá diz: se você continuar, você vai fazer falência, o câmbio vai ficar mais doido, a inflação vai disparar. Parece que é conversa de hoje. É exatamente o que nós estamos discutindo na data de hoje no segundo Governo Dilma. Mas, se você procurar as pessoas, também eram as mesmas pessoas.

COMO É QUE O SENHOR MONTOU A SUA EQUIPE? O PROFESSOR CHARLES MUELLER TAMBÉM FAZIA PARTE DA SUA EQUIPE?

O Charles era membro permanente por causa dos estudos sobre a coleta agrícola. Ele já tinha um projeto muito importante, estava na Universidade de Brasília [UNB]. E resolvemos manter e injetar recursos no projeto do Charles. Ele era um integrante natural do IBGE. A equipe foi montada com as sugestões do Regis Bonelli. O Regis dizia: “Não perca o Eduardo Augusto. Com Eduardo Augusto você toca a Casa. Não perca o Zégui”; o Zé Guilherme eu conhecia já de longa data. Mas, então, vieram muitas recomendações do Regis Bonelli, que fazia parte

de um grupo de economistas com o qual eu convivia no Rio de Janeiro. É um grupo que, na época, era muito festeiro, e essas festas ficaram muito intensas depois da abertura política. Então, os economistas e alguns cientistas sociais tinham um laço de amizade, conexões muito fortes. Dessa maneira, foi muito fácil contar com o apoio e com a recomendação dos amigos. Aí, eu fui direto ao Eduardo Augusto pedindo que ele, por favor, ficasse. E houve o Alexandre, que ficou até que o perdemos para um infeliz desastre¹⁰. No fim, montar a equipe teve o auxílio muito direto da competência do Regis Bonelli, mas teve esse elemento interessante da amizade entre as pessoas. Eu me lembro até que, quando eu fui demitido, no *Jornal Nacional*, de tarde, uma jornalista ligou perguntando o que eu tinha dito para o Secretário-Geral da SEPLAN [Secretaria de Planejamento da Presidência da República] – que foi quem tinha feito a minha demissão, atuando como Ministro interino [João Batista de Abreu] – quando ele me disse “faz, Edson, resolve, faz as demissões”. Aí eu me lembro de dizer a ele “não vou fazer não porque os amigos e colegas, aqui no Rio de Janeiro, fazem festas enormes; aqui tem festas deliciosas e eu quero continuar frequentando as festas que frequentava antes”, o que certamente não aconteceria se eu concordasse com estas demissões que já em si pouco sentido faziam. Então, veja, as festas estão no começo e estão no fim.

COMO O SENHOR CONHECEU A SUA CHEFE DE GABINETE, LUCIA HIPOLITO?

Lucia é uma amiga de longuíssima data, e eu a convidei para vir para o IBGE para me ajudar nos projetos de estudos que nós fôssemos desenvolver, como se fosse uma assessora especial para a área acadêmica, de estudos acadêmicos. Lucia ia ter esse papel central numa assessoria, para fazer com que tivéssemos uma dedicação acadêmica em estudos do IBGE e algumas conexões acadêmicas. Isso tudo foi por água abaixo, porque Lucia se mostrou uma competentíssima Chefe de Gabinete muito rapidamente. Então, ela saiu dessa função de assessoria e substituiu Paulinho de Góes, que veio de Brasília comigo, que era meu Chefe de Gabinete. A outra pessoa que eu trouxe, e que foi escolha pessoal, foi o Paulo Tafner, que veio de Brasília também. Então, Paulinho de Góes e o Paulo Tafner vieram, aceitaram convite para se mudar para o Rio de Janeiro. Paulo era assessor nosso na SEPLAN, responsável pela inovação tecnológica. Nós estávamos começando por aí, em 1980 e pouco; nós estávamos começando um processo de inovação tecnológica

¹⁰ A esse respeito, ver nota 5 deste mesmo capítulo

intenso no Brasil e no governo. Veja, nós vínhamos da revolução do Vale do Silício, em 1978. Eu morava no Vale do Silício, portanto eu vinha do meio daquela revolução de tecnologia computacional e da microcomputação. Eu vivia nas feiras de computadores, tinha meus computadores pessoais, eu montava, desmontava nas feiras. Então, o Paulo veio para a SEPLAN para fazer uma modernização e nos introduzir na cultura da microcomputação, ou seja, na liberação do *mainframe*. A rigor, o que se passava pela minha cabeça é que essa dependência do *mainframe*, com a qual eu fui educado como cientista social, já tinha sido superada.

DEPOIS QUE FICOU DECIDIDO QUE A ENCE [ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS] PERMANECERIA NO IBGE, O SENHOR DECIDIU RENOVAR A ESCOLA. COMO FOI A CONTRATAÇÃO DOS NOVOS PROFESSORES?

A decisão de manter a ENCE já havia sido tomada pelo Edmar. A Comissão era formada pelo Simon, pelo Nelson Valle Silva e por outras pessoas¹¹, e as conclusões do Simon foram muito precisas: “essa é uma excelente Escola”. E eles me deram esses resultados e o Edmar deixou um envelope escrito *FYEO, for your eyes only*; nele havia coisas que ele queria que passassem só pra mim. Uma delas era a decisão sobre a ENCE e outras coisas delicadas que tivessem acontecido. O que eu imaginei, olhando o Relatório do Simon e do Nelson¹², é que escola não se fecha; não se fecha faculdade; não se acaba com uma instituição de ensino num país como o nosso, principalmente se a instituição tem qualidade. Não interessa que ela esteja no IBGE. Se você tem uma boa escola, faça dela uma escola excelente; e se tiver que ser no IBGE, tanto melhor que seja, pois ela estará protegida “mais ou menos” de alguns problemas das universidades federais, por exemplo. Então, me pareceu que foi uma decisão que tinha um cunho estratégico: vamos aprofundar os estudos. E trazendo o Djalma e o Kaizô, você já subia de qualidade, e podia começar a focar na observação de estatísticas aplicadas. A estatística, se você observar o destino do IBGE, se tornou uma estatística voltada para os problemas que estão sob análise, tanto é que houve um casamento muito rápido com demografia e com estudos

¹¹ Trata-se da Comissão Externa para Avaliação dos Vínculos da ENCE com o IBGE. A Comissão era composta por Nelson Valle Silva, Basílio Pereira Bragança, Ricardo Milton Frischtak e Thadeu Keller Filho, funcionando sob a presidência de Simon Schwartzman.

¹² Para informações complementares sobre o assunto, consultar o documento completo divulgado por Simon Schwartzman em: COMISSÃO EXTERNA PARA AVALIAÇÃO DOS VÍNCULOS DA ENCE COM O IBGE. *Relatório final*. Rio de Janeiro, 1986. Disponível em: <<https://archive.org/details/EscolaNacionalDeEstatistica>>. Acesso em: jan. 2016.

sociais relevantes. Então, me pareceu uma das decisões mais simpáticas para ser tomada e mais agradável, porque salvar uma escola faz bem a você.

O SENHOR DEU CONTINUIDADE À REFORMA ADMINISTRATIVA E ACABOU COM A DIRETORIA ADMINISTRATIVA, TRANSFORMANDO-A NUMA SUPERINTENDÊNCIA DENTRO DA DIRETORIA-GERAL. QUAL FOI A GOTA D'ÁGUA PARA ACABAR COM A DIRETORIA ADMINISTRATIVA?

Tem uma porção de gotinhas de sereno que vão acontecendo. Era aquela romaria de Diretores na minha sala ou em conversas informais sobre as dificuldades de tratar com a Diretoria Administrativa. Contenção de despesas, cortes e uma série de restrições sobre prioridade técnica, que a Administração não tem a menor ideia do que se trata. Já havíamos vivido isso no IPEA. A inspiração vem da sociologia organizacional, vem do Vale do Silício outra vez. Porque haviam sido desenvolvidos alguns estudos importantes de política em organizações, de sociologias organizacionais, mostrando que a estrutura burocrática tradicional não funcionava em instituições que dependiam de inteligência para funcionar, ou seja, aí passaram a existir estudos sobre organizações de inteligência. E organizações de inteligência funcionavam tanto melhor quanto menos problema um diretor administrativo pudesse criar; quanto mais baixo fosse o nível de hierarquia; quanto mais abertas fossem todas as portas; e quanto mais próximos estivessem os cérebros de verdade, os meninos novos, os PhDs novinhos, com aqueles óculos pequenininhos, dos camaradas que tomam decisão. Então, eu vinha com essa coisa de sociologia organizacional, pois nós tínhamos uma área, em Berkeley, de política pública aplicada a organizações. E havia muitos estudos interessantes sobre como a hierarquia e a burocracia atrapalham a inovação. E, principalmente, estudos interessantes que mostram que as chefias intermediárias e os dirigentes, que estão a ponto de virar superdirigentes, são os que mais atrapalham a inovação, são os camaradas que bloqueiam o fluxo de informação, porque elas ficam aprisionadas nas chefias intermediárias, que se sentem ameaçadas por inovação. Então, um pouco do que você descobre, analisando as estruturas de organizações de inteligência, é que primeiro quem cria normalmente são os mais novos, são jovens PhDs, são pessoas com muita fome de fazer coisas e com uma visão muito aberta e sem medo. E quanto mais você sobe nessa carreira, mais adquire uma certa cautela política de preservar o seu cargo. Então veja, misturando essas duas coisas, não fazia sentido eu ter entre a área técnica e a Presidência do IBGE um Diretor Administrativo, porque

eu não ia saber nunca do que estava acontecendo nas áreas técnicas de uma organização de inteligência. Eu entendia o IBGE como uma organização de inteligência. E uma organização de inteligência tinha que ser fluida, aberta para informação externa. Portanto, tinha que deixar fluir informação de dentro para fora, parar com muitos segredos, considerar que fazíamos coisas para o público, deixar fluir, quebrar o número de hierarquias e o número de defesas das chefias intermediárias ou de diretores com relação à inovação. Ora, as gotas de sereno que estou dizendo são esses aprendizados do passado, o que a gente observava no IPEA e claramente observava no IBGE era que a Diretoria de Administração era uma coisa que não fazia sentido.

A ESTRUTURA DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ERA MUITO GRANDE?

Primeiro, era grande demais porque era cheia de afilhado político, ou seja, o Brasil tinha esse hábito, que vinha do Governo Militar. O Presidente da República chamava os deputados federais e oferecia empregos, oferecia cargos no IBGE com muita frequência. Quem me relatou a prática, com toda honestidade e sinceridade, foi o falecido Deputado Álvaro Valle. Então, essas pessoas eram nomeadas nos estados, ficavam penduradas nas estruturas administrativas das regiões ou vinham para Rio de Janeiro e ficavam penduradas aqui. E isto não parava. Eu me lembro de perguntar ao Miro Teixeira um dia: “Miro, eu não sei o que fazer. Há caixas de telegramas de deputados com recomendação da Casa Civil de que sejam atendidos: emprego, emprego, emprego. Já tem 15 mil funcionários aqui. Como é que vamos empregar gente?”. Aí ele virou: “Vocês não entendem nada de política. Ninguém quer emprego nenhum, ele quer que você dê uma resposta. Não deixe um telegrama sem resposta. Diga que tomou cuidado, mas dê uma resposta. O que o Deputado precisa é mostrar para o sujeito que pediu o emprego, que ele mereceu atenção e carinho. Se não nomear, Deputado nenhum vai ficar zangado com você”.

O SENHOR CHEGOU A NOMEAR ALGUMA PESSOA INDICADA POR ALGUM POLÍTICO?

Chegamos a nomear. Você não chega a nomear, a nomeação chega pronta. Não foram muitas, não. Nomeações ocorreram mesmo só no Maranhão. No resto, nós conseguimos não fazer. Nós refugávamos as nomeações, nós criávamos uma confusão desgraçada para não nomear. Eu tive o mesmo problema com o Maranhão, no IPEA. A pessoa já vinha no meu Gabinete com bilhete da Chefia

do Maranhão, dizendo que era para ser nomeado e o sujeito já vinha com a tabela de cargos e salários do IPEA na mão. Eles diziam: “eu quero este cargo com este salário”. Aí você dizia: “Não, não pode”. Esses lá no IPEA eu consegui evitar por completo. No IBGE, foi mais difícil evitar, para o Maranhão. Para o resto do Brasil, nós não fizemos, pois nós já estávamos num processo de redução de quadros, nós já estávamos num processo de diminuir o tamanho do IBGE. Começamos em 15 mil, fomos parar em 12 mil muito rapidamente. Algumas coisas, naquela época, era impossível não fazer, e vinham da família da Presidência da República. Então, apareciam 50 pedidos. A gente limava aquela lista. Tinha gente que não tinha ensino superior, tinha gente que era menor de idade. A gente criava empecilhos, todos os empecilhos possíveis. Até o dia que você não tinha mais empecilho pra criar. E aí é um constrangimento. Essas pessoas ficavam lotadas na Diretoria de Administração. Quando eu cheguei, a Diretoria de Administração era uma das maiores Diretorias da Casa, em termos de pessoal. Você não sabia direito o que essas pessoas faziam. Você sabia que tinha um cabide de emprego político, desde o Governo Militar. Para fazer redução no Estado clientelista, com um comando daquela natureza, você tem que fazer nas duas pontas, você faz reduções técnicas e não tem como não ceder numa ou noutra conjugação. Aliás, é sobre isso que é minha tese de doutorado: clientelismo, patrimonialismo, como forma de montagem de estrutura de poder, riqueza e dinheiro. Você tem um limite para resistir a isso. Nós passamos do limite da resistência, mas alguma nomeação fizemos.

NA SUA GESTÃO O SENHOR TAMBÉM CRIOU O COMITÊ CONSULTIVO DENTRO DAS DIRETORIAS E O CONSELHO DE CHEFIAS INTERMEDIÁRIAS. O QUE O SENHOR PRETENDIA COM ISSO?

Nós tivemos que criar os Comitês de Chefias. Porque eu estava no processo de transferir o Projeto RADAM¹³, em nome da SEPLAN, antes de ser Presidente do IBGE, então, eu vinha ao Rio de Janeiro com frequência, e via as dificuldades que o Edmar e a Diretoria tinham de enfrentar com as greves. Eu me lembro de uma imagem do Edmar na Mangueira [Complexo do IBGE no Rio], ou ele ou um Diretor, abrindo a cancela, pedindo para as pessoas

¹³ Visando conter os gastos públicos, o governo federal, por meio do Decreto n. 91.295, de 31.05.1985, incluiu na estrutura organizacional do IBGE a Comissão Executiva do Projeto RADAMBRASIL, com cerca de 600 profissionais.

entrarem, e as pessoas não entraram. Foi um gesto importante, mas acho que foi um gesto derrotado, pelo que me lembro. As pessoas não entraram para trabalhar. Eu conhecia Deus e o mundo no IBGE, fiquei imaginando se tinha muito a ver com o fato de que as chefias não estavam envolvidas ou desempenhando adequadamente esse papel. Porque as chefias eram chefias para te pedir, demandar coisas, mas não eram um caminho de duas vias. Quando você precisava das chefias, elas ficavam na rua, em greve, contra a própria Instituição. Eu imaginei, obviamente, que as chefias tinham o direito de fazer isto, mas também que um pouco disso talvez tivesse a ver com o fato de que elas não eram chefias efetivamente, que elas não tinham voz de poder, de verdade, para dentro, a ponto de se sentirem responsáveis para abandonar companheiros lá no piquete. Então, imaginei que se eu criasse um Comitê de Chefias Intermediárias e formasse um sistema de consulta mais intenso para as chefias intermediárias, eu teria uma vantagem, um ponto de apoio, com relação aos movimentos grevistas. Pensei, então, que isto poderia alterar um pouco e criar um problema logístico, que a mesma coisa se repetia nos estados, pois você tinha que trazer gente do Brasil inteiro para fazer essas reuniões de chefias intermediárias. Aliás, foi numa delas que eu avisei: “olha, o governo acaba de adernar à destra, o governo virou à direita, nós vamos todos ser demitidos daqui”. Eu me lembro perfeitamente de ter feito esse discurso na minha última reunião de chefias intermediárias, no auditório do Ministério da Fazenda, eu acho – o único lugar onde cabia o povo todo; não cabia essa gente toda em lugar mais nenhum.

QUANTOS CHEFES PARTICIPAVAM DESSAS REUNIÕES?

Eu imagino que 400 ou 500 pessoas. O Brasil todo, as chefias intermediárias do Brasil todo.

QUANDO O SENHOR FALOU ISSO, ELES ENTENDERAM?

Acho que não. Acho até que eu me expus um pouco ao dizer que o governo acabara de adernar à destra e nós estávamos perdidos. Eu achava isso mesmo. Acredito que não entenderam. As chefias tinham um problema complicado, pois veja o seguinte: você está vivendo o começo de um processo de democratização, e é pela primeira vez, pelos primeiros anos que você pode fazer isso tudo e não ser preso, ter inquéritos, ser demitido. Ou seja, o Brasil estava começando a viver com uma novidade, havia liberdade para fazer isso. E calibrar isso não é

fácil. O movimento grevista e os partidos políticos achavam que tinham mais força do que realmente tinham. Eles não tinham nem força, nem estrutura, nem organização. Eu me lembro que o pessoal do Partido Comunista sugeriu que eu demitisse as pessoas, disse: “demite, Edson, e continua, porque seu projeto é mais importante do que essa transição”. Mas nenhum deles tinha poder para desativar as greves. Então, eles entravam nesses processos grevistas, estimulados pelos partidos, pelos sindicatos, mas não tinham estrutura para sair das greves, não tinham comando para isso. E as greves são às vezes muito tocadas por inércias. Você tem poucos grevistas e muita gente que fica em casa. Então, há uma dinâmica das greves, e naquele momento do Brasil, em 1986 – a do Edmar foi em 1985 –, nós estávamos vivendo o começo da verdadeira democratização. Portanto, nem as pessoas que estavam envolvidas nessas greves tinham poder para sair delas, às vezes.

COMO O SENHOR PENSOU EM RESOLVER ISSO?

Acho que eu pensei que poderia ter um pouco mais de tempo, mas acontece que quando eu disse que adernou à destra é porque eu passei por três Ministros diferentes de Planejamento¹⁴. Passei por João Sayad, que saiu rápido, por causa dos conflitos com a Fazenda, muito parecidos com os conflitos do Edmar. Depois do João veio o Aníbal Teixeira, que foi um Ministro sem maiores problemas. Pediu para o IBGE publicar o Plano Nacional de Desenvolvimento [PND] dele. Fizemos, até ficou bonito, na Gráfica do IBGE. Enfim, essa volatilidade de ministros não me deu tempo para aprofundar minhas ideias.

O SENHOR NÃO ESTAVA PREPARADO PARA ISSO?

Mas o que eu estou mencionando para você é o seguinte: são três Ministros. O primeiro Ministro era um Ministro de casa, técnico, sofisticado, de primeira linha. O segundo me exigiu um aprendizado – não estou dizendo que ele estivesse envolvido nesse processo confuso, mas deputados associados à sua bancada estavam. E eu não fui demitido por este ministro diretamente, tanto que depois da minha saída ele me deu de presente um decreto nomeando [para a Presidência do IBGE] o Cláudio Considera, assinado pelo Presidente da República José Sarney. Eu tinha esse decreto, não sei se ainda acho. Ou seja, o Sarney havia assinado

¹⁴ Ele passou por três Ministros-Chefes da Secretaria de Planejamento da Presidência da República: João Sayad, Aníbal Teixeira de Souza e João Batista de Abreu.

esse decreto que o Aníbal e seu Chefe de Gabinete [Secretário-Geral da SEPLAN] puseram no cofre, para usar quando necessário.

E ISSO FICOU GUARDADO NA GAVETA?

Eu não sei por que o Aníbal e o Chefe de Gabinete [Secretário-Geral da SEPLAN] não quiseram fazer isso. No dia que ele saiu, ele me deu de presente. Ele disse: “Toma de presente o que estava no meu cofre e eu nunca usei”. E são épocas da Nova República, que é uma mistura da Nova República do Maranhão, que tem certos sabores especiais.

QUER DIZER QUE O SENHOR APRENDEU MUITO QUANDO TINHA 39 ANOS?

Eu acho que atualizei minha tese de doutorado, que virou um livro interessante, porque ele já está na quarta ou quinta edição, adotado nas Faculdades de Ciências Sociais. Porque depois entrou um Ministro [do Planejamento] duro na queda, que era o João Batista de Abreu, quando se deu o conflito. Porque o João queria endurecer em geral com o movimento sindical. E eu tinha uma conexão muito grande com o processo, que o João talvez considerasse problemático, porque desse pouco tempo de IBGE, eu acho que me ocupei com essas questões mais que os outros. Uma era aumento de salário, que era o tal ajuste de curva¹⁵. E havia um Comitê de Controle das Estatais. Era o Comitê Especial dos Superintendentes das Estatais: formado pelo Ministro do Planejamento; pelo Secretário-Geral da Fazenda, que era o João Batista de Abreu; pelo Secretário das Estatais [Secretaria de Controle de Empresas Estatais - SEST], que era o Philippe Reichstul; pelo Secretário de Planejamento [Secretaria de Planejamento da SEPLAN, chamada Seplanzinha], que era o Francisco Luna. Era preciso ir lá nesse lugar defender o ajuste de curva. Eu consegui defender a do IBGE, mas não teria conseguido fazer esse ajuste de curva sem uma conexão com as chefias de recursos humanos. Tinha um rapaz de recursos humanos no IBGE, Miguel Mubarak, que agora é Professor de Administração. O Miguel conhecia todos os diretores de recursos humanos das estatais do Rio de Janeiro e de fora do Rio. Então, nós

¹⁵ Na ocasião (1987), para qualquer alteração no Plano de Cargos e Salários, como, por exemplo, o ajuste de curva, era necessário encaminhar proposta à Secretaria de Controle de Empresas Estatais - SEST. A ela estava subordinado o Conselho Interministerial de Salários de Empresas Estatais - CISE, responsável pela análise técnica da proposta.

conseguíamos ter informações sobre as estruturas salariais das companhias no Rio de Janeiro, por meio de uma relação de dirigentes de recursos humanos, que descobri que são notáveis. Eles são especialistas, se conhecem, têm uma associação própria deles. Então, conseguimos montar uma estrutura salarial, e eu argumentava lá [em Brasília] que a Avenida Chile [Rio de Janeiro] era o Triângulo das Bermudas do governo federal. Gastei tempo demais com isso, com ajuste salarial, o que deu certa conexão com os movimentos sindicais, mas não o suficiente para evitar problemas maiores.

O SENHOR ACHA QUE FOI COMPREENDIDO TANTO INTERNAMENTE PELO IBGE COMO PELO GOVERNO?

Acho que não, acho que era muito cedo para se entender essas coisas. De fato, nós estamos falando aí de um ano e meio de democracia. E havia outra coisa acontecendo, que era o começo da musculatura eleitoral de partidos de esquerda, principalmente o PT. E partidos com diagnóstico da realidade muito primitivos, diagnósticos de radicalização. Então, não é que a greve tenha me decepcionado, não. Se eu tivesse tempo, ela tinha solução, eu não tenho a menor dúvida. A greve estava esgotada, as pessoas não sabiam mais o que fazer, elas não sabiam sair. Agora, o governo me faz o favor de radicalizar à direita, mandando demitir os grevistas *à la* estratégia da França ocupada pelos nazistas: 10 no primeiro dia, 20 no segundo e assim por diante. O processo que ia se esgotar com certa naturalidade, e que ia me permitir negociar a reposição do índice da inflação do ano, atravancou. Era só disso que eu precisava. Eles não queriam permitir sequer a negociação do índice de inflação. Eu disse: “Vocês viajaram. Eu não posso ter um movimento grevista que está pedindo aumento, e não podemos nem repor o índice inflacionário. Desta forma, eu não vou conseguir lidar com este movimento grevista”. Então, veja, se o governo não tivesse endurecido, não tivesse exigido a demissão e não tivesse acontecido demissão em outros órgãos – alguns órgãos fizeram as demissões que eu me recusei a fazer – a greve não teria sido problema. Veja, não era comigo, eu não podia personalizar isto, porque como é que você vem de um Governo Militar, começa a falar “vamos fazer juntos”, “vamos tocar essas coisas”, como é que as pessoas acreditam em dirigentes? Eu me lembro de que, quando cheguei, mandei trocar as placas dos carros do IBGE, porque o IBGE usava os carros de chapa branca e eu explicava para o nosso jurídico, com o jurídico da SEPLAN junto: “Isto é

uma fundação. A fundação é de direito privado, não pode ter carro chapa branca. Isso vem do Governo Militar. O dirigente do IBGE, o Presidente do IBGE com carro de chapa branca é aquele negócio da ideia do oficialismo. Vamos botar placa amarela nos carros. Nós somos uma instituição de direito privado, vamos pagar os tributos que devemos aos estados, ao Rio de Janeiro”. Pusemos placa amarela nos carros. Dois dias depois começaram a publicar no jornal coisas como: “O Presidente já chegou e já disfarçou o seu carro, já colocou placa amarela para sair fora do horário do serviço e tudo mais”. Tive que chamar o jornalista e explicar. Alguns ficaram meus amigos para vida. Então, não acho que o movimento tem feito muito mal, acho que o governo deu uma emburrecida. Pensando retrospectivamente, eu podia até ter negociado a demissão com as pessoas, já que a justiça as poria de volta.

O SENHOR PODERIA NEGOCIAR A DEMISSÃO DOS SERVIDORES?

Não naquelas condições, mas com uma comunidade política mais madura e vertebrada, certamente. Eu penso que neste procedimento, se o pessoal do Partido Comunista, por exemplo, fosse um pouco mais robusto... Eles me ofereceram a continuidade se eu demitisse. Eu acho que deveria ter tentado negociar a demissão. “Demite, vocês vão voltar todos pela justiça, não vai ficar ninguém demitido”. Se houvesse um projeto de fazer junto... Só que eu não confiava mais na esquerda. Eu não confiei no Partido Comunista, ele não tinha capacidade *delivery* do que ele estava dizendo: “Demite e vamos continuar com o projeto IBGE que você está fazendo”. Eu disse: “Vai demitir, doutor, isso aqui vai virar uma maluquice e você vai perder a legitimidade”. A não ser que você tivesse negociado, mas para negociar você precisa de um sindicalismo que o Brasil ainda não tinha. Concorde? Você precisa de um realismo, de um pragmatismo para fazer isto, que é coisa de país que foi ocupado de verdade. No nosso, não chegamos a isso. Então, acho que isso eu podia ter negociado, possivelmente se tivesse um sindicalismo mais efetivo.

COMO O SENHOR SE PREPAROU NA NEGOCIAÇÃO COM O MOVIMENTO GREVISTA?

Uma das coisas que eu fazia era me encontrar escondido com os grevistas, os sindicatos e os partidos. Nem o IBGE sabia. Marcava em restaurantes pouco frequentados. E quem me fazia esta missão diplomática era o Alexandre Addor, Diplomata de carreira. Alexandre Addor virou Embaixador depois que tiraram a punição dele do Regime Militar. Marcava, por exemplo, numa

cantina em frente a Furnas [Rio de Janeiro], na Rua São João Batista ou Rua da Matriz, lugares em que pouca gente ia, pedia uns galetos, umas coisas assim, ia para lá seis horas da tarde, não tinha viva alma. E aí era possível conversar com os partidos.

O SENHOR ENCONTRAVA COM OS REPRESENTANTES DO MOVIMENTO SINDICAL DO IBGE?

Exatamente. Mas não progredia muito. Primeiro, porque eles achavam estranho que alguém tivesse aceitado aquele negócio de ir lá. Ou seja, a estrutura de confiança dos funcionários, para qualquer governo, é muito baixa – mesmo que eu tivesse esse desprendimento. Eu ia para o bar com eles, às vezes. Acho que para dar certo um projeto assim, precisa de muito mais tempo. Nunca senti dificuldades em lidar com os partidos ou com os movimentos grevistas. Eu vinha de uma intensa experiência, no final da década de 1960 e começo dos anos 1970, de movimento estudantil; fui Dirigente do DCE [Diretório Central de Estudantes] da Fluminense [Universidade Federal Fluminense - UFF]; Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia; e ainda havia experimentado umas escaramuças com a polícia política que, inclusive, chegou a me prender em 1969.

ALÉM DISSO, O SENHOR CONTRATOU UM CONSULTOR PARA APRENDER A NEGOCIAR?

Isso foi outra coisa. Quando eu imaginei que vinha uma campanha salarial muito intensa, pensando na ideia de que chefias intermediárias iam ter que participar da negociação do lado da Direção do IBGE, para não ficar o Edmar e seus Diretores abrindo uma cancela – aquela imagem nunca me saiu da cabeça –, eu disse: “Isso não pode. Tem que ter um caminhão de gente nesse processo de negociação”. Criamos um grupo, convidamos um consultor para nos educar em processo de negociação sindical e levamos as pessoas, por dias inteiros, inclusive domingos, para o prédio da IBM, ali em Canoas [Estrada das Canoas, Rio de Janeiro]. A IBM tinha um dever de gratidão com o IBGE, porque na memória dela é que ela veio para o Brasil por causa do IBGE, para fazer um Censo relevante do Século xx. Então, eles nos emprestavam as instalações, esse Centro de Convenções. E as pessoas dormiam lá, porque esse Centro de Convenções era um hotel. Nós passávamos três dias fazendo reuniões, treinamento de negociação sindical, com especialistas em negociação. Eu acho que tinha umas 30, 40 pessoas.

UM TREINAMENTO PARA APRENDER A LIDAR COM OS SINDICALISTAS?

Para lidar com negociação sindical, porque, veja, também era novidade no Brasil. Negociação sindical, até 1985, era pancada. Polícia, gás lacrimogênio e cacetete. A ideia de que você podia negociar ainda não tinha sido introjetada nem no Governo da Nova República. Ou seja, o Governo da Nova República veio cometendo erros com a negociação sindical, um atrás do outro. Primeiro, porque precisava fazer um ajuste fiscal poderoso, segundo porque achava que não deveria prestar muita atenção nessa gente... Acho que foram erros políticos brutais. Então, eu pensei em mudar isso no IBGE, com quadros bem preparados participando das negociações. Seriam os Diretores e mais os Chefes de Departamento. Então, passamos três dias tentando nos preparar para uma campanha sindical na qual o IBGE e a sua Direção tivessem uma negociação como gestão harmônica.

VOCÊS SE PREPARARAM PARA ESSA SITUAÇÃO, QUE NÃO ACONTECEU?

Não, não aconteceu porque o dono do dinheiro dizia “você não pode negociar nada”.

QUAL A SUA OPINIÃO EM RELAÇÃO ÀS GREVES DO IBGE E DO SERVIÇO PÚBLICO?

Eu acho que não tem uma resposta disso que valha para a totalidade temporal da qual nós estamos falando não. Acho que as greves, lá na década de 1980, mereciam certa simpatia porque você vinha de arrochos, de dificuldades – inclusive dificuldades de diálogo. Acho que, posteriormente, algumas instituições ficaram com isso no sangue, no DNA, e as greves começaram a ser vistas com antipatia, até mesmo porque elas são muito pequenas, são greves de um grupo de militantes muito diminuto e muito localizado. Eu estive observando os últimos movimentos e o IBGE talvez se destaque mais, mas você veja, tem um outro lugar em que as greves são uma dor de cabeça e vão ser novamente. Prepara que vem aí uma greve de 100 dias nas universidades federais¹⁶. Eu acho que esses movimentos hoje contam com certa irritação da sociedade. E por que não vale para o momento inteiro? Porque do ano de 2013 pra cá eu acho que a sociedade se irritou um pouco mais com algumas coisas que o Estado não faz direito. E as pessoas não sabem direito o foco da irritação, mas há claramente uma irritação

¹⁶ A entrevista foi realizada no dia 2 de abril de 2015; dois meses depois, os professores das universidades federais no Brasil entraram em greve, que durou, de fato, mais de 100 dias.

no ar com relação a coisas de governo – e grevistas são considerados empregados de governo. Então, eu acho que essas greves não contarão com a simpatia. E o governo não é muito hábil. Veja a última confusão, o último problema com o IBGE, que foi a revisão dos dados ocorrida [PNAD 2013]¹⁷. Você nomeia uma comissão e bota um policial nela. Isso para mim é inimaginável, porque um governo democrático, considerado de esquerda, deveria ter posto uma comissão do próprio IBGE para fazer uma investigação e se reportar tecnicamente ao Ministro, de modo a deixar o Ministro e o governo de fora do problema. No entanto, prefere botar um policial da Polícia Federal dentro do IBGE, que sai entrevistando as pessoas. Isso para mim é inaudito, mas indica que tem um problema qualquer na maneira como o governo está tratando a questão. E a sociedade não me parece que esteja apreciando muito. Vocês sabem que esse policial estava entrevistando pessoas no IBGE. Ele estava cumprindo o dever dele. Mas nomear um Delegado de Polícia para perguntar o quê mesmo, sobre expansão de amostra? Não tenho nada contra o Delegado, mas não faz sentido a investigação. Portanto, o problema – um problema decente – que surgiu com as chefias do IBGE – que depois se posicionaram publicamente de uma maneira, eu acho, correta –, quando se associa a movimentos de greve e eles atrapalham os serviços, a população não aprecia. Mas tem um outro problema. É o seguinte: algumas dessas greves, a população resolveu ignorar, ignorar. “Ah, o IBGE está em greve? É, tá bom.” Então, eu acho que elas não servem ao grevista nem à criação de um diálogo.

JÁ FOI DITO QUE POLÍTICA E ESTATÍSTICA NÃO SE MISTURAM. O SENHOR ENFRENTOU ALGUM PROBLEMA DESSE TIPO NA SUA GESTÃO?

Eu não identifico nenhum problema na minha gestão entre a estatística e a política. Eu identifico problemas entre a política, o governo e a Instituição.

¹⁷ Refere-se à Comissão de Sindicância Investigativa instaurada pela Portaria n. 702, de 22.09.2014, da Casa Civil da Presidência da República, com a finalidade de verificar os erros nos dados da PNAD 2013. Para a Comissão, foram designados Valdir Moysés Simão, Auditor Fiscal da Receita Federal; Igor Vinicius de Souza Geracy, Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ricardo Hiroshi Ishida, Delegado da Polícia Federal; e Érika Lemância Santos Lôbo, Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União - CGU, sob a presidência do primeiro. Os Analistas de Finanças e Controle, Francisco Eduardo de Holanda Bessa e Luciana da Silva Barbosa, atuaram como assessores técnicos. A conclusão da Comissão foi que o equívoco no procedimento de expansão da amostra da PNAD 2013 resultou de erro acidental de operacionalização e manuseio de planilhas, não sendo identificada qualquer intencionalidade ou relação do erro com desconhecimento técnico da equipe ou falta de condições adequadas de trabalho.

Mas, do ponto de vista técnico, nenhuma interferência, nenhuma questão que me pareça relevante. Uma vez só, mas aí já era no Ministério [Planejamento] do João Batista de Abreu. Alguém levantou dúvida sobre o índice de preços, e publicaram no jornal uma notícia sobre vazamentos de índices de preços para casas bancárias do Rio de Janeiro. E isso foi uma dor de cabeça. Estamos falando de uma inflação forte, alta, da qual você sabia com antecedência o carimbo oficial da taxa, o que poderia gerar vantagens de mercado. Isso foi uma maldade, que, por incrível que pareça, veio do Ministério da Fazenda. Depois complicou porque, muito mais tarde, alguns funcionários graduados do IBGE da área de índices de preços saíram e foram trabalhar em casas bancárias. Essa denúncia, inclusive, indicava que alguns sujeitos tinham conta no Banco de Boston, e era onde esse dinheiro era repassado e tal. Isso foi uma dor de cabeça. Você tinha que explicar. A primeira forma de explicar foi por meio da minha amizade com muitos jornalistas. O pessoal do *Relatório Reservado*, que era muito meu amigo, conseguiu desentocar a origem da notícia. E o próprio pessoal do *Relatório Reservado* conseguiu algumas declarações do Banco de Boston de que não havia correntista individual. Portanto, não era possível ser correntista no Banco de Boston porque essa não era a prática. E com o apoio de jornalistas – veja só, isso foi vazado na imprensa – eu consegui chegar à natureza do problema. Ou seja, alguém da Fazenda não tinha engolido propriamente o IBGE até mais tarde. E tive que dar explicações. E as explicações, como foram? Você está sentado no Gabinete do Ministro, o Ministro à mesa, o Secretário-Executivo do Ministério, mais alguns técnicos graduadíssimos do Ministério, e aí você tem claramente aquele negócio de radicais, *hawk and dove*, para usar uma expressão dos Estados Unidos – as pombas de um lado os gaviões de outro.

E QUAL FOI O RESULTADO?

Algumas pessoas queriam que o Ministro fizesse uma comissão, para realizar um inquérito no IBGE sobre o vazamento de dados do índice de preços. Então, uns camaradas iriam fazer isso. O João Batista disse: “Vamos fazer do jeito do Edson”. Meu argumento era muito simples: “Não faça. Eu tenho certeza de que não houve vazamento, tenho certeza de que não existe isso. Se você vai fazer um inquérito do Ministério sobre isso, o Ministro vai se envolver no inquérito, você está envolvendo a Presidência da República no

inquérito. Então, você transformou em política uma encrenca que vem ali do Ministério do lado. Não sei quem foi o autor da coisa. Se você fizer ao contrário, eu vou te dizer como você sai dessa crise rápido. Me manda fazer uma comissão de inquérito no IBGE. Ministro, manda eu fazer”. “Edson, vai lá e apure.” “Eu vou ao IBGE, monto uma comissão de inquérito, desviro até a última pedra que tiver lá dentro. Se eu achar alguma coisa eu entrego para você. E se eu não achar nada, eu pego e digo: olha, não achei nada. E você se livra do problema. Se alguém te perguntar, foi feita uma comissão de inquérito.” E a comissão de inquérito, porque é um órgão de inteligência, só pode ser feita por ele mesmo. Porque se você botar gente de fora você vai fragilizar a seriedade da Organização como um todo – que é o que vieram a fazer 30 anos depois; tá certo? Você pede à Organização que se explique. De novo, pode ser a mania do diálogo, mas você pede. Ele falou: “Claro, vamos fazer dessa forma”. Então, foi a única vez. E eu voltei e fizemos uma investigação, chamamos dirigentes, chamamos funcionários. Não achamos que havia vazamento de índice de preços. Então, entreguei o relatório a ele [Ministro] e morreu o assunto, sumiu, nunca mais apareceu. Portanto, eu não vejo outra solução. Se você está tratando com organizações independentes, tecnicamente competentes e autônomas, você tem que devolver o problema pra elas e exigir a resposta. Depois, você demite o Presidente. A minha solução é essa: vou lá, faço o que for; se você não gostar, você demite o Presidente. Não tem outra solução.

COMO QUE ERA, NA ÉPOCA, A SUA RELAÇÃO COM OS JORNALISTAS?

Era excelente! O pessoal da Assessoria de Imprensa era de primeira linha. Nós fazíamos com muita frequência encontros com a imprensa. Fizemos alguns cafés da manhã com a imprensa e discutíamos muito. Eram conversas longas, e elas continham muita análise política, porque eles queriam conversar, eram muitos jovens. Hoje, vários deles são jornalistas importantes, dirigentes de instituições. Então, a relação era muito fácil. Foi uma das partes mais fáceis, e obviamente a Shirley [Coordenadora de Comunicação Social do IBGE] tem que merecer um cumprimento enorme. Aliás, a Assessoria de Imprensa como um todo merece, porque era muito eficiente e pouco tendente a explorar as glórias para si. Era uma Assessoria muito generosa, porque fazia as coisas e dava de presente para os outros. Então, a imprensa foi um dos itens mais fáceis da nossa gestão.

O SENHOR TINHA TAMBÉM MUITA PRESENÇA JUNTO AOS JORNALISTAS?

Eu saía muito com alguns deles, que eram amigos, mais os editores. Tanto é que, logo que eu saí, fiquei escrevendo no *Jornal do Brasil* de uma maneira quase regular, como analista. Tinha um relacionamento bom com eles. Eu acho que o momento era bom. E a imprensa sempre se comportou muito bem com o IBGE. A gente entregava os dados antes, dizia que não podia revelar.

VOCÊS ANTECIPAVAM OS DADOS PARA ELES COM EMBARGO?

Inflação, não. Antecipava o que podia ser antecipado. Eu não posso te dar um exemplo qualquer, mas, por exemplo, safra, talvez, contagem populacional. Eu não me lembro. Dados estruturais, PND. Quando tivemos que fazer o Plano Nacional de Desenvolvimento, que o Aníbal [Ministro do Planejamento] queria fazer, era um livro assim grande, cheio de fotografias, muito bonito, e havia alguns dados que não podiam ser revelados, que ele queria revelar no dia do lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento. Nós demos para a imprensa. Um sujeito vazou isto, foi um camarada da *Gazeta Mercantil*.

OS DADOS ERAM PASSADOS COM ANTECEDÊNCIA PARA O GOVERNO?

POR QUE O SENHOR CRITICOU A PORTARIA QUE REGULAMENTOU A PRECEDÊNCIA DOS DADOS PARA O GOVERNO?

Eu acho que foi uma besteira mesmo que tenham feito isso, porque nós sempre fizemos isso, a vida toda. Entregavam-se os dados antes e se ficava aberto para discussão, para conversa. O Ministro do Planejamento sempre teve a semana inteira de informação [das pesquisas estruturais]. Não, a inflação não tem jeito, a inflação não tem solução. A inflação o IBGE comunicava na hora, por telefone. Ela pronta era divulgada, não tinha retenção de informação. Ou seja, você não tinha interveniência técnica nisso, nem política. Mas esse negócio de fazer por Portaria, veja, a não ser que você queira dizer para as pessoas que eu, como governo, não tenho poder nem legitimidade, por que eu vou escrever isso? Porque isso estava acontecendo. Se você tem a legitimidade, e foi assim a vida inteira, para que mesmo formalizar?

O SENHOR DIZIA QUE O IBGE ERA PARA PRODUZIR DADOS E NÃO DEVERIA PERDER TEMPO COM ANÁLISE. CONTINUA PENSANDO DESSA FORMA?

Na época, eu exagerava de propósito porque, em gestões anteriores, o IBGE desenvolveu uma capacidade de analisar dados, somente dados sociais, e se

via um pouco como analista também dos dados. E a minha sensação era de que isso criava ambiguidade no papel. Algum nível de análise não há como não ser feito. O problema é virar uma instituição de pesquisa voltada para reflexão, interpretação e administração dos dados. Isso tudo mudou, mas eu achava que havia um casamento ideal com o consumidor primário do IBGE, que era o IPEA, formado por analistas. Você podia inclusive botar as pessoas do IBGE pra lá, se fosse o caso. Mas nós deveríamos entender que o dado é da sociedade, não é do governo, tem que ser publicado o quanto antes. Algum exagero? Claro, porque quanto você vai analisar e quanto não vai? Ou você vai só divulgar tabelas? Então, tinha certo exagero. Eu acho que o conteúdo estava correto.

O SENHOR ENCONTROU ALGUMA RESISTÊNCIA QUANTO A ISSO?

Não, de maneira alguma. Eu imaginei, porque da época do Isaac vinha uma tradição mais de grupos de análise de dados. Mas esses grupos, de alguma maneira, já não estavam mais. Eu acho que se alguém pudesse resistir, seriam as lideranças desses grupos. Era gente importante, gente intelectualmente competente, gente de primeira linha. Mas eles não estavam mais no IBGE.

COMO FOI O TRABALHO DE INCLUSÃO DA EQUIPE DO PROJETO RADAM NO IBGE?

Eu acho que veio um pouco do próprio pessoal do RADAM. O RADAM estava localizado na Bahia, fazendo um trabalho, de análise de imagem de satélite, um trabalho precioso, belíssimo. E acho que o pessoal do RADAM achava que precisava de uma escora mais relevante, onde pudesse interagir. E como ele estava associado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, eu acho que o próprio pessoal identificou o IBGE, a área de Geodésia e Cartografia. Eu fui lá no Projeto RADAM mais uma vez e vim ao IBGE, como representante dos dois Ministérios, para um processo de transferência do RADAM, na gestão do Edmar. Eu fiquei impressionadíssimo com o RADAM, com as imagens e com o uso estratégico daquilo. Conversei com gente da área de Geografia, Geodésia, Cartografia, e eles acharam que era um casamento inevitável e com cara de futuro. Isso poderia ser um caminho de modernidade. Porque perto disso tinha uma outra discussão, que não transparecia, que era tirar a Geografia do IBGE, tirar a Geodésia e a Cartografia do IBGE e deixá-lo como instituto de estatísticas sociais e econômicas. Eu já estava acompanhando

essa discussão, com um economista especialista em Ecologia e Meio Ambiente, que depois virou Presidente de uma associação americana de Economia e Ecologia [International Society for Ecological Economics], assessor especial do Presidente dos Estados Unidos. O nome dele era Richard Norgaard. Ele trabalhava com umas coisas de meio ambiente e populações indígenas e economia da Amazônia. Ele disse: “Edson, você vai ter na mão o Instituto mais moderno do planeta, porque aqui não conseguimos fazer o que você poderá fazer lá, que é a georreferência, e, agora com satélite, o nível de precisão muda”. E engraçado é que esse conselho do Norgaard ficou na minha cabeça me ajudando a olhar esta particularidade do IBGE como uma virtude. Embora a Cartografia tivesse uma vocação mais antiga, mais manual, acho que a presença do RADAM poderia ter mudado isso. Além disso, nesse grupo do RADAM tinha um Coronel¹⁸ – nós temos que lembrar o nome dele –, que era o camarada que fazia a interface para a Constituição de 1988. Ele queria botar na Constituição que os dados do IBGE seriam intocáveis. Portanto, uma contribuição excepcional¹⁹. Não tinha me ocorrido constitucionalizar a questão, mas o Coronel, com visão estratégica, militar, e querendo dar segurança técnica à Organização, pensou acho que muito corretamente.

DEPOIS VIERAM OS ROYALTIES PARA O IBGE. O SENHOR JÁ ESTAVA NA PRESIDÊNCIA?

Já estava. É que o Nelson Carneiro²⁰, com aquele jeitão dele, chegava lá e

¹⁸ Trata-se do Coronel Fernando Rodrigues de Carvalho, Chefe do Departamento de Estruturas Territoriais da Diretoria de Geociências do IBGE.

¹⁹ Segundo o Art. 18 da Constituição Federal do Brasil, de 1988, é competência dos estados a definição dos seus limites. Com isso o IBGE, por meio de acordos de cooperação técnica, busca a representação cartográfica dos limites e desempenha o papel de orientador técnico, indicando que a descrição de limites considere (ou mencione) elementos da paisagem que estejam representados na documentação cartográfica disponível.

²⁰ O Senador Nelson de Souza Carneiro foi autor do Projeto de Lei dos *Royalties* (Projeto de Lei do Senado n. 4, de 27.12.1985), tendo como objetivo aditar a Lei n. 2004, de 03.10.1953, que previa o pagamento de indenizações (*royalties*) incidentes sobre a produção petrolífera terrestre (4% aos estados ou territórios e 1% aos municípios, sobre o valor do óleo, do xisto betuminoso e do gás extraídos de suas respectivas áreas), porém nada dispunha sobre a distribuição de indenizações decorrentes da exploração da plataforma continental brasileira. Tal produção teve início em fins da década de 1960, em mares do Estado do Espírito Santo, e os recursos dela provenientes ficavam exclusivamente com a União. A norma jurídica proposta pelo Senador Nelson Carneiro estendia o mesmo rateio dos *royalties* terrestres para os *royalties* de campos *offshore*, o que deu origem à Lei n. 7.453, de 27.12.1985 e seus desdobramentos posteriores.

falava: “Meu filho, eu quero dar *royalties* para o maior número de pessoas possível. Então, você arranja um jeito de dar *royalties* para todo mundo no Estado do Rio”. Aí eu dizia: “Como é que vai dar um jeito?”. Bom, quem começou a pensar nas coisas foi o Mauro, Diretor de Geociências, ele foi muito talentoso. O Mauro começou a matar umas charadas, pensando nas fronteiras das macrorregiões homogêneas, que você podia pensar em *royalties* para as regiões que são fronteiriças daquelas que produzem petróleo. E que você podia também, legitimamente, considerar *royalties* para as regiões ou municípios nos quais acontece alguma coisa relativa ao petróleo, passa um duto, passa um gasoduto, tem alguma coisa de óleo que tramita por ali. Com a ideia das fronteiras, da região na qual está a fronteira, nós conseguimos botar *royalties* até o noroeste fluminense. Até Itaperuna eu acho que levou *royalties*. O problema é que Niterói não ganhava *royalties* nenhum. E isto foi uma dor de cabeça porque o Prefeito de Niterói, Waldenir Bragança, que depois veio a ser muito ligado ao Governador Moreira Franco, ficava uma arara com aquilo, porque dizia: “Lá estão os estaleiros, lá estão não sei das quantas. Como é que não tem *royalties* em Niterói?”. Você sabe que nós fizemos de tudo, mas não conseguimos botar um centavo de *royalties* em Niterói, aí ficou sem *royalties* naquela época. O Waldenir fez o seguinte: ele começou a fazer passeatas em Niterói, a favor dos *royalties*, “Niterói também quer *royalties*”. Ele descobriu que minha mãe morava em Niterói, Dona Augusta. Pegou minha mãe, levou para a frente da passeata com um cartaz. A velhinha com um cartaz assim: “A mãe do Presidente do IBGE também é a favor dos *royalties*”. Eu disse: “Waldenir é impossível”. Mas não conseguimos. Então, o Nelson Carneiro tinha uma visão muito generosa dos *royalties*, de que eles deveriam ser distribuídos e não concentrados. Você tinha que fazer projeções da costa para onde estão, primeiro, os municípios em frente aos quais há poços de petróleo. E alguns ficavam zangados porque eles diziam: “eu vejo poço de petróleo daqui, por que meus *royalties* são diferentes do outro?”. Porque era uma projeção que você tinha da linha do litoral. Então, foi um bom trabalho que o IBGE fez: um trabalho técnico e de harmonização social dos recursos – exceto para o Prefeito de Niterói.

Entenda o papel do IBGE na questão dos *royalties*

Em relação à distribuição dos *royalties* gerados pela produção de petróleo e gás natural na plataforma continental brasileira, o IBGE aplica rigorosamente o previsto na Lei n. 7.525, de 22.07.1986, e no Decreto n. 93.189, de 29.08.1986. Cabe ao IBGE determinar, segundo a linha geodésica ortogonal à costa ou segundo o paralelo, quais municípios litorâneos são confrontantes com os poços produtores, utilizando coordenadas encaminhadas oficialmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, e identificar as áreas geoeconômicas dos municípios confrontantes com os poços produtores, conceito introduzido pela Lei n. 7.453, de 27.12.1985, que constou também da Lei n. 7.525, de

22.07.1986, e, mais tarde, do Decreto n. 01, de 11.01.1991. A área geoeconômica é identificada a partir de critérios referentes às atividades de produção de uma dada área petrolífera marítima e aos impactos dessas atividades sobre as áreas vizinhas. O IBGE também é o responsável pela elaboração de relatórios semestrais, que são enviados à ANP, com a relação de todos os municípios beneficiários, distribuídos segundo os conceitos de Zona de Produção Principal (municípios confrontantes e com instalações), Zona de Produção Secundária (municípios e distritos cortados por dutos) e Zona Limitrofe (municípios contidos na mesma mesorregião dos municípios produtores da Zona de Produção Principal).

NA SUA SAÍDA DO IBGE, O SENHOR DISSE AOS JORNAIS QUE TINHA SIDO DESELEGANTE SABER DA SUA DEMISSÃO PELO *JORNAL NACIONAL*, DA TV GLOBO. COMO FOI?

Foi mal-educado. Claro que foi! Mas eu imaginava que ia acontecer naquele dia. Quem insistia que eu tentasse negociar era o Ministro-Chefe do SNI [Serviço Nacional de Informações], o Ivan de Souza Mendes. Ele dizia: “negocia, os civis ainda não entenderam o que o País está passando. Negocia e eu te seguro até o fim, até onde for possível”. Ele tinha acesso direto ao Sarney. “No dia que você tiver que sair, eu te aviso”, e ele me avisou. No dia anterior, ele me ligou e falou: “Edson, não vai dar, não vai dar.” Eu disse: “Me dá uns dias pra eu arrumar as pessoas, para eu sugerir para onde as pessoas podem ir”. Foi quando ele me falou: “Você não tem dias, você tem horas”. Então, eu imaginava que seria naquele dia, mas eu imaginava que seria uma coisa com um pouco mais de liturgia, de boa-educação, e não uma notícia, no meio da tarde, do *Jornal Nacional*. Nós chegamos do almoço e não éramos mais nada.

O QUE REPRESENTOU O IBGE NA SUA VIDA?

Bom, na minha vida foi uma passagem muito importante. Acho que foi uma passagem sobredeterminada pela política. Eu entrei no IBGE por causa da política e saí do IBGE por causa da política. Num certo sentido, tive uma gestão sobredeterminada pela política, embora não tivesse tido interferência política na vida técnica, mas era um momento do Brasil. Então, eu tive um aprendizado que foi útil para eu continuar a trabalhar nas políticas públicas, já voltando para o IPEA, para onde fui mais tarde.

COMO O SENHOR VÊ O IBGE NO FUTURO?

Eu imagino que o IBGE precisaria receber, do Ministério no qual ele está inserido, uma visão mais relevante de qual é o papel do seu trabalho. Mais relevante em qual sentido? Uma organização que faz este tipo de trabalho é uma organização-chave em qualquer país que se entenda como civilizado ou que tenha preocupação efetiva com as suas políticas e com a técnica pela qual elas vão ser feitas. Eu acho que o IBGE não recebe, com frequência, o reconhecimento institucional. Não é público não, porque o IBGE tem uma marca pública muito boa. Ele é uma referência pública muito boa. Mas a impressão que eu tenho é que não recebe a referência técnica e institucional apropriada pra sua função estratégica. Acho que isso se reflete em uma série de dimensões. Sejam dimensões salariais, de carreira, de equipamentos, seja o jeito pelo qual algumas nomeações para o IBGE foram entendidas durante um tempo – como nomeações que tinham que ter uma certa natureza política envolvida. Eu acho que a politização eventual do IBGE, ou partidarização, mesmo que pequena, é negativa para uma visão técnica que se tem que fazer. Eu não acho que isso seja um problema para o futuro, porque acho também que nós passamos por um período – esses últimos 12 anos – em que pareceu natural partidarizar tudo. Essa lógica de que o governo federal tem que ser partidarizado, inclusive de que os postos de segundo e terceiro escalão têm que ser partidarizados está se mostrando negativa, em geral. O que talvez os partidos da base do governo tenham pensado como uma virtude, não é virtude alguma! E dizer que você tem que botar pessoa do seu partido no lugar para poder confiar na pessoa é transformar ideologia em uma coisa de gente de fazenda: “eu coloco meu compadre”. Ao fim e ao cabo, por baixo dessa ideologia toda, está um compadrio enorme, são amigos e compadres que parecem que pensam como ele. Acho que o IBGE não chegou a sofrer muito com isso, mas, pelo que eu entendo de fora, há alguma possibilidade de sofrimento

relativo a eventual partidarização, se não da própria Instituição, das instituições que estão acima dele.

E O FUTURO?

Eu não sei se acontece com o IBGE na mesma magnitude como tem acontecido com alguns outros lugares, que é o envelhecimento demasiadamente descuidado das estruturas técnicas. A taxa de reposição de gente de altíssima qualidade tem sido muito baixa no governo brasileiro. Essa é a sensação que eu tenho em relação ao IBGE. Por exemplo, o IPEA sofreu muito menos com isso, por causa dos concursos e por causa de uma certa partidarização na ponta do IPEA. Ele próprio puxou uma série de concursos. Acho que o IBGE talvez esteja sofrendo um problema demográfico que precisa ser tratado adequadamente. Não sei se estou errado, mas a percepção que tenho é que falta este cuidado com a relevância da Instituição. E, de novo, esse último episódio da Polícia Federal me diz claramente que falta mesmo uma percepção da relevância institucional.

O SENHOR FOI PRESIDENTE COM 39 ANOS. HOJE, MAIS AMADURECIDO, COM MAIS CONHECIMENTO SOBRE TUDO ISSO, FARIA TUDO DO MESMO JEITO?

Não tenho nenhuma sensação de que faria algo diferente. Acho que você é produto das suas contingências. Em todos esses episódios, acho que foi o possível. A única coisa que eu faria diferente, se eu tivesse hoje as condições, é que eu não trabalharia de novo para o governo. Porque das últimas vezes, nos últimos anos, na década de 1990, depois um pouquinho, e agora, quando eu estive no Conselho Nacional de Educação, por oito anos, eu percebi que a criação do Regime Jurídico Único e todas as consequências posteriores do sistema de controle tornaram impossível trabalhar no governo. É impraticável trabalhar no governo brasileiro hoje porque criaram uma estrutura de desconfiança em que qualquer dirigente tem vários processos a responder quando sai dos locais. E ele tem que se defender sozinho. Eu não tive nenhum processo, não me lembro de dirigentes do IBGE que tenham sido processados pelo Tribunal de Contas [da União] ou de funcionários terem feito contas incorretas. Não me lembro disso ter chegado. Mas, depois do Regime Jurídico Único, isto virou uma complicação. E eu sinto que, por outro lado, o governo e esses cargos de alta direção ficaram tão amarrados que tiraram um pouco também do charme, da vontade inovadora que está contida neles. A sensação que eu tenho é de que nós melhoramos do ponto de vista de alguns controles, mas pioramos do ponto de

vista da criatividade. Eu não trabalharia para o governo de novo. É a única coisa que eu acho que faria diferente.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DA MÍSTICA DENTRO DE UMA INSTITUIÇÃO?

Isso tem a ver com a longevidade da Instituição e o orgulho com que ela pode fazer referência a si mesma. Mas eu acho que a mística, tudo que se transforma, transforma em cultura organizacional – se estiver falando em sociologia das organizações. É aquilo que dá integração, que integra as pessoas a um objetivo organizacional.

O SENHOR PODE EXPLICAR MELHOR?

Bom, eu acho que tem dois lados. Um é o lado bom da mística do IBGE, que é o de criar identidade e de você estar associado a uma área de política pública, a uma área de ação na qual você está incorporado – primo da ideia que o Erving Goffman tem de instituições totais²¹. É primo porque não é uma instituição total, é uma instituição parcial, mas ela assume na vida das pessoas um papel muito grande. Não só individual, como também nas relações sociais delas. Então, esta mística ibgeana cria um contexto sociotécnico que valoriza a existência, que valoriza a vida. Tem esse lado que eu acho bom. O lado ruim é quando ela é usada para atrapalhar, porque não é assim que nós fazemos as coisas, porque tradicionalmente é de outro jeito. A coisa da cultura tem esses dois lados. Sempre que alguém sabe mais do que você, sabe mais como era no passado, a modernização fica difícil porque não é assim que acontece. Mas eu vejo que instituições, organizações que desenvolveram essa ideia da mística foram possuídas por ela. Elas são mais próximas de serem instituições do que organizações simples. Ou seja, instituição é aquela que dá contexto de permanência, de relacionamento, de concepção de mundo, e acho que o IBGE, às vezes, pode ser mais uma instituição do que uma pura organização. Não sei por quanto tempo isso vai persistir.

²¹ Trata-se de: GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 11. (Coleção Debates). Define instituição total como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.



C HARLES MUELLER

Havia uma mentalidade de que devíamos demolir tudo e construir tudo outra vez, mas, felizmente, conseguimos segurar esse ponto de vista.



Presidente do IBGE de maio de 1988 a abril de 1990


1988 1990

Charles Curt Mueller nasceu em Curitiba, Estado do Paraná, em 15 de novembro de 1934. Bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo - USP, em 1959; Mestre e Doutor em Economia pela Vanderbilt University, em 1971 e 1974, respectivamente; concluiu dois pós-doutorados – em Economia Agrária pela University of Manchester, em 1981, e em Economia dos Recursos Naturais pela University of Illinois, em 1993. Em sua graduação e em seu mestrado recebeu orientação de Werner Baer, que influenciou na formação de toda uma geração de economistas brasileiros, e que foi grande amigo de Isaac Kerstenetzky, ex-Presidente do IBGE (1970-1979).

Na Universidade de Brasília - UNB, atuou como professor colaborador, de 1972 a 1990, e como professor titular, no período de 1990 a 2004. Foi onde conheceu o economista Edmar Lisboa Bacha, também professor da UNB. A partir daí, aceitou o convite de Edmar Bacha para a função de Diretor de Agropecuária, Recursos Naturais e Geografia no IBGE, quando este se tornou Presidente do Instituto, em 1985, seguindo como Assessor da Presidência na gestão

de Edson de Oliveira Nunes. Em 1988, foi nomeado Presidente do IBGE, onde permaneceu até 1990, aceitando depois trabalhar na assessoria do seu sucessor, Eduardo Augusto de Almeida Guimarães. Concentrou seus interesses em Economia Agrícola (Agrária) e em Recursos Naturais, e, em 1991, a Diretoria de Pesquisas do IBGE editou dois estudos seus que muito apoiaram as discussões sobre a produção de estatísticas ambientais.

Em 2001, Charles Mueller voltou ao IBGE, desta vez para integrar a Comissão Consultiva de Estatísticas Ambientais e a Comissão Consultiva do Censo Agropecuário do Ano 2002, a convite do então Presidente do Instituto, Sérgio Besserman Vianna. A esse respeito, cabe destacar que a limitação dos recursos orçamentários impediu sucessivamente a realização do Censo Agropecuário 2002, que terminou ocorrendo apenas em 2007, em uma operação censitária integrada com outros levantamentos. Em 2007, a UNB publicou uma obra que consagra sua trajetória intelectual: *Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente*. Atualmente, é professor titular aposentado da Universidade.



O reconhecimento dos servidores como patrimônio do IBGE

O controle da inflação continuou sendo a preocupação do Governo José Sarney (1985-1990), que decretou a moratória do pagamento de juros da dívida externa brasileira, em janeiro de 1987. Foi o reconhecimento da crise econômica do País, após o fracasso do Plano Cruzado. Diante desse quadro, o Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira, anunciou, em junho de 1987, mais um plano econômico de emergência com restrições orçamentárias, o Plano Bresser¹.

Nesse período, o Congresso se preparava para entregar a nova Constituição Federal, construída no regime democrático e promulgada em 1988. O documento ganhou o apelido de Constituição Cidadã, com destaque para os seus vários aspectos de garantia de acesso à cidadania.

O IBGE acabara de passar por uma crise profunda, com a saída de Edson Nunes, greve dos servidores e demissões realizadas pelo interventor, nomeado pelo governo federal, Celsius Antônio Lodder. O economista Charles

¹ Para conter a inflação, o Plano Bresser congelou salários, preços e aluguéis por um período de três meses, além de desvalorizar a moeda (cruzado) em relação ao dólar e substituir o “gatilho salarial” por um novo mecanismo para reposição das perdas inflacionárias, a Unidade de Referência de Preços - URP.

Mueller, que já estava na Direção há dois anos, conhecia o IBGE e aceitou o desafio de presidir a Instituição.

Em entrevista concedida ao *Jornal do IBGE*², em maio de 1988, anunciou as metas da gestão:

Desde o início, identifiquei duas áreas que deverão merecer atenção especial. Primeiro, a melhoria do desempenho daqueles setores que prestam apoio à produção do IBGE, como o de informática e os administrativos; segundo, o da disseminação de informações (MUELLER, 1988, p. 3).

Nesse sentido, por considerar “prioritária a agilização da administração e das áreas de apoio do IBGE”, relevou o papel de David Wu Tai como Diretor-Geral: “A administração superior tem que encaminhar questões técnicas e administrativas, e o David dará ênfase a estas últimas”, e diz mais: “Quem conhece o David sabe que ele sempre se preocupou com a eficácia do IBGE no desempenho de sua missão institucional e com o aprimoramento técnico da nossa organização” (MUELLER, 1988, p. 3).

É meta prioritária melhorar as condições de trabalho no IBGE. As instalações, principalmente aqui no Rio de Janeiro, mas também em alguns órgãos regionais, são péssimas. Estamos fazendo um reexame da situação das instalações e iremos dirigir as ações em dois sentidos: em alguns casos, mudando a localização; em outros, melhorando as condições das existentes. Com os equipamentos, estamos conscientes da necessidade de renovação ou de melhor manutenção dos existentes. Há, porém, que atentar para as restrições orçamentárias que nos atingem (MUELLER, 1988, p. 3).

Um marco na gestão do Presidente Charles Mueller foi a realização da III Conferência Nacional de Estatística - CONFEST³, anunciada na gestão de Edson Nunes. O evento, que durou três dias (de 7 a 9 de novembro de 1989), no Hotel Nacional, no Rio de Janeiro, reuniu pesquisadores de diversas áreas para debater a modernização e a revisão do Sistema Estatístico

² Veículo de comunicação interna que apresentava uma seção-chave, Conversa com o Presidente, em que este informava suas ações. O fascículo inicial corresponde a maio 1987, e o último, de número 35, a mar. 1990.

³ Na Apresentação dos *Anais* da III CONFEST há uma nota de rodapé informando: “a III CONFEST - Conferência Nacional de Geociências está convocada para o 1º semestre de 1992, sucedendo as duas Conferências Nacionais de Geografia realizadas anteriormente” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1991, p. 5). Esse evento, contudo, acabou não sendo realizado.

Nacional. O IBGE se preparou intelectualmente para os debates, e houve uma intensa solicitação aos Departamentos para a produção de textos focando o futuro de suas áreas temáticas. Nesse sentido, vale destacar o artigo do Chefe do Departamento de Agropecuária, Elvio Valente⁴, e o artigo do Diretor de Pesquisas, Lenildo Fernandes Silva⁵, que trouxe algumas valiosas reflexões. Contudo, um dos textos reflexivos mais valiosos da Conferência foi o do então consultor do IBGE, Eduardo Augusto Guimarães, que logo seria o sucessor de Charles Mueller na Presidência do Instituto^{6,7}.

Na sessão inaugural da III CONFEST, compuseram a Mesa, além de todos os Diretores e o Presidente do IBGE, o Secretário-Geral de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, Ricardo Luís Santiago, e o Secretário de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro, Marcello Averbug. Também foi notada a presença de dois ex-Presidentes do IBGE: Sebastião Aguiar Ayres (1967-1970) e Jessé de Souza Montello (1979-1985). Na ocasião, Charles Mueller fez um discurso, publicado no *Jornal do IBGE*, em novembro de 1989, sobre o papel do IBGE e a necessidade de se adequar à nova realidade.

⁴ Trata-se de: VALENTE, E. *As estatísticas agropecuárias e a III Conferência Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1989. 75 p. (Textos para discussão, n. 16). Pouco depois, já na gestão Eduardo Guimarães, o mesmo autor voltaria ao assunto em outro ótimo estudo: _____. *Estatísticas agropecuárias, sugestões para o novo plano geral de informações*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1991. 85 p. (Textos para discussão, n. 59).

⁵ Trata-se de: SILVA, L. F. *Coordenação estatística nacional: reflexões sobre o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1989a. 63 p. (Textos para discussão, n. 21). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv21079.pdf>>. Acesso em: fev. 2016. Pouco antes, o mesmo autor divulgara também outros dois estudos: _____. *Principais características das pesquisas econômicas, sociais e demográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas e Inquéritos, 1988. 154 p. (Textos para discussão, n. 8). Número especial. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv19803.pdf>>. Acesso em: fev. 2016; e _____. *O IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a produção de estatísticas*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1989b. 24 p. (Coleção Ibgeana).

⁶ Trata-se de: GUIMARÃES, E. A. de A. Produção de estatística e sistema estatístico. In: ENSAIOS sobre a produção de estatística. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1990. p. 2-12. (Textos para discussão, n. 26). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv21212.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

⁷ Na ocasião, este texto reflexivo causou mal-estar à dita área social do IBGE. A esse respeito, consultar: SENRA, N. de C. Estatísticas formalizadas: 1972-2002. In: _____. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 4. cap. 12. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>>. Acesso em: fev. 2016.

É com muita honra que falo na III Conferência Nacional de Estatística. Longos 17 anos nos separam da última CONFEST. Isto, de certa forma, torna oportuno e essencial este encontro entre produtores e usuários de estatísticas.

O patrocínio do IBGE se impõe como imperativo legal na sua função de coordenador do Sistema Estatístico Nacional, e a proposta de reunir técnicos para avaliar a adequação das estatísticas produzidas no País se apresenta mais do que nunca necessária. Mudanças estruturais se processaram na vida da nação, e estamos às vésperas de um novo Governo. O Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas necessita se adequar à nova realidade e às novas expectativas. Deve-se constituir em instrumento eficaz para conhecer e planejar.

Este é o nosso propósito. O IBGE tem avançado metodológica e tecnicamente nessa direção, e queremos obter subsídios importantes para alcançar nossa meta de dotar a sociedade de informações oportunas e fidedignas, que lhe permitam acompanhar o desempenho de todos os seus segmentos socioeconômicos, criando em governantes e governados uma consciência do que somos, do que podemos. Queremos, também, ampliar a confiabilidade da nossa instituição (MUELLER, 1989b, p. 1).

A III CONFEST transcorreu por temas, com palestrantes e debatedores externos, e seus *Anais* foram publicados em 1991, já na gestão de Eduardo Augusto Guimarães, pelas mãos de Lenildo Fernandes Silva, que seguiu na Diretoria de Pesquisas. Ainda que menor, contemplava temáticas muito parecidas com as desenvolvidas nas edições anteriores do evento, contudo, algumas perderam visibilidade, ficando somente implícitas. Após a realização da III CONFEST, esperava-se um novo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG, mas o final da gestão de Charles Mueller e o início difícil da seguinte emperraram esse processo. Entretanto, não o parou, de modo que, ao final de sua gestão, Eduardo Augusto Guimarães pôde deixar uma proposta integral de um novo Plano Geral, infelizmente abandonada. O ano da III CONFEST foi também o período da primeira eleição presidencial direta no Brasil e a queda do Muro de Berlim, pondo fim à Guerra Fria. O ex-Governador de Alagoas, Fernando Affonso Collor de Mello, foi eleito Presidente da República, com Itamar Augusto Cautiero Franco como Vice-Presidente. O Governo Fernando Collor (1990-1992), marcado por

escândalos de corrupção, durou pouco tempo, até sua renúncia, em 29 de dezembro de 1992, quando se viu sob ameaça de *impeachment*, dando lugar ao Governo Itamar Franco, seu Vice-Presidente.

Na Presidência do IBGE, Charles Mueller deu prosseguimento ao seu trabalho, e na área da informática, segundo o então Diretor José Sant'Anna Bevilaqua, a prioridade foi consolidar e, claro, acelerar a descentralização operacional da apuração das pesquisas estatísticas. Até aquele momento, a descentralização já era uma realidade nas seguintes Unidades da Federação: Rio Grande do Norte, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Santa Catarina; havendo a inclusão, naquele momento, de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Outra meta seria atender ao usuário interno por meio da microinformática: “É nossa intenção colocar a informática como ferramenta do seu dia a dia, sem ter que transformá-lo num ‘informata’”, e mais: “A informática tem que estar à disposição dele. Ele não tem que se preocupar com ela para executar sua tarefa” (BEVILAQUA, 1988, p. 3).

Com olhar focado no futuro do IBGE, Charles Mueller dirigiu aos servidores a seguinte mensagem de Natal, publicada no *Jornal do IBGE*, em dezembro de 1989:

[...]

Precisamos, cada vez mais, da participação responsável de cada um para poder construir o IBGE que queremos e o país que precisamos.

Nossa Instituição conseguiu preservar sua integridade técnica, a despeito das condições adversas pelas quais o país atravessou. Isto só foi possível graças à abnegação e à seriedade dos seus servidores, que, contudo, eles próprios, infelizmente, não saíram ilesos desse processo. Ao longo desse tempo, seus salários foram se desvalorizando e suas condições de trabalho se deteriorando.

É preciso mudar. A preocupação de resgatar condições dignas de trabalho tem sido constante na minha gestão à frente do IBGE. Apesar das dificuldades, algumas conquistas foram registradas nesse curto período. É certo, porém, que há muito, muito o que fazer ainda. O importante é que estivemos juntos, acertando, errando, corrigindo rumos, mas conscientes de que apenas o esforço, a honestidade e a perseverança podem assegurar o conceito do nosso trabalho, motivo de orgulhos para todos nós.

Assim chegamos aos anos 90, que desejo plenos de realizações para cada um de vocês e suas famílias. Feliz Natal! (MUELLER, 1989a, p. 3).

Em relação à Reforma Administrativa, Charles Mueller (1988, p. 3) a viu como “mais uma mudança de estrutura”, e o lamenta, lembrando: “A ideia básica da reforma seria descentralizar a administração, mas isso não aconteceu; ao contrário, criaram-se áreas de interseção; precisamos tentar desamarrar os nós que surgiram”. Acrescenta categórico: “A administração do IBGE continua lenta e pesada, e ajustes de organização terão que ser feitos justamente para tornar mais ágil a máquina administrativa”

Essa “descentralização das decisões” seria a tônica da entrevista concedida ao *Jornal do IBGE* pelo Diretor-Geral David Wu Tai, em julho de 1988. Não havia, então, insiste em relevar, nem uma nova Reforma, nem muito menos uma nova estrutura, havia apenas ajustes, e anuncia a criação da Superintendência de Recursos Humanos⁸, e da Superintendência de Recursos Financeiros, Materiais e Patrimoniais: “As medidas que estão sendo tomadas agora fazem parte do contexto da Reforma Administrativa [...] o que se quer agora é, realmente, desemperrar as atividades administrativas” (WU TAI, 1988, p. 3). Para tanto, anuncia um pesado investimento em microinformática e em capacitação profissional.

Em todo órgão público, as decisões primam por serem concentradas no topo da pirâmide hierárquica. E muitas vezes elas podem ser tomadas de maneira muito mais racional e profissional em níveis hierárquicos inferiores, economizando tempo, dinheiro e recursos. Então, o que se quer é descentralizar administrativamente o IBGE, dando mais rapidez às decisões, de tal modo que elas sejam tomadas a tempo e de maneira mais racional. As Diretorias de Pesquisas, Geociências e Informática, além do CDDI, devem ser dotadas de suporte administrativo, que lhes permitam tomar e implementar decisões mais rapidamente. O que se quer, realmente, é

⁸ A propósito da área de recursos humanos, o IBGE anunciou para final de junho de 1988 o início da coleta do Censo dos Servidores (uma iniciativa da gestão de Edson Nunes), abrangendo cerca de 15 mil pessoas em todo o País. “A Comissão Executiva que está estudando a aplicação do questionário e sua elaboração foi nomeada em portaria assinada no dia 4 de maio [...] A Comissão Executiva vai implementar e dar prosseguimento aos estudos elaborados pela Comissão Organizadora que durante seis meses analisou o projeto. O objetivo do censo é saber de forma sistemática e contínua quem são, onde estão e como trabalham, vivem e pensam os servidores do IBGE [...] A coleta dos dados levará um mês, após o que a pesquisa entrará em fase de consolidação das informações coletadas. Até o final do ano os primeiros resultados já estarão sendo divulgados” (JORNAL DO IBGE, 1988, p. 1). Cabe informar, contudo, que não nos foi possível conseguir esse trabalho de coleta em campo, muito menos acessar seus resultados.

deixar decisões de nível gerencial operacional para as respectivas áreas (WU TAI, 1988, p. 3).

Nas Unidades Estaduais do IBGE, para um melhor atendimento à sociedade, foram criados os Setores de Documentação e Disseminação de Informações, com uma livraria (posto de vendas), biblioteca (sala de consulta) e equipamentos de acesso *online* (sala com telex para acesso ao Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA). E logo viria a Rede Pública de Comunicações de Dados por Comutação de Pacotes - RENPAC, permitindo o acesso direto ao SIDRA, sem que fosse preciso estar no IBGE. Paulo Sérgio Braga Tafner, então à frente do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, empenhava-se, recebendo um forte apoio de David Wu Tai (que mais tarde, na gestão de Simon Schwartzman, assumiria a Coordenação do CDDI).

Enfim, feitos os ajustes no cotidiano institucional, a gestão de Charles Mueller cuidou de realizar sua modernização. O ponto focal foi a realização do primeiro Planejamento Estratégico⁹ da história do IBGE, buscando acabar com o 'continuismo inercial' da organização.

Em um período de intensas modificações, como o que atravessa a economia brasileira e a mundial, ocorre com grande intensidade a necessidade de um redirecionamento das atividades estratégicas de uma organização, posto que, de um modo geral, o seu imobilismo deverá significar uma perda relativa de posicionamento, tendo como consequência sua tendência inercial aproximar-se de uma curva de declínio, e, em casos mais extremos, ao próprio desaparecimento. Assim, as ações e diretrizes traçadas pelo Planejamento Estratégico construirão vetores de reangulação deste continuísmo na direção de uma situação que garanta, ao longo do tempo, os patamares de consistência necessários a um nível satisfatório do desenvolvimento estratégico sustentado (IBGE..., 1990, p. 5).

⁹ O trabalho teve como consultor o economista Marco Aurélio Ferreira Vianna, com vasta vivência e experiência em administração de empresas, com foco em Planejamento Estratégico, Recursos Humanos e Liderança. As reuniões de trabalho eram, em geral, realizadas no Centro de Treinamento da IBM, no bairro da Gávea, no Rio de Janeiro. Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. *Plano estratégico quinquenal 1990/1994*. Rio de Janeiro, 1990. 37 p.

Em resumo, era preciso modernizar para não desaparecer – uma tarefa tornada possível “pelo grau de maturidade e conscientização do seu quadro funcional” (IBGE..., 1990, p. 1). E o Planejamento Estratégico do IBGE, que não possuía uma expressão síntese¹⁰ em relação à sua Missão Institucional, mas tinha um objetivo de coordenar as ações no quinquênio, infelizmente, não foi posto em execução nas gestões seguintes.

Os avanços nas diversas áreas do IBGE foram destacados pelo Presidente Charles Mueller, como o novo Sistema de Contas Nacionais¹¹, anunciado no XVI Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia - ANPEC, realizado em Belo Horizonte, de 5 a 7 de dezembro de 1988. Ainda sobre o tema, destacou em entrevista concedida ao *Jornal do IBGE*, em janeiro de 1989:

É uma espécie de sistema de síntese dos inúmeros dados que são captados nas nossas pesquisas, desde os censos até as pesquisas contínuas, exigindo que todas elas sejam aprimoradas e seus processamentos e divulgação de resultados acelerados. Ele [o novo Sistema de Contas Nacionais] emprega metodologia aperfeiçoada, que por sua vez exige informações de boa qualidade e com certa regularidade (MUELLER, 1989c, p. 3).

Entre as novas ações, a preparação do Censo Demográfico 1990, com a realização do Censo Experimental de Limeira, foi realçada por ele na mesma entrevista: “Este é o nosso grande ano em termos de preparo do Censo. Não só todo o planejamento, mas negociar o orçamento de 1990”. Chamou a atenção também para “uma série de pesquisas que estão sendo colocadas à disposição do público e vários suplementos da PNAD, em fase final de processamento, que serão divulgados no começo deste ano” (MUELLER, 1989c, p. 3).

Por fim, a gestão de Charles Mueller foi profícua; não sofreu muito com greves de servidores. Ele levou a Casa a se pensar, e a fazê-lo de modo sistemático e disciplinado, seguindo uma metodologia aglutinadora. Para dar um

¹⁰ Adiante, na gestão de Simon Schwartzman, quando se voltou à elaboração do Planejamento Estratégico, a Missão ganhou uma expressão sintética: “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”.

¹¹ Trabalho realizado com a assistência técnica prestada pelos consultores do Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE, equivalente ao IBGE na França.

ponto final à visão de sua gestão, seguem três respostas dadas por Charles Mueller em entrevista concedida ao *Jornal do IBGE*, em janeiro de 1990:

A partir de um cenário otimista, como será o IBGE do futuro? Uma instituição moderna, ágil, cumprindo sua missão de tal forma que a sociedade possa ter informações de bom nível, em tempo, e, principalmente, voltadas para as suas próprias necessidades. Afinal, a sociedade nos sustenta com propósitos. Não é para pagar os nossos salários, mas para que tenha de volta e em tempo o que ela espera e precisa: informações fundamentais para o planejamento de ações do governo, do setor privado, das pessoas.

O que falta para o IBGE ser moderno? Falta tanta coisa... Mas nós não estamos parados. Eu me lembro que quando cheguei aqui, em 85, fiz uma visita a vários departamentos, e raros eram os que tinham um terminal ou um micro. Ninguém sabia nem muito bem o que fazer com aquilo. Hoje, a informatização é uma realidade... Estamos modernizando também várias pesquisas e procedimentos. Há alguns impedimentos, como a falta de elementos qualificados... Várias áreas se queixam de falta de técnicos de bom nível. Como já disse, isso se resolve por dois caminhos: ou contratando ou treinando pessoal. Mais: o IBGE precisa de melhores instalações, agilizar processos administrativos. Em resumo, é fazer melhor o que já se está fazendo. Temos que ser mais ágeis, que ter respostas cada vez mais certas e mais prontas.

O IBGE do futuro é um sonho? Não queremos ficção científica. Mas todos nós, com certeza, concordamos que o IBGE tem muito a andar para atingir uma situação ideal, na qual haverá um mapeamento, um constante exame do que é que a comunidade precisa, o que espera do IBGE. Se a realidade é uma caixa-preta, um negócio obscuro, as ações ficam complicadas e as decisões saem erradas. Quanto melhor se conhece a realidade, mais se abrem os horizontes para que ações possam ser tomadas. Por tudo isso, o IBGE do futuro tem que ser real (MUELLER, 1990, p. 3).

Entrevista realizada em 27 de março de 2015, na residência do entrevistado, em Brasília¹²

O SENHOR MORAVA EM BRASÍLIA E RECEBEU O CONVITE DO PRESIDENTE DO IBGE, EDMAR BACHA, PARA CUIDAR DA DIRETORIA DE AGROPECUÁRIA, RECURSOS NATURAIS E GEOGRAFIA (1985-1987). COMO O SENHOR REAGIU AO CONVITE?

Era o início da Nova República. Foi afastada a administração vinda do Regime Militar na Instituição, e o Edmar foi colocado no IBGE com a tarefa de fazer uma renovação. Ele conseguiu carta branca junto ao governo, escolheu livremente seus Diretores, sem interferência política. Naquela época, eu era professor do Departamento de Economia da UNB e Suzana [sua esposa], do Departamento de Ciência e Informação, também da UNB. O Edmar tinha sido professor aqui [UNB] e nos conhecendo e tendo confiança na nossa capacidade técnica, nos convidou, os dois. Nós fomos os dois [Charles e Suzana] para o Rio de Janeiro e eu exerci então a Direção da DAG [Diretoria de Agropecuária, Recursos Naturais e Geografia] até 1987. Depois, eu voltei para Brasília, mas fiquei trabalhando parcialmente num projeto de estatísticas agropecuárias, um projeto especial. E foi assim que a gente ingressou no IBGE. Entrei sem conhecer quase nada da essência da estrutura administrativa e dos problemas da organização. Aliás, acho que naquele tempo quase ninguém, dos que foram convidados para dirigir o IBGE depois que começou a Nova República, tinha ideia do que realmente era o IBGE. Havia a mentalidade de que devíamos demolir tudo e construir tudo outra vez, mas, felizmente, conseguimos segurar esse ponto de vista, essa visão, e com isso a gente pôde ir um pouco mais devagar, com pouco menos de sede ao pote. Mas mesmo assim houve uma Reforma Administrativa bastante profunda na gestão de Edmar Bacha, que nem pôde ser concluída, porque ele, em choque com o governo, por causa da política econômica, acabou se afastando do IBGE. Com isso, mudou a direção, mas se manteve essa mudança. Aliás, antes do Edmar sair, foi implantada a Reforma e a ideia era criar uma grande Diretoria, uma coisa que está em vigor até hoje, de produção de estatísticas e outra área forte nas geociências. Isso estava começando a ser implantado quando ele se afastou; antes disso, a gente já foi meio que se desligando, sabendo das mudanças que existiriam... Eu estava executando um projeto junto com o Gil Silva [responsável pela

¹² A citação simplificada dos nomes próprios foi mantida no corpo da entrevista, de modo a preservar a leveza de seu conteúdo original. Em caso de dúvida com relação à menção de algum personagem, sugere-se consultar a lista de nomes completos, ao final da publicação.

coordenação técnica no IBGE], que já morreu, e o Álvaro Villalobos [responsável pela coordenação técnica no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE]. A ideia era tentar usar métodos de interpretação de satélite para fazer estatísticas agropecuárias, fazer um levantamento amostral de safras¹³. Uma coisa que até hoje não foi possível fazer por ser um projeto caro. Hoje, aliás, seria muito mais viável porque imagens atualmente são banais e fáceis de obter quase diariamente; naquele tempo, era muito caro. Em todo caso, foi uma ideia para tentar aprimorar as estatísticas agropecuárias, não só as estatísticas do Censo.

ERA UMA PROPOSTA DE MUDANÇA?

Mas não queria se mudar muito, não se pensava em mudar muito porque Censo Agropecuário tem as suas peculiaridades que até hoje persistem, não é possível mudar tão rapidamente. Houve grandes avanços na área de coleta de dados, mas na essência o setor agropecuário é bem diferente. Portanto, não dá para copiar o que se fez no Censo Industrial, onde faz-se Censo por amostragem na indústria; na agropecuária não se consegue fazer isso, porque simplesmente não existe a possibilidade de você renovar continuamente o cadastro básico, como seria necessário. As empresas de agropecuária estão espalhadas pelo País inteiro, muitas delas não estão registradas em lugar nenhum, nem mesmo no INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] ou coisa assim. Então, para fazer um Censo correto com informações sobre agropecuária, seria preciso construir esse cadastro a cada Censo. O melhor é já ter um sistema que faz isso normalmente e processa dessa forma. Bom, isso foi um campo; outro campo foi a ideia das estatísticas sobre produção. Havia certa preocupação com relação a essas estatísticas. Era uma época em que, se houvesse uma pequena quebra de safra, não só os preços agropecuários iam lá para as nuvens, como o País não tinha divisas suficientes para ficar importando livremente, como faz hoje; se faltar feijão, se importa; se faltar outro produto agrícola, a mesma coisa, como o trigo, por exemplo. Naquele tempo, a política econômica era abastecimento de alimentos a custos baixos e tal. Para isso, eram exigidas informações, eram solicitados levantamentos eficientes, permitindo previsões do que aconteceria e dos problemas que poderiam surgir. Foi a isso que eu me dediquei entre os dois períodos no IBGE.

¹³ Para mais informações sobre o projeto, consultar: MUELLER, C. C.; SILVA, G.; VILLALOBOS, A. G. Pesquisa agropecuária do Paraná: safra 1986/87 (Programa de aperfeiçoamento das estatísticas agropecuárias). *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 49, n. 191, p. 55-84, jan./jun. 1988. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: fev. 2016.

E COMO FOI O CONVITE PARA A PRESIDÊNCIA DO IBGE?

Na verdade, quando eu fui convidado para assumir a Presidência, estava de volta a Brasília, mas estava trabalhando em tempo parcial no IBGE. Um dia, o Ricardo Santiago [Secretário-Geral de Planejamento e Coordenação da Presidência da República] me telefonou e perguntou se eu queria assumir o IBGE. Eu disse: você está louco, logo eu, eu estou de volta [Brasília], trabalhando num projeto que eu gosto. Naquela época, o IBGE estava passando por uma crise profunda, greve e quebra-quebra, agressão de Diretores. Isso fez com que meu antecessor [Edson Nunes] desistisse e saísse do cargo. Por isso, quando o Ricardo Santiago me ligou e disse “olha, eu queria que você fosse Presidente”, eu disse “veja se você arranja alguém geograficamente mais próximo do Rio”. Ele disse “não; você conhece muito bem, você passou um período lá”. Afinal de contas, ele conseguiu me convencer, e em maio de 1988 eu aceitei. Preciso dizer que eu passei por essa escola no período da DAG e no período do projeto especial. Foi nessa ocasião que eu comecei a entender um pouco melhor o que era o IBGE. Quando eu trabalhei com o Edmar, nossa visão era a seguinte: o IBGE era uma repartição pública tradicional brasileira, todo mundo fazendo hora, querendo receber sem trabalhar. Eu fiquei surpreso em ver que não se tratava disso. O IBGE tem uma história bem antiga e tem gente com uma qualidade excepcional. Nunca posso me esquecer do Manoel Antônio Soares da Cunha, uma pessoa que me ajudou muito na Diretoria. Maria da Conceição Lomba Lima, que foi Chefe de Gabinete; Gil Silva, como eu mencionei anteriormente. Uma porção de pessoas extremamente dedicadas. Naquela época, estava se preparando o Censo Agropecuário e eu tive a oportunidade de fazer um aprendizado *in loco*. Eu não tinha ideia – para mim, o Censo era ir lá e contar, ver e tal, uma coisa mais tranquila. Não tinha ideia da logística pesadíssima e cambiante que o Censo demanda. Cada Censo é diferente, em cada Censo você quer informações diferentes. Isso me ajudou bastante a entender o IBGE. De forma que, quando eu assumi, essa vantagem eu tive. Pude inclusive me livrar de pedidos de indicação de Diretores, que não eram desejáveis.

O SENHOR CONTOU COM O APOIO DA SUA EQUIPE?

Um dos esteios da minha gestão, sem dúvida nenhuma, foi o então Delegado [antiga denominação de Chefe de Unidade Estadual] de São Paulo – naquela época o IBGE era dividido em Delegacias Estaduais –, o David Wu Tai, que graças a Deus aceitou ser Diretor-Geral. Eu tinha tido um contato com ele na preparação do Censo, porque São Paulo era uma região importantíssima em termos de

estatísticas agropecuárias. Desde o início, fiquei admirado com a capacidade de gestão que o David tinha e a capacidade de sentir o que é o IBGE, o caminho a seguir e o que tem que se evitar. Nisso, ele me ajudou muitíssimo, e graças a Deus aceitou a posição de Diretor-Geral; ajudou, também, a formar a Diretoria. Mauro Mello, que eu já conhecia, ficou lá [na Diretoria de Geociências]; para a informática [Diretoria de Informática] foi o Bevilaqua. Enfim, montamos uma estrutura administrativa com um conjunto de Diretores e tocamos um período bastante conturbado também em nível nacional. Eu ressalto o valor do David, que era um excelente negociador. Com isso, a gente evitou o pior do que se viu na gestão de Edson Nunes e, principalmente, o que veio depois [na gestão de Eduardo Guimarães]. O movimento sindical naquele tempo estava na sua fase de adolescência e os métodos de atuação eram bastante radicais. A parte da nossa gestão foi importante em termos de negociar crises maiores, fazer com que o IBGE pudesse atuar oferecendo informações. Naquele tempo, todo mundo pensava no IBGE como produtor de índices de preços. Eram nos índices de preços que a mídia, a opinião pública e os economistas estavam interessados; o resto era bobagem. A gente teve que enfrentar também crises, não só internas, mas evitar, por exemplo, a interferência no trabalho de coleta de informações dos índices, mas tentando mostrar que o nosso trabalho era sério. Naquele tempo, se pensava que o governo mandava no IBGE. Como a economia, como um todo, era indexada, o índice baixo era visto como prejuízo para os poupadores e assalariados. Havia reajustes em determinadas épocas mensais e os salários eram indexados. O índice era considerado fundamental não só pelo governo, mas também pela opinião pública. Então, a gente tinha que realizar um esforço muito grande para mostrar que estávamos fazendo um trabalho sério, não estávamos inventado e não estávamos favorecendo governo para manter o índice baixo, nem o setor trabalhista para aumentar índice. Estávamos coletando informações, preços, e trabalhando os índices com tecnologias e metodologias avançadas.

DURANTE A SUA GESTÃO, O SENHOR SOFREU ALGUMA INTERFERÊNCIA POLÍTICA NO TRABALHO?

Não, graças a Deus, nunca. Tive carta branca. Os Ministros aos quais o IBGE estava ligado eram o João Batista de Abreu [Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República] e o Mailson da Nóbrega [Ministro da Fazenda], eles encabeçavam a área econômica, e nunca houve nenhuma interferência em termos, por exemplo, de segurar a divulgação dos índices, mexer em pesos para favorecer

índices. A gente teve carta branca. Lenildo era o Diretor da área das estatísticas econômicas [Diretoria de Pesquisas] e trabalhava livremente, sem nenhuma interferência. A única vez que quase perigou um pouco a coisa foi durante uma crise que enfrentei em 1989. Eu fui num evento no Jardim Botânico [do Rio de Janeiro] plantar uma árvore como Presidente do IBGE. Estava andando pelo lugar, apreciando a natureza, quando de repente veio uma enxurrada de jornalistas econômicos. “Presidente vai comentar? Que o índice de preço este mês vai dar 20%?” Eu fiquei danado da vida e respondi meio malcriado: “vocês sabem melhor do que eu, não quero pensar nisso aqui, estou vestindo o chapéu da área de recursos naturais e geografia do IBGE”. Mas a imprensa deu que indiquei esse resultado em contradição com a área econômica, que afirmava que a taxa de inflação não passaria de 20% no mês. Imagine só, comparado com hoje, um absurdo. Eu sinceramente não tinha a informação, porque não tinham sido processados os dados ainda, eu não tinha o resultado. Havia uma intuição de que ia passar de 20%, como passou, e foi crescendo dali para frente. Essa foi a vez que eu levei um puxão de orelha e quase que caí. Sinceramente, nunca ninguém interferiu no IBGE, com a produção de dados e informações. Na verdade, é preciso dizer até que o governo, pelo menos, quando tínhamos aquelas crises trabalhistas, deu seu apoio. Eu acho que isso foi muito importante. Conseguimos aumentos de salários, que eram justos, e conseguimos seguir em frente com o desempenho e as tarefas do IBGE.

O SENHOR DISSE QUE O DAVID WU TAI AJUDOU MUITO A FORMAR A DIRETORIA, E O LENILDO FERNANDES SILVA FOI UMA ESCOLHA SUA?

Sim, minha, claro que David concordou que era uma boa escolha. Lenildo também foi um bom negociador, foi um bom Diretor para negociar e evitar crises. Ele não só desenvolveu a Diretoria dele, mas também conversou com as pessoas na Diretoria de Pesquisas. O IBGE não era só um local no Centro, com vista gloriosa da Baía de Guanabara. Também era Parada de Lucas, Praça da Bandeira e Mangueira [regiões do Rio de Janeiro]. Por isso, os Diretores tinham que participar, não só em termos técnicos com seus projetos, mas também negociar. Tínhamos que saber o que estava acontecendo nas várias áreas e ajudar a evitar rupturas ou crises mais profundas.

QUANTO À NOMEAÇÃO DOS CHEFES DAS UNIDADES ESTADUAIS DO IBGE, O SENHOR RECEBEU ALGUMA INDICAÇÃO POLÍTICA?

Eu mentiria se dissesse que não, mas a gente não precisou atender. Às vezes, vinha um Deputado pedir audiência e falava no fulano que era maravilhoso

e devia ser o Delegado lá no Amazonas, em estados do Centro-Oeste ou em algum outro lugar. Mas, felizmente, nunca fui pressionado pelo Ministério do Planejamento para aceitar isso. O Ministério, quando muito, encaminhava para a gente, e aí, valia também o conhecimento de campo de pessoas como o David, que tinha sido Delegado e sabia o que devíamos evitar. A gente procurou manter uma estrutura de Delegados afinada com os propósitos do IBGE.

QUE LIÇÕES O SENHOR TIRA DESSE APRENDIZADO NO IBGE?

Eu desejaria que todos, que fossem convidados de fora, pudessem ter uma visão mais concreta do que é o IBGE. Pela complexidade que são as diversas tarefas que existem. Eu falei do Censo Agropecuário, mas o Demográfico é a mesma coisa. É complicadíssimo, não só lida com a coleta no campo, mas também tem que lidar com os usuários, lidar com pessoas que querem oferecer insumos técnicos para mudar ou não mudar, pressões de diversos tipos, e naquele tempo a logística era extremamente pesada. Lembro-me do Censo Agropecuário, quando eu ainda era Diretor [de 1985 a 1987]; fiquei impressionado na Mangueira, na sala em que você recebia os questionários para fazer uma crítica, para mandar alguns de volta, outros para processar. Era um trabalho pesadíssimo, era imenso, um montão de gente, montão de níveis de crítica... Hoje em dia, isso é muito facilitado por vias eletrônicas. Naquele tempo, era questionário de papel. O entrevistador ia ao campo falar com o produtor e anotava nos questionários de papel, naqueles calhamaços, as informações. Não é só uma particularidade dos [Censos] Econômicos, mas do [Censo] Demográfico; mais ainda. Informações sobre renda, amostra etc. Eu diria que alguém convidado deveria pelo menos passar por um estágio, para ter uma ideia do que o IBGE faz. Entender também que o IBGE vem num processo de mudança, uma série de eventos, de reuniões, que apontam para isso. Séries de congressos que são organizados de uma forma bastante técnica. A ideologia entra pouco lá. Mudanças radicais ou coisas desse tipo não entram nessas discussões. Pode haver pressão nesse sentido, dentro ou fora do IBGE, mas o IBGE tem conseguido, pelo menos tanto quanto eu pude acompanhar, manter essa postura de relativa independência para seguir em frente. Outra coisa que me impressionou é a resiliência que o IBGE mantém. Houve épocas com crises, greves e demissões em vários lugares, fora do IBGE, no governo, que eu pensei “O IBGE vai acabar”, como uma série de outras organizações pareciam que iam acabar. Mas, apesar de tudo, conseguimos continuar.

POUCAS INSTITUIÇÕES NO PAÍS CHEGAM AOS 80 ANOS COMO O IBGE. UMA INSTITUIÇÃO FORTE E CONFIÁVEL. EM SUA OPINIÃO, O QUE CONTRIBUIU PARA ISSO?

Principalmente, o fato de o IBGE prestar serviços essenciais. Vem executando uma tarefa em que enfrenta todas as circunstâncias, falta de verba, dificuldades, épocas conturbadas. O período que a gente pegou lá, em termos de economia brasileira, foi extremamente complexo. O Brasil estava caminhando nitidamente no sentido de uma crise de hiperinflação, e o IBGE teve o papel de acompanhar o que estava acontecendo com os preços e de uma forma fidedigna. E graças a Deus foi possível fazer isso até o final da década [de 1980] e tem feito isso de lá para cá. Quer dizer, o que me impressiona na trajetória do IBGE é que se tem mantido uma certa noção de missão, a despeito do que aconteceu. A visão de missão, claro, não ficou constante, parada nos 80 anos, mas depois evoluiu de forma que não foi destrutiva para o IBGE. Uma evolução que, apesar de todas as circunstâncias, conseguiu manter a Instituição operando dentro daquilo que ela deveria operar e com o apoio da opinião pública. De uma forma geral, eu acho que o IBGE é uma instituição bem-vista. Nem todo mundo entende os detalhes e as minúcias do IBGE, mas está claro que é uma organização que tem peso e tem participação.

A PRODUÇÃO DO IBGE É SATISFATÓRIA PARA ATENDER À SOCIEDADE?

Eu acho que sim. Evidentemente, a gente começa a ficar triste com notícias como a de que faltam verbas para organizar a Contagem da População. Receio muito que em 2016 vá faltar verba para o Censo Agropecuário, que dá um trabalho enorme e está quase pronto para ir a campo. Espero que não haja interrupção por falta de verba. A área econômica do governo às vezes esquece o papel estratégico que são as informações do Censo Agropecuário. Depois, faltam esses dados e se começa a inventar a roda. A posição, em termos de política agrícola, por exemplo, é se apoiar em palpites, em vez de em sólida percepção do que está acontecendo na realidade. O “chutódromo” pesa mais do que a informação concreta. É o grande receio que a gente tem; e seria muito bom se o governo de alguma forma pudesse se conscientizar disso.

O GOVERNO TEM CLAREZA DO PAPEL DO IBGE?

Eu acho que, em certas ocasiões, sim; em outras, não. Tem épocas que parece que o IBGE está fazendo coisa muito simples e que um pouco de dinheiro vai resolver. Depois, quando vêm dados ditos não confiáveis, aí se afirma que o IBGE falhou.

E A IMPRENSA? QUAL O PAPEL DA IMPRENSA PARA O IBGE?

Uma das mudanças, que começou com o Edmar, mas que foi fortemente reforçada depois, foi o papel do CDDI. O CDDI atualmente disponibiliza um mar de informações, e a imprensa pode não conhecer em detalhes isso, mas hoje em dia ela não pode dizer: “olha, eu não sabia”, ou “isso foi um chute do repórter” ou coisa assim. Tem muita informação, e se essas informações fossem consultadas, se evitariam certos erros. Mas de uma forma geral, eu diria que o IBGE aparece bem na imprensa hoje. Nitidamente, sai fornecendo informações. Ontem, veio uma notícia ruim, mas hoje tem esses dados sobre movimentação de população¹⁴. Quer dizer, a toda hora surge nova informação, e a imprensa usa isso; a gente vê sendo utilizado. Então, eu acho que melhorou bastante em comparação com o meu tempo, quando fui Presidente, em que a única coisa que a imprensa queria do IBGE eram os dados de índices de preços, as variações, as perspectivas de futuro.

O QUE O SENHOR SE ORGULHA DE TER CONCLUÍDO?

Eu diria que não houve invenção da roda. Uma das grandes coisas que eu pude perceber é que o IBGE já tinha muita coisa sendo realizada. Esta percepção ficou comigo. Quando eu via aquelas sugestões malucas de fazer isso, transformar aquilo, eu deixava de lado. Acho que uma das coisas que eu tentei fazer foi isso: me valer dos valores que o IBGE tinha em si para enfrentar uma época extremamente difícil. Extremamente difícil quando se pressionava o IBGE para fornecer informações e conseguir evitar crises trabalhistas, que tivemos que enfrentar. Ou pelo menos achar uma maneira de rapidamente resolver essas crises.

NA SUA GESTÃO, O SENHOR REALIZOU UMA DAS ATIVIDADES MAIS IMPORTANTES DA INSTITUIÇÃO, QUE FOI A III CONFEST (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA), QUE RESULTOU EM UM NOVO PLANO GERAL DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS. COMO FOI A REALIZAÇÃO DESSA TERCEIRA CONFERÊNCIA?

Bem, pelo que eu percebi, essa era uma ideia antiga no IBGE. Eu já disse, não inventamos a roda, mas eu senti que era uma iniciativa que merecia grande

¹⁴ Referência ao estudo divulgado dias antes da entrevista: ARRANJOS populacionais e concentrações urbanas no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 167 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93202.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

apoio. Fizemos uma série de reuniões com os Diretores e com os consultores externos. A CONFEST passou a despontar como algo fundamental para o IBGE olhar o futuro, ter visão estratégica. Foi feita, mas era fim de gestão; mas, felizmente, Eduardo Augusto pôde tocar adiante sugestões emanadas do evento. Eu fui ouvinte em várias das sessões e achei muito interessante esse contato, não só com o IBGE como produtor de informações, não só com os técnicos de estatística e geociências, mas com os usuários, pessoal da academia, enfim, gente que queria dados confiáveis do IBGE e participava, dando seus insumos e opiniões; oferecendo informações e sugestões.

Entenda como foi a III Conferência Nacional de Estatística – CONFEST

No discurso de abertura, Charles Mueller realçou que havia 17 anos da realização da última CONFEST, o que tornava ainda mais oportuno aquele encontro entre produtores e usuários de estatísticas, e destacou ainda que, em face das mudanças que vinham ocorrendo no País, às vésperas de um novo governo, o momento daquela Conferência era por demais oportuno para se promover uma revisão completa do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas – PGIEG, ao menos em sua parte estatística. Tratou, como não poderia ser diferente, da realidade da Instituição, carente de recursos *vis-à-vis* sua dimensão nacional e o complexo processo produtivo das estatísticas. Ainda no discurso de abertura, Charles Mueller não mostrou entusiasmo em relação à ideia, então dita e redita mundo afora, de que os

institutos de estatística poderiam/deveriam fazer receita, de modo a cobrir seus custos variáveis: “Essas características de nossa estrutura de custos, aliadas ao fato de serem bens públicos as estatísticas que produzimos, fazem com que não se possa esperar muito de um esforço para aumentar a venda dos nossos produtos” (MUELLER, 1989b, p. 1). Ao final da Conferência, graças à diuturna presença de Lenildo Fernandes Silva, que seguiu à frente da Diretoria de Pesquisas na gestão de Eduardo Augusto Guimarães, foram elaborados e divulgados os *Anais* do evento, mas um novo PGIEG só seria mesmo elaborado na nova gestão, de Eduardo Augusto Guimarães, que o deixaria pronto para a gestão seguinte, de Eurico de Andrade Neves Borba, em que, contudo, o Plano não foi oficializado.

COMO O SENHOR VÊ UM INSTITUTO DE ESTATÍSTICA QUE TEM ASSOCIAÇÃO DO G DA GEOGRAFIA COM E DA ESTATÍSTICA?

A área de geociências é fundamental para um instituto que pretende coletar informações num país imenso, diversificado e complexo como o Brasil. Fazer um Censo sem saber exatamente aonde ir, sem ter como ir ao entrevistado, é impossível. Tem que ter um apoio muito grande na área de geociências para ter realmente uma coleta que seja estatisticamente válida, de informações demográficas, econômicas, em termos de agropecuária, especialmente. Então, o papel das geociências, indubitavelmente, é fundamental. Mas, na época, a área passou por transformações.

COMO OCORREU A ENTRADA DA EQUIPE DO PROJETO RADAM?

O Projeto RADAM¹⁵, quando foi introduzido, havia quem, em certos segmentos do governo, desejaria vê-lo se incorporar à área de geociências do IBGE e formar uma outra organização fora. Houve certa resistência dos técnicos do RADAM a virem para o IBGE. Parecia que era uma perda de *status*. O RADAM era um órgão criado pelo Governo Militar, para os militares; se considerava que estava adotando tecnologia de ponta, era a área de georreferenciamento. Quer dizer, havia pressão no sentido de arrancar uma parte do IBGE e constituir uma outra organização, e por outro lado havia uma certa resistência dentro do IBGE. Nos Departamentos, via-se o pessoal do RADAM como intrusos, gente que vem aí querendo mudar, ensinar a gente a fazer as coisas. Foi um período complicado, de baixar a bola, baixar a poeira, e incorporar o RADAM ao IBGE. Permitir que a área de geociências tivesse um desenvolvimento, tratando de forma harmônica com outros segmentos do governo que fazem a mesma coisa, mas mantendo a área dentro do IBGE e dando condições mínimas de trabalho com as novas tecnologias que estavam surgindo naquela ocasião.

QUAL FOI O OBJETIVO DO IBGE QUANDO ACEITOU A INCLUSÃO DO RADAM DENTRO DA DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS?

Que eu saiba, o RADAM foi posto no IBGE. Havia gente da área de geociências

¹⁵ Projeto RADAM (Radar na Amazônia) foi um esforço pioneiro do governo brasileiro, na década de 1970, para a pesquisa de recursos naturais, sendo organizado pelo Ministério de Minas e Energia, por meio do Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM. Visando conter os gastos públicos, o governo federal, por meio do Decreto n. 91.295, de 31.05.1985, incluiu na estrutura organizacional do IBGE a Comissão Executora do Projeto RADAMBRASIL, com cerca de 600 profissionais. Para informações mais detalhadas, consultar o box “Entenda o que é o Projeto RADAM”, no Capítulo Edmar Bacha.

que achava que não devia vir para cá, que devia ficar fora, mas foi incorporado ao IBGE. Foi uma decisão do governo. O governo determinou que o IBGE incorporasse. Houve, então, o atrito natural que ocorre em movimentações desse tipo, mas, felizmente, deu para fazer com que o RADAM se tornasse parte da área de geociências e contribuísse de forma cada vez melhor para se conhecer nossa realidade no campo de recursos naturais no Brasil, que era a principal tarefa do RADAM. O RADAM veio com o levantamento da Amazônia, muito famoso aqui no Brasil e no exterior também. Por isso, alguns dos técnicos do RADAM queriam formar uma organização separada. Podia até trazer uma parte do IBGE para o RADAM, mas seria uma outra organização. Felizmente, foi feito o contrário, e a tecnologia que o RADAM trouxe foi incorporada à área de geociências do IBGE.

EM RELAÇÃO ÀS CONTAS AMBIENTAIS, QUANDO O SENHOR COMEÇOU A ESTUDAR ESSE ASSUNTO?

É uma área que me interessa até hoje. O Sistema de Contas Nacionais é incompleto; essa crítica vale não só para o IBGE. É uma crítica feita pelos economistas ambientais. Na maioria dos países do mundo, infelizmente, o Sistema de Contas Nacionais não está preparado para medir os custos e benefícios ambientais da atuação humana, da atividade econômica em geral. Esses dados não são computados. O Sistema de Contas Nacionais considera o valor adicionado, o PIB [Produto Interno Bruto], só aquilo que é medido em termos monetários. Há alguns países onde isso evoluiu mais favoravelmente, mas não na maioria. Não há operação para medir os custos e benefícios ambientais da atividade econômica. Essa é uma área que me interessou muito, mas, enquanto Presidente do IBGE, o que se via eram pressões, por exemplo, das Nações Unidas. As Nações Unidas, na década de 1980, desenvolveram um Sistema de Contas Nacionais para medir esses impactos ambientais. Houve pressão das Nações Unidas sobre o IBGE para que a Instituição comesse a mexer nisso. Na verdade, quando saí da Presidência, uma das coisas que o Eduardo Augusto Guimarães pediu que eu fizesse, quando ele assumiu, foi continuar trabalhando nesta área. Eu até participei de uma reunião em Oslo e continuei avaliando a possibilidade de fazer isso no IBGE. O que desde logo ficou muito claro é que existem metodologias para isso, mas até hoje não há um consenso sobre o que deve ser feito, e, mais do que isso: as novas tecnologias mexeriam muito com os

dados do sistema convencional de Contas Nacionais e sairia bastante caro para operacionalizar; seria necessário um apoio técnico substancial para tornar viável isso – a contratação de mais gente. Cada vez que se dava um pequeno passo para fazer alguma coisa nesse sentido, vinha uma crise maior e demolia as perspectivas de avançar. Às vezes, o próprio IBGE tinha que olhar para a coisa e dizer que ia custar muito caro e que não tinha dinheiro, que o Ministério não daria. Tínhamos uma escassez de pessoal técnico na área de Contas Nacionais. Com isso, a prioridade foi manter a metodologia que existe e que ainda é adotada por muitos países. Quer dizer, até hoje é uma coisa que não vingou muito. Há alguns países, como os da Escandinávia, que têm coisas nesse sentido. Na Europa, vários países tentaram outros caminhos. Há controvérsias e metodologias diferentes sendo sugeridas, mas o IBGE não pôde incorporá-las.

O SENHOR IMAGINA O IBGE DO FUTURO AINDA SEM INCORPORAR ISSO?

Como cidadão, eu não desejaria que ocorresse. A gente está vendo o País crescendo e os problemas ambientais surgindo, pipocando a toda hora. Agora a grande moda é a água; o Sistema de Contas Nacionais, por exemplo, não capturou no passado a destruição de aquíferos, mas, hoje em dia, isso faz falta. Quer dizer, em parte São Pedro não ajudou e não choveu como precisava, há uma seca muito forte, mas também há o uso desregrado da água. Você vê a SABESP [Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo], que era uma organização muito admirada, hoje levando lenha de todos os lados porque não tomou providências no passado para evitar os efeitos piores da crise hídrica de hoje. Faltaram informações para acionar a luz vermelha.

NA FOTOGRAFIA DO PAÍS, O IBGE DEVE LEVAR EM CONSIDERAÇÃO A PRODUÇÃO DAS CONTAS AMBIENTAIS?

Eu acho que sim. Eu acho que é uma área bastante importante, deveria ser desenvolvida, incorporada, mas eu entendo que é área complicada. Por exemplo, chegar até a área econômica, hoje em dia, dizendo que precisa de não sei quantos milhões para introduzir esse Sistema [de Contas Ambientais], a resposta vai ser “não dá”! E a área de Contas Nacionais e o próprio IBGE têm posição semelhante. Eu cheguei a conversar com os técnicos, mas eles me diziam claramente “olha, não dá, nós não temos gente

suficiente, nossos técnicos teriam que passar por reciclagem ou teríamos que contratar gente de fora”. Nós podemos fazer bem o que estamos fazendo hoje nas Contas Nacionais, dentro da metodologia que vem sendo adotada. Aliás, uma metodologia que vem também evoluindo dentro daquilo que é essencial no Sistema de Contas Nacionais na época e até hoje, mas essa parte de Contas Ambientais ficou um pouco à margem nas prioridades, tanto do governo como do IBGE.

O SENHOR PUBLICOU UM LIVRO CHAMADO *OS ECONOMISTAS E AS RELAÇÕES ENTRE O SISTEMA ECONÔMICO E O MEIO AMBIENTE*. PERGUNTO: É UM LIVRO DE SÍNTESE DO SEU PENSAMENTO NESSA ÁREA?

Sem dúvida nenhuma. A intenção ao escrever esse livro era justamente mostrar um dos problemas com o pessoal técnico na área de Contas Nacionais, que é a do emprego da metodologia que está em vigor até hoje, considerada como a verdade absoluta. Uma das coisas que faltam na abordagem das ciências econômicas hoje em dia é justamente incorporar o meio ambiente. O que acontece basicamente é que o sistema econômico ainda é tratado pela análise econômica como sendo um sistema virtualmente isolado, um sistema com tênues relações com o meio ambiente. Isso eu tentei fazer nesse livro: mostrar como a economia neoclássica, a da análise econômica convencional, vem fazendo isso. Considero os avanços interessantes nessa área, mas também o fato de que se tende a lidar com o meio ambiente como se fosse um organismo passivo, um organismo que aceita qualquer coisa que a gente queira fazer. No máximo, a gente deve corrigir distorções com preços, como o estabelecido no princípio do poluidor – pagador. Essa coisa toda foi derivada da análise neoclássica convencional. Outra vertente da análise econômica tem procurado lidar com o meio ambiente como um ser vivo, que tem relações com o sistema econômico, e essas relações, em função da escala da economia mundial, têm se estreitado cada vez mais. E isso pode trazer certa instabilidade ao ecossistema global. Nós discutimos aqui a questão da água, do efeito estufa. Paris, no verão de 2014, teve que adotar rodízio pois estava extremamente poluída. Beijin [China] e New Deli [Índia] são cidades extremamente poluídas. Isso acontece por falhas na Economia do Meio Ambiente, que ainda não soube se fazer ser aceita.

Entenda o escopo do livro de Charles Mueller

Publicado em 2007, *Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente*, de Charles Mueller, pode ser considerado a sua obra *mater* e coroa sua trajetória de estudioso em Economia Agrícola e Economia do Meio Ambiente¹⁶. O livro, conforme sinopse da editora, examina as formas pelas quais as ciências econômicas vêm analisando as relações do sistema econômico com o meio ambiente – o sistema maior em que se encontra inserido e com o qual interage. Até recentemente a teoria econômica vinha situando em um plano muito secundário essas relações. Hoje a Economia do Meio Ambiente se apresenta em duas vertentes principais: a da economia ambiental neoclássica e a da economia ecológica. Este livro trata de suas principais hipóteses ambientais e as consequências nelas embutidas para o

meio ambiente. Não nega que, se muito acentuados, tais impactos podem causar consideráveis danos ao meio ambiente, mas considera que estes podem ser facilmente revertidos, desde que se adotem medidas apropriadas de estímulo de mercado. A economia ecológica, entretanto, rejeita essa postura. Analisando o sistema econômico como um organismo vivo, que intercambia energia e matéria com seu meio externo, preocupa-se com a escala atual desse sistema e com seus impactos sobre a capacidade de regeneração do meio ambiente e receia as consequências desastrosas da continuação, nos moldes atuais, do funcionamento e da expansão do sistema econômico. Em essência, o livro avalia o tratamento dado por essas duas correntes de pensamento da Economia do Meio Ambiente às relações entre o sistema econômico e seu meio externo.

O SENHOR, QUE FOI CONSULTOR NA GESTÃO DO EX-PRESIDENTE DO IBGE SÉRGIO BESSERMAN (1999-2003), ACREDITA NA POSSIBILIDADE DE O IBGE AVANÇAR NESTA QUESTÃO?

Não sei muito bem. Eu acho que o IBGE precisa fazer pressão para que isso aconteça. O Besserman fez um trabalho excelente nesse ponto de vista, mas ele também deve ter dado com a cara na porta muitas vezes, porque vinha com um projeto e não tinha recursos para sustentar.

¹⁶ Para informações mais detalhadas, consultar: MUELLER, C. C. *Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente*. Brasília, DF: Ed. UNB: Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - Finatec, 2007. 561 p.

O SENHOR É OTIMISTA EM RELAÇÃO A ISSO?

Não sou muito não, porque não tenho visto muito avanço neste sentido. Eu diria, não só em termos de Brasil, mas de outros países também. Cada vez há crises maiores e diferentes. Os próprios economistas ambientais não enxergam a coisa de uma forma uniforme, cada um tem seu ponto de vista. Há os otimistas desbragados e há os pessimistas radicais. Eu ainda vejo isso como uma questão bastante complexa, e isso não por culpa do IBGE ou do governo brasileiro. É uma questão complexa que não está sendo atacada de forma vigorosa. A cada Conferência das Nações Unidas [sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento], que a gente vê ocorrer é aquela loucura. Parece reunião de centro acadêmico, cada um atirando para um lado e não se chega a um consenso. Não se trata só de levantar informações, mas de tomar medidas factíveis para evitar ou amenizar certos problemas ambientais que nos afligem.

QUAL É A MARCA DA SUA GESTÃO?

Uma das coisas que eu senti, na primeira participação que tive, é que pelo menos alguns novatos que entraram para o IBGE achavam que era preciso romper tudo, arrasar tudo e construir tudo outra vez. Eu logo senti que não era esse o caminho. Não só isso. Eu percebi o patrimônio enorme que o IBGE tinha em termos de pessoas, de pesquisas, de esforço. Isso eu tentei manter o tanto quanto possível dentro daquela conjuntura de crise quase permanente. O IBGE me deixa às vezes com saudades. Para mim, foi um período extremamente gratificante diante de tantas dificuldades que o País passava na época, e eu aprendi muito, não só sobre o IBGE mesmo, mas também sobre as relações do IBGE com o resto do mundo, com a imprensa. O grande terror eram os repórteres com os caderninhos: “Presidente, não tem nenhum palpite?”. Uma corrida eterna para me esconder. Eu ia a certos lugares, como esse evento que eu falei lá no Jardim Botânico, e nunca ia imaginar que a imprensa fosse me perguntar se eu podia confirmar que a taxa de inflação ia ser 20% ao mês, quando ela nem tinha sido calculada ainda. Esse era o grande terror.

DO QUE O SENHOR SENTE SAUDADE?

A interação com gente como Manoel Antônio, como Gil Silva e muitos outros. Menciono também o Nelson Senra. A oportunidade que a gente tinha de interagir com gente de alto nível e várias áreas de conhecimento. Eu vinha do meio acadêmico, com muitos economistas e alunos de economia. De repente, me encontrei num mundo com pessoas bem formadas e de vários campos. Isso foi muito gratificante para mim.

Entenda as primeiras reflexões sobre as estatísticas ambientais no IBGE

Em um tempo em que o IBGE apenas iniciava as discussões sobre a produção das estatísticas ambientais, Charles Mueller, que recém-deixara a Presidência do Instituto, teve ocasião de publicar dois estudos, em maio e julho de 1991, respectivamente, que muito apoiaram essas discussões¹⁷. Em ambos, tendo por base seu vasto saber em Economia do Meio Ambiente e em Economia Agrícola, somando, então, sua vivência no IBGE, contribuiu com reflexões valiosas às pesquisas do Instituto. No primeiro estudo, *A dimensão ambiental no sistema de contas nacionais*, suas reflexões começam por recordar as preocupações manifestadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (United Nations Conference on Human Environment), realizada em Estocolmo em 1972, quanto à sanidade ecológica do planeta, de conclusões pessimistas. Em face disso, foram sendo adotadas posturas radicais, surgindo no Relatório

da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (World Commission on Environment and Development, conhecida como Comissão Brundtland), em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável – o desenvolvimento como necessário, é claro, mas desde que sustentável, isto é, considerando as inter-relações entre a economia e o ecossistema, e tendo âmbito não apenas local ou nacional, mas também planetário. Ao mesmo tempo, as nações industrializadas mais e mais vêm exigindo o emprego crescente de recursos naturais, bem assim as nações que querem atingir aqueles níveis de industrialização para reduzirem seus descompassos de desenvolvimento. E o dilema fica em como encontrar um conjunto factível de manutenção do nível de vida dos países industrializados e de crescimento adequado dos países em desenvolvimento, mas com o necessário resguardo do nível de vida das gerações futuras. A crescente preocupação

¹⁷ Para informações mais detalhadas, consultar: MUELLER, C. C. *A dimensão ambiental no sistema de contas nacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1991a. 83 p. (Textos para discussão, n. 47). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv22520.pdf>>. Acesso em: fev. 2016. Ver também: ———. *As estatísticas e o meio ambiente*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1991b. 72 p. (Textos para discussão, n. 50). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv22502.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

com esses aspectos vem se refletindo no campo das estatísticas, fazendo surgir, nos países industrializados, sistemas de estatísticas ambientais em franca evolução. E é nesse sentido que aumenta a inquietação a respeito da incapacidade do Sistema de Contas Nacionais de fornecer indicadores que reflitam adequadamente aspectos da sustentabilidade do desenvolvimento das economias, o que levou e segue levando a propostas para mudar o Sistema. Charles Mueller aponta, na ótica daquele tempo, críticas e sugestões sobre o Sistema de Contas Ambientais. Desde então, novos estudos foram sendo feitos. No segundo estudo, *As estatísticas e o meio ambiente*, Charles Mueller, focando as estatísticas ambientais, entre outros pontos, resenha o trabalho da Conferência dos Estatísticos Europeus (Conference of European Statisticians), de 1990, da qual surgiram classificações de estatísticas relacionadas principalmente ao campo dos recursos naturais, e trata, com maestria, dos indicadores ambientais, que aponta como uma subárea das estatísticas ambientais. O interesse por indicadores ambientais vem crescendo em face do aumento de informações,

complexas e minuciosas, nem sempre de grande valia, sobre o meio ambiente, de difícil compreensão, assimilação e utilização por usuários, e mesmo por decisores. Assim, na medida em que essa enorme gama de informações, não raro vinda de diferentes informantes, pudesse ser sintetizada em uns poucos indicadores, por certo simplificaria a vida de todos. Segundo Charles Mueller, os indicadores ambientais, na visão daquele tempo, podem ser gerados de duas formas: mediante a agregação de estatísticas ambientais, com base em técnicas estatísticas; ou mediante a seleção de variável especial, objeto de coleta estatística, ou mesmo de uma classificação, que preencha os atributos de um indicador ambiental. Um exemplo de indicador do primeiro tipo é o índice de poluição do ar; um exemplo de variável única transformada em indicador é a emissão para a atmosfera, num dado período de tempo, do dióxido de enxofre gerado a partir de todas as fontes, tanto estacionárias como móveis. Um receio na elaboração de indicadores é a utilização de estatísticas produzidas por diferentes fontes, o que demanda, a longo prazo, coordenação uniformizante. No estudo, sugere alguns tipos de indicadores.

O QUE O SENHOR DESEJA NESSE ANIVERSÁRIO DE 80 ANOS DO IBGE?

Meu desejo maior é que o IBGE possa enfrentar essas dificuldades que estão aí e continuar evoluindo no sentido positivo de estar se desenvolvendo qualitativamente e metodologicamente com o seu pessoal. Uma das coisas que me impressionava no IBGE, na época, era a “camisa do IBGE”. Para quem não conhece isso pode parecer uma coisa pouco importante, mas o contrário é verdade. As pessoas que a vestem passam dificuldade, mas sempre procuram fazer o melhor que sabem. Eu desejaria que o IBGE pudesse continuar nesse caminho, enfrentando o pior das crises, mas recebendo recursos, pelo menos em quantidade necessária para executar as tarefas que tem e de forma qualitativa aceitável.



Foto: Licia Rubinstein



e DUARDO AUGUSTO GUIMARÃES

Um período muito difícil para o Brasil e para o IBGE.

1990 1992

Eduardo Augusto de Almeida Guimarães nasceu no Rio de Janeiro, em 9 de janeiro de 1946, ao tempo em que era ainda a capital federal. Graduiu-se em Economia e em Engenharia Civil pela Universidade Federal Fluminense - UFF, em 1966 e 1967, respectivamente; Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, em 1975; doutorando-se em Economia pela University College London - UCL, em 1980.

Trabalhou no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, na Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, e dirigiu o Instituto de Economia Industrial da UFRJ, onde era professor da pós-graduação. No IBGE, ocupou a Diretoria de Economia (1985-1986, antes da Reforma

Administrativa) e a Diretoria de Pesquisas (1986-1987, depois da Reforma), na gestão de Edmar Lisboa Bacha (1985-1986). Em seguida, assumiu a Diretoria-Geral (1987-1988), na gestão de Edson de Oliveira Nunes (1986-1988), e foi Consultor na gestão de Charles Curt Mueller (1988-1990). No Governo Fernando Collor (1990-1992), assumiu a Presidência do IBGE. Pouco depois de deixar a Presidência do Instituto, no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), foi Secretário do Tesouro Nacional, Presidente do Banco do Estado de São Paulo - BANESPA e Presidente do Banco do Brasil. Atualmente, exerce atividade de consultoria junto a diversos organismos nacionais e internacionais.

Uma gestão preparada, mas interrompida

Em 15 de março de 1990, tomou posse o primeiro Presidente eleito pelo voto popular, Fernando Affonso Collor de Mello, após um longo período de eleições indiretas. No dia seguinte, a nova Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, Zélia Maria Cardoso de Mello, anunciou um pacote radical de medidas econômicas, que incluía o confisco dos depósitos bancários e das até então intocáveis cadernetas de poupança dos brasileiros. Era o quarto Plano Econômico que a população enfrentava em apenas quatro anos; os anteriores, todos no Governo José Sarney (1985-1990), fracassaram na tentativa de controlar os preços e estabilizar a economia. A população reagiu com perplexidade, especialmente às medidas de bloqueio do dinheiro.

No IBGE, o novo Presidente, Eduardo Augusto Guimarães, tomou posse diante de Zélia Cardoso de Mello, e não deixou um discurso com suas intenções de trabalho, mas estas já estavam expressas desde quando ocupara a Diretoria de Pesquisas (gestão de Edmar Bacha) e a Diretoria-Geral (gestão de Edson Nunes), e seguiu atuando na III Conferência Nacional de Estatística - CONFEST, realizada em 1989, na gestão de Charles Mueller.

Na ocasião, as estatísticas econômicas seguiram sendo revisadas, em articulação com os Sistemas de Contas Nacionais e Regionais. As estatísticas agro-

pecuárias, demográficas e sociais avançaram. A Diretoria de Informática e o Centro de Documentação e Disseminação de Informações prosseguiram nos limites da tecnologia disponível e, no bojo da Reforma do Estado do Governo Fernando Collor, resolveu expandir a Reforma Administrativa do IBGE, iniciada na gestão de Edmar Bacha, na Sede, alcançando a esfera estadual. As Delegacias Estaduais do IBGE foram tornadas, ao menos em tese, apenas técnicas e passaram a ser chamadas de “Escritórios do IBGE”. As funções administrativas foram centralizadas nos Departamentos Regionais (total de 10 centros). É possível entender o contexto a partir do depoimento de Eduardo Guimarães à Memória Institucional do IBGE, em 13 de março de 2006, transcrito a seguir:

No segundo momento, a Reforma Administrativa foi feita na estrutura das Delegacias, já quando eu era Presidente. Tradicionalmente, cada estado tinha uma Delegacia, que era uma unidade completa. De certa maneira procurava refletir a estrutura da Sede: tinha a parte administrativa, a parte técnica, a parte de informática etc. O que nós avaliamos era que, dado o processo de informatização, de administração etc., era desnecessário você ter uma unidade administrativa cuidando da folha de pessoal em cada estado. Então, as Delegacias foram transformadas em Escritórios do IBGE, com funções estritamente técnicas, e permaneceram em todos os estados. Centralizou-se a parte administrativa em alguns Departamentos Regionais, não lembro agora exatamente quantos¹ [...] Depois da implementação dessa mudança, fiquei pouco tempo. Não tenho condições de avaliar qual foi o desempenho. Já ouvi referências favoráveis e desfavoráveis. Acho que, agora, inclusive, esse processo se reverteu. Essa foi uma mudança no sentido de ganhar escala na parte administrativa, sem prejuízo da parte técnica. Também foi uma operação complicada, porque fechavam a Delegacia de regiões do estado, transformavam a Delegacia do estado em escritório subordinado a um Departamento Regional situado em outro estado, o que causou certa comoção em alguns casos. Eu lembro que, na época, recebi, inclusive, uma visita do Governador de Santa Catarina, que reclamava que isso

¹ Os Departamentos Regionais eram os seguintes: Sul (*Paraná* e Santa Catarina); Sudeste 1 (*São Paulo* e Mato Grosso do Sul); Sudeste 2 (*Minas Gerais* e Espírito Santo); Nordeste 1 (*Bahia* e Sergipe); Nordeste 2 (*Pernambuco*, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte); Nordeste 3 (*Ceará*, Piauí, Maranhão); Norte (*Pará*, Amazonas, Amapá, Roraima); e Centro-Oeste (Goiás, *Distrito Federal*, Mato Grosso, Tocantins, Rondônia, Acre). Os Estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro ficavam sozinhos; os grafados em itálico sediavam os respectivos Departamentos.

era um absurdo, que ia submeter Santa Catarina ao Paraná, que a Guerra do Contestado já tinha sido por aí. Então, foi um processo que foi feito também nesse período (GUIMARÃES, 2006).

A criação de um cadastro de empresas² ganhou prioridade na área econômica, além do empenho para dinamizar a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE; ambos sendo peças vitais para um bom sistema estatístico.

Numa dimensão internacional, Eduardo Guimarães deu início ao processo de relacionamento interinstitucional dos órgãos nacionais de estatística do MERCOSUL, resultando no periódico *Mercosul: Sinopse Estatística*³. No âmbito nacional, a partir da III CONFEST, realizada na gestão de Charles Mueller, elaborou-se um novo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG, em 1992, estruturado em duas seções: Plano Geral de Informações Estatísticas e Plano Geral de Informações Geográficas (note-se o não uso da expressão Geociências).

Em paralelo ao trabalho que vinha sendo realizado no IBGE, o Governo Fernando Collor, que ficou conhecido como o “caçador de marajás”, iniciou uma campanha de moralização do serviço público, com o corte de centenas de servidores e a extinção de estatais, entre elas a Empresa de Portos do Brasil - PORTOBRÁS, a Siderurgia Brasileira - SIDERBRÁS, a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU e a Empresa Brasileira de Filmes - EMBRAFILME. Apesar da larga experiência acumulada por quase sete anos na Direção do IBGE, a gestão de Eduardo Guimarães não ficou à margem dos acontecimentos, como mostra a análise a seguir:

O governo, do ponto de vista da capacidade decisória no lado da política econômica, iniciou-se com um pesado fardo. Ao mesmo tempo em que tinha que enfrentar as necessidades típicas de um governo novo (conhecer a máquina, entender a complexidade do sistema decisório e burocrático, equipar o segundo e terceiro escalões com pessoal de alta qualidade, fazer

² A experiência do IBGE na montagem de um cadastro de empresas teve início com os Censos Econômicos 1985, quando a informação do número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC como código identificador das empresas foi coletada pela primeira vez, permitindo estabelecer o vínculo da empresa com seus diversos locais de atuação. Desde então, o Cadastro Central de Empresas - CEMPRE vem sendo atualizado anualmente e reúne informações cadastrais e econômicas oriundas de pesquisas anuais do IBGE, nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços, e da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho.

³ O fascículo inicial foi publicado pelo IBGE em 1993; o segundo, pela Argentina em 1996; e o último, de número 3-4, pelo Uruguai em 1999.

o reconhecimento do apoio parlamentar, iniciar conversações e acordos para garantir o fiel cumprimento das promessas de campanha, garantir o apoio por parte de suas bases políticas), tinha também que administrar o caos decisório e o vazio de jurisprudência que caracterizam um choque pesado com impactos financeiros severos como foi o Plano Collor [...]. Além de lidar com o caos criado, o governo precisava, ao se instalar, como de praxe, de um ‘período de graça’ para se informar sobre a arte de governar. Como parte do caos incidia diretamente sobre o servidor público, a nova equipe deixou de ter, no ‘momento caótico’, o fundamental apoio da elite do serviço público, que estava, a um só tempo, desinformada, temerosa e com baixa estima. Tal postura da burocracia técnica acabou mostrando-se fundada: os atos de colocar pessoal em disponibilidade não primaram pelo critério. Até março de 1991, cerca de 55 mil servidores se encontravam nessa situação, dentre eles um significativo número de médicos, dentistas e veterinários. Não há justificativa para se colocar em disponibilidade, com o mesmo salário da ativa, profissionais dessas áreas. Esse dado serve como evidência de que, na ausência de critérios, a máquina de governo respondeu linearmente à pressão por redução de efetivos (NUNES, 1991, p. 216-218).

Naquele momento, a decisão do governo de colocar os servidores em disponibilidade significava, para o IBGE, um atropelo ao que já vinha sendo feito de modo gradual e seguro. Desde a gestão de Edmar Bacha, e com a entrada do Regime Jurídico Único - RJU⁴, a Instituição já passava por um processo de redução de quadro, estimulando as demissões voluntárias e os pedidos de aposentadoria, além de uma natural redução do número de servidores, ocorrida com a modernização tecnológica. Apesar de tudo isso, a Direção do IBGE não teve saída: negociou uma redução na cota estabelecida pelo governo e colocou à disposição cerca de 1 500 servidores. O processo foi traumático para as chefias, e, sobretudo, para os servidores mais antigos, que conservavam a tradicional cultura da Instituição. Diante da imposição de se tomar uma decisão difícil sob pressão e enorme sacrifício pessoal, a maioria dos chefes preferiu colocar à disposição os antigos servidores, já

⁴ A partir de 1990, o IBGE e todos os seus servidores passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único - RJU, estabelecido pela Lei n. 8.112, de 11.12.1990.

com tempo de serviço suficiente para a aposentadoria, às vezes pouco produtivos, por descompasso tecnológico, mas nem por isso menos dedicados ao trabalho.

Tal medida só acrescentou mais peso ao ambiente de descontentamento no IBGE. A reação veio na forma de greve: 21 dias. E a readmissão dos servidores, principal reclamação dos grevistas, fugia da alçada do Instituto, que estava subordinado ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Diante desse impasse, a Direção decidiu descontar os dias parados, na esperança de acabar com a greve. Essa posição impôs um custo à Direção, que tinha um perfil mais acadêmico, e aos grevistas.

Um momento difícil para o IBGE, que ainda sofria com a séria decisão do governo de adiar o Censo Demográfico, de 1990 para 1991, alterando a periodicidade histórica da pesquisa, que se realizava de 10 em 10 anos. A mudança, que não se deve atribuir à falta de orçamento, mas sim à intransigência e à burocracia do Secretário de Administração Federal, João Eduardo Cerdeira Santana, foi o episódio mais desgastante da gestão de Eduardo Augusto Guimarães, como ele próprio explicou em depoimento à Memória Institucional do IBGE, em 13 de março de 2006, transcrito a seguir:

O Censo, que deveria ter sido realizado em 1990, foi realizado em 1991 [...] Fomos à Secretaria de Administração Federal, que era chefiada pelo João Santana, pedir a contratação de 20 mil funcionários [censitários]⁵. O João Santana achou que [como] estávamos num momento de demissões, e tendo um estoque de funcionários colocados em disponibilidade, não [cabia] autorizar a contratação; que, em vez de contratar os 20 mil funcionários, devia-se utilizar aqueles em disponibilidade. Obviamente, essa proposta [era] sem pé nem cabeça, não faz[ia] sentido, quer dizer, [...] os funcionários colocados em disponibilidade estavam quase todos localizados no Rio e em Brasília; nós precisávamos de 20 mil pessoas espalhadas no País inteiro. [Além disso] os funcionários colocados em disponibilidade estavam todos eles irritadíssimos com o governo. Obviamente não eram pessoas que iam se mobilizar e se dedicar ao Censo como era esperado.

Então, começou-se um processo de convencimento. Ao João Santana era impossível de convencer, mas tentávamos convencer o Presidente de que isso

⁵ Era o total de contratações temporárias para supervisão da coleta.

não fazia sentido. Desse processo, o Ministério da Economia participou [...], mas foi um processo lento, quer dizer, o próprio Ministério da Economia⁶ talvez não estivesse muito interessado no Censo, o presidente menos ainda, o João Santana era uma pessoa influente no governo. Foi um processo muito difícil, muito demorado, e nós estávamos correndo contra o tempo. Você trabalha com um cronograma. Mudança de governo por si só é um atraso de uma série de coisas. O que a gente estava vendo era o tempo passar, o mês da coleta, que era setembro, chegar sem que nós tivéssemos condições de fazer a contratação. Depois de contratar, você [ainda] tinha que treinar. Depois de muita briga, o Presidente foi convencido e resolveu autorizar a contratação. O João Santana [então] levantou outra questão; obviamente ele sabia que a gente estava correndo contra o tempo e fez uma consulta ao Tribunal de Contas se devia ser seleção ou concurso público. Nós tínhamos pedido seleção, que era um processo mais rápido, para contratar por um ou dois anos, e ele levantou a dúvida se não deveria ser concurso. [...] nós já estávamos com o tempo esgotado e ainda tivemos [que esperar] até que o Tribunal de Contas [chegasse] a uma decisão. Nesse processo, a área técnica [...] começou a colocar em questão a possibilidade de fazer o Censo [...]. O Censo estava previsto para o dia primeiro de setembro, dados os atrasos que se tinham apresentados, a previsão era de que [só pudesse ser realizado em] novembro, [com] dois ou três meses de atraso. O que a área [técnica] notava era que você fazer pergunta em novembro, dezembro, janeiro sobre a situação do mês de setembro era muito distante, muito arriscado, havia também a sazonalidade; se o Censo refletisse uma situação de dezembro, completamente diferente da de setembro porque era mês de férias, se o Censo fosse feito naquelas condições, não havia como garantir a qualidade técnica do Censo.

Na verdade, o que a Direção pensou: “ir em frente com o sacrifício da qualidade técnica ou adiar o Censo para 1991”. Adiando o Censo para 1991, você teria a possibilidade de fazer o Censo em setembro, portanto nas condições que a área técnica considerava ideais, mas significava que a série que era decenal sofreria uma [mudança] por um período de 11 anos e depois um período de nove anos. A decisão foi que, como era muito dinheiro para

⁶ À época, o IBGE estava vinculado à Secretaria Nacional de Planejamento, integrante do poderoso Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, cuja titular era Zélia Maria Cardoso de Mello.

arriscar numa operação que os próprios demógrafos iriam pôr [...] em dúvida, era melhor então fazer o Censo [em] 1991 com a qualidade esperada do que fazer o Censo em 1990. Obviamente foi uma decisão muito difícil de tomar porque ia contra a imagem do governo. O curioso é que as pessoas sempre achavam que o Censo tinha sido adiado porque não tinha orçamento, porque não tinha dinheiro; se fosse isso até seria possível entender, mas nem isso foi; tinha orçamento, tinha dinheiro, tinha tudo; foi uma maluquice do burocrata e o jogo meio sujo, porque quando ele perdeu, ainda jogou mais uma cartada para [anular] mesmo o processo. Foi um processo complicado. O Censo [1991] foi muito difícil porque foi feito em condições muito adversas, greve a todo o momento (GUIMARÃES, 2006).

O País passava por uma nova realidade sindical, com uma série de greves e um período complicado na economia. Não demorou muito e o IBGE se viu diante de outra greve na coleta do Censo Demográfico 1991, encontrando-se refém da sua maior e mais cara pesquisa domiciliar. A Direção ficou frente a frente com o movimento grevista radical, como revela Eduardo Guimarães em seu depoimento à Memória Institucional do IBGE:

Começamos o Censo com uma greve de 30 dias. No fim do Censo, quando estava concluindo a pesquisa, nova greve; dessa vez usaram uma tática que já tinha sido utilizada uma vez no Pará e era usada dessa vez em São Paulo, que era o chamado sequestro de questionário: o pessoal sindical passava nos postos de coleta, reunia; só pode pegar 300 mil questionários já preenchidos e sumia com eles. Eu pensei assim: “chama a polícia federal”; [os questionários] apareceram escondidos numa escola. Isso já tinha sido feito ao longo do Censo em proporção menor no Pará (GUIMARÃES, 2006).

Nesse contexto, a greve se tornou cada vez mais agressiva, e as negociações com os grevistas foram divididas, parte sendo no IBGE e parte sendo em Brasília, com o Ministério da Justiça. Mas, o que parecia uma solução, aos poucos, foi se mostrando inábil, com orientações desencontradas, o que abalou a continuidade da administração.

Nós participávamos de um processo em que nós tínhamos uma pauta específica e uma discussão de uma pauta global em Brasília, que era conduzida pelo Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Realmente, essa foi uma das piores experiências que tive, porque você recebia uma orientação de governo para ter

uma posição na negociação; você se posicionava de acordo com essa opinião, sendo que o comando nacional da greve negociava em Brasília e o governo alterava a sua posição, só que o governo não avisava nada a você aqui; então você continuava seguindo a orientação, e o outro lado, o lado dos funcionários, colocava a nova posição, e você ficava fazendo papel de bobo. Foi realmente uma experiência muito ruim. No final da greve, houve uma negociação em Brasília que resolveu pagar [cobrar] os dias parados, e pagou [cobrou]; obviamente também não ia me opor. Nesse momento, resolvi pedir demissão do IBGE. Considerei que o IBGE ia ficar [impossível de se administrar], só que nós estávamos no meio do processo do Censo, que já tinha sido uma questão muito conturbada, e achei que seria irresponsável da minha parte pedir demissão, ir para a casa e deixar o Censo com todos os problemas aqui. Então, fiquei até o fim, mas no dia em que terminou a coleta do Censo anunciei o primeiro resultado. No dia seguinte, procurei o então Ministro [da Economia, Fazenda e Planejamento], Marcílio Marques Moreira, e disse que eu queria sair; ele me pediu para ficar, para não dizer nada a ninguém até que ele verificasse um substituto; fiquei mais dois meses e saí (GUIMARÃES, 2006).

Depois de quase dois anos de gestão, Eduardo Augusto Guimarães informou ao Ministro Marcílio Marques Moreira⁷ que não mais continuaria na Presidência do IBGE. Ele deixou o Instituto em março de 1992, momento em que o País estava mergulhado numa recessão histórica, e a inflação continuava descontrolada. Nas ruas, jovens de caras pintadas com as cores da Bandeira Nacional exigiam a saída de Fernando Collor. Pouco depois, quando se viu sob ameaça de *impeachment*, Collor renunciou em 29 de dezembro de 1992, dando lugar ao Governo Itamar Franco, seu Vice-Presidente⁸.

⁷ A partir de 10 de maio de 1991, o Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, substituiu Zélia Cardoso de Mello à frente do Ministério.

⁸ Fernando Collor foi o primeiro Presidente eleito pelo voto popular depois de 25 anos de regime de exceção. Seu curto período de governo foi marcado por escândalos de corrupção, o que levou a Câmara dos Deputados a autorizar a abertura do processo de *impeachment* em 2 de outubro de 1992, e Collor foi afastado do poder. Na sessão de julgamento, em 29 de dezembro de 1992, o Presidente Fernando Collor renunciou ao mandato.

Entrevista realizada em 17 de março de 2015, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, no Rio de Janeiro⁹

O SENHOR INGRESSOU NO IBGE A CONVITE DO PRESIDENTE EDMAR BACHA, EM 1985, PARA CUIDAR DA DIRETORIA DE ECONOMIA. NA ÉPOCA, QUAL ERA A SUA VISÃO SOBRE O TRABALHO DO IBGE?

Eu trabalhava na área de economia e política industrial e era um grande usuário das estatísticas industriais no IBGE. Conhecia bem essas estatísticas e tinha algumas queixas em relação a elas. A minha vinda para cá foi uma oportunidade de participar do processo de produção de uma estatística que eu usava bastante. Aceitei também o convite do Edmar Bacha porque que era uma oportunidade de trabalhar com ele e com Regis Bonelli, que seria o Diretor-Geral, que são meus amigos.

QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS PROJETOS NESSA GESTÃO?

A gestão do Bacha iniciou um processo de mudança profunda no IBGE. O Brasil estava saindo da ditadura, se transformando, e o IBGE passava a viver em uma nova era. Ele tivera um período de expansão, de grande transformação durante a gestão do Professor Isaac Kerstenetzky, mas nos últimos anos havia um processo de envelhecimento da Instituição. Mesmo na gestão do Professor Isaac se modernizou muito um segmento da Instituição, mas outros permaneceram mais ou menos imunes ao processo de transformação. A mudança deslanchada na gestão do Bacha envolveu a estrutura administrativa e a agenda do programa de pesquisa. Essa mudança, no caso do programa de pesquisas, foi muito acentuada na área das estatísticas econômicas e sociais, e mesmo nas demográficas. O processo de transformação da estrutura administrativa do IBGE envolveu também mudanças na forma de trabalhar. Em relação à área de produção de estatísticas, a Reforma teve como resultado a fusão de três áreas, que tratavam das estatísticas econômicas, sociais e agropecuárias, numa única Diretoria – o que, de certa forma, era uma volta à Diretoria Técnica, que tinha existido em períodos anteriores, mas que havia desaparecido. Essa fragmentação tinha desvantagens sérias porque os assuntos eram correlatos.

⁹ A citação simplificada dos nomes próprios foi mantida no corpo da entrevista, de modo a preservar a leveza de seu conteúdo original. Em caso de dúvida com relação à menção de algum personagem, sugere-se consultar a lista de nomes completos, ao final da publicação.

Além disso, dificultava muito o relacionamento da unidade central com a Rede de Coleta – três Diretores com o mesmo nível hierárquico disputavam espaço e tempo da Rede. Essas transformações tiveram lugar a partir de um programa de Reforma Administrativa que foi coordenado pela Rosa Esteves, uma Técnica de Administração; eu participei muito ativamente desse processo. Foi montada uma Comissão [Comissão de Reforma Administrativa] para discutir a Reforma, com representantes das diversas Diretorias. Eu indiquei a mim e a meu adjunto, José Guilherme, para participarmos dessa Comissão. As outras Diretorias indicaram, em geral, o adjunto e mais um técnico – na área social, o adjunto era o André Médici, na de geociências, a Marilourdes. Mas eu achava que a Comissão era muito importante, e quis participar pessoalmente. Tive realmente uma atuação muito ativa no desenho da nova estrutura.

POR QUE O SENHOR TEVE ESSA VISÃO DE A SI PRÓPRIO SE FAZER REPRESENTAR PELA DIRETORIA DE ECONOMIA, E OS DEMAIS DIRETORES NÃO TIVERAM ESSA VISÃO?

Era um assunto que me interessava. Eu sempre tive interesse na questão da estrutura gerencial de grandes organizações. Então, o tema em si, a ideia de discutir uma estrutura da dimensão do IBGE, era muito atraente. Além disso, acho que acreditei mais na Reforma Administrativa do que os outros Diretores, que não deram tanta importância ao processo de Reforma, possivelmente porque estavam mais focados na produção das estatísticas de suas áreas. Eu entendia que era uma oportunidade de realmente mudar a estrutura e a organização da produção de estatística do IBGE e queria influenciar o novo formato. Eu e o José Guilherme participamos de todas as reuniões dessa Comissão. Realmente, se você tem um diretor na Comissão, ele acaba tendo um peso no seu processo de discussão. Eu tinha um relacionamento muito bom com a Rosa – a Coordenadora do programa – e ela tinha todo o apoio do Bacha e do Regis. Estou falando sobre a fusão que ocorreu no topo da estrutura, mas talvez mais importante tenha sido a mudança que ocorreu embaixo dessa estrutura. Volto a esse ponto mais tarde. Outro ponto importante dessa Reforma foi a criação do CDDI [Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE], porque vinha enfrentar um problema que é típico das instituições de produção de estatística. Em geral, a pessoa que trabalha na produção de estatística está interessada na produção de dados, eventualmente na sua utilização. Mas não está muito interessado na disseminação desses dados. Além disso, o IBGE era muito conservador em matéria de divulgação. Publicava tudo, publicava volumes

compactos, grandes, que encalhavam. Publicava volumes dos Censos para todos os estados, com o mesmo tamanho e com a mesma tiragem. Foi uma preocupação pessoal do Bacha criar um Centro de Disseminação que tivesse uma atitude mais proativa. Não apenas responder à demanda da sociedade ou colocar volumes nas bibliotecas para serem consultados, mas ir à sociedade e disseminar as suas atividades. O IBGE nesse período foi muito proativo nesse sentido. O Bacha e os Diretores participavam muito de encontros com a imprensa. Era uma atividade assumida pela Direção do IBGE. Na verdade, os técnicos não falavam, não faziam declarações públicas naquela época. Hoje é muito diferente: são os técnicos que divulgam as pesquisas; a Diretoria, o Presidente, quase não fala à imprensa, a não ser para tratar de questões mais políticas ou administrativas. O Bacha participava de todas as entrevistas de divulgação de resultados das pesquisas. O IBGE tinha uma Assessora de Imprensa muito eficiente, a Shirley Soares [Coordenadora de Comunicação Social].

HOUE ALGUMA RESISTÊNCIA INTERNA EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO DE QUE SÓ O PRESIDENTE E OS DIRETORES PODIAM FALAR?

A orientação era de que só os Diretores falassem. As demandas da imprensa passavam sempre pela Assessora de Imprensa, que encaminhava o jornalista para os Diretores; só eventualmente, para os técnicos. Era um período complicado, de abertura política, de uma certa ebulição. Havia a intenção de manter um discurso neutro e a ideia era usar a imprensa para divulgar o trabalho do IBGE e, mais tarde, para mobilizar a população em relação ao Censo. No Censo, eu passei uns 15 dias em estações de rádio – o rádio tem muita capilaridade, naquela época ainda maior do que a televisão. Essa preocupação de melhorar a imagem do IBGE, de exibir sua produção, resultou na criação do CDDI.

O SENHOR ACHA QUE NAQUELE MOMENTO A IMPRENSA JÁ TINHA UMA PARCERIA COM O IBGE?

Acho que se construiu essa parceria. Na época, não sei se ainda se faz hoje, o DESIP, Departamento de Índices de Preços, tinha um programa que era realizado regularmente – chamava-se O Caminho do INPC¹⁰ – no qual um grupo de jornalistas acompanhava o pesquisador do IBGE na coleta de preços, assistia duas

¹⁰ Trata-se do Programa O Caminho dos Índices, muito usado para habilitar os jornalistas, entre outras pessoas, a bem entenderem os resultados dos índices. O Programa foi criado na gestão de Edmar Bacha.

ou três palestras sobre como era calculado o índice. A intenção era familiarizar os setoristas que cobriam o IBGE com essa questão; os índices de preços eram muito importantes nessa época, custaram inclusive a “cabeça” de um Presidente. Agora, os setoristas tinham uma rotatividade muito grande. Assim, esse programa era repetido periodicamente, para manter essa aproximação.

DEPOIS DE PASSAR PELA DIREÇÃO, O SENHOR ENTÃO SE TORNA PRESIDENTE.

Gostaria antes de falar das mudanças introduzidas no segundo nível da estrutura administrativa da área de pesquisas, da estrutura interna da Diretoria de Pesquisas. Tantos anos depois, são 30 anos, a estrutura então instalada ainda está basicamente aí. O problema era que não só a atividade de produção de estatísticas estava segmentada em áreas e Diretorias distintas, mas também havia uma separação muito grande, no interior dessas três Diretorias, entre a área de estatísticas primárias e a área de estatísticas derivadas. Essa configuração vinha do período do Professor Isaac. O Professor Isaac pegou uma Instituição muito mais arcaica do que nós pegamos e promoveu um processo importante de modernização. Olhando retrospectivamente, é possível dizer que ele adotou uma estratégia de fazer uma cunha dentro da Instituição e construir um setor moderno. Foram criadas a área de indicadores sociais, a área de contas nacionais, o índice de preços ao consumidor – que compunham uma área de estatísticas derivadas. Na própria indústria, foi criado o DEICO [Departamento de Indicadores Conjunturais]. Mas a área de estatísticas primárias permaneceu mais ou menos intocada, seja no método de trabalho, seja na metodologia das pesquisas. Havia uma divisão muito clara quando chegamos aqui, que chamava atenção de quem vinha de fora: um setor que estava produzindo estatística de um modo tradicional e outro fazendo pesquisas e produzindo estatísticas mais de curto prazo, num contexto mais atualizado. Havia certa rivalidade entre as duas áreas. O pessoal das estatísticas primárias achava que o pessoal das derivadas era acadêmico, que ficava escrevendo *paper* e não trabalhava duro. E o pessoal das estatísticas derivadas achava que os das estatísticas primárias eram todos atrasados, que não tinham se modernizado. Essa separação tinha uma face institucional clara.

E COMO RESOLVERAM ESSA QUESTÃO?

A preocupação que tivemos na Reforma foi de tentar acabar com esse distanciamento. Ao invés de manter uma área de estatística primária e uma área de estatística derivada, a solução adotada foi estabelecer áreas temáticas e

trazer para dentro de cada uma dessas áreas tanto a parte de produção de dados da pesquisa básica como a produção de indicadores. Na área de estatísticas econômicas, por exemplo, existia o Departamento de Estatísticas Contínuas da Indústria, do Comércio e dos Serviços, que fazia o Censo, a PIA [Pesquisa Industrial Anual], com metodologias antigas e pesadas, e o Departamento de Indicadores Conjunturais, que fazia os indicadores conjunturais, a PIM-PF [Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física] e a PIM-DG [Pesquisa Industrial Mensal - Dados Gerais], como na época eram chamados. Eram setores de funcionamento completamente diferentes. O que nós fizemos foi estruturar a Diretoria de Pesquisas em Departamentos com foco setorial e criar, em cada Departamento, uma área de produção de estatísticas, que era denominada Divisão de Pesquisa, e uma Divisão de Planejamento, que focalizava as questões metodológicas associadas às pesquisas. A área de planejamento era, certamente, menos envolvida no trabalho do dia a dia, mas estava bem próxima da produção, debaixo do mesmo Chefe de Departamento. A expectativa era que houvesse uma circulação de técnicos entre essas áreas. Houve também a preocupação de criar, dentro da DPE [Diretoria de Pesquisas], um núcleo de metodologia – que antes era um assunto tratado fora da Diretoria de Pesquisas – para pensar questões metodológicas mais complexas e mais de longo prazo. Essa mudança foi muito importante. A partir daí, se começou a mudar a filosofia e o programa de pesquisa e a maneira de fazer a pesquisa primária. Nós avançamos mais e mais rapidamente na área de indústria, em parte porque era a que eu conhecia melhor, mas também porque era a que estava mais estruturada. Comércio e serviços eram áreas muito incipientes, começaram a mudar, mas o avanço só ocorreu mesmo depois; hoje têm o mesmo tipo de metodologia, o mesmo tipo de programa de pesquisa da indústria. A agricultura era um setor mais difícil de mexer, aí se avançou menos. A área social também se transformou bastante, com uma maior aproximação entre o DEISO [Departamento de Indicadores Sociais] e as pesquisas primárias.

DEPOIS DE PASSAR PELA DIREÇÃO, O SENHOR SE TORNA DIRETOR-GERAL E EM SEGUIDA PRESIDENTE. O QUE MUDOU DE DIRETOR PARA PRESIDENTE?

Como Diretor-Geral já houve uma mudança grande, porque a agenda muda completamente. A agenda na Diretoria de Pesquisas era basicamente uma agenda técnica, com a qual o Diretor fica muito envolvido. Tinha uma parte administrativa grande, tinha também uma parte política como todo lugar, mas

era basicamente uma agenda técnica. Por outro lado, nessa época, o Diretor-Geral se tornara de fato o Diretor Administrativo do IBGE. Essa mudança é o resultado de um apêndice da Reforma Administrativa, introduzida no início da gestão do Edson Nunes, que acabou com a Diretoria de Administração e transferiu toda a responsabilidade da administração para o Diretor-Geral. Assim, mudou bastante minha agenda. Eu me dediquei muito ao trabalho de reestruturação, de reformulação da Rede de Coleta, que era subordinada ao Diretor-Geral e que também passou por grandes mudanças naquele período. Houve uma grande redução do número de Agências. É importante reparar que esse é um período de mudanças tecnológicas significativas. Eu me lembro que quando chegamos, o IBGE não tinha um único microcomputador – o primeiro computador do IBGE foi o do Bacha, que trouxe seu computador pessoal para lá. A partir dessa época, com as novas tecnologias de informática, o processo de trabalho no IBGE se transformou completamente. Isso afetou também a Rede de Coleta. Até então, a proximidade com a fonte de informação era muito valorizada, o que acarretou forte expansão do número de Agências. O resultado é que você tinha Agência com um funcionário, que não podia sair de férias ou participar de treinamento fora da Agência, porque fechava a Agência. Adotou-se uma política de diminuir o número de Agências e tornar as Agências mais parrudas. Fechamos bem umas 300 Agências; quando saí, o IBGE tinha cerca de 600 Agências. Imagino que hoje o número de Agências necessárias deva ser menor, por causa da Internet.

E A TRANSIÇÃO PARA PRESIDENTE?

Eu saí do IBGE com o Edson Nunes. Os dois Presidentes com quem trabalhei saíram por conflito com o governo. O Bacha por questão de mudança de índice de preços. O Edson, porque, em uma greve, houve uma exigência de demissão de 12 funcionários. A ideia era “pega 12 funcionários e demite”, para exemplo, para intimidar. Nós nos recusamos a fazer isso e pedimos demissão. Veio o interventor [Celsius Lodder], fez a demissão, acabou a greve, ele foi embora e o Charles Mueller assumiu. Dois anos depois, no início do Governo Collor, voltei como Presidente. Foi uma experiência completamente diferente das anteriores. Primeiro, porque a função de Presidente era, evidentemente, muito diferente das outras; fui cada vez mais me afastando das questões técnicas e do dia a dia da Instituição. Depois porque foi também um período muito difícil para o Brasil e para o IBGE.

NA OCASIÃO, O SENHOR ERA A FAVOR DA REDUÇÃO DO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS?

Nós já tínhamos uma avaliação, desde a gestão do Bacha, que o IBGE tinha funcionários demais, mesmo depois da redução que ocorreu a partir de sua posse. Havia várias razões para isso, a maioria comum a outros órgão da administração pública, mas havia uma razão que era específica do IBGE – era o problema dos Censos. No Censo, eram contratados 15 mil, 20 mil funcionários temporários para fazer supervisão da coleta e trabalhar no trabalho de apuração do Censo. Esses funcionários censitários eram contratados por prazo determinado, mas quando se aproximava o fim do contrato, começavam as pressões políticas para manter esses censitários no quadro permanente. Não havia concurso para admissão no IBGE naquela época. O resultado: quando chegamos aqui, havia “o grupo do deputado fulano”, “o grupo do deputado beltrano”, conforme o padrinho da permanência do censitário no IBGE após o fim do contrato. Mas, além disso, estávamos envolvidos em um processo de transformações tecnológicas e de métodos de trabalho muito grande. Isso exigia também uma mudança do perfil do funcionário do IBGE – a Instituição precisava cada vez menos daquele funcionário pouco qualificado, que ficava fazendo um trabalho de conferência de números, um trabalho rotineiro, e mais de pessoas capacitadas que pudessem contribuir no desenvolvimento de novas pesquisas, mesmo em uma análise mais sofisticada, em uma crítica mais sofisticada das estatísticas produzidas no IBGE. Havia, portanto, necessidade de redução e de mudança de perfil do quadro de funcionários. Essa era a orientação também no início do Governo Collor. Agora, tudo no Governo Collor era feito de forma muito arbitrária, muito pouco refletida e muito voluntarista. Assim, foram fixadas, de forma centralizada, cotas de demissões para cada órgão de governo, com um prazo curtíssimo para selecionar os demitidos e fazer essas demissões. No caso do IBGE, nos deram uma cota que consideramos maior do que era possível fazer. Não que aquele contingente não pudesse ser demitido ao longo de dois, três, quatro anos. Mas você não demite, de uma hora para outra, uma quantidade significativa de funcionários sem perturbar muito fortemente o funcionamento da Casa. Assim, houve, durante um bom tempo, uma queda de braço com o governo, em que nós dizíamos que não era possível fazer o exigido. E na verdade, diferente de outros órgãos, nós tínhamos um certo embasamento. Houve uma continuidade no IBGE apesar da sucessão de Presidentes – Bacha, Edson Nunes, Charles Mueller –, os Chefes de Departamentos não mudaram e os Diretores mudaram pouco. Então, a filosofia que se construiu na gestão do Bacha estava presente ainda quando eu tomei posse. E nesse processo a Direção tinha

uma ideia do que precisava, conhecia o que estava sendo produzido. Sabia mais ou menos o que podia ser cortado, sem problemas, o que não podia. Houve um certo embate do IBGE com a Secretaria de Administração Federal, que era quem conduzia esse processo. Acabou que nós conseguimos manter o número de demissões dentro do que se considerava viável – devem ter saído uns 1 500, 1 600 funcionários¹¹.

QUAL ERA A COTA INICIAL DO IBGE EXIGIDA PELO GOVERNO? ERA O DOBRO?

Não me lembro, mas era bem maior. Podia ser 3 mil, não sei.

O SENHOR SOFREU ALGUMA INTERFERÊNCIA POLÍTICA NO TRABALHO?

Nós tivemos muito mais interferência política no Governo do Presidente Sarney do que no do Presidente Collor. No Governo Sarney, houve dois conflitos relativos ao índice de preços: no primeiro, o Bacha ameaçou pedir demissão e houve um recuo do governo; na segunda vez, ele pediu demissão. Isso dá uma ideia da pressão. Outro problema era a nomeação de Delegados [Chefes das Unidades Estadual do IBGE]. O Bacha levou três meses para nomear todos os Delegados no início da gestão. Ele conseguiu impor uma regra de que só funcionário do IBGE podia ser Delegado. Essa regra não existia. Ele conseguiu manter essa orientação, exceto em um único estado, que foi o Maranhão.

E NO RIO GRANDE DO SUL?

O problema no Rio Grande do Sul não foi nesse momento. No início da gestão, foi nomeado um funcionário, mas, meses depois, ele foi substituído pelo Gervásio¹². Eu acho que ele não devia ter sido nomeado, porque isso infringia a regra, mas o Gervásio era muito competente, era um professor universitário, contribuiu muito para o IBGE e, depois que deixou de ser Delegado, continuou como funcionário do IBGE. Ao longo da minha gestão, eu tive duas interferências

¹¹ A Lei n. 8.878, de 11.05.1994, concedeu anistia aos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como aos empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista sob controle da União que, no período compreendido entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992, foram exonerados ou demitidos com violação de dispositivo constitucional ou legal; despedidos ou dispensados dos seus empregos com violação de dispositivo constitucional, legal, regulamentar ou de cláusula constante de acordo, convenção ou sentença normativa; ou exonerados, demitidos ou dispensados por motivação política, devidamente caracterizado, ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista.

¹² Gervásio Rodrigo Neves assumiu a Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul em janeiro de 1986; até esta data, o Chefe da Unidade era Milton José Fonseca e Silva.

relativas à nomeação de Delegados. Tive uma indicação do Ministério para uma Delegacia do Nordeste mas era um funcionário do IBGE e não havia nenhum problema com sua nomeação. Houve um outro caso, esse foi mais público: vagou a Delegacia de Santa Catarina, e havia indicações políticas de dois funcionários do IBGE com padrinhos diferentes. Eu nomeei um deles, não tinha razões maiores para escolher um ou outro, escolhi um. Só que nesse meio-tempo, tinha havido um acordo dos políticos do estado com o Presidente Collor – que, em geral, não se envolvia nessas questões. Ele se comprometeu com a nomeação do outro candidato e avisou à Ministra da Fazenda [Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento], que não me transmitiu a recomendação. Se tivesse me avisado, eu teria escolhido o indicado, não havia razão para não fazê-lo. No fim, o Delegado que eu tinha nomeado pediu demissão e nomeamos o outro. Foram as duas interferências nessa área. O segundo virou um problema por ineficiência dos canais de comunicação. Mas, no resto, eu não tive nenhum problema.

O SENHOR ERA CHAMADO A BRASÍLIA PELA MINISTRA DA FAZENDA PARA DAR ALGUMA EXPLICAÇÃO?

Em geral, quando o índice mensal de preços era muito alto, eu ouvia reclamações: “Vocês estão calculando errado, olha o índice da FIPE [Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas], está muito mais baixo”. Mas ficava por isso. Houve um momento em que se levantou a hipótese de fazer dessazonalização do INPC [Índice Nacional de Preços ao Consumidor]. Esse era um problema recorrente, um fenômeno do mês de abril, quando, em geral, alguém sugeria esse procedimento. Ocorreria também no Governo Sarney. O IBGE já adotava a dessazonalização para produtos alimentares perecíveis, mas o problema era o item vestuário, porque em abril, maio, entra a coleção de inverno, que é mais cara do que a coleção de verão e isso se refletia no índice. Então, começa-se a falar em dessazonalização. É até possível e aceitável fazer essa dessazonalização, mas leva mais de um ano para implementar, não é possível fazer na hora. Passado o mês de abril, o assunto morria.

TEVE ALGUM MOMENTO EM QUE O SENHOR SE SENTIU DE SAIA JUSTA PRECISANDO EXPLICAR MAIS SOBRE ALGUM RESULTADO?

Você frequentemente está de saia justa: você vai explicar para um Ministro da Fazenda – no período Collor, para o Ministro da Economia – cuja política econômica está ruindo, que o índice de preços do IBGE, que está mostrando

isso, está certo embora seja diferente do índice da FIPE. Um ministro que nunca fez qualquer reparo sobre o índice de preços, também no Governo Collor, foi o Ministro Marcílio Marques Moreira. Sempre telefonei para o Ministro Marcílio, no dia em que o índice era conhecido, e explicava o resultado. Nunca ouvi nenhuma queixa.

O SENHOR SE RELACIONAVA BEM COM A MINISTRA ZÉLIA CARDOSO DE MELLO?

Eu me relacionava pouco, ela não dava muita atenção ao IBGE. Sempre despachei com o Secretário-Executivo, o que, aliás, é muito melhor porque as questões, sobretudo as de natureza administrativa, costumam andar melhor do que quando o assunto é tratado com o Ministro. Trabalhei com três Secretários-Executivos: Eduardo Teixeira, João Maia – que tinham sido meus alunos – e Luiz Antônio Gonçalves. Sempre tive um relacionamento muito bom com eles. Com a Ministra, falava, em geral, do índice de preços ou dos resultados de outras pesquisas do IBGE.

O SENHOR ESTUDOU E ESCREVEU SOBRE A COORDENAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL. QUAL O CAMINHO QUE O IBGE DEVE SEGUIR PARA ISSO?

É um caminho difícil. A ênfase nessa questão faz parte da mudança de mentalidade que ocorreu na gestão do Bacha. O Sistema Estatístico Nacional sempre existiu, mas é algo que só existia no papel. O IBGE tinha uma posição muito soberba em relação aos outros agentes – talvez justificada, não sei. E um entendimento de que o IBGE tinha que produzir tudo, todas as estatísticas relevantes para o País. A percepção, que começou a se delinear naquele momento, era exatamente de que não é possível o IBGE fazer tudo e que existem estatísticas que estão sendo produzidas por outros órgãos do governo. O Ministério da Educação tem uma estatística de educação, o da Saúde também produz estatísticas de sua área. Em vez de ficar repetindo essas estatísticas, era melhor tentar estabelecer uma coordenação entre as diversas instituições, de modo que, primeiro, as estatísticas dos outros órgãos falassem com as estatísticas do IBGE; e, segundo, considerando que nós éramos mais qualificados para fazer estatística, pois é a nossa missão e não é a deles, que, eventualmente, o IBGE pudesse dar alguma assistência técnica para melhorar a qualidade dessas estatísticas. Essa percepção foi também uma contribuição do projeto de Contas Nacionais, pois é assim que as Contas Nacionais são feitas no mundo inteiro: usando registros administrativos, que já existem, em vez de fazer levantamentos paralelos. Tal orientação, que se consolidou naquele período,

avançou um pouco mas só deslanchou mais tarde, depois da minha saída. O grande progresso ocorreu ao longo da década de 1990, é a impressão que eu tenho. Se concluiu, por exemplo, a construção do cadastro único de empresas [Cadastro Central de Empresas - CEMPRE]. Esse cadastro não existia. Igualmente importante foi o trabalho voltado para a construção de um novo sistema de classificações das atividades econômicas. Foi um trabalho desenvolvido pacientemente ao longo do tempo, em articulação com a Receita, com outros órgãos da administração pública. Hoje em dia, a CNAE [Classificação Nacional de Atividades Econômicas] é usada por todo o País. Outro problema a ser enfrentado era a aproximação com os órgãos estatísticos estaduais. Essa questão era mais complexa porque, naquela época pelo menos, o nível de qualidade dos órgãos de estatísticas estaduais era muito diferenciado. Além disso, havia uma rivalidade forte entre o IBGE e o órgão que evidentemente era o mais competente dentre os órgãos estaduais, o SEADE [Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados], de São Paulo. Havia um questionamento mútuo entre as duas instituições em torno das pesquisas de emprego, que ambas faziam. A construção de uma classificação das atividades econômicas aceita em todo o País foi um processo lento, de costura institucional. Eu conversei bastante com a Magdalena Cronemberger Góes quando ela estava tocando esse projeto no IBGE, e tenho a maior admiração e respeito por ela. Fez um trabalho muito bom nessa área. Surgem agora novas oportunidades de articulação com os estados, em relação às estatísticas econômicas, com a disseminação da Nota Fiscal Eletrônica. Essa é uma fonte de informação de acesso rápido e mais fácil, que talvez permita recuperar determinadas pesquisas que existiram no passado mas que se tornaram impossíveis de manter com o crescimento da economia brasileira. Uma das iniciativas da gestão do Bacha, na minha área, foi terminar com a chamada Pesquisa sobre Comércio Interestadual por Vias Terrestres¹³, que pretendia fazer uma matriz do que cada estado vendia para os demais. A ideia é interessante. O processo de apuração dessa estatística era, no entanto, pouco eficiente e oneroso. Em cada venda interestadual, emitia-se uma via extra da nota fiscal, que era mandada para o IBGE, que devia classificar o produto vendido, classificar a empresa, digitar as informações contidas na nota fiscal e processar esses

¹³ Trata-se da Pesquisa sobre Comércio Interestadual por Vias Internas, tendo como objetivo fornecer informações sobre os fluxos de comercialização de mercadorias entre as Unidades da Federação, a partir do levantamento das notas fiscais e notas-resumo emitidas pelos contribuintes que realizavam operação de comércio de mercadorias para outras Unidades da Federação. A pesquisa foi interrompida em 1985.

dados. Obviamente, isso foi feito um ano e outro, mas depois parou de ser feito. As notas fiscais continuaram chegando no IBGE e eram empilhadas aqui. O prédio de uma Delegacia [Unidade Estadual do IBGE] teve um problema estrutural por causa da quantidade de notas fiscais ali guardadas. Nós cancelamos a pesquisa, vendemos todas as notas fiscais como papel velho e aboliu-se a exigência de emissão da via extra. Essa é uma pesquisa que talvez daqui a uns anos seja possível realizar recorrendo a notas fiscais eletrônicas.

Entenda como começou a construção da CNAE

Na época em que era Presidente do IBGE, Eduardo Guimarães participou da reunião da Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission) realizada em Nova York, em 1991, e voltou convencido de que a Instituição deveria adotar uma classificação de atividades econômicas compatível com a classificação internacional. Até então, as classificações adotadas pelo IBGE eram parciais, segundo os Censos Econômicos, e construídas sem compromisso com a compatibilidade internacional. Na ocasião, o IBGE deu início à discussão interna de uma proposta de classificação das atividades das indústrias extrativa e de transformação, seguindo o padrão da revisão 3 da International Standard Industrial Classification of All Economic Activities – ISIC. Apenas em 1993, contudo, foram deslançados os trabalhos, liderados pelo IBGE e com a participação de vários órgãos públicos e privados, que culminaram na definição da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE,

oficializada em dezembro de 1994. Em relação às classificações anteriores, a revisão introduzida com a CNAE foi além dos procedimentos normais e periódicos de atualização e aperfeiçoamento, refletindo mudanças de postura, inclusive em relação ao compromisso com a padronização internacional, até então não devidamente priorizado, além de maior rigor metodológico. Com a CNAE, teve início o processo de padronização nacional dos códigos de atividade econômica, no sistema estatístico e nos cadastros e registros da administração pública, o que amplia o potencial analítico e as possibilidades de articulação no tempo, no espaço e entre as várias fontes de informação do sistema produtivo. Acompanhando as revisões da classificação internacional, a CNAE já passou por duas revisões – CNAE 1.0 e CNAE 2.0, esta em vigor atualmente, adotada no sistema estatístico e nos cadastros e registros da administração pública, nas três esferas.

PROFESSOR, NA SUA GESTÃO, FOI DEFINIDO UM NOVO PLANO GERAL DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS – PGIEG, QUE PODERIA TER SE TORNADO OFICIAL. O SENHOR TERIA SE EMPENHADO PARA TORNÁ-LO OFICIAL?

No período da minha gestão como Presidente, a administração pública federal estava muito tumultuada para que essas questões pudessem ser encaminhadas com sucesso. O ambiente era muito ruim. Esse projeto tem que ser um projeto de governo, pois envolve outras instituições. A implementação de qualquer mudança que envolve diversas instituições, é complicada, começa a esbarrar em interesses bem localizados, mas que paralisam o processo. Na época, era difícil se avançar.

COMO O SENHOR CONSEGUIU MANTER UMA ROTINA DE TRABALHO NO IBGE E AO MESMO TEMPO PROMOVER MUDANÇAS NESSAS ÁREAS?

Duas questões afetaram muito a rotina da instituição na minha gestão como Presidente: as greves sucessivas e o Censo Demográfico. As greves atrapalham evidentemente o processo de produção de estatística; o Censo mobiliza muito diversos departamentos técnicos e de suporte operacional e administrativo da Instituição e absorve completamente a energia da Rede de Coleta. O índice de preços continua a ser produzido, as pesquisas conjunturais continuam, mas o resto é bastante afetado pela mobilização para o Censo. De todo modo, o processo de transformações em curso na DPE prosseguiu em função de sua própria dinâmica, minha participação foi basicamente estimulá-lo. Me envolvi pessoalmente na reformulação da estrutura da Rede de Coleta. Embora tenha um certo orgulho da reforma da estrutura organizacional da Sede e, em particular, da DPE, não tenho a mesma percepção em relação à reestruturação da Rede. Saí logo depois que foi implantada, mas tenho a impressão de que não foi bem-sucedida. A Reforma terminava com as Delegacias Estaduais, que reproduziam a estrutura da Sede, e criava Escritórios exclusivamente técnicos nos estados, centralizando as atividades administrativas em Departamentos Regionais. Houve muita resistência à subordinação administrativa da Unidade de um estado a um Departamento Regional localizado em outro estado – resistências não só dos funcionários dessas unidades, mas mesmo de políticos dos estados. Creio que hoje, com os avanços da informática e das comunicações ocorridos desde então, pode-se prescindir dos Departamentos Regionais.

QUANDO O SENHOR CRIOU A COORDENAÇÃO OPERACIONAL DOS CENSOS – COC, ERA DENTRO DESSA VISÃO, DE MEXER COM A REDE?

Na verdade, as Coordenações dos Censos foram criadas na Reforma da gestão do Bacha. A Reforma introduziu, na área de estatística, uma estrutura de sete Departamentos – indústria; comércio e serviços; agricultura; demografia; estatísticas sociais; contas nacionais; e índices de preços. A ideia era que a Coordenação dos Censos ficasse fora dessa estrutura. O Censo é uma operação muito grande, se ficar dentro de um Departamento mata o dia a dia desse Departamento. Então, foram criadas uma Coordenação dos Censos Econômicos, que ficou com a Carmen Garcia, e do Censo Agrícola, com o Manoel Antônio.

O PAÍS PASSAVA POR UMA NOVA REALIDADE REALIDADE SINDICAL, COM UMA SÉRIE DE GREVES, UM PERÍODO COMPLICADO NA ECONOMIA. A SUA EQUIPE ESTAVA PRONTA PARA LIDAR COM O MOVIMENTO SINDICAL?

Tivemos um processo de aprendizado na gestão do Bacha durante o Governo Sarney. Houve greves nesse período e, no início, estávamos muito despreparados. Eu me lembro do problema dos piquetes na primeira greve que tivemos que enfrentar. O que se faz quando um piquete impede a entrada de funcionários? A regra é: chama-se a polícia para desobstruir a entrada, para garantir o direito de quem quer trabalhar. Mas saindo da ditadura e vindo da universidade, chamar a polícia era uma decisão difícil. Chamamos a polícia, evidentemente, fizemos o que tinha que ser feito. Fomos aprendendo nesse processo. Nos períodos do Bacha e do Edson Nunes, identifiquei como um problema sério, crucial na greve, o pagamento dos dias parados. É fácil entrar em greve. Se concluída a greve, se recebe todos os dias parados, no momento seguinte em que se for colocar novamente a questão de greve, não há por que não aderir. Não há nada a perder e pode ser que se ganhe alguma coisa. Cada vez que se paga os dias parados, se está preparando, ampliando a próxima greve. Por outro lado, essa experiência mostrava também que, ao longo da greve, a Direção negocia a pauta, cede aqui, não cede ali, chega a um acordo. Tem, no entanto, uma última questão por negociar: o pagamento dos dias parados. Nesse momento, a Direção já está cansada de greve, já cedeu em uma porção de coisas. Por que esticar a greve por causa desse ponto? Assim, concorda-se em pagar os dias parados, resolve-se o problema na hora, mas fortalece-se a greve seguinte.

VOCÊS ESTAVAM PREPARADOS PARA ISSO?

Quando eu assumi a Presidência, eu pedi um compromisso da Diretoria de que nós não íamos negociar dias parados, essa era uma política da qual não íamos abrir mão. Teve a primeira greve, em seguida às demissões do início do governo. Foi uma greve de 21 dias que não tinha solução. A greve exigia a volta dos demitidos, aquilo não dependia da Direção, não era possível atender. No fim dos 21 dias, a greve acabou, e aí se colocou a questão dos dias parados. Nós não concordamos em pagar, a greve se alongou por mais dois dias e os funcionários acabaram voltando ao trabalho. Os 21 dias foram descontados de forma parcelada. Além disso, havia atrasados a pagar; nós antecipamos o pagamento para amenizar um pouco o efeito, mas houve o desconto. Isso me valeu o ódio eterno do movimento sindical e, em todas as greves seguintes, um dos itens da pauta de reivindicações era o pagamento desses 21 dias que tinham sido descontados. Isso virou uma questão de honra para o sindicato. Demorou a vir a segunda greve, mas chegou no bojo de uma greve nacional. Assim, tínhamos uma mesa de negociação específica aqui no IBGE, paralela a outra mesa de negociação, de todo o funcionalismo, em Brasília, onde o negociador era o Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Foi uma experiência difícil, porque recebíamos instruções de negociação do governo e seguíamos essa orientação. Muitas vezes, o governo cedia algum ponto na mesa de negociação de Brasília e não nos informava da mudança de posição. A Direção continuava negociando seguindo a instrução recebida e era confrontada pela representação sindical, melhor informada, do resultado da negociação nacional. Foi um processo desmoralizante. Era difícil trabalhar no Governo Collor. Quando acabou a greve, Brasília concordou com o pagamento dos dias parados. Era uma greve única, se a negociação nacional decidia pelo pagamento, não havia como não pagar aqui. Pagamos. Mas, nesse momento, eu decidi que eu ia sair do IBGE, porque avalei que o processo ia ficar incontrolável. Isso foi mais ou menos em junho de 1991, foi antes do início do Censo [Demográfico]. Achei que não devia sair nesse momento, seria uma irresponsabilidade. Fiquei, mas, concluída a coleta, no dia seguinte do anúncio do primeiro resultado do Censo em Brasília, pedi demissão ao Ministro.

O GOVERNO NÃO FOI CLARO?

Na verdade, quando houve a demissão, o governo tinha uma posição firme: demitiu está demitido, não se recua. No entanto, de repente, ele começa a flexibilizar sua posição. Creio que eu ganhei o ódio do movimento sindical – que colocou um caixão de defunto com meu nome na entrada do IBGE – não pelas demissões, mas pelos 21 dias descontados.

E QUANDO OS GREVISTAS SEQUESTRARAM O CAMINHÃO COM OS QUESTIONÁRIOS DO CENSO, O QUE O SENHOR FEZ?

Chamou-se a polícia. Primeiro, houve um minissequestro em Belém, mas os questionários logo reapareceram. Em São Paulo, foi utilizado um caminhão que percorreu os postos de coleta, onde ficavam armazenados os questionários. Os funcionários entraram nos postos de coleta, pegaram os questionários preenchidos, puseram no caminhão e sumiram com os questionários. Mobilizada a polícia, depois de alguns dias, descobriu-se os questionários escondidos em um colégio. O Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, resolveu não processar os funcionários envolvidos.

ESSE PERÍODO DE DOIS ANOS EM QUE O SENHOR ESTEVE NA PRESIDÊNCIA DO IBGE FOI O MAIS DIFÍCIL DA SUA VIDA PROFISSIONAL?

Foi realmente um momento muito difícil. Eu tenho, em geral, boas recordações de todas as minhas fases da vida profissional. Não tenho boas recordações desses dois anos na Presidência. Tenho uma ótima recordação do meu período de Diretor de Pesquisas e Diretor-Geral do IBGE, mas esse período foi muito duro.

MAS, ENFIM, TOMADA TODA A SUA TRAJETÓRIA, COMO DIRETOR DE PESQUISAS, DIRETOR-GERAL E PRESIDENTE, O SENHOR DEIXOU MUITAS MARCAS GRANDIOSAS NO IBGE, CONCORDA?

Olhando pra trás, acho que fiz um trabalho importante na área de pesquisa, que sobreviveu e teve desdobramentos. As transformações iniciadas na gestão do Bacha mudaram a cara da Instituição. De certa maneira nós avançamos a Reforma que o Professor Isaac tinha começado, dando uma maior amplitude a ela.

NAQUELA OCASIÃO, SE O SENHOR TIVESSE MAIS TEMPO, O QUE TERIA CONCLUÍDO?

Na verdade, não se faz revolução todo dia. Nós promovemos grandes mudanças no IBGE na segunda metade dos anos 1980, quando o Bacha foi para lá. O desdobramento dessa mudança tem ocorrido de forma mais gradual até hoje, com todos os problemas que uma instituição pública enfrenta no contexto brasileiro. Não vejo grandes transformações a serem feitas hoje. A área que eu deixei intocada foi a área agrícola. As estatísticas comerciais e de serviços, que praticamente não existiam, começaram a ser construídas naquela época, e se consolidaram depois que eu saí. Também na área social houve um avanço grande. O próprio Censo Demográfico mudou, começou-se a confiar mais

na amostragem. O Censo 1991 foi realizado quando eu era Presidente, mas o trabalho já vinha sendo feito desde antes. Houve uma redução significativa do tamanho da amostra, se não estou enganado, a amostra caiu de 20% para 5%. Essas mudanças de metodologia e de processos de produção de estatística são difíceis de implementar, sobretudo para alguém que vem de fora da Instituição. Você é visto como um irresponsável, que não entende nada de estatística, que nunca fez estatística e quer ensinar a um pessoal que está acostumado, está produzindo estatística há muito tempo. A sorte é que tinha, dentro do corpo de funcionários, um segmento grande também, que queria a mudança, que apoiava esse processo de mudança. Mas não é um processo que você possa impor. Você tem que convencer a instituição de que é possível e de que é preciso fazer.

TINHA UM GRUPO A FAVOR DA MUDANÇA E OUTRO QUE PRECISAVA CONVENCER. QUE SEPARAÇÃO É ESSA?

Você tinha dois tipos de oposição, de resistência. Uma, era a oposição de quem fez o Censo, quem fez a PIA [Pesquisa Industrial Anual], quem fez sempre de um determinado jeito, que não quer abrir mão daquele jeito. A outra dificuldade era o pessoal da estatística derivada que não queria sujar a mão com a produção da estatística primária. Esse foi um problema menor. Na verdade, essa postura reflete uma ilusão. Se a estatística primária é ruim, a estatística derivada é ruim também. Você pode fingir que é boa, mas não é, porque está sendo construída com uma matéria-prima de má qualidade. O mais difícil foi mudar as estatísticas primárias. Toda estatística econômica do IBGE era construída em cima do conceito de estabelecimento – quem é mais novo não deve conhecer esse conceito. O técnico do IBGE entrava em uma unidade industrial e dividia essa unidade em segmentos, em função de suas linhas de produção. Esses segmentos da planta industrial eram os estabelecimentos. A ideia era, de certa forma, reproduzir uma função de produção. Pretendia-se determinar a quantidade de trabalho e de capital e o custo de produzir determinado produto. O empresário devia responder a um questionário referente a cada um daqueles estabelecimentos, indicando o custo associado a cada linha de produção. O empresário, em geral, não tem essa informação, o estabelecimento não existe para ele, não faz parte de sua contabilidade. Então, ele fazia alguma estimativa ou inventava a informação e o IBGE baseava suas estatísticas nessas informações. Além disso, em momento nenhum as estatísticas do IBGE juntavam os estabelecimentos em uma empresa.

O pesquisador, o usuário fora do IBGE não encontrava informações sobre empresas na estatística do IBGE. Abandonar o conceito de estabelecimento foi um processo complicado, difícil. Como fazer estatística sem estabelecimento?

A INSTITUIÇÃO NAQUELE INSTANTE ERA RESISTENTE À MUDANÇA?

As instituições, em geral, são resistentes às mudanças. Nas reuniões para discutir essas mudanças, surgia sempre um conjunto de argumentos definitivos de porque as mudanças cogitadas não eram viáveis e/ou pertinentes. Era necessário trabalhar à parte com os técnicos favoráveis às mudanças, que estavam do seu lado, para desmontar esses argumentos. É preciso ganhar um apoio significativo no corpo técnico antes de adotar qualquer mudança, sob risco de insucesso no processo de implantação.

O CENSO DE 1990 FOI ADIADO PARA 1991. ESSA MUDANÇA TEVE UM CUSTO PARA O SENHOR?

Certamente. Esse é um dos pontos principais do meu desgosto com a minha gestão como Presidente. E foi adiado por um motivo absolutamente idiota. As pessoas não acreditam, acham que não havia dinheiro, que o governo não queria gastar. Não foi isso, tinha dinheiro para fazer o Censo. O Censo não saiu porque um burocrata resolveu criar obstáculos à contratação do pessoal requerido para sua realização.

O BUROCRATA ERA O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO [FEDERAL] JOÃO SANTANA?

Sim, era o João Santana.

O SENHOR ACHA QUE A COMUNIDADE DE PESQUISADORES JÁ COMPREENDEU ISSO?

Naquele momento, eu me lembro que eu fui a uma reunião dos demógrafos, um congresso de demógrafos, para explicar o adiamento do Censo. Conteí essa história, mas não sei se aceitaram ou não. No fim das contas, o prejuízo do adiamento não foi tão grande quanto parecia. Foi sobretudo um prejuízo para a imagem do IBGE – e para a minha. Foi uma decisão difícil. Como o processo de contratação se arrastava, e após a contratação era necessário ainda desenvolver todo o processo de treinamento desse pessoal que iria realizar o Censo, ficou claro que não seria possível começar a coleta em setembro, como previsto, que dificilmente se começaria antes de dezembro. Nesse momento, os demógrafos do IBGE alertaram que, nessas condições, não era possível garantir a qualidade do Censo. Não era aconselhável manter primeiro de setembro como data de referência, porque estaria muito longe da data da coleta e haveria perda de qualidade

das informações. Tampouco era aconselhável mudar a data de referência para dezembro, janeiro ou fevereiro, por causa de problemas de sazonalidade, acentuada sobretudo em período de férias. As alternativas que se colocavam então era fazer o Censo de qualquer maneira, correndo o risco dos próprios técnicos do IBGE dizerem que o Censo era ruim, ou arcar com o ônus de adiar. O Censo, mesmo sendo bem-feito, dá origem a muita reclamação. A decisão foi adiar, preservar a qualidade do Censo.

NA SUA OPINIÃO, AS GREVES AFETARAM A IMAGEM DA INSTITUIÇÃO?

De maneira geral, sim. A greve é desgastante para a imagem da instituição, sobretudo quando incomoda a população ou alguns de seus segmentos. Na década de 1980, no início dos anos 1990, o índice de preços era muito importante, era uma das preocupações de grande parte da sociedade, fazia parte do seu dia a dia. A taxa de inflação era da ordem de 40%, 20%, 10%; a volatilidade era muito grande. Todo o sistema financeiro funcionava em cima do índice de preços. E a greve afetava a divulgação do IPCA [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo]. Havia, frequentemente, ameaça de que se passasse a usar outros índices no lugar do IPCA. O IGP [Índice Geral de Preços¹⁴] ainda era muito utilizado, mas havia o risco do IBGE perder o espaço que conquistara. Por muito tempo, muitos setores continuaram a usar o IGP, em função da uma imagem desfavorável do IBGE acarretada pelas greves sucessivas. Os contratos de aluguel ainda são baseados no IGP. Mesmo nos contratos de concessão no serviço público do final dos anos 1990, o indexador também era o IGP. Acho que o IPCA se consolidou mesmo com sua adoção como referência do regime de metas para a inflação, em 1999¹⁵ e, mesmo então, ainda se discutiu a hipótese de adotar o IGP.

QUAL A AVALIAÇÃO QUE O SENHOR FAZ DESSES PARCEIROS: GOVERNO, SOCIEDADE, IMPRENSA?

A sociedade, de maneira geral, tem uma boa imagem do IBGE. A imprensa também não tem uma imagem desfavorável, embora tenha, em alguns momentos, uma

¹⁴ O IGP, calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia - IBRE da Fundação Getúlio Vargas, foi concebido no final dos anos de 1940 para ser uma medida abrangente do movimento de preços.

¹⁵ Com o Decreto n. 3.088, de 21.06.1999, foi instituída formalmente a sistemática de metas para a inflação como diretriz para fixação do regime de política monetária, cabendo ao Banco Central do Brasil executar as políticas necessárias para o cumprimento das metas fixadas. A definição do IPCA, calculado pelo IBGE, como balizador da inflação foi determinada pela Resolução n 2.615, de 30.06.1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

visão crítica em relação a determinada gestão, a determinada situação. O IBGE, na verdade, dá muita pauta para a imprensa, a PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios] em particular. A divulgação de suas pesquisas permite que o IBGE tenha uma presença frequente na mídia. Bem administrada, evitando uma abordagem política dos temas tratados, essa atividade fortalece a imagem institucional do IBGE. O governo, de uma maneira geral, não dá muita atenção para o IBGE e, em alguns momentos, dá atenção da maneira indevida, por exemplo, quando os resultados divulgados pelo IBGE desagradam – é a irritação com o termômetro, com o mensageiro que dá a má notícia. Desde a época da ditadura, maus resultados têm sido motivo de reclamações. Naquela época, o motivo era o índice de preços; imagino que, depois do Plano Real, possivelmente a taxa de crescimento do PIB ou a taxa de desemprego. No período em que estive no IBGE, a exceção foi o Ministro Marcílio Marques Moreira, que nunca manifestou qualquer reparo aos resultados divulgados pelo IBGE.

FALA-SE MUITO QUE UM INSTITUTO DE ESTATÍSTICA DEVE TER AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA EM RELAÇÃO À LIBERDADE QUE O INSTITUTO TEM PARA DEFINIR METODOLOGIAS. MAS HÁ OUTRAS MANEIRAS, COMO, POR EXEMPLO, BASTA O GOVERNO NÃO LHE DAR ORÇAMENTO OU ATRASAR, E PRONTO, VOCÊ PERDEU A AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA. O QUE O SENHOR ACHA DISSO?

Tem razão, esse é um mecanismo possível. Mas, nos períodos em que eu estive lá, em momento algum senti essa questão usada como um instrumento de pressão ou punição. Sempre tivemos pouco dinheiro, mas isso porque o IBGE é uma instituição grande e cara. É mais fácil, custa menos, o governo atender o IPEA do que o IBGE, inclusive do ponto de vista da política de salários. O IBGE é uma instituição grande, o governo tem percepção de seu peso no orçamento, e, possivelmente, é mais atingido nos períodos de contenção de despesas. Eu tenho queixa do governo, de interferência nas nomeações, no Governo Sarney; de inconformismo com resultados da pesquisa, nos Governos Sarney e Collor; de gestão caótica no Governo Collor, mas no meu período, não percebi manejo de recursos financeiros como instrumento de pressão. Por outro lado, tampouco me deparei com a postura: o IBGE é uma instituição muito importante, vamos dar bastante recursos para que eles possam cumprir seu papel. Na verdade, existe pouco interesse dos governos, em geral, pelo IBGE.

EM SUA OPINIÃO, O GOVERNO TEM CLAREZA DO TRABALHO DO IBGE?

Uma coisa é ter clareza, considerar que o IBGE é importante, outra é atribuir

prioridade ao IBGE em sua gestão. Nos períodos em que estive no IBGE, nenhum dos Presidentes demonstrou interesse especial pela Instituição. Quanto aos Ministros, alguns demonstraram maior interesse, mas certamente o IBGE não fazia parte de suas agendas de prioridade.

ELES PODEM IMAGINAR UM PAÍS QUE NÃO TENHA CIFRA PARA SE DECIFRAR?

Não, eles não imaginam isso, reconhecem a importância da produção de estatística. Mas muita coisa requer a atenção do Presidente. É uma questão de prioridade.

POUCAS INSTITUIÇÕES NO PAÍS CHEGAM AOS 80 ANOS, COMO O IBGE. EM SUA OPINIÃO, O QUE CONTRIBUIU PARA ISSO?

Primeiro, sua importância para o País. Creio que isso é reconhecido, de uma forma ou de outra, por todo mundo. Além disso, o IBGE é uma instituição que foi construindo uma tradição ao longo dos anos. Eu não me lembro de nenhuma outra instituição das que participei que tenha um culto ao seu fundador [Mário Augusto Teixeira de Freitas], como no IBGE. E tem sido uma preocupação da Instituição, recuperar e manter viva a sua história. O IBGE tem um corpo técnico competente, que soube manter essa tradição ao longo do tempo. Esses fatores contribuem para a longevidade de uma instituição.

NA SUA AVALIAÇÃO, O IBGE É UMA INSTITUIÇÃO DE GOVERNO OU DE ESTADO?

Certamente de Estado, não há dúvida, que não faz política em nenhum sentido da palavra. O IBGE é uma instituição que tem por objetivo medir, produzir estatística. Produz insumos importantes para o governo, como produz insumos importantes para o setor privado, para as empresas, para os centros de pesquisa. Gostaria de abrir um parêntese aqui. Estou me dando conta de que nós estamos conversando por quase duas horas, e só falamos em estatística. Em nenhum momento, tocamos na questão de geociências. Esse é um viés que eu tenho, confesso. Fui Diretor da área de estatística, tive esse viés como Diretor-Geral e tive esse viés como Presidente. A Geociências é, na verdade, um mundo à parte. Durante o período em que eu estive aqui, o IBGE teve vários Presidentes. O Diretor de Geociências era o Mauro Mello quando eu cheguei e continuava sendo o Mauro Mello quando eu saí da Presidência. Mas estou surpreso de vocês não terem levantado essa questão. A minha explicação para a ausência da geociências nos meus comentários é que realmente não interferei muito naquela área.

MAS NÓS TÍNHAMOS UMA QUESTÃO DE GEOCIÊNCIAS PARA LHE FAZER. POR QUE OS ECONOMISTAS QUANDO CHEGAM À CASA NÃO CONSEGUEM COMPREENDER MELHOR A GEOCIÊNCIAS?

Não se trata de não compreender, você percebe a importância da geociências, inclusive para a produção de estatística. De modo geral, creio que essa postura reflete a biografia de cada um. No período em que eu estive aqui, o Presidente que teve mais interesse pela geociências foi o Charles Mueller, que tinha um interesse particular por questões de meio ambiente. Acho que o Sérgio Besserman [1999-2003] também deve ter dado também mais atenção à DGC [Diretoria de Geociências]. Todo mundo que chega aqui foi, de uma forma ou de outra, usuário do IBGE. Em geral, foi usuário da estatística. Além disso, existe uma demanda muito grande da sociedade pela produção da estatística do IBGE; a demanda em relação a geociências é menos intensa. De certa maneira, houve uma ponte entre estatística econômica e geociências na década de 1980; naquela época foi o programa chamado de “guerra nas estrelas”¹⁶, um programa de levantamento aerofotogramétrico de safras, que eventualmente substituiria o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola [LSPA]. Era um projeto financiado, pelo governo ou por uma instituição americana, muito caro, muito complexo. O programa já estava sendo implementado quando chegamos e passou a ser conduzido pelo Charles Mueller. Não sei que destino teve¹⁷.

EU NÃO SEI SE O SENHOR TEM PRESENTE QUE, NA ORIGEM, O FUNDADOR TEIXEIRA DE FREITAS IDEALIZOU UM INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CARTOGRAFIA, MERAMENTE ISSO. A IDEIA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, QUE VAI VIR ADIANTE, É MUITO MAIS UMA INFLUÊNCIA DO EMBAIXADOR MACEDO SOARES. É MUITO MAIS UMA PERCEPÇÃO DELE E UMA TRANSFORMAÇÃO QUE VAI VIR DE CARTOGRAFIA PARA GEOGRAFIA, QUE É UMA AMPLIAÇÃO DA IDEIA.

Boa parte da geografia, hoje em dia, tem uma orientação econômica muito forte e, visto de fora, se aproxima de uma economia regional. No início do Governo

¹⁶ Denominação atribuída internamente ao programa, em razão de sua grandiosidade.

¹⁷ Trata-se da pesquisa Previsão e Acompanhamento de Safras Agrícolas - PREVS, iniciada em 1986 como parte do Programa de Aperfeiçoamento das Estatísticas Agropecuárias, tendo como objetivo fornecer informações necessárias à avaliação e ao planejamento das políticas públicas e dos empreendimentos do setor agrícola dos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, além do Distrito Federal. A pesquisa, que utilizaria imagens de satélite em convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, se desenvolveu com o aporte de recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (International Bank for Reconstruction and Development - IBRD) até 1993, sendo interrompida em razão de dificuldades para o estabelecimento de parcerias.

Collor, quando se estava tratando da Reforma Administrativa, levantou-se a hipótese de desdobrar o IBGE em um Instituto Brasileiro de Geografia e um Instituto Brasileiro de Estatística. Essa foi uma das ideias que ocorreram no início do Governo Collor, mas não prosperou.

E DE ONDE SURTIU ESSA IDEIA?

De Brasília, não sei. Essas coisas circulam e depois desaparecem.

E QUAL FOI A SUA POSIÇÃO NA ÉPOCA?

Achava que não havia razão para isso. As geociências e as estatísticas sempre conviveram bem no IBGE.

QUANDO O SENHOR PENSA NO IBGE DO FUTURO, O SENHOR PENSA NESSAS DUAS ÁREAS MAIS INTEGRADAS?

Para ser sincero, eu nunca penso na outra área. Eu sou muito centrado na estatística. Historicamente tem uma razão para a geociências estar no IBGE, embora pudesse também não estar. Mas já que está, por que mudar? Tem funcionado bem há quase 80 anos.

QUE DESAFIOS O IBGE DEVE ENFRENTAR NO FUTURO DIANTE DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E METODOLÓGICAS?

A revolução ocorrida nessa área nas últimas décadas alterou completamente o processo de produção de estatística. Em meados da década de 1980, quando cheguei no IBGE, o crescimento da capacidade e a maior flexibilidade no processamento de dados permitiam mudanças significativas nesse processo. O microcomputador, reduzindo a dependência do *mainframe*, permitindo descentralizar o processamento de dados, afetou mais ainda o método de trabalho da Instituição. E a Internet, sobretudo para a estatística contínua, permite uma revolução no processo de coleta de informações. Por outro lado, a metodologia de pesquisa deve avançar para explorar as possibilidades de articulação de distintos sistemas de informação abertas por essas inovações.

UM *BIG DATA*, POR EXEMPLO, QUE CADA VEZ SE PRÁTICA MUITO EM MUITAS ÁREAS. UMA TÉCNICA QUE JÁ PÕE EM CHEQUE A TÉCNICA DA AMOSTRAGEM. O SENHOR NÃO ACHA QUE ISTO PROVOCA DEMAIS AS INSTITUIÇÕES ESTATÍSTICAS?

Sim, sem dúvida, muda muito a maneira de produzir informação. Nas pesquisas

sobre o problema mobilidade e transporte urbano, por exemplo, a pesquisa pela aplicação de questionário a uma amostra de usuários do serviço está dando lugar à pesquisa realizada por meio do acompanhamento dos deslocamentos indicados pelas redes de celulares.

Entenda como começou a integração das estatísticas do MERCOSUL

O primeiro passo no desenvolvimento de um projeto de integração política e econômica entre os países do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, foi dado na gestão de Eduardo Guimarães, após uma reunião da Oficina de Estatística das Comunidades Europeias (Statistical Office of the European Communities – EUROSTAT), em 1991. Na ocasião, ele foi questionado sobre a viabilidade de um projeto de harmonização das estatísticas públicas e oficiais dos países-membros do MERCOSUL, nos moldes do que era feito na Europa. A ideia era tornar as estatísticas comparáveis, produzidas com transparência e confiabilidade para todos os países do Bloco. No ano seguinte, Eduardo Guimarães chefiou uma missão ao Uruguai, ao Paraguai e à Argentina, integrada por Lenildo Fernandes Silva, Diretor de Pesquisas, e por Nelson de Castro Senra, que

dirigia o projeto. Este foi apresentado ao Diretor do Instituto Nacional de Estadística y Censos – INDEC, da Argentina, Héctor Eduardo Montero; ao Diretor-Geral da Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos – DGEEC, do Paraguai, Víctor Mora Martínez; e à Diretora-Geral do Instituto Nacional de Estadística – INE, do Uruguai, Rosa Grosskoff. Entre as tarefas determinadas para a Comissão de Estatística do Subgrupo de Trabalho 10 do MERCOSUL, estava prevista a implementação de acordos para a homogeneização gradativa das estatísticas econômicas e sociodemográficas. Os institutos de estatística começaram a difundir informações na forma de quadros agrupados que deram origem aos dois primeiros fascículos do periódico *Mercosul: Sinopse Estatística*, publicados em 1993 (Brasil) e 1996 (Argentina), respectivamente.

NA SUA GESTÃO DEU-SE O PRIMEIRO PASSO PARA SE PENSAR UMA INTEGRAÇÃO DE ESTATÍSTICAS DO MERCOSUL. DE ONDE VEIO ESSA IDEIA?

O IBGE foi uma primeiras instituições a fazer esse movimento. A iniciativa surgiu quando eu era Presidente do IBGE, pouco antes de sair. Eu acreditava no MERCOSUL, na ideia de um mercado comum e achava importante ter uma base estatística para isso. Conversei com o Ministro Marcílio, que me incentivou muito, e eu fiz uma viagem com o Lenildo [Diretor de Pesquisas],

em que visitamos os órgãos de estatística da Argentina, do Uruguai, do Paraguai com intuito de estabelecer as bases para um intercâmbio entre nós. Havia nessas instituições uma percepção de que o IBGE era muito mais avançado do que os demais e que cabia a ele um papel central nesse processo. Eu saí logo depois. Não fui muito além disso. Mas eu tenho dúvidas hoje em dia sobre o futuro do MERCOSUL.

O SENHOR ACHA CORRETO DIZER QUE O SENHOR, EDMAR BACHA, EDSON NUNES E CHARLES MUELLER FORMAM UMA ÚNICA GESTÃO?

Muito correto. Acho que há uma continuidade muito grande entre as diversas gestões. Os Presidentes foram mudando, mas houve uma continuidade com os Diretores, com os Chefes de Departamentos. Houve, sobretudo, uma continuidade de filosofia. Participei de duas dessas gestões, como Diretor da DPE, do Bacha; e Diretor da DPE e Diretor-Geral no período do Edson Nunes. Na gestão do Charles Mueller, embora fora, continuei mantendo muito contato com o IBGE, inclusive como Consultor da DPE em projetos de pesquisa. E o Charles Mueller também compartilhava dessa filosofia. Embora tenha deixado de ser Diretor quando da fusão das três Diretorias na DPE, continuou na gestão da área de estatísticas agrícolas. Participou desse processo até o fim do seu mandato de Presidente.

NA SUA GESTÃO FORAM FEITAS HOMENAGENS À MEMÓRIA DE QUATRO PESSOAS: TEIXEIRA DE FREITAS, MANOEL ANTÔNIO SOARES DA CUNHA, ISAAC KERSTENETZKY E WILSON TÁVORA. O SENHOR CONSIDERA IMPORTANTE A VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA DO IBGE?

Certamente. Acho que é importante lembrar as pessoas que foram construindo a Instituição ao longo do tempo. Esse reconhecimento contribui inclusive para preservar e disseminar entre os funcionários a memória histórica da Instituição. Conhecer o passado ajuda a entender o que está acontecendo no momento. Muitos dos que se tornaram Diretores nessa época tinham, como usuários, frequente interação com o IBGE e, assim, algum conhecimento das gestões anteriores. Eu havia acompanhado as gestões do Isaac Kerstenetzky e do Jessé Montello. Tínhamos, portanto, uma ideia do que havia acontecido. Isso nos ajudou a definir nossa atuação na Instituição. O IBGE foi uma experiência muito rica, muito compensadora. Eu tenho uma boa lembrança. A lembrança que ficou foi da década de 1980, não da década de 1990. Então, é uma boa lembrança.



Foto: Luiz Hiram Bandeira da Rosa



eURICO BORBA

O IBGE é a consciência do Brasil.

Presidente do IBGE de março de 1992 a junho de 1993


1992 1993

Eurico de Andrade Neves Borba nasceu em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, em 13 de outubro de 1940. Graduiu-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, onde foi professor, Diretor do Departamento de Economia e Vice-Reitor de Desenvolvimento. Foi também técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Diretor-Geral da Escola de Administração Fazendária - ESAF do Ministério da Fazenda e Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Educação.

Na administração do Presidente do IBGE Isaac Kerstenetzky (1970-1979), seu antigo professor e com quem tinha profunda afinidade, foi

Chefe de Gabinete, de maio de 1970 a maio de 1973, e desde então Diretor-Geral, até final de agosto de 1979. Nesse período, ficou conhecido pela intensa atuação na área administrativa, a despeito de sua capacidade de ter ideias ao lado de Isaac Kerstenetzky, um intelectual consagrado, que tinha em Eurico Borba seu mais próximo e íntimo interlocutor.

Após 12 anos de sua saída do IBGE, Eurico Borba retornou ao Instituto e assumiu sua Presidência em março de 1992, onde permaneceu durante 15 meses, o suficiente para perceber que não seria mais possível voltar aos tempos de Isaac Kerstenetzky, tampouco ignorar as transformações realizadas pelos que lhe sucederam.



Um esforço para recuperar o legado de Isaac Kerstenetzky

Convidado por seu amigo e então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, Marcílio Marques Moreira, o economista Eurico Borba assumiu a Presidência do IBGE, em março de 1992, em substituição a Eduardo Augusto de Almeida Guimarães (1990-1992). A Instituição não era um mistério para ele, que fora Chefe de Gabinete e Diretor-Geral na gestão de Isaac Kerstenetzky, na década de 1970. Além disso, Eurico esperava por esse convite desde 1985 (na campanha de Tancredo de Almeida Neves para a Presidência da República), quando perdeu a indicação para o cargo na disputa com o economista Edmar Lisboa Bacha.

Assim, depois da posse formal em Brasília, Eurico Borba fez o tão desejado discurso, de oito páginas (em 30 de março de 1992), no Auditório Giorgio Mortara do Complexo de Mangueira, no Rio de Janeiro. Ele reconheceu os profundos problemas existentes, pedindo crédito aos servidores, e manifestou suas intenções de trabalho. Dirigiu-se aos técnicos, apelando à dedicação, como sempre houvera, e citou o fundador do IBGE, Mário Augusto Teixeira de Freitas, sem deixar de destacar o seu mestre, Isaac Kerstenetzky.

Para quem não conheceu o professor Isaac é impossível descrevê-lo em poucas palavras. Talvez seja impossível retratá-lo em toda sua grandeza, mesmo em avançada biografia. Basta, neste momento, recordar algumas de suas qualidades:

homem de cultura, de sólida, profunda e diversificada cultura; humilde, bom, justo, professor cuidadoso com seus discípulos; íntegro, leal, inflexível na defesa de seus princípios; honesto, amigo, amigo como dizia o poeta: “o irmão que se escolhe”. Muito cedo, discretamente como viveu, nos deixou há alguns meses. Legou-nos seu exemplo de vida, alguns poucos escritos e sua mais importante obra que foi a reestruturação do IBGE [...] Propõe-se o IBGE, não só pelo mandato da legislação que o rege, mas pela vocação dos funcionários que o compõem retratar fielmente o Brasil e sua sociedade da forma mais completa possível, dentro do conceito e da perspectiva unificadora do fato social global. O mundo moderno tende para a especialização, cada vez mais sutil, em todos os campos do saber. As grandes teorias unificadoras, que ajudaram a humanidade a dar saltos qualitativos em sua trajetória de aperfeiçoamento do processo civilizatório, há muito se perderam. O professor Isaac sonhava com esta visão unificadora e interdisciplinar das ciências sociais – única forma de entender a realidade global que nos desafia em termos das respostas necessárias aos problemas concretos do desenvolvimento, da superação da miséria, da proteção ao meio ambiente, das condições de vida da população, do nível e das perspectivas da atividade econômica. A própria democracia só poderá se aperfeiçoar com o conhecimento e análise do contorno social e econômico que sua realidade política engendram (BORBA, 1992, p. 3).

No discurso, abordou, também, os trabalhos de apuração e divulgação do Censo Demográfico 1991, o teste da pesquisa Economia Informal Urbana - ECINF, que em seguida foi posta em campo¹, entre outros pontos². Fez uma forte defesa das funções do IBGE como órgão oficial central produtor de estatísticas e declarou com firmeza sua posição contrária às frequentes insinuações de que institutos de opinião, universidades e outros órgãos públicos e privados produtores de estatísticas, trabalhando em conjunto, poderiam substituir o IBGE. Por fim, ao término do discurso, agradeceu a atenção de Eduardo Augusto Guimarães, que saía, e de dois outros ex-Presidentes: Edmar Lisboa Bacha (1985-1986) e Edson de Oliveira Nunes (1986-1988), que lhe ofereceram sugestões.

¹ Na verdade, uma pesquisa-piloto só teria lugar em 1994, no Município do Rio de Janeiro, contemplando todas as etapas previstas de um levantamento em nível nacional. A ECINF foi implantada, de fato, em 1997 e abarcou todos os domicílios situados em áreas urbanas do País; voltou a ocorrer em 2003, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

² Tratou dos Censos Econômicos, cujos trabalhos não haviam sido iniciados até então, prometendo logo realizá-los; contudo, não mais seriam feitos.

A maneira correta e eficiente com que meu antecessor, o professor Eduardo Augusto Guimarães, me recebeu, prestando-me todos os esclarecimentos e atendendo as solicitações necessárias para preparar a transição. O professor Eduardo Augusto enfrentou momentos difíceis em sua gestão, mas soube manter a Casa no seu rumo, preservando seus ideais. Desejo ao professor Eduardo felicidades e sucesso em sua vida pessoal e profissional. Da mesma forma, quero registrar o aporte amigo e rico de experiências que me trouxeram os ex-presidentes do IBGE, professores Edmar Bacha e Edson Nunes – a eles meus agradecimentos pelo incentivo e sugestões [...] À memória do meu querido e saudoso amigo Isaac Kerstenetzky, figura síntese da instituição, o meu compromisso, o nosso compromisso, de levar à frente a sua obra e o seu sonho de um IBGE que, ao longo do tempo, seja capaz de incorporar novas questões, novos projetos, novas gerações de dedicados funcionários em prol do futuro do nosso querido, amado e sofrido Brasil (BORBA, 1992, p. 7-8).

Eurico Borba compôs a Direção com pessoas de sua confiança – algumas já do Quadro³, e outras que trouxe de fora⁴, enquanto outras, ainda, foram mantidas. Tivesse ficado mais tempo, e é possível imaginar que mudaria a estrutura então vigente; por exemplo, recriando a Diretoria de Administração (extinta por Edson Nunes), e talvez alterando a concepção do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, (criado por Edmar Bacha).

Voltou a vista aos estudos ambientais, cuja introdução ao programa de trabalho do IBGE é mérito seu, desde os tempos de Isaac Kerstenetzky; a começar com a criação da Reserva Ecológica do IBGE - RECOR (conhecida como Reserva do Roncador), em 1975. Por sua instância, passaram pela Reserva estudiosos do porte de Paulo de Assis Ribeiro, Wanderbilt Duarte de Barros, entre outros, dando realce aos estudos ambientais.

Em maio de 1992, com apenas três meses na Presidência, Eurico Borba se viu diante de uma greve no IBGE que durou 60 dias contínuos. A origem estava na

³ Tereza Cristina Nascimento Araújo, como Diretora de Pesquisas, e Jane Maria Pereira Souto de Oliveira, como Chefe de Gabinete, eram egressas do período Isaac Kerstenetzky.

⁴ Anníbal Villanova Villela veio a ser Diretor de Planejamento e Coordenação, mas por pouco tempo, logo saindo por vontade própria, tão logo o primeiro movimento grevista o desacatou, e foi substituído por Djalma Galvão Carneiro Pessoa, até então na Direção da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE (na Direção da Escola, então, ficou Kaizô Iwakami Beltrão). Também vieram Francisco Quental, como Diretor de Informática, e Sérgio Bruni, como Diretor de Geociências.

falta recorrente de recursos e na insatisfação dos funcionários com relação a salários e condições de trabalho. Diante da dificuldade de administrar a Instituição, ele recorreu às promessas feitas pelo Ministro Márcio Marques Moreira, que, na ocasião do convite, dera sinais de apoio à liberação de recursos. O que se viu, porém, foi o contrário; reflexo do momento de incerteza política e econômica vivido no País.

Logo depois, veio o desfecho evidente. O Presidente da República, ameaçado de processo de *impeachment*, cuja abertura fora autorizada pela Câmara dos Deputados, em 2 de outubro de 1992, renunciou ao cargo, em 29 de dezembro de 1992, sendo substituído pelo Vice-Presidente Itamar Franco. Este logo desfaria o gigantesco Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, fazendo reaparecer o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, então Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República. A esta o IBGE voltaria a se subordinar. O Planejamento passaria, de outubro de 1992 a maio de 1993, por dois Ministros: Paulo Roberto Haddad⁵ e Yeda Rorato Crusius⁶.

A Direção do IBGE deu sequência aos trabalhos iniciados na gestão de Eduardo Augusto Guimarães, de convívio entre os institutos nacionais de estatística dos países-membros do MERCOSUL. Um passo importante de formalização do processo em curso foi dado com a assinatura de protocolos entre os quatro órgãos nacionais de estatística. O periódico *Mercosul: Sinopse Estatística*⁷ chegou a ser produzido.

Em maio de 1993, veio a segunda greve no IBGE, com intervalo de 10 meses em relação à anterior. Nesse mesmo mês, assumiria o Ministério do Planejamento o sociólogo Alexis Stepanenko, amigo do Presidente Itamar Franco. Além da dificuldade de relacionamento, Eurico e Stepanenko não partilhavam da mesma visão sobre como retirar o IBGE da crise em que vivia. Nesse clima, Eurico colocou o cargo à disposição, o que foi aceito em junho de 1993, computando 15 meses na Presidência do IBGE, dos quais cinco meses com os servidores em greve.

Eurico Borba se despediu da Presidência do IBGE com mágoa e não escondeu o saudosismo do período em que foi Diretor-Geral, na gestão de Isaac Kerstenetzky. Depois de mais de 10 anos, esperava encontrar o mesmo IBGE da sua juventude, na década de 1970, com recursos numerosos e bons níveis salariais em relação ao mercado. Notou que alguns técnicos já não estavam mais na Instituição.

⁵ Na gestão de Edmar Bacha, integrara o Conselho do INPC.

⁶ Primeira mulher a se eleger Governadora do Estado do Rio Grande do Sul.

⁷ O fascículo inicial foi publicado pelo IBGE em 1993; o segundo, pela Argentina em 1996; e o último, de número 3-4, pelo Uruguai em 1999.

Entrevista realizada em 15 de maio de 2015, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, no Rio de Janeiro⁸

O SENHOR ENTROU PELA PRIMEIRA VEZ NO IBGE EM 1970, A CONVITE DO ENTÃO PRESIDENTE ISAAC KERSTENETZKY. NA ÉPOCA, O SENHOR TINHA QUASE 30 ANOS E FOI LICENCIADO PARA ASSUMIR A CHEFIA DO GABINETE DO IBGE. O SENHOR TINHA IDÉIA DO QUE ERA O IBGE?

Ainda aluno, por volta de 1965, eu sabia que o IBGE era uma fonte de referências básicas para os estudantes de Ciências Sociais, Sociologia, Economia e Geografia. Mas não conhecia a estrutura e a potencialidade do IBGE em suas ramificações em todo o Brasil, muito menos pela qualidade do seu quadro de funcionários. Naquela época, o IBGE era uma instituição bastante desacreditada, já que havia uma crítica generalizada de que “no Brasil não existiam estatísticas”. O Professor Isaac, por certo, se rebelava muito contra isso, dizendo: “O pessoal é que é mal formado em Ciências Sociais e não sabe investigar. Ele quer que as informações para o seu trabalho, para o seu próximo artigo já estejam prontas nas tabelas como ele deseja. O cientista social, o economista, o sociólogo, o demógrafo parece que não quer utilizar o que existe e dali extrair as informações de que precisa”. Por outro lado, havia, sim, um vazio de informações provocado pelo atraso na divulgação do Censo [Demográfico] 1960. Para a apuração desse Censo o IBGE adquiriu um UNIVAC, um computador que pouco funcionou. Quem hoje trabalha com PCs, com acesso ao Google, à Wikipédia, não conhece os computadores com que a minha geração começou a trabalhar lá no início dos anos 1960. Pois o UNIVAC comprado pelo IBGE foi instalado no Serviço Nacional de Recenseamento, um de seus órgãos (e que tinha grande autonomia), num prédio que ainda existe ao lado da antiga Reitoria da UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], na Urca, no Rio de Janeiro. Não sei as medidas do local usado, mas apenas para produzir água fria para a refrigeração tinha uns 1 000 m². Era uma verdadeira usina de água fria, com canos que saíam de um teto rebaixado, circulando abaixo do chão levantado. O fato é que o computador era a válvula, a centenas de válvulas refrigeradas a água fria. E,

⁸ A citação simplificada dos nomes próprios foi mantida no corpo da entrevista, de modo a preservar a leveza de seu conteúdo original. Em caso de dúvida com relação à menção de algum personagem, sugere-se consultar a lista de nomes completos, ao final da publicação.

ao fim e ao cabo, prestou poucos serviços ao IBGE, deixando um grande atraso no Censo de 1960. De modo que só no início dos anos 1970, na gestão de Isaac Kerstenetzky, deu-se completa divulgação àqueles resultados. Esse atraso deixava uma imagem ruim para o IBGE. E como então estavam saindo os resultados do Censo de 1970, deu-se cores diferentes às publicações dos dois Censos: as de 1970, a cor verde para o Econômico e azul para o Demográfico; e as de 1960, a cor cinza. O que restou do UNIVAC, ao menos até pouco tempo, ainda estava encaixotado na Reserva Ecológica do Roncador. Eu me lembro de que, quando era Presidente, em 1992, dizia: “Vamos dar isso para um museu de tecnologia”. A PUC [Pontifícia Universidade Católica] do Rio Grande do Sul já estava imaginando fazer um museu de tecnologia à época, e eu reforçava: “Vamos doar. Isso vai ser um objeto de curiosidade. Um computador a válvula, o primeiro instalado no Brasil”.

Entenda o que representava o UNIVAC

O computador de grande porte UNIVAC (Universal Automatic Computer), de fabricação da Remington Rand Overseas Corporation, com sede em Nassau, Bahamas, e escritório em Nova York, foi adquirido pelo IBGE, em 27 de janeiro de 1960, para apuração do Recenseamento Geral de 1960. A instalação do Centro de Processamento de Dados no prédio do Serviço Nacional de Recenseamento (onde atualmente funciona a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, no bairro da Urca, Rio de Janeiro) e a formação de mão de obra altamente especializada representaram grandes desafios à época. A nova tecnologia foi um marco na história da Instituição e do País, como destacou o Superintendente

do Computador Eletrônico do IBGE, Martiniano B. Moreira, no *Boletim do Centro de Processamento de Dados*: “Com a aquisição pelo IBGE do Computador UNIVAC 1105, um dos mais velozes e mais bem aparelhados até hoje construídos, surgiu no Brasil a possibilidade de serem reformulados vários conceitos sobre processamento de dados, automação e pesquisas científicas” (MOREIRA, 1962, p. 1). Na operacionalização do equipamento surgiram diversos problemas, como, por exemplo, necessidade de reparações no sistema de frigorífico (usina de frio), dificuldades no estabilizador de ciclagem e falta de componentes eletrônicos (válvulas e resistores) no mercado nacional. Em abril de 1964, o computador foi desligado.

EM 1970, O PRESIDENTE DO BRASIL ERA O GENERAL EMÍLIO MÉDICI [1969-1974], PERÍODO DE REPRESSÃO DO REGIME MILITAR. NAQUELA ÉPOCA, O RITMO DE PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS PESQUISAS FOI REDUZIDO?

Não. Antes, porém, de adentrar neste assunto, é importante compreender que o IBGE que conhecemos hoje não existia. Em 1970, quando chegamos, a estrutura era outra, muito diferente. O ambiente ibgeano de seriedade, de dedicação a essa Casa já era grande, já era o mesmo, mas não havia uma estrutura uniforme. Havia, antes, feudos, e o Presidente do IBGE, à época, era como a Rainha da Inglaterra: reinava, mas não governava. Ele tinha um Gabinete e uma assessoria. Mas havia, na estrutura, institutos autônomos – o Instituto Brasileiro de Estatística [IBE] e o Instituto Brasileiro de Geografia [IBG] –, que agiam com grande liberdade, além do Serviço Nacional de Recenseamento e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas [ENCE]. A rigor, nenhum de seus dirigentes dependia do Presidente do IBGE, tendo completa liberdade. No âmbito do IBE, havia uma diferença com o IBGE de hoje, ou seja, não havia os atuais aparelhinhos ligados por satélites [PDAs], nos quais o Agente de Coleta digita os dados coletados, que entram instantaneamente numa central no Rio de Janeiro, que vão sendo processados e criticados de imediato, segundo um plano tabular previamente definido, seguindo para um banco de dados de fácil acesso. Naquele tempo, em 1970, não era assim. Eram folhas e folhas de papel, toneladas de questionários, com inúmeras instruções aos Agentes de Coleta. Antes da operação da coleta dos dados, era preciso selecionar, formar e treinar os Agentes de Coleta para que fossem aos locais certos e lá coletassem as informações. Eu me lembro de Agentes de Coleta, que vinham dos anos 1950, dizendo que o pior, o mais trabalhoso, era quando recebiam um telegrama aqui do Rio de Janeiro sobre questionários do Censo, ou das demais pesquisas, com o seguinte teor: “justifique ou retifique”; e os questionários precisavam voltar ao campo para a confirmação ou não das informações coletadas meses antes. Enfim, era tudo muito mais difícil. Já no âmbito do IBG, com vida praticamente independente, prestava-se colaboração ao IBE nas épocas dos Censos, elaborando os mapas dos setores censitários, que compunham a chamada base geográfica. No mais, tinham mesmo vida própria, com seus estudos e pesquisas dos elementos necessários à elaboração da base cartográfica do Território Nacional: altitudes, distâncias, longitudes e latitudes. Faziam-se viagens, estudos ambientais, que desde os anos 1930 eram conhecidos como informações de Geografia Física do Brasil: clima, vegetação, solos etc. Tanto que eu digo, repito e tenho convicção de que os precursores dos estudos ambientais no Brasil estavam no IBG. Existe no IBGE

um repositório – e sei que está sendo conservado – fantástico de fotografias em preto e branco de levantamentos sobre a flora, sobre a paisagem de determinados ambientes naturais em todas as regiões, como o Cerrado e a Mata Atlântica. Além desse acervo fotográfico, há os artigos publicados no *Boletim Geográfico* e na *Revista Brasileira de Geografia*, que são fundamentais para que se conheça como era o Brasil nos anos 1940 a 1970⁹.

Entenda a antiga estrutura do IBGE

Em 1967, após um ciclo de críticas externas ao modelo estatístico, por sua rigidez, o IBGE tornou-se uma Fundação Pública de Direito Privado. Objetivava-se poder renovar e expandir as estatísticas econômicas, necessárias ao planejamento, por novos métodos, como a amostragem. O Instituto precisava ser mais flexível. A reforma, contudo, em lugar de simplificar, tornou tudo mais complexo. Assim, os antigos Conselho Nacional de Estatística – CNE e Conselho Nacional de Geografia – CNG, subordinados ao Secretário-Geral do IBGE, e daí ao Presidente do Instituto, tornaram-se institutos autônomos: respectivamente, o Instituto Brasileiro de Estatística – IBE e o Instituto Brasileiro de Geografia – IBG, cada qual com um Diretor-Superintendente, apenas simbolicamente vinculado ao Presidente do IBGE. Não bastasse tanta hierarquia, não tardou

muito e se tornaria imperativa, em face dos avanços da informática, a criação de um Instituto Brasileiro de Informática. Cabe destacar que, à parte, havia também a Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE. O fato é que para haver avanços foram criados, em meio a uma estrutura altamente burocrática, o oposto do desejado, vários centros de pesquisa: Centro Brasileiro de Estatísticas e Pesquisas Demográficas, Centro Brasileiro de Estatísticas e Pesquisas Agropecuárias, Centro Brasileiro de Estatísticas e Pesquisas Educacionais, bem assim, uma unidade para promover avanços nas estatísticas industriais. A alocação hierárquica dessas novas unidades, escusado dizer, era delicada e conflitante. Assim sendo, não tardou muito para que se impusesse uma revisão completa da Fundação, e isso se daria na gestão de Isaac Kerstenetzky, a partir de 1970.

⁹ Para conhecê-los, consultar: BOLETIM GEOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, 1943-1978. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>>. Acesso em: fev. 2016; e REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, 1939-. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: fev. 2016.

ESSA FOI A ANTIGA ESTRUTURA DO IBGE, MAS DEPOIS VEM A REFORMA E O
SENHOR JÁ ENCONTRA O IBGE COM A ORGANIZAÇÃO SEMELHANTE À DE HOJE.
É O INÍCIO DA NOVA ESTRUTURA?

Exatamente. Insisto nessa questão de feudos porque eles dificultavam o funcionamento de uma entidade que era única, o IBGE. Assim, quando o Dr. Isaac Kerstenetzky foi nomeado, e sempre insisto nesse aspecto, muito do sucesso que tivemos se deveu ao apoio que nos foi dado por João Paulo dos Reis Velloso, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Outro suporte importante que recebemos foi o de Mário Henrique Simonsen¹⁰, grande amigo do Professor Isaac e seu admirador. Os dois eram eruditos e intelectuais. Então, com o apoio de ambos, o Isaac chegou ao IBGE no dia 21 ou 22 de março de 1970; eu cheguei três ou quatro dias depois. Eu estava na PUC [Rio de Janeiro], e ele telefonou: “Preciso de você, vem”. Eu fui e não me arrependo. Foi um dos momentos mais importantes da minha vida, tanto pelo que aprendi, como pelas amizades que fiz aqui nesta Casa. E o Isaac não perguntava se podia ou não podia. Estávamos em março de 1970 e a coleta do Censo começaria em 1º de agosto. Muita coisa ainda precisava ser definida. Ele se impôs por sua autoridade moral e intelectual. Mandava dentro do IBG, mandava dentro do IBE, mandava na ENCE. Ele dizia: “Sebastião [Diretor do Serviço Nacional de Recenseamento], assim não vai funcionar. O Censo está aí para começar em setembro e está uma bagunça. E não é porque você seja incompetente, pelo contrário”. O Sebastião era extremamente competente, mas ele não conseguia trabalhar com o Serviço Gráfico, que era ligado à Presidência. Aliás, até a Garagem Central era ligada à Presidência, o que bem mostra como a estrutura era absurda e confusa. Em suma, a autoridade do Isaac era muito grande; tinha uma cara sisuda, mas uma competência que ninguém discutia: economistas, sociólogos e demógrafos, de esquerda, de direita, de centro, todos sabiam que o Isaac era uma sumidade, era competente e o respeitavam. O Velloso e o Simonsen o admiravam muito, como já disse, e respeitavam o seu trabalho no IBGE, de modo que nunca nos faltou dinheiro. Sendo assim, nos foi possível dar os encaminhamentos necessários tanto no Censo, algo mais de imediato, quando na própria reforma de estrutura. Quanto ao Censo de 1970, eu me lembro de que uma vez veio uma pessoa da Presidência

¹⁰ Mário Henrique Simonsen foi Ministro da Fazenda durante o Governo Ernesto Geisel (1974-1979) e Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento no Governo João Batista Figueiredo (1979-1985), durante o qual permaneceu apenas cinco meses, de 15 de março a 10 de agosto de 1979.

da República, todo afetado e tal, e queria ver as peças publicitárias que haviam sido feitas, de modo a serem aprovadas. O Professor Isaac o recebeu e lhe disse: “Meu senhor, as peças estão prontas, já estão sendo distribuídas por todo o Brasil. Eu posso mandar para o senhor um conjunto de presente, até emolduradas, mas não vou mexer em nada”. O camarada ficou olhando para o Professor Isaac, e respondeu: “Ah, sim, eu lhe agradeço muito”. E saiu. Eram umas peças muito simples: “Ajude a fazer o Censo”, “Receba bem o recenseador”. Eram uns cartazes: “Censo de 1970”. Algumas inserções na televisão, mas nada de marqueteiro. Nós mesmos é que fizemos, o pessoal do IBGE na época, o pessoal do Serviço Gráfico. Então é preciso ficar claro o seguinte: nós trabalhamos no período militar? Trabalhamos. O Isaac foi nomeado pelo Médici? Foi nomeado pelo Médici. Eu fui nomeado pelo Médici. Mas nós não tivemos interferência nenhuma, tanto em termos de recursos, como na divulgação das informações. Uma vez, em 1972, fui com o Professor Isaac na Escola Superior de Guerra [ESG], onde ele fez um pronunciamento que era um esboço da concepção do IBGE atual, da lei que saiu em maio de 1973. O conferencista falava por 50min, depois havia um intervalo de 10min seguindo 1h30min de perguntas. Nas perguntas, um determinado oficial fez a indagação: “De que maneira o IBGE colabora com o governo em termos de selecionar as informações que são produzidas e que podem ser julgadas contrárias ao desempenho do governo, ao não atendimento de metas”. E o Isaac, que era de uma grande pureza, de uma imensa autenticidade, disse: “Meu senhor, essa é a diferença entre um Estado democrático e um Estado totalitário. Tudo o que o IBGE investiga, o IBGE publica. E eu acho que esse é um dos objetivos da Revolução, não é”. Aí foi aquele silêncio. Em suma, o Isaac passou para toda a equipe, desde o início da sua gestão, a seguinte orientação: “Eu não tenho que mostrar, previamente, nada para ninguém? Tá pronto o trabalho? A equipe encarregada da pesquisa validou o resultado? Ficou bom? Publica, distribui”. Foi nessa época que o Isaac percebeu que muitos jornalistas, ditos especializados em Economia e Ciências Sociais, não sabiam interpretar as estatísticas. Então começou a preparar no Gabinete – com Sônia Rocha, Jane Souto, Teresa Cristina, Maristela Sant’Anna¹¹ – um resumo para passar para os jornalistas. E a gente começou a verificar que eram transcritos quase na íntegra pelos jornalistas, que ficaram agradecidíssimos.

¹¹ Maristela Afonso de André foi assessora da Presidência do IBGE e sua tarefa foi viabilizar a reconstrução do Sistema de Contabilidade Social do País, a partir da criação de Matrizes de Relações Intersectoriais da Economia.

Depois, quando voltei em 1992, verifiquei que a prática fora expandida e hoje é uma rotina.

QUEM DAVA ENTREVISTA PARA OS JORNALISTAS? ERA O PRESIDENTE DO IBGE?

O Professor Isaac tinha uma filosofia de trabalho, uma maneira de encarar, que eu copiei e acho que está correta, que é o seguinte: para falar de índice de preços, por exemplo, não cabe ao Presidente do IBGE, ou a um ou outro Diretor, mas antes ao Chefe do Departamento de Índice de Preços, porque é ele que está com a mão na massa, o que sabe mais. E assim era em todos os casos.

O SENHOR FALA DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES, QUE A FILOSOFIA ERA "ESTANDO PRONTA, DIVULGA". ENTRETANTO, A GENTE IDENTIFICA NA BIBLIOTECA DO IBGE ALGUMAS PUBLICAÇÕES COMO, POR EXEMPLO, DO ENDEF¹², QUE NÃO FORAM DIVULGADAS AMPLAMENTE; TIVERAM EDIÇÕES MUITO RESTRITAS E ERAM NUMERADAS¹³. POR QUÊ?

Eu creio que está na hora de deixar aqui registrado na memória da Casa o correto entendimento de certos problemas que aconteceram, de tal forma que não surjam falsas interpretações como as que os historiadores gostam de levantar como suspeitas de malfeitos. Não foi tudo um mar de rosas, é fato. Não eram todos amigos, irmãos e irmãs. Eu não gosto, e o Professor Isaac gostava menos ainda, de panelinhas, de fofocas, mas elas aconteciam, como deve acontecer até hoje. Posso dizer que foram os momentos tristes daqueles anos. Tanto naquele período que estava com o Professor Isaac, como nesse um ano e quatro meses em que eu fiquei na Presidência. Vejamos o caso do Parga Nina, que era um Oficial de Marinha, Capitão de Mar e Guerra, reformado. Ele fez o curso de Sociologia na PUC do Rio de Janeiro, e depois, com seu dinheiro, foi para Washington e fez um mestrado em Sociologia

¹² O Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF foi realizado no biênio 1974-1975. Contou com cerca de 1 200 pesquisadores, que visitaram em torno de 70 000 domicílios no País com o objetivo de acompanhar o cotidiano das famílias, durante sete dias, registrando seus hábitos de alimentação e consumo, e descrevendo, em detalhes, aspectos diversos relacionados à geração de renda, condições de vida e orçamentos familiares.

¹³ Na Biblioteca Central do IBGE (Biblioteca Isaac Kerstenezky), há algumas publicações carimbadas e numeradas do ENDEF. O entendimento corrente é de que essas publicações tiveram circulação restrita à época de sua elaboração. Assim, com esse entendimento, as informações nelas contidas não seriam de ampla divulgação, como se apregoava. Uma evidência disso é a obra *Estudo das informações não estruturadas do ENDEF e de sua integração com os dados quantificados*, que não pôde circular senão em grupos muito limitados, tendo, inclusive, o timbre "distribuição restrita". A ampla divulgação desse estudo só foi realizada em 1985, já sob a égide da Nova República, ganhando, então, manchete espetacular e extensa matéria de revista: A COMIDA que o governo paga das estatísticas. *Isto É*, Rio de Janeiro: Ed. Três, n. 458, 2 out. 1985.

na Georgetown University. Por conta do Parga Nina ter sido milico, Oficial de Marinha, embora fosse sociólogo, com mestrado em Sociologia, ele nunca foi bem recebido no nosso grupo de cientistas sociais. Ele sempre foi rejeitado. E o Isaac e eu ficávamos numa situação extremamente delicada, quando vinham aquelas meninas da área de Ciências Sociais, e diziam: “Não, isto aqui não está bem enquadrado, isto aqui não está bem fundamentado, a metodologia não está muito correta, a amostra não é significava”. Ficávamos sem saber se atendíamos o que víamos que o Parga Nina estava realizando, que ele tinha encontrado um nicho, uma visão nova para explorar os dados do ENDEF, que eram os resultados das entrevistas com as famílias, para descrever melhor a pobreza brasileira, ou se dávamos ouvido ao nosso grupo de cientistas sociais que achavam “Não, não é de jogar fora, mas...”¹⁴. Então, diante dessa celeuma, optou-se por fazer um conjunto de publicações que foram distribuídas às bibliotecas. Não era para divulgação ampla, mas mesmo assim várias pessoas e instituições, universidades, receberam o material. Mas não se pode dizer que houve uma circulação restrita. Parga Nina foi para a PUC [Rio de Janeiro] depois, quando Isaac saiu do IBGE. Eu também já tinha voltado para lá. Na PUC, foi a mesma coisa; o pessoal não queria aceitar o Parga Nina como professor.

Entenda quem foi o Professor Luiz Affonso Parga Nina

A Professora Maria Cecília de Souza Minayo, Doutora em Saúde Pública e Pesquisadora Titular da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, ofereceu um emocionado depoimento sobre Parga Nina como “pesquisador e humanista”, tendo com ele trabalhado. Constata que, “sem menosprezar a importância dos dados quantitativos”, Parga Nina procurou “evidenciar, cientificamente, a possibilidade e a potencialidade de outros tipos de

conhecimento baseados em experiências, crenças, valores, representações e vivências” (MINAYO, 2009, p. 219). No IBGE, Parga Nina foi assessor da Presidência e Coordenador do ENDEF, tendo contado com o ousado apoio de Isaac Kerstenetzky. A seu juízo, por certo abalizado, Parga Nina deu uma distinta contribuição à metodologia da pesquisa qualitativa no País, considerando-o, ademais, um pioneiro dos estudos da pobreza no Brasil.

¹⁴ Para melhor compreender o trabalho realizado por Parga Nina, ver: CAMARGO, A. de P. R. Conhecendo os dissidentes: os dados não estruturados do ENDEF e a configuração da pobreza no Brasil. In: SENRA, N. de C. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 4. cap. 6. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>>. Acesso em: fev. 2016.

O “RESTRITO” ESTAVA LIGADO À RESTRIÇÃO INTERNA?

Foi um bloqueio. Como outras pessoas também sofriam restrições aqui. Na área da Matriz, estava a Maristela e o irmão dela, um economista¹⁵ paulista muito bom, bem qualificado e inteligente, mas era muito independente, muito afirmativo; causou problemas de relacionamento, problemas na apuração do ENDEF, principalmente por conta da definição do deflator que deveria ser utilizado, numa época de inflação alta. Era uma discussão de 24h por dia. A questão do processamento do ENDEF foi longa e complicada: o pessoal da informática queria desenvolver um programa especial para a apuração; os especialistas da FAO [Food and Agriculture Organization of the United Nations], assessores, queriam usar um programa mais limitado, mas que estava pronto para ser usado; e havia a questão de qual deflator seria utilizado – tudo isso atrasou a divulgação dos dados da pesquisa. Eu lamento este fato. É neste contexto, quando internamente nós estávamos tecnicamente divididos, que surgem essas edições limitadas, mas com alguma coisa sendo publicada e divulgada. Melhor assim do que não divulgar nada. No que diz respeito às demais informações, só um comentário a mais, pois sei que a prática até hoje se mantém: qualquer dado que saía, qualquer um, o Ministro do Planejamento, ao qual estávamos subordinados, era informado em primeiro lugar. O Ministro era informado, vamos dizer, às 11h, 10h, e se liberava para imprensa às 17h, 18h. Lembro-me que no meu período como Presidente saía um carro distribuindo as notas técnicas para a imprensa, que havia se acostumado com esta prática, inaugurada lá nos anos 1970.

MAS E O CASO DO ECONOMISTA ALBERT FISHLOW, QUE ESCREVEU UM ARTIGO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO PAÍS COM OS RESULTADOS PRELIMINARES DO CENSO DE 1970 E DECIDIU COMPARÁ-LOS COM OS MICRODADOS [DO CENSO] DE 1960, QUE AINDA NÃO TINHAM SIDO DIVULGADOS? O EX-PRESIDENTE DO IBGE, EDMAR BACHA, FALOU SOBRE ISSO¹⁶. O SENHOR SE RECORDA DESSE EPISÓDIO?

Esse é outro episódio sobre o qual é preciso colocar as cartas na mesa, 50 anos depois, para ficar devidamente esclarecido. O Bacha deveria estar aqui para a gente recordar juntos, quando ele era Pesquisador do IPEA. Quando

¹⁵ O economista Paulo de Tarso Afonso de André, que ficou responsável pela continuidade do trabalho do ENDEF.

¹⁶ Para informações mais detalhadas, consultar o box “Entenda a repercussão do artigo de Fishlow”, no Capítulo Edmar Bacha.

começamos a publicar os primeiros resultados do Censo 1970, conversando com o Professor Isaac dissemos: “Nós temos que publicar isso o mais rápido possível”. Na ocasião, o Ministro [da Fazenda] Delfim Netto estava obstando a importação de um computador de que já até havíamos feito a licitação, tendo ganhado a IBM. Não liberava nossa licença de importação. Então eu disse ao Professor Isaac: “Vamos processar isso na PUC [Rio de Janeiro]; vamos ‘desenhar’ uma amostra e processar isso na PUC”. E aí fomos lá, o Reitor era o Padre Ormindo Sodré Viveiros de Castro, [Reitor de 1970 a 1972], e dissemos: “Nós precisamos do computador da PUC para processar uma amostra do Censo”. Ele chamou o Antonio César Olinto, que depois veio a ser Diretor da Diretoria de Informática [do IBGE], e o Olinto disse: “Mas vocês vão ocupar todo o tempo?”. Dissemos: “vamos ocupar o dia inteiro”. O Olinto examinou a situação, verificando a extensão do processo de apuração e o volume de informações a serem processadas. Naquele tempo eram cartões perfurados, que tinham que ser lidos e processados. Olinto disse: “Eu não posso parar, pois tenho outros contratos”. Então, nos deram de 22h às 6h. Saíam viaturas do tipo Rural Willys, do Complexo de Mangueira, com caixas e caixas de cartões [eles eram perfurados e verificados]. Então, esses cartões limpos, verificados, iam para o computador da PUC que trabalhava a noite toda. Isso foi uma amostra de 1,85% dos boletins da amostra. Lembre-se que eram questionários resumidos que eram preenchidos por 80% da população e um boletim da amostra. O boletim da não amostra, que era reduzido, e o da amostra, que investigava renda, escolaridade, descrição do domicílio, os bens do domicílio etc. Então, nós pegamos esse boletim da amostra e processamos 1,85%, com significância para total Brasil, áreas metropolitanas e regiões. Não era por estado. [Era] Brasil, regiões, cinco regiões e áreas metropolitanas. O computador da PUC processou. A Universidade tinha um IBM 7044. Então, me aparece lá na Presidência [do IBGE] um Coronel do SNI [Serviço Nacional de Informações] com um pedido de informação, pois já estava correndo na praça a fofoca perversa, que dizia assim: “Consta que estão processando a apuração do Censo num computador IBM 7044; confirmar a veracidade do informe; dois, confirmar se o 7044 é um computador destinado principalmente para reservas de passagens aéreas, sem condições de processar um Censo; três, o custo da encomenda”. Sabe aquele negócio, que dá uma raiva por dentro? Aí respondemos a besteira e continuamos a processar no IBM 7044 da PUC-Rio. Falamos com o Velloso e continuamos a fazer. Aí, saíram os primeiros resultados do Censo.

Entenda como foram tabulados os primeiros resultados do Censo Demográfico 1970

Naquela ocasião, foi realizado o processamento das Tabulações Avançadas, baseadas em uma subamostra do Censo Demográfico 1970, utilizando o computador IBM 7044 da PUC-Rio no horário de 21h às 6h. Foram utilizadas também as instalações da IBM, no bairro de Benfica (Rio de Janeiro), enquanto se aguardava a instalação dos computadores destinados ao Censo, no prédio do IBGE, no Complexo de Mangureira. Em maio de 1972, começaram as operações com um sistema IBM 370 em Mangureira¹⁷ e,

no ano seguinte, foram instalados mais dois sistemas IBM 370. Na ocasião, foi desenvolvido um sistema de compactação, armazenamento e recuperação de dados da amostra do Censo Demográfico 1970. O acesso direto a esse banco de dados ficou disponível em março de 1973. Além disso, a exploração dos arquivos foi realizada por uma equipe dedicada à elaboração de tabelas especiais, que realizaria o atendimento ao público em relação aos requerimentos específicos sobre os dados disponíveis.

ISSO FOI QUANDO?

Isso foi em outubro de 1971.

VOCÊS LIBERARAM OS PRIMEIROS RESULTADOS?

Saíram os resultados, que provocaram uma reação bem grande na imprensa e no governo. Recorde-se que o General Médici, o Presidente da República, no Aeroporto de Recife, disse numa entrevista à imprensa: “O País vai bem, o povo vai mal”. Esses escritores que escrevem sobre a liberação, a abertura democrática no Brasil, nunca falam no IBGE, mas os dados do IBGE, principalmente esses dados do Censo de 1970, que foram publicados e amplamente divulgados, assim dessa maneira como descrevi, com apoio do Velloso, ajudaram e muito o processo de redemocratização. Bem assim, todos os demais dados que estávamos produzindo, mas principalmente esses dados do Censo, que o Médici não teve

¹⁷ Para informações mais detalhadas, consultar a publicação: FREIRE, F. R. F. *Pró-censo: algumas notas sobre os recursos para o processamento de dados nos recenseamentos do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 53 p. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 3). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23766.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

como não dizer “O País vai bem”, que era o milagre do Delfim, mas “o povo vai mal”, que era a realidade nacional.

E DELFIM NETTO FEZ ISSO [NÃO LIBERAÇÃO DA LICENÇA DE IMPORTAÇÃO DO COMPUTADOR IBM JÁ LICITADO] PARA IMPEDIR A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS?

No que ele pôde, ele e seus assessores fizeram, valendo-se da burocracia. O Ministro Velloso mais uma vez foi importante na ajuda ao IBGE. Tanto que processamos lá na PUC e divulgamos. Veio esse informe do SNI, que era um computador especializado de reserva de passagem aérea. Uma idiotice total.

APESAR DA DIFICULDADE, O MATERIAL FOI PRODUZIDO?

Foi. Depois, lá para 1974, é que chegou o computador IBM e aí nós entramos com toda a força. Mas aí começaram as fofocas, e a gente sabe que o Delfim ficou uma fera; não disse “parabéns” para o Professor Isaac, “parabéns para o IBGE”, não disse nada. Ele não gostou. Aqui no Brasil, um economista, na sua tese de doutorado, chegou a uma “bela e óbvia” conclusão que passou a ser usada pela propaganda governamental para explicar a péssima distribuição de renda no País: “com maior escolaridade, teremos maior renda; com menor escolaridade, teremos menor nível de renda”. O coeficiente de Gini¹⁸, nessa época, começou a ser falado como nunca, tanto pelos políticos como pela imprensa. Ora, precisa fazer um doutorado para dizer o óbvio, que as pessoas mais escolarizadas, com maior titulação, têm uma renda maior, e que os mais pobres, analfabetos, têm uma renda menor? Então, o Fishlow passou a discutir a metodologia do Censo, a capacidade do recenseador de ter aqueles dados do nível de rendimento do casal, do chefe da família. O Isaac disse: “Vamos esperar o processamento mais expressivo, porque tudo isso estava sendo feito em cima de 1,85% do boletim da amostra”. E não se passou mais informações, a não ser aquela que já estava divulgada, pelo simples motivo que estava todo mundo querendo fazer artigos mostrando que a situação estava ruim, como realmente estava, em termos de distribuição de renda. E o outro aspecto foi a possibilidade de que, com o equipamento liberado, nós podíamos acelerar a produção de todas as informações do IBGE. Lá por volta de 1976 estava tudo divulgado. E aí cessou a discussão.

¹⁸ Também denominado índice de Gini, é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia entre 0 (perfeita igualdade) e 1 (a desigualdade máxima).

E TODO MUNDO TEVE ACESSO A ESSE BOLETIM?

Foi distribuído e vendido nas livrarias. Foi uma publicaçãozinha fina¹⁹.

POR QUE SE FALOU MUITO NA OCASIÃO QUE O FISHLOW TEVE ACESSO A UMA FITA PRIVILEGIADAMENTE, COISA QUE DEPOIS ESTAVA DIFÍCIL PARA OUTROS PESQUISADORES?

Não, não e não. Fita não saía. Saía a publicação ou então as tabulações, naqueles formulários impressos. Mas fita nunca foi entregue. Eu quero aproveitar e deixar registrado o seguinte: quando entram em causa más intenções políticas, não acadêmicas, é nojento. Corrompe, polui o ambiente de uma instituição como o IBGE. E só uma pessoa como o Isaac, com o apoio do Velloso, como vocês devem estar percebendo, pois sem o Velloso o Isaac não permaneceria no cargo, foi possível enfrentar esses momentos. Ao tempo do Presidente Geisel o ambiente, em geral, foi bem mais tranquilo. Tendo em conta a dupla Velloso e Simonsen.

ENTÃO O SENHOR ESTÁ AFIRMANDO QUE TODOS TIVERAM ACESSO AOS PRIMEIROS DADOS, EMBORA ALGUNS ECONOMISTAS NA ÉPOCA TENHAM DITO O CONTRÁRIO?

Não tiveram acesso porque eles queriam a fita, queriam ter acesso ao dado básico, e, por lei, até hoje, nós não podemos individualizar as informações. Por lei, você não pode ter acesso ao questionário. Você tem que ter acesso a dados agregados. É a proteção do sigilo da informação. Também é preciso levar em conta que, além das maldosas fofocas, muitos economistas querem é aparecer, e, como não têm competência, preferem acusar o IBGE pela falta de informações.

POR QUE O SENHOR DIZ QUE COM O PRESIDENTE GEISEL ERA UMA TRANQUILIDADE?

Já eram outros tempos, a imprensa começava a ter mais espaço, coisa pouca, mas se respirava outro clima. Com o Presidente Geisel foi mais fácil porque nós tínhamos proximidade com ele, inclusive há uma fotografia que o mostra recebendo todos os Delegados do IBGE no Palácio, quando falou de forma muito simpática sobre os trabalhos da Instituição.

¹⁹ Trata-se de: TABULAÇÕES avançadas do censo demográfico 1970: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 1971. 131 p. (Coleção Ibgeana. Recenseamento geral do Brasil 1970, 8). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv84447.pdf>>. Acesso em: fev. 2016. A publicação foi divulgada em julho de 1971, 10 meses após a data de início da coleta das informações.

E TAMBÉM PORQUE O MINISTRO DA FAZENDA JÁ ERA O MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN. ISSO FACILITOU?

Ah, sim, o Simonsen. O Simonsen era um gozador emérito. O Isaac todo sisudo, e o Simonsen contando piadas horríveis. Ao tempo do Presidente Geisel, numa reunião de Geodésia e Cartografia, uma reunião para durar uma hora, acabou durando uma tarde inteira no Gabinete do Presidente: o Professor Isaac, eu, o Miguel Alves de Lima, o Faissol. Tudo isso porque o Presidente Geisel, como Oficial do Exército, Tenente nos idos de 1920, ia com o material, em lombo de burro, com aqueles aparelhos óticos, para fazer medições no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná. Existia desde o Império aquela possibilidade de guerra com a Argentina. Então, o Exército tinha que ter cartas muito detalhadas dessas fronteiras e o Geisel se interessava por esse assunto de Geodésia e Cartografia. De estatística, de indicadores sociais, o Presidente também queria saber. O Isaac explicava e teve muitas audiências com Velloso e o Presidente. Eu nem entrava, ficava do lado de fora.

NA DÉCADA DE 1970, AINDA NO REGIME MILITAR, TINHA UM REPRESENTANTE DO SNI DENTRO DO IBGE, QUE ERA O CORONEL TOBIAS ROSA NETO. O QUE ELE FAZIA?

É assim, eu costumo contar que, nesse período do Regime Militar, todo mundo pensa que era um negócio complicado, aterrorizante 24h por dia: “Tem gente lá fora”, “o microfone tá aqui embaixo da cadeira”; não era nada disso. Tinham essas prisões horríveis que aconteceram, as torturas terríveis que aconteceram, a imprensa censurada, a falta de liberdade, as delações sórdidas, mas se vivia, no dia a dia, uma vida normal. Naquela época, se você for investigar os organogramas daquele período, todos, órgão da pesca, do arroz, controle de tráfego aéreo, todos tinham um setor de informações. No Ministério havia a Diretoria de Informações, e nesses outros órgãos subordinados tinham Assessorias de Segurança e Informações – ASIS²⁰. Era obrigatório, fruto de um decreto. Não sei se era lei, mas era um decreto que todas as instituições tinham que ter. E nós tínhamos lá na nossa estrutura, ligada ao Gabinete da Presidência, e já conhecíamos o Tobias Rosa Neto lá do Gabinete do Velloso. Aí, eu disse para o Professor Isaac: “Olha, o Tobias é um cara bacana, cordial”, e aí o trouxemos.

²⁰ As Assessorias de Segurança e Informações - ASIS coletavam e repassavam informações sobre atividades políticas de funcionários e dirigentes de estatais, autarquias, fundações e tudo o mais que fosse considerado importante para a Segurança Nacional. As ASIS também atuaram na filtragem das contratações de pessoal.

Ele tinha uma salinha na Presidência. Na época, havia um procedimento administrativo, que vocês não lembram mais: para ingressar no IBGE era preciso preencher um formulário, com nome, endereço, telefone, indicações políticas, partidos políticos a que pertence, escolas e tal, e isso nós mandávamos para o SNI. E só podíamos liberar, para assinar a carteira de trabalho, depois que o SNI colocava ali um carimbo “Liberado” e um rabisco com uma assinatura. Então, todos os funcionários, do porteiro ao Presidente, eram liberados previamente pelo SNI, antes de assinarem o contrato ou de serem nomeados. Então, ele [Coronel Tobias Rosa Neto] se ocupava desse assunto, se ocupava disso. Mensalmente, semestralmente e anualmente o Presidente do IBGE precisava encaminhar para o SNI uns questionários com as perguntas mais diversas: “situação dos funcionários: contra o governo; a favor do governo; indiferente”; “situação de remuneração dos funcionários: suficiente, insuficiente, causando mal-estar no trabalho”. Então, tinham perguntas desse tipo. O Tobias fazia um rascunho; o Professor Isaac e eu o recebíamos, e ele nos mostrava: “Olha, tem que mandar o mensal, tem que mandar o semestral, tem que mandar o anual”. A gente olhava e dizia “Ah, tá bom”. E o Tobias sempre respondia de forma vaga: “situação salarial está ruim, plano de carreira é necessário” etc. etc. etc. Quando realizavam reuniões semestrais das ASIS, das Assessorias de Informações, se não me engano, ali na Aeronáutica, no Clube da Aeronáutica [Rio de Janeiro], ele dizia: “Eu tenho uma reunião, alguma instrução?”. Ele ia, e no dia seguinte apresentava seu relatório, sucinto e objetivo: “Olha, fizeram isso, relataram isso, recomendaram isso”. Era extremamente fiel e leal, extremamente cordial, nunca passou informações sem que nós soubéssemos. Então, nós fomos muito felizes. E lá no Gabinete do Velloso, primeiro teve o General Paulo Prado Pereira, que foi muito cordial, sempre ajudou muito a acelerar as liberações. Depois foi outro General, não lembro o nome, reformado, todos reformados, mas também muito cordial. A única coisa que esse último pediu foi para imprimir no nosso Serviço Gráfico um folhetinho, assim de umas 60 páginas, sobre os malefícios das drogas, conselhos para a juventude, assunto que ele tinha escrito e pesquisado. Nós imprimimos aquele trabalho, bem baratinho, presentearmos ao General, e ele ficou muito feliz e mandou para todo mundo: *Os malefícios das drogas*.

NA OCASIÃO, O SENHOR RECEBEU A VISITA DO GENERAL NEWTON CRUZ NO IBGE. COMO FOI ESSE EPISÓDIO?

É, visitou. E aí eu quase fui preso. Mas me dei muito bem com ele. Foi assim:

quando saiu a lei em 1973²¹, lá para setembro, nós precisávamos fazer os rascunhos dos decretos reguladores, para o Velloso levar para o Presidente Médici assinar, e registre-se que ele assinou tudo o que propusemos. A elaboração desses documentos foi trabalhosa. O Isaac disse: “Como é que nós vamos fazer isso?”. Propus: “Professor Isaac, vamos botar todos os dirigentes em dois ônibus, alugamos um hotel na Região Serrana [o Saint Moritz, em Nova Friburgo], pegamos todos os Diretores, Superintendentes, assessoria jurídica, o Auditor e a assessoria da Presidência, e vamos para lá trabalhar”. Fomos numa sexta-feira de tarde e voltamos na segunda de manhã. Trabalhamos desde sexta à noite. O Professor Isaac disse o que pretendia, tinha lá uns rascunhos que tínhamos redigido, e, no dia seguinte, organizamos grupos de trabalho, e as exposições de motivo para a legislação ficaram prontas. Uns dois ou três dias depois, vem um pedido de informações do SNI. O Chefe da Agência do SNI no Rio de Janeiro era o Coronel Newton Cruz. Naquela época, ele não era General ainda. Dizia mais ou menos assim o pedido de informações: “o Presidente, o Diretor-Geral, os Diretores e Superintendentes, assessoria e secretárias foram para um hotel de luxo e tomaram whisky, tomaram vinho, beberam”. Quase “uma grande farra com as secretárias”. Coitadas das secretárias²², Regina, Yeda, tudo assim na faixa dos 60 anos, e concluía: “confirmar a veracidade da informação”. Aquilo me deu uma raiva enorme. Eu tive poucos momentos de raiva na vida. E o Tobias, ali comigo, eu peguei a caneta e escrevi um palavrão como resposta no próprio documento.

ISSO FOI PARA O SNI?

É, para o Newton Cruz. Tobias me aconselhou: “Eurico, olha, isso aqui é um negócio oficial, não é assim”. “Vai lá e entrega, diga que eu não admito essa história”. Foi ao Professor Isaac: “O Eurico está querendo mandar isso”. O Isaac disse: “Eurico, você quer?”. Eu disse: “Eu quero”. Eles foram contra. Então acrescentei um “Em Tempo” na parte final do documento: “Em tempo: considero um absurdo, um acinte, depois de tantos anos à frente do IBGE, o Professor Isaac e eu, sermos submetidos a tal investigação. O responsável pela Agência Central do SNI deveria ter rasgado porque é o mínimo, uma fofoca

²¹ Referência à Lei n. 5.878, de 11.05.1973, que dispõe sobre as responsabilidades do IBGE. Um novo Estatuto do IBGE, dela decorrente, seria aprovado pelo Decreto n. 76.664, de 24.11.1975. O Estatuto vigente é o aprovado pelo Decreto n. 4.740, de 13.06.2003.

²² Na ocasião, Regina Maria Lima Garcia e Maria Yeda de Menezes Reis eram Secretárias da Presidência do IBGE.

maldosa e mentirosa”, e assinei “Eurico de Andrade Neves Borba”. O Tobias levou. A reação do Newton Cruz foi rápida. Ligou: “Doutor Eurico”. Eu disse: “Sim, Coronel”. “Recebi a sua resposta. Estou vendo aqui que o senhor é um Andrade Neves”. Eu tenho Andrade Neves no nome, minha família é toda de milicos também. Eu disse: “É, Andrade Neves”. “Você deveria ser oficial de cavalaria; grosso como você é, só um oficial de cavalaria poderia fazer uma grossura dessas”. Eu disse: “É, para uma grossura como a que veio, só poderia responder com outra”. “Eu vou aí falar com o senhor. Vamos tomar um café. Gostei da sua resposta”. Veio ele e três ou quatro assessores, no dia seguinte. Sentamos e conversamos muito cordialmente. Ele disse: “Mas eu gostei da sua resposta. Eu já disse para esses camaradas: tem coisa tão evidente, rasga, joga fora, fica enchendo os arquivos de bobagem. Mas tu é grosso, hein, garoto?”. Eu disse: “É, sou brabo”.

NAQUELA ÉPOCA, O SENHOR E O PROFESSOR ISAAC CONVERSAVAM MUITO FORA DAS INSTALAÇÕES DO IBGE. POR QUÊ?

Ah, sim. Em determinados momentos, principalmente quando aconteceu aquela história lá de Watergate, aquele negócio de gravações, eu fiquei preocupado. O Isaac, não. Então, sobre algumas coisas, nós íamos engraxar sapato no Aeroporto Santos Dumont para conversar; eu e ele. Mas não era uma coisa frequente.

“ALGUMAS COISAS”, O SENHOR DIZ O QUÊ?

Problemas de admissão, promoção de pessoas, quem iria substituir nessa ou naquela área, assuntos administrativos, nós tivemos duas substituições, de Diretores, assuntos internos, enfim. Por exemplo, teve uma discussão acalorada, eu e o Amaro [Diretor Técnico], sobre a extensão da PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio] para a Região Norte e para o quadro rural. O Amaro disse que ia subir muito os custos, e eu dizia que não podia ser questão de custo, que o Velloso arranjaría uma suplementação orçamentária. E não deu outra, o Velloso percebia a importância das pesquisas sociais²³. A inflação naquela época era 40%, 50%, era um escândalo. Agosto era o nosso mês de dissídio, era quando nós

²³ A abrangência geográfica da PNAD, prevista desde o seu início para ser nacional, foi alcançada gradativamente. Iniciada em 1967, na área que hoje compreende o Estado do Rio de Janeiro, abrangia as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, além do Distrito Federal; em 1973, alcançou as áreas urbanas das Regiões Norte e Centro-Oeste; em 1981, incluiu as áreas rurais da Região Centro-Oeste; e, em 2004, passou a cobrir todo o Território Nacional.

tínhamos os aumentos, 40%, 42% de aumento. Mas subiam os custos também das pesquisas, e não era um negócio trivial de fazer o orçamento. E as discussões com o orçamento eram gozadíssimas, porque falávamos para o Professor Isaac: “Vamos colocar uma gordura aqui para eles cortarem lá em Brasília”. Ele respondia: “Pede o que nós podemos defender”. Ai, nós pedíamos, fazíamos e começavam a cortar. Pegávamos um avião e íamos para Brasília para discutir. Tinha um rapaz, que até hoje está lá [em Brasília], aposentado, que sempre trabalhou nessa área de orçamento, e o Isaac gostava muito dele, e lhe dizia: “Faz o seguinte: eu não corto dinheiro, eu corto pesquisas. Então, você vai lá ao teu chefe, teu chefe vai ao Velloso, e está aqui bem explicado: Pesquisa Índice de Preço custa tanto, Pesquisa Anual da Agricultura custa tanto. Então, me corta em pesquisa, porque não tem essa história de cortar 10%, 17%; e eu vou fazer como, as mesmas pesquisas?”. E o Isaac já tinha antes pensado nisso. Desde o segundo ano que ele exigia que cada investigação fosse quantificada com cuidado, o que é complicadíssimo para nós, porque um Agente de Coleta saía para a coleta de informações com três, quatro, cinco, sete questionários para investigar. É preciso se ter um modelo, um algoritmo capaz de explicar e justificar o preço de cada uma das pesquisas. Conseguimos. O negócio podia não ser o Prêmio Nobel dos orçamentos, mas era muito bem-feito, defensável item por item. Mas ele dizia logo: “Não vou cortar linearmente, corto uma investigação inteira, aquela que o Ministério indicar como dispensável”. E raramente nos cortavam percentual, e passava integral o nosso orçamento.

DEPOIS DE DEIXAR A DIREÇÃO DO IBGE (1979), EM 1985, QUANDO O PAÍS VIVIA UM MOMENTO DE MUDANÇA COM A NOVA REPÚBLICA, O SENHOR ESPERAVA SER CHAMADO PARA A PRESIDÊNCIA DO IBGE, O QUE NÃO ACONTECEU. QUAL ERA A SUA INTENÇÃO NA ÉPOCA?

Esse foi um momento chato na minha vida, e me machucou muito. Eu era muito amigo do Franco Montoro, do José Richa, do Mario Covas. O Franco Montoro me indicou para trabalhar no grupo próximo de assessoramento do Doutor Tancredo. O Marco Maciel indicou o Everardo Maciel; o Fernando Lyra indicou o Cristovam Buarque; e o Fernando Henrique indicou um rapaz, que eu me esqueço do nome. Trabalhei demais com o Doutor Tancredo, nós éramos poucos. Enfim, passado o tempo, lá se vão as memórias mais secretas, mais recônditas. Eu trabalhei demais; os outros pouco apareciam lá no escritório. Eu me lembro do João Yunes – que foi Secretário de Saúde do Montoro –, ao chegar certo dia lá no escritório da campanha, me disse assim: “Eurico,

“você está fazendo besteira, pois todo mundo está fazendo política, e você aqui escrevendo fichas e catalogando relatórios”. Eu atendi até o índio Juruna. Entrava lá às 8h e saía às 22h, juntando material, realizando seminários. Tenho tudo lá em casa e espero doar esse material para alguma universidade: os 22 seminários que organizei sobre meio ambiente, sobre transporte rodoviário, sobre transporte aéreo etc., para assessorar o Doutor Tancredo. O Doutor Tancredo, geralmente às terças-feiras de manhã, depois de assistir o jornal da tv Globo, marcava comigo às 7h30min no apartamento dele em Brasília. E ele gostava porque eu levava as fichinhas prontas, sobre os assuntos que tinham aparecido lá no escritório da campanha, de forma mais organizada e que me pareciam importantes. Então, fazia uma ficha do documento ou do relatório, ele lia o que lhe interessava, eu dava alguma explicação adicional, e ele dizia sempre: “Doutor Borba, não mais que duas folhas”. Ele me chamava de Doutor Borba. Isso aconteceu umas cinco, seis vezes, naquele final de 1984 e início de 1985. E, por volta de 7h45min, sempre apareciam Ulysses Guimarães; Fernando Henrique Cardoso; Afonso Camargo, Senador do Paraná, e ficavam zumbindo, todos ali, íntimos do Doutor Tancredo. O Aécio sempre estava lá. Uma vez levei o Padre Fernando Bastos de Ávila, jesuíta, pois o Doutor Tancredo queria conversar com ele. Quase não se falaram, pois a turma que chegou passou a conversar sobre outras coisas, uma grande falta de educação. E eu, o que eu estava falando com ele, parava. Ele dizia: “Mais alguma coisa de urgente, Doutor Borba?”. Eu dizia: “Não, está tudo bem, o mais urgente eu já lhe passei”. Desconfiava na época, hoje tenho certeza de que todo aquele trabalho de levantamento de informações que fizemos não foi utilizado. Trabalho bom jogado fora. Mas, isso um dia, contarei com o material que guardei.

O SENHOR TINHA EXPECTATIVA DE VOLTAR PARA O IBGE?

Eu tinha certeza. Eu tenho para mim que se o Doutor Tancredo não tivesse falecido, ainda hoje é uma razoável certeza que tenho, que teria voltado para o IBGE naquela época. Como o Doutor Tancredo não assumiu, começou uma briga política pela indicação; nojenta. Apesar de gostar da política, fazer política, acho que essa história de procurar cargo, se oferecer, uma falta de compostura, de vergonha, que não sei fazer, Isaac não sabia fazer, e muita gente boa não sabe fazer. Nesta época fui à casa do Renato Archer, que morava em Santa Teresa, no Rio de Janeiro, pois tinha grande intimidade com ele e lá estava o Doutor Ulysses hospedado. Falei: “Doutor Ulysses, eu não sei se o

Renato lhe falou, que estou pendente para ser indicado para o IBGE”. “Não, isso é assunto que o partido, o MDB, vai decidir”. Eu disse: “Pensei que já estivesse decidido”, e ele retrucou: “Não, não, o partido ainda vai se reunir para decidir sobre isso”. Havia um senhor baiano que era do MDB, tinha ocupado posições de destaque antes de 1964, que era muito amigo do Doutor Ulysses e quase foi nomeado para o IBGE, não lembro o nome dele. Com o Doutor Tancredo hospitalizado, o Afonso Camargo tirou o corpo fora. O José Richa não quis se meter. O Montoro disse: “Eurico, eu não gosto que façam isso comigo de ficarem pedindo a nomeação para cargos, não vou fazer com os outros”. Então, eu fiquei sem pai e sem mãe, e o João Sayad foi indicado como Ministro do Planejamento do Governo Sarney [1985-1990]. O João Sayad, eu não o conhecia, era amigo do Bacha e o indicou, uma excelente nomeação. Eu soube pela Sônia Rocha, telefonando: “Eurico, saiu na *Hora do Brasil*”. O Bacha apareceu no IBGE de Brasília e me telefonou, foi muito gentil, me dou muito bem com ele. “Eurico, eu preciso de você. Dizem que você sabe de tudo lá”. Eu digo: “Diretor-Geral?”, “Não, Diretor-Geral vai ser o Regis Bonelli. Eu quero você como Diretor Administrativo”. Eu digo: “Oh, Bacha, estava disputando a Presidência contigo. Se fosse para me manter como Diretor-Geral, eu iria pensar. Agora, Diretor Administrativo, de jeito nenhum”. Ele então pediu: “Mas você me dá umas dicas?”, e eu disse: “Dou as dicas que vocês quiserem”. Aí, falei dos melhores nomes para ele e fui embora. Trabalhava numa empresa; na época, era consultor numa empresa de eletricidade, linhas de transmissão, e lá fiquei. O Marco Maciel, amigo desde 1963, na época da política estudantil, disputando a eleição para a UNE [União Nacional dos Estudantes] com o José Serra, se lembrou de mim e me chamou: primeiro para Diretor do FNDE [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação], e chegou a sair minha nomeação no *Diário Oficial*, mas não aceitei, esperando que o IBGE se decidisse [levou dois meses para sair a nomeação do Bacha]; depois o Marco e o Everardo, lá em julho de 1985, me chamaram para ser Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Educação, tendo como Secretário-Geral o Everardo Maciel.

E COMO O SENHOR CHEGOU À PRESIDÊNCIA DO IBGE EM 1992?

Em 1992, o Carlos Messias Barbosa, que tinha sido Diretor Administrativo do Velloso, e era então Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil [IRB] e muito amigo do Marcílio Marques Moreira, que eu conhecia também, foi quem me indicou. O meu antecessor, Eduardo Augusto, pedira para sair, e o Ministro

Marcílio comentou essa história com ele. De pronto o Messias disse: “Tem o Eurico”. Aí o Marcílio disse: “De fato, tem o Eurico!”. O Messias telefonou e perguntou: “Eurico, você aceita?”, ao que respondi: “Voltar ao IBGE? Como Presidente? Topo, amanhã!”. O Ministro Marcílio me ligou: “Mas você está pronto?”. Eu disse: “Só preciso falar com o Padre Laércio”, que era o Reitor da PUC-Rio [1962-1970 e 1982-1995], pois na ocasião eu era Vice-Reitor, além de também professor. “Então, venha, eu vou estar sexta-feira no Rio.” Isso era terça-feira. “Sexta-feira eu estou no Rio e vou viajar para Europa. Quem vai te empossar é o Pedro Parente [Secretário de Planejamento do então Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento].” Então, eu tive uma posse aqui no Rio de Janeiro, com Pedro Parente, e depois em Brasília, com o próprio Ministro Marcílio, já de volta da viagem. Quando fui conversar com o Marcílio, no Gabinete do Ministério da Fazenda, aqui no Rio de Janeiro, eu repeti o que o Francisco Cronje, nosso grande Delegado [do IBGE] do Ceará, já falecido, disse para o Professor Isaac: “Censo é dinheiro”. E enfatizei: “Marcílio, tudo o que eu sei é que o IBGE precisa de dinheiro, de quadro de pessoal, todos estão ganhando mal”. Ele disse: “Mas nós estamos numa época de aperto”. E eu insisti, sem esmorecer: “É isso que a Instituição precisa”. E ele me garantiu: “Nós vamos dar um jeito. Assuma porque eu não tenho outra pessoa para indicar, mas eu quero que o IBGE volte a ser o que era no tempo do Isaac”.

NA OCASIÃO, COMO O SENHOR ENCONTROU O IBGE?

Antes de tudo, havia um ambiente totalmente diferente. Havia aquela história dos “companheiros” do Sindicato, e eu me senti extremamente desconfortável, porque estava acostumado com um IBGE cordial, um IBGE franco e disciplinado. O que encontrei, desde o primeiro dia, foi muita “fofoca”. E tinha um negócio que eu encenquei logo na primeira hora, tinha um certo “abono Boa Nova”. Boa Nova era o novo Gerente de Pessoal²⁴. E tinha uma história que você abonava faltas por um critério que eu já não lembro qual é. Eu disse: “Esse troço é ilegal”. Isso foi em março. Em maio, começou logo uma greve. Então, foi ruim, a chegada, o pessoal do Ministério me dizendo que não tinha dinheiro. Então, aquela história: tem orçamento, mas não tem o financeiro. Eu me lembro

²⁴ Sérgio Roberto Boa Nova era o Superintendente de Recursos Humanos do IBGE (1987-1993). O Acordo Coletivo de Trabalho de 1986, assinado entre o IBGE e os seus funcionários, garantia a todos os empregados abono de até cinco faltas anuais não justificadas, em dias úteis não consecutivos.

de que eu tentei falar com o Marcílio. O Marcílio disse: “Eurico, eu te falei”. De fato: “Sim, mas eu não posso trabalhar sem recursos”. Eu me lembro de que uma vez falei com o Marcílio: “Marcílio, as agências de viagem não emitem mais passagens para nós, os postos de gasolina não abastecem os nossos carros, as viúvas que alugam as casas para as Agências de Coleta estão desesperadas porque não recebem”. Ele, o Ministro, precisava, a toda hora, enviar um ofício ou mesmo telefonar para as empresas de telefonia ou de energia elétrica para não cortarem os telefones e a luz do IBGE. Havia risco de se parar o processamento do índice de preços, por exemplo. Realmente, eu fiquei perdido, como trabalhar naquela situação. E eu via, na reivindicação do pessoal, coisas honestas. Por exemplo: consegui pagar uma das dívidas que a União tinha com o IBGE, de uma causa trabalhista que estava correndo já há sete anos. Na ocasião, o Fernando Henrique, que era Ministro das Relações Exteriores e com quem eu tinha boas relações, até me ajudou. Depois, já no Governo Itamar Franco [1992-1994], a Ministra do Planejamento, Yeda Crusius, que hoje é uma grande amiga, foi quem mais me ajudou e liberou verbas para o IBGE. Olha, eu posso lhe dizer o seguinte: foi muito ruim, foi um período muito angustiante. Eu chegava em casa assim com sentimento de não ter feito nada, de que não ia conseguir fazer nada, o pessoal estressado, sem condições de ter sonhos para realizar grandes coisas. A minha preocupação, 24h por dia, era conseguir dinheiro, financeiro; porque tinha o orçamento e não tinha o financeiro.

E COMO MONTOU A SUA EQUIPE?

A turma que eu conhecia. Eu me lembro de que quando terminei a conversa, na sexta-feira, com o Marcílio, liguei para Jane Maria Pereira Souto de Oliveira e aí eu disse: “Jane, fui convidado, aceitei, vou tomar posse semana que vem; faz um jantar aí na tua casa que eu quero chamar Teresa Cristina e o Nascimento Araújo”, que era o Procurador-Geral [do IBGE] no tempo do Isaac e já estava aposentado. Aí, ela fez, e nós ficamos lá até a meia noite conversando. De lá, eu telefonei para a casa da Carmem de Jesus Garcia. Porque eu me dava muito bem com a Carmem. E a Carmem me fez poucas e boas. Eu saí do IBGE com uma mágoa dela imensa.

MAS O SENHOR LIGOU NAQUELE DIA PARA CHAMÁ-LA PARA A DIREÇÃO, FOI ISSO?

Para pensar com ela a área de indicadores econômicos. A Carmem me levou para visitar a sede dos “companheiros”, no dia que eu tomei posse

no Auditório do IBGE, no Complexo de Mangueira, e depois ela se virou contra mim; ficou assim, odiando. E eu fiquei muito magoado com essa história, porque eram pessoas que eu conhecia, eram as pessoas que eu dizia: “as meninas e os meninos do Isaac”, e muitas e muitos se viraram contra mim, até se negaram a me cumprimentar. Isso eu senti bastante. Então, por exemplo, o Diretor [de Planejamento e Coordenação], o Anníbal, na primeira greve, quando os companheiros disseram que ele não podia entrar, o Anníbal me ligou de casa e disse: “Eurico, eu não volto aí nem para pegar a lata de biscoito”. E foi aí que eu chamei o Djalma para ser o Diretor. Naquela época, o Presidente ainda tinha a prerrogativa de nomear Diretores, não precisava levar nomes a Brasília. Aí, houve aquela história, você sabe, e eu decidi: “Eu vou cortar o ponto desse pessoal”.

CORTOU O PONTO DOS GREVISTAS?

Na greve de maio e junho. Os cinco dias de maio eu cortei. Parece que até hoje não reverteram a decisão. Em junho, eu quis cortar. Mas a Jane Souto e a Teresa Cristina ponderaram: “Não, não faça isso, corta então 50% no máximo”. Cortei e a informação vazou. Nós tínhamos que ir ao local aonde funcionava o SERPRO [Serviço Federal de Processamento de Dados], no Ministério da Fazenda [Rio de Janeiro], para levar a listagem com os nomes para que se procedesse ao corte dos dias não trabalhados. Num sábado de manhã, quando o nosso pessoal foi levar o material ao SERPRO, encontraram uma barreira dos “companheiros” impedindo que nós entrássemos no prédio, aqui no Rio. Eu estava em casa, aí, me ligaram: “Não vamos sair ‘no tapa’, então voltem”. Eu só consegui cortar o mês de julho. Mas aí, como eles, os “companheiros”, viram que eu ia cortar mesmo, foram a Brasília. O José Gregori, que era o Chefe do Gabinete do Marcílio, muito jeitoso falou: “Eurico, não seja radical, vai cortar o ponto da garotada”. Eu falei: “Vem cá: tem que ter um fim esta baderna, porque senão eles vão tomar conta do IBGE”. E veio o “jeitinho”: “É, mas...”. E negocie: “Bom, mas aqueles dias que eu consegui cortar, aqueles de maio eu não volto atrás. Façam o que quiserem”. O IBGE voltou a trabalhar em agosto. Neste episódio me senti desamparado pelo Ministério, como aconteceu em episódios futuros, e o fato é que esse pessoal político tem medo de assumir responsabilidades e confrontar funcionários baderneiros, um movimento ideológico.

EM MARÇO, O SENHOR ENTROU NA PRESIDÊNCIA DO IBGE E DEPOIS DE DOIS MESES JÁ ENFRENTAVA UMA GREVE?

Final de maio começou a greve. Aí, ficou maio, junho, julho. Em agosto voltaram a trabalhar. Em abril e maio, entraram em greve de novo. E foi quando assumiu o Ministro [do Planejamento] Alexis Stepanenko, amigo do Itamar Franco; meu contemporâneo na PUC – ele no último ano de Sociologia e eu começando Economia. Então, como de praxe, mandei minha carta colocando o cargo à disposição, mas ele me manteve na Presidência. Contudo, dois meses depois, ele aceitou a carta e disse: “Você está com a cara de chateado?”. Eu respondi muito irritado: “Claro, você passa aqui dois, quatro, cinco meses como Ministro, me tira no momento que eu estou preparando um Censo e tentando arrumar a Casa. Tchau”. Saí da sala sem cumprimentá-lo, um boboca. Eu peguei um Censo complicado, porque o de 1990 foi realizado em 1991. Foi realmente um período muito difícil, com muito trabalho a fazer. Trabalho árduo, diuturno, com muita gente envolvida. Foi um período muito sofrido na minha vida, principalmente por eu gostar do IBGE. Imaginava que ia fazer coisas fantásticas, iria ficar ali 10 anos, e essas pressões políticas todas liquidaram com meus sonhos.

O SENHOR CONSIDERA QUE FOI INGÊNUO PENSANDO QUE, DEPOIS DE MAIS DE 10 ANOS FORA DO IBGE, IRIA ENCONTRAR A MESMA CASA, COMO NA ÉPOCA DO PROFESSOR ISAAC KERSTENETZKY?

Sim, eu fui ingênuo. E o que mais me chocou é que o espírito ibgeano, aquilo que os velhos funcionários, tipo o Edson Catete Reis, Elson dos Santos Mattos, que faleceu há pouco, Lyra Madeira, Speridião Faissol, Miguel Alves de Lima, esse espírito criado em torno de um ideal, moldando a mais importante instituição para um Brasil em processo de transformação e desenvolvimento, que é o IBGE, estava em descenso. Parecia mesmo ter desaparecido. Quando o Professor Isaac Kerstenetzky saiu, fui eu que falei na despedida em nome dos funcionários. Disse: “O IBGE é a consciência do Brasil”. Nós somos, com as informações que nós produzimos, cada vez mais amplas, cada vez mais confiáveis, e a gente pode responder por elas, nós somos a consciência do Brasil. O que nós somos como nação? Como é que nós estamos indo? Quais são as nossas perspectivas, as nossas possibilidades? Isso é o IBGE quem responde. Então, esse amor que eu presenciei no IBGE, como ideal de vida não existia mais, apenas raros vestígios em 1992, quando

voltei. Eu trabalhei em duas instituições na minha vida: a PUC do Rio de Janeiro e o IBGE. Lá, o ideal de uma universidade católica, com toda uma perspectiva cristã de trabalhar com a ciência, com as ciências humanas, ciências físicas; e aqui, por essa perspectiva histórica de fazer com que o Brasil, os brasileiros, a cidadania, tenham informações concretas, corretas, para planejar o seu futuro, com justiça, com democracia. Eu encontrei outra Casa quando retornei. Encontrei uma Casa sendo maltratada pelos políticos, por não liberar os recursos necessários. Uma Casa onde os bons técnicos, formados com nosso investimento, com mestrado, doutorado, com experiência de anos, estavam indo embora. Estavam procurando melhores empregos, pois os salários estavam se aviltando. Lá em 1978, nós conseguimos bons níveis salariais em relação ao mercado. Em 1992, estava uma miséria, uma situação aviltante. Eu via nas fisionomias das pessoas descrença, cansaço. Diziam, com raiva, os antigos funcionários: “Estou aqui, mas em dois, três anos, eu me aposento; não fico mais um dia”. A toda hora mudavam os Ministros, os parlamentares medíocres não se interessavam pelo IBGE. Só quem viveu aquela época do Governo Itamar pode entender o que estou dizendo, foi uma época muito difícil de trabalhar honesta e responsabilmente. Falava com os ibgeanos, alguns poucos, mais amigos, que me conheciam de outras eras, de outros lugares. Concordavam, me apoiavam, estavam ali ao meu lado. A maioria dizia assim: “Ah, um boboca, não sabe o que está fazendo, está sendo enganado, querendo nos enganar, com essa conversa emocional para cima de nós”. Isso me chocou muito. Depois, vocês tiveram aqui excelentes Presidentes; por exemplo, o Simon Schwartzman [1994-1998], uma pessoa brilhante, padrão Isaac Kerstenetzky. Então, graças a Deus, com essa turma, tenho a impressão de que houve uma recuperação do IBGE, e o IBGE novamente pôde ter esperança de alçar voo novamente. Hoje, vocês não imaginam – eu que estou lá no interior do Rio Grande do Sul – percebo a credibilidade que a Instituição tem, junto a agricultores, industriais, nas universidades. O IBGE tem um nome respeitadíssimo. Percebe-se um grande respeito pelo trabalho realizado pela nossa Casa. Quando vejo nos jornais as notícias desses levantamentos sobre o emprego, sobre a questão do índice de preços, sinto um orgulho imenso do bem que o IBGE está fazendo ao Brasil, à cidadania, uma reflexão honesta sobre as possibilidades do nosso futuro e a realidade do nosso presente.

NA OCASIÃO EM QUE O SENHOR FOI PRESIDENTE DO IBGE, O RIO DE JANEIRO SEDIU A ECO-92²⁵. QUAL FOI A PARTICIPAÇÃO DO IBGE?

Nenhuma. Para conseguir um crachá, para entrar e poder conversar com o Ministro Marcílio sobre a greve que estava em andamento, tivemos que pedir “por favor” ao Ministério. Emprestaram um crachá, para eu ir lá na Barra da Tijuca [bairro do Rio de Janeiro] porque tinha que falar com ele urgente, sobre a questão da greve. Estava disposto, no início, a enfrentar. Enfrentar com polícia, se fosse necessário. O Célio Borja era o Ministro da Justiça e o Marcílio o chamou. Nós três conversamos. Disse: “O IBGE, sendo uma instituição federal, eu não posso chamar os Fuzileiros Navais? Vocês não podem garantir a entrada, pois o problema é que tem uma barreira lá”. Fui ao Comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro e disse: “Coronel, eu quero desobstruir a porta para quem quiser entrar, já que muita gente não entra por isso”. Ele disse: “Mas eu não posso fazer isso”. Respondi: “Mas como o senhor não pode fazer, se eles estão na porta da Instituição, na Presidente Wilson [avenida no Centro do Rio de Janeiro], impedindo que as pessoas entrem. O senhor não pode garantir que as portas sejam abertas e as pessoas que quiserem entrem?”, e ele disse: “Não, só se ocorrer um tumulto”. Eu não tive dúvida: “O senhor quer que eu desça até à rua, saia ‘no tapa’, dê uns quatro bofetões, aí tem um tumulto, o senhor garante a entrada?”. Ao que então ouvi: “Bom, o senhor é quem sabe, o senhor é quem está na área”. Então, não se tem apoio da polícia, não se tem apoio da imprensa. Eu me senti desprotegido. Vocês não sabem o que era ficar naquele gabinete, o dia todo, sozinho. Tinha a minha secretária, eu, entravam uns dois ou três naquele prédio vazio.

EM SUA OPINIÃO, DE QUE FORMA AS GREVES DO IBGE PODEM AFETAR A IMAGEM DA INSTITUIÇÃO?

Muito. Na época, afetou. Vou contar um fato importante que esses irresponsáveis dirigentes sindicais não sabem: se não fosse o Ministro Marcílio segurar,

²⁵ A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, reuniu 180 Chefes de Estado para debater questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, um conceito relativamente novo à época. As discussões culminaram na elaboração de diversos documentos oficiais, dentre os quais se destaca a Agenda 21, um programa de ação que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. O termo “Agenda 21” foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o Século XXI. A Conferência é também conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra, por ter mediado acordo entre os líderes mundiais.

naquele final de julho de 1992, vingaria uma proposta que existia dentro do Ministério, com apoio da Presidência da República, de deixar o IBGE como uma instituição coordenadora geral e passar as pesquisas, pagando, para IBOPE, Gallup, DATAFOLHA. Essas conversas chegaram a progredir, e a toda hora essas empresas de pesquisa falavam que fariam mais barato os nossos censos e pesquisas, com condições mais expeditas. Foi o Ministro Marcílio que atendeu à minha argumentação. Disse: “Mas no mundo inteiro, organizado e decente, isso é uma função de Estado, não se abre mão da existência de um Instituto Nacional de Estatística; tem legislação específica, tem acordos assinados com a ONU [Nações Unidas]. Não é simplesmente por uma questão conjuntural, de um grupo de baderneiros que impede a entrada dos funcionários, que vai se passar atribuições do IBGE para o Gallup e o DATAFOLHA fazerem as pesquisas”. E o Marcílio disse: “Não, não, nem vou considerar essas coisas, o Eurico tem razão”. Mas esse pessoal levou o IBGE a uma situação de quase extinção, sendo mantida somente uma cúpula coordenadora.

FALOU-SE MUITO, NA OCASIÃO, QUE SE O SENHOR TIVESSE PERMANECIDO MAIS TEMPO, O SENHOR TERIA MUDADO A ESTRUTURA DO IBGE. QUAL ERA A SUA INTENÇÃO?

Repensei e escrevi isso, em ofício dirigido ao Ministro. O que propus foi o seguinte: voltando com a ideia de uma Diretoria-Geral, a Diretoria Técnica, a Diretoria de Informática, a Diretoria de Geografia – aí o nome era mais rebuscado, era Geografia, Meio Ambiente e Geociências –, e a Diretoria Administrativa. Para a Diretoria Administrativa, pensei no Elson Mattos, que me ajudou a redigir as cartas para o Ministro, inclusive distribuímos os DAS-5, DAS-4²⁶ e as justificativas. O Boa Nova logo disse: “Se for o Elson Mattos, eu acho que estou sendo preterido e não vou continuar”. Disse então: “Tudo bem, você iria ficar na área de Recursos Humanos, mas sintonizo mais com o Elson Mattos”. O Boa Nova foi muito correto. O Boa Nova, o José Nascimento Araújo, que era o Procurador-Geral, e o Elson Mattos, os três trabalharam comigo na redação das cartas ao Ministro sobre a reestruturação do IBGE e a criação dessas Diretorias. Para Diretor-Geral eu não tinha um nome fixo, também não tinha muito que escolher, ou traria de fora ou seria aquele grupo que estava ali à minha volta: a Jane Souto, a Teresa Cristina e o Djalma.

²⁶ Cargos de Direção e Assessoramento Superior.

O SENHOR FOI UMA PESSOA QUE INTRODUZIU NESSA CASA UM ELEMENTO IMPORTANTE COM A RESERVA DO RONCADOR E TROUXE PESQUISADORES IMPORTANTES. FOI UM PRECURSOR DOS ESTUDOS AMBIENTAIS, NA GESTÃO DO PROFESSOR ISAAC KERSTENETZKY, COM O ESTÍMULO QUE O SENHOR DAVA SEMPRE PARA O PROFESSOR SPERIDIÃO FAISSOL, QUE FOI UM DOS MAIS IMPORTANTES GEÓGRAFOS BRASILEIROS. COMO É QUE O SENHOR AVALIA A INTEGRAÇÃO DO G COM O E?

Isso é uma das coisas que sempre me preocupou. Eu moro numa área de proteção ambiental, inclusive com limitações no tamanho das construções. Da minha janela eu vejo uma mata de araucárias muito interessante, e tenho uma bela visão das montanhas. Ao mesmo tempo, estou no meu computador com as últimas notícias do Papa, as últimas descobertas da ciência, as últimas falcatuas na política, tudo ali aparecendo com um dinamismo enorme. Tenho absoluta convicção de que nós temos que voltar a pensar como os grandes generalistas do passado pensaram. Pessoas que são capazes de, na literatura, na filosofia, na política, justapor as ciências, a estética, a história, e fazer propostas viáveis, democráticas, libertárias, justas, para a organização e o funcionamento das sociedades no futuro. O mundo está acelerado. O que tem a ver isso com o IBGE? O Professor Isaac, o Paulo de Assis Ribeiro, o Faissol, eu e alguns outros concebíamos o IBGE como uma instituição sintetizadora, capaz de propiciar ao cidadão a base de informações necessárias para essa visão humanista de síntese – a pessoa humana na sua integralidade, com a informação mais importante. Então, um dado populacional puro e simples, deslocado do crescimento econômico, deslocado de um estudo do ambiente geográfico, toda história que transcorreu nessa ou naquela paisagem, com toda essa complexidade, mais a atividade econômica, mais os movimentos demográficos, tudo isso tem que ser visto de uma maneira só. Agora, sobre a questão ambiental, até o Papa [Francisco] vai sair com uma encíclica específica²⁷ sobre a questão do aquecimento da atmosfera, de um perigo evidente que põe em risco a existência da espécie humana, e a ONU está ecoando essa mensagem. Mas

²⁷ Para informações mais detalhadas, ver o documento: IGREJA CATÓLICA. Papa, 2013-, Francisco. *Sobre o cuidado da casa comum*: carta encíclica *Laudato si'*. Roma, 24 maio 2015. 187 p. Solenidade de Pentecostes. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

muitas pessoas estão dizendo o contrário: “Oh! isso é exagero, isso não vai acontecer”. Claro que vai acontecer, já está acontecendo. Desse modo, pressinto essa necessidade urgentíssima de grandes sínteses humanistas, desse mundo em rápida transformação. Isso, a elaboração de grandes sínteses interpretadoras da história, ocorre no isolamento do Gabinete, ocorre no grupo de amigos que se reúne, mas ocorre também porque existem instituições como o IBGE, que são instituições síntese de uma nação, que são capazes de dar aquelas informações que possibilitam a concretude das formulações intelectuais, para que não se fique numa elucubração puramente intelectual. A concretude do dado populacional, econômico, climático, geográfico, isso permite que a cidadania, exercitando a sua erudição, a sua experiência, faça essa síntese. Acredito que será em função dessas sínteses que nós vamos ter o fortalecimento dos regimes democráticos, justos, pacíficos, fraternos e solidários.

Entenda o que é a Reserva Ecológica do IBGE

A Reserva Ecológica do IBGE – RECOR, também conhecida como Reserva do Roncador, criada em 22 de dezembro de 1975, é um dos mais importantes centros de pesquisas do Bioma Cerrado e é mantida pelo IBGE. Possui uma área de 1 300ha, que foi doada ao Instituto pelo governo do Distrito Federal (gleba Roncador), em 1960, e se localiza a 26 km ao sul de Brasília. Por sua representatividade ecológica e integridade

ambiental, tornou-se componente importante do mosaico de áreas protegidas da capital (zona de vida silvestre da Área de Proteção Ambiental Distrital Gama e Cabeça de Veado e da Área de Proteção Ambiental Federal do Planalto Central, bem como zona nuclear da Reserva da Biosfera do Cerrado – Fase I), cujo patrimônio ambiental confere proteção à área urbana tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade²⁸.

EM SUA OPINIÃO, ESSE É O MAIOR DESAFIO DO IBGE?

Sim, claro. Aqui, nesta Instituição, precisaríamos ter pessoas que tenham essa sensibilidade. Isso tudo começa a partir desse sentimento da família ibgeana, quer

²⁸ Para informações mais detalhadas, consultar: RIBEIRO, M. L. (Org.). Biodiversidade terrestre. In: _____. *Reserva ecológica do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. v. 1. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249522>>. Acesso em: fev. 2016.

dizer, nós estamos fazendo alguma coisa diferente, diferente de todas as demais instituições do Brasil. Não estou dizendo estatística, não. Estatística é um método. São os geógrafos com outros cientistas sociais, com demógrafos, com sociólogos, com economistas que trabalham juntos com a perspectiva do todo nacional. Então, no IBGE, penso que falta, pode ser que eu esteja errado, gente como o Isaac, o Anníbal Villela, o Speridião Faissol. Falta recuperar essa turma que pensava grande, que era capaz de visualizar o mundo, de sentir as necessidades da humanidade e fornecer todas as informações, as mais variadas, atuais e fidedignas, que permitam melhor visualizar e compreender o todo humano.

O SENHOR GOSTARIA DE TER FICADO MAIS TEMPO NO IBGE?

Ficar eu sempre fiquei, desde março de 1970. Tiraram-me do cargo, mas eu estou aqui com vocês, lado a lado, sempre.

O SENHOR FALA COM MUITA EMOÇÃO SOBRE A INSTITUIÇÃO.

COMO O SENHOR EXPLICA ESSA MÍSTICA IBGEANA?

Tenho a impressão de que o IBGE, não sei hoje, mas assim era no meu tempo, se traduz mais fortemente naquele pessoal do interior, naqueles Agentes de Coleta. E vejam que passei em 225 Agências de Coleta, e não foi assim só de passar, coisa do tipo “oi, tudo bem?”, não, mas sim de dormir no município, porque fazia questão de ir e de conhecer com profundidade. O Isaac tinha uma frase que dizia com frequência: “A Rede de Coleta é a espinha dorsal da Instituição”. Ele dizia isso a toda hora, e eu continuo repetindo. Vou [como aposentado] lá em Caxias [do Sul, no Rio Grande do Sul], todo ano, provar que eu estou vivo. Mês de outubro vou lá e o Agente de Coleta me recebe. Em 1971, a Agência de Coleta de Caxias tinha uns 50 funcionários, e hoje tem três ou quatro apenas. Usam uns mecanismos portáteis [PDAs] para a coleta de dados. As informações são transmitidas de imediato aqui para o Rio de Janeiro, onde são computadas, criticadas e totalizadas. Para mim, é um negócio fantástico. Eu ainda sou do tempo da caneta BIC e dos questionários sendo preenchidos. Então, vejo nesse pessoal amor pelo que fazem, ganhando mal, com péssimas condições de trabalho, sem ar-condicionado, mas eles sabem da importância das informações que estão coletando. Talvez não sejam capazes de explicitar essa lógica, essa racionalidade, essa concatenação de ideias, mas eles sentem que estão fazendo algo importante, que estão fazendo algo que está somando para o conhecimento do Brasil. E nós, brasileiros todos, nos conhecendo mais, somos mais e estamos

prontos para aquela que eu disse que talvez seja a grande missão do IBGE no futuro, esse poder de síntese, quer dizer, uma informação que é síntese de várias informações, demográficas, econômicas, meio ambiente, geodésia, entrelaçar isso tudo e dizer “Nós somos isso”. E eu sinto que o pessoal mais simples, o Agente de Coleta, os servidores mais simples, que estão lá no interior fazendo com que a máquina opere, eles têm esse sentimento. Então, aqui na Sede, no Rio de Janeiro, nós temos que ter Dirigentes, nós temos que ter pessoal muito bem formado, bem formado intelectualmente, bem formado e com experiência, para levar para essa juventude ibgeana essa visão da Instituição e preservar esta mística que anima a Casa há décadas a permanecer com seu mais precioso fundamento. Seu mais precioso alicerce. Na despedida do Professor Isaac, discurssei saudando o amigo que tinha sido mandado embora, disse que ele transformara o IBGE na consciência do Brasil. É uma verdade que todos entenderam e ninguém discordou. Isso é a mística ibgeana, isso é o que eu sinto, aquela convicção de que estamos fazendo algo muito importante, não estamos simplesmente trabalhando uma rotina, que nos obrigam a fazer para ganhar um salário no final do mês. Nós estamos fazendo algo muito importante para a construção do futuro do Brasil. É isso.



Foto: Livia Inglesis Barcellos



SILVIO MINCIOTTI


*Digo mais: se você não disseminar, é tolo produzir.
Produzir para quê? A disseminação é que dá sentido à produção.*

1993 1994

Silvio Augusto Minciotti nasceu em São Paulo, em 24 de novembro de 1947. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP, em 1972, com mestrado e doutorado concluídos na mesma Universidade, em 1986 e 1993, respectivamente. Atualmente é professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, antigo Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul - IMES, onde foi Diretor-Geral e Reitor, tendo criado o INPES, um instituto de pesquisa aplicada nas áreas socioeconômica e de estratégia empresarial, com foco, também, na área de

marketing. Essa era e é sua especialidade, nela atuando como professor e consultor, com ampla produção acadêmica sobre o tema.

Em sua curta gestão (10 meses), deu ao IBGE uma inigualável contribuição: conseguiu apaziguar os exageros sindicais. Com incrível paciência e habilidade, fez um sem-número de reuniões com aquelas lideranças, chegando a passar madrugadas em conversações. E, para além dos diálogos, conseguiu promover um reajuste nos salários, atendendo a grande demanda do Sindicato, tudo o mais sendo secundário. Esteve sempre aberto a conversas, não raro sem prévia agenda, e era hábil em levá-las.



Uma proposta de mudança através do *marketing*

O ano de 1993 mal começou e o País se voltou para dois acontecimentos importantes na área política. O Governo Itamar Franco (1992-1994), cumprindo com o previsto na Constituição Federal do Brasil, de 1988, realizou um plebiscito sobre a forma e o sistema de governo no Brasil. A consulta popular ocorreu em 21 de abril de 1993, e o resultado das urnas confirmou a preferência da população pela permanência da República Presidencialista. Ainda na área política, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI para investigar denúncias de corrupção envolvendo irregularidades no orçamento da União. A CPI revelou um esquema de corrupção que ficou conhecido como o caso dos “Anões do Orçamento”, nome atribuído a um grupo de parlamentares – a maioria sem expressão na política nacional – envolvidos em fraudes com recursos do Orçamento da União, visando o favorecimento de Governadores, Ministros, Senadores e Deputados.

Nesse período (1993), Silvio Minciotti assumiu a Presidência do IBGE, a convite do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, Alexis Stepanenko. O governo

buscava um profissional de *marketing*, presumindo que os problemas do IBGE estavam na falta de um *marketing* institucional. Eis como narra sua relação com o Ministro, conforme *e-mail* em resposta a Nelson de Castro Senra¹ :

Meu relacionamento com o Ministro Alexis Stepanenko originou-se de convívio na FEA/USP e no antigo IMES, atual Universidade Municipal de São Caetano do Sul, entidade que eu dirigia e na qual implantara um Centro de Pesquisas, que acabou tornando-se uma referência regional importante. Vale ressaltar que, chamou a atenção do Ministro, o fato de que, apesar de ser pública (municipal) eu havia alcançado uma receita própria que liberava a instituição da dependência de recursos públicos.

O Ministro tinha dois propósitos ao me convidar para assumir a presidência. Um deles, o mais imediato, dizia respeito à gestão administrativa do IBGE, que vinha sendo comprometida pelas sucessivas greves que vigoravam à época, numa frequência inaceitável, comprometendo o andamento normal dos trabalhos e abalando sua imagem. A outra intenção era conferir ao IBGE uma menor dependência financeira do Tesouro Nacional, possibilitando-lhe condições de garantir a continuidade da execução de seus projetos de pesquisa e obtenção de equipamentos e demais recursos necessários à disseminação dos resultados, bem como o aprimoramento dos processos administrativos.

O objetivo da maior autonomia financeira não era um evento mutuamente exclusivo em relação aos outros problemas que o IBGE apresentava. Porém, é inegável que se fosse possível conseguir recursos financeiros para garantir a execução do programa de pesquisas, a solução dos demais problemas seria facilitada (MINCIOTTI, 2007).

Em 15 de junho de 1993, Silvio Minciotti tomou posse no Auditório da Presidência do IBGE, no Rio de Janeiro. Coube a Edson de Oliveira Nunes, uma espécie de Vice-Ministro do Planejamento (cargo inexistente formalmente), dar-lhe posse, em nome do Ministro-Chefe Alexis Stepanenko.

No discurso de posse, o novo Presidente falou de “tradição e potencial”, vale dizer, o passado histórico e um futuro brilhante a ser construído. Ao falar do passado, destacou Mário Augusto Teixeira de Freitas, Giorgio Mortara e

¹ O ex-Presidente respondeu a um questionário sobre pesquisa histórica que lhe fora enviado em 29 de março de 2007. Essa troca de *e-mails* encontra-se disponível na Memória Institucional do IBGE.

Isaac Kerstenetzky, e os citou para, por eles, “homenagear todos os abnegados, e [que] não foram poucos, que dispuseram seu talento e dedicação para que o IBGE pudesse se consolidar ao longo dos tempos”, dando conta de sua missão, a de “retratar as múltiplas facetas da realidade do país” (MINCIOTTI, 1993, p. 1).

Como eu dizia no início, gostaria que minha fala se concentrasse na tradição e no futuro brilhante do IBGE. Se não existe dificuldade em nos reportarmos ao passado e à tradição deste órgão, o mesmo não se pode dizer quanto à certeza de seu futuro brilhante [...] Recentes estudos analíticos elaborados pelo IBGE demonstram que atualmente o próprio cumprimento de sua missão institucional está comprometido basicamente por quatro conjuntos de fatores: 1) deterioração crescente do salário de seu corpo funcional; 2) tratamento diferenciado em planos de carreira e gratificações; 3) cortes e restrições orçamentário-financeiras; 4) frequência e duração das greves (MINCIOTTI, 1993, p. 1).

Especialista em administração, julgou que as soluções a serem propostas deveriam ser precedidas de análises das diversas tentativas anteriores, passando pelos fracassos e sucessos, e mais, sem perder de vista as condições vigentes no País, a exigirem adaptações. Nessa linha, por serem chave, focou as questões das greves e das restrições orçamentárias.

Na análise do que se tentou fazer, notamos que as frequentes greves, apesar de legítimas, quando se referiam aos problemas específicos do órgão, não surtiram o efeito desejado. Os 161 dias de paralisação, somente no período 1990-1992, contribuíram para abalar significativamente a credibilidade do IBGE contra poucos resultados positivos efetivos.

A relação custo/benefício dessas paralisações conseguiu desfavorecer tanto a instituição quanto aos funcionários até por que nós todos somos a própria instituição. Face a nossa inconstância na geração das informações a sociedade vem desenvolvendo formas alternativas para suprir a ausência dos serviços do IBGE.

Se voltarmos nossa análise para o momento atual, podemos perceber que em função da política restritiva traçada para o orçamento da União, dificilmente conseguiremos verbas suplementares que não estejam justificadas por imposições legais (MINCIOTTI, 1993, p. 2).

Com esse olhar e tendo em mente esse quadro de referências, Silvio Minciotti manteve (num primeiro momento) o mesmo Conselho Diretor e formulou sua proposta de trabalho em quatro pontos:

- 1) Estar disponível para, em conjunto com os funcionários do IBGE e suas lideranças, encontrarmos soluções efetivas para os nossos problemas já pendentes ou ainda emergentes;
- 2) Desenvolver novas fontes de receitas não orçamentárias, por meio da comercialização de conjuntos de informações que possam utilizar de forma superavitária o enorme banco de dados e a própria infraestrutura que o IBGE possui. O público-alvo dessa ação seriam as empresas industriais, comerciais e de serviços. Sabidamente carentes de informações estruturais para subsidiar seus processos de tomada de decisão;
- 3) Estimular a elaboração de convênios com organismos nacionais e internacionais de apoio à pesquisa e acordos de cooperação técnica com organizações similares;
- 4) Recuperar a imagem positiva com a qual o IBGE sempre foi identificado pela opinião pública, pois somente uma instituição reconhecida como séria, competente e útil poderá ser respeitada e levada em conta em suas reivindicações.

Esses são os tópicos principais que nortearão em curto prazo minha conduta na coordenação das atividades do IBGE e para o atingimento dos quais conto com o esforço de todos.

Com o desenrolar de nossas atividades e com o que eu vier a aprender durante o convívio diário com a realidade do IBGE, certamente novos objetivos serão traçados e novos programas de ação serão desenvolvidos (MINCIOTTI, 1993, p. 3-4).

O primeiro ponto evoluiu a contento, os ânimos grevistas se acalmaram, e, por sua ação, logo houve uma revisão dos salários, o que ajudou bastante; sua paciência em conversar, vale dizer, negociar, varando madrugadas, foi um destaque nobre. O segundo (receitas) e o quarto (imagem) pontos deram o mote à gestão, qual seja, a realização de mudanças por meio de visão e ações de *marketing*. O terceiro ponto, de certa forma, também se alinhava à proposta de mudanças pelo *marketing*; no seu cerne não era nada novo, já que era prática da Instituição negociar e firmar acordos de mútua cooperação, mas em geral não os fazia para angariar orçamento. Por fim, vale notar que no

quarto ponto estavam implícitas as noções de credibilidade (técnico-científica, de dentro para fora) e de legitimidade (sociopolítica, de fora para dentro), pilar síntese das instituições estatísticas.

Seguindo o discurso, fez menção ao Ministro-Chefe Alexis Stepanenko, aos seus planos para o IBGE no contexto do Ministério. Teceu elogios a Eurico de Andrade Neves Borba, “a quem tenho a honra de substituir, rendendo minhas homenagens de reconhecimento pela maneira dedicada com que desempenhou suas funções à frente do IBGE”. E, por fim, dirigiu palavras de animação e idealismos aos funcionários, com quem devia contar:

Os planos do Ministro Alexis Stepanenko para a SEPLAN pedem um IBGE forte, ágil e competente. É assim que seremos porque o planejamento de um novo Brasil pede isso. Nós saberemos cumprir nossa parte, certos de que o governo e as instituições políticas saberão cumprir as suas, dando ao IBGE o tratamento de que necessita, merece e com o qual ainda não foi contemplado.

Aos funcionários do IBGE quero dizer que tenho muita honra em integrar o vosso time. Tenho muito respeito por vossa competência técnica. Saibam que venho com muita disposição para o trabalho duríssimo que teremos de enfrentar. Conto com o vosso apoio para atingirmos os objetivos propostos e contem comigo para que possamos, com dedicação, criatividade e competência, encontrar soluções para os graves problemas que nos afligem. Estou muito motivado para a tarefa que nos espera e quero compartilhar com todos essa motivação. Sei que os problemas são grandes, porém só serão maiores do que nós se nos curvamos diante deles e isso não vamos fazer (MINCIOTTI, 1993, p. 3).

A ideia de que as instituições estatísticas poderiam conseguir recursos próprios, libertando-se do orçamento público, hoje parece bastante descartada, mas, então, era dada como a saída para as crises das contas públicas, quando se buscou reduzir ao máximo os Estados. As instituições estatísticas (nacionais ou intranacionais) que abraçaram essa concepção tornaram-se vulneráveis e se desvirtuaram profundamente. Os ganhos advindos das vendas de produtos, impressos ou eletrônicos, é irrisório, em especial com a Internet hoje em dia; a venda de serviços sob medida, reusando as bases de dados, supõe um corpo de técnicos com capacidade de consultoria, o que quase inexistiu; e mais, significa um completo redesenho da disseminação – a geração

de novas bases de dados via novas pesquisas, em resposta a demandas específicas, tem tudo para tumultuar o programa estatístico.

Ademais, não resta dúvida alguma que compete aos Estados tratarem da geração das estatísticas públicas e oficiais, ficando as demais a cargo da (hoje) enorme indústria produtora de estatísticas. Por fim, há que se dar atenção à imagem das instituições estatísticas, fazendo-se um *marketing* institucional, e isso é realizado por uma disseminação generalizada, no que a Internet ajuda muito, e no que os espaços na imprensa são excelentes, atingindo as grandes massas. Hoje, como nunca, o nome do IBGE está nas mentes e no coração dos brasileiros. Não resta dúvida que Silvio Minciotti, cedo ou tarde, perceberia essas especificidades e ajustaria suas percepções e perspectivas.

Respondendo, por *e-mail*, o questionário enviado por Nelson Senra, Silvio Minciotti assim falou:

A proposta que se apresentava era aplicar Marketing nos processos de troca que o IBGE mantinha com seus diversos públicos, como, aliás, é o entendimento clássico acerca das aplicações de Marketing. Entre os públicos com os quais o IBGE mantinha relacionamento destacavam-se: os usuários de nossas pesquisas no campo acadêmico, no campo empresarial, entidades/instâncias governamentais, outros produtores de dados e informações, parlamentares, imprensa e o público interno, principalmente. Assim, teríamos aplicações institucionais de Marketing, bem como outras voltadas à geração de receita a partir da comercialização de nossos produtos e serviços, particularmente, para as empresas que se utilizavam deles com finalidades lucrativas, as quais passariam a remunerar o IBGE por esse atendimento. Os usuários acadêmicos, bem como aqueles ligados aos órgãos de governo, continuariam tendo acesso livre e não oneroso à nossa produção. Vale lembrar que a comercialização não se destinaria aos resultados de pesquisas tradicionalmente divulgados e disponibilizados em nossas publicações ou, atualmente, no sítio do IBGE na Internet. A intenção era agregar valor às nossas pesquisas, atendendo demandas específicas através da combinação das diversas pesquisas que realizávamos [...]

Estou convencido de que a implantação da filosofia de Marketing no IBGE, como em qualquer outro órgão governamental, pede muito tempo de maturação. Eu me lembro do dia em que o Djalma [então Diretor-Geral], até então cético em relação à minha proposta, tendo voltado de um congresso internacional, entrou na minha sala e entusiasmado contou que um técnico

de um Instituto congênere de outro país (não me lembro de qual) havia apresentado um trabalho propondo exatamente o que sugeríamos. O título desse trabalho era qualquer coisa parecida com: “Como um órgão oficial pode vender informações sem vender a alma”². Foi quando percebi que estava me comunicando errado com a comunidade interna: apresentava minhas ideias verbalmente a um público acostumado a ler *papers* acadêmicos. Infelizmente, não houve tempo para reverter (MINCIOTTI, 2007).

O último parágrafo de sua resposta é interessante em vários aspectos. Primeiro, pela afirmação das dificuldades em implantar uma “filosofia de *marketing*” num órgão público; e talvez ainda maior, no IBGE, habituado, havia muito tempo, com seus vínculos com recursos públicos; mesmo em países onde o tema foi pensado e implantado, ainda há muito que fazer. Segundo, pela percepção implícita de que vivíamos, em boa medida, distantes do andar do mundo das instituições estatísticas, vale dizer, a Internet era precária no Brasil, mais ainda no IBGE, e a ida dos técnicos a congressos e seminários internacionais era mínima, de modo que foi preciso a presença do Diretor-Geral em um desses congressos para, tendo a sorte de ter sido pauta aquele assunto, poder trazer uma reflexão externa. Terceiro, a percepção de ser acadêmico o ambiente reflexivo da Instituição, donde resultando que deveria ter posto suas ideias para a Casa de outra forma, ou seja, o *script* que valia para os empresários não valia para os ibgeanos; quem quer que lhe tenha assistido dissertar sobre *marketing* saía, ao mesmo tempo, admirado com sua erudição e experiência, e atônito, sem saber como levar e transpor aquelas ideias para o cotidiano institucional, o que bem justifica as substituições nos comandos da Diretoria-Geral e do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI. Contudo, não houve tempo para que os novos dirigentes mostrassem serviço e fizessem a devida “virada” na Instituição.

Três pontos de sua gestão merecem destaque: um projeto de se estudar os órgãos estaduais e municipais integrantes do Sistema Estatístico Nacional, tentando dar-lhes um perfil, que Jane Maria Pereira Souto de Oliveira³

² Trata-se do estudo: THYGESEN, L. *Comercializando estatísticas oficiais sem vender a alma*. Tradução Djalma G. c. Pessoa. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 18 p. (Relatórios técnicos. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n. 8). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23999.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

³ Chefe de Gabinete do IBGE, no período de 1992 a 1994.

conduziu (não concluído, infelizmente); uma síntese de números essenciais distribuída aos Parlamentares, em forma de *folder* – bonito, mas de difícil edição e de complexa atualização; e o lançamento, finalmente, do periódico *Mercosul: Sinopse Estatística*⁴, em solenidade presidida pelo Chanceler Celso Luiz Nunes Amorim, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, coroando o trabalho iniciado na gestão de Eduardo Augusto de Almeida Guimarães.

Os recursos financeiros passaram a ser liberados com certa regularidade. As greves não mais ocorreram, seja porque houve reajustes salariais, seja porque o Presidente dava aos sindicalistas muito de seu tempo e sempre mais tempo de discussão, não raro para coisa nenhuma. A inflação debelada ajudou a desfocar os olhares dos índices de preços, passando-se a ver outras estatísticas, o que deu ao IBGE uma atenção ampliada.

Finalmente, o Governo Itamar Franco achou rumo. Com o Plano Real sob inspiração dos economistas, entre os quais o antigo Presidente do IBGE, Edmar Lisboa Bacha, e sendo a equipe dirigida pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, deu-se fim a anos de sofrimento inflacionário.

Silvio Minciotti retirou-se da Presidência do IBGE voluntariamente. Deixou a função atraído por uma candidatura à Câmara Federal, a convite de Mário Covas, então Governador do Estado de São Paulo. Candidato a Deputado Federal, faltaram-lhe 3 000 votos para alcançar posição na Câmara. Daí, então, afirmar que sua decisão foi acertada, que estava no caminho certo. Contudo, sopesando as razões de sua escolha para o cargo, não deixa de avaliar positivamente sua passagem pelo IBGE, no que tem certa razão – de um lado, apaziguou os ânimos exaltados, mas, de outro, não conseguiu implantar o propósito de *marketing*, motivo talvez maior de sua escolha.

⁴ O fascículo inicial foi publicado pelo IBGE em 1993; o segundo, pela Argentina em 1996; e o último, de número 3-4, pelo Uruguai em 1999.

Entrevista realizada em 8 de maio de 2015, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, no Rio de Janeiro⁵

COMO O SENHOR SE TORNOU PRESIDENTE DO IBGE?

Foi fruto de um momento que vivia o IBGE, muito tensionado por questões de greve, uma relação difícil entre a Direção e a própria ASSIBGE⁶. Então, eu fui convidado para assumir com intuito de, num primeiro momento, estabelecer uma relação positiva, criar condições operacionais favoráveis e assim devolver normalidade ao dia a dia do IBGE. Foi um convite feito em condições muito urgentes. Eu tive muito pouco tempo para poder decidir. Acho que não demorou 48 horas essa decisão.

O SENHOR FOI CONVIDADO POR QUEM?

Pelo Ministro Alexis Stepanenko. Ele era professor na época também e atuava na USP, em alguns cursos. Ele conheceu um pouco o trabalho que nós fazíamos no Instituto Municipal de Ensino Superior [IMES] que, hoje, é a atual Universidade Municipal de São Caetano do Sul [USCS]. E lá nós introduzimos e criamos o Instituto de Pesquisa [INPES], sendo que ele se impressionou com a forma como as coisas eram conduzidas ali. O Ministro achou que eu talvez pudesse dar uma contribuição. Mas a minha vinda teve um compromisso muito grande com o aspecto administrativo, gerencial do IBGE, muito mais do que com uma proposta técnica ou alguma coisa que pudesse estar vinculada ao dia a dia das pesquisas que o IBGE fazia. Então, esse era o grande problema que nós precisaríamos superar, e, com o esforço de todos, com muito empenho de todo mundo, foi possível conseguir.

ALÉM DE APAZIGUAR O AMBIENTE QUE A CASA VIVIA, QUAL ERA O PROPÓSITO DO MINISTRO AO CONVIDÁ-LO PARA O IBGE?

Era tentar identificar também maneiras, tal qual foi feito no Instituto de Pesquisa da Universidade, para que nós pudéssemos complementar a própria receita do IBGE.

⁵ A citação simplificada dos nomes próprios foi mantida no corpo da entrevista, de modo a preservar a leveza de seu conteúdo original. Em caso de dúvida com relação à menção de algum personagem, sugere-se consultar a lista de nomes completos, ao final da publicação.

⁶ Em sua evolução histórica, a Associação dos Trabalhadores do IBGE - ASSIBGE deu origem à atual ASSIBGE Sindicato Nacional.

Uma visão um pouco mais mercadológica no trato das relações entre a atividade operacional do IBGE e aquela atividade industrial e empresarial, que poderia se utilizar das atividades da Instituição de forma a gerar, para a Fundação IBGE, um recurso financeiro adicional importante. Porque, na época, a dependência do orçamento em relação à União era total, como sempre foi a vida do IBGE. Era um problema e sempre incomodou muito; faltava verba. Então, esse seria um outro propósito. Essa ideia não vingou, ela não prosperou. Acho até que há bons motivos para que ela tenha sido rejeitada, na época, ou pelo menos, arrefecida. Realmente, não tenho segurança absoluta se ela seria boa, mas era algo que talvez nós pudéssemos ter pensado um pouco mais: a possibilidade de criarmos uma atividade que agregasse valor aos serviços que o IBGE presta, gerando alguma receita adicional. Mas acabou não evoluindo; a coisa realmente não encontrou respaldo, e certamente devia ter bons motivos, porque senão ela teria prosperado. Mas o que acabou concentrando muito da minha ação mesmo foi o trabalho de abrandamento das relações do IBGE, a retomada frequente das atividades e a conquista de recursos para o IBGE, que era carente disso. E eu não sei se era até por causa das atividades interrompidas frequentemente. Enfim, o IBGE tinha dificuldades para obter recursos e conduzir seu dia a dia. E isso também demandou muito esforço. Enfim, acho que a gente conseguiu caminhar um pouco nesse sentido.

NAQUELA ÉPOCA, QUAL A VISÃO QUE O SENHOR TINHA DO IBGE?

Eu achava o IBGE importante? Lógico. Mas não na dimensão que eu aprendi aqui. O IBGE tem duas coisas que são relevantes: a amplitude dos seus trabalhos, de suas pesquisas; e a possibilidade do georreferenciamento dos dados. Essa é outra virtude que, felizmente, o IBGE tem desde a sua origem. Mas, além dessa amplitude, eu vim descobrir na plenitude, aqui, que o IBGE tem também um corpo de técnicos e funcionários extremamente envolvido com a Instituição. E isso ampliava toda a potencialidade que o IBGE poderia ter. Em condições normais, o domínio de uma certa metodologia de pesquisa, na geração de um índice ou na geração de um estudo qualquer, talvez já fosse suficiente. Só que isso era feito com muito empenho e me impressionou muito. Eu assumi com a equipe que eu encontrei e a mantive. E tive bons motivos para mantê-la, porque percebi que era uma equipe competente, que não representava nenhum problema. Ao contrário, ela poderia ser uma solução, se tivesse condições de trabalho, não é? Pouco provável que eu encontrasse alguém em condições muito melhores que aquelas que já existiam aqui. Pessoas que conheciam a Casa e

conheciam seus defeitos. Enfim, havia problema, mas era natural que existisse. Então acabamos optando por manter a mesma equipe.

O SENHOR TEVE ALGUMA INDICAÇÃO PARA OCUPAR QUALQUER CARGO NA CASA?

Tive algumas indicações, mas as indicações tinham uma conotação política muito forte, e não me parecia que era coerente com o discurso que eu trazia para a Casa. Eu estava trazendo uma proposta de empenho de todos, do IBGE se consolidar com um objetivo comum de vida para todos que trabalhavam aqui. Eu percebi que isso existia, mas apenas precisava ser consolidado. E seria muito incompatível você atender a uma demanda política e trazer alguém que não teria o respaldo técnico ou não teria o reconhecimento adequado, compatível para ocupar um cargo. Então, eu acabei rejeitando um pouco essas insinuações e, com o tempo, as coisas se acalmaram.

O SENHOR NÃO ATENDEU NENHUMA INDICAÇÃO?

Não. A única pessoa que eu trouxe, trouxe porque era de minha confiança pessoal, era alguém que eu sabia que tinha compatibilidade com aquele cargo e poderia ajudar no momento em que o Professor Djalma resolveu voltar para a ENCE [Escola Nacional de Ciências Estatísticas]. Então, nesse caso, eu trouxe uma pessoa, mas de meu convívio, de minha relação. Foi o Maurício de Souza Rodrigues Ferrão⁷.

NO SEU DISCURSO DE POSSE, O SENHOR FEZ MENÇÃO A TEIXEIRA DE FREITAS, A GIORGIO MORTARA, A ISAAC KERSTENETZKY. ISSO É MUITO RARO. COM QUEM O SENHOR CONVERSOU PARA LHE ADVERTIR SOBRE ESSES NOMES?

A biblioteca é um bom momento nessa hora. Então, eu me recolhi e fui buscar a bibliografia que eu tinha disponível, para poder entender um pouco da história do IBGE. Realmente, o tempo foi muito curto. O que eu consegui foi, na Biblioteca da Universidade, levantar dados, enfim, o que estivesse disponível, para poder entender um pouco melhor e poder fazer lembrança aos fundadores. Porque eu sempre, por um entendimento pessoal, acho que deve ser valorizado todo aquele esforço que consegue tirar uma ideia do plano do pensamento e transformar em realidade. Então, os que conseguem isso,

⁷ Ocupou a Diretoria de Planejamento e Coordenação, no período de outubro de 1993 a julho de 1994.

conquistam respeito, mesmo sem que os conheça. Eu não preciso conhecer a pessoa para saber o quanto é difícil tirar uma ideia desse plano virtual e trazer para o plano real. E esses nomes fizeram isso. Então, era necessário que a gente tivesse isso como uma inspiração. Por quê? Porque a partir do momento que a gente vê os valores do passado, reforça as decisões do presente, serve de balizamento. Eu não conhecia o IBGE na plenitude dele, realmente não conhecia. E, de repente, eu comecei a procurar e vi que tinha uma dimensão fantástica, e aí me ocorreu que seria importante lembrar aqueles que fizeram esse esforço.

O SENHOR ENCONTROU, NA ÉPOCA, UM IBGE MUITO DESGASTADO, COM FREQUENTES GREVES. COMO CONSEGUIU MANTER A NORMALIDADE DO TRABALHO?

Logo que cheguei a Brasília, nos momentos que antecederam à posse, eu era apresentado como futuro Presidente do IBGE. As pessoas me olhavam assim como quem diz “Puxa vida, que Nossa Senhora do Bom Parto lhe dê uma boa hora”, como diria minha avó, “Que você tenha sorte”. Enfim, eu imaginava que teria problemas. Quando cheguei aqui, porque houve uma posse em Brasília, e depois uma posse aqui, havia um corredor de funcionários. Não foram agressivos, absolutamente, mas estava lá um corredor, e tive que passar por ele. Eu já tinha tido um contato com representantes da ASSIBGE, em Brasília. Eles foram até mim, me conhecer, saber um pouco o que eu pensava. E aí eu vou fazer um parêntese, pois houve uma situação de muita riqueza pessoal. Eu estava conversando com esses representantes da ASSIBGE, e eles queriam saber qual era o meu vínculo político, quem me apadrinhava e me dava sustentação política. E eu informava que eu não tinha, e, de fato, não tinha. A minha indicação foi feita diretamente pelo Ministro, que me conhecia pessoalmente e ponto final. Naquele momento, eu não era filiado a partido nenhum. E eles insistiam: “Não, mas o senhor deve ter alguém. Não é possível que não tenha”. Depois de muita insistência, e eu negando, um olhou para o outro e falou: “Estamos com problemas”. Aí, eu fui entender: se eu não tinha ninguém que me desse suporte político, como é que eu poderia resolver os problemas do IBGE? Essa foi uma lição fantástica que eu aprendi com eles. Bom, até então, eu entendia que não ter o vínculo político seria bom. E eles tinham uma visão muito objetiva: “Não vai dar certo, porque como é que ele vai conseguir atender os nossos pleitos, se ele não tem uma força política”. E, no fim, até que foi possível conduzir. Mas, na nossa primeira reunião com a Diretoria, me apresentei, conversamos um pouco, e, ato contínuo, fizemos uma reunião com a

ASSIBGE. Durou umas oito horas. Marcamos outra reunião no dia seguinte. Foram dois dias e meio de reuniões com a ASSIBGE. Eles tinham uma pauta incrível, e nós fomos discutindo item por item. Muitos deles era preciso negar, porque não havia condições. Eu tive uma assessoria muito importante do Sérgio Boa Nova⁸; foi de grande valia, reconheço isso. Então, nós fomos discutindo. O que não era possível, eu explicava que não era, dizia que não e por que não. E identificando o que era possível, elencamos o que era digerível; fui pra Brasília e tentei resolver essas pendências.

O SENHOR BUSCOU APOIO EM BRASÍLIA?

Aí, sim, lógico. Nós tínhamos uma dependência de Brasília para acertar as coisas. O que não era feito, deixava de ocorrer, não porque no IBGE não se queria ou a vontade de alguém impedia que se fizesse. Não. É porque havia impedimentos, ou de natureza legal, ou de natureza orçamentária, que necessitávamos de Brasília. E eu tive muito apoio do Ministro para conseguir resolver grande parte dos problemas. E aí, pouco a pouco, se estabeleceu uma relação de confiança. Foi mais uma demonstração de que o diálogo e o convívio são bons. O convívio aproxima os diferentes, aproxima as posições. Porque desse convívio, desde que seja conduzido com franqueza, as pessoas se conhecem e começam a perceber os limites que cada um possa ter. Então, eram reuniões frequentes. E, para não atrapalhar meu dia a dia, eu marcava essa reunião no fim do expediente. Chegou um momento que eles pediram: “Olha, vamos marcar essas reuniões durante o expediente, pois está difícil; o senhor não tem família aqui, mas eu tenho”, porque eu estava sozinho no Rio; naquela época minha família estava em São Paulo ainda. Então, aconteceram muitos contatos, muito convívio, e se estabeleceu uma relação de muito respeito. E aí conseguimos superar os problemas; pouco a pouco, eles foram vendo as impossibilidades, e foram muitas, nós fomos vendo o que era adequado, o que era razoável, e nos empenhamos para conseguir, e assim fomos.

ESSAS REUNIÕES TERMINAVAM MUITO TARDE?

Às 23h, oh, 1h da madrugada. Teve uma que foi até 3h da manhã. Com todo mundo. E vinha um grupo grande do sindicato. A reunião não era com um, era um grupo de 10, 11.

⁸ Sérgio Roberto Boa Nova era o Superintendente de Recursos Humanos do IBGE (1987-1993).

O SENHOR SE CONSIDERAVA HABILIDOSO NA NEGOCIAÇÃO?

Não sei se habilidoso é o termo. Eu me considerava empenhado na negociação, eu acreditava que era a única alternativa. A situação chegou num impasse muito inconveniente, quebrou um pouco a relação de harmonia. Então, era preciso conversar, era preciso negociar. Mas negociar, enfrentando o problema: “Olha, é não, por isso, por isso, por isso e por isso”, “Ah, mas...”, “Então, como nós vamos resolver isso?”. Assim, se criou uma relação que acabou ficando muito positiva. No fim, nós tínhamos uma relação boa, as reuniões passaram a ficar menos tensas e nós passamos a construir muito mesmo. Atingimos um ponto em que eles traziam sugestões, que não eram reivindicações. Sugestões do dia a dia: “Olha, alguém falou que em tal lugar, se talvez fizéssemos assim...”, ou “Poderíamos desenvolver tal projeto...”. Enfim, coisas que não eram reivindicações, já eram sugestões de contribuição ao trabalho.

E NA ÉPOCA O SENHOR CONSEGUIU INCLUSIVE UM REAJUSTE PARA OS SERVIDORES. COMO FOI?

Foi feito. Reajuste nunca é tranquilo, muito menos quando você depende de um orçamento curto, sem sobras. Mas a gente mostrou que era necessário e conquistamos a prioridade. Dessa forma, fomos atendidos.

O SÉRGIO BOA NOVA FOI UM ASSESSOR IMPORTANTE NAQUELE MOMENTO?

Muito, muito. O Sérgio Boa Nova me balizava. Ele tinha uma característica muito adequada para fazer o trabalho dele. Tinha toda a história do relacionamento com a ASSIBGE, bem como clareza sobre o que era possível e o que não era possível. Ele era muito competente. O que ele não tinha era autonomia de, eventualmente, tomar uma decisão. Mas o Sérgio Boa Nova foi muito, muito importante nesse processo todo. Ele tinha grande paciência, ele ficava o tempo que fosse necessário. Enfim, ele foi importante.

O SENHOR FALOU QUE ERA IMPORTANTE MANTER SEMPRE ABERTO O CANAL DE CONVERSA, QUE ISSO FOI FUNDAMENTAL NESTA NEGOCIAÇÃO. TINHA OUTRO TIPO DE CANAL OU ERA SÓ REUNIÃO?

Não havia. Sabe por quê? Porque qualquer tentativa de estabelecer outro canal ia ser percebida como tentativa de dividir o movimento, e isso eu não podia fazer. Era necessário que as reuniões fossem daquele jeito, até que, com o tempo, passou a haver um pouco mais de interação. Mas, ainda assim, era até uma

questão de respeito à ASSIBGE, não criar canais alternativos, porque qualquer tentativa de mudar o processo geraria um retrocesso.

NO SEU DISCURSO DE POSSE, O SENHOR FALOU QUE O IBGE TINHA PASSADO POR 161 DIAS DE GREVE, NO PERÍODO DE 1990 A 1992, E ISSO CONTRIBUIU MUITO PARA ABALAR A CREDIBILIDADE DA INSTITUIÇÃO, QUE A RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO DAS PARALISAÇÕES DESFAVORECE TANTO A INSTITUIÇÃO COMO OS SERVIDORES. QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE AS GREVES DO IBGE?

A gente pode analisar esse fato por vários ângulos. Evidente que tem um componente político forte, importante, e tem pendências concretas, que existiam mesmo. As greves não aconteceram por acaso, sem nenhuma motivação real. Eventualmente, a condução do movimento às vezes exagerava, ou intransigia. Isso pode ter ocorrido. Agora, eu acho que o maior problema, a pior consequência de todo esse movimento atribulado por causa das greves, foi ter associado ao IBGE uma imagem de uma entidade que não caminhava, não produzia. E isso teve uma repercussão perigosíssima, acho que foi o momento mais difícil da minha passagem. Não foi o período da greve, que eu negociava; não, não foi. Foi quando chegou aos meus ouvidos que no Congresso falava-se da eliminação do IBGE, do fim do IBGE, porque ele não estava produzindo; ele não conseguia existir de forma adequada. Então, a ideia era “acabar com o IBGE e contratar os institutos para fazer as pesquisas”. Era uma coisa nessa linha. E isso preocupou muito. Não se falou muito disso porque realmente nós tomamos o cuidado de não criar nenhuma intranquilidade, pois, naquele momento, o IBGE já estava em ordem. Quer dizer, já estávamos trabalhando, as relações já tinham voltado a uma normalidade interessante, as verbas começavam a chegar. Mas, como reflexo daquele momento anterior atribulado, no Congresso começou a se falar disso com muita frequência. Então, eu passei a frequentar o Congresso, fui conversar com as lideranças. E lá eu percebi que uma grande parte dos congressistas não tinha noção do que o IBGE fazia. Eles conheciam uma parte, que é a parte visível, que todo mundo vê, o que sai publicado na grande imprensa, os índices mais conhecidos; mas todo o resto, não conheciam nada. Então, nós fizemos o *kit* com todo o material que reportasse as atividades do IBGE e mandamos para cada um dos Parlamentares. Cada Parlamentar recebeu o *kit*, que dava uma boa indicação do que o IBGE fazia. E, a partir daí, passamos a mandar frequentemente para os Parlamentares as consequências do trabalho do IBGE, para que eles pudessem perceber como

nós éramos importantes e ativos. E aí, eu comecei um trabalho pontual de catequização junto às lideranças. Nesse instante, eu já não falava apenas do que fazia, mas da importância do que fazia. E fomos conversando, tendo sido possível acalmar e reverter esse quadro. Mas foi muito preocupante.

O SENHOR FOI PESSOALMENTE AO CONGRESSO FAZER ESSE TRABALHO DE CONVENCIMENTO DOS PARLAMENTARES. DE ONDE SURTIU ESSA INTENÇÃO DE ACABAR COM O IBGE?

Olha, eu estou tentando me lembrar quem foi que me trouxe a informação. Mas foi alguém nosso de Brasília, que transitava pelo Congresso. Foi Maria Helena Piquet Carneiro [Assessora da Presidência do IBGE], que era muito empenhada. E ela me falou: “Olha, está acontecendo alguma coisa”. A partir daí, eu pude perceber que, de fato, havia alguma coisa.

MAS ESSA IDEIA SURTIU DE ALGUM GRUPO OU PARTIDO?

Eu não sei se vale a pena a gente ficar buscando muito essas responsabilidades, porque ficou sempre muito difuso para mim. Eu não consegui enxergar claramente se era uma ação dos institutos de pesquisa, que poderiam ter um ganho se o IBGE deixasse de existir, ou se simplesmente foi um entendimento ingênuo de um grupo de pessoas que achava que o IBGE não era um órgão produtivo, ou se eram as duas coisas. Talvez tenha sido. Então, é possível que tenham sido as duas coisas, pois era evidente que a extinção do IBGE interessava a alguns. E, na realidade, o IBGE era tão grande que essa ideia não prosperou. E a Doutora Maria Helena, levantando a questão, permitiu que a gente agisse rápido e a neutralizasse. Caso contrário, poderia ter criado corpo e isso ficaria mais difícil no futuro.

A IDEIA DESSE KIT FOI INTERESSANTE, O SENHOR TEVE A IDEIA E ESBOÇOU COM CLAREZA, PEGANDO PAPÉIS E CONSTRUINDO UM PRODUTO NA FRENTE DA EQUIPE. ERA UM PRODUTO PARA OS PARLAMENTARES.

Nós mandamos fazer inclusive as sacolas. É, agora, eu acho que, com o resultado disso, a gente tem uma conclusão possível: o IBGE é tão importante que resistiu a isso, eu diria, com certa facilidade. De fato, deu trabalho, mas não foi uma coisa que precisou mover lanças, ir para as ruas, não, nada disso. Quando mostramos o que era o IBGE, foi suficiente. Essa é a conclusão, que eu acho importante. Tivemos um problema grave, só que a grandeza do IBGE foi suficiente; ele teve anticorpos para neutralizar aquela situação. Eu acho que

isso foi bom, pois foi só mostrar a realidade, foi só mostrar a verdade; não foi preciso inventar argumentos.

O SENHOR CONSIDERA IMPORTANTE ESSE TIPO DE TRABALHO NO CONGRESSO?

Eu acho, sim. Eu acho, porque ninguém ama o que não conhece. Se ninguém nos conhece, por que vai nos amar, não é? E, mais, eu acho que há o que dizer para esse pessoal. E esse pessoal, conhecendo melhor o IBGE, pode desempenhar melhor o seu papel parlamentar. Porque, se ele perceber o elenco de informações que ele pode ter para lapidar os seus projetos, ele trabalha melhor.

NA SUA GESTÃO, O SENHOR TROUXE PARA O IBGE A FILOSOFIA DO MARKETING, COMO MEIO DE ALCANÇAR AUTONOMIA FINANCEIRA ATRAVÉS DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS. O SENHOR PODERIA EXPLICAR MELHOR ESSE PROJETO?

Vamos tentar fazer isso de uma forma sintética. O IBGE produz o que hoje é o símbolo máximo de poder, que é a informação. Um dia, o poder já foi dinheiro; o poder já foi a terra; hoje, o poder é informação. Então, essa é a grande riqueza que o IBGE tem. Ele tem uma vocação natural, importante, institucional, de disponibilizar essas informações à sociedade, de forma absolutamente ampla e que não tolha ninguém de compor uma ideia a partir dos dados que estão disponíveis. Essa é a vocação natural do IBGE. Isso é preciso que se mantenha. Entretanto, há uma demanda por informações. Eu estou falando em informação considerando a diferença clássica entre informação e dado, tá certo? A gente levanta os dados, mas a informação pode interessar à atividade econômica, de uma forma geral, indústria, comércio; enfim, a quem queira obter essa informação, e vai dispende recursos financeiros para isso. Nesse momento, a pessoa vai contratar alguém para fazer. Então, o que imaginávamos é que o IBGE pudesse desempenhar esse papel. Nesses casos em que não se está falando de uma pesquisa acadêmica, não se está falando em subsídio para elaboração de uma política pública, pois essas atividades teriam sempre disponibilidade total da produção do IBGE. Mas as informações pontuais, que realmente são de interesse comercial, interesse econômico, e que as empresas estão dispostas a dispende recursos para isso, por que o IBGE não poderia ser contratado para tal? Então, aí haveria toda uma operacionalização, onde a ideia básica era não acrescentar novos encargos ao IBGE. Ao contrário: pegar os dados que nós já tínhamos e eventualmente, organizá-los para anteder demandas específicas. Demandas que seriam percebidas pelos consultores autônomos, os quais sempre existiram.

Então, ninguém seria prejudicado. Os consultores continuariam existindo, continuariam atendendo, só que o IBGE entraria nessa tarefa para agregar valor ao que faz, ao serviço que ele produz. Ele já faz isso; por que não se remunerar?

ESSE PROJETO EVOLUIU DENTRO DA CASA?

Bom, aí, o que aconteceu? Talvez eu tenha conduzido mal esse processo de inoculação da ideia. Eu acho que eu usei uma mídia errada. Eu tentei explicar o que eu queria, quando na realidade eu deveria ter escrito sobre o que eu queria. E esse *paper* teria sido mais bem digerido pela comunidade, que era uma comunidade fortemente acadêmica, que lida muito bem com *papers*. Enfim, a ideia não evoluiu. Hoje, talvez, aquela ideia não tenha o mesmo vigor, mas naquela época não era assim; naquela época era um pouco diferente. Hoje, a gente já tem uma maneira mais ampla de divulgar. A Casa, a cultura da Casa, e aí acho também que tem que ser louvada a preocupação dos funcionários e dos Dirigentes do IBGE na época; era muito comprometida com estar disponível à sociedade, não tolher ninguém, e a ideia de começar a comercializar sugeriria que isso talvez desvirtuasse a vocação do IBGE. E, por cautela, se optou por não conduzir esse projeto. Mas, naquela época, tinha motivo. Hoje, sinceramente, já não sei se tem. Acho até que valeria a pena conversar sobre isso, mas não sei se teria a mesma importância que teria naquela época.

FALTOU CONVENCER O CORPO TÉCNICO DA IDEIA?

Faltou. Eu conduzi o processo, achando que a explicação da ideia seria suficiente. Eu estava muito convencido dela e eu achava que ela se suportava. Eu pretendia passar uma mensagem, mas codifiquei mal a mensagem. Então, se eu tivesse feito um *paper*, onde eu teria condições de explicar, justificar, comparar, eu teria talvez conseguido ser melhor entendido.

O SEU PÚBLICO SERIA MAIS ACADÊMICO?

Muito mais. E eu não me dei conta disso. Eu quis ser um pouco mais pragmático, e não funcionou.

ALGUM DIRETOR FOI MAIS SENSÍVEL A ESSA IDEIA DO MARKETING?

Quem trazia, de tempos em tempos, alguns projetos, era o Sérgio Bruni, que cuidava da Diretoria de Geociências. Ele trazia de vez em quando uma ideia nesse sentido.

Entenda o conteúdo do *paper* referido na entrevista

Silvio Minciotti só percebeu que deveria ter feito um *paper* sobre suas ideias de *marketing* no IBGE quando viu o entusiasmo do Professor Djalma Galvão Carneiro Pessoa (Coordenador da ENCE) ao conhecer o artigo *Marketing official statistics without selling its soul*, de Lars Thygesen, na 49ª sessão do Instituto Internacional de Estatística (International Statistical Institute - ISI), em 1993. O artigo seguia na mesma direção das ideias do então Presidente do IBGE, que admitiu não ter tido sucesso ao se expressar verbalmente para um público acostumado a ler *papers*. O artigo de Lars Thygesen foi traduzido pelo próprio Djalma Pessoa e divulgado pelo IBGE na série Relatórios Técnicos. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Segundo o autor, as Agências Centrais de Estatísticas enfrentaram redução das verbas destinadas à produção de estatísticas e de outros serviços no começo da década de 1970. Algumas Agências reagiram, aumentando a produtividade para garantir a cobertura adequada de estatísticas oficiais, mas, diante da continuidade de corte dos governos, algumas Agências voltaram-se para a solução de vender tabulações especiais, novas combinações de dados e análises que exigiam recursos extraordinários. Thygesen (1993) reconhece que gerações de estatísticos

oficiais foram formados dentro da crença fundamental de que estatísticas devem ser um bem público, com uma base de conhecimento com a qual todo o cidadão pode contar. Entretanto, ele adverte que a comercialização é de extrema importância para manter a produção de estatísticas básicas intactas e sob completo controle da Agência. O autor também ressalta que a venda de parte da produção só tem resultado quando a verba é reutilizada para manter novas estatísticas, sendo contra a remessa do dinheiro para o Tesouro Nacional. O artigo aborda ainda os problemas e limites da comercialização das estatísticas oficiais, como, por exemplo, que tipo de produtos devem ser vendidos; como devem ser comercializados; de que forma atribuir preços aos serviços; e como enfrentar a questão do direito autoral. A discussão é baseada na experiência da Dinamarca, onde, na ocasião, as vendas dos produtos representavam 30% do orçamento total da Agência Central de Estatística. Para Thygesen (1993, p. 5), a comercialização é essencial para a compreensão, por parte do estatístico, do que está sendo feito de seus produtos: "se a distância entre o estatístico e o usuário real se tornar excessivamente grande, o estatístico saberá cada vez menos a respeito do uso das estatísticas".

O SENHOR ACHA QUE, ENTRE OS PESQUISADORES, EXISTE UM PRECONCEITO COM A FILOSOFIA DO *MARKETING*?

Tem. O *marketing* é visto, de uma forma geral, não só pelos pesquisadores, mas por todo mundo, como o carrasco da sociedade, aquela prática que faz com que as pessoas gastem o que não têm, comprando algo de que elas não precisam, num momento que menos interessa. Então, essa é um pouco a visão. E aí, para complementar, associaram ao *marketing* essas travessuras políticas que se faz durante as campanhas eleitorais, quando, na realidade, ninguém faz *marketing* político no Brasil. Nenhum político faz *marketing*. Eles fazem muita propaganda e isso não é *marketing*. Mas o *marketing* é muito penalizado, como sendo aquela atividade que empurra goela abaixo, manipula cabeça de pessoas. Mas o *marketing* não é nada disso. Ao contrário, ele é muito diferente disso. Pouco a pouco, acho que começa a ficar mais claro o papel do *marketing*.

NOS DIAS DE HOJE, COMO UMA INSTITUIÇÃO PODE SOBREVIVER SEM *MARKETING*?

Com muita dificuldade, por uma razão simples: o objeto de *marketing* é o processo de troca, qualquer troca. E o objetivo é melhorar o desempenho das partes envolvidas nesse processo. Se for uma empresa vendendo um produto para o mercado, a troca é comercial. Então, ela pretende ter a receita da venda, o lucro, e quem está comprando pretende ver sua necessidade satisfeita, sua expectativa de benefício atendida. Se pegar uma instituição de caridade, também ela tem uma troca a administrar: ela recebe recurso ou tempo voluntário de alguém, e em troca ela dá a sensação de alívio interior, de estar ajudando alguém. É uma troca. Então, pode-se aplicar *marketing* em qualquer processo de troca. Entendido assim, até a troca que existe entre a organização e seus funcionários pode ser administrada sob a ótica de *marketing*. E quando eu falo administrar sob a ótica de *marketing*, estou dizendo o seguinte: buscar sempre atender da melhor forma a expectativa de benefício das partes envolvidas no processo de troca não é enganar ninguém, ao contrário. Então, se eu sei bem qual é a expectativa de benefício dele em relação ao que eu posso oferecer, eu vou ajustar a minha oferta para que ele tenha essa satisfação. E ele vai me dar em troca o que eu preciso, o que eu desejo para mim. Por exemplo, a relação de uma instituição como a nossa, como o IBGE, com os Parlamentares, caracteriza uma troca para administrar. Precisamos dar as informações para que eles deem, em troca, respeito, consideração e o uso do que nós fazemos. Isto é uma troca.

O SENHOR USOU *MARKETING* NAS REUNIÕES COM O SINDICATO?

É natural que seja assim, ainda que não se queira dar esse nome. As pessoas acham que usar *marketing* significa você enganar. Repito, não é assim; ao contrário. Quando você aplica bem *marketing*, as partes saem muito satisfeitas. Se alguém não sai satisfeito, não se aplicou *marketing* de forma adequada, isto é, o que se fez foi uma venda do tipo empurrar goela abaixo algo que alguém não quer. E isso não é o que *marketing* faz. Então, quando a gente parava e mostrava: “Olha, isso aqui não dá por tais motivos” e abríamos a discussão para ver se alguém enxergava uma solução que eu não estava enxergando, nesse momento, tentava-se estabelecer uma relação de troca.

O SENHOR CONSEGUIU TRABALHAR NA INTEGRAÇÃO DA ÁREA DE ESTATÍSTICA COM GEOCIÊNCIAS?

A minha gestão foi muito pouco marcada por um envolvimento meu com projetos, tanto na área de pesquisa quanto de geociências. Acho que não foi nessa área que ocorreu minha melhor contribuição, não. Eu me empenhei muito mesmo, e acabei me concentrando, no aspecto mais gerencial, na administração dos recursos. Lembro-me de alguns projetos importantes, mas que não foram frutos de iniciativa minha, tal como o Diagnóstico Ambiental da Amazônia⁹. Apenas aconteceu no meu mandato, mas aquilo teve uma história anterior, a minha interferência foi pequena. Da própria harmonização dos dados dos institutos produtores na região MERCOSUL, que o Nelson Senra conduziu bem, eu não fui mentor. Onde eu realmente acho que tive uma atuação mais concentrada foi nos aspectos gerenciais, na obtenção do recurso financeiro e na harmonização dos recursos internos, tanto pessoais quanto materiais, para poder normalizar a Casa. Aí, foi onde, realmente, eu acabei me concentrando mais. Teve, inclusive, uma coisa que me ocorreu agora, muito pequena, que pouca gente ficou sabendo. O IBGE tinha um grupo de funcionários, acho que eram uns duzentos e pouco, não era mais do que isto, que eram chamados “emparedados”.

⁹ Em 1991, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República firmara um Convênio de Execução Técnica com o IBGE visando a realização de estudos iniciais de zoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal para identificar a situação ambiental da região e indicar áreas de atuação governamental, com vistas à ordenação daquele território. Em 1993, foram publicados os conceitos e premissas básicas do projeto, em: DIAGNÓSTICO ambiental da Amazônia Legal: nota técnica. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81215.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

ERAM 200 PESSOAS?

Umas duzentas e pouco. Eles não entraram no Plano de Carreiras do IBGE¹⁰. Esse assunto veio para mim, como uma reivindicação. E aí, um dia, conversando com o Procurador em São Paulo, ele falou: “Olha, para resolver essa questão o senhor vai ter problema com o Tribunal de Contas. Agora, eu preparo para o senhor a sua argumentação, e se o senhor está convencido de que isso é justo, o senhor pode tentar convencer o Tribunal de Contas”. E assim foi feito. A gente trouxe essas pessoas para dentro da estrutura de cargos e justifiquei o porquê. É uma coisa social mesmo, não estávamos discutindo a formalidade. Eram pessoas, inclusive, que estavam no fim de carreira e não se explicava aquilo. E dito e feito: passaram, acho, que uns cinco anos, o Tribunal de Contas me acionou. E, curiosamente, quem me avisou isso foi a AssIBGE. Me ligou e falou: “Olha, o senhor vai ter problema com o TCU [Tribunal de Contas da União]. Não sei se o senhor já está sabendo, mas se o senhor precisar, a gente tem o material todo e tal.” Bom, e aí eu já tinha o material preparado, esperando por isso. Apresentei a defesa e fui compreendido pelo TCU. Essa foi, curiosamente, uma questão muito pequena dentro da grandeza do IBGE, porém foi uma das coisas que me deu mais satisfação fazer. E não teve nenhuma importância para a Instituição. Para o IBGE não mudou nada, mas era uma chaga. Duzentas e poucas pessoas que estavam abaixo do limite inferior da carreira e não conseguiam ser respeitados, ganhavam menos que o menor salário do IBGE. Eram totalmente desconsiderados em termos de tudo, não entravam no Plano de Carreiras. Não tinham nada, não tinham regalia nenhuma. Enfim, isso foi uma coisa muito pequena, mas que realmente me deu muita satisfação.

VOLTANDO À QUESTÃO DO MARKETING, NA RELAÇÃO DE TROCA, O OUTRO TAMBÉM PRECISA SE SENTIR SATISFEITO?

Todas as partes precisam se sentir satisfeitas, sempre que se pratica

¹⁰ De acordo com a Lei n. 5.878, de 11.05.1973, os funcionários da Fundação IBGE teriam que optar entre a migração para o regime de trabalho celetista e a permanência nos quadros em extinção do IBGE, sob o regime estatutário. Ainda segundo a lei, os funcionários que permanecessem no regime estatutário ficariam “afastados dos seus cargos no quadro em extinção, com perda dos vencimentos e vantagens, ressalvados a contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria, disponibilidade e gratificação adicional por tempo de serviço”. Um pequeno grupo de funcionários antigos, com funções extintas já na época, optou por permanecer no regime estatutário. Mais tarde, esse grupo do quadro de extinção, conhecido como QPEX, reivindicou na Justiça o enquadramento.

marketing. Sabe por que a vida da gente às vezes complica? Porque justamente não queremos levar em consideração o outro. Quantas vezes você não ouve de alguém, que entrou em atrito com outra pessoa, falar: “Ah, mas eu sou assim mesmo, eu falo o que quero falar e do meu jeito”. Então, aguenta! Você fala o que você quer, aguenta! Agora, se você se preocupou um pouco com quem é o outro, e como é que eu devo falar com o outro, você vai dizer a mesma coisa, só que codificando isso de um jeito que facilite o entendimento. Foi o que eu não fiz no caso daquela ideia da comercialização. Eu falhei e não me dei conta. E aquilo era uma ideia que precisava ser lida e relida algumas vezes. E quando você fala, o outro ouve uma vez só e não repete mais.

EM SUA OPINIÃO, O IBGE CUMPRE DE FORMA SATISFATÓRIA A MISSÃO DE ATENDER À SOCIEDADE?

Eu acho que hoje ele cumpre melhor do que no passado. Não que no passado não tivesse brilho técnico. Tinha muito. É que hoje o IBGE domina uma tecnologia que ajuda a disseminação do dado, da sua produção. A produção do dado... se não for disseminada, vale nada. Qual é a importância de um dado pesquisado e coletado, se ele ficar guardado? Tente desenvolver um índice qualquer de preço que ninguém use em lugar nenhum. Para que ele tem que existir? É o uso do dado que vai dar vida, vai dar consistência, vai dar importância para ele. Eu acho que hoje faz melhor do que no passado porque tem recursos tecnológicos. No passado, não era assim. Você não tinha a possibilidade da Internet como mídia, inclusive diminuindo custos. Hoje se disponibiliza um arquivo, o que é muito mais fácil do que imprimir tantos e tantos livros. Então, a Internet é um fato novo importante e o IBGE teve sensibilidade para correr atrás, para se atualizar. Entretanto, essa questão da disseminação é daquelas que a gente coloca como visão, nunca vai ser alcançada. É muito complexo esse processo. É muita coisa para ser dita. Então, ficar divulgando, divulgando, divulgando, é muito complexo. Existem diferentes públicos e seria necessário fazer um intenso trabalho de segmentação, porque esta informação interessa para esse público; essa outra interessa para aquele outro público. Um trabalho de segmentação de mercado incrível, escolher a codificação, a melhor maneira de desenvolver o trabalho e de colocar à disposição. Então, eu acho que fazer com que a sociedade conheça o IBGE

na sua plenitude é um grande desafio. O IBGE surpreende a cada momento. Porque alguém a cada momento descobre “Puxa, mas faz isso também?”. Quem está no IBGE não percebe isso, porque se familiarizou com tudo. Agora, tente abstrair, sair fora, conversar com alguém que não seja do IBGE. No Rio de Janeiro, por exemplo, o IBGE é mais e melhor conhecido do que no resto do País, porque a grande concentração de funcionários do IBGE está aí. Então, você tem mais gente conhecendo e disseminando o IBGE aqui. Se olharmos para São Paulo, já não veremos o mesmo entendimento das pessoas acerca da amplitude do que faz o IBGE. E, como existem produtos feitos para diferentes segmentos, não é uma única forma de comunicação que vai resolver isso. É necessário codificar para esse segmento de um jeito, encontrando uma mídia adequada para cada situação. Atualmente, seguramente, a gente já consegue fazer melhor. Os números dos quais tive conhecimento hoje são fantásticos. De acesso à página na Internet, de *downloads* etc. Sem dúvida, é um grande desempenho.

MAS O IBGE AINDA TEM UM CAMINHO LONGO PELA FRENTE?

Ainda tem, não; vai ter sempre. Isso é infundável. Este não é um desafio que se esgota em algum momento, porque é muito grande. A quantidade de dados produzidos, de trabalhos realizados, de pesquisas, e a adequação deles a cada segmento, a cada grupo de mercado, dificulta muito essa atividade. É natural que seja assim.

PRODUZIR E DISSEMINAR SÃO DUAS COISAS IMPORTANTES DENTRO DA INSTITUIÇÃO?

Absolutamente, sim. Digo mais: se você não disseminar, é tolo produzir. Produzir para quê? A disseminação é que dá sentido à produção. Sabe uma coisa que eu acho que devia acontecer? O posicionamento do IBGE deveria ser “qualquer coisa que você precisa em termos de informação estatística nacional, procure primeiro o IBGE”.

EM SUA OPINIÃO A DISSEMINAÇÃO, SENDO UMA ÁREA ESPECIALIZADA, É SIMULTÂNEA OU SEQUENCIAL À PRODUÇÃO?

No ato de disseminar nos aproximamos do usuário, o que permite identificar necessidades da sociedade, que, por sua vez, possibilita melhorar a produção com pequenos ajustes, ou mesmo novas pesquisas. Como se vê, há uma total interação entre a produção e a disseminação de dados. A produção

deve buscar sempre se ajustar às necessidades de informação que a sociedade deseja. Quem é que pode trazer informação para dentro do IBGE? Deve ser a área de disseminação. É ela que deveria estar em contato com o público em geral e perceber nuances, ajustes, formas de apresentação, eventuais ampliações. Enfim, ela deve identificar as necessidades de informações dos usuários, pois deveria estar em contato permanente e direto com a sociedade.

COMO O SENHOR TRABALHOU ESSAS COISAS NA SUA GESTÃO?

Eu volto a dizer, a gente teve muito pouco tempo, infelizmente. A nossa relação durou quase 10 meses, apenas, e as prioridades administrativas acabavam por impor a pauta da minha agenda. E a área de disseminação, na época, não era um problema crítico. Ela não trazia problema para o funcionamento da Casa. Existiam outras prioridades. Então, acabamos nos dedicando a ela, talvez, pouco. O que se fez foi, nas conversas que nós mantínhamos, tentar expressar algumas sugestões, algumas ideias, algumas propostas, mas que demandariam mais tempo e convívio para que fossem assimiladas. Eu não sei que consequência teve aquele conjunto de conversas que nós tínhamos na época.

E NA ÁREA DE IMPRENSA?

A área de imprensa caminhava bem naquela época, mas, pela pequena estrutura que tinha, era um pouco passiva ainda, talvez ela pudesse ser mais proativa, no sentido de cutucar, de oferecer mais pautas, de propor temas. A área de imprensa fazia isso, mas havia projetos menos conhecidos, e que, do ponto de vista jornalístico, nem sempre tinham sua utilidade percebida. Nesse sentido a gente precisava caminhar. Mas também era tanta coisa para divulgar que ficava realmente um pouco complicado levar a cabo a tarefa com a pequena estrutura e poucos recursos de que dispúnhamos.

EM SUA OPINIÃO, QUAL A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA DO IBGE COM OS JORNALISTAS?

É muito grande, porque o jornalista é um agente de divulgação. Se bem atendido, se bem acompanhado, estimulado, vai trazer muitos frutos. Veja, quando um veículo de comunicação dá uma notícia e cita a fonte, aqui está havendo o aval do veículo para o trabalho que a fonte fez. Então, essa disseminação é quase que instantânea. Você consegue rapidamente fazer

com que milhares ou milhões de pessoas saibam que saiu uma pesquisa tratando de um determinado assunto, feita pelo IBGE, e o que ela permitiu concluir. Esse é o papel que a imprensa desempenha naturalmente, e sabemos que há jornalistas que pautam o IBGE permanentemente. Na época, era assim, e acho que hoje ainda é, porque eu ainda ouço na rádio. Percebo claramente; existem jornalistas que ficam aqui e vêm buscar os dados sempre úteis para gerar pautas. A imprensa tem o condão de ser um grande agente catalisador, multiplicador da disseminação dos nossos dados.

O SENHOR DAVA ENTREVISTA À ÉPOCA?

Dava. Quando necessário, quando conveniente, dava. Apenas quando havia necessidade. Ah, só um detalhe: eu nunca divulguei resultado de pesquisa, se é isso que você quer saber. Porque aí é o técnico que tem que fazer. Ele que entende daquele assunto no detalhe.

O SENHOR FALAVA PARA OS JORNALISTAS SOBRE QUAIS QUESTÕES?

Da Instituição ou de questões que eram mais amplas. Eu não falava muito com a imprensa. As apresentações de resultados sempre foram feitas pelos técnicos.

QUAL A AVALIAÇÃO QUE O SENHOR FAZ DOS SEGUINTE PARCEIROS DO IBGE: GOVERNO, SOCIEDADE E IMPRENSA?

A sinergia é ampla, existe uma relação muito íntima. Eu não sei se o governo consegue enxergar o IBGE como um importante prestador de serviço; eu não sei se ele consegue enxergar assim, mas eu acho que tem total relação. Você falou de governo, você falou de imprensa, você falou de sociedade. Talvez esteja faltando só o público interno, para fechar o quadro dos principais públicos com os quais o IBGE se relaciona. Ele se relaciona com o governo, com a sociedade nos seus múltiplos segmentos, a imprensa como grande foco de divulgação, e o público interno, que é um público importante. Eu estou falando de um número grande de pessoas que trabalham no IBGE. Há muitas cidades nas quais o nosso público interno tem expectativas, tem opiniões. Esse público precisa receber uma abordagem pontual para ele.

POR QUE O SENHOR ACHA QUE O GOVERNO TALVEZ NÃO TENHA CLAREZA DA IMPORTÂNCIA DO IBGE?

Quando eu falo de governo com essa posição, estou falando da minha

época. Infelizmente, a imagem que as autoridades tinham era deturpada pelos movimentos grevistas e pelas paralisações constantes. Era uma coisa praticamente insolucionável. Então, naquele tempo, a visão que o governo tinha do IBGE era muito míope. Hoje, eu já não consigo dizer, porque eu não convivo com o governo mais. Agora, na época, felizmente eu tive um respaldo importante para transitar pelo governo visando alterar essa imagem, e isso eu devo ao Ministro Alexis Stepanenko, que era a quem eu me reportava. Há situações que foram muito marcantes, onde o Ministro precisou segurar barras delicadas, pois a gente não queria ceder a pressões, e não cedeu, mantivemos a autonomia.

O QUE O SENHOR NÃO QUERIA FAZER?

Eram algumas solicitações, alguns pedidos, algumas pressões, que não eram compatíveis com a boa técnica, com a filosofia do trabalho do IBGE, com a cultura da Casa, com os propósitos do IBGE.

NA SUA GESTÃO, O PROJETO DE HARMONIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MERCOSUL, QUE HAVIA SIDO INICIADO NA GESTÃO DO PROFESSOR EDUARDO AUGUSTO GUIMARÃES, FINALMENTE FOI LANÇADO NO ITAMARATY¹¹, EM BRASÍLIA. COMO É QUE O SENHOR SE SENTIU FAZENDO O ENCERRAMENTO DESSE PROJETO?

Eu fui um afortunado, nesse sentido, porque eu tive a oportunidade de entregar um projeto como esse, assim como aquele Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal, que também coincidentemente aconteceu no meu mandato. Agora, era muito evidente, e saltava muito aos olhos, a importância daquele trabalho. Então, realmente, eu fiquei muito satisfeito de poder falar de um projeto que engrandecia mais ainda o IBGE. Era um projeto muito bom. Necessário e oportuno. Acho que foi uma das poucas coisas que aconteceu no MERCOSUL na tentativa de aglutinar esforços dos países membros. Não sei se aconteceram tantas outras coisas depois. Então, esse trabalho aglutinou os países do MERCOSUL em torno de algo muito sério, como é uma metodologia produtora de dados. Eu acho que era

¹¹ Trata-se de: BRASIL. In: MERCOSUL: inventário das estatísticas nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. v. 2. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv24467_v2.pdf>. Acesso em: fev. 2016. A publicação relaciona os estudos e pesquisas estatísticas e registros administrativos realizados no Brasil pelo IBGE e outros participantes do Sistema Estatístico Nacional e fornece suas principais características. Foram inventariadas também as estatísticas correntes da Argentina, Paraguai e Uruguai pelas agências nacionais desses países, objeto de volumes específicos.

um exemplo na época, e que acabou não proliferando em outras áreas do MERCOSUL. Não só pela importância em relação à harmonização dos dados, não. Isso por si só já é importante, mas era uma demonstração de que era possível se reunir os técnicos dos países, em diversas áreas, em diversos setores, e produzir coisas comuns, fazer coisas mais aproximadas. Bom, acabou não dando certo. Não o projeto. O projeto deu certo. Não deu certo o MERCOSUL.

O QUE MOTIVOU A SUA SAÍDA DO IBGE?

O PSDB de São Paulo convidou-me à filiação para candidatar-me a Deputado Federal. Embora sem nenhuma experiência, me envolvi com esse projeto e, mesmo sem me eleger, pois faltaram cerca de 3 000 votos para isso, vivi uma experiência muito interessante, embora desgastante.

O SENHOR SE ARREPENDE DE TER SAÍDO DO IBGE?

Se eu pudesse dividir a pergunta em dois momentos... de sair do IBGE, eu me arrependo, porque eu acho que tinha mais coisas que a gente podia fazer; de ter me candidatado, não me arrependo. Acho que foi uma experiência que eu precisava viver.

SE O SENHOR FICASSE MAIS TEMPO NO IBGE, O QUE GOSTARIA DE TER FEITO?

Começar a me envolver um pouco mais com a parte técnica do IBGE. Particularmente, no âmbito de pesquisa de opinião, que é uma área que eventualmente eu poderia contribuir. Então, tirar um pouco a minha atenção das questões do âmbito gerencial, porque elas começaram a ficar mais em ordem, e me envolver mais com a parte técnica da pesquisa.

POUCAS INSTITUIÇÕES NO PAÍS CHEGAM AOS 80 ANOS COMO O IBGE. UMA INSTITUIÇÃO FORTE E CONFIÁVEL. EM SUA OPINIÃO, O QUE CONTRIBUIU PARA ISSO?

Bom, eu acho que a origem é importante. Quando as coisas começam certo, elas tendem a prosperar, porque você tem toda uma ação de condicionamento. Então, se ela começa bem, se na origem ela nasce suportada em base sólida, consistente, com uma proposta, com propósito, melhor dizendo, que corresponde a uma necessidade efetiva, a partir daí, todo mundo que se agrega é influenciado por este começo. Então, o que

o IBGE consegue hoje é isto. O IBGE aprendeu a se fazer respeitar, ou seja, o IBGE tem clareza da importância do seu papel na História e do quanto ele tem que se manter fiel ao seu propósito. Isso, o IBGE já sabe. Então, às vezes, ele pode até se esconder atrás da excelência um pouco mais do que devia. Então, na busca dessa excelência, você às vezes atrasa o resultado de uma pesquisa. Eu não sei se hoje é assim, mas no passado poderia acontecer. Mas isso é sempre na busca do ideal, do melhor. Eu acho que isso é o que diferencia o IBGE e faz com que ele atinja essa marca de ser uma Fundação com 80 anos de existência. Não é pouca coisa. Não sei mais quem tem isso no Brasil. As pessoas que trabalham no IBGE têm respeito por si e pelo que fazem. Então, eu acho que esse é o ponto relevante. Eu me lembro disso, num espaço de tempo que não foi longo, que passei aqui, eu via com que assertividade, com que certeza as pessoas rechaçavam qualquer tentativa que pudesse ferir essa filosofia de trabalho, essa proposta. O compromisso do IBGE é com a sociedade. Ele tem consciência disso.

QUE DESAFIOS O IBGE TEM PARA O FUTURO?

O grande desafio será estar atualizado em relação ao uso da tecnologia. Isso pede uma velocidade incrível. Eu acho que esse é um dado: o dinamismo do ambiente. O ambiente hoje muda a uma velocidade muito grande. Acho que seria oportuno talvez caminhar no sentido de pesquisas amostrais mais frequentes do que censitárias. Isto poderia ser um caminho a percorrer, desenvolver metodologias nesse sentido. Porque, às vezes, para fazer um Censo, você não tem verba, mas se você tiver um bom plano amostral, você talvez consiga dar aquela informação, não com a precisão que o Censo permite, mas aquela informação necessária, com boa qualidade, para que a sociedade possa tomar decisão. Porque esse é o ponto: nem toda decisão precisa ter dados com muita precisão ou com mínima margem de erro. Às vezes, a tendência já é suficiente para a sociedade. Então, como você tem restrição orçamentária, às vezes você não consegue produzir tudo o que precisa produzir. Um Censo custa caro; por exemplo, todos os Censos Econômicos, o Agrícola, todos eles custam muito dinheiro. Então, talvez essa seja uma forma de tornar mais ágil esse processo, a partir de planos amostrais adequados. O desafio do IBGE será aumentar a velocidade de resposta, seja através do uso da tecnologia, seja através do desenvolvimento de novas metodologias.

MAS O SENHOR LEVANTA UMA QUESTÃO QUE EXISTE: ESSA PREOCUPAÇÃO MUITO FORTE COM O MÉTODO. E A AGILIDADE PRECISA TAMBÉM SER UMA PREOCUPAÇÃO PARA O IBGE?

Precisa. Sabe por quê? Porque o tempo de resposta hoje é diferente, é muito mais rápido. As coisas acontecem numa velocidade maior. Fração de segundo, alguém vira uma personalidade do nada, a Internet faz isso, permite isso. Só estou dando um exemplo para mostrar o dinamismo, a velocidade da mudança. Então, será importante para o IBGE, se ele conseguir reproduzir também nos seus trabalhos, a diminuição do tempo de resposta. Quanto mais ágil ele for, mais compatível com as expectativas da sociedade ele será. Eu só espero que o IBGE não perca nunca a noção do seu papel na sociedade; só isso. Porque é relevante, é importante. Recentemente, a imprensa noticiou que havia uma tentativa de interferência em alguma metodologia de cálculo de alguns indicadores do IBGE, com a intenção de melhorar a apresentação dos resultados. Isso me preocupou muito e a minha primeira reação foi: “isso não vai passar no IBGE, o pessoal não vai topa”. E o IBGE não topou, ou seja, manteve a posição dele. Eu fiquei muito orgulhoso. Então, essa é a segurança que eu tenho hoje; quando falo do IBGE, faço-o com o orgulho de ter sido seu Presidente, pertencido a esta Casa. Essa certeza vem de uma conduta séria e responsável, e essa conduta está se confirmando a cada dia. Então, eu só espero que ele siga sempre assim.

O SENHOR CONTINUA PENSANDO NO IBGE?

Muito. Porque foi um curto espaço de tempo, foram 10 meses, mas vivido com muita intensidade. Houve coisas assim muito simples, como os “emparedados”, e coisas muito grandes e importantes, como a tentativa de extinção. Então, foi um tempo bem ocupado, vamos dizer assim. No IBGE, eu conheci o Brasil, eu entendi as histórias, as diferenças do Brasil. O IBGE me permitiu conhecer muito melhor o País. Eu aprendi a lidar com a Administração Pública Federal, com a qual, até então, eu não tinha lidado. Foi uma experiência nova, e só o IBGE me permitiu isso.

E O SENHOR COLOCOU A QUESTÃO DA COMUNICAÇÃO. EM SUA OPINIÃO, É UMA ÁREA ESTRATÉGICA NO IBGE?

Sem dúvida, é. Eu não tenho dúvida disso. Sabe quando uma empresa existe?

A empresa existe a partir do momento que ela emite sua primeira nota fiscal, ou seja, alguém se interessou pelo que ela fabrica. Antes disso, ela produz, mas se não colocar no mercado, o que ela é? Não é nada. O que é uma instituição de pesquisa, produtora de dados como o IBGE, se não houver uma absorção pela sociedade, uma adequada disseminação daquilo que ela produz? Eu não estou querendo com isso minimizar nenhuma área, não estou priorizando nada. Eu só estou colocando que nós temos os mesmos níveis de importância; tanto para produção quanto para disseminação. E é assim que tem que ser percebido. Quanto mais próximos estivermos dos usuários, mais adequado será o que nós produzimos, e mais consequente.



Foto: Licia Rubinstein



SIMON SCHWARTZMAN

Aquela imagem de que era uma Instituição caótica, que vivia em greve, isso desapareceu, e começou a prevalecer mais que era uma Instituição séria, responsável, com alta credibilidade.

1994


1998

Simon Schwartzman nasceu em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, em 3 de julho de 1939. Graduiu-se em Sociologia, Ciência Política e Administração Pública na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, em 1961, tendo concluído mestrado em Sociologia pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO, em Santiago do Chile, em 1963, e doutorado em Ciência Política pela University of California, Berkeley, em 1973.

Foi professor de Ciência Política na UFMG, no período de 1961 a 1964. Sua primeira aproximação com o IBGE foi na gestão de Isaac Kerstenetzky (1970-1979), quando a Instituição pretendia montar uma área de indicadores sociais. Na ocasião, seu nome foi vetado pelo Regime Militar. Seguiu como professor e pesquisador no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro -

IUPERJ, de 1970 a 1986, bem como na Fundação Getúlio Vargas - FGV e na Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, de 1976 a 1980. No exterior, foi professor visitante e pesquisador em várias universidades: Columbia University; University of California, Berkeley; Stanford University, onde ocupou a cátedra Joaquim Nabuco de Estudos Brasileiros; Harvard University (todos nos Estados Unidos); École Pratiques des Hautes Études (França); Uppsala University (Suécia); e University of Oxford (Inglaterra).

Em 1994 ingressou na Presidência do IBGE e, após sua saída, integrou seu Conselho Técnico. Após os quase cinco anos em que trabalhou na Instituição, integrou e ainda integra várias instituições, conselhos e comitês. Foi Presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - IETS, sediado no Rio de Janeiro, do qual é atualmente pesquisador.



a busca pela maior autonomia do IBGE

Em um esforço conjugado, o Senador Benedito Clayton Veras Alcântara, conhecido como Beni Veras, assumiu a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República e, face à vacância na Presidência do IBGE com a saída de Silvio Augusto Minciotti, aceitou a sugestão de Edmar Lisboa Bacha, convidando para o cargo Simon Schwartzman¹. Ambos estavam afinados com o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que logo seria eleito Presidente da República (1995-2003).

O sucesso do Plano Real deu popularidade ao governo Itamar Franco (1992-1994) e alavancou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, seu criador. A liderança de Fernando Henrique (PSDB) na campanha presidencial contra o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva (PT) era apontada pelas pesquisas de opinião, e, com 54,3% dos votos válidos, ele foi eleito, no primeiro turno, Presidente da República, frente a 27% dos votos válidos de seu oponente.

Era claro que o novo tempo exigiria estatísticas melhores, de maior abrangência. O País, livre da inflação, não teria apenas presente, mas também futuro;

¹ Entre a saída de Silvio Minciotti e a posse de Simon Schwartzman, o expediente foi cumprido por Sérgio Bruni, até então Diretor de Geociências.

seria possível planejar o amanhã. O IBGE se fazia ainda mais um órgão de suma importância, e Simon Schwartzman, ainda que jamais houvesse dirigido um órgão de Estado, soube tomar as rédeas do Instituto e ver sua realidade.

De pronto, solicitou à Direção do Statistics Canada uma consultoria de avaliação do estado da arte no IBGE e, se cabível e possível, um futuro projeto de cooperação interinstitucional. Em julho de 1994, viajou ao Canadá, sendo recebido pelo Chief Statistician of Canada, Ivan Fellegi (à época uma referência internacional), que, com entusiasmo, endossou o pedido feito e, ato contínuo, organizou uma missão, com Jacob Ryten (Chairman)², John Coombs, David Croot, Shaila Nijhowne, Martin Podehl, Lee Reid (ao custo de R\$ 60 mil, cobertos com recursos do IBGE).

A missão realizou seu trabalho de 26 de agosto a 9 de setembro de 1994, deixando um relatório sobre os principais problemas diagnosticados e os caminhos apontados para sua solução, acerca dos seguintes aspectos: estatísticas econômicas, estatísticas sociais, informática, disseminação e treinamento³. A Introdução do relatório, seguida do sumário executivo das recomendações, foi traduzida para o Português e divulgada amplamente, com o acréscimo de uma interessante Apresentação assinada por Simon Schwartzman⁴.

O principal objetivo da missão canadense foi entender as circunstâncias atuais que afetam as diversas áreas de atuação do IBGE. Os membros da missão encontraram em seus colegas brasileiros pessoas abertas, receptivas e capazes de trabalhar intensamente. Apesar de eventuais problemas de motivação, sua lealdade ao IBGE aparece claramente como sua preocupação central (STATISTICS CANADA, 1994a, p. 4).

² De origem portuguesa, Jacob Ryten fala e entende perfeitamente o Português. Os demais membros da missão usavam o Inglês ou o Francês. Em suas visitas pelas unidades do IBGE houve, sempre que preciso, a presença de um tradutor (às vezes interno à unidade, às vezes externo). Ao se aposentar, Jacob Ryten tornou-se consultor internacional, atendendo a vários institutos de estatística, inclusive o IBGE.

³ Trata-se de: STATISTICS CANADA. *Report on Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994a. 83 p. Missão realizada de 26 de agosto a 9 de setembro de 1994. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/statscan.htm>>. Acesso em: fev. 2016.

⁴ Trata-se de: STATISTICS CANADA. *Relatório sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994a. 17 p. Sumário executivo das recomendações do Statistics Canadá para o IBGE, em missão realizada de 26 de agosto a 9 de setembro de 1994. Disponível em: <<https://archive.org/details/SumarioRecomendacoesStatisticsCanada>>. Acesso em: fev. 2016.

A missão canadense foi um completo sucesso, dando muito do rumo que o IBGE seguiu daí em diante, e Simon Schwartzman manifestou sua concordância com os resultados, como afirmou na Apresentação do sumário executivo do Relatório:

A visão que os técnicos do Statistics Canada têm do IBGE, os principais problemas diagnosticados, e os caminhos apontados para sua solução, confirmam e aprofundam o entendimento da atual direção do IBGE sobre a instituição. É necessário levantar a moral dos técnicos do IBGE, melhorar as comunicações internas, consolidar os apoios externos, introduzir uma consciência de custos, desenvolver uma política ativa de desenvolvimento de recursos humanos, difundir o acesso a meios computacionais modernos, aumentar a eficiência, reduzir os prazos de processamento e divulgação dos resultados das pesquisas, e difundir melhor os resultados de nossos trabalhos. É necessário, em uma palavra, mudar a cultura da instituição, de maneira a torná-la mais orientada para a qualidade, para a valorização técnica de seu pessoal, para o uso eficiente dos recursos, o cumprimento de prazos e o pronto atendimento aos usuários. Muitas destas dificuldades decorrem de restrições externas que o IBGE não tem como alterar a curto prazo. Mas há muito a fazer internamente, e, na medida em que o funcionamento interno da instituição melhore, haverá mais condições para conseguir os recursos financeiros e institucionais necessários para ir mais adiante (SCHWARTZMAN, 1994a, p. 2-3).

Ao final de 1994, fazendo um balanço da gestão até então, Simon Schwartzman retomou suas próprias palavras naquela Apresentação, ao divulgar o documento *O presente e o futuro do IBGE*, oferecido em especial ao governo. Elaborado a pedido do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, Beni Veras, o documento traz uma avaliação global do IBGE, discorre sobre suas condições de funcionamento, e propõe ações estratégicas para o futuro da Instituição⁵.

A plena implementação das propostas elaboradas pela missão é tarefa de anos, e requer condições institucionais que o IBGE no momento não possui. No entanto, elas foram úteis, desde já, para confirmar a importância de algumas ações já em curso, e dar início a várias outras. Em relação à política de recursos humanos, a missão do Statistics Canada manteve intensos contatos com a equipe da Escola

⁵ Para informações mais detalhadas, consultar: SCHWARTZMAN, S. *O presente e o futuro do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. 34 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?-view=detalhes&id=224542>>. Acesso em: fev. 2016.

Nacional de Ciências Estatísticas, e suas propostas incluíram desde a criação de uma estrutura mais adequada de coordenação destas atividades, que está sendo implementada, até o oferecimento de formas específicas de colaboração e transmissão de experiências, de formação e treinamento, o que depende, sobretudo, da possibilidade que o IBGE tenha de reintroduzir o sistema de mérito em sua administração. As recomendações sobre maior racionalidade e consciência de custos levaram ao desenvolvimento de um sistema de informações gerenciais baseados em uma estrutura de projetos, que ainda está sendo testado. As sugestões sobre o parque computacional, no sentido de se passar de uma cultura de processamento centralizado para um sistema distribuído, começaram a ser implementadas. As discussões mantidas pela equipe canadense com os técnicos da área de pesquisas econômicas contribuíram para um importante redirecionamento de seus trabalhos. As discussões na área de documentação e disseminação reforçaram a política de parcerias externas e a prioridade que está sendo dada ao ingresso do IBGE na rede Internet (SCHWARTZMAN, 1995, p. 27).

Em 1996, Simon Schwartzman organizou o *Relatório anual* 1995, de excelente conteúdo, refletindo o trabalho intenso de reorganização e modernização que vinha sendo implementado no Instituto. A Apresentação do documento é uma reflexão bastante valiosa, da qual se destacam os seguintes trechos⁶:

O IBGE também espelhou, ao longo destas décadas, as vicissitudes pelas quais vem passando o Estado brasileiro. Nos anos 30 o Instituto foi organizado como parte de um Estado que se pretendia moderno, cientificamente estruturado e eficiente; mas a partir daí sofreu com a burocratização e que afetou a toda a administração direta do país. Na década de 70 o Instituto se transformou em Fundação autônoma, para reverter novamente, após a Constituição de 1988, a um regime jurídico centralizado que deixa pouco espaço para uma política própria de recursos humanos e de utilização eficiente dos recursos que a sociedade lhe destina. No passado, o IBGE teve condições de incorporar um número significativo de técnicos e pesquisadores altamente qualificados em geografia, cartografia, economia, estatística, computação e ciências sociais. Nos anos 80 o IBGE acompanhou o crescimento desordenado da administração federal, e chegou a quase quinze mil

⁶ Para informações mais detalhadas, consultar: SCHWARTZMAN, S. O espelho do Brasil. In: IBGE. *Relatório anual* 1995. Rio de Janeiro, 1996b. p. 3-4. Apresentação. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/220/relatorio_anual_1995.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

funcionários espalhados por todo o território. Hoje o Instituto tem menos de 10 mil servidores, a grande maioria de nível médio, e ainda não teve condições de começar a recuperar o quadro técnico e profissional de que necessita para retomar e dar continuidade às tradições de trabalho dos pioneiros. Como todo o serviço público brasileiro, o IBGE foi fortemente afetado pela inflação e pela instabilidade orçamentária e institucional que, desde os anos 80, afetaram seu trabalho e provocaram períodos difíceis de greves e conflitos de trabalho; mas também recebeu apoio e recursos importantes por ocasião dos grandes censos, que permitiram a renovação de seus equipamentos e a produção das estatísticas básicas de que o país necessita, ainda que sem a regularidade e a atualização que seriam necessárias. O ano de 1995 marca o início de um trabalho de recuperação que tem como base a estabilidade institucional e de recursos proporcionada pela estabilização da moeda e garantida pela preocupação do Governo Fernando Henrique Cardoso e do Congresso Nacional em proporcionar ao Instituto os meios para seu funcionamento. O trabalho se iniciou em várias frentes, e os primeiros resultados já estão começando a aparecer. Trata-se, primeiro, de colocar em dia as principais estatísticas e informações cartográficas nacionais, tornando mais nítida a imagem que o Brasil tem de si mesmo. Em grande parte, é um trabalho interno de colocar em dia as pesquisas, buscar novas metodologias e renovar a agenda de temas e questões a serem pesquisados. Isto depende, também, de uma grande aproximação e diálogo intenso com os usuários destes dados – governo, empresários, organizações comunitárias, instituições de pesquisa e planejamento, meios de comunicação – assim como com outros produtores de informações similares no setor público e privado. Um passo importante neste sentido é a realização do Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais que o IBGE está organizando em maio de 1996. Depois, é necessário fazer com que as informações cheguem ao público de forma rápida, acessível e adequada aos diferentes usuários – exemplos desta nova abordagem são a página do IBGE na Internet, a utilização cada vez mais intensa de meios magnéticos de disseminação de informações e instrumentos ágeis de disseminação, como é a Carta IBGE. Finalmente, há um trabalho intenso de reorganização e modernização interna, que tem como pontos centrais a qualificação dos recursos humanos, a modernização tecnológica, a reorganização administrativa, o remanejamento do espaço físico, a busca de maior eficiência no uso de recursos públicos, e a geração cada vez maior de recursos próprios. Todas estas áreas estão sendo trabalhadas, e o projeto de modernização da administração

pública federal, ora em andamento, deverá permitir ao IBGE iniciar, em breve, uma ação sistemática de recuperação de seu quadro técnico e científico, que é a base para tudo mais (SCHWARTZMAN, 1996b).

Ainda em 1996, de 27 a 31 de maio, foi realizado o I Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, no Rio de Janeiro⁷. Com o lema “Informação para uma sociedade mais justa”, o Encontro agregou nove eventos simultâneos: IV Conferência Nacional de Estatística - CONFEST, III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia - CONFEGE, Reunião de Instituições Produtoras, Fórum de Usuários, Seminário Desafios para Repensar o Trabalho, Simpósio de Inovações, Jornada de Cursos, Mostra de Tecnologia de Informação, e Exposição IBGE: 60 anos de Brasil⁸.

Simon Schwartzman, na Apresentação do programa final do evento, ofereceu o sentido atribuído ao Encontro e o fez como leitor atento de Bruno Latour⁹. Aos seus termos, Alain Desrosières referiu-se na abertura de sua excelente conferência, adiante aludida.

Eis a Apresentação elaborada por Schwartzman:

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

⁷ O Encontro foi promovido pelo IBGE em conjunto com nove sociedades científicas de expressão nacional e 19 institutos regionais de pesquisa, utilizando as instalações do Centro de Convenções da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN. Toda a documentação do evento encontra-se disponibilizada no endereço: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=281531>>. Na ocasião, o IBGE também traduziu e elaborou um folheto, fartamente distribuído, contendo os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais adotados na 28ª sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas, realizada em abril de 1994.

⁸ O II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, realizado no período de 21 a 25 de agosto de 2006, aos 70 anos do IBGE, ocorreu na gestão de Eduardo Pereira Nunes

⁹ Vale a leitura de: SCHWARTZMAN, S. Os dinossauros de Roraima: ou a sociologia da ciência e da técnica de Bruno Latour. *Novos Estudos*, São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - Cebrap, n. 39, p. 172-179, jul. 1994.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação – reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação – aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato – mais flexível, personalizado e interativo – e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor ensaja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político-administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa (SCHWARTZMAN, 1996a, p. 1).

Entre os conferencistas internacionais, vale realçar, particularmente, a presença dos cientistas Robert W. Marx (*Applications and benefits of Tiger and the decennial census to data analysis*), Peter Wagner (*Statistics, social science and democracy*) e Alain Desrosières, este com duas apresentações (*Du singulier au general: l'information statistique et la construction de l'Etat*, bem como *Le territoire et la localité – deux langages statistiques*)¹⁰.

Da IV CONFEST e III CONFEGE não resultou uma proposta de revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG vigente desde 1974; não era uma meta das conferências. Ao que parece, Simon Schwartzman não acredi-

¹⁰ A primeira das conferências de Desrosières foi preparada especialmente para o Encontro; a segunda, publicada originalmente em 1993, no periódico *Courrier des Statistiques*. Essas quatro conferências estão disponíveis em: CONFEGE, CONFEST e Simpósio de Inovações: conferências e mesas redondas: sessões 26 a 32. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, I., 1996, Rio de Janeiro. *Trabalhos apresentados...* Rio de Janeiro: IBGE, 1996a. v. 6, t. 1. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=281531>>. Acesso em: fev. 2016.

tava, dados os novos tempos, com o IBGE já não sendo uma agência quase única no contexto estatístico brasileiro, que fosse possível ou mesmo adequado haver uma proposta completa, articulada e hierarquizada de um programa estatístico organizado sistemicamente. Talvez entendesse como mais adequado, ou só possível, ir-se trabalhando cotidianamente, ao sabor das demandas entendidas como apropriadas, até que, em algum momento, se tivesse a evidência de um programa estatístico organizado sistemicamente.

Simultaneamente ao Encontro, foram comemorados os 60 anos do IBGE, com exposição realizada no edifício da Academia Brasileira de Letras - ABL, também na cidade do Rio de Janeiro (a duas ou três quadras do grande evento, na FIRJAN). A Exposição IBGE: 60 anos de Brasil foi organizada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC da FGV, para a qual foi feito um vídeo e na qual também foram tomados, em vídeo, testemunhos de inúmeros visitantes. Na ocasião, a revista *Domingo, do Jornal do Brasil*, publicou matéria de capa assinada por Ana Madureira de Pinho, ricamente ilustrada, sobre a exposição¹¹.

O IBGE inaugurou a sua plataforma digital na Internet¹² em 1996, disponibilizou microdados, e o País vivia um novo momento, com a privatização de empresas estatais, como a Vale do Rio Doce e o Sistema TELEBRÁS. As críticas de vários setores da sociedade, principalmente de partidos de oposição, não impediram o plano do governo de levantar verbas para promover as reformas necessárias no plano político.

Cabe destacar que no contexto da Reforma do Estado, dirigida pelo Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), cogitou-se tornar o IBGE uma Agência Executiva, projeto que não teve prosseguimento.

¹¹ Ao longo de suas páginas, destacam-se os seguintes enfoques: "As primeiras expedições do IBGE foram as 'Entradas e Bandeiras' do século 20"; "Nos arquivos do instituto estão registradas transformações do país nos últimos 60 anos"; "Na exposição comemorativa, as melhores fotos da fase mais romântica das pesquisas"; e "Na cidade de Goiás Velho, em 1946, uma expedição encontrou colônia de nazistas".

¹² O Conselho Diretor do IBGE, por meio da Resolução RCD n. 28, de 17.11.1995, assinada pelo Presidente do Instituto, Simon Schwartzman, estabeleceu que o IBGE é detentor dos direitos autorais e intelectuais de todos os dados e sistemas de processamento, armazenamento e recuperação de informações gerados por seus diversos Departamentos Técnicos, em quaisquer mídias, inclusive originais de trabalho, devendo para isso efetuar os necessários registros de direito autoral e patentes nos órgãos competentes, por meio do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, que fica encarregado desta responsabilidade. Além disso, a Portaria determina, também, como obrigação do IBGE a disponibilização de seus dados ao público em geral.

Dando início ao processo de discussão no governo federal, em fevereiro de 1998, Simon Schwartzman preparou um documento intitulado *O IBGE, quatro anos depois*, pouco difundido internamente, em que pese seu valor. O documento está estruturado em três partes e apresenta, de forma resumida, os resultados dos quatro anos de sua gestão, os problemas ainda persistentes e as soluções oferecidas¹³.

Quanto aos resultados, Schwartzman entende ter havido uma melhoria da imagem pública do IBGE, que atribui às seguintes ocorrências: atualização das pesquisas econômicas e sociais; modernização nos sistemas de distribuição de informações; modernização do sistema computacional; introdução das técnicas digitais na área de Cartografia; melhoria das condições de trabalho e do sistema gerencial; e trabalhos de coordenação institucional.

No passado recente, o IBGE era percebido como uma instituição assolada por greves constantes, publicando dados atrasados, atendendo mal aos usuários, e se ocultando por trás de uma linguagem difícil e obscura. Esta imagem se alterou profundamente. As greves desapareceram, o Instituto está na imprensa todos os dias, as informações são distribuídas com rapidez e eficiência, e seus dados são recebidos com respeito e consideração, ainda que continue havendo controvérsias em alguns pontos. Esta imagem pública também se reflete para dentro da instituição. Apesar das dificuldades, sobretudo salariais, que afetam ao serviço público como um todo, e à existência de um núcleo sindical radicalmente oposto ao governo, que faz tudo para sabotar o trabalho do Instituto, existe um clima de motivação, interesse e orgulho pelo trabalho realizado entre os funcionários e técnicos, que se reflete na qualidade dos produtos (SCHWARTZMAN, 1998c, p. 1).

Quanto aos problemas, Schwartzman apontou questões das áreas de pessoal, gerencial e jurídica. Na questão de pessoal, entre vários pontos, abordou o contingente de servidores (menos de 8 mil), os baixos salários e os poucos valores das gratificações do Plano de Carreiras para a Área de Ciência e Tecnologia¹⁴, consi-

¹³ Para informações mais detalhadas, consultar: SCHWARTZMAN, S. *O IBGE, quatro anos depois*. Rio de Janeiro, 1998c. Documento preparado para discussão com as autoridades federais. 8 p. Disponível em: <<https://archive.org/stream/Ibge4AnosDepois1998/4anos#page/no/mode/2up>> . Acesso em: fev. 2016.

¹⁴ O IBGE vinculou-se ao Plano de Carreiras para a Área de Ciência e Tecnologia por meio da Lei n. 8.691, de 28.07.1993. Depois disso, a Instituição passou a dispor de um Plano de Carreiras e Cargos próprio, por meio da Lei n. 11.355, de 19.10.2006, como ocorreria, durante o Governo Lula (2003-2010), em diversos outros órgãos do governo federal.

derando-o inadequado aos trabalhos do Instituto (sua única vantagem estaria na premiação das titulações). Na questão gerencial, em que pesem os avanços reconhecidos nos sistemas de controle e gerência, considerou imprópria a estrutura vigente (tanto na Sede, como nos estados, capitais e municípios) diante das modernas tecnologias e da falta de pessoal qualificado. Na área jurídica, considerou diminuto o seu quadro de pessoal, frente ao enorme contencioso.

Em setembro de 1998, em Aguascalientes, México, Simon Schwartzman proferiu palestra no painel “O futuro das estatísticas internacionais”, como parte da Conferência Conjunta da International Association of Survey Statisticians - IASS e da International Association for Official Statistics - IAOS, o último encontro em estatísticas de que participou como Presidente do IBGE¹⁵. Em sua palestra, tão curta quanto intensa, sugeriu que os órgãos oficiais de estatística deveriam (devem) perseguir quatro metas, a saber:

Primeiro, deveriam tornar-se mais criativos no uso de metodologias avançadas para coleta, processamento e disseminação de dados. Com uma melhor amostragem, é possível aumentar a cobertura e reduzir custos. Melhores registros públicos e o processamento criativo dessas fontes de dados podem reduzir a necessidade de coleta de dados primários. O processamento de dados tradicional, baseado em *mainframe*, pode ser substituído por facilidades computacionais descentralizadas, em rede, muito mais baratas e mais eficientes. Disseminação baseada em computador e uso de novas mídias, como CD-ROMs e Internet, podem reduzir o custo e o volume de produtos baseados em papel e proporcionar aos usuários melhores informações no tempo certo. Com novas tecnologias, é possível produzir mais e melhores produtos por uma fração do custo, mas há custos de treinamento, de desenvolvimento de sistemas e de transição de velhas para novas plataformas de computador e rotinas de processamento de dados, o que pode ser caro e demorado.

Segundo, os órgãos de estatística têm que ser mais criativos no estabelecimento de alianças e vínculos de cooperação com outras instituições produtoras de dados dentro dos países e com organizações internacionais. Parcerias com outras organizações governamentais, acadêmicas e internacionais permitem compar-

¹⁵ Trata-se de: SCHWARTZMAN, S. *O futuro das estatísticas internacionais: uma visão do Sul*. 1998. 4 p. Trabalho apresentado na Conferência Conjunta da International Association of Survey Statisticians - IASS e da International Association for Official Statistics - IAOS, realizada em Aguascalientes, México, 1998b. Disponível em: <<https://archive.org/details/OFuturoDasEstatisticasInternacionaisUmaVisaoDoSul>>. Acesso em: fev. 2016.

tilhamento de recursos, aumento da legitimidade e acesso ao conhecimento e à competência que os órgãos de estatística necessitam. Esses vínculos cooperativos trazem uma série de assuntos e problemas que órgãos de estatística inteiramente centralizados não têm que enfrentar. Como conservar e manter as regras de confidencialidade quando os dados são coletados através de organizações diferentes? Como ter certeza que os dados estão sendo coletados e processados de modo consistente? Como assegurar a tempestividade da disseminação? Quem será responsável por manter as séries de dados a longo prazo? Quais serão as regras para acesso e análise dos dados? Como compartilhar custos?

Terceiro, instituições oficiais de estatística têm que se esforçar por sua plena institucionalização como corpos técnicos independentes. Hoje, a maioria dos órgãos oficiais de estatística são tratados por seus governos simplesmente como parte de sua burocracia, o que leva a dois tipos de problemas. O primeiro é que eles ficam sujeitos a políticas de pessoal e de administração de recursos uniformes em âmbito nacional, que são frequentemente incompatíveis com suas necessidades e responsabilidades. O segundo, e mais sério, é que eles ficam expostos a interferências externas na nomeação de suas principais lideranças e até mesmo no modo como coletam e publicam suas informações. Felizmente, está se tornando cada vez mais claro que estatísticas oficiais que sofrem ingerências dos governos carecem de credibilidade e são inúteis e esta constatação tem refreado a interferência da maioria dos governos no trabalho de seus órgãos de estatística. Mas isso, claramente, não é suficiente. Órgãos de estatística têm que ser protegidos formalmente de governos ocasionais por mandatos predefinidos para os seus altos funcionários; por corpos supervisores estáveis e legítimos; por orçamentos estáveis de longo prazo e por regras apropriadas para administração de pessoal e de recursos.

Quarto, e provavelmente o que é o mais importante, os órgãos de estatística precisam aumentar sua competência profissional e técnica. Em muitos países, os órgãos de estatística são ainda dominados por pessoal administrativo, executando tarefas rotineiras de coleta e processamento de dados que podem ser rapidamente substituídas por modernas tecnologias de computador e contratação externa de tarefas rotineiras. Competência profissional é necessária para incorporar novas tecnologias, manter a informação atualizada com o estado da arte e dar aos institutos a legitimidade e o reconhecimento entre outros atores significativos, nos próprios países e no estrangeiro (SCHWARTZMAN, 1998b, p. 1-2).

Simon Schwartzman levou um projeto de reforma institucional pessoalmente ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, em um almoço no Palácio da Alvorada, mas naquela época as prioridades do governo eram outras, e o documento foi entregue ao Ministro do Planejamento e Orçamento, Paulo de Tarso Almeida, que o encaminhou de volta para o próprio Simon opinar. Sem perspectiva, o projeto voltou para a gaveta e, em dezembro de 1998, Simon Schwartzman renunciou a continuar na Presidência do IBGE.

Escritor incansável, quase mesmo compulsivo, Simon Schwartzman tem inúmeros artigos e livros publicados, sobre vários assuntos, quase sempre tomados como referência intelectual. Por essa razão, é muito cioso do tempo de que dispõe, não escondendo sua impaciência diante do que por ventura considere divagações estéreis; contudo, não deixa de ser afável e gentil. Sobre a atividade estatística, contribuindo distintamente na configuração de uma Sociologia das Estatísticas, escreveu alguns textos seminais. Vale nomear: *Legitimidade, controvérsias e traduções em estatísticas públicas*, apresentado em Bielefeld, Alemanha, em 1996; *Expansion and inclusiveness of statistics*, em Istambul, Turquia, em 1997; *O futuro das estatísticas internacionais: uma visão do sul*, apresentado em Aguascalientes, México, em 1998; *Cor, raça, discriminação e identidade social no Brasil*, iniciado ainda no IBGE, também em 1998; afora textos internos ao dia a dia ibgeano¹⁶.

No discurso de despedida, registrou a admiração pela Instituição e por seus técnicos, com quem pôde ter um diálogo sempre aberto e franco. Prosseguiu refletindo sobre a autonomia e a independência técnico-científica das instituições estatísticas, com foco no IBGE. Tratou, ainda, da coordenação da atividade estatística, tendo em conta, nos tempos recentes, o número crescente de entidades produtoras – estaduais e municipais, públicas e privadas – a exigirem um movimento de harmonização; mais ainda por usarem mais e mais os registros administrativos, heterogêneos por natureza, como fontes-chave de informações individuais. Com extrema propriedade, considerou relevante a existência dos instrumentos de coordenação (como os cadastros, glossários, classificações, entre outros), mas não os considera suficientes à configuração de uma coordenação abrangente.

¹⁶ Toda a sua produção acadêmica, incluindo artigos, capítulos de livros, vídeos, resenhas, entre outras informações, está disponível em: SCHWARTZMAN, S. *Simon's site*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?lang=pt-br>>. Acesso em: fev. 2016. Ver também acervo na biblioteca virtual: SCHWARTZMAN, S. In: INTERNET archive. San Francisco, 2016. Disponível em: <<https://archive.org/search.php?query=simonschwartzman>>. Acesso em 2016.

O primeiro destes temas é o do papel do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na sociedade brasileira, e, mais amplamente, dos institutos de estatísticas públicas nas sociedades modernas. A forma pela qual o IBGE está organizado, como órgão administrativo subordinado a um Ministro de Estado, reflete uma concepção antiga, segundo a qual os institutos de estatística seriam apenas um braço do governo federal, destinado à coleta de dados solicitados pelos governantes para o melhor exercício de suas funções. Hoje, no entanto, sabemos que os institutos nacionais de estatística são instituições públicas, voltadas à produção de informações confiáveis e relevantes para a sociedade como um todo, sociedade da qual o governo federal é só uma parte. O governo federal, como representante legítimo da sociedade, tem a responsabilidade de garantir o funcionamento de seu instituto de estatística e de zelar pela sua qualidade técnica, isenção e independência, sem abrir mão de seu direito de solicitar ao Instituto que produza as informações de que o governo necessita, mas sem confundir esta responsabilidade e este direito com um simples poder de mando. Posso assegurar que, durante todos estes anos que estive à frente do IBGE, sua independência e autonomia técnica sempre foram respeitadas e garantidas pelos Ministros aos quais estive subordinado, mas o fato é que o IBGE ainda não dispõe dos mecanismos legais e institucionais que garantam sua independência técnica e isenção e o protejam de ingerências externas indevidas, e estes mecanismos precisam ser criados com presteza.

O segundo tema é o do tamanho e alcance do IBGE, tanto do ponto de vista de suas áreas de responsabilidade, quanto de sua extensão. A legislação brasileira dá ao IBGE um poder amplo de coordenação das atividades estatísticas e geocientíficas no país, mas na prática muitas destas funções são cumpridas por outros órgãos. Diferentes países adotam diferentes divisões do trabalho em matéria estatística e geocientífica. São poucos os que reúnem estatística e geografia, em muitos casos as contas nacionais e as informações financeiras e de comércio exterior ficam com os bancos centrais, e estatísticas agrícolas, ou educacionais, são realizadas por órgãos especializados. Nenhuma organização é necessariamente melhor do que outra, mas, quando existe uma grande divisão de trabalho, é necessário um esforço maior de coordenação. Hoje, apesar de alguns trabalhos meritórios neste sentido, como o da Comissão Nacional de Classificação e da Comissão Nacional de Cartografia¹⁷, existe

¹⁷ Valeria relacionar a Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias - CEPAGRO, também.

pouca coordenação na produção de estatísticas de diferentes órgãos de governo ou financiados com recursos públicos, levando a superposições, desperdícios e até mesmo à produção de informações contraditórias. No futuro, a maior parte das estatísticas públicas terá como origem não a pesquisa direta, mas o processamento de informações de registros administrativos obtidos por governos e instituições privadas em suas atividades quotidianas, e as funções de coordenação tenderão a ser muito mais importantes do que as de execução de pesquisas enquanto tais.

O tema da extensão se refere ao relacionamento entre o IBGE, como órgão nacional de estatística, e os interesses de Estados e Municípios, muitos dos quais produzem seus próprios dados, e gostariam que o IBGE respondesse de maneira mais efetiva e direta às necessidades e prioridades locais. O IBGE é criticado muitas vezes por ser excessivamente centralizado, impermeável às necessidades locais, e grande demais, pela própria pretensão de cobrir todo o território nacional. Sempre orientei o IBGE no sentido de trabalhar, tanto quanto possível, em parceria com instituições estaduais e municipais, e avançamos bastante neste sentido, em atividades tais como a Pesquisa Mensal de Comércio, a Pesquisa de Orçamentos Familiares e, mais recentemente, no trabalho de elaboração da base operacional para o Censo do ano 2000. A experiência deste trabalho de cooperação confirma sua importância, mas confirma também que o país não pode abrir mão de um instituto de estatística de alcance nacional, com capacidade de produzir informações fidedignas e confiáveis para todo o país, independentemente de circunstâncias locais. O IBGE precisa, sem dúvida, rever seu organograma e seu quadro de pessoal, para adaptá-lo à nova realidade em que vivemos, mas ele não deixará de ser uma instituição de porte, como ocorre em todos os países que zelam pela qualidade de suas estatísticas públicas (SCHWARTZMAN, 1999, p. 2-3).

Simon Schwartzman finalizou sua gestão tratando da questão de pessoal, a exigir uma revisão completa das remunerações, em um novo plano de carreira. Advogou uma revisão do organograma, de modo a ajustar-se à realidade cambiante, seja em face das novas tecnologias, seja em face das novas temáticas demandadas (economia informal, economia invisível, novas contas ambientais, e vários outros). Tratou, ainda, do Censo Demográfico 2000, como um grande desafio adiante.

Entrevista realizada em 24 de junho de 2015, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, no Rio de Janeiro¹⁸

ANTES DE ASSUMIR A PRESIDÊNCIA DO IBGE, EM 1994, O SENHOR QUASE TRABALHOU NA INSTITUIÇÃO, NA DÉCADA DE 1970, QUANDO O ENTÃO PRESIDENTE DO IBGE, ISAAC KERSTENETZKY, PRETENDIA MONTAR UMA ÁREA DE INDICADORES SOCIAIS. O QUE ACONTECEU NAQUELA ÉPOCA?

Nessa época, eu tinha duas atividades: eu era professor da Fundação Getúlio Vargas, da Escola Brasileira de Administração Pública [EBAP]¹⁹, e também estava ligado ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, o IUPERJ, que tinha um Programa de Pós-Graduação de Ciência Política e Sociologia. Eu lembro exatamente isso: o Professor Isaac Kerstenetzky estava começando a montar essa área de indicadores sociais, a área social do IBGE, e me chamou para conversar sobre a possibilidade de que eu viesse para trabalhar nesta área do Instituto. Eu achei um projeto muito interessante, mas acabou não acontecendo, creio que por uma questão política, porque, na década de 1960, eu fui preso pelo Governo Militar, por minha participação em movimentos estudantis nos anos anteriores. Eu tive que largar a Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG], onde eu tinha me formado e estava começando a trabalhar, e havia então um veto do setor de segurança ao meu nome, que não passaria por um pedido de contratação que ele encaminhasse. E de fato foi o que aconteceu. Eu não sei se ele chegou a apresentar o meu nome ou não, mas o fato é que não foi possível viabilizar a contratação.

O SENHOR FOI PRESO EM 1964? O QUE ACONTECEU NA ÉPOCA?

Eu fui preso em 1964. Em 1962, eu havia ido para o Chile. Fui fazer mestrado em Ciências Sociais na FLACSO [Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais], uma faculdade da UNESCO. Eu voltei ao Brasil em princípio de 1964, já tinha um vínculo com a Universidade como pesquisador, e fui contratado para dar aula de Ciências Políticas, no curso de Ciências Sociais, onde eu tinha me formado. E aí eu fui preso pelos

¹⁸ A citação simplificada dos nomes próprios foi mantida no corpo da entrevista, de modo a preservar a leveza de seu conteúdo original. Em caso de dúvida com relação à menção de algum personagem, sugere-se consultar a lista de nomes completos, ao final da publicação.

¹⁹ Em 2002, a EBAP passou a se denominar Escola Brasileira Administração Pública e de Empresas - EBAPE.

militares, acusado de “perverter a mente dos jovens”. Fiquei preso mais ou menos um mês, e depois, no final do ano, eu saí do País. Saí, mas houve um processo político contra mim, que durou muito tempo. Eu fiquei no exterior e fiz meu doutorado. Voltei ao Brasil, exatamente no final de 1968, logo depois do AI-5 [Ato Institucional n. 5]; me aconselharam a não vir, mas eu já estava para vir, e voltei para Minas Gerais, na expectativa de integrar o Departamento de Ciências Políticas que estava sendo organizado na UFMG, mas não consegui ficar, e acabei indo para o Rio de Janeiro, trabalhando na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, ligado às Faculdades Cândido Mendes. Quando, anos depois, fui sondado sobre a possibilidade de vir para o IBGE, não foi possível por causa de minha ficha no Sistema Nacional de Informações [SNI] do Governo Militar, que aprovava. Logo depois, para completar essa história, tive um convite similar para ir trabalhar na Financiadora de Estudos e Projetos, na época presidida pelo José Pelúcio Ferreira, que era um economista, que, aliás, tinha uma relação muito próxima com Isaac Kerstenetzky. E o Pelúcio, que era mais esperto que o Isaac Kerstenetzky, em vez de propor meu nome para o governo, fez um acordo com a Fundação Getúlio Vargas: a FGV me cederia à FINEP, que ressarciria a Fundação pelo meu custo. Com isso, eu fui trabalhar na FINEP, sem que tivesse que passar pela aprovação da área de segurança do governo.

EM 1985, NA NOVA REPÚBLICA, O SENHOR ENTÃO FOI CONVIDADO PELO ENTÃO PRESIDENTE EDMAR BACHA PARA PRESIDIR UMA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS – ENCE, DO IBGE. COMO FOI ESSE TRABALHO?

Eu tinha participado, acho também que Edmar Bacha participou, de uma Comissão²⁰ que foi criada logo no começo do Governo da Nova República para fazer uma proposta de reformulação da educação superior do País. Era uma Comissão que, aparentemente, o Tancredo Neves tinha pensado em constituir e depois o Governo José Sarney (1985-1990), na gestão de Marco

²⁰ Trata-se da Comissão instituída pelo Decreto n. 91.177, de 29.03.1985. Para informações complementares sobre o assunto, consultar o documento: COMISSÃO NACIONAL PARA REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (Brasil). *Relatório final*. Brasília, 1985. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/comissao.htm>>. Acesso em: fev. 2016.

Maciel como Ministro da Educação. Essa Comissão trabalhou em 1985. Era uma comissão nacional, formada por mais de 30 pessoas, que fez toda uma discussão do que fazer com a educação superior brasileira e produziu uma proposta de reorganização do sistema de educação superior, e eu fui o relator dessa Comissão. Esse convite do IBGE foi logo depois disso, talvez pela lembrança que Edmar tinha deste meu trabalho anterior. Mas, em todo caso, havíamos sido contemporâneos da Universidade em Belo Horizonte; eu fazia Sociologia, ele fazia Economia. Então, nós temos uma relação de conhecimento bem antiga.

E COMO FOI ESSE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DA ENCE?

Não lembro exatamente de todos os nomes²¹, mas era uma Comissão de pessoas da área de Estatística, da área universitária também, e creio que havia na época certa intenção, por parte da Direção do IBGE, de fechar a ENCE. O entendimento que havia na época era de que não fazia parte da Missão do IBGE manter um estabelecimento de ensino, e que seria melhor transferir isso para alguma universidade. No decurso do trabalho da Comissão, discutindo com várias pessoas, nós chegamos à conclusão que na verdade seria importante para o IBGE ter uma área de formação e uma área de pesquisa. A ENCE, até então, fazia uma formação inclusive de nível médio, e nossa proposta foi que ela deveria ser um centro de pesquisa e pós-graduação, que ela deveria evoluir para isso. Entendíamos que o IBGE precisaria ter uma área de pesquisas forte, e, para isso, ter um centro de pesquisas e pós-graduação faria parte desse conjunto. E que não havia, na verdade, necessidade de a ENCE sair do IBGE para se incorporar a uma universidade. A ENCE poderia se especializar ou se concentrar na análise dos dados que o IBGE produz – os dados econômicos, socioeconômicos e demográficos que não eram tratados de forma aprofundada nos diferentes centros de pesquisa ou instituições universitárias de estatística. Havia um tema que era específico da ENCE: a própria estatística produzida pelo IBGE era pública, e seria importante ter um centro que se dedicasse a isso. Então, a recomendação que nós fizemos foi que o IBGE não se desfizesse da ENCE, mantivesse a ENCE, e houvesse um processo de eventualmente transformá-la num centro de pós-graduação de pesquisa. Outra

²¹ No IBGE, a Comissão foi instituída por meio da Resolução n. 29, de 24.07.1986, da Presidência, sendo composta por Simon Schwartzman, Nelson do Valle Silva, Basílio Pereira Bragança, Ricardo Milton Frischtak e Thadeu Keller Filho, funcionando sob a presidência do primeiro.

coisa que foi muito importante foi a recomendação de que a ENCE tivesse um papel mais direto na formação do próprio pessoal do IBGE. Acho, inclusive, que no início a ENCE foi pensada como uma escola de formação do pessoal que o IBGE contratava, mas nessa época já não era mais assim. Havia um papel de formação e qualificação dos técnicos, do pessoal que chegava ao Instituto através de concursos, e esta poderia ser uma contribuição muito importante da ENCE. Então, a recomendação foi transformar a ENCE em um centro de pesquisa e formação de alto nível em estatísticas públicas, e de se envolver com a qualificação permanente do quadro técnico do Instituto.

O RELATÓRIO DA COMISSÃO²² DIZ QUE UMA DAS VOCAÇÕES MAIS IMPORTANTES DA ENCE É A DE CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA ESTATÍSTICA NO BRASIL. ESSE RELATÓRIO FOI ESCRITO EM 1986. O SENHOR, ENTÃO, QUANDO CHEGA AO IBGE, EM 1994, VIU A ESCOLA CUMPRINDO ESSE PAPEL DE DESEMPENHAR O AVANÇO DA CIÊNCIA ESTATÍSTICA?

Não. Mas desde que eu saí do IBGE, creio que a ENCE evoluiu, criando o mestrado e já começando a implantar o doutorado. Acho que a ENCE foi nesse caminho, mas lentamente. Creio que houve muita dificuldade nesse processo. Inclusive com a criação da pós-graduação. Quando nós tivemos, mais tarde, a Missão Canadense, ela nos ajudou na criação de um programa de treinamento do pessoal do IBGE, segundo um modelo que os canadenses adotavam, e a ENCE se envolveu mais, passando a ter um papel mais ativo na qualificação do pessoal do IBGE. Mas a ENCE, na verdade, não adquiriu esse *status* de produção científica e intelectual no nível que a gente esperava.

NÃO ENCONTRAMOS NO RELATÓRIO CANADENSE UM REALCE MUITO NÍTIDO SOBRE O PAPEL DA ENCE. ISSO FOI DITO AO SENHOR VERBALMENTE?

Não. Isso não foi um assunto que eles abordaram, que eu me lembre. O que, sim, eles abordaram foi a questão do treinamento, da capacitação. Tinha um programa, de alguns meses, que as pessoas iam para o trabalho de campo, defendiam um projeto, faziam a pesquisa, depois produziam relatório. Muita gente passou por esse projeto, que era uma metodologia de capacitação que eles desenvolveram.

²² Para informações mais detalhadas, consultar o documento: COMISSÃO EXTERNA PARA AVALIAÇÃO DOS VÍNCULOS DA ENCE COM O IBGE. *Relatório final*. Rio de Janeiro, 1986. Disponível em: <<https://archive.org/details/EscolaNacionalDeEstatistica>>. Acesso em: fev. 2016.

Entenda o curso inspirado no modelo canadense, que passou a ser oferecido pela ENCE

Baseado no modelo do Survey Skills Development Course, do Statistics Canada, o Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa – CDHP foi uma das principais inovações introduzidas na reformulação da política de capacitação do IBGE, iniciada em 1995. O Curso se propõe a fornecer aos participantes uma visão abrangente de todo o processo de execução de uma pesquisa domiciliar por

amostragem, do planejamento até a coleta de dados em campo. Partindo de uma demanda específica apresentada por um cliente, os alunos desenvolvem, em curto espaço de tempo, um projeto, executam a pesquisa e apresentam, sob a forma de relatório, os seus resultados. Desde 1996, a ENCE promove anualmente o CDHP, que, em suas edições, oferece vagas também a servidores públicos externos ao IBGE.

HOJE, QUAL É A SUA AVALIAÇÃO SOBRE O PAPEL DA ENCE?

Acho que a ENCE ainda não chegou onde eu gostaria que ela tivesse chegado. Não é que ela não tenha evoluído. Ela já tem o mestrado de boa qualidade, mas, por exemplo, eu esperaria que a ENCE tivesse uma presença mais ativa de produção intelectual, de pesquisa, de publicações. Nós tínhamos um problema, quando eu estava na Presidência, que o IBGE não sabia o que fazer com as pessoas mais capacitadas que ele mesmo às vezes mandava para o exterior. Tivemos vários casos de pessoas que foram fazer doutorado e, quando voltavam, queriam ir embora, porque o IBGE não tinha o que fazer com elas. E era uma pena, porque eram pessoas capacitadas, nas quais o Instituto tinha investido dinheiro, recursos. Então, a ENCE deveria ser um lugar para essas pessoas. Algumas destas pessoas ficaram no Instituto e fizeram um trabalho importante, na ENCE e em outras áreas. Mas também houve perdas, houve gente que não ficou. Comparando com outros lugares, como o Instituto de Estatística da França [Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE] e outros países, onde existe uma área de pesquisa e de ensino forte, associada à produção de estatística, eu pensava que o IBGE poderia evoluir neste sentido. Mas no Brasil foi o IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada], na verdade, que se transformou no centro de pesquisa, trabalhando com os dados do IBGE. O IBGE mesmo nunca desenvolveu uma capacidade equivalente de usar os próprios dados para análise, para

interpretação, inclusive para criar as suas próprias estatísticas. Ainda que sempre tenha feito um trabalho de maneira muito competente, não tinha uma coisa mais criativa, porque não tinha um grupo de alta formação em Estatística, em Estatísticas Sociais, em Ciências Sociais e em Economia. O que acho que deveria ter.

EM SUA OPINIÃO, CABE AO IBGE ANALISAR OS DADOS OU O PAPEL DA INSTITUIÇÃO É FORNECER UMA BASE PRIMÁRIA?

Acho muito difícil você separar uma coisa da outra. Você não tem como fazer uma boa estatística, se você não sabe o que fazer com ela. Acho que as duas coisas estão muito juntas, não é? A não ser que o IPEA dissesse o que tem que fazer, o IBGE executa. Mas nunca foi assim. Na verdade, o conhecimento que o IBGE tem, ele vem dos muitos contatos internacionais, dos padrões internacionais que o IBGE conhece e acompanha. E, de alguma maneira, ele reproduz as metodologias, que são metodologias do estado da arte, digamos assim, em estatística, que a equipe técnica conhece e incorpora. Mas acho que seria importante também ter uma capacidade de análise. Essa divisão IBGE e IPEA, inclusive dentro do mesmo Ministério, não me fazia muito sentido. Inclusive, havia uma diferença salarial, que era muito complicada. O pessoal do IPEA ganhava muito melhor e, frequentemente, criava uma situação quando saíam os dados e os jornais diziam “pesquisa do IPEA disse não sei o quê...”, e os dados eram sempre do IBGE.

O SENHOR PODERIA CONTAR UM POUCO COMO SE TORNOU PRESIDENTE DO IBGE?

Na verdade, o convite foi feito através do Edmar Bacha, que na época estava na equipe do Plano Real e me convidou, fez esse contato inicial. Depois, eu tive contato com o Ministro do Planejamento da época, que era o Beni Veras, que formalizou o convite. Acho que já havia nessa época uma preocupação, da equipe do Plano Real, com a questão das estatísticas dos índices de custo de vida, inflação. Então, nós tivemos várias conversas sobre isso, sobre como seria a questão da inflação dentro do quadro de estabilização econômica, que estava se planejando. Penso que havia uma certa insegurança sobre como o IBGE ia atuar nessa situação, porque a pessoa que estava na Presidência [Silvio Minciotti] não tinha um *background* econômico. Então, era isso, eles me convidaram para assumir nesse contexto, apesar de eu tampouco ser economista.

DE QUE FORMA O SENHOR MONTA A SUA EQUIPE? QUAL FOI O CRITÉRIO?
TEVE ALGUMA INDICAÇÃO?

Não, eu não conhecia nada. Na verdade, na época que eu entrei o IBGE estava em greve; eu assumi em plena greve e mantive a equipe que estava aí, que estava no lugar. Então comecei a me informar, comecei a chamar as pessoas, conversar, aos poucos, eu fui substituindo alguns, na medida em que ia entendendo melhor a situação. Mas mantive inicialmente a equipe que estava.

O SENHOR RECEBEU ALGUM PEDIDO PARA COLOCAR ALGUÉM EM ALGUMA
UNIDADE ESTADUAL?

Não. Sempre houve, não naquele momento inicial, mas ao longo do Governo Fernando Henrique recebíamos muitas vezes uma listinha do Ministério do Planejamento que dizia: “aqui tem indicação de fulano para não sei o quê”. E nós tipicamente respondíamos que já tínhamos resolvido, os cargos estavam ocupados e ficava por isso mesmo. Houve telefonemas de Deputados indignados porque não nomeei fulano de tal, e que eu não cumpria algum acordo político de distribuição de cargos, que, se de fato houve, nunca tomei conhecimento. Teve um que me ameaçou de pedir meu cargo ao Presidente da República. Eu disse: “Então, você peça”. Mas na verdade eu tinha toda liberdade para nomear quem eu quisesse.

FOI A PRIMEIRA VEZ QUE O SENHOR ASSUMIU A DIREÇÃO DE UMA
INSTITUIÇÃO PÚBLICA?

Isso foi.

SOBREMODO SENDO UMA INSTITUIÇÃO TÃO GRANDE COMO O IBGE,
ISSO LHE CAUSOU ALGUMA APREENSÃO?

Eu entendi que era uma coisa grande, era uma coisa complexa, e eu fui com a intenção de aprender. Eu não acho que sentia que eu não ia conseguir, mas também sabia muito bem que eu tinha muito que aprender nessa história.

E LOGO DEPOIS DE ASSUMIR A PRESIDÊNCIA, O SENHOR ENVIA UMA CARTA À
DIREÇÃO DO STATISTICS CANADA, SOLICITANDO UMA CONSULTORIA DE AVALIAÇÃO
SOBRE O IBGE. POR QUE O CANADÁ? COMO FOI A RECEPÇÃO DENTRO DO IBGE?

Eu confesso que eu não sei, não consigo reconstituir muito bem como é que foi esse processo. Nessa época, o Statistics Canada era uma das

instituições mais proeminentes no mundo, em matéria de estatística. Acho, inclusive, que o Statistics Canada depois até sofreu bastante, mas na época, com Ivan Fellegi, que era o Presidente, e Jacob Ryten, o Vice-Presidente, o Instituto tinha um trabalho bastante grande de cooperação técnica com vários países. Eu não lembro exatamente se isso coincidiu com a minha participação na Conferência de Estatística das Nações Unidas, onde eu tive contato com eles. Eles tinham uma pessoa, Béla Prigly, que fazia o contato regularmente com outros países da América Latina e era a responsável pela cooperação internacional. Eu lembro que nós nos aproximamos, conversamos e eles se dispuseram a cooperar conosco. Eu não acho que houve assim um trabalho sistemático de procurar diferentes países. Foi uma coisa que aconteceu. Talvez, até eu possa estar esquecendo, mas na época não havia dúvida de que esse era um dos centros de estatísticas mais conceituados. A atuação deles na Comissão de Estatística das Nações Unidas [United Nations Statistical Commission] era muito importante, e era onde, na verdade, o IBGE buscava muitas das orientações técnicas. Não me lembro exatamente quando, mas participei de mais de uma reunião da Comissão, nas Nações Unidas, e eles eram muito presentes ali. Então, para mim, era uma escolha natural. Acho que a recepção dentro do IBGE foi boa; as pessoas receberam bem. Não me lembro de nenhuma resistência, nenhuma dificuldade.

QUAL ERA A SUA INTENÇÃO NA ÉPOCA?

Havia uma coisa que eu precisava ter para mim: uma visão externa do que estava acontecendo com o IBGE. Eu mesmo não tenho uma formação em Estatística Pública, nem em Estatística. Fiz Ciências Sociais, mas a minha formação estatística não é muito boa. Então, para mim, tudo isso era novidade, eu não tinha condições de avaliar. Conversando com o pessoal do IBGE, eles iam me dizendo o que sabiam, mas eu queria ter uma visão externa. Eu queria que alguém viesse de fora e me dissesse: “Olha, isso está bem, isso está ruim”. Então, eles tiveram muito esse papel, de trazer um olhar externo, fazer uma avaliação, e depois sugerir uma série de coisas que foram muito úteis, muito importantes para o Instituto.

O SENHOR QUERIA UM DIAGNÓSTICO?

Eu queria um diagnóstico e também uma ajuda específica em áreas técnicas

para melhorar uma série de coisas. Por exemplo: uma importante decisão que provocou muita celeuma foi a suspensão dos Censos Econômicos. Foi uma recomendação deles, de transformar os Censos Econômicos em uma metodologia de pesquisa permanente, combinado à base de dados do Cadastro das Empresas, com *surveys* amostrais periódicas. Eu tenho essa impressão – aí eu não acompanhei muito de perto – de que eles ajudaram muito na parte de Contas Nacionais, além de toda essa parte de formação, de treinamento, de capacitação de pessoal. Enfim, foram várias sugestões, e toda uma interpretação que me ajudou muito a entender qual é o papel que a gente pode esperar de um instituto de estatística; que papel que ele deve desempenhar; a questão da reputação; da credibilidade. Eu aprendi muito com eles nesse processo. Acho que muita gente no Instituto também.

A MISSÃO DO CANADÁ TROUXE ALGUMA SURPRESA?

Não, acho que não trouxe surpresas, mas, na área mais especificamente técnica, essa questão dos Censos Econômicos fez uma grande diferença. Eu sabia que tinha ali um grande problema, que os Censos de 1985 nunca tinham sido completamente analisados. Quando eu cheguei, na verdade, o Censo Demográfico 1990 [realizado em 1991] também não tinha sido publicado ainda. Uma das primeiras coisas que eu fiz foi ver se a gente soltava logo o Censo 1991; os Censos Econômicos nunca foram completados. Eu não tinha condições, sozinho, de entender qual era o caminho, o que você fazia com isso, se precisava ter um Censo Econômico ou não. O pessoal do IBGE estava muito comprometido com aquilo que eles estavam fazendo, era um projeto deles. Então, eles não iriam me dizer: “Olha, é outra coisa completamente diferente”. Então, o fato de vir alguém de fora e dizer: “Olha, não é por aí, hoje em dia as coisas não se fazem assim, tem outra maneira de ver isso”, foi de grande importância. Eu precisava realmente de gente de fora, uma visão externa, para poder fazer esta mudança.

E COMO O SENHOR CONVINCEU A EQUIPE TÉCNICA SOBRE AS NOVAS AÇÕES?

O grupo técnico que estava ali [no IBGE] participou das discussões, participou de todo o processo e concordou. Não foi uma decisão que tomei sozinho.

Entenda o fim dos Censos Econômicos e como ficaram as pesquisas econômicas

Até os anos 1980, os Censos Econômicos tinham papel central na organização da produção de estatísticas da indústria, comércio e serviços, como fonte de dados estruturais e como base para as amostras de pesquisas contínuas e indicadores conjunturais. Este modelo, no entanto, foi se mostrando incapaz de acompanhar as demandas por informações mais rápidas e mais abrangentes, próprias de uma economia que crescia e se diversificava em um ambiente de transformações. Agravando a situação, os Censos Econômicos, previstos para 1990, foram adiados por motivos orçamentários. A constatação dessas dificuldades levou à reflexão sobre o modelo e os procedimentos até então adotados na produção das estatísticas econômicas e à busca de alternativas capazes de responder ao desafio de como produzir, com os recursos disponíveis, estatísticas econômicas integradas, atualizadas, diversificadas e de qualidade. Em 1994, a Missão Canadense, a pedido do IBGE, incluiu a discussão da transição do modelo das estatísticas econômicas, centrado na realização de Censos, para um sistema integrado de pesquisas por amostragem, que correspondia ao caminho seguido nos países com sistemas estatísticos mais avançados,

como o Canadá. As discussões foram fundamentais para os trabalhos que já estavam em andamento no IBGE. O foco central foi promover a transição para um sistema integrado de pesquisas apoiadas em um Cadastro de Empresas, construído e atualizado com o uso de registros administrativos, cobrindo o universo das unidades empresariais do País. O Cadastro Central de Empresas – CEMPRES, peça central na nova arquitetura de produção das estatísticas econômicas que se queria montar, reúne informações cadastrais e econômicas oriundas de pesquisas anuais do IBGE, nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços, bem como da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, ambos do Ministério do Trabalho. A articulação com esses registros administrativos garante a cobertura e a atualização sistemática do universo de empresas do País. Por sua vez, o desenho amostral das pesquisas possibilita a produção de dados representativos do universo das empresas de forma rápida, menos custosa e com qualidade. O primeiro passo foi priorizar a padronização para ampliar as articulações entre as diversas fontes nacionais, tornando segura a harmonização com padrões internacionais, necessária para a comparabilidade entre

os países. Nesse processo, o pré-requisito foi a revisão das classificações econômicas, que resultou na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, implementada no sistema estatístico e nos registros administrativos.

Por envolver ampla reestruturação da produção das estatísticas econômicas do IBGE, o programa foi implementado em etapas: a oficialização da CNAE (1994), a realização de extensa pesquisa de campo para atribuição do novo código às unidades empresariais e a reorganização do Cadastro de Empresas com identificação do código CNAE (1995-1996); a implementação das pesquisas estruturais de Indústria (empresas: ano-base 1996 e produto:

ano-base 1998), Comércio (ano-base 1996), Serviços (ano-base 1998) e Construção (ano-base 2002); e a implementação dos indicadores conjunturais de Comércio (ano-base 2000), Indústria na base CNAE e PRODUST (ano-base 2004) e Serviços (ano-base 2012). Dentro da arquitetura e dos parâmetros fixados no programa, o sistema de pesquisas econômicas do IBGE tem evoluído ao longo do tempo, completando a cobertura setorial das pesquisas estruturais e conjunturais com as necessárias revisões para atualização de novas versões das classificações, seguindo as revisões dos padrões internacionais, e implementando pesquisas com a abordagem de novos temas.

OS SEUS RELATÓRIOS DE GESTÃO TÊM MUITA QUALIDADE NO CONTEÚDO E NA FORMA. A IDEIA DESSES FORMATOS ERA DO SENHOR OU OUTRAS PESSOAS AO ACASO DAVAM ISSO PARA O SENHOR?

Não, acho que é uma coisa minha. Quer dizer, eu, nas Ciências Sociais, independentemente do IBGE, sempre procurei ter uma linguagem muito clara e o mais simples possível. Sempre achei que quando a linguagem é muito complicada é porque a pessoa não está conseguindo se expressar direito. E se você sabe o que está dizendo, você tem que dizer de maneira inteligível. Isso para mim sempre foi um valor, e sempre tratei de fazer isso em todas as coisas que eu fiz. Então, acho que ali foi a mesma coisa.

DEPOIS DE ALGUNS MESES NA PRESIDÊNCIA, O SENHOR APRESENTOU O PRIMEIRO BALANÇO, QUE FOI O DOCUMENTO *O PRESENTE E O FUTURO DO IBGE*. O QUE ESPERAVA COM ESSE BALANÇO?

Eu não consegui o que eu queria. Eu, na verdade, achava que o IBGE tinha que ter uma gerência muito mais eficiente, muito mais próxima de uma instituição de

pesquisa, baseada em critérios de mérito, muito mais flexibilidade, e não que fosse um serviço público, uma repartição pública. Eu tentei, em vários momentos, ver se a gente conseguia tirar o IBGE da situação de uma repartição pública e fazer essa transformação. Na verdade, você sabe que o IBGE, na década de 1970, era uma fundação e, em princípio, pelo menos, tinha mais flexibilidade gerencial, típica do direito privado. Isso foi revertido, acho que depois da Constituição de 1988. Então, quando cheguei lá, o IBGE tinha voltado a ser uma repartição pública e tinha todos os vícios de uma repartição pública. Ele não tinha liberdade de mexer com os orçamentos, os quadros fixos de pessoal; enfim, toda a rigidez do serviço público. Isso, infelizmente, não mudou. Tentei também, fiz um esforço, tentei negociar com o governo federal a criação de um quadro maior. Eu achava que o IBGE deveria ter um quadro técnico maior e mais qualificado. Talvez, reduzir a parte administrativa. Tinha uma estrutura descentralizada, com Unidades Regionais que nunca me convenceram muito de que eram necessárias. Então, eu tenderia a simplificar a parte administrativa e fortalecer a parte mais do centro, do núcleo de pesquisa e de análise. Um quadro mais qualificado. Mas não consegui, essa foi uma das coisas que eu não consegui convencer o governo federal a me dar, não só os recursos, mas a flexibilidade para fazer isso.

O SENHOR TEM UM DESENHO DE UM IBGE NA SUA CABEÇA. O SENHOR PODE FALAR MAIS SOBRE ISSO?

Eu não sei se eu tinha um desenho acabado. Mas acho que, basicamente, a estrutura que encontrei – uma estrutura dessa enorme Rede com as unidades locais, depois as coordenações regionais – parecia já bastante obsoleta. Eu achava que a gente já estava numa época que poderia ter um sistema um pouco como a figura: em vez de ter uma cabeça pequena e um grande corpo, ter um corpo menor e uma cabeça maior. Acho que era mais ou menos isso. Não precisaria ter uma Rede desse tamanho, formada basicamente de pessoal de nível médio, e as sedes regionais já não tinham muito papel a desempenhar, porque a informática fazia tudo no Rio de Janeiro. Então, isso era uma estrutura grande, cara, pesada, porque eram 7 000, 8 000 pessoas, naquela época. E tudo isso eu achava que deveria evoluir pra uma instituição menor, mais enxuta, mais qualificada. Essa era a ideia que eu tinha, com mais flexibilidade. Mas, apesar de na época também haver lá o Ministério da Reforma Administrativa, com uma série de ideias sobre como o IBGE e as instituições poderiam se transformar, isso não andou; e tinha muita resistência do próprio pessoal do IBGE.

O SENHOR TENTOU TIRAR O IBGE DO REGIME JURÍDICO ÚNICO – RJU, MAS NÃO TEVE APOIO INTERNO, CERTO?

Não, não tive apoio. Fiz uma reunião com o pessoal técnico, na época, com os Diretores, todo mundo. Acho que chegou até a ter uma votação. A maioria do pessoal disse que não queria, era contra. Eu já não tinha muito apoio do governo federal, se o pessoal de dentro também não dava apoio, não tinha muito para onde ir.

ESSA VISÃO DE UM IBGE COM A CABEÇA MAIOR E UM CORPO MENOR, NA ÉPOCA, O SENHOR CHEGOU A DIZER QUE NÓS NÃO PRECISÁRIAMOS TER AGÊNCIAS FÍSICAS, BASTÁRIAMOS TER EM ALGUNS LOCAIS UM REPRESENTANTE DO IBGE PARA ATUAR, ATRAVÉS DE UM COMPUTADOR. O SENHOR, ENTÃO, QUANDO FAZ UMA REFLEXÃO DESSA, NÃO ESTARIA EXTRAPOLANDO DEMAIS A SUA CAPACIDADE, EM INFORMÁTICA, PARA UMA INSTITUIÇÃO QUE NÃO CHEGA A TER TANTO ESSA HABILIDADE?

Não sei. Acho que há várias coisas misturadas aí. Acho que o problema não é a informática. A informática é o meio. Você pega o dado e processa o dado. Como é que você coletou o dado? É outra questão, coletando o dado pela Rede ou não. Tanto que, hoje em dia, a gente sabe que a Rede está muito debilitada, e grande parte da coleta de dados do IBGE é feita por pessoal contratado temporariamente. Então, digamos, a questão do processamento de dados é outra. Agora, acho que você poderia, por exemplo, trabalhar com mais parcerias. Esse foi um tema que provocou muita discussão, tinha muita resistência dentro do IBGE. Talvez um pouco ingenuamente, eu achava, por exemplo, que se São Paulo tem um SEADE [Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados], que faz trabalho de pesquisas estatísticas de São Paulo, porque o IBGE precisava ter uma estrutura administrativa paralela ao SEADE? Por que o SEADE não coletava os dados em parceria com o IBGE? Na verdade, nós tentamos uma harmonização das estatísticas de emprego com o SEADE; deu errado, houve problemas políticos aí. Mas a minha ideia é de que você podia ter um sistema que você pudesse contratar temporariamente, envolver universidades e instituições. Enfim, você não precisava manter uma estrutura fixa de funcionários públicos para esse trabalho de rotina de coleta de dados. Essa é a ideia, e eu continuo achando isso. Muitos países, para fazer o Censo, mobilizam outras pessoas e instituições. A Argentina faz isso: ela bota todos os professores da rede pública para coletar os dados. Você não precisa ter uma rede unificada nacional, com

7 000 pessoas, ou 8 000 pessoas, e milhares de unidades locais para você poder fazer isso. No passado, uma das funções das representações estaduais era dar acesso a uma biblioteca com as publicações do Instituto, e as pessoas iam lá buscar informações. Mas, na medida em que o sistema de informatização vai avançando, você realmente não precisa disso. Você bota um terminal em alguma instituição local, ou simplesmente disponibiliza a informação na Internet, como ocorre hoje. Você não precisa desta estrutura em cada estado.

O SENHOR CHEGOU A ANUNCIAR QUE TERIAM PESQUISAS DA ÁREA DE TRABALHO QUE SERIAM FEITAS EM COOPERAÇÃO COM O SEADE; O QUE ACONTECEU?

Nós tivemos um grupo de trabalho, coordenado pelo Ministério do Trabalho, com uma pessoa de lá, e o Ricardo Paes de Barros [economista] na época participou também, ajudando, e tivemos várias reuniões com o SEADE. O SEADE tinha, e ainda tem, um sistema de estatística de emprego, em que vários estados participavam, e que concorria com o sistema federal. Os dois eram financiados pelo governo, pelo FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador]. O Ministério do Trabalho financiava um e o Ministério do Planejamento financiava o do IBGE. Então, a ideia é que a gente podia unificar esses dois sistemas e ter um sistema único. Se o sistema único funcionasse, o IBGE poderia parar de coletar dados de emprego em São Paulo e usar os dados do SEADE. Havia vários estados – Minas Gerais e sete ou oito outros estados – que estavam coletando informações usando a metodologia do SEADE. Se a gente pudesse chegar a um acordo, isso pouparia o IBGE, que simplesmente pegaria os dados. Desde que a gente tivesse um marco comum, um entendimento de metodologia comum. Nós avançamos muito com relação a isso, mas finalmente, na época, o SEADE não quis, não quis aceitar essa unificação.

NÃO ACEITARAM NA ÉPOCA?

Não. Eu não sei exatamente qual é a origem desta duplicação, mas entendo que as estatísticas de emprego do SEADE foram desenvolvidas na época do Governo Franco Montoro (1983-1987), quando José Serra era o Secretário Estadual de Planejamento, em parceria com o DIEESE [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos], que era um centro de pesquisas dos sindicatos, como uma alternativa às pesquisas do IBGE. Havia ideia de que os dados que produziam eram melhores, estavam alinhadas à visão dos trabalhadores e captavam as diferentes formas de subemprego que as estatísticas do IBGE, órgão do governo federal, na época do PSDB, não contemplavam. O fato

é que os dados de desemprego do SEADE eram, sistematicamente, maiores do que os divulgados pelo IBGE. As reuniões técnicas que tivemos mostraram claramente que seria possível, e desejável, ao invés de publicar um índice único de desemprego, que fossem publicados diferentes números de desemprego absoluto, subemprego etc., compatibilizando assim as preocupações dos dois lados, e o próprio IBGE estava, na época, revisando a metodologia de suas estatísticas de emprego. Então, do ponto de vista técnico, não haveria problema. Mas havia uma questão política, e também dos recursos do FAT que os diferentes estados que reproduziam a pesquisa do SEADE recebiam. Se tivesse havido um acordo, o IBGE naturalmente seria o coordenador das novas estatísticas, e isto era visto com desconfiança. Basicamente, foi isso.

O QUE O SENHOR DESTACA COMO MAIS SIGNIFICATIVO NA SUA GESTÃO?

Acho que, como já mencionamos, algumas mudanças na parte de estatística, com a contribuição do Statistics Canada. Uma coisa muito importante para mim, que acompanhei bem de perto, foi toda a mudança da tecnologia. Quando cheguei ao IBGE, ainda havia aquele *mainframe* que funcionava na Mangueira [Complexo do IBGE do Rio de Janeiro]. Eu me lembro que, na época, nós fizemos uma estimativa, não sei se verdadeira ou não, de que o IBGE pagava US\$ 1 milhão por mês para a manutenção daquele sistema, que era alugado e operado pela IBM, por um valor muito acima do preço de mercado. A manutenção, o *software*, o aluguel do equipamento, tudo aquilo era um pacote extremamente caro, e nós em alguns anos conseguimos acabar com isso. Criamos um sistema muito menor, muito mais flexível; um computador nas mesas das pessoas. Era o momento em que a tecnologia estava se transformando. Nós entramos nisso. Criamos um *site* na Internet, começamos a colocar os microdados à disposição da população, dos especialistas, que era uma coisa que não havia. Eu lembro também que havia certa discussão sobre qual é o papel, qual é o lugar do IBGE no País, qual a função do IBGE. E havia certa ideia assim: bom, o IBGE é um lado importante do sistema de planejamento, ele produz informações para o planejamento, mas como o Brasil não está planejando, então o IBGE fica abandonado, porque não há um bom sistema de planejamento para usar os dados do IBGE. Esta é a visão que se tinha lá antigamente, que vinha ainda do tempo dos militares. Mas eu nunca acreditei muito no planejamento com P maiúsculo. Acho que a ideia de que você vai planejar a economia, planejar a sociedade, era uma ideia equivocada, não é assim que as sociedades modernas

funcionam. Aliás, essa era também uma ideia do Isaac Kerstenetzky. Ele pensava assim. O Isaac não era uma pessoa identificada com o Governo Militar; era uma pessoa muito liberal e antiautoritária, mas, intelectualmente, ele tinha uma visão de sistema nacional, de coordenação, de planejamento, muito totalitária. Era a visão que predominava na época. Eu tinha uma visão completamente diferente; achava que uma instituição como o IBGE era um órgão de informação para a sociedade, e o Estado, o governo brasileiro – assim como os governos locais e municipais – faz parte da sociedade, como um usuário, até mesmo privilegiado, das informações, mas não como seu dono e principal destinatário. Sua função é produzir informações de interesse social para todo mundo, para o governo, para o setor privado, para a opinião pública, internacional etc. Daí esta preocupação em colocar os dados à disposição do pesquisador, de tentar atender o público da melhor maneira possível. Outra coisa de que eu fiz muita questão na época foi aumentar a presença do IBGE nas estatísticas internacionais. Havia uma coisa muito complicada: os dados do IBGE não apareciam nas estatísticas internacionais. Mesmo que os dados existissem, quando chegavam pedidos de informações de agências internacionais aquilo era jogado num canto; não tinha ninguém para responder. E eu comecei a dizer: “Não. Passa por mim. Eu quero ver quais são os pedidos”. E comecei a fazer questão de garantir que a informação nossa aparecesse. Nós também fizemos a publicação *Brasil em Números*, em Inglês e Português, que também foi uma maneira de ter uma informação disponível, informação organizada e sistemática, para quem quisesse conhecer o Brasil; convidamos especialistas para comentar cada um dos temas²³. E também acho que, por bem ou por mal, a gente conseguiu certa estabilidade institucional. Aquela imagem de que era uma instituição caótica, que vivia em greve, isso desapareceu, e começou a prevalecer mais que era uma instituição séria, responsável, com alta credibilidade. Acho que ajudei a fortalecer essa visão.

A DISSEMINAÇÃO E O PORTAL FAZEM PARTE DESSA VISÃO DE VALORIZAR A RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA?

Acho que sim. Havia uma questão de custo. De repente, esse custo ficou mais barato, mais acessível. Ficou mais barato você manter um computador na mesa de cada

²³ O primeiro fascículo bilingue, com análises e comentários de especialistas, foi publicado pelo IBGE em 1998.

pessoa do que manter aquele computador gigantesco na Mangueira²⁴. Também houve a questão da mudança da Sede, que foi uma coisa importante: a saída de Mangueira, que foi uma decisão que a gente acabou tomando, porque a situação estava muito difícil, com balas que entravam nas janelas do IBGE, as pessoas fisicamente ameaçadas na porta; enfim, a situação de Mangueira era difícil. Nós conseguimos mudar para a Avenida Chile [Centro do Rio de Janeiro], e nessa mudança também aproveitamos para fazer as instalações, colocar a fiação adequada para colocar os computadores nas mesas dos técnicos. Nós trocamos o computador de Mangueira por um computador muito menor, que passou a funcionar na Avenida Chile.

O processo de transformação da tecnologia no IBGE

Em 1995, alguns técnicos possuíam terminais de computadores em suas mesas de trabalho para usarem sistemas de comunicação extremamente complexos. Podia-se, nos mesmos, utilizar os Programas Carta Certa (processador de texto) e Samba (planilha de cálculo). Eram modelos XT, operando em conexão ao computador central. O processo de modernização consistiu em substituir esses equipamentos por microcomputadores modernos e estações de trabalho interligados em rede, com *software* de ambiente Windows da linha Microsoft. Foram adquiridos centenas de computadores, e não tardou para

que, pouco a pouco, cada técnico tivesse um equipamento em sua mesa de trabalho. Visando capacitar seus técnicos para essa nova realidade, o IBGE organizou diversos cursos de formação e/ou aperfeiçoamento, com grande sucesso. Com essa nova tecnologia, ganhou página na Internet e abriu seu acervo de dados para acesso direto dos usuários, disponibilizando os resultados de todos os estudos e pesquisas realizados pelo Instituto. Sua página não parou de crescer; é um portal com inúmeros recursos e conteúdos informacionais e diversos prêmios conquistados ao longo dos anos.

O SENHOR PODE CONTAR UM POUCO DESSA MUDANÇA PARA A AVENIDA CHILE?

Não me lembro de muitos problemas com isso, não. Na verdade, o problema maior foi que eu não consegui dar um destino adequado ao prédio de Mangueira.

²⁴ Até o início de 1996, o principal computador do IBGE era um enorme *mainframe* IBM refrigerado a água, grande consumidor de energia e que ocupava cerca de dois andares do Complexo de Mangueira.

Isso foi uma questão que a gente tentou resolver de várias maneiras, buscando que o governo federal ou a prefeitura assumissem. Nós tivemos contato com a Prefeitura do Rio, mas não resultou em nada. O prédio ficou abandonado; sempre achei que foi uma coisa muito lamentável. Agora, acho que, para o pessoal técnico, a mudança para a Avenida Chile foi muito bem-recebida, na minha lembrança.

Entenda as razões da mudança para a Avenida Chile

O Complexo de Mangureira, no Rio de Janeiro, começou a ser instalado na gestão de Isaac Kerstenetzky (1970–1979), havendo a expectativa urbanística do Governador Francisco Negrão de Lima (1965–1971) de que para aquela região a cidade seria expandida. A construção dos prédios, a princípio, permitiria aglutinar um sem-número de unidades dispersas do IBGE, o que seria muito bom. O convívio dos ibgeanos com os habitantes do morro de mesmo nome, que formaram a tradicional Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, foi por muito tempo pacífico. Os funcionários estacionavam seus carros nas redondezas, usavam as oficinas mecânicas ali existentes e comiam nos restaurantes caseiros ao longo das vielas, morro acima. Sem falar nas assembleias sobre os rumos das greves, realizadas na quadra da Escola de Samba, sempre inflamadas e que marcaram a história do movimento sindical do IBGE. Pouco a pouco, porém, o perigo começou a dominar a região, e o medo atingiu a todos. Nos andares, as salas próximas às janelas, que antes eram disputadas, passaram a ser repelidas. As janelas tiveram os vidros

trocados, supostamente passando a serem à prova de bala, mas os projéteis das novas armas dos traficantes em confronto com a polícia atingiam e quebravam qualquer barreira de vidro, e as balas deixavam marcas nas paredes. Todos os Presidentes do IBGE desse período prometeram fazer a mudança, um anseio crescente dos funcionários, mas coube a Simon Schwartzman concretizar a promessa. Em junho de 1996, o IBGE iniciou a transferência dos servidores para as novas instalações, em um prédio na Avenida Chile, no Centro do Rio de Janeiro. Aos poucos, cerca de 1 500 servidores foram ocupando os 15 andares do Rio Metropolitan Center, com modernas estações de trabalho e computadores. Para o novo local, foram transferidos os servidores das Diretorias de Pesquisas e de Informática, e dos Departamentos de Geografia e de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, estes pertencentes à Diretoria de Geociências. Feita a mudança, o conjunto de prédios, conhecido como Complexo de Mangueira, foi transferido para a Gerência de Patrimônio da União, em 12 de fevereiro de 2003, e há mais de uma década encontra-se abandonado.

NA SUA AVALIAÇÃO, A FORMA COMO O IBGE ESTÁ ORGANIZADO, COMO ÓRGÃO ADMINISTRATIVO SUBORDINADO A UM MINISTRO DE ESTADO, REFLETE UMA CONCEPÇÃO ANTIGA. O SENHOR DEFENDIA O FORMATO DE AGÊNCIA EXECUTIVA AUTÔNOMA, COM MAIS INDEPENDÊNCIA. O SENHOR PENSA ISSO AINDA HOJE PARA O IBGE?

Eu penso do mesmo jeito, acho que o problema não foi resolvido. Inclusive, isso trouxe um problema recentemente para o IBGE, em que se levantou dúvida se o governo estava ou não estava interferindo nas estatísticas. Acho que essas coisas têm um preço muito alto, pois afetam a credibilidade da Instituição. A ideia da autonomia tem muito a ver com a questão da credibilidade. Você tem que ter uma instituição que seja como aquela história que dizem da mulher de César²⁵: não basta ela ser virtuosa, ela tem que parecer virtuosa. Com um instituto de estatística é a mesma coisa: se você tem um presidente de uma instituição que pode ser demitido a qualquer momento por um ato administrativo do Ministro, e se os Diretores também podem ser demitidos a qualquer momento, cria-se uma fragilidade. A única garantia da independência do órgão é a boa vontade do governo. É claro que os governos hoje em dia sabem que, se eles atropelarem as estatísticas, eles pagam um preço alto, pois afetam a própria credibilidade. É o caso da Argentina, que a gente conhece muito bem: eles resolveram interferir, atropelar o instituto de estatística de lá e ninguém acredita nos dados que o governo publica mais; o governo perdeu a credibilidade. Então, os governos não fazem isso levianamente, mas, de qualquer maneira, seria importante que o Instituto fosse mais independente; que o cargo do Presidente tivesse um mandato, uma aprovação pelo Senado ou por outro órgão; que não fosse simplesmente uma nomeação demissível a qualquer momento; que houvesse um Conselho Técnico que tivesse capacidade de servir como uma espécie assim de colchão, de proteção, entre o governo e o Instituto; que determinadas questões técnicas, mais complicadas, passassem por um Conselho, que finalmente aconselharia o Presidente e o governo, que intermediasse essa relação, com representantes da sociedade civil, com representantes da área acadêmica, com representantes do governo. Esse órgão técnico foi criado em algum momento, mas ele nunca teve essa função, nunca

²⁵ Por volta de 60 A.C., tendo a suspeita de que sua esposa Pompéia o teria traído, mesmo acreditando em sua inocência, Júlio César a repudiou e a expulsou de casa, dizendo esta famosa frase perante o Senado Romano: “A mulher de César, não basta ser honesta, tem de parecer honesta”.

desempenhou esse papel. Eu sempre achei que devia, e acho que o problema continua. Isso não foi resolvido.

O SENHOR CITOU A ARGENTINA. NA SUA OPINIÃO O IBGE CORRE O RISCO DE PASSAR POR UMA SITUAÇÃO PARECIDA COMO A QUE PASSOU O INDEC [INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS DA ARGENTINA]?

Do ponto de vista formal, corre, quer dizer, nada impede que o governo faça isso. Eu não estou dizendo que vá fazer, mas não há nada que impeça. É uma questão administrativa do governo. Os cargos de Direção do IBGE, inclusive os Diretores, são nomeados por Brasília, não são nomeados pelo Presidente [do IBGE] e são demissíveis a qualquer momento. Se o governo vai usar mão forte ou não, é uma questão política. Acho que isso coloca a Instituição numa posição frágil.

NO PONTO DE VISTA FORMAL?

No ponto de vista formal. Eu não estou fazendo análise política. Houve uma situação recentemente, que a gente sabe, com relação à PNAD Contínua²⁶. Falou-se que o IBGE estaria escondendo os dados, na época eleitoral, uma situação muito desagradável, que não deveria ter ocorrido. Se o IBGE tivesse uma estrutura mais forte de autonomia, essa questão não teria sido colocada. Eu não estou entrando no mérito se houve ou não houve, se houve má-fé, se escondeu, se havia ou não havia interferência. Tem gente que tem várias opiniões sobre isso. Eu não estou falando sobre isso. Agora, do ponto de vista estritamente formal, a Ministra do Planejamento da época [Miriam Aparecida Belchior] tinha poder de demitir o Presidente e nomear quem quisesse; estava na atribuição dela e continua na atribuição do Ministro do Planejamento hoje.

MAS A SOCIEDADE BRASILEIRA JÁ NÃO É SUFICIENTE MADURA?

Não sei. As coisas mudam, você tem conjunturas, tem coisas que não são muito

²⁶ Refere-se às suspeitas de interferência política no IBGE após a Presidente Wasmália Bivar (2011-) anunciar, em 10 de abril de 2014, a suspensão da divulgação da PNAD Contínua para que pudessem ser feitos ajustes em sua metodologia, após questionamentos de dois senadores. As suspeitas foram rechaçadas pela Presidente ao explicar que a decisão fora tomada para evitar mais sobrecarga de trabalho aos técnicos do IBGE, tendo em vista a obrigação de cumprimento da Lei Complementar n. 143, de 17.07.2013. Entretanto, após a reação do corpo técnico, a Direção voltou atrás e decidiu manter a divulgação da pesquisa, que é uma importante ferramenta para acompanhar o mercado de trabalho no País. Para informações mais detalhadas, consultar o box “Entenda por que a divulgação da PNAD Contínua foi quase suspensa”, no Capítulo Wasmália Bivar.

explícitas, tem coisas que acontecem no dia a dia que a gente não sabe muito bem. Por que não fez tal pesquisa? Por que fez outra? Por que não publicou tal dado? Por que publicou mais uma coisa ou outra? Por que deu ênfase a um tema ou outro? E a gente não sabe. Essas coisas não ocorrem de maneira aberta. Então, eu não acho que você pode simplesmente confiar que o País está maduro, e tudo bem. Acho que você tem que ter instituições constituídas para garantir autonomia e a transparência da instituição de pesquisa. Ela tem que ser transparente. As decisões têm que ser públicas. Os dados têm que ser publicados segundo regras conhecidas, numa cronologia estabelecida e publicamente definida, com as datas em que vão sair os dados. Tem que ter transparência, tem que ter conhecimento público e tem que ter um Conselho Técnico de forte reputação, que esteja supervisionando e conversando, ajudando para dentro e para fora. Se de repente ocorre um problema dentro da Instituição, esse corpo intermediário tem que ter capacidade de falar com o governo: “Olha, tem problemas aqui, por favor, ajude”. E se o governo tentar interferir, dizer: “Olha aqui, não pode, não, porque nós temos que proteger a Instituição”. É um colchão, para isso serve esse tipo de Conselho.

O SENHOR JÁ PASSOU POR ALGUMA SITUAÇÃO PARECIDA COMO A QUE NÓS ESTAMOS FALANDO?

O momento mais difícil que eu passei foi, logo no início, por causa daquela situação com o Ministro Ricupero [da Fazenda]. Ele, sem saber que estava falando num microfone público, fez um comentário de que o IBGE tinha dados que mostravam que a inflação não existia mais, mas os dados não estavam publicados. Ele disse uma frase infeliz... que os dados ruins a gente esconde, que os dados bons a gente mostra, mas que tinha uma equipe do IBGE que não queria mostrar os dados, alguma coisa desse tipo. O que aconteceu, na verdade, com esse episódio, foi que nós tínhamos um calendário de divulgação dos dados e, realmente, na mudança do Plano Real, já tínhamos dados que mostravam a estabilização, mas havia um calendário que previa certo tempo entre uma divulgação e outra. Eu não lembro muito bem os detalhes, mas, se logo no início do Plano Real você começasse a publicar os dados de inflação, eles estariam carregando a inflação passada. Então, houve uma decisão, na época, de aumentar o intervalo da divulgação. Mas o governo, o Ministério, estava sabendo que tipo de informações nós tínhamos. O Ministro tinha a informação, o IBGE não tinha divulgado ainda, e ele falou isso. Isso criou uma situação muito complicada, e

eu, na época, tive que fazer uma carta pública, mandei um artigo²⁷ para o jornal explicando a situação do IBGE. Eu quase fui demitido pelo Presidente Itamar Franco, porque ele resolveu proteger o Ricupero, que era uma pessoa da maior respeitabilidade. Enfim, eu não o culpo de nada. Mas o fato é que, como se deu essa celeuma, a decisão do Itamar Franco foi pedir que ninguém criticasse o Ministro, e meu artigo defendendo o IBGE foi mal recebido. Eu conversei sobre o assunto com o Ministro Beni Veras [do Planejamento], e o problema foi contornado. O Ricupero teve que sair do Ministério; o Ciro Gomes entrou no lugar dele.

Entenda o caso Ricupero

Em 1º de setembro de 1994, o Ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, e o jornalista Carlos Monforte, da TV Globo, estavam conversando informalmente, antes da gravação da entrevista, e não imaginavam que a antena parabólica transmitia a conversa. As inconfidências do Ministro foram ouvidas via satélite e gravadas e, entre outros assuntos, ele falou sobre o Índice de Preços ao Consumidor série r, o IPC-r de agosto, produzido pelo IBGE. Ricupero insinuou uma possível manipulação ou ocultamento do resultado. Na ocasião,

a pedido do Presidente do IBGE, Simon Schwartzman, o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, Beni Veras, divulgou uma nota de apoio, reiterando sua total confiança, apoio e garantia da continuidade do trabalho técnico desenvolvido pelo IBGE. A repercussão do caso levou o Ministro Ricupero a deixar o cargo três dias depois. Em 4 de setembro, o ex-Governador do Estado do Ceará (1991-1994), Ciro Ferreira Gomes, assumiu o posto.

NA ÉPOCA, O MINISTRO BENI VERAS ESCREVEU UMA CARTA ELOGIANDO O IBGE, CERTO?

É, ele escreveu uma carta. Tudo isso foi uma coisa combinada com ele, e eu publiquei na época um artigo também. Mas eu soube que depois, em algum momento, o Itamar chegou a pedir minha cabeça, o que finalmente não se consumou.

²⁷ Trata-se de: SCHWARTZMAN, S. O IBGE, o IPC-r, a inflação e as eleições. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 set. 1994, p. 11. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/ipcr.htm>>. Acesso em: fev. 2016.

Entenda a nota oficial divulgada pelo Ministro Beni Veras

Atendendo ao pedido do Presidente do IBGE, Simon Schwartzman, o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, Beni Veras, divulgou uma nota oficial de apoio ao IBGE em 5 de setembro de 1994. A medida serviu para neutralizar as declarações do ex-Ministro Rubens Ricupero. A íntegra da nota é a seguinte: "Como órgão responsável pela produção das estatísticas básicas do país, A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atua com independência e autonomia, de acordo com metodologias de domínio

público e desenvolvidas em consulta com especialistas, e conforme as diretrizes de longo prazo estabelecidas pelas autoridades governamentais. A Secretaria de Planejamento da Presidência da República, à qual responde o IBGE, vem a público reiterar sua total confiança, apoio e garantia de continuidade ao trabalho técnico que vem desenvolvendo este órgão, na elaboração dos índices e indicadores de custo de vida, no processamento dos dados censitários, nos estudos sobre emprego e mão de obra, nos trabalhos de previsão de safras agrícolas, e em tantas outras pesquisas de relevância nacional".

ESSE FOI O PROBLEMA MAIS SÉRIO QUE O SENHOR TEVE? TEVE UM MOMENTO QUE O SENHOR DISSE, NUMA ENTREVISTA, QUE O IBGE NÃO TEM MÁ REPUTAÇÃO; QUEM NÃO TEM UMA CARA BOA É O BRASIL. COMO FOI?

Foi o problema sério que eu tive. Depois, já na época do Fernando Henrique, houve algum momento em que o porta-voz do governo, Sérgio Amaral, disse essa frase que você mencionou. Eu disse: "Os dados nossos são bons. Ruim é o País. Os dados estão mostrando coisas ruins. Não é que a informação seja de má qualidade. A informação é boa, mas de uma situação ruim".

ATÉ 1964 O IBGE ERA UM ÓRGÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SÓ DEPOIS QUE A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO FOI CRIADA É QUE O IBGE GANHOU UM MINISTÉRIO TUTELAR MELHOR DEFINIDO. ONDE O SENHOR COLOCARIA O IBGE, COMO UM ÓRGÃO COM AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA?

Acho que poderia ficar ligado direto à Presidência, mas a ideia de uma Secretaria de Planejamento coordenando órgãos estratégicos como o IBGE, CNPq, FINEP, BNDES e IPEA não me parece necessariamente mal; mas a subordinação a um Ministério acaba isolando o Instituto do que deveria ser uma posição central no governo.

E NA CONCEPÇÃO INICIAL, TEIXEIRA DE FREITAS COLOCAVA O IBGE NA PRESIDÊNCIA, EXATAMENTE PORQUE ELE VIA A NECESSIDADE DO REGISTRO ADMINISTRATIVO, QUE PERPASSA TODOS OS MINISTÉRIOS. E O SENHOR MESMO, HOJE EM DIA, RESSALTA QUE CADA VEZ MAIS NÓS VAMOS TER QUE FICAR USANDO REGISTROS ADMINISTRATIVOS. ENTÃO, O SENHOR ACHA QUE O IBGE TEM QUE SER UM ÓRGÃO QUE PERPASSASSE TODOS OS MINISTÉRIOS?

Acho. Estava lembrando hoje uma experiência que não deu muito certo, uma tentativa que nós fizemos de conversar com o Ministro da Justiça, na época o Jobim, para criar um sistema de informações administrativas sobre criminalidade. E a ideia que nós tínhamos na época era que se as polícias tivessem um computador com o mesmo *software* para poder registrar as pessoas que iam lá denunciar ocorrências de qualquer coisa, crimes, você podia pegar essa informação para ter uma base nacional de informações de registros de criminalidade. Essa ideia não prosperou, o Ministro não se interessou. Enfim, não foi adiante, não houve ninguém no governo que se interessasse por ela, e o IBGE não tinha poder de implantar isso. Se o IBGE tivesse numa posição mais alta, ele teria esse papel. No Canadá, o Fellegi, que era o Presidente do Statistics Canada, tinha *status* ministerial. Isso acho que hoje em dia não tem mais, o Statistics Canada perdeu essa posição. Mas, na época que nós tivemos essa cooperação, ele era do Gabinete Presidencial, funcionava a nível alto, como se fosse um Ministro de Estado, e tinha um papel muito importante em toda essa questão.

A SUA IDEIA É QUE O IBGE FICASSE LIGADO À PRESIDÊNCIA, COMO UMA AGÊNCIA, É ISSO?

É, uma agência autônoma, mas, digamos, respondendo à Presidência. Na verdade, a ideia básica é que ele fosse uma agência autônoma. Ele não precisava ficar ligado, podia ficar ligado formalmente, mas com autonomia. Você teria um Conselho nomeado, com a participação do governo, evidentemente, teria um processo de nomeação da Direção, que também passaria por um processo adequado de indicação, e seria uma agência autônoma. Ela teria um mandato, recursos, o Congresso aprovaria o orçamento, ela teria uma tarefa para cumprir, e prestaria contas.

O SENHOR ASSUMIU O IBGE NO MEIO DE UMA GREVE DOS SERVIDORES. COMO FOI O SEU RELACIONAMENTO COM OS REPRESENTANTES DO SINDICATO? POR QUE NA SUA GESTÃO NÃO FORAM PERCEBIDOS OS MOVIMENTOS DE GREVE NO IBGE?

Logo que eu assumi, o Sindicato me procurou, querendo estabelecer uma boa

relação, querendo um diálogo. Eu achei bom e recebi, conversei com eles, mas, logo depois, a coisa começou a ficar difícil porque me dei conta de que o Sindicato atuava politicamente. Eles diziam que estavam interessados na Instituição, mas tinham uma agenda política de oposição e atuavam no sentido de sabotar o nosso trabalho. Acho que o Sindicato, nessa época, tinha força entre os funcionários administrativos, mas tinha pouca força na área técnica. Por isso mesmo as tentativas, as várias tentativas de greve, não deram certo, porque ele [o Sindicato] não tinha apoio dentro. Eu atribuo basicamente a isso. Penso também que nesse período do Governo Fernando Henrique não havia muito espaço para uma coisa muito radical, coisas desse tipo. Mas houve várias tentativas de greve e nunca deram muito certo. A minha lembrança é que o corpo técnico não acompanhava, ainda que sempre que se levantasse uma bandeira salarial o pessoal técnico ia apoiar, pois todo mundo, evidentemente, quer mais salário, e a situação salarial nunca era muito boa, mas as greves, frequentemente, eram políticas e iam muito além da questão salarial, e o pessoal técnico não acompanhava.

QUAL A AVALIAÇÃO QUE O SENHOR FAZ DAS GREVES DO IBGE COM RELAÇÃO À IMAGEM DA INSTITUIÇÃO?

Acho muito ruim. Greve de servidor público deteriora muito a Instituição, a população vê muito mal, é uma coisa que tem um custo muito alto para a Instituição. É a mesma coisa que acontece hoje em dia com as greves dos professores; só piora a situação da educação, dos professores. Eu não lembro muito da greve ter impedido que a gente divulgasse estatísticas importantes. Sempre conseguimos manter os dados saindo na agenda esperada. Creio que não houve uma interrupção, mas, na medida em que há, é um prejuízo grande. Essa questão da reputação e da imagem de uma instituição é muito importante, porque como é que você prova que seu dado é verdadeiro? A população não sabe a metodologia que você usa ali, você tem que mostrar, tem que ter uma imagem de respeitabilidade, de responsabilidade, de fazer as coisas direito. Isso aparece o tempo todo. Gente tumultuando, paralisando, fechando as ruas depõe muito contra a Instituição e contra a credibilidade dos dados que ela produz.

O SENHOR ESTÁ FALANDO DE IMAGEM. COMO ERA O SEU RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA?

Era bom. Nós tínhamos várias pessoas que faziam o contato com a imprensa

na época, tínhamos todo um trabalho de apresentação dos dados. A gente chamava a imprensa, havia uma rotina de às vezes combinar encontros comigo para tomar café da manhã ou alguma coisa desse tipo; para conversar com jornalistas. Eu sempre tive uma atitude muito aberta. Qualquer pessoa que me procurava, eu conversava, sempre tive uma atitude muito franca, muito aberta com jornalistas. Então, creio que a relação sempre foi boa, não tenho queixa, não. O que tinha problema, sim, é que os jornalistas muitas vezes não entendiam do assunto, quer dizer, isso é um problema da imprensa, tinha pouca gente especializada e frequentemente mudava. Nós, inclusive, chegamos a montar um curso de capacitação de jornalistas, para eles entenderem os dados que o IBGE produzia. Mas aí precisava fazer um curso, depois na semana seguinte esse pessoal estava despedido, vinham outros, que não sabiam nada. Então, faziam perguntas, a famosa pergunta “Qual o *deficit* habitacional do País?”. Eles queriam um número. “Não, isso é muito mais complicado, não é assim.” Eles não querem: “Mas qual é o número? Quantos?”. Eles querem um número para colocar na manchete. Às vezes, você não conseguia passar desse nível. Outros já tinham mais experiência. Havia algumas [jornalistas] mulheres, eu não me lembro mais o nome, que acompanhavam o IBGE há mais tempo; então, já entendiam mais, já sabiam mais as questões, faziam perguntas mais pertinentes. Mas o relacionamento não era ruim, não.

QUAL A AVALIAÇÃO QUE O SENHOR FAZ DO PAPEL DA IMPRENSA NA DIVULGAÇÃO DOS DADOS DO IBGE, EM RELAÇÃO À IMAGEM DA INSTITUIÇÃO?

É muito importante, acho que o IBGE sempre teve uma cobertura muito boa da imprensa. As coisas do IBGE sempre repercutem muito, desde a minha época, e continua sendo assim.

OS PESQUISADORES PRECISAM TER UM OLHAR PARA A DIVULGAÇÃO?

Sem dúvida, sem dúvida, acho que sim. Tenho a lembrança de que o IBGE sempre faz isso. Tanto que quando há uma pesquisa importante a imprensa é chamada, distribui-se o material, alguns técnicos estão ali à disposição para explicar os dados. Isto tem sido uma tradição.

O SENHOR DAVA VALOR A ÁREA DE COMUNICAÇÃO?

Dava.

NA SUA GESTÃO, TINHA UM CANAL QUE O SENHOR FALAVA COM O PRÓPRIO SERVIDOR; ERA POR E-MAIL?

É. Como eu gostava de usar *e-mail*, e tinha lá o computador, em princípio era aberto, as pessoas podiam me mandar mensagens. Não muita gente fazia isso, mas de vez em quando eu recebia e respondia.

O SENHOR MESMO RESPONDIA?

Sim, e eu me lembro que, às vezes, havia uma troca meio áspera de mensagens com o pessoal da área técnica, que mandava mensagem para mim, eu respondia e continuava a conversa. Mas havia o princípio de que eu estava acessível. As pessoas não tinham que passar pelos canais burocráticos. Isso não foi muito usado, não, mas, o pouco que foi feito, acho que foi bom.

NA SUA GESTÃO, DE QUE FORMA AVANÇOU A ÁREA DE GEOCIÊNCIAS?

Essa área é uma área muito problemática. Eu, inclusive, tentei fazer uma coisa parecida com o Statistics Canada, que foi convidar uma comissão externa para avaliar a área de Geociências. Não internacional, mas várias pessoas do Brasil, de fora que vieram: universitários de diferentes áreas para fazer avaliação da área de Geociências para mim, para ver o que a gente podia fazer com ela. Não adiantou muito. Fizeram um relatório meio burocrático, que não acrescentou muita coisa.

HOUE UMA COMISSÃO EXTERNA?

Houve; eu não lembro exatamente, não, mas houve. Creio que havia dois problemas ali. Havia um problema com a Geografia. A Geografia é uma disciplina que já não existe mais, já não existia mais. A área de Geografia tinha sido formada por velhos geógrafos. Eu me lembro, ainda tinha alguns quando eu cheguei. O Speridião Faissol²⁸, por exemplo, estava lá ainda. Faissol era uma pessoa que tinha aprendido um pouco de Estatística e fazia análise estatística simples de alguns dados. Na época, era uma grande coisa. Se você olhasse do ponto de vista das Ciências Sociais, era uma coisa pequena. Ele era um dos grandes geógrafos do IBGE. A área era intelectualmente muito pobre, a Geografia é praticamente inexistente. Eu diria – os geógrafos não vão gostar de me ouvir dizer isso – que a Geografia

²⁸ O geógrafo do IBGE, Speridião Faissol, foi um dos principais expoentes e divulgadores da Nova Geografia no Brasil. Ele foi também Diretor Técnico do IBGE, de março a setembro de 1979, ao final da gestão de Isaac Kerstenetzky.

perdeu o conteúdo, ela perdeu o lugar, porque a chamada Geografia Humana é Economia, é Demografia, é Sociologia. Depois, você tem a outra Geografia, que é a Cartografia. Aí, isso foi dominado pelas novas tecnologias. O IBGE herdou o programa de imagens aéreas, da Bahia, o Projeto RADAM. Nós tínhamos áreas do Brasil que não tinham sido mapeadas ainda, porque havia um processo muito manual de pegar aquelas fotografias e colocá-las em forma digital. Havia uma equipe pequena, dedicada, mas com poucos recursos, enquanto a tecnologia em nível internacional avançava a passos gigantescos, e a gente não tinha condições de acompanhar. Então, os dois lados. Penso que ficou muito débil aquela coisa toda. Eu brincava que em vez de o IBGE ter essa área toda de Geociências – eles diziam que o IBGE coordenava o Sistema Nacional de Cartografia –, o Fernando Henrique deveria aproveitar a amizade dele com o Clinton e pedir para nos dar logo os mapas que eles tinham. Porque certamente os americanos tinham o mapa detalhado do Brasil todo, por satélite, que a gente não tinha. E de fato isso foi mudando muito. O IBGE, no passado, tinha todo aquele trabalho de Geodésia, de identificação, de marcação dos pontos territoriais; depois, veio o GPS. Hoje em dia, eu pego meu telefone e faço aquilo que o IBGE fazia, com grandes torres, com caminhões que viajavam pelo interior do Brasil; aquela coisa heroica do IBGE do passado. Você pega o telefone e faz “clique”: ele te dá a coordenada ali. E já estava assim. Então, a área de Geociências não conseguiu acompanhar. Aqueles mapas bonitos que o IBGE imprimia também ficaram uma coisa bonita, mas sem muita função, e a área de Geografia, enquanto tal, perdeu o sentido. Penso que foi o que aconteceu. O IBGE tinha uma *Revista Brasileira de Geografia*²⁹. Tinha uma revista que o IBGE fazia meio de qualquer jeito, o pessoal mandava uns artigos que eram impressos. A gente conseguiu transferir a *Revista Brasileira de Estatística*³⁰ para a Sociedade Brasileira de Estatística, que passou a assumir. O IBGE que continuou imprimindo, mas a coordenação passou para a área de Estatística. A gente tentou a mesma coisa para a de Geografia, mas não tinha do outro lado alguém para receber isso.

²⁹ O primeiro fascículo da *Revista de Brasileira de Geografia* corresponde a jan. 1939.

³⁰ O primeiro fascículo da *Revista de Brasileira de Estatística* corresponde ao trimestre jan./mar. 1940.

E AS QUESTÕES DO MEIO AMBIENTE?

Pois é, a questão do Meio Ambiente ela era uma questão que eu achava que a gente podia seguir. A gente não avançou muito. Teve um trabalho interessante, que eu fiquei fascinado quando eu cheguei, era um trabalho de zoneamento da Amazônia³¹. Era um trabalho que tinha uns mapas muito bonitos, todas as partes da Amazônia, com as diferentes regiões, não sei que nome se dá... geofísicas e humanas da Amazônia. Havia um trabalho na área de clima, onde eu achava que o IBGE podia se desenvolver mais. Mas penso que não avançou muito, não. Eu achava, na época, que era por aí.

O SENHOR ACHA ISSO AINDA HOJE?

Eu ainda acho. Essa área ambiental, no Brasil, não andou muito, em geral. O governo brasileiro não tem um setor no País onde essa questão é tratada com nível adequado, com as informações adequadas. Você tem o INPE [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais], hoje em dia, que faz um trabalho importante de informações, você tem algumas agências, mas a área ambiental tem muita coisa mais a ser desenvolvida, a ser fortalecida. E o IBGE podia ser uma instituição que coletasse informações sobre isso, que divulgasse informações sobre isso. Falou-se, numa certa época, em trazer informação ambiental para dentro das Contas Nacionais. Havia umas ideias de você usar o custo ambiental também como elemento das Contas Nacionais. Enfim, eu achava que isso era uma área que poderia crescer. Mas aí nós não tínhamos gente para isso. A gente precisaria trazer um quadro completamente novo de pessoas. O pessoal que estava aqui não tinha condições de fazer isso.

O SENHOR CITOU O PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE, ELE ERA SEU AMIGO?

Eu conheço Fernando Henrique desde a época em que eu era estudante; ele era professor da USP [Universidade de São Paulo], eu era estudante em Belo Horizonte, nós íamos conversar com os paulistas para saber como se fazia Sociologia, que a gente queria aprender. Enfim, eu tenho uma relação pessoal

³¹ Em 1991, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República firmara um Convênio de Execução Técnica com o IBGE visando a realização de estudos iniciais de zoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal para identificar a situação ambiental da região e indicar áreas de atuação governamental, com vistas à ordenação daquele território. Em 1993, foram publicados os conceitos e premissas básicas do projeto, em: DIAGNÓSTICO ambiental da Amazônia Legal: nota técnica. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81215.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

de contato, na área de Ciências Sociais, com o Fernando Henrique, de muito tempo. Nunca fui íntimo assim, amigo de copa e cozinha, mas eu tenho uma relação boa com ele, como sempre tive, e continuo tendo.

ISSO AJUDOU QUANDO O SENHOR FOI PRESIDENTE DO IBGE?

Ajudou menos do que eu gostaria que ajudasse. Essa é uma das queixas que eu tenho. Apesar dessa relação, eu na Presidência estive com ele várias vezes. Uma vez, ele me convidou para almoçar com ele no [Palácio da] Alvorada. Na verdade, eu nunca consegui convencê-lo a olhar o IBGE com um olhar mais privilegiado. Toda essa tentativa de mudar a estrutura, de fortalecer a área, de aumentar a cabeça do IBGE. Eu tentei isso com os diferentes Ministros da época, e sempre a resposta era “não”, “o governo não pode aumentar gasto”, “não pode fazer nada”, “não pode mexer em nada”; e nunca chegava a ele, e ele nunca tomou decisão nenhuma sobre isso.

MAS O SENHOR ENTREGOU PARA O FHC UM DOSSIÊ SOBRE O IBGE?

Sim, tem uma história muito curiosa, porque eu entreguei para ele o dossiê. Acho que foi nesse dia que ele me convidou para ir ao Palácio [da] Alvorada. Creio que alguém foi dizer para ele que eu estava meio ressentido porque ele não estava prestando atenção ao IBGE. Ele me chamou, fui lá, almoçamos, sempre muito simpático, e aí deixei com ele esse dossiê, e ele entregou para o Ministro, e o Ministro mandou para mim, para eu opinar. Então, fez um círculo completo, caiu na minha mesa, e eu guardei numa gaveta: bom, isso não tem futuro. Essa foi a história. Na verdade, o meu contato mais importante no governo nem era o Fernando Henrique, era o Vilmar Faria³². O Vilmar Faria era Assessor do Fernando Henrique no governo, para a área social, e todas as questões que tinham a ver diretamente com o IBGE, eu tratava com ele. O Vilmar Faria faleceu, ainda no Governo Fernando Henrique. Ele tinha sido meu colega de faculdade, em Belo Horizonte. Eu tinha uma relação muito boa com ele. Então, eu tinha um acesso muito bom, a minha relação com o Fernando Henrique era muito cordial, com a Ruth também. Enfim, não posso me queixar do ponto de vista pessoal, mas, do ponto de vista institucional, eu nunca consegui que eles

³² O sociólogo Vilmar Faria foi Assessor Especial da estrita confiança de Fernando Henrique Cardoso e responsável pela elaboração dos programas sociais do governo federal. Morreu em 28 de novembro de 2001, aos 59 anos, vitimado por um aneurisma.

olhassem para o IBGE. Penso que na época as prioridades eram outras. Eram sempre questões econômicas, relações internacionais. Existiam outras prioridades na cabeça, e isso não andou.

EU NÃO SEI SE O SENHOR SABE, MAS, NA ORIGEM, TEIXEIRA DE FREITAS IMAGINOU UM INSTITUTO QUE FOSSE DE ESTATÍSTICA E CARTOGRAFIA, E ELE FALAVA EM CARTOGRAFIA ESTATÍSTICA.

É, eu não conhecia essa história. É interessante porque a ideia de uma Cartografia Estatística é uma ideia muito clássica na área de Estatística. A Estatística você usa para entender e gerenciar o território. As duas coisas vêm juntas. A tradição europeia de estatística pública tem muito essa associação. Ainda que, hoje em dia, dessas três coisas que o IBGE supostamente juntava – a Estatística, a Geografia e a Informática –, o único país que tem um modelo igual ou parecido é o México, o INEGI [Instituto Nacional de Estadística y Geografía], que relaciona Estatística, Geografia e Informática, a mesma coisa. E o IBGE tinha esse elemento. O IBGE, teoricamente, coordenaria o sistema de Estatística, de Geografia, de Cartografia e Informática. Esse de Informática nunca andou também.

COM TODA ESSA DIFICULDADE DA GEOGRAFIA, DA CARTOGRAFIA, DADA A SIGLA, ENFIM, COMO É QUE O SENHOR VÊ, HOJE, O QUE SERIA AFINAL UM INSTITUTO QUE JUNTA O E COM O G?

Eu não acho que tem sentido, acho que não tem por que juntar. Quer dizer, hoje em dia, a área de Cartografia, a área de mapas tem uma tecnologia muito específica; ela é internacional, ela tem um componente militar muito importante, muito grande. Por mais que exista uma Comissão Nacional de Cartografia, que o IBGE presidia, na verdade os ministérios militares nunca entregaram isso ao IBGE, nem é de se esperar que fizessem isso. Então, não vejo razão para o IBGE ter essa atribuição, não tem por que juntar. O IBGE tem uma especialidade, que são as estatísticas econômicas e sociais, as estatísticas públicas básicas na área econômica e na área social, e já é muita coisa.

MAS A SOCIEDADE DEMANDA INFORMAÇÕES QUE TENHAM ESSA LIGAÇÃO DO SOCIAL COM O MEIO AMBIENTE?

Mas isso você tem, o Censo que o IBGE faz é completamente georreferenciado. Você pode analisar esses dados do ponto de vista espacial, sem nenhum

problema. Isso faz parte das metodologias que o IBGE utiliza. Cartografia é outra história. Você faz mapas para manter o registro do estado físico do País, você acompanha, é uma missão que o IBGE tem também – definir as fronteiras entre os municípios. E alguém tem que fazer isso, mas acho que é outra especialidade. Você pode botar aqui, mas é outro setor.

EM SUA OPINIÃO, O CÁLCULO DOS *ROYALTIES*³³ TAMBÉM NÃO DEVERIA ESTAR NO IBGE?

Não há por que ser o IBGE a fazer. Até pode, eu não digo que não possa, não digo que tem que ser. Você pode decidir: bom, esse órgão aqui vai fazer. Quem vai definir as linhas de fronteiras, a disputa que na época havia entre o Paraná e outro estado, sobre onde passa a linha que divide o mar, para saber de quem são os *royalties*? Por que o IBGE que tem que fazer isso? Por que tem que cair dentro do IBGE? Eu não sei se tem que cair. Era uma missão. Então, tem um setor cuidando disso. Também não é uma coisa impeditiva. Mas a missão básica de produção de estatísticas públicas, na área econômica e na área social, acho que é o *core*, que é o centro de atividades do Instituto.

UM DOS PASSOS IMPORTANTES NA SUA GESTÃO TAMBÉM FOI A REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA – CONFEST. QUAL É O BALANÇO QUE O SENHOR FAZ DA REALIZAÇÃO DA CONFEST, NA ÉPOCA?

A CONFEST acabou dando um resultado que me pareceu um pouco frustrante, porque a gente não conseguiu registrar uma publicação consistente, com o resultado da CONFEST. Por uma razão interna, não teve continuidade. A gente foi, organizou; foi importante na época; foi uma coisa que trouxe muita gente, muita gente internacional; a reunião foi importante; foram discutidas muitas coisas; mas não ficou muito registro disso, não. Foi por uma falha minha, ou porque as pessoas que estavam envolvidas no trabalho da CONFEST depois não continuaram. Enfim, houve algum problema aí. Eu não sei muito bem o que aconteceu, mas tenho certa lembrança de que tinha muita gente dentro

³³ Em relação à distribuição dos *royalties* de petróleo explorado na plataforma continental brasileira, conforme a Lei n. 7.525, de 22.07.1986, e o Decreto n. 93.189, de 29.08.1986, cabe ao IBGE determinar, segundo a linha geodésica ortogonal à costa ou segundo o paralelo, quais municípios litorâneos são confrontantes com os poços produtores, utilizando coordenadas encaminhadas oficialmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, e identificar as áreas geoeconômicas dos municípios confrontantes com os poços produtores, conceito introduzido pela Lei n. 7.453, de 27.12.1985.

do IBGE que era contra esse projeto da CONFEST. Creio que houve resistências aqui dentro. Inclusive, as pessoas que eu decidi que iam coordenar o trabalho da CONFEST eram pessoas que tinham conflitos pessoais dentro do Instituto³⁴. Houve um problema na área de pesquisas, de conflito de pessoas, e acho que talvez isso explique o fato de que, uma vez passado o evento, ele foi meio que abandonado, e eu não acompanhei.

O QUE O SENHOR DIRIA DE POSITIVO, ENTÃO, DA CONFEST?

Creio que de positivo foi: a gente trouxe muita gente, colocou temas da Estatística em realce, veio gente de outros países também. A ideia era essa: levantar os problemas, realçar a importância das estatísticas públicas, discutir seu estado, o que estava acontecendo. Mas, enfim, o resultado acabou ficando na Conferência mesmo, não teve uma continuidade.

EM SUA OPINIÃO, O GOVERNO BRASILEIRO TEM CLAREZA DO PAPEL DO IBGE?

Não, acho que não. A visão dos governos, e isso vale também para o Governo Fernando Henrique, vale para o Governo atual, o Governo Lula etc., é que o IBGE é uma repartição pública como outra qualquer. Creio que essa que é a visão, e que isso na verdade não mudou muito.

QUAL A AVALIAÇÃO QUE O SENHOR FAZ DOS SEGUINTE PARCEIROS:

O GOVERNO, A SOCIEDADE E A IMPRENSA?

Creio que o governo é isso. Só para completar um pouco: apesar de o governo considerar o IBGE uma repartição, o IBGE tem uma tradição de ser um órgão respeitado, com autonomia, e o governo não interfere no IBGE, como formalmente poderia, porque há um certo entendimento de que isso tem um custo muito grande, é muito complicado, não é uma coisa que se faça. Em vários momentos, o governo, tanto na época do Fernando Henrique quanto do Governo Lula, foi muito generoso em dar recursos para o IBGE na época de

³⁴ A responsável pela Secretaria Executiva da Comissão Organizadora do IBGE, na III CONFEGE e IV CONFEST, era a servidora Luisa Maria La Croix. A Comissão de Programa da CONFEST era composta pelos seguintes especialistas: José Alberto Magno de Carvalho (UFMG), José Márcio Camargo (PUC/RJ), Lenildo Fernandes Silva (IBGE), Tereza Cristina Nascimento Araújo (IBGE), Vilmar Evangelista Faria (Assessoria Especial da Presidência da República) e Wilton de Oliveira Bussab (FGV/SP). A Comissão de Programa da CONFEGE era composta por: Cesar Ajara (IBGE), Denizar Blitzkow (USP), Jorge Marques (UFRJ), Lia Osório (UFRJ), Mauro Pereira de Mello (IBGE), Speridião Faissol (UERJ) e Trento Natali Filho (IBGE).

Censos, na época importante. Nesse sentido, o IBGE se beneficiou. Depois, teve problemas, teve cortes. Isso também tem a ver com o momento: se tem menos dinheiro, então, corta-se. Toda essa discussão que eu tentei trazer na época, de como é que você dá maior institucionalidade, como é que você dá mais autonomia, como é que você reforma a Instituição, creio que nenhum governo viu e deu importância para ela. Creio que a sociedade e a imprensa têm uma relação boa. A imprensa, tradicionalmente, sempre tem uma relação boa com o Instituto, divulga muito as coisas do Instituto, dá muito destaque, também porque é um material bom de imprensa, é um material bom para divulgar. Penso que o IBGE é uma instituição respeitada na sociedade. Eu nunca vi uma pesquisa perguntando especificamente, mas dá um pouco a sensação de que as pessoas diriam que o IBGE é uma das agências respeitáveis do governo, com credibilidade.

O QUE MOTIVOU A SUA SAÍDA DO IBGE?

Eu fiquei no IBGE cinco anos. No final do Governo Fernando Henrique, creio que a gente já tinha conseguido algumas coisas, e não outras. Já haviam ocorrido as mudanças tecnológicas, a mudança para a Avenida Chile; enfim, a organização interna acho que estava funcionando bem. Nas Diretorias, as pessoas estavam trabalhando e funcionando. O Instituto estava bem, tanto quanto podia. Por outro lado, eu não via no governo nenhuma intenção de ir além disso. Então, achei que eu não tinha mais função. As funções rotineiras do IBGE não precisavam mais de mim. A única coisa que eu precisava fazer era, de vez em quando, apagar um incêndio: “Ah, o dinheiro não veio. Precisa falar com alguém em Brasília”. Eu pegava o telefone, se fosse o caso, pegava o avião e ia para Brasília quando acontecia isso, mas era só. Todo dia a dia, o IBGE funcionava, as Diretorias, a Diretoria-Executiva, as coisas andavam; eu não tinha muito o que fazer no final. Como os projetos de mudança institucional não tiveram recepção nenhuma do governo, achei que eu não tinha mais função, estava na hora de fazer outras coisas.

E O “A MAIS” QUE PRECISAVA SER FEITO JÁ LHE COBRARIA UMA ROTINA MAÇANTE, NÃO?

O dia a dia para mim nem tinha rotina, sobretudo depois que Nuno Bittencourt assumiu a Diretoria-Executiva. Nuno é um excelente gestor, fazia as coisas muito bem, e praticamente tocava o IBGE sozinho, não precisava de mim.

NO SEU DISCURSO DE DESPEDIDA, O SENHOR FOI APLAUDIDO PELOS TÉCNICOS DA CASA, COISA QUE NA HISTÓRIA DO IBGE É MUITO RARA. A QUE O SENHOR ATRIBUI ESSE GESTO?

Não sei. Creio que uma das coisas que foram boas nesse tempo foi que eu consegui estabelecer uma relação muito boa com a equipe técnica do Instituto. Eu tinha uma boa relação. Era uma coisa de respeito. Às vezes, concordavam comigo; às vezes, não concordavam, mas tinham liberdade para discordar. Havia um clima de trabalho em equipe, um compromisso com a Instituição. A recíproca era verdadeira, eu sempre respeitei muito e admirei muito o pessoal que estava e continua no IBGE; um pessoal muito dedicado à sua profissão, à sua missão. Então, creio que houve esse bom relacionamento. Também foi uma época em que a gente conseguiu uma série de coisas, recuperar a imagem do Instituto, uma série de mudanças. Eu saí me sentindo bem nesse sentido. Continuei com uma relação muito boa com a Instituição depois disso.

COMO O SENHOR IMAGINA O FUTURO DO IBGE?

Olha, não é diferente do que a gente falou até agora. A ideia de uma instituição mais tecnicamente competente, com autonomia, com capacidade de formulação, interpretação e análise dos dados que produz; um órgão que atende a sociedade como um todo, não somente o governo; com flexibilidade para usar bem os recursos públicos que recebe, com flexibilidade e eficiência. Creio que é isso, não é diferente do que eu pensava antes.

AS QUESTÕES TECNOLÓGICAS E METODOLÓGICAS COMO, POR EXEMPLO, O *BIG DATA*, PODEM INFLUENCIAR O FUTURO DA INSTITUIÇÃO?

Penso que sim. Do ponto de vista organizacional, se naquela época já achava que a estrutura do IBGE, das Agências municipais, eram obsoletas, hoje são muito mais obsoletas ainda. Penso que se avançou no uso dos registros administrativos. Pode avançar muito mais. Eu, inclusive, não sou um especialista em informática. Eu acompanho, mas, certamente, há muito mais coisas que se possa fazer no sentido de avançar, de poder atender melhor as diferentes demandas da sociedade, com mais eficiência, com mais rapidez. Enfim, creio que tem muita coisa a ser feita nesse ponto de vista.

ESSE É O DESAFIO PARA O IBGE DO FUTURO?

Penso que a tendência é cada vez mais fazer o uso das informações disponíveis, de todos os setores, para poder ser um centro de geração de informações de

maneira inteligível, acessível, usável pelo público. E, ao mesmo tempo, usando os recursos para juntar as informações, processar e devolver para a sociedade. Eu me lembro de que uma das coisas que eu aprendi no IBGE foi que muitos países já não fazem mais Censos Demográficos, porque têm os registros permanentemente atualizados. Então, no momento em que você não precisa fazer mais Censo, porque você tem as informações todas em tempo real, essas coisas apontam no sentido de uma agência menor, mais enxuta, mais eficiente, que seja capaz de acompanhar as mudanças tecnológicas que acontecem no mundo todo, e responder melhor por tudo isso.

POUCAS INSTITUIÇÕES NO PAÍS CHEGAM AOS 80 ANOS COMO O IBGE, QUE ESTÁ COMPLETANDO SEUS 80 ANOS EM 2016. UMA INSTITUIÇÃO FORTE E CONFIÁVEL, COMO SE COLOCA. EM SUA OPINIÃO, O QUE CONTRIBUIU PARA ISSO?

Penso que o IBGE conseguiu uma continuidade do seu núcleo técnico profissional. Com todas as idas e vindas, o IBGE sempre manteve certa permanência de um núcleo, que é o pessoal que desenvolveu as pesquisas institucionais, que desenvolveu o sistema e que deu continuidade a isso. Tenho a impressão de que isso é uma coisa que, nessa instabilidade do Brasil, onde se criam e fecham instituições todo o tempo, dá uma continuidade, dá uma espinha dorsal, faz do IBGE um órgão que é mais protegido na medida em que as pessoas respeitam isso também. Eu não sei bem se é isso, mas tenho a impressão de que é uma coisa que contribui. Quando cheguei, falava-se que o IBGE estava em crise, mas encontrei um corpo técnico dedicado, competente, interessado, que sabia das coisas, que já estava aqui há muito tempo e que continuou. Eu lamento não ter podido trazer mais gente, reforçar e renovar esse corpo técnico. Mas estavam aí, e foi esse pessoal que fez o trabalho, quer dizer, eu ajudei no que eu pude, mas é esse pessoal que carrega o piano.

EM SUA OPINIÃO, QUAL A IMPORTÂNCIA DO IBGE PARA O PAÍS?

Acho muito importante. Cada vez mais você precisa ter estatísticas públicas confiáveis e para todo mundo. As pessoas precisam saber, o governo precisa saber, internacionalmente ter uma imagem do País, as pessoas precisam saber o que está acontecendo, porque isso é que permite você dialogar, negociar, se apresentar, enfrentar seus problemas. Então, você tem que ter alguém que esteja produzindo essas informações e dando uma garantia de que são informações valiosas, que são fidedignas, confiáveis. Então, você precisa de uma instituição que faça isso.

Se não houver uma instituição assim, o que você vai fazer com a economia? A inflação é 10% ou 30% ou 5%? Quantos pobres há? Enfim, para cada uma dessas coisas você precisa ter alguém que seja capaz de responder a isso de maneira crível, que as pessoas possam confiar, que haja uma resposta competente, séria, responsável. Acho que a Instituição tem esse papel. Esse lugar é o lugar dela, de fazer isso.

NUM DOS SEUS TEXTOS, O SENHOR ESCREVE QUE AS INSTITUIÇÕES QUE PRODUZEM ESTATÍSTICAS BÁSICAS SÃO OS ESPELHOS DOS SEUS PAÍSES. COMO O SENHOR SE INSPIROU NESSE ESPELHO?

Você está me fazendo pensar agora, quer dizer, eu não sei. Eu fico imaginando. Como é que é o meu país? Como é que eu olho para saber como é o meu país? Eu tenho que ter um lugar que eu chego lá, olho e vejo. Então, como é que você sabe se é um país rico, um país pobre, um país desigual, é um país heterogêneo? E os dados é que te dão isso. É para eles que você olha para saber como é que você é como país. Acho que essa é que é a ideia.

SE O SENHOR OLHASSE NO ESPELHO A SUA GESTÃO, O QUE REFLETIRIA?

Creio que há uma ideia da recuperação do Instituto, a revalorização do Instituto, o reposicionamento, estar mais contemporâneo. Acho que foi isso.

ISSO TEVE CONTINUIDADE?

Creio que sim. Penso que o IBGE não andou para trás. Teve alguns avanços, principalmente na área de informatização. Por exemplo, o Censo 2010 é incomparável com o que foi feito antes. Enfim, acho que houve muito avanço. Também acho que o formato institucional não melhorou muito, como deveria ter melhorado. Também acho que ele não se renovou, não se qualificou como deveria ter se qualificado. A ENCE – nós começamos a conversa com ela – avançou, mas não suficientemente. Acho que tem um caminho pela frente ainda.



Foto: Licia Rubinstein



SÉRGIO BESSERMAN

A única idiossincrasia a que eu me permiti foi possibilitar que a Diretoria de Geociências fosse precursora no Brasil da produção de relatórios científicos sobre mudança climática.

Sérgio Besserman Vianna nasceu no Rio de Janeiro, em 8 de outubro de 1957. Graduou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, em 1981, onde também concluiu o mestrado, em 1986, sendo atualmente Professor do Departamento de Economia e Engenharia Ambiental. Estuda as consequências econômicas e sociais da mudança climática global desde 1992 e cumpriu o Executive Program on Climate Change & Development, no Harvard Institute for International Development, da Harvard University. Com sua dissertação de mestrado, *A política econômica no segundo governo Vargas*, foi primeiro colocado no 11º Prêmio BNDES de Economia, em 1987. Fez carreira no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, onde ocupou vários cargos gerenciais, inclusive a Diretoria de Planejamento, de 1996 a 1999.

Em 1999, assumiu a Presidência do IBGE, nela permanecendo até 2003. Seguiu à frente do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP, de 2006 a 2008, e foi nomeado Presidente da Câ-

mara Técnica de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 2009. No ano seguinte, foi designado pelo Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo da Costa Paes, para presidir o Grupo de Trabalho da cidade para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, em 2012, e, em seguida, passou a assessorá-lo no exercício da Presidência do C40, uma rede global que reúne prefeitos de grandes cidades mundiais engajadas em combater o aquecimento global e a mudança climática. Atualmente, Sérgio Besserman está de volta à Presidência do IPP e é membro de Conselho Diretor ou Consultivo de diversas organizações não governamentais, como Fundação Roberto Marinho, World Wide Fund for Nature - WWF, Conservation International - CI, Local Governments for Sustainability - ICLEI, entre outras. Publicou vários textos em revistas e em partes de livros, alguns sobre História Econômica, e vários sobre Desenvolvimento Sustentável, a cuja atenta reflexão se empenha; nessa temática da Ecologia e do Meio Ambiente, dedicou especial atenção no IBGE.

2003

Uma visão cidadã da divulgação das informações

Aprovada a reeleição, Fernando Henrique Cardoso foi reconduzido à Presidência da República (1995-2003). Pela segunda vez vencida as eleições em primeiro turno – sempre contra o mesmo oponente, Luiz Inácio Lula da Silva. A economia seguia em curso bom, em que apesar das condições externas nem sempre favoráveis, mas a moeda seguia mantendo valor. Neste segundo mandato do Governo Fernando Henrique, no qual Simon Schwartzman poderia ter seguido como Presidente do IBGE, mas não quis, o Instituto foi dirigido por Sérgio Besserman, em uma clara sequência de administração. Por sua aguçada percepção da cidadania, empenhou-se pela maior divulgação das estatísticas por intermédio da mídia, que foi um marco na sua gestão. Bem falante, praticava agradáveis conversações, pontuando seus discursos com frases curiosas e/ou jocosas; uma de suas preferidas, e que, de tanto a dizer, se lhe atribui autoria, é a máxima do jornalista Márcio Moreira Alves: “Se só existe no Brasil, e não é jabuticaba, é besteira”¹.

¹ Sérgio Besserman tem a virtude da retórica, o que lhe proporcionou livre trânsito entre os ibgeanos, inclusive os militantes sindicalistas. Seus pais, famosos, Luiz Guilherme Vianna, cirurgião, e Helena Besserman Vianna, pediatra e psicanalista, militaram no Partido Comunista Brasileiro. Era irmão de Cláudio Besserman Vianna, o famoso Bussunda do programa humorístico “Casseta & Planeta”, da Rede Globo de Televisão, falecido na Baviera, Alemanha, em junho de 2006, quando acompanhava a Copa do Mundo (de futebol).

Em 25 de janeiro de 1999, Sérgio Besserman foi empossado na Presidência do IBGE, dizendo de sua felicidade naquele instante: “essa tarefa [a máxima Direção do IBGE] me entusiasma, emociona e desperta um imenso sentimento de dever e responsabilidade” (BESSERMAN, 1999). Estar na linha dos seus grandes mestres que antes ocuparam a Presidência do Instituto lhe era motivo de orgulho, referindo-se a Isaac Kerstenetzky (1970-1979), Edmar Lisboa Bacha (1985-1986), Eduardo Augusto de Almeida Guimarães (1990-1992), Simon Schwartzman (1994-1998). Da velha guarda ibgeana, recordou, ainda, Alberto Passos Guimarães².

O momento era apropriado. O IBGE conseguira recuperar sua imagem pública, colocando suas pesquisas em dia e avançando na reorganização e na modernização interna, tudo isso em um quadro de escassez de recursos do governo federal no contexto do ajuste fiscal. Para Besserman (1999), em seu discurso de posse, o IBGE “deve reafirmar seu papel essencial e seu espaço institucional como órgão central de informações estatísticas e geográficas”; e diz mais: “nada deve afetar o fundamento de estatísticas confiáveis e produzidas por critérios sólidos e comparáveis internacionalmente”, tendo clareza de que a coluna mestra desse fundamento “é o compromisso com a transparência, com o acesso permanente e profundo por parte das organizações da sociedade e especialmente da imprensa e demais meios de comunicação sobre os esquemas de trabalho, análise de dados e o modo de obtê-los”.

Em seu discurso de posse, Besserman também fez menção ao Prefácio do Primeiro Ministro do Reino Unido, Tony Blair, ao documento *Statistics: a matter of trust*³, apresentado ao Parlamento em 1998, com seis prioridades, sendo a principal a que trata da “liberdade de informação e um serviço nacional de estatística independente” (BLAIR, 1998, tradução nossa). Besserman esclareceu ainda que sua gestão teria quatro ações focais: realização do Censo Demográfico 2000,

² Alberto Passos Guimarães foi servidor do IBGE nos anos 1950 e início de 1960. Trabalhou sobremodo nos Censos de 1950 e, ao sair, escreveu uma das mais importantes obras sobre o latifúndio brasileiro. Trata-se de: GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. 255 p.

³ “Este Governo tem o compromisso de limpar e modernizar a política. Queremos uma nova relação entre Governo e cidadãos, com base na abertura e confiança. Estamos comprometidos com um programa abrangente de reforma constitucional” (BLAIR, 1998, tradução nossa). Para conhecer o documento completo, consultar: STATISTICS: a matter of trust: a consultation document. London: Stationery Office, 1998. 41 p. Documento apresentado ao Parlamento pela Secretaria de Economia do Tesouro, sob o comando de Sua Majestade. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/260823/report.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

de forma sincronizada com as demais nações do planeta e de forma homogênea com as nações do MERCOSUL⁴; atenção às questões ambientais, identificadas como um aspecto decisivo das transformações na vida das sociedades, dos povos e dos indivíduos⁵; continuidade ao aperfeiçoamento e à modernização dos subsistemas de estatísticas econômicas e sociais; e sustentação do programa de capacitação e treinamento do Presidente Simon Schwartzman.

Ao concluir seu discurso, disse com todas as letras: “pretendo dar continuidade à gestão bem sucedida do Prof. Simon Schwartzman” (BESSERMAN, 1999). Não obstante, houve por bem trocar os titulares das Diretorias técnicas do IBGE: para a Diretoria de Pesquisas, designou Maria Martha Malard Mayer⁶, até então, e já de longo tempo, Diretora-Adjunta, de marcante competência e capacidade de trabalho; para a Diretoria de Geociências, trouxe uma pessoa de suas relações, Guido Gelli, estudioso dos recursos naturais e das questões ambientais.

Ao final da gestão de Simon Schwartzman (1994-1998), foi apresentada uma versão completa do Planejamento Estratégico do IBGE referente a 1998⁷, mas executá-lo coube à gestão de Sérgio Besserman. Os elementos principais dessa versão seguiram presentes nas versões subsequentes: 2000, 2001-2003 e 2002-2004⁸. Antes, porém, vale marcar a Missão Institucional, laboriosamente construída, com amplos debates, no contexto das discussões do projeto Agência Executiva: “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania”.

Entre outros pontos, no contexto desse Planejamento Estratégico, merece destaque a completa revisão das Unidades Regionais, depois de laboriosos

⁴ “No momento em que a humanidade se prepara para a entrada no novo milênio e o país para comemorar seus 500 anos, é fundamental dispor de informações atualizadas e precisas sobre a sociedade brasileira, de modo a subsidiar o desenvolvimento e a implantação de políticas públicas, nortear a realização dos investimentos públicos e privados e aprofundar o conhecimento da realidade brasileira” (BESSERMAN, 1999).

⁵ “Atuaremos junto ao núcleo estratégico do governo no sentido de subsidiar a formulação da Política Nacional de Informações Ambientais, com vistas a tornar o IBGE um centro de referência e garantir a produção sistemática padronizada de informações básicas ambientais de abrangência nacional” (BESSERMAN, 1999).

⁶ No discurso e na prática, internamente, ela consagrou a expressão *Best Practices*, tão presente nos encontros internacionais. Por curiosidade histórica, valerá lembrar que José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho trouxera essa mesma expressão de suas participações nas reuniões do International Statistical Institute - ISI em Roma (1925) e no Cairo (1927), mas foi com Martha Mayer que a expressão dominou os corações e mentes da Casa.

⁷ Esta versão não chegou a ser impressa.

⁸ Estas versões foram impressas e estão disponíveis aos interessados na Biblioteca Central (Biblioteca Isaac Kerstenetzky) do IBGE.

estudos, em cinco volumes. Em suma, foram extintos os Departamentos Regionais criados na gestão de Eduardo Augusto Guimarães, e os Escritórios do IBGE nas capitais dos estados passaram a ser chamados de Unidades Estaduais. Contudo, a marca central da gestão de Sérgio Besserman foi a abertura dos produtos e serviços ibgeanos à imprensa, pela qual a cidadania viu-se fortalecida. Três frentes foram abertas: uma, na linha de cursos especiais oferecidos a jornalistas; outra, na linha de palestras de jornalistas convidados; outra mais, na linha da renovação da Assessoria de Imprensa.

Entre as palestras proferidas, cabe realce às dos jornalistas Elio Gaspari, da *Folha de S. Paulo*; Alberto Dines, do *Observatório da Imprensa*; e Ali Kamel, Diretor-Geral de Jornalismo da tv Globo. Os debates, pouco a pouco, foram transformando a mentalidade dos pesquisadores (estatísticos, sociólogos, economistas, demógrafos, entre outros), moldando-os às sutilezas da imprensa.

Na renovação da Assessoria de Imprensa, facilitando as relações até então difíceis entre os jornalistas e os pesquisadores, a chave se chama Luiz Mario Gazzaneo, jornalista experiente, conceituado entre seus pares, e com excelentes relações pessoais, convidado pessoalmente por Sérgio Besserman para tal. Com ele, não sem resistências institucionais, em um primeiro momento, veio a prática do embargo⁹, em que os resultados das pesquisas estruturais (realizadas com periodicidade igual ou superior a um ano) ou especiais são entregues aos jornalistas antes da data de lançamento, e se lhes dá livre trânsito junto às equipes internas. Com esse tempo e com esses diálogos, conseguem preparar matérias longas e bem escritas sobre as temáticas abordadas. Desde então, o IBGE, a cada pesquisa, vem obtendo páginas e páginas dos maiores jornais do País, bem assim minutos nos telejornais.

No caso das pesquisas ou indicadores conjunturais (realizadas com periodicidade inferior a um ano), duas medidas foram adotadas na gestão de Sérgio Besserman, com ganhos à imagem do Instituto e ao exercício da cidadania. Trata-se, primeiro, do calendário de divulgação das pesquisas, disponibilizado no portal do IBGE na Internet, onde são publicadas, ao final do ano, as datas dos lançamentos previstos para os 12 meses seguintes; em segundo lugar, destaca-

⁹ Em palestra no IBGE, o jornalista Elio Gaspari contou que, em face de uma manada de bois, se aparecer um boi com rabo de elefante o estatístico o retira da pesquisa como sendo uma anomalia, ao passo que o jornalista exatamente o tomará como manchete do dia seguinte. Pois, o embargo dá ao jornalista condições de entender por que o produtor da estatística exclui o “boi com rabo de elefante”.

se a questão da precedência dos resultados das pesquisas, isto é, a divulgação, também no portal, da lista com os nomes das autoridades do governo que recebem quais pesquisas e com quanto tempo de antecedência antes da divulgação à sociedade. Ambas as medidas atendem as orientações da iniciativa Special Data Dissemination Standard - sdds, do Fundo Monetário Internacional - FMI (International Monetary Fund - IMF), para a padronização da disseminação de dados pelos Sistemas Estatísticos Nacionais, formalizada em 1996 e à qual o IBGE aderiu formal e solenemente. A adoção dessas medidas, que internamente teve a contribuição da Diretora de Pesquisas Martha Mayer (ciosa das *Best Practices*), significou uma vitória de Sérgio Besserman em suas negociações de convencimento dos sucessivos titulares do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Antônio Rodrigues Tavares (1999-2002) e Guilherme Gomes Dias (2002-2003).

Em relação às questões ambientais expressas no discurso de posse, o IBGE elaborou e publicou, sob a gestão de Sérgio Besserman, um significativo conjunto com os primeiros Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, conhecidos como IDS, referentes a 2002¹⁰. Ao longo de sua gestão, viu-se um avanço expressivo nas tecnologias de geoprocessamento e de georreferenciamento. Entretanto, Besserman reconheceu que pouco se avançou na elaboração das geoestatísticas, em que pesem os muitos esforços despendidos, e isso pela falta das devidas parcerias.

Também em sua gestão, foi assinado o Primeiro Convênio de Cooperação Estatística União Europeia, MERCOSUL e Chile, referente ao triênio 1999-2001. Pretendia-se promover uma harmonização progressiva nas metodologias estatísticas entre os países-membros do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e o Chile, valendo-se da experiência acumulada pela Oficina Estatística da União Europeia (Statistical Office of the European Union - EUROSTAT). Para tal, foram definidos 10 Grupos de Trabalhos Temáticos: Estatísticas de alfândega e comércio exterior; Estatísticas de investimento; Estatísticas de serviços; Indicadores macroeconômicos e contabilidade nacional; Estatísticas de produtividade e competitividade de empresas; Estatísticas sociais; Classificações e nomenclaturas; Política de difusão e relações com usuários; Grandes orientações

¹⁰ Trata-se de: INDICADORES de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 195 p. (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, n. 2). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv187.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

dos Sistemas de Informação Estatística; e Estatísticas de transportes. O trabalho sem dúvida avançou, mas menos do que o esperado, diante da variedade (heterogeneidade) dos Institutos Nacionais de Estatística e em face de suas relações com os respectivos governos.

Besserman também tratou de reativar o Conselho Técnico do IBGE, promovendo reuniões em junho e novembro de 2001 e, depois, em dezembro de 2002¹¹. Nas reuniões, merece destaque a presença dos ex-Presidentes do IBGE Simon Schwartzman e Eduardo Augusto Guimarães; das Professoras Elza Salvatori Berquó e Bertha Koiffmann Becker; e do ex-Ministro da Fazenda Máílson Ferreira da Nóbrega. Há os representantes institucionais do Ministério da Defesa (General de Brigada Armindo Carvalho Fernandes); do então Ministério do Trabalho e Emprego (em sucessão: Leonardo José Rolim Guimarães e Remígio Todeschini); do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (em sucessão: José Guilherme Almeida dos Reis¹², Joaquim Ferreira Levy¹³, José Carlos Rocha Miranda e Antonio José Alves Junior); e do Ministério da Fazenda (em sucessão: José Guilherme Almeida dos Reis, Arno Meyer e Marcos de Barros Lisboa).

A democracia se consolidava, a taxa de escolaridade da população aumentava e a informação era cada vez mais importante para que cada cidadão ampliasse sua visão de mundo. Sérgio Besserman sabia que depois de superado o período de hiperinflação a sociedade buscaria um momento de olhar para si mesma – era a oportunidade de divulgar o novo retrato do Brasil, com os resultados do Censo 2000. Com isso, o IBGE entrou nas manchetes dos principais jornais, nas chamadas dos telejornais e cadernos especiais, e um dos assuntos mais noticiado foi a desigualdade, que passou a fazer parte da agenda social do País. Na área de disseminação da informação, o IBGE implantou, durante a gestão de Besserman, uma nova ferramenta de recuperação de informações estatísticas e geração de tabelas: o Banco Multidimensional de Estatísticas - BME.

¹¹ Na gestão seguinte, de Eduardo Pereira Nunes (2003-2011), houve reuniões em janeiro e setembro de 2004.

¹² Foi Diretor de Pesquisas na gestão de Edson de Oliveira Nunes (1986-1988) e Diretor-Geral (atual Diretoria-Executiva) na gestão de Eduardo Augusto de Almeida Guimarães (1990-1992).

¹³ Ministro da Fazenda durante o ano de 2015, no segundo Governo Dilma Rousseff.

Entrevista realizada em 10 de julho de 2015, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, no Rio de Janeiro¹⁴

COMO O SENHOR SE TORNOU PRESIDENTE DO IBGE EM 1999?

Como tudo que envolve pessoas, não é simples, é uma mistura de planejamento, emoção, sentimento, visão. Eu era Diretor do BNDES, com todas as perspectivas de continuar e com um salário bem maior do que o de Presidente do IBGE. Mas, por outro lado, eu sou professor do Departamento de Economia da PUC-Rio; já era naquele tempo e acompanhei a elaboração do Plano Real. Eu dava aula de Economia Brasileira e tinha um sentimento muito forte de que na agenda da vida social brasileira – agenda não só da mídia, mas o sentimento da opinião pública, a partir do momento que a hiperinflação deixasse de ser uma neblina na frente da visão dos brasileiros – era impossível enxergar mais de uma semana à frente, que haveria uma sociedade que ia ter, depois de décadas, um momento de olhar para si mesma. E o que ela ia buscar eram algumas coisas boas, mas o que ia aparecer era desigualdade, eram os temas sociais que haviam ficado num segundo plano, quando a inflação absorvia a vida de todos: governo, empresas e cidadãos. E o IBGE é que era, e continua sendo, quem oferecia para a sociedade brasileira esse retrato. Então, eu tinha esse sentimento de uma grande oportunidade. Eu tinha esse sentimento: “isso é o que vai acontecer”. Eu era Diretor de Planejamento do BNDES, mas também fui o primeiro Diretor e recriador da área social. Quando o “S” do BNDES volta, eu recebo o encargo de recriar a área social¹⁵. Eu estava com esta perspectiva em mente. Aí, recebo a notícia, por amigos, de que o Presidente Simon Schwartzman, cujo trabalho eu acompanhei, portanto eu sabia das mudanças que vinham ocorrendo no IBGE, naquele período todo, ia sair. Já havia uma distância entre o imaginário de todo o Brasil sobre o IBGE, como órgão com muitas dificuldades orçamentárias, junto ao movimento sindical, com greves muito longas e tal, mas eu sabia que as coisas já haviam, vamos dizer numa linguagem muito clara, imbicado numa direção modernizante muito sólida. Eu conhecia as pessoas, conhecia gente do IBGE, porque, como Diretor do Banco, como intelectual, como militante do movimento político

¹⁴ A citação simplificada dos nomes próprios foi mantida no corpo da entrevista, de modo a preservar a leveza de seu conteúdo original. Em caso de dúvida com relação à menção de algum personagem, sugere-se consultar a lista de nomes completos, ao final da publicação.

¹⁵ Segundo Besserman, havia sido criada uma área social no BNDES nos anos 1980, mas depois foi extinta e então recriada na gestão de Luiz Carlos Mendonça de Barros (1995-1998), com ele como Diretor.

e social brasileiro, eu conhecia gente do IBGE, que por acaso estava na Direção do Simon. Aí eu ouço: “Simon vai sair”. Claro que eu pensei duas vezes, porque eu tenho o leite das crianças, o salário caía bastante, mas com aquela idade, 40 e poucos anos, os desafios são muito sedutores. Então, eu sabia que o IBGE estava num bom caminho, eu conhecia as pessoas, tinha informações de que o cargo estaria vago. Então, fiz chegar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que eu gostaria de ser Presidente do IBGE, caso se confirmasse que o Presidente Simon Schwartzman, de fato, estaria deixando o cargo. E a partir daí as coisas se desenrolaram. Mas foi uma bênção, uma felicidade: tornei-me Presidente do IBGE.

O SENHOR ACOMPANHAVA A GESTÃO DO PROFESSOR SIMON DE QUE FORMA?

Como usuário. Por isso, eu mencionei a recriação da Diretoria Social do Banco. Era uma época de aperto fiscal, segundo mandato do Governo Fernando Henrique; houve um ajuste com relação ao quadro das contas públicas anterior. A primeira lição que eu aprendi no BNDES foi essa: um executivo conhecido do Brasil, Doutor Juvenal Osório, foi Presidente da CSN [Companhia Siderurgia Nacional]; eu, garoto, falo qualquer coisa lá, ele põe o dedo – ele fazia isso com todo novato –, põe o dedo assim bem na minha cara e diz: “O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico é isso: primeiro, ele é banco; depois, ele é nacional, de desenvolvimento econômico”. Então, uma área social num banco só podia almejar ter alguma atuação que envolvesse conhecimento, e aí o IBGE é a fonte dos dados. Quando a gente recria a área social, antes de fazer qualquer coisa, a gente decide estudar. Não é despejar dinheiro, isso não é papel de banco; banco não dá dinheiro. E a área de Planejamento do BNDES – aí eu fiz toda uma carreira de executivo e técnico no Banco, e de graduado e pós-graduado no Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro – também era usuária das estatísticas econômicas. Um economista brasileiro vive delas, principalmente as do IBGE. Existem outras, mas o IBGE é que é a fonte básica. Por essa razão, eu acompanhava.

O SENHOR JÁ DISSE QUE, QUANDO ASSUMIU A PRESIDÊNCIA DO IBGE, PASSOU A SER CHAMADO DE LOUCO POR TOPAR SEGURAR UM ABACAXI.

O SENHOR PODE EXPLICAR MELHOR ISSO?

Isso é um pouco o que falávamos antes: o IBGE já não era um abacaxi gigantesco; foi um abacaxi, sim, para a gestão do Professor Simon, falando em linguagem muito clara, e eu já sabia disso. Mas o louco aí foi dos corredores de Ministérios, em Brasília, e se referia menos ao desafio de presidir o IBGE, que não é tão difícil,

comparado à maior parte dos órgãos públicos no Brasil – um país onde serviço público não é institucionalmente estruturado, enquanto o do IBGE é. Isso faz uma diferença absurda. Então, ele não é nenhum abacaxi desse ponto de vista. O louco aí refere-se, num país patrimonialista como é o Brasil, a ganhar menos e abrir mão de uma posição de poder. Um Deputado Federal almeja ser Diretor do BNDES. Nunca são, nada contra, mas no BNDES há uma tradição de governo, de todas as matizes, de utilizar funcionários do próprio órgão para a Direção, até bastante parecido com o IBGE. Então, o louco era isso, era abrir mão de poder e de salário muito mais alto para ser Presidente de uma Instituição que ainda tinha uma imagem, que eu já sabia, que não correspondia à realidade.

DE QUE FORMA O SENHOR MONTA A SUA EQUIPE?

Basicamente, é a mesma equipe do Professor Simon, com um Chefe de Gabinete que é sempre um profissional muito, naturalmente, próximo ao Presidente. Na Inglaterra, quando muda de partido, Trabalhista para Conservador, direita para esquerda, esquerda para direita, até o Secretário-Executivo fica; o Chefe de Gabinete é o único que o Ministro muda. Mas eu, por acaso, tinha uma amizade pessoal com a pessoa que tinha toda uma história no IBGE, a Doutora Lídia Vales, que havia sido Adjunta no CDDI¹⁶. E, além de eu conhecê-la por ser também economista pós-graduada na PUC do Rio de Janeiro, ela é irmã de um grande colega, de um executivo muito importante na história do BNDES, Paulo Vales. Então, eu tinha uma equipe pronta formada pelo Professor Simon, uma Chefe de Gabinete que conhecia perfeitamente a Casa e era conhecida de todos; era considerada quase uma funcionária da Casa, basicamente isso. As mudanças que ocorreram depois foram estritamente duas: os titulares anteriores de Imprensa e de Geociências. Ótimas *performances* em seus cargos, mas tanto na área de Imprensa e contato com a mídia como na área de Geociências eu tinha algumas ideias, justamente por ser um economista já voltado para mudanças climáticas e a crise ecológica. Então, independentemente da qualidade da *performance* dos profissionais anteriores, ali foram as únicas duas mudanças que eu fiz. De resto, toda a equipe, a Diretoria de Pesquisas, Diretoria-Executiva, era a equipe do Professor Simon.

¹⁶ Lídia Vales de Souza foi Chefe de Gabinete no IBGE de 1º de março de 1999 a 17 de julho de 2007. Anteriormente, fora Chefe-Adjunta do CDDI.

MAS NA DIRETORIA DE PESQUISAS TAMBÉM TEVE MUDANÇA?

É, sim, eu não mencionei porque na DPE [Diretoria de Pesquisas] foi uma modificação feita imediatamente, assim que eu entrei. De novo, absolutamente nada a ver com a *performance*, ótimo trabalho que o Diretor anterior¹⁷ fez, mas ali era o nervo da modernização do IBGE. Doutora Martha¹⁸ vinha fazendo um bom trabalho, e usei também um critério de seleção de executivos muito usado no BNDES daquela época, que era buscar um profissional que tivesse demonstrado já *performance* na gestão de uma área muito importante – no caso do IBGE o Departamento de Emprego e Rendimento – e que ao mesmo tempo tivesse percorrido a maior parte dos Departamentos. Isso levaria para posição de Diretora alguém que não fosse só da área econômica, só da área social, só da área demográfica, mas que tivesse vivido a vida profissional na maior parte dessas áreas. E, por atender a esse critério, a Doutora Martha tornou-se Diretora de Pesquisas.

O SENHOR SOFREU ALGUMA INTERFERÊNCIA POLÍTICA NA SUA GESTÃO?

Não, em nenhum momento. Houve episódios – claro, quando eu digo interferência, é algo que interferisse no processo de trabalho –, momentos políticos, olhando de hoje, muitos engraçados. Na época, sempre havia alguma tensão. Quando o IBGE divulga dados que envolvem a *performance* de outros Ministros, é comum que o Ministro muitas vezes reclame, tenha que se explicar etc. e tal. Então, não era raro isso acontecer. Por outro lado, no nosso Ministério, o Ministério do Planejamento, a partir dos primeiros seis meses, houve uma mudança na estrutura governamental, no próprio Ministério e no Palácio do Planalto. No Palácio do Planalto, o Presidente Fernando Henrique tinha como Assessor principal, do ponto de vista intelectual, o Professor Vilmar Faria¹⁹, falecido, de uma escola toda de enorme respeito pelo IBGE, pela independência do IBGE. Quando o Presidente Fernando Henrique saía do Palácio, onde estava lá o Professor Vilmar sempre para zelar pelo IBGE, chegava em casa e encontrava Dona

¹⁷ Lenildo Fernandes Silva foi Diretor de Pesquisas, de maio de 1988 a março de 1992, nas gestões de Charles Curt Mueller e Eduardo Augusto de Almeida Guimarães, voltando, depois, na gestão de Simon Schwartzman.

¹⁸ Martha Mayer foi técnica e Chefe do Departamento de Índices de Preços; trabalhou no Departamento de Contas Nacionais; e, na ocasião em que assumiu a Diretoria de Pesquisas (de junho de 1998 a março de 2004), era Diretora-Adjunta e acumulava a Chefia do Departamento de Emprego e Rendimento.

¹⁹ O sociólogo Vilmar Evangelista Faria foi aluno, amigo e assessor de Fernando Henrique Cardoso. Mineiro de Belo Horizonte, faleceu em 28 de novembro de 2001, aos 59 anos. Foi o mais frequente interlocutor de Simon Schwartzman no governo, ao longo de sua gestão.

Ruth Cardoso, uma professora também sempre pronta para zelar pelo IBGE. E o próprio Fernando Henrique pensava assim, um usuário dos dados como eu. Eu fui usuário como Diretor de banco, como economista e tal. Ele, usuário a vida toda. Então, a guarita, digamos assim, a garantia de total independência do IBGE, como órgão de Estado, é uma teoria. No Brasil, somos uma democracia de baixa qualidade. Nem todos os órgãos de Estado são sempre devidamente respeitados. O IBGE tem tido, de um lado, a felicidade; de outro lado, a grandeza e a solidez para segurar a sua independência ao longo de décadas. Mas essa distinção entre Estado e governo seria mais clara num país com democracia de qualidade maior. Então, nunca sofri interferência nenhuma. Eu tive três momentos. Um, a área econômica tinha marcado uma reunião, pois havia uma reunião do FMI [Fundo Monetário Internacional] que coincidia com o lançamento das Contas Nacionais. Então, chega um apelo desesperado dos meus professores da PUC perguntando se não era possível lançar depois. E aí eu respondo, com a mesma linguagem, tudo amigo meu, e com alto respeito pela Academia, todos acadêmicos. Eu faço um apelo desesperado para que, quando eles marcassem as próximas reuniões do FMI, olhassem o calendário do IBGE antes, porque era mais fácil mudar uma reunião do FMI do que o calendário de divulgação. Teve também uma reunião do COPOM [Comitê de Política Monetária, do Banco Central], num momento muito crítico da economia brasileira, quando há desvalorização cambial, e por um acaso o IPCA [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo] saía no dia seguinte. Os caras iam tomar decisão, cegos, com relação ao IPCA. Então: “Você não pode dar alguma dica?”. Eu falei: “Posso”. Aí, eu abri o sorriso: “Na próxima vez que vocês marcarem reunião do COPOM, vejam o calendário do IPCA”. E uma terceira vez, e aí mostrando o que eu chamei de grandeza e solidez do IBGE, que lhe permitiu preservar sempre a independência, a autonomia. Uma terceira vez – isso não é ser fechado, muito pelo contrário; isso é uma cultura de ouvir o cliente, de ouvir conselhos dos mais diversos –, o Ministro da Reforma Agrária na época, Raul Jungmann²⁰, faz uma reclamação sobre um produto, que a disseminação não é muito grande, mas o produto é muito caro em dinheiro e muito caro à turma de Geociências e ao CDDI, e é uma obrigação legal – o *Atlas geográfico* no seu

²⁰ Trata-se, na realidade, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Desenvolvimento Agrário, criado, em 1996, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso no bojo de uma reforma ministerial empreendida poucos dias após o massacre de 19 trabalhadores rurais sem-terra no Município de Eldorado do Carajás, ao sul do Pará.

formato maior [*Atlas nacional do Brasil*]. Quando o *Atlas nacional* foi lançado, eu fui pessoalmente junto com o Nuno, Diretor-Executivo, no Palácio do Planalto, entregar um exemplar ao Presidente da República²¹. E depois o Ministro Raul me liga louco da vida, com uma página onde os assassinatos no campo eram marcados por círculos, bolinhas vermelhas, e de uma forma cumulativa, ou seja, os últimos 20 anos. De fato, era uma informação produzida sem o rigor estatístico necessário, mas com a certificação política. Eu conversei muito a respeito, e houve a decisão de usar os dados da Comissão Pastoral da Terra. Ainda que não seja um órgão estatístico, era um órgão que ninguém poderia discutir com relação à sua isenção ao falar em assassinatos no campo. Mas quando você faz cumulativo, o que acontece? Quanto mais assassinato naquela área, mais a bolinha vermelha fica maior, fica grande. De outro lado, pode ser um cumulativo que foi tudo no primeiro ano e zero no último, que era a realidade. Se você mostrasse através de um gráfico de barras, você veria uma grande queda nos assassinatos no campo, segundo a Comissão Pastoral da Terra, mas, quando você olhava no mapa – fico imaginando um europeu desses, que tem uma visão do Brasil de faroeste, distorcida assim –, e o que acontecia? Para a bolinha vermelha poder ser vista, ela tem que ser grande, senão fica um pontinho. Então, cinco assassinatos no campo, ao longo de 20 anos, já era uma bolinha que dava para ver bem; 10 era o dobro; 15 era 200% maior. Então, parecia um País absolutamente conflagrado, do ponto de vista agrícola. Esta era a informação que o IBGE estava passando naquele mapa. Eu ouço o Ministro Raul e digo: “Vou levar o assunto para discussão técnica. É novo para nós e para todo mundo a disseminação de dados desse tipo”. Eu preferi não participar das discussões. Só disse: “Olha, isso aqui é novidade, não tem uma história por detrás, não tem recomendações. Existe uma Comissão de Estatística da ONU [United Nations Statistical Commission] que faz toda a nossa jurisprudência, digamos, as Melhores Práticas. Não existe uma comissão de disseminação de dados georreferenciados. Então, é novidade. Discutam aí, o que vocês quiserem”. E a decisão do Corpo Técnico do IBGE, sem qualquer pressão da Presidência, foi trocar a página [do Atlas]. Hoje, seria trivial, pois é só mudar no

²¹ Trata-se de: ATLAS nacional do Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 atlas. (262 p.). Escalas variam. Posteriormente, a publicação passou a denominar-se *Atlas nacional do Brasil Milton Santos*, conforme disposto na Lei n. 11.159, de 02.08.2005, sendo a primeira edição sob o novo título lançada em 2010. Cabe destacar ainda que o IBGE, em parceria com o Ministério da Educação, lançou, também na gestão de Sérgio Besserman, a primeira edição do *Atlas geográfico escolar*. A cerimônia de lançamento, no Rio de Janeiro, em 2002, contou com a presença do Ministro da Educação, Paulo Renato Costa Sousa, e do Presidente do IBGE.

site, mas naquela época significava pegar um *Atlas* em papel, enorme, caro, tirar uma página, botar outra. Mas foram as únicas três vezes. E eu achei muito bacana, a gente aprendeu uma lição e passou a ter atenção profissional à disseminação de dados georreferenciados. Eu quero enfatizar esse ponto: a autonomia e a independência. Não é uma postura. O IBGE realizou essas conquistas ela com inteligência, solidez profissional, rigor, competência, mas a postura de abertura facilita. Então, a postura de abertura para o mundo exterior ajuda demais na autonomia da independência do IBGE, enquanto a postura de fechamento, que não ocorre, certamente prejudicaria muito.

DENTRO DESSA QUESTÃO DA AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA, O SENHOR TORNOU OFICIAL O PROCESSO DE ADESAO DAS MEDIDAS DO SDDS²², COM ORIGEM NO FMI. O SENHOR PODE EXPLICAR POR QUE ESSA MEDIDA, O QUE ELA REPRESENTOU PARA O IBGE NAQUELE MOMENTO?

Era um momento de economia globalizada, já vivendo algumas crises, que só muito mais tarde a gente veio a saber que eram precursoras da grande recessão de 2008, mas eram crises de natureza global, e a questão da transparência, do *disclosure* – economista fala muito palavras anglo-saxônicas –, era uma questão crucial. O Leste Europeu estava querendo se integrar, a Cortina de Ferro havia caído. Para você se integrar, o outro lado tem que conhecer a sua economia. E o Fundo Monetário lançou este programa de parâmetros. Para nós do IBGE, era trivial aderir. Na verdade, eu diria até que adesões às melhores estatísticas por parte do IBGE significam algo bem mais sólido até do que as regras do SDDS, do FMI. A questão era decisão política do governo brasileiro de aderir a essa abertura de suas contas, segundo parâmetros definidos, que você teria que seguir. E para o IBGE seria muito bom como qualificação junto à área econômica; a área econômica da minha visão pessoal. Eu vou me permitir citar uma frase do meu irmão Bussunda, que estava vivo durante todo o período em que eu fui Presidente do IBGE: “Todo economista brasileiro é careca”. Você pergunta por que, ele diz: “De tanto dizer, todo santo dia: ah, meu Deus, errei de novo” [passa a mão na cabeça]. Então, levando isso em conta, os economistas daquela época não eram como são

²² Padrão Especial de Disseminação de Dados estabelecido pelo FMI como guia para o fornecimento de informações econômicas e financeiras ao público em geral e instrumento de disseminação de estatísticas e comparabilidade entre países. Para informações mais detalhadas sobre a iniciativa, consultar: SPECIAL data dissemination standard - SDDS. Washington, DC: International Monetary Fund, [2016]. Disponível em: <<http://dsbb.imf.org/pages/sdds/home.aspx>>. Acesso em: mar. 2016.

geralmente apresentados, numa visão meio radicalizada, privatista, absoluta, visão de estado mínimo; muito pelo contrário, uma visão mais socialdemocrata. Eu conheço os caras, desde a década de 1970 e tal. Mas era divulgado esse tipo de imagem. O fato de o IBGE se qualificar como fornecedor da grande maioria das informações, junto ao Banco Central, nessa ferramenta de transparência, era muito bom para a Instituição. Então, nós trabalhamos, a Doutora Martha Mayer, Nuno Bittencourt, eu e todos. Correu tudo bem. Por ali, nunca houve qualquer ruído.

COMO FOI A DECISÃO POLÍTICA?

A decisão política a gente influenciou, tanto no sentido de dizer: “Olha, está pronto”. E eu, pelo contato com meus colegas, professores da PUC, disse: “Poxa, é tudo que a gente quer”. Mas havia um ambiente muito favorável no Ministério da Fazenda a essa ideia de *disclosure*, porque era uma época de desmontar esqueletos, como se dizia. E quanto mais luz do sol, quanto mais transparência, mais dificuldade para montar esqueletos. Então, a ideia de transparência ali caía muito bem, no período histórico que a gente estava vivendo.

DENTRO DAS NOVAS MEDIDAS, O IBGE PASSOU A DIVULGAR O CALENDÁRIO DE DIVULGAÇÃO E TEVE TAMBÉM A QUESTÃO DA PRECEDÊNCIA. O QUE MUDOU?

Bom, uma coisa muito boa que acontece quando um sujeito, que não é do IBGE, vira Presidente do IBGE é que pessoas da mais alta qualificação te submetem, durante uns três meses, a uma espécie de “superdoutorado”. E eu passei a conhecer um mundo que eu não conhecia; foi muito rápido, mas que admiro muito, que é o mundo ligado à Comissão de Estatística da ONU, que vai definindo o que se chama Melhores Práticas Estatísticas. Por coincidência, um dos grandes personagens globais deste universo, Mister Jacob Ryten²³, falava Português perfeito e gostava do Brasil, porque ele era convidado para ir para qualquer lugar do mundo, mas o IBGE tem essa vantagem, de ficar no Rio de Janeiro. Quantas reuniões internacionais a gente fazia... era só o Doutor David Wu Tai, a Doutora Martha dizerem: “Poderia ser no Rio de Janeiro”, que, imediatamente, “É no Rio, é no Rio”. Então, isso eu testemunhei inúmeras vezes. Mas, através do Nelson Senra,

²³ Jacob Ryten foi o Chefe da Missão Canadense que, de 26 de agosto a 9 de setembro de 1994, realizou um trabalho de consultoria de avaliação do estado da arte no IBGE, a pedido do então Presidente, Simon Schwartzman, e diagnosticou os principais problemas identificados e os caminhos apontados para sua solução. Para informações mais detalhadas, consultar o *Capítulo Simon Schwartzman*.

do Doutor Nuno Bittencourt, do Fernando Abrantes, da Doutora Martha Mayer, da Zélia Bianchini, todo mundo, eu fiquei conhecendo o Doutor Jacob Ryten e, especialmente, me impressionaram os *papers* de um grande personagem deste universo, um teórico da área de Estatística, Mister Fellegi.

Entenda as medidas do SDDS adotadas pelo IBGE

A iniciativa do FMI de estabelecer o SDDS como padrão internacional teve por objetivos aumentar a transparência das informações econômicas e financeiras dos países, garantir a divulgação de dados confiáveis que ajudem a melhorar as avaliações de suas políticas econômicas, e promover o desenvolvimento à luz dos sistemas estatísticos. Tal necessidade, segundo o Fundo, foi exposta pela crise financeira ocorrida no México, em dezembro de 1994, então atribuída à deficiência de informações transparentes e corretas para os investidores. O padrão especial do FMI, indicado para países com acesso ou pretensão de acesso ao mercado internacional de capitais, estabelece uma série de regras para divulgação de estatísticas sobre produção, desemprego, inflação, população, bem como dados monetários, fiscais e de balanço de pagamentos, incluindo a disponibilização de metadados na Internet. Todas as informações econômicas e financeiras sobre os países que aderem ao SDDS são disponibilizadas na página do FMI e podem ser acessadas por qualquer pessoa. Ao aderir a padrões uniformes de comparabilidade,

os países se habilitam, também, à obtenção de pontos em agências internacionais de *rating* e instituições financeiras, já que algumas consideram a adesão ao SDDS em suas avaliações de risco. No que diz respeito ao SDDS, o IBGE adotou duas medidas em relação às pesquisas conjunturais, com ganhos à imagem do Instituto e ao exercício da cidadania: Trata-se do calendário de divulgação, pelo qual, ao fim de cada ano, são publicadas, no portal do IBGE na Internet, as datas de lançamento das pesquisas do ano seguinte; e da questão delicada da precedência, ou seja, quais autoridades recebem quais pesquisas e com quanto tempo de antecedência antes da divulgação à sociedade, conforme disposto na Portaria n. 164, de 20.12.1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece os procedimentos para divulgação dos indicadores conjunturais produzidos pelo IBGE. A ideia é tornar pública a relação acordada com as autoridades. O objetivo é eliminar privilégios, bem assim reduzir ao máximo os vazamentos de informações por parte de políticos, quase sempre sequiosos dos holofotes da comunicação.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ESTATÍSTICAS DO CANADÁ [STATISTICS CANADA], IVAN FELLEGI?

Ivan Fellegi, do Instituto do Canadá; me impressionou intelectualmente a natureza da abordagem que ele fazia, da relação do universo da produção de estatística com o mundo exterior. Então, a questão da precedência, que é a origem dessa conversa toda, a Comissão de Estatística da ONU, e a própria jurisprudência são coisas muito anglo-saxônicas. Você não põe a regra, a forma ibérica de lidar com os problemas. Você vai gerando jurisprudências. A questão da precedência respeita muito o ambiente sociopolítico de cada nação, o grau de aprofundamento da democracia. A Comissão de Estatística, pelo menos naquela época, não dizia “Se você fizer isso, você está fora do mundo das Melhores Práticas”, mas, por outro lado, havia muitas possibilidades. Para um economista, impressionava desde “O Primeiro-Ministro de outro país tem todo o direito de ver antes, durante dias, uma pesquisa conjuntural” até a própria situação do Canadá, onde a autoridade pública via a pesquisa junto com a sociedade. Ela não tinha nenhum privilégio do conhecimento da informação que qualquer outro ator econômico e social. Então, eu via aquela escala, e, como sempre, conversando e ouvindo as opiniões da Diretoria, decidimos fazer uma coisa muito avançada, uma coisa de pesquisa conjuntural: duas horas de precedência para a autoridade pública.

E PARA AS PESQUISAS ESTRUTURAIS DO IBGE?

Na pesquisa estrutural surgiu um problema. A gente queria fazer uma coisa que eu conhecia de revistas científicas. Minha vida profissional e pessoal sempre esteve muito ligada ao mundo da Ciência, não apenas Ecologia. Então, a coisa do embargo me atraía muito: a imprensa poder trabalhar aquela informação, antes da coletiva, com tempo suficiente. Eu sabia que entregar para a imprensa na hora do lançamento nunca ia viabilizar uma disseminação à altura da relevância daquelas informações, num momento em que o Brasil, durante muito tempo, não prestava atenção naquelas informações; ele não olhava para a PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios], só os especialistas. Não era notícia. Só que eu tinha o sentimento de que a sociedade ia querer olhar, mas só através da mídia. Hoje já é um outro mundo, tem redes sociais, por exemplo, mas naquela época não. Então, surgiu um problema: como entregar para a imprensa com antecedência suficiente, para ela poder fazer esse trabalho, e não entregar para a autoridade, e ao mesmo tempo conseguir o embargo de ambos? Então, aqui teve muita arte, muito trabalho do Doutor Luiz Gazzaneo, muita

conversa pessoal, muita transpiração de ator em ator, punição quando necessário. Eu me lembro de ficar desesperado [em 2002], quando o Gazzaneo me disse que um jornalista, de um telejornal importante, não era o *Jornal Nacional*, mas era bem importante, furou o embargo. Ele ficou um bom tempo sem receber o embargo do IBGE.

Entenda como foi o problema do embargo em 2002

A prática do embargo consiste em antecipar os resultados das pesquisas para os veículos de comunicação, com o compromisso de os jornalistas só os divulgarem em data e horário estabelecidos pelo IBGE. Em alguns casos, também é realizada uma reunião de embargo com os jornalistas, onde os pesquisadores esclarecem o significado das informações, analisam os resultados e orientam as reportagens. A divulgação dos resultados preliminares da amostra do Censo 2000 sobre mortalidade infantil e fecundidade ocorreu no dia 8 de maio de 2002, no entanto o embargo foi furado na noite anterior pelo telejornal da Record. O jornalista Boris Casoy, o único que não respeitou o embargo, noticiou que a taxa de mortalidade infantil caíra de 48,0 óbitos por mil nascidos vivos, em 1990, para 29,6 óbitos por mil nascidos vivos,

em 2000, antes do horário combinado. Na época, o Coordenador de Comunicação Social do IBGE, Luiz Mario Gazzaneo, foi avisado, pelo telefone, sobre o incidente por uma jornalista que participava do embargo. Ele não hesitou em manter o acordo do embargo até o dia seguinte e, para isso, mobilizou toda a sua equipe para reforçar o combinado de manterem guardadas, nas redações, as informações do IBGE. O clima de tensão e insegurança gerado pelo comportamento inesperado do jornalista Boris Casoy foi, aos poucos, sendo substituído pelo respeito e compromisso dos editores na manutenção do embargo. Os jornalistas seguraram a informação até a data combinada e Gazzaneo, em resposta à perda de confiança no jornalista paulista, decidiu que ele ficaria fora do embargo das pesquisas estruturais do IBGE.

OUTRA MUDANÇA FOI EM RELAÇÃO À PRECEDÊNCIA DAS PESQUISAS CONJUNTURAIS PARA A AUTORIDADE PÚBLICA; CAIU DE 24 PARA DUAS HORAS. COMO FOI ESSE PROCESSO?

A precedência a gente resolveu por uma regra bem avançada. Foi necessário muita conversa lá em Brasília. Antes, não tinha uma Portaria. E aí, dependendo da qualidade do Ministro e de sua equipe, havia um protocolo, havia de

fato quem recebesse, fizesse uma análise e preparasse o Ministro. Isso era mais raro. O mais comum era que, embora o protocolo fosse muito claro, ainda que não formalizado em Portaria, a desestruturação do Ministério que recebia atrapalhasse o protocolo. Era coisa tipo uma secretária que recebia os documentos, que não sabia direito o que era, e disparava um *e-mail* para um cara, aí o cara via aquilo, uma notícia ruim na frente, sem nunca ter visto, ficava desesperado e tal. Mas era um despreparado que não era do serviço público ou necessariamente do Ministro. O fato era que a única estatística que despertava emoção e, portanto, mudança na opinião pública, era a de inflação, um pouquinho de desemprego, ponto. Mesmo o PIB [Produto Interno Bruto], como era uma época de baixo crescimento, as variações não despertavam tanto...

O OBJETIVO ERA CRIAR UMA SÉRIE DE FERRAMENTAS, PRIORIZANDO A TRANSPARÊNCIA E A DIVULGAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS NA MÍDIA?

De repente, todo mundo – a mídia, nós mesmos e os órgãos de governo, não só o federal, os estaduais – se defronta com um outro mundo, que nós, IBGE, ajudamos a criar, através de um trabalho profissional de disseminar informação de maneira mais ampla, sabendo usar profissionalmente a mídia, sem corromper os princípios do rigor estatístico e das Melhores Práticas, coincidindo com a época histórica. É uma época em que só se prestava atenção naquilo e, de repente, qualquer informação que dissesse e revelasse um aspecto do Brasil que ninguém tinha discutido durante tanto tempo atraía uma atenção enorme – trabalho infantil, quantos idosos há... E houve um conflito de interesses na nossa preparação para fazer essa disseminação de uma forma mais ampla e mais profissional, mesmo aqui no CDDI, que estava muito bem. Eu entro no IBGE e três meses depois há o primeiro grande momento dessa historinha que eu tento narrar. Portanto, não é de responsabilidade técnica minha nenhuma; vem de um trabalho do Professor Simon Schwartzman e da Diretoria dele, a primeira Síntese de Indicadores Sociais, referente a 1998²⁴. Quando começaram as reuniões pensar a divulgação da Síntese, o Departamento de Indicadores Sociais estava competentíssimo no conhecimento de tudo aquilo, o CDDI, craque na

²⁴ Trata-se de: SÍNTESE de indicadores sociais 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 204 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 1). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82161.pdf>>. Acesso em: mar. 2016. A partir de 2007, a publicação passou a denominar-se *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*.

preparação do volume, mas eu percebi que a turma não tinha o *insight* de que aquilo ia ser uma bomba, porque o Brasil de antes era o Brasil preocupado com a inflação. Então, não é só que seria a primeira Síntese, é que chegaria num momento de sentimento oposicionista muito forte: início do segundo Governo Fernando Henrique, desvalorização cambial, toda uma certa irritação. Então, eu percebi e disse: “Olha, isso aí vamos treinar bastante, vocês vão me treinar na minha introdução à divulgação do documento, e eu vou participar fazendo papel de advogado do diabo, ou de jornalista” – Gazzaneo não estava conosco ainda –, “porque o bicho vai pegar, digamos assim.” “Como assim, o bicho vai pegar?” “O bicho vai pegar.” E pegou, claro. Foi manchete de tudo quanto é jornal, do *Jornal Nacional*, aquelas coisas todas.

ELES NÃO TINHAM DIMENSÃO DA REPERCUSSÃO QUE ESSE TIPO DE NOTÍCIA PODIA CRIAR?

Não tinham. E nós fizemos um trabalho tão bom – só para falar da Síntese de novo. Um dos grandes momentos de sentimento de dever cumprido que eu tive, em toda a história do IBGE, foi quando a gente lançou a Síntese, mas aí não a primeira, a segunda Síntese. Gazzaneo já estava conosco, lançamos aqui no Rio de Janeiro e inovamos no que hoje em dia com a Internet já não é mais necessário: corremos para divulgar em São Paulo. Gazzaneo foi quem bolou isso. Então, corremos Luiz Antônio, chefe do DEPIs [Departamento de População e Indicadores Sociais], eu e Gazzaneo, para pegar os jornais de São Paulo antes de fechar. A gente lança de manhã aqui [Rio de Janeiro] e corre para lá [São Paulo]. E depois, absolutamente exaustos, dormimos e acordamos cedíssimo. E aí vamos lá tomar café da manhã do hotel. Gazzaneo vai numa banca de jornal. Estamos sentados lá, eu e Luiz Antônio, mas eu, que estava de frente, vi ele entrar com o *Estadão* [*O Estado de S. Paulo*] e a *Folha* [*Folha de S. Paulo*], um de cada lado, com um sorrisão desse tamanho. Aí, eu disse: “Ah, deu certo”. O que tinha acontecido? Acho que isso vale o registro, vale pegar esse *Estadão* e essa *Folha*²⁵. A *Folha*, que é um jornal mais emotivo e tal, dizia assim: “Desigualdade continua” e “Indicadores sociais melhoram”. Duas

²⁵ Em relação aos indicadores sociais apresentados pelo IBGE, os dois principais jornais paulistas, em suas edições de 5 de abril de 2001, abriram as seguintes manchetes: na *Folha de S. Paulo*, “País termina anos 90 tão desigual como começou”, com o subtítulo: “Indicadores sociais melhoram, mas concentração de renda continua, diz IBGE” (PAÍS..., 2001); em *O Estado de S. Paulo*, “IBGE mostra como o País melhorou em 7 anos”, com o subtítulo: “Houve melhoria na saúde e na educação, mas não na distribuição de renda” (IBGE..., 2001).

manchetes, coisa rara em jornal. O cara não conseguiu dizer um lado só. E no *Estado* – jornal mais paulistão, sociedade paulista e tal – o cara também não conseguiu evitar duas manchetes, e eram as mesmas, só que invertidas: “Indicadores sociais melhoram” e “Desigualdade continua”. E o Gazza estava numa felicidade... e eu tive, claro, a compreensão política de “Fizemos o nosso trabalho”; todos, DPE, CDDI, Gazza. Coisa rara. Nós estamos aqui em 2015, um dos grandes problemas do Brasil, hoje, 2015, é a discussão muito rasa e superficial, com pouca complexidade, com pouca nuance. Então, você vê que a história não é monotônica. Mas, naquela época, a gente conseguiu isso: dois jornais, e eles não tiveram como escapar. Na manchete, eles tiveram que refletir a complexidade de uma síntese da sociedade brasileira, que é o que a Síntese de Indicadores Sociais tentava fazer²⁶.

O IBGE É UM PRECURSOR DO EMBARGO. PODE-SE ENTENDER ASSIM?

Sim; absolutamente precursor, no Brasil, do embargo. O IBGE é o criador. Talvez tenha sido o único papel pessoal que eu tive, que era como permitir que a mídia trabalhasse profissionalmente dentro da realidade dela – não é nem pedir que a realidade mude –, como permitir que a mídia trabalhasse profissionalmente esta complexidade, Síntese de Indicadores Sociais, PNAD. A ideia surge quando, conversando com o Gazzaneo, ele me respondia: “Não adianta se entregamos [a pesquisa] para um jovem jornalista que tem um editor na mão dizendo que ele tem até às 18h para entregar a matéria ou então pode esquecer”. Então, era um problema, porque, se a gente não fizesse direito isso, num momento em que o Brasil estava aprendendo essas coisas, a olhar para sua própria cara, se isso desse errado, estava ali uma grande chance de cair sobre o IBGE a responsabilidade. E por isso eu mencionei a coisa da Ciência; nas revistas científicas, o embargo funciona muito bem a nível global. Aí, eu digo: “Gazza...”. Ele me olha assim, coisa curta e rápida, mas também o Gazzaneo me conhecia desde os 6 anos de idade, ele me olha assim: “Você

²⁶ Desde sua origem, a publicação reúne múltiplas informações sobre a realidade social brasileira, acompanhadas de comentários que destacam, em cada uma das dimensões temáticas de análise, algumas das principais características observadas nos diferentes estratos populacionais. Sua principal fonte de informações é a PNAD, além de variadas estatísticas do IBGE, bem como de outros órgãos externos. A elaboração e sistematização dos indicadores apresentados na *Síntese* atende a recomendações internacionais, contribui para a compreensão das modificações nos perfis demográfico, social e econômico da população brasileira, e possibilita o monitoramento de políticas sociais.

me autoriza a fazer isso?”. Eu, na maior pose de Executivo, de Presidente: “Claro”. Eu estava com um receio desgraçado, mas eu confiava demais no Gazza, no IBGE. Eu sabia também que, qualquer excesso do Gazza ou meu, seria devidamente temperado. Isso é muito importante. Isso é importante numa estrutura de serviço público institucionalizada. Se a gente fosse além, a Diretoria-Executiva, a Diretoria de Pesquisas, o CDDI estavam ali. A gente podia sentir esse relativo conforto. Eu digo: “Autorizo”. Aí, eu me atrevi a perguntar: “Você acha que dá?”. Estamos falando de uma época que não tinha Internet, celular. Estamos falando da época dos grandes jornais, telejornais. Ele disse: “Dá, mas é trabalho, é um a um”. E vamos ser claros: só é possível porque é como fazer uma coisa do mundo do *business*; você precisa de uma certificação, de um aval; é auditado por uma grande companhia, totalmente confiável; ou, se é uma coisa ecológica, certificado por não sei quem. Só foi possível porque a gente tinha uma certificação, que era o Gazzaneo. Então, foi o IBGE que inventou, mas há um papel externo importante, meu e do Gazza, mas o IBGE não vai contra; pelo contrário, ele endossa.

A DECISÃO DO EMBARGO FOI DO PRESIDENTE DO IBGE. E A DIRETORIA DE PESQUISAS CONCORDOU COM A IDEIA?

Sim, mas ela manifestava abertamente seu receio dos furos. Qual era a preocupação? Na época da hiperinflação, qualquer vazamento significaria um problema, muito dinheiro, corrupção, ou a perda de reputação, de credibilidade, se houvesse vazamento. Era um mundo novo, a DPE ponderava, e eu gostaria de dizer, sinceramente, que para o executivo isso era um conforto. De fato, precisou de uma decisão presidencial e da grife Gazzaneo, porque foi *taylor made*, foi Diretor de jornal. E eu fiquei à disposição. Então, quando ele dizia: “Nesse [editor], eu preciso que você vá comigo”, parava a agenda e ia com ele; era uma coisa difícil. Então, nunca a DPE ou qualquer outra instância foi um problema para isso. Do ponto de vista de alguém que tivesse uma experiência, era um conforto, era mais uma tranquilidade de que tem um cara lá falando contra, isso é bom. Não é bem falando contra, mas “pode dar isso”. O Gazzaneo não é do mundo da Estatística. Eu tinha desembarcado e estudado as coisas que tinham posto para eu estudar. Alguém tinha que alertar: “Tem esse problema, tem esse problema também”. Deu supercerto. O próprio Gazza estudou, porque teve que ver as experiências das revistas científicas.

Entenda a questão do embargo e o trabalho do jornalista Luiz Mario Gazzaneo no IBGE

Convidado pelo amigo e Presidente do IBGE, Sérgio Besserman, o experiente jornalista Luiz Mario Gazzaneo assumiu o cargo de Coordenador de Comunicação Social do Instituto em 2000, quando este se preparava para entrar em campo com o Censo 2000. Seria um novo desafio para quem já tinha trabalhado com Samuel Wainer na revista *Domingo Ilustrado*, da Bloch, ocupado a Chefia de reportagem e editoria do *Jornal do Brasil* e, também, passado pela editoria nacional do jornal *O Globo*. No *Jornal do Brasil*, havia comandado a equipe de repórteres que fez a cobertura do episódio da bomba do Riocentro, vencedora do Prêmio Esso de 1981, a mais importante distinção conferida aos profissionais de imprensa no País. Com o apoio de Besserman, o respeitado jornalista traçou a primeira estratégia para ampliar a cobertura jornalística das pesquisas e produtos do IBGE: criar uma parceria com a mídia para levar as informações do Instituto para a sociedade. Gazza, como era conhecido, estava convencido de que a questão para o IBGE era "como chegar à sociedade, como popularizar os indicadores do

IBGE". Com essa finalidade e segurando com bravura a bandeira do embargo, ele revolucionou a divulgação dos primeiros resultados do Censo 2000. A prática do embargo consiste em antecipar para os veículos de comunicação o material, com o compromisso de os jornalistas só o divulgarem em data e horário estabelecidos pela Instituição. Trata-se de uma forma de facilitar para a mídia o entendimento da informação, dando aos jornalistas tempo útil para digerir os resultados das pesquisas do IBGE e, também, suporte para compreender melhor as análises realizadas pelos técnicos do Instituto. O resultado foi surpreendente: uma avalanche de notícias sobre o IBGE, o que contribuiu para fortalecer ainda mais a imagem de credibilidade da Instituição. Com mais de 40 anos de experiência no jornalismo, Gazzaneo se divertia ao provocar discussões sobre a importância da divulgação para a mídia, que refletia em melhorias para o IBGE. O embargo foi tema de notícias no *Jornal Nacional*, da TV Globo; na coluna de Miriam Leitão, em *O Globo*; e em artigo de Marcelo Beraba, então *ombudsman* da *Folha de S. Paulo*, entre outros jornais²⁷.

²⁷ A esse respeito, sugere-se consultar também: UMA FONTE chamada censo 2000. *Vou te Contar*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 8, p. 32-34, out. 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/revista8.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

Gazzaneo participava de tudo e se divertia com as conquistas da sua Equipe de Comunicação. No lançamento da publicação *Síntese de indicadores sociais 2002*²⁸, quando todos os grandes jornais do dia seguinte publicaram manchetes destacando a desigualdade no País, Gazzaneo, entre um e outro cigarro, explicava: "O que nós queríamos com isso? Evidente que era política no sentido mais amplo. A gente teve uma visão política não partidária, não era uma coisa mesquinha. É uma visão política do papel do IBGE e das informações que o IBGE produz". Aos poucos, Gazzaneo ia fortalecendo a sua ideia de que "mais vale um passo com mil do que mil passos com um". Nesse sentido, avançou convidando seus colegas jornalistas para palestras dentro do IBGE, organizando oficinas

sobre as pesquisas e lançando um programa de treinamento nas Unidades Estaduais, com o objetivo de melhorar o relacionamento com a mídia local, e garantindo a melhoria da qualidade na divulgação das informações. Ele queria garantir a igualdade de acesso aos resultados das pesquisas também nos estados, fortalecendo as divulgações regionais com a convicção de que era preciso "capilarizar" a informação – legado que deixou ao sair do IBGE. Gazzaneo se sentia como um "velho jornalista" que teve a fortuna de encerrar sua carreira como Coordenador de Comunicação Social do IBGE, do qual saiu em 2010, falecendo dois anos depois, em 12 de outubro de 2012, aos 84 anos, vítima de um infarto, no Instituto Nacional de Cardiologia, no Rio de Janeiro.

O SENHOR DIZ QUE NO MUNDO DAS CIÊNCIAS AS REVISTAS JÁ TRABALHAVAM COM A IDEIA DE EMBARGO.

Globalmente, não no Brasil.

EM QUE, ENTÃO, A GENTE PODE DIZER QUE O IBGE TEM PRIMAZIA?

No Brasil, mesmo para as revistas científicas, a primazia é no sentido de linha do tempo absoluta.

²⁸ Trata-se de: SÍNTESE de indicadores sociais 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 377 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 11). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1882.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

O SENHOR DIVIDE OS LOUROS DA SUA ADMINISTRAÇÃO COM O JORNALISTA LUIZ MARIO GAZZANEO. QUAL ERA O PAPEL DO GAZZANEO?

Ele é “o cara”, mas ele não sabia disso. Quando eu chamei o Gazza, ele virou para mim e disse: “Ô, Besserman, eu tô aposentado, pô”. Estava nada. Estava fazendo 10 milhões de coisas lá na vida social e política brasileira. Mas, como eu disse, ele era amigo dos meus pais, me conhecia desde os 6 anos de idade, e eu consegui argumentar. Eu disse: “Gazza, não só você está inteiraço aí”, ele já tinha 70 anos, “mas tem é um desafio, cara, tem um problema aqui para você resolver”. Foi por causa disso que ele topou. Ele até precisava de emprego, na época, de dinheiro também. Mas ele topou com essa conversa: “Tem um problema aqui, Gazza”. E antes de surgir a história do embargo, das revistas científicas, era um problema ainda mais genérico. “Tem um problema aqui, a turma do IBGE é hipertreinada para maximizar o rigor, e isso é muito bom. De outro lado, o cliente que usava aquela informação era um sujeito preparado para isso.” Quem era? Governo, consultorias, analistas especializados, coisa assim. Ele continuava me ouvindo: “Agora, surgiu um problemão: quem vai querer saber dessas coisas aqui é o Brasil. O único jeito do Brasil saber dessas coisas é através da mídia. Nós temos duas questões para resolver: uma, que você conhece superbem; outra, que eu estou aprendendo a conhecer. Uma é: como é que a mídia conseguiria trabalhar? O que tem que fazer?” Eu não sabia. Tem que treinar os caras, a questão do tempo, mas isso o Gazza sabia tudo, ele tinha sido editor do *Jornal do Brasil*. A parte da imprensa, ele sabia. Aí, surgiu o embargo, o trabalho pessoal que ele e a equipe fizeram. Antes de eu chegar, o IBGE tinha feito o Planejamento Estratégico da época do Simon, do Diretor Nuno, e outros. E nesse Planejamento Estratégico tem um negócio na Missão, que é um pouco criatividade da turma, mas um pouco também influência desses *papers* e das Melhores Práticas Estatísticas. A Missão²⁹ dizia retratar a realidade brasileira, com informações necessárias ao exercício da cidadania. Esse era o cabeçalho “Missão e Planejamento Estratégico”. Eu era Diretor de Planejamento do BNDES. Missão é igual a religião; se é cristão, se é muçulmano, se é judeu, se é umbandista, se é ateu – a Missão. E a Missão dizia, com ênfase, para que o povo brasileiro venha exercer a cidadania. Então, eu tinha um ponto que era o seguinte: nós temos que cumprir essa Missão. Como é que a cidadania vai conhecer as estatísticas do IBGE? Como assim? Povo... como ele

²⁹ A Missão Institucional do IBGE é “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania”.

vai conhecer? Ele vai entrar no *site* do IBGE? Vamos lembrar que estamos falando de 1999, 2000. Hoje em dia é outro mundo; hoje você visita um *site* pelo celular. Ele vai entrar no *site* do IBGE? Não, não vai. Quem vai entrar? Nossos clientes usuais, os consultores, os governos, ou vão entrar no *site*, ou vão nos chamar. Ótimo; a primeira parte da Missão está resolvida. E o povo? É através da mídia. Deixa a mídia, joga a responsabilidade na mídia; o IBGE não tem nada a ver com isso, a gente cuida só do rigor, que é a propensão do técnico, e isso não é ruim. A DPE, o técnico, o negócio dele é garantir; só que ele estava com um problema ali, e eu queria que ele enxergasse o problema. Ok, rigor, tem um cliente ali que está resolvido. Mas para o povo, como é que você garante o rigor? Se você jogar para mídia, vai dar problema, vai surgir um trabalho de má qualidade. Ah, é bom te contar, lembrei agora. Nesse processo, os dirigentes do IBGE tiveram muitas discussões e um certo treinamento do Gazzaneo, disfarçadamente. E uma das coisas que a gente fez foi um papo em que eu falava sobre algumas das minhas atividades, e o Elio Gaspari³⁰, muito amigo do Gazza, se dispôs a vir gratuitamente e dar uma palestra. Então, o Elio Gaspari disse algo que ilustra um pouco o que vou falar agora. Ele disse assim: “Entre o estatístico e o jornalista, ficam 180°; são os dois extremos. O estatístico acompanha uma boiada de 10 mil bois, identifica um com rabo de elefante, faz a crítica e aquilo não existe. O mesmo evento o jornalista publica com a manchete no jornal: Boi está virando elefante, e a culpa é do governo”. E um outro desafio colocado para o Gazzaneo foi como unir as informações para que o povo possa ver a estatística. Gazza teve uma compreensão total disso. A turma da DPE vai sempre defender o rigor. Nós não vamos ganhar eles dizendo: “Abre para a mídia”. Não é isso. “Defenda o rigor, num trabalho profissional, de relacionamento com a mídia”. Então, surge o embargo, que tem uma característica de preparar o jornalista antes da divulgação. Durante um certo tempo, o Chefe do Departamento do IBGE e o Gerente indicado ficavam meio à disposição, recebendo alguns pessoalmente, falando pelo telefone. Então, a ideia era essa. Não era fazer o cara fazer uma coisa diferente. Ajudar a mídia significava maximizar o rigor estatístico na divulgação dos dados³¹.

³⁰ Jornalista renomado, atualmente, escreve aos domingos no jornal *O Globo*. É autor de diversos livros, entre os quais se destacam os que tratam do Regime Militar brasileiro recente (1964-1984): *Ditadura envergonhada* (2002), *Ditadura escancarada* (2002), que formam o conjunto *As Ilusões Armadas*, *Ditadura derrotada* (2003) e *Ditadura encurralada* (2004), que compõem o conjunto *O Sacerdote e o Feiticeiro*.

³¹ Ver a nota 9 para melhor entender a utilidade do embargo.

PARA CUMPRIR A MISSÃO DE AJUDAR O POVO A EXERCER SUA CIDADANIA?

Porque, senão, o cliente cidadania ia pegar os dados do IBGE deformados, porque o jornalista não tem compromisso nenhum com o rigor estatístico. Ele tem compromisso com a notícia pela qual o leitor se interessa. E a imprensa brasileira é boa numas coisas, é ruim em outras. O IBGE jamais faz isso, mas até hoje em dia a imprensa publica gráfico de taxa de crescimento do PIB; gráfico de taxa de crescimento, todo dia está no jornal. Bota um gráfico de barras, pelo menos, mas a ideia de continuidade entre as taxas de crescimento não é correta. E também, na mídia em geral, mais ainda hoje, com o novo fenômeno da Internet, o jornalista não é necessariamente preparado. Aí, os jornais, além do cara, querem se preparar melhor e começam a indicar jornalistas mais conhecedores do ramo, mais preparados para fazer a cobertura do IBGE. Essa tensão existia; o técnico do IBGE tentando segurar o rigor, não era segurar a informação. O problema de segurar a informação é anterior à minha gestão e já tinha sido resolvido. Existia, era real no IBGE, mas havia sido resolvido no período da gestão do Simon – na minha visão, olhando para trás, com a mistura de duas coisas: de um lado, uma boa visão da Direção do IBGE, com Nuno, David Wu Tai e outros... a criação do CDDI é um exemplo disso; de outro lado, um novo mundo, computadores, ainda não havia celulares, mas, num mundo que já transmitia bases de dados, não precisava mais imprimir um calhamaço, só transmitir. Então, existia isso no IBGE. O Departamento X segurar seus dados, ou coisas desse tipo, é um problema que eu não peguei. O CDDI já tinha resolvido essa questão. O problema que eu peguei era a questão do rigor e de como levar isso para o povo. E aí, graças ao Gazzaneo, e à sorte, deu certo. Foi importante.

QUAL ERA A SUA OPINIÃO EM RELAÇÃO AO INGRESSO DO IBGE NO REGIME JURÍDICO ÚNICO – RJU?

Algumas carreiras são carreiras de Estado. Outras carreiras, não são carreiras de Estado, ficavam melhores no governo, se celetistas. No IBGE, toda função técnica é uma carreira de Estado. Então, na minha opinião, naquela época já achava que não tinha nenhum problema com o RJU; tinha dúvidas com relação ao nível médio. A Diretoria-Executiva me explicou o papel do nível médio, e isso mudou a minha opinião, porque, dado o papel desempenhado pelo nível médio nas Unidades Estaduais, ele estava absorvido também

dentro de um conceito que eu já trazia de visão do que seria uma carreira de Estado.

E QUAL ERA A SUA AVALIAÇÃO EM RELAÇÃO À ENCE [ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS]?

Trabalhos de excelência, muito pouco aproveitados pelo IBGE; muito pouco contato, um órgão em separado. E o que eu podia fazer sobre a ENCE? Academia é academia, mas o objetivo é que ela fosse mais utilizada pela DPE, acima de tudo. Também pelas Geociências, que tem o Mestrado em Território e População³², mas mais pela DPE. Avançou alguma coisa, não tanto quanto deveria. São acidentes da História. A maior parte dos Institutos de Estatística não tem uma Escola de Estatística. Ao longo dos anos, quase tudo quanto é empresa, de qualquer setor, passou a ter uma universidade corporativa. Então, essa foi uma dessas sortes que o IBGE deu. A tendência do *business*, da economia, da gestão, inclui, numa Instituição tão grande, a existência de um órgão produtor e disseminador de conhecimento. Em sendo Estatística, se forma para fora, mas ela deveria ser mais usada como universidade corporativa. Essa era a ideia. Avançou um pouquinho, não muito.

SERIA POSSÍVEL, NA SUA VISÃO, TRANSFORMAR A ENCE NUMA ESCOLA CORPORATIVA?

A ideia era infletir um pouco mais nessa direção. O Diretor Kaizô Beltrão, na época, não conseguiu transformá-la numa universidade corporativa, mas desejou que ela fosse um pouco mais nessa direção. E ela foi um pouquinho. Eu só registro que, tantos anos depois, em 2015, uma organização do tamanho e do porte do IBGE não pode prescindir de uma universidade corporativa. Se ele vai usar ou não a ENCE para isso, o corpo de dirigentes atual vai avaliar o custo-benefício, mas não existe uma organização do porte do IBGE que não tenha uma universidade corporativa.

³² O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* da ENCE foi criado em 1998, com o nome de Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, com atuação em um Curso de Mestrado. A partir de 2014, o Programa passou a denominar-se Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas, alinhado com a criação do Curso de Doutorado, com a primeira turma iniciada em março de 2015.

HOJE, O SENHOR É UM ECOLOGISTA RESPEITADO EM TODO O PAÍS. E NA SUA GESTÃO, EM 2002, O IBGE ELABOROU E PUBLICOU UM EXPRESSIVO CONJUNTO DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O IDS. COMO QUE SURTIU ESSE PROJETO?

Houve uma boa receptividade, mas aí também é um pouco de contribuição pessoal. Eu já tinha um envolvimento, eu era Chefe de Gabinete do BNDES quando ocorreu a Rio-92³³, e na hora H, coisa típica de Brasil, o BNDES foi convidado a pagar uma parte, porque faltou grana. E nós do BNDES, que não somos bobos, como a turma do IBGE não é nem um pouco boba, pensamos: “Ok, vamos pagar, mas o que a gente vai usufruir dessa história?”. E, entre as coisas de que se podia usufruir, uma era estar lá dentro do Riocentro. Como Chefe de Gabinete, eu me interessei muito especialmente pelo que acabou sendo a minha vida: mudanças climáticas. Foi quando foi criada a Convenção-Quadro de Mudanças Climáticas³⁴. Eu levei isso para o meu trabalho de executivo do BNDES, porque mudança climática mudará o mundo, mudará a economia, e já está mudando e vai mudar muito mais. Quando cheguei ao IBGE, talvez a única idiossincrasia a que eu me permiti foi possibilitar que a Diretoria de Geociências fosse precursora no Brasil da produção de relatórios científicos sobre mudança climática, porque duas técnicas [Eloisa Domingues e Regina Francisca Pereira] toparam fazer isso, que era uma coisa marginalizada^{35,36}. E outra coisa eu trouxe por informação de Mister Ryten. Fiquei sabendo que a Comissão de Estatística da ONU estava debruçada sobre um problema para eles também. Essa já é a forma como eu interpreto; nem sei se corresponde à realidade. Qual era o problema? Na agenda do mundo, entrava um tema novo para as Instituições de Estatística, que continua sendo um problema. Esse tema novo é a mensuração adequada do que vamos chamar de crise ecológica

³³ A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, reuniu 180 Chefes de Estado para debater questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, um conceito relativamente novo à época. A Conferência é também conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra, por ter mediado acordo entre os líderes mundiais.

³⁴ A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima foi assinada em Nova York, em 09.05.1992, e entrou em vigor internacional em 21.03.1994. No Brasil, foi promulgada por meio do Decreto n. 2.652, de 01.07.1998.

³⁵ Trata-se de: PEREIRA, R. F.; DOMINGUES, E. *O efeito estufa e as mudanças climáticas*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, 2000. 27 p.

³⁶ Em 2002, o IBGE divulgou o primeiro trabalho sobre mudanças climáticas, para crianças, no Brasil: o CDDI convidou a jornalista Kristina Michahelles, com ilustrações de Mariana Massarani, e publicou um livro que explica, por meio de experimentos e passatempos didáticos, o que é o efeito estufa natural e como sua intensificação interfere no processo de aquecimento do planeta, trazendo sugestões sobre o que cada um pode fazer para ajudar a reverter esse quadro no dia a dia. Trata-se de: MICHAHELLES, K. *O que está acontecendo com a nossa terra?* Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 35 p.

global. Ou poderíamos chamar, segundo o que acabou se consagrando na linguagem atual, criada pelo Instituto de Estocolmo [Stockholm Resilience Centre, da Stockholm University], “limites do planeta” [planetary boundaries]. Não são limites do planeta Terra; o planeta Terra não tem limite nenhum. A humanidade não pode prejudicar nada no planeta Terra, no tempo dele. Se a gente estragar tudo, 5 milhões de anos depois está tudo aí de novo. Mas no nosso tempo a gente é muito destrutivo, a gente degrada muito. Não é por falta de consciência. É porque a gente achou que era de graça, e não é. A descoberta de que “não é” é uma longa história teórica, não cabe aqui nessa entrevista. O que cabe aqui é o seguinte: se o planeta fosse 10 vezes maior, esse problema iria aparecer lá na frente; se o impacto ambiental dos 7 bilhões fosse menor, esse problema iria aparecer muito lá na frente. Mas esse problema apareceu agora. Na ONU, os órgãos mais voltados para o meio ambiente começaram a buscar métricas. Essas métricas, que iam na direção de indicadores sintéticos, muitas organizações não governamentais globais também passaram a usar. Então, a WWF [World Wildlife Fund] cria a pegada ecológica, o WRI [World Resources Institute] faz um trabalho muito importante sobre o estado do planeta, o outro cria outro indicador, com todas essas virtudes e limitações que os indicadores sintéticos têm, para uma novidade mais complexa do que qualquer complexidade anterior. Envolve toda a complexidade da civilização com a complexidade de um ambiente físico degradável na sua capacidade de se regenerar e entregar para a civilização clima, solo, biodiversidade. A Comissão de Estatística da ONU, na época – e isso vale bastante, eu continuo trabalhando nessa área, num momento em que um trabalho importante está sendo feito – resolveu o problema dela da melhor maneira possível, mas muito distante de uma resposta. Qual é a melhor maneira possível? Ela quis evitar indicadores sintéticos. Minha visão do problema naquela época e hoje: fez muito bem. O rigor, as Melhores Práticas Estatísticas não combinam com a tentativa de acertar com um único indicador sintético um retrato da realidade deste problema: crise ecológica global, como vão sofrer os polos, o que vai acontecer, modelos climáticos envolvendo muito computador. Então, ela optou pelos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. É uma saída meio fácil, tudo bem, linha de menor resistência, mais adequada; cria uma família econômica, social, ambiental, institucional. Veja que a diplomacia global levou mais uns 10 a 12 anos para transformar isso que a Comissão de Estatística da ONU encontrou como solução técnica para o seu problema num linguajar que resolva o problema diplomático. Eu sou testemunha pessoal dessa história, quem pela primeira vez foi à Comissão de Estatística, não

porque ela tivesse essa visão de integração, mas porque ela tinha que resolver como é que é o retrato desse mundo, com rigor estatístico, mas sem me perder em ponderações que eu não sei como atribuir ainda. E aí nós copiamos.

Entenda o primeiro IDS, em 2002

Como parte dos compromissos assumidos durante a Rio-92, o IBGE divulgou, em 19 de junho de 2002, a primeira publicação *Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil*, conhecida como IDS. O documento, que reúne um conjunto de informações sobre indicadores ambientais, econômicos, sociais e institucionais, foi apresentado também na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+10, realizada em Joanesburgo, África do Sul, em setembro de 2002. No Encontro, os países revisaram as metas da Agenda 21, formulada por ocasião da Eco-92, e se concentraram em áreas carentes de maior esforço para implementação, com um plano de ação global visando conciliar o desenvolvimento da sociedade e a preservação do meio ambiente para as gerações futuras. Tudo começou em 1996, quando a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (Commission on Sustainable Development) das Nações Unidas publicou o livro *Indicators of sustainable development: framework and methodologies*, conhecido como Livro Azul, com 134 indicadores a serem localmente aferidos pelos países signatários da Agenda 21. Em 2000, essa

lista foi reduzida para 57 indicadores e recebeu diretrizes metodológicas. A partir daí, com adaptações à realidade brasileira, foi elaborado o IDS 2002, trazendo 50 indicadores organizados em quatro dimensões – social, ambiental, econômica e institucional – abrangendo os seguintes temas: População; Equidade; Saúde; Educação; Habitação; Segurança; Atmosfera; Terra; Oceanos, mares e áreas costeiras; Biodiversidade; Saneamento; Estrutura econômica; Padrões de produção e consumo; Estrutura institucional e Capacidade institucional. O IDS vem sendo atualizado periodicamente, inclusive com a introdução de novos indicadores, em sintonia com as questões contemporâneas sobre o tema, mas os demais correspondem, em sua maior parte, àqueles constantes nas edições pregressas, de modo a permitir a comparabilidade histórica dos dados. Originam-se de estudos e levantamentos do IBGE e de outras instituições. Os novos indicadores incorporam sugestões apresentadas na terceira edição do Livro Azul, lançada em 2007, além de outras informações importantes para a realidade brasileira.

FOI AÍ QUE NASCEU O IDS?

O IDS tinha grande flexibilidade, esse é um trabalho de grande importância. Nós estamos em 2015, o mundo está discutindo substituição das Metas do Milênio pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS]³⁷, que serão a tônica para pressão política, para pressão social, pelas próximas décadas. E esse produto desenvolvimento sustentável, primeiro, é uma construção histórica; os teóricos vão dizer isso, aquilo e tal, mas ao mesmo tempo ele tem que ter uma família [econômica, social, ambiental e institucional], que é uma coisa que me ajuda a ter um painel mais abrangente. É daí que surge o IDS.

O TEMA AMBIENTAL AVANÇOU NA PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICAS?

Não, mas o IBGE tem um pouquinho, mas pouca carga de responsabilidade nisso. Por quê? Porque ele fica no meio do caminho. A obrigação do IBGE é a produção de informação estatística nacional. Bom, nós estamos falando da interação de impactos ambientais com a vida social. Os dois momentos onde a informação é relevante são exatamente antes e depois. A informação nacional ou a informação nacional administrativamente organizada ajudam, mas são muito pouco relevantes. O que é realmente relevante para o impacto ambiental é uma informação local: é uma bacia hidrográfica, é um rio, é uma comunidade, é uma lagoa. Ou pode ser sobre um município. A informação ambiental sobre a cidade do Rio de Janeiro, onde eu trabalho hoje, a informação sobre o estado do sistema laminar na Barra da Tijuca, Jacarepaguá [bairros do Rio de Janeiro], são fundamentais para o entendimento de toda uma região do estado e assim por diante. E o Brasil ainda não tem um Sistema Estatístico Nacional devidamente organizado. Ele não tem por atraso institucional e por conforto devido à existência do IBGE. Na medida que, pela segunda vez, o IBGE não vai fazer contagem intermediária entre os Censos

³⁷ Em 2015, foram concluídas as negociações que culminaram na adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Processo iniciado em 2013, seguindo mandato emanado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, em 2012, os ODS deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos 15 anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, cujo prazo de alcance era 31 de dezembro de 2015. Os ODS são estruturados em 17 objetivos e 169 metas, com agenda até 2030, envolvendo temáticas diversificadas.

Demográficos³⁸, esse conforto vai começar a diminuir muito. Ele já diminuiu na primeira vez em que a contagem não foi feita. O que eu estou querendo dizer: cidades conseguem informação desagregada para poder falar de Região Administrativa, para poder falar de Região Metropolitana, não é com a PNAD, é com Censo Demográfico ou com a Contagem [da População]. No passado, o Censo de 10 em 10 anos significava uma coisa, no mundo de hoje, um intervalo de 10 anos é outra coisa. Chega para um garoto de 18 anos e fala 10 em 10 anos... para ele é eras do deus Brahma. Então, nós vamos precisar de um Sistema Estatístico Nacional que dê, e ele é que tem que dar, conta da informação ecológica local. O outro nível informacional muito relevante para as empresas, governos, pessoas, cidadãos é global. Na emissão de gás de efeito estufa, o que interessa é o estoque dela na atmosfera. Então, por exemplo, o Rio de Janeiro tem um excelente sistema, tem dois inventários já, tem um sistema de monitoramento, é pura transparência, mas é a história do Rio de Janeiro, no hemisfério sul, pioneiro, vanguarda. Mas é raríssimo uma cidade brasileira que tenha inventário de emissão de gás de efeito estufa, isso a nível local. E no nível nacional essa informação não se submete às Melhores Práticas Estatísticas. Ela é realizada por um corpo técnico altamente experimentado. Estou dando isso só como exemplo, mas um exemplo talvez o mais relevante, o inventário brasileiro de emissão de gases de efeito estufa³⁹. Os profissionais envolvidos são acadêmicos, excepcionais, mas eles não foram treinados em Melhores Práticas sempre. Não quer dizer que eles não manjem de Estatística, de Economia; manjam tanto quanto qualquer grande técnico do IBGE. Por exemplo, vocês perguntaram sobre embargo e precedência. Eu, como usuário e militante da questão climática, adoraria que o Brasil tivesse um calendário [informando]: “minhas emissões são essas, no dia tal, do ano tal”. Não é uma informação anual, o período é maior. Mas nós não temos. Quem manda nisso e faz o trabalho deles – e isso não é uma crítica – é o Itamaraty. Quando é

³⁸ Refere-se à Contagem da População, de periodicidade decenal, que deve ser realizada no meio da década. O levantamento fornece informações para a revisão e a atualização das estimativas de população no período intercensitário e para a criação da base central do próximo Censo Demográfico.

³⁹ A preocupação dos cientistas quanto a anomalias nos dados de temperatura observados, que indicavam uma tendência de aquecimento global devido a razões antrópicas, foi importante para que, durante a Rio-92, fosse criada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. A Convenção estabeleceu como seu objetivo principal estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Dentre os diversos compromissos assumidos pelas partes signatárias, destaca-se a elaboração de inventários nacionais de emissões de gases de efeito estufa.

útil, ele divulga; quando não é útil, segura. Outro exemplo: o desmatamento da Amazônia. É um evento simbólico, é uma informação quase como a da mortalidade infantil; ela não está na mão da Geociências do IBGE, ela está na mão do INPE, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Então, a gente passou a viver esse outro mundo. O IBGE não tem que abraçar esse mundo, é completamente impossível. O mundo de hoje não tem mais *paper* assinado por um sujeito. Em qualquer revista científica, um *paper* tem 11 caras, 15 caras. Não existe *paper* de um cara. O IBGE tem que se acostumar com essa nova realidade, e aí está a fronteira mais delicada e complexa: como lidar com as informações sobre a crise ecológica global. Ele não pode abraçar o mundo porque não tem tamanho, não tem perna, mas ele tem que ter um papel nessa história, tem que definir bem qual é o nicho dele. No passado, esse nicho estava bem decidido – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Agora, tem que fazer mais. O que é para fazer? Não sei.

HOJE, O SENHOR CONSIDERA POUCO PRODUZIR O IDS?

É pouco porque a agenda central planetária, de agora e dos próximos 30, 40, 50 anos, é a crise ecológica global. Repetindo: não pelo que vai acontecer com a natureza do planeta. Ela não está nem aí para isso, mas, por exemplo, há seis meses, foi o Banco Mundial (World Bank) – não foi o Greenpeace, eu sou do Conselho do WWF e outros, o que há de mais radical dentre as ações globais – que levou a público um documento dizendo “O impacto das mudanças climáticas sobre as populações pobres do planeta ameaça todos os ganhos contra a pobreza dos últimos 20 anos”. Tem a ver com o IBGE? Claro que tem a ver com o IBGE! Mas de outro lado você está falando de mudanças climáticas.

TUDO ISSO PRECISA DE INVESTIMENTO, CERTO?

Tudo isso precisa de muito investimento.

O GOVERNO TEM CLAREZA DESSE PAPEL QUE O IBGE POSSA DESEMPENHAR?

Primeiro, não; diretamente não; um: não. Dois: isso é fronteira, então, não, não tem ninguém no governo discutindo isso. O próprio IBGE tem que ter uma reflexão de qual é o papel que ele quer desempenhar nisso e quais são os parceiros. Não tem como abraçar o mundo, não é um mundo com o conforto do que nós estamos acostumados a fazer. Aqui, nós estamos falando da realidade física, química, biológica. Vamos para

um exemplo mais prático: o IBGE tem a maior parte, mas tem um grande parceiro também nas Forças Armadas, no Exército, da responsabilidade sobre Cartografia. Por acaso, vamos para um ótimo exemplo: o maior dos problemas do aquecimento global, das mudanças climáticas, na minha opinião, de um técnico, mas compartilho ela com grandes cientistas de renome internacional, é a elevação do nível do mar. Bom, todas as cidades do planeta, principalmente as costeiras, terão que estudar o impacto das mudanças climáticas. As costeiras terão que dedicar muito estudo, produção de conhecimento, ao impacto das mudanças climáticas e planejamento, diretriz. É meu trabalho atual no Rio de Janeiro, entre dezenas de outras coisas. Todos nós sabemos que nós vamos gastar fortunas. Não é nenhum problema difícil de resolver. A Holanda resolve ele há séculos, a engenharia dá conta; mas é o mesmo dinheiro que vai para a Educação, que vai para a Saúde. É muito dinheiro, muito dinheiro. São escolhas sociais. Depende de mapa, depende de precisão, depende de detalhe, depende de Geodésia. O nível do mar varia de acordo com Geodésia, com maré. O IBGE vai se meter nisso ou não vai se meter nisso?

NA SUA CONCEPÇÃO, QUAL É O PAPEL DO IBGE COMO COORDENADOR DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL?

No passado, eu pensei muito a respeito. Não se parte da busca de um modelo ideal, nada disso. Parte-se de uma realidade, e a realidade apresenta um grande trunfo, um ativo, que é o IBGE – o País tem o IBGE. Quem está devendo são estados e municípios. É uma democracia de qualidade mais avançada, que permita atribuir, porque tem que atribuir, ao IBGE – isso não deve ser dito com meias palavras não, não vou conseguir repetir com a mesma exatidão que o Professor Nelson Senra, mas é exatamente isso: tem que ter uma democracia que diga com toda clareza, porque aqui há sempre o problema político da informação e do governante – a questão das Melhores Práticas vai aparecer a nível municipal, estadual, assim como o problema da comparabilidade dos dados. Imagina o que a democracia brasileira teria ganho se, por exemplo, existisse um Sistema Estatístico Nacional, e o IBGE fosse, em lei, o órgão regulador dos dados de segurança pública, usando essa expressão que todo brasileiro já se acostumou, órgão regulador com poderes. Que poderes? Não é poder orçamentário que produz essa informação ou aquela, porque são entes federativos. Nenhum órgão federativo vai ter

esse poder. É errado. Só no Brasil. O David Wu Tai disse que, às vezes, ele fala das “Leis do Besserman”. E uma delas que ele citou, antes de começar nossa entrevista, não é minha, é do jornalista Márcio Moreira Alves, mas eu realmente, desde que eu li os *papers* das Melhores Práticas Estatísticas, usei muito como mandamento executivo no IBGE. O Márcio Moreira Alves disse: “Se só existe no Brasil e não é jabuticaba, é besteira”. Então, o IBGE tem um trunfo. Quantas organizações estaduais produzem informação, sem adesão às Melhores Práticas Estatísticas, mas com competência? Em São Paulo, Fundação SEADE [Sistema Estadual de Análise de Dados]; [Minas Gerais], Fundação João Pinheiro; Paraná, um Departamento [do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES]; Bahia, um Departamento [da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI]; o Rio tinha, perdeu muito, mas tem a Fundação CIDE [Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro]; [Fundação] Joaquim Nabuco, em Pernambuco; acabou. Quantas municipais? Uma, no Rio de Janeiro. É o IBGE que vai correr atrás? Não pode ser. Não é só porque seria gigantesco e não ia funcionar; é porque a priorização de qual é a estatística, ou o trabalho dos registros administrativos do local, pertence à cidadania local, não pertence a uma definição. Agora, o rigor das Melhores Práticas Estatísticas é do órgão regulador. E o engajamento em pesquisas que permitam comparabilidade nacional é do órgão regulador, o IBGE. Na minha visão, todo estado brasileiro tinha que ter um instituto de informação. Nós não somos uma república federativa de verdade, na minha opinião. Nós somos um amontado de capitanias hereditárias, mas, desculpe a forma, mas não importa. Na divisão administrativa, tem que ter um órgão, e os municípios que tiverem disponibilidade e disposição podem enveredar também por esse caminho. O que pode ajudar numa transição mais efetiva à frente – mas que ainda não está esboçada, pelo que o Professor Nelson acabou de dizer, porque teria que ter uma discussão madura sobre isso – é o aumento da importância dos registros administrativos, *vis-à-vis* as pesquisas domiciliares. De qualquer maneira, isso exige um órgão regulador, exige muito rigor na transformação disso em informação, mas o registro administrativo pode ser um catalisador inclusive da organização inicial. Na época em que eu fui Presidente, a gente já sabia da importância crescente dos registros administrativos, claro, mas o problema do Sistema Estatístico Nacional esbarrava na importância primordial das pesquisas, principalmente as domiciliares. Agora, hoje

em dia, com as possibilidades tecnológicas e com o valor que os registros administrativos podem adquirir, o Brasil tem que sair de um mundo, que é o dos cadastros independentes que cada órgão faz – CAGED [Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho], INSS [Instituto Nacional do Seguro Social], DATASUS [Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - SUS] – e ter um mundo de sistema estatístico onde o papel do IBGE será de regulador com força, para ser um vetor das Melhores Práticas Estatísticas na produção de disseminação dessas informações.

QUE DESAFIOS O IBGE DEVE ENFRENTAR NO FUTURO?

Eu acho que já falamos na maior parte deles. Mas eu acho que a luta política por um Sistema Estatístico Nacional, não de abraçar nos seus ombros, mas de lutar politicamente, é muito importante. Qual é o problema? É que a História está ficando muito densa e complexa, e aí não é um desafio só do IBGE, um desafio do mundo da Estatística. Nós somos 7 bilhões e chegamos a um momento de crise ecológica global que tem uma expressão nas mudanças climáticas, outra expressão na crise de biodiversidade e envolve todo o mundo de informações muito mais rigoroso que o mundo de informações que os Institutos de Estatística estão acostumados. Nós produzimos estatística na área das “ciências moles” – Sociais, Econômicas. Agora, tem um outro mundo que produz informações na área das “ciências duras”. Todo mundo diz assim: “Esse tal de aquecimento global, será que...?”. Agora, ninguém mais tem dúvida, mas eu gostaria de dizer que, há mais de 25 ou 30 anos, o que se diz sobre aquecimento global tem uma segurança científica muito, mas muito maior do que qualquer coisa que um economista diga do planeta, sobre qualquer assunto. E, no entanto, a gente leva a sério os Presidentes do Banco Central, os economistas. São “ciências duras”, onde você tem aquele procedimento da metodologia científica, de fazer o teste, repetir o teste; ser consistente. E essa junção ocorre com um impacto humano extraordinário. O problema das mudanças climáticas é este: o Fundo de População das Nações Unidas [United Nations Population Fund - UNFPA] estima, em 2050, 255 milhões de refugiados ambientais. Demógrafo é parecido com economista, porque de onde é que eles tiraram esses 5 milhões? Só economista e demógrafo mesmo... Enfim, havia um modelo, do algoritmo, e chegou a 255 [milhões] ou perto disso. Tem um problema de migração hoje que já decide eleição e

é uma questão social relevante na Europa? Tem. Tem nos Estados Unidos? Tem. É um grama do problema de refugiados ambientais de mudanças climáticas já constatadas. Ou seja, supondo que o mundo mude tudo, a partir do final desse ano – não é o que vai acontecer se a gente não agir, não, é se a gente fizer tudo que tem para fazer –, 270 milhões de refugiados ambientais, populações inteiras que terão que se deslocar. Um gasto de dinheiro em energia, eventos climáticos... Como é que o universo das estatísticas sociais, incluindo aí as econômicas, vai interagir com este outro universo de informações? Como é que eles vão se falar? O que vai acontecer de mais importante na economia e na vida social tem a ver com essa crise ecológica. Então, isso é que é um baita de um desafio.

COMO MANTER ESSE DEBATE DENTRO DA ROTINA DE TRABALHO DO IBGE?
O SENHOR ACHA QUE HÁ ESPAÇO, NA CASA, PARA ESSE TIPO DE REFLEXÃO?

Não há. Não é um problema só das Instituições de Estatística ou do IBGE. É um problema das empresas. O CEO [Chief Executive Officer] de uma empresa mantém ou não o emprego, ganha ou não o bônus, de acordo com o balancete trimestral e o balanço do fim do ano. E aí você tem um problema para ele: ele sabe que tem as informações certas, que daqui a 10, 20, 30 anos, a realidade vai ter se alterado tanto – estou falando de mudanças climáticas – que o negócio dele tem que mudar para caramba, e que ele tem que começar a agir agora, mas o agora vai prejudicar o balancete e o balanço anual, então, é um problema. Um governante é eleito – qual a taxa de retorno do político que se candidata? Voto. E essa é a democracia. Então, ele é eleito, mas ele pensa na eleição de daqui a dois anos, daqui a quatro anos; talvez, se for um estadista, oito anos. Vou dar exemplo do meu trabalho atual: saneamento da Zona Oeste [do Rio de Janeiro] tem que levar em conta que daqui a 50 anos o nível do mar estará muito mais alto. Vamos ter que gastar muito mais hoje, porque daqui a 30 anos já estará mais alto. Então, na Instituição Estatística, o *core business*, o trabalho é produzir informação. Segundo umas das versões que eu ouvi, graças à sabedoria de Teixeira de Freitas, o IBGE tem Estatística junto com Geociências. Já ajuda um bocado. Eu ouvi outra versão também, do Professor Nelson, na época de um ajuste fiscal, e alguém, não de Brasília, mas no Rio de Janeiro, perguntou: “O que dá para juntar aí?”. E aí juntaram Geociências com Estatística. Como eu sou servidor público

já com muitas décadas, não descarto completamente esta segunda versão, não. Porque a verdade é que a possibilidade de juntar bancos de dados com território, através do georreferenciamento, só surgiu, de fato, nos anos 1990. O que eu acho que pode ajudar o IBGE? Tem uma coisa, mas o IBGE sozinho não vai fazer isso. É como na pergunta ficou muito claro – é muita imersão no cotidiano, muita pressão. Criatividade é algo que depende, para qualquer um, até para um organismo vivo, de redundância. É estranho isso num mundo que valoriza tanto o fazer muito mais com muito menos, eficiência máxima, otimização. Mas criatividade sem redundância, rigorosamente, é impossível. Se você é um organismo, ou uma empresa, ou uma instituição que maximiza eficiência, como é que você vai criar? Qualquer coisa nova terá que surgir a partir de algo que lhe pertence. Se esse algo que lhe pertence está sendo usado de maneira máxima, como é que ele vai poder virar algo novo? Então, a evolução das espécies e das empresas e das academias envolve um pouco mais de recursos do que o IBGE dispõe. Talvez aqui nós estejamos nos remetendo de volta à questão da ENCE como universidade corporativa, do ponto de vista prático. O IBGE, no meu modo de ver, não deve juntar análise, como o instituto francês [Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE], que tem órgãos como o IBGE e o IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada] juntos. Se me permitem, vou dizer essa única frase, mesmo que vocês me perguntem 10, 20 vezes a respeito depois: nos últimos anos, o IBGE fez muitas coisas boas e extraordinárias, mas ele andou analisando um pouco demais ao divulgar suas pesquisas, especialmente as conjunturais. Analisando, no caso, é indo além de uma análise descritiva, indo a comentários sobre o que poderia vir a acontecer ou a hipótese sobre a causa do dado que está sendo divulgado. Não é grave. Mas, por outro lado, mesmo com esse imenso cuidado para um Órgão Oficial de Estatística não contaminar a sua total independência, autonomia e isenção frente ao dado que ele está investigando, produzindo e disseminando, ele não deve se envolver em análise. Ele tem que ter dentro dele núcleos voltados para reflexão, produção de conhecimento, contato com o mundo. Se só existe no Brasil, vamos aproveitar isso. Há gente pensando nos problemas no mundo inteiro. Então, vamos buscar gente que possa viajar. Mas é um pouco difícil numa organização que tem que entregar a PME [Pesquisa Mensal de Emprego], tem que entregar o IPCA, tem que entregar as Contas Nacionais, tem que entregar não sei o quê, você defender

que exista um grupamento não separado, pertencente à organização, que esteja às voltas com essas questões do futuro. É um desafio parecido com as organizações complexas, empresas, governo, mas ele tem que ter isso para poder enfrentar. Ele tem um ponto a favor e tem um vetor. O ponto a favor é conhecimento. O IBGE tem, tem o Professor Nelson, tem muitos outros capazes de ter uma visão ampla, estratégica, suficiente sobre isso, mais do que qualquer outro do Brasil. Como eu disse, só aprendi; não ensinei nada sobre isso, aprendi muito. O outro vetor para o IBGE fazer isso é pressão do cliente, é estar aberto para o mundo. E podem aguardar – eu sou ibgeano, uma vez ibgeano, sempre ibgeano, que nem o Flamengo – podemos aguardar em nossas cadeiras, mas a pressão virá. O mundo, as pessoas vão querer essas duas coisas que a gente falou aqui, elas vão querer informação local. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro precisa de informação para você poder planejar a Região Metropolitana. Vai ser o quê, só de 10 em 10 anos?

ESSA É UMA DEMANDA DA SOCIEDADE?

Virá uma pressão monumental. Como é que você melhora a eficiência das políticas públicas? Aí, a pressão vai vir sobre quem? Sobre o IBGE. E o IBGE vai ter que dizer com toda clareza: “Poxa, isso é importantíssimo. Vocês estão corretíssimos. Tem que ter essa informação, senão algo está faltando para a gente poder fazer esse País ter uma política pública. Mas não sou eu. Agora, eu estou preparadíssimo para ajudar, só que eu preciso de uma lei, eu preciso de poder”. Poder, vamos falar com linguagem clara, qual o órgão regulador sem poder que existe? Tem que ter poder. E o mesmo virá na demanda sobre informações, que alguns chamariam de ambientais. Eu não gosto desse termo. Como eu já disse, só existe uma ciência, ciência da História. Tudo está conectado. Mas, sobre esta dimensão da vida contemporânea, em muitas áreas, já chegamos ao limite e ultrapassamos, e as consequências ocorrerão, são inevitáveis. Então, vai haver muita demanda por informação sobre isso. E hoje é preenchida sem o tipo de tratamento que a Estatística acabou tendo com a História. Ela é preenchida pelo Instituto X. Até inventaram a emissão de gás do efeito estufa para você tentar padronizar. A metodologia é muito complicada. Então, há mil jeitos simples de fazer, eles dão resultado diferentes, coisas desse tipo. A pressão será enorme. As Geociências vão sofrer... a pressão não é para saber a lista de animais em extinção. A pressão é para saber biomas.

Entenda a encíclica *Laudato si'* do Papa Francisco

Em Português, o título da encíclica papal significa "*Louvado seja*" e o subtítulo, "*Sobre o cuidado da casa comum*", foi inspirado numa oração de São Francisco de Assis. A encíclica foi comunicada em Roma, em 24 de maio de 2015, na solenidade de Pentecostes, no terceiro ano do pontificado do Papa Francisco, e apresenta seis capítulos: O que está acontecendo com a nossa casa; O evangelho da criação; A raiz humana da crise ecológica; Uma ecologia integral; Algumas linhas de orientação e ação; e Educação e espiritualidade ecológicas. Nesta carta, o Papa critica o consumismo e o desenvolvimento irresponsável e faz um apelo à mudança e à unificação global das ações para combater a degradação ambiental e as alterações climáticas. Ainda que se dirija aos fiéis católicos, a proposta de diálogo do Papa é com todos, porquanto em favor da casa

comum, a casa de todos. Em vários trechos do documento, o Pontífice agradece os esforços de indivíduos, de associações, de instituições, bem assim as reflexões de cientistas, filósofos, teólogos, e tantos outros que "enriqueceram o pensamento da Igreja sobre estas questões" (IGREJA CATÓLICA, 2015, p. 7). Enfim, não obstante os temores de destruição anunciados e prenunciados, o Papa observa "uma crescente sensibilidade relativamente ao meio ambiente e ao cuidado da natureza" (p. 18), de modo que permeia toda a encíclica um sentimento de esperança, expresso em passagens como: "o ser humano ainda é capaz de intervir de forma positiva" (p. 46) e "nem tudo está perdido, porque os seres humanos, capazes de tocar o fundo da degradação, podem também superar-se, voltar a escolher o bem e regenerar-se" (p. 157).

VOLTANDO PARA A SUA GESTÃO, COMO FOI O SEU RELACIONAMENTO COM OS REPRESENTANTES DO MOVIMENTO SINDICAL DO IBGE? E DE QUE FORMA A GREVE AFETA A IMAGEM DA INSTITUIÇÃO?

Só para ficar claro, faz parte do movimento sindical entender que sim, [a greve] pode mexer com a imagem da Instituição. Isso não é uma teoria, isso aconteceu. Então, o movimento grevista afetou fortemente a imagem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em parte dos anos 1990. Eu assumi a Presidência do IBGE e imediatamente tive uma briga pela imprensa para saber qual era o índice de inflação que iria ser o norteador das metas inflacionárias, a política de metas inflacionárias, que até hoje está em vigor, porque o governo decidiu que era o IGP [Índice Geral de Preços, da Fundação Getúlio Vargas - FGV]. Isso chegou

para a Presidência do IBGE como fato decidido. Eu disse: “Vocês não divulguem isso, porque, se vocês divulgarem, vocês vão ter que voltar atrás em público. O IPCA é muito melhor”, porque na época o IPCA já era de 11 capitais e tinha tido uma POF [Pesquisa de Orçamentos Familiares] muito mais recente. Então, eu fui obrigado a dizer isso. Aí, do lado de lá [governo] não houve a divulgação da decisão, mas eu continuei a ser informado de que seria o IGP. Então, eu disse: “Vamos para a imprensa, vamos para o pau”. E na imprensa, podem procurar nos arquivos o que eu cobrava, eu dizia: “Não tem a menor chance de ser o IGP. O meu Professor Pedro Malan e a equipe econômica vão fazer na escolha do índice o que eles estão pregando para o Brasil. Eles já pagam pelo melhor índice de inflação, o mais atualizado e o mais abrangente. Jamais vão pagar por outro. Isso vai contra tudo que está sendo dito”. Eu tive que dizer essas coisas, colocar nota de jornal e tudo. Era má vontade com o IBGE? Não, a imagem do IBGE estava muito desgastada mesmo. Então, o movimento grevista pode [afetar a imagem]. Agora, é preciso ter condições de trabalhar, e muitas vezes o governo de plantão não tem a perspectiva, não tem o entendimento da relevância e, principalmente, da impossibilidade de uma instituição como o IBGE. Há outras instituições de governo, até mesmo a minha casa, o BNDES, que podem estar sujeitas a flutuações. O IBGE não pode, e o gestor lá [no governo] não costuma entender isso, porque ele chega com uma missão. Você diz: “O IBGE não pode”. Está todo mundo lá dizendo: “Comigo, não pode”, mas no IBGE é verdade – não pode.

O GOVERNO NÃO ENTENDE ISSO?

Eu vou dar um testemunho, eu vou contar uma história aqui. Eu fui vítima de um corte desses, que iria prejudicar a PNAD e a PME – seria terrível. O governo estava fazendo cortes para tudo quanto é lado. Mas quem estava cortando eram companheiros meus, pelos quais eu tenho uma enorme admiração – Secretário-Executivo, Chefe do Tesouro, na época. Eu marquei de encontrar com eles. E a equipe do IBGE tinha uma política muito lúcida, muito inteligente – Nuno, Fernando Abrantes – de apoiar o esforço de ajuste e demonstrar que estávamos apoiando o esforço de ajuste, para receber de lá o retorno devido: “Ok, vocês estão fazendo o seu dever de casa”. Mas, naquele momento crítico, isto não aconteceu, e eu fui para lá totalmente sem problema nenhum, levando as planilhas, levei a equipe que eu queria, Diretores, o Nuno. Sentamos lá. Por azar, a nossa reunião foi às 20h. O cara estava morto. Eu não vou dizer o nome deles – são meus amigos. Estavam mortos, desde 8h da manhã, para aparecer alguém

lá e dizer: “Se você não me der, todo mundo vai morrer. Se você não me der, vai pegar fogo no Brasil. Se você não me der....”. E o cara: “Não. Não. Não”. Aí, 20h15min, 20h20min, chegou a nossa vez – eu tenho essa felicidade na vida de sempre ter as gerações mais velhas nos meus grupos de amigos também: “Olha, a gente entende, a gente apoia, a gente ajuda, nós já cortamos”. Mostramos os gráficos, aí: “Olha aqui o IBGE. Isso que você está fazendo com todo mundo, nós já fizemos. Então, agora a gente pode fazer até mais. Dá para fazer tanto. Agora, mais do que isso, não tem como”. Aí, o cara está dizendo não desde as 7h, e diz: “Não”. Eu digo: “Não, então não vai ter PME e IPCA”. Eu faço política desde os 12 anos de idade. Aí, ouço a frase que eu não achei que ia ouvir – eu estava nervoso para caramba, estava suando, disfarçando – aí, eu ouço: “Ah, então, me diz isso por ofício”. Eu digo: “Então, está bom”. Saímos [da reunião], voltamos para o hotel. “Gente, é agora, vamos virar a noite, redigir o ofício agora”. Na época, não tinha computador. Redigi o ofício e botamos todas as nossas explicações, já cortando, isso etc. e tal. “O que dá para cortar é isso; se for além disso não teremos PME, assinado Sérgio Besserman”. Às 7h30min da manhã eu protocolei, os Diretores lá, eu entreguei no protocolo. E depois, como eram meus amigos, eu liguei para o celular e falei: “Olha, protocolei o ofício. Acho que amanhã a imprensa já vai noticiar que acabou a PME, o IPCA”. E saiu o dinheiro. É difícil. É preciso ter uma boa reputação, uma marca muito forte da sociedade para viver esses momentos que sempre se repetirão. É normal.

A SUA SAÍDA DO IBGE TAMBÉM FOI UM MOMENTO TENSO?

Não foi propriamente tenso, não. Tensão é porque nós tínhamos mudado a metodologia da PME, e essa mudança era estritamente técnica, não havia invenção nenhuma. Era só aumentar a aderência às recomendações da OIT [Organização Internacional do Trabalho] e da Comissão de Estatística [das Nações Unidas]. Tomamos um cuidado muito grande. Aqui [IBGE], eu tive tensão com a DPE, mas de ter uma série de 12 meses, pelo menos 12 meses com as duas PMES. E qual é a tensão? É que esses 12 meses da PME incluíam o teste da nova PME, e o teste, às vezes, podia falhar numa região tal. E aí você diz: então, não tem o indicador da PME, que eram só Regiões Metropolitanas; e não dá para divulgar. E aí eu disse: “Então, não dá para divulgar, não divulga o desse mês, mas vai ser 12 meses”, para poder haver uma base de comparação de governo – vai sair o do Fernando Henrique, entraríamos no Governo Lula. Eu não sabia que seria o Lula que ia ganhar, mas depois já sabia. Quando começa

o novo governo – eu sou tão amigo dos caras do PT que estava super à vontade – conhecia o Ministro [Guido Mantega], conhecia todo mundo. E houve uma fala qualquer de uma autoridade política sobre a Pesquisa Mensal do Emprego⁴⁰. Eu tinha 40 e poucos anos e entendi perfeitamente o significado da fala. Eu sou filho de português com judeu; então, eu posso fazer piada de judeu com português, sem ninguém me processar. Eu fui o cara que viu a casca de banana lá na frente, e, para cumprir as Melhores Práticas Estatísticas, disse: “Não, aí Jesus, lá vou eu a me estabacar na casca de banana, e vamos em frente”. Foi levantado um questionamento sobre a PME. Qual era a minha obrigação? Esclarecer na imprensa, mas em contraposição com uma grande autoridade política. O Ministro me chamou e todo o ritual. Há uma frase do Millôr Fernandes que é magnífica: “Você nunca deve entrar num teatro gritando ‘incêndio!’ porque vai dar pânico, feridos. Quase sempre é possível entrar num incêndio e gritar ‘teatro!’...”. Então, todo um teatro foi cumprido. O Ministro Mantega elogia o nosso trabalho do IBGE – não o meu, o nosso trabalho – e diz: “Gostaria muito que você ficasse, mas como houve esse choque...”. Eu: “Ministro, eu entendo perfeitamente etc. e tal”. Hoje, eu percebo que, na verdade, fez parte de uma coisa maior; quer dizer, aqui tem de usar a linguagem o mais clara possível: havia expectativa de muitas pessoas, de um lado e de outro, que a base de governo do Presidente Lula, em 2003, fosse o PT e o PSDB, e a minha Presidência no IBGE não teve contaminação partidária nenhuma, mas eu sou do Departamento de Economia da PUC, e havia uma expectativa disso. Não tinha negócio de quadro, de querer ficar. Havia uma expectativa de “vão nos usar e queremos ser usados”. Mas aí houve aquela definição política de uma aliança prioritária com o PMDB e, na verdade, a transição do IBGE fez parte um pouco disso. Nem um único quadro do governo anterior, de produção do primeiro escalão, permaneceu. Depois, voltaram muitos, mas, num primeiro momento, houve uma transição muito politizada, e a transição do IBGE está mais nesse quadro. Quando o Gazzaneo, chorando, me disse: “Pô”, eu disse: “Gazza, o que eu posso te dizer, política você conhece, desde 6 anos de idade você me ensina política. Nada disso tem a menor importância. O que tem importância é o seguinte: o sucesso do Eduardo Nunes, que me sucedeu, é o meu sucesso, porque é o sucesso do IBGE”, porque ele queria

⁴⁰ Na ocasião, janeiro de 2003, o futuro líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante Oliva (PT de São Paulo) declarou que o momento da mudança da PME foi definido por critérios políticos porque coincidiu com a troca de governo: Fernando Henrique (1995-2003) para Lula (2003-2011).

sair comigo, aquela coisa toda. “Você não tem obrigação de me seguir, mas, se você quer me seguir, continua teu trabalho, porque é a maneira que você vai ajudar ao IBGE e a mim, além do Eduardo.” Então, não compartilho a ideia de que foi traumática [a saída].

POUCAS INSTITUIÇÕES NO PAÍS CHEGAM AOS 80 ANOS COMO O IBGE.

EM SUA OPINIÃO, O QUE CONTRIBUIU PARA ISSO?

Uma vez um japonês disse ao dono de uma empresa – eu sempre fiquei com isso na cabeça – “Diversidade gera persistência, persistência gera habilidade”. O IBGE tem uma felicidade: a Missão é muito clara. Isso é uma coisa difícil. Por exemplo: a minha casa de origem [BNDES] é sempre um problema. Qual é a Missão? Porque ela varia muito com a época histórica. O IBGE, não. Em determinados momentos, a Missão é impactada, por exemplo, quando no Planejamento Estratégico a palavra cidadania é incluída. Daqui à frente, a coisa de ser órgão regulador e de como enfrentar a conexão do humano e social com a crise ecológica global, essa forma de informação, vai também ter um impacto. O IBGE tem essa felicidade. Ele sabe o que ele é. Ele muda de vez em quando. E ao mesmo tempo ele tem uma Missão muito clara, e aí a coisa da Geociências ser junto com a DPE: a cobertura do retrato da realidade. E é um país continental, também, complexo, então essa realidade gera muita diversidade, muitas culturas. A gente fala aqui DPE, mas, se você me perguntar estritamente como executivo, que não é nenhum craque, mas com alguma experiência em gestão de recursos humanos, existe uma cultura DPE. Ali, tem uma história, tem pessoas, tem missões do passado que viraram isso, que viraram aquilo. Então, são muitas histórias, há essa combinação. Por isso que eu disse: “Diversidade gera persistência, persistência gera habilidade”. Então, essa combinação de Missão clara, embora às vezes ela tenha dilemas e desafios, com diversidade de conhecimento é a alma do negócio, do botequim – o Mister Ryten é que usou essa expressão –, então, fico à vontade: a alma do “botequim” aqui é a credibilidade, é a reputação. Tudo se escora no fato de o IBGE nunca ter aberto a guarda. Nós temos aqui a situação do INDEC [Instituto Nacional de Estadística y Censos], nosso parceiro da Argentina, e outras. Houve um retrocesso na América Latina, no que diz respeito à adesão das Melhores Práticas Estatísticas. Instigado pelo Mister Ryten, depois de já ter saído do IBGE, escrevi artigos para o jornal, mais de um, mas houve uma perda que se recuperará. Mas o coração, a alma do negócio do IBGE é a reputação,

é a credibilidade. Ele pode errar. Por exemplo, recentemente, nós tivemos, a minha colega de PUC, Presidente do IBGE, Wasmália Bivar, e ela enfrentou da maneira, no meu modo de ver, completamente correta, a discussão sobre o erro do IBGE. É assim e ponto. O IBGE nunca pode ser suspeito de estar escondendo alguma coisa.

EM VÁRIAS RESPOSTAS O SENHOR LEMBRA DO BNDES COMO A SUA INSTITUIÇÃO DE ORIGEM. E O IBGE, EM QUE LUGAR ELE ESTÁ NA SUA VIDA?

Pelo lado pessoal e emocional, uma bênção, um presente que eu tive. Eu tive que me mexer um pouco, eu tive que dizer que queria, mas, daí em diante, é sorte. Mas uma bênção porque eu aprendi muito, conheci muita gente. Esta é a principal coisa. Estou falando pelo lado pessoal e emocional. O que é a vida? A vida é a gente conhecer gente. E aí eu pude conhecer muita gente, essa diversidade, muita gente diferente, cada um especial, especialíssimo do seu jeito. Eu pude fazer algo, aí não é só o IBGE, mas que a vida tem me dado. É uma bênção, para todo funcionário do IBGE, você poder trabalhar em algo que também é uma Missão. Isso vale grana. Porque a gente usa grana para se satisfazer. Trabalhar numa coisa que é uma Missão – quer coisa para se satisfazer melhor do que isso? Então, desse lado, foi muito enriquecedor e um presente. De outro lado, o IBGE exige, na figura do Presidente, uma combinação, porque, por exemplo, hoje em dia, existe uma discussão de quem deve ser Diretor do hospital. Diretor do hospital não deve ser um médico. Deve ser um gestor do hospital que bota aquele negócio para funcionar 10 vezes melhor do que o médico. Mas, aí, ele esquece certas coisas, porque pode ser muito econômico o sujeito morrer de infarto na porta do hospital, mas o médico não pode fazer isso. Ele vê alguém com problema, ele tem que ajudar. Então, quem é o ideal? O ideal é um sujeito que manja muito de gestão e seja médico. E o IBGE, então, exige do Presidente. Nenhum Presidente chega aqui conhecendo tudo e muito menos sai conhecendo tudo, mas ele tem que aprender para caramba; tem que estudar muito. Cada pesquisa daquela, se o cara se envolve na divulgação, se o cara discute com a equipe, jamais um Presidente do IBGE deve se meter em entender mais do que o pessoal que está fazendo; nem que ele entenda por acaso de algum assunto. Aquilo é passageiro. Então, o trabalho dele não é ele entender e ensinar. Agora, ele tem que entender um pouco, porque senão não dá para fazer o trabalho de gestão. Como é que ele vai ter opinião? Qual é a pesquisa? O recurso orçamentário é limitado – o que a gente faz esse ano, faz uma POF ou não? Não

importa se certo ou se errado, mas como é que ele vai ter uma opinião sobre isso, se ele não sabe o que é aquilo? Ele até tem uma certa visão, uma coisa que muitas vezes nunca foi importante, mas agora vai ser, ele tem que entender um pouco para dialogar com os técnicos. Então, o IBGE me deu essas três oportunidades: conhecer muita gente, trabalhar na forma de Missão, e passar quatro anos tendo que estudar. Quer coisa melhor?

QUAL É A SUA AVALIAÇÃO SOBRE A ÁREA DE DISSEMINAÇÃO DO IBGE?

O CDDI eu encontro como um desafio difícil, complexo, que a Instituição venceu na gestão do Professor Simon. Então, o CDDI, na minha gestão, foi um órgão fundamental. Sem ele, Gazzaneo e todo o pessoal da imprensa, não poderia ter feito o trabalho que fez. Mas eu diria assim: o trabalho estava feito pelo David Wu Tai, pelo Presidente Simon Schwartzman. Eu encontrei o CDDI muito bem estruturado. A única coisa que me coube foi um ou outro “acertozinho”, de um ou outro Departamento, que pela sua cultura ainda resistia. Isso eu peguei: os estertores de um Departamento que ainda resistia à ideia de que “eu entrego para o CDDI”.


ENTREGAR PARA O CDDI É O FIM DO PROCESSO?

Não sou eu que divulgo. O disseminador interfere no produto que será disseminado, pelo lado da *expertise* da disseminação, e o CDDI é o depositário, não é mais o Departamento que é o depositário de informação. Informação que não passar pelo CDDI não é informação do IBGE. Então, ainda havia um pouco de resistência de um ou de outro, eu não vou citar. Informação é poder, e isso é a coisa mais natural do mundo, mas a cultura das instituições tem que mudar e aqui ainda tinha um pouquinho. Ainda havia um ou outro Departamento, da DPE, e da Geociências menos, que ainda queria ser o dono da informação até o final, porque “eles lá não entendem disso”, e sempre tem um argumento, e sempre há parte de verdade no argumento. Então, a única coisa que me coube aqui – convenhamos, o David Wu Tai tem muitas qualidades, e ser firme nos seus propósitos é uma delas –, a única coisa que eu precisei foi deixar o David totalmente à vontade e dizer: “A orientação da Presidência é esta”. E aí já estava, já foi em frente. Isso é muito importante, porque só existe uma ciência, a ciência da História. A Missão de retratar a realidade é da Instituição. O produtor de uma informação particularizada – Contas Nacionais, Agropecuária, População, Indicadores – é parte de um sistema produtor de informações. Então, ele não é um compartimento. Não é da cultura brasileira essa integração.

Essa integração no IBGE é muito importante. Ela, às vezes, tem a ilusão de atalhos. Na minha época, por exemplo, tinha muita coisa “Nós vamos resolver isso com os concursos, fazendo as pessoas rodarem”. Forma e técnica são importantes, mas o decisivo é a cultura, sempre. Então, é essa cultura de que “eu sou parte de um todo”, e que a tarefa de retratar vai ter sempre um desafio, é que é mais importante.




Foto: Simone Mello



e DUARDO PEREIRA NUNES

Nós aprendemos que a produção de estatística de boa qualidade confere ao IBGE uma força que não dá nem para medir.



Eduardo Pereira Nunes nasceu no Rio de Janeiro, em 23 de setembro de 1953. Graduiu-se em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, em 1976, doutorando-se pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, em 1998. Tem diversos trabalhos publicados relativos aos temas contas nacionais, contas regionais, matriz de insumo-produto, siderurgia, agricultura, agronegócio e economia brasileira. Ingressou no IBGE em 1980 e atuou nas áreas de Geografia, Agropecuária, Censos Econômicos, Contas Nacionais e Contas Regionais, tendo coordenado, de 1982 a 1987, o projeto de construção do novo Sistema de Contas Nacionais - SCN. Depois, em 1993, voltou a coordenar o SCN e, em 2000, assumiu a Chefia do Departamento de Contas Nacionais, após concluir a implantação das Contas Regionais do Brasil, projeto que tornou possível o cálculo do Produto Interno Bruto - PIB das Unidades da Federação e também dos Municípios.

Eduardo Nunes foi o segundo Presidente a sair diretamente dos quadros do IBGE; o primeiro servidor de carreira foi Sebastião Aguiar Ayres, titular de 1967 a 1970. Eduardo Nunes exerceu a Presidência do Instituto durante oito anos e meio, passando pelos dois Governos Lula (2003-2011). Por sua experiência, ao deixar a Presidência do IBGE, tornou-se Consultor de vários organismos internacionais para elaboração de Contas Nacionais e pesquisas econômicas. Realizou trabalhos de consultoria para o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (Inter-American Development Bank - IDB), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (United Nations Development Programme - UNDP) e Organização Mundial do Turismo - OMT (World Tourism Organization - UNWTO), no Brasil, Colômbia, Espanha, Paraguai e República Dominicana, para o desenvolvimento de Estatísticas de Turismo, Agricultura e Censos Econômicos.

2003

2011

Uma gestão atuante em defesa do IBGE

Após três eleições, Luiz Inácio Lula da Silva subiu a rampa do Palácio do Planalto como chefe maior da Nação, tendo sido o primeiro líder de um partido de esquerda eleito Presidente e, no cargo, o primeiro operário e o primeiro natural de Pernambuco a exercê-lo como titular. Em seu primeiro mandato, Lula deu continuidade ao programa de controle da inflação, do governo anterior, e assegurou a retomada do crescimento do País, o aumento do emprego, os superávits da balança comercial, o aumento das reservas internacionais do País e a redução da pobreza e da desigualdade social.

No IBGE, o economista Eduardo Pereira Nunes manteve, em um primeiro momento, a direção do seu antecessor, Simon Schwartzman (1994-1998), e prosseguiu com a renovação institucional, com novas tecnologias, aumentando a qualidade do processo de produção e divulgação das informações estatísticas e geocientíficas e abreviando o tempo para a divulgação dos resultados.

Aos poucos, os tradicionais questionários de papel foram substituídos pelos computadores de mão (PDAs), o que conferiu mais agilidade ao processamento de informações, além de possibilitar ao informante a utilização da Internet para a resposta aos questionários censitários, promovendo, por consequência, a criação de postos informatizados nos municípios, equipados

com *desktop*, *notebook* e impressoras. Dotados de equipamentos de GPS, os PDAs possibilitaram ainda a exata localização dos recenseadores nas suas áreas de coleta (setores censitários), bem com a captação precisa das coordenadas geográficas de estabelecimentos e domicílios da zona rural.

Apesar das dificuldades orçamentárias, o IBGE começou uma contagem regressiva para realização da operação censitária integrada conhecida como Censos 2007, que abrangeu o Censo Agropecuário 2006, a Contagem da População 2007 e o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE. O Censo Agropecuário foi investigado em todo o País, e a Contagem da População, nos municípios com até 170 mil habitantes e em outros 21 considerados especiais^{1,2}. A operação, cuja coleta começou em 16 de abril de 2007, exigiu um esforço redobrado dos servidores da Instituição. Foi um grande teste para a Diretoria de Informática, que, já na primeira semana de trabalho, enfrentou vários problemas com a dificuldade de transmissão de dados da Sede, no Rio Janeiro, para todos os computadores de mão (PDAs) dos recenseadores, em todo o Brasil. Na ocasião, uma das primeiras providências foi o desmembramento do processo de transmissão desses programas para cada Unidade Estadual.

A Contagem da População 2007 precisou ter a coleta prorrogada devido às dificuldades encontradas pelos recenseadores em alguns estados – transmissão dos dados coletados, fatores climáticos e problemas de acesso às residências. Na reta final do levantamento, entre os 29,5 milhões de domicílios ocupados existentes nos municípios em que foi realizada a Contagem da População, ainda havia 463 mil que não abriram suas portas aos recenseadores. O Instituto, então, intensificou a coleta, pediu apoio da população no sentido de abrir as portas aos recenseadores ou procurar uma Agência do IBGE no município para agendar a visita. A parceria da imprensa foi fundamental neste episódio.

Durante a gestão de Eduardo Nunes, houve momentos nevrálgicos, quase mesmo de conflitos, resultantes das estatísticas divulgadas pela Instituição.

¹ O último levantamento desse porte fora realizado em 1996, na gestão de Simon Schwartzman. Por razões orçamentárias, a realização da próxima Contagem da População, prevista para 2005, só ocorreu em 2007.

² Também por razões orçamentárias, não foi possível realizar a Contagem da População 2007 em todos os 5 564 municípios então existentes. Para informações mais detalhadas, consultar o box “Entenda por que o IBGE realizou a Contagem da População 2007” na entrevista a seguir.

Em dezembro de 2004, o IBGE divulgou a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002-2003, revelando, entre outras questões, que o excesso de peso atingia 38,8 milhões de brasileiros adultos³.

A questão da obesidade, entre os adultos, apontada pelos especialistas como um problema mais grave que a desnutrição, provocou polêmica no Governo Lula, que, na campanha eleitoral de 2002, havia prometido acabar com a fome no Brasil com o Programa Fome Zero. O Palácio do Planalto chegou a divulgar uma nota ressaltando que os dados do IBGE não teriam retratado os efeitos da subnutrição crônica e o Presidente Lula concluiu que as pessoas tinham vergonha de declarar que passavam fome. Em resposta, o Presidente do IBGE, Eduardo Nunes, informou que a pesquisa era confiável e que o Instituto estava tranquilo quanto aos resultados. Afirmou ainda que numa sociedade democrática, todo cidadão tem o direito de manifestar suas opiniões, inclusive o Presidente da República, mas que o IBGE era uma Instituição com 68 anos de trabalhos técnicos de qualidade e não mudaria suas estatísticas e análises, mesmo quando os resultados não fossem do agrado de terceiros.

A firmeza da Direção do IBGE, ao preservar a integridade das suas estatísticas, acabou contribuindo para que o próprio Governo Lula integrasse o Programa Fome Zero ao Programa Bolsa Família, cujo objetivo deixou de ser erradicar uma fome inexistente para reduzir drasticamente a miséria e a desigualdade social.

Em 2006, ano em que Lula foi reeleito Presidente da República, o IBGE festejou 70 anos, o que deu ensejo à realização do II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, realizado no período de 21 a 25 de agosto. A seção de abertura prestou uma grande homenagem ao ex-Presidente do IBGE, Isaac Kerstenetzky (1970-1979), havendo discursos de João Paulo dos Reis Velloso, Maristela Afonso de André, Jane Maria Pereira Souto de Oliveira, Magdalena Sophia

³ A partir da POF 2002-2003, estimou-se que cerca de 40% dos indivíduos adultos do País apresentavam excesso de peso, ou seja, Índice de Massa Corporal (IMC) igual ou maior que 25 kg/m², não havendo diferença substancial entre homens e mulheres. Para informações mais detalhadas, consultar a publicação: PESQUISA de orçamentos familiares 2002-2003: análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 76 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002analise/default.shtm>>. Acesso em: mar. 2016.

Cronemberger de Araújo Góes, e do filho do homenageado, Jacques Kerstenetzky. Contou-se também com a presença de Sara Kerstenetzky, viúva do homenageado.

Entre os principais objetivos do II Encontro, que reuniu no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, no Rio de Janeiro, cerca de 3 000 usuários e produtores de dados geográficos e estatísticos do Brasil e do exterior, destacou-se a garantia da transparência dessas informações produzidas no País.

O II Encontro abrangeu três eventos paralelos: V Conferência Nacional de Estatística - CONFEST, IV Conferência Nacional de Geografia e Cartografia - CONFEGE e Seminário Internacional de Produção e Disseminação de Informações Estatísticas e Geográficas - SIEG. Na oportunidade, o IBGE reafirmou seu compromisso de elaboração dos Planos de Pesquisas Estatísticas e Geocientíficas, de acordo com as necessidades e demandas dos usuários das informações produzidas pelo IBGE.

Na gestão de Eduardo Nunes, a Instituição começou a se preparar para o Censo Demográfico 2010, o primeiro totalmente informatizado. Sob inspiração de seu Diretor-Executivo, Sérgio da Costa Côrtes, foram organizados dois grandes Encontros Nacionais com os Chefes das Unidades Estaduais e das Agências do IBGE: o primeiro, em Caeté, Estado de Minas Gerais, de 5 a 9 de junho de 2006; o segundo, em Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, de 14 a 19 de junho de 2009, com o objetivo de avaliar o trabalho de preparação do Censo 2010 e discutir o Planejamento Estratégico⁴.

No segundo Encontro, por iniciativa de Sérgio Côrtes, centenas de servidores assistiram à palestra do editor-chefe e apresentador do *Jornal Nacional*, da TV Globo, William Bonner, que falou sobre a importância do trabalho do IBGE para a mídia. Com o firme propósito de motivar os servidores, Sérgio Côrtes conseguiu levar o jornalista até Angra dos Reis.

Cabe ressaltar que, durante o período em que esteve na Diretoria-Executiva, na gestão de Eduardo Nunes, Sergio Côrtes acumulou a Direção da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE e inaugurou o Programa

⁴ Em novembro de 2008, o IBGE realizou um evento de mobilização que contou com a presença da Direção e cerca de 300 líderes, com o objetivo de iniciar um processo de Planejamento Estratégico, tendo como premissa básica a ampla participação dos servidores. Nesse sentido, ao longo de 2009, realizou uma série de eventos, inclusive em regime de imersão, com o envolvimento de líderes estratégicos na identificação de ações futuras, visando colocar a Instituição em um novo patamar de excelência.

de Ensino a Distância, para atender o quadro técnico do IBGE. Também investiu em cursos de aperfeiçoamento do quadro gerencial, porém gerou muita discórdia, por parte dos servidores, com a implantação do Sistema Eletrônico de Controle de Acesso e de Frequência - SECAF, conhecido internamente como “catraca eletrônica”. A partir da implantação desse recurso, cada servidor passou a ser responsável por seu próprio banco de horas. Sergio Côrtes enfrentou, ainda, notícias sobre a suposta utilização indevida de cartões corporativos pelo IBGE, o que logo se mostrou absurdo quando explicou-se aos órgãos competentes que os gastos se destinavam ao deslocamento de pessoal pelo interior do País, na operação Censos 2007.

Eduardo Nunes esteve à frente dos trabalhos do Censo 2010. As inovações tecnológicas usadas na operação renderam prêmios ao IBGE, que foi um dos 10 laureados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO) e a Netexplorateur (atual Netexplo), um observatório independente francês pelo desenvolvimento da sociedade digital. Na ocasião, os recursos tecnológicos utilizados pelo IBGE também despertaram interesse de Institutos Oficiais de Estatística de muitos países, os quais solicitaram ajuda e cooperação como, por exemplo, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Paraguai e Uruguai. Estes fizeram os seus Censos Demográficos com equipamentos e apoio técnico do IBGE.

O Censo 2010, ademais, utilizou mapas totalmente digitalizados, base do futuro Sistema de Informações Georreferenciadas - SIG. O Portal Brasileiro de Dados Geoespaciais - SIG Brasil, inaugurado em 2010, reúne e disponibiliza gratuitamente, por meio de geoserviços, dados e informações geoespaciais integrados à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, a qualquer usuário com acesso à Internet⁵.

⁵ A Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE cataloga, integra e harmoniza dados geoespaciais existentes nas instituições públicas federais, estaduais e municipais, com o objetivo de torná-los facilmente localizados, explorados e acessados para os mais diversos usos, por qualquer pessoa que tenha acesso à Internet. Esses serviços são viabilizados por meio de uma rede de servidores integrados à Internet, denominada Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais - DBDG, que reúne produtores, gestores e usuários de informações no ciberespaço. O Portal Brasileiro de Dados Geoespaciais - SIG Brasil é a porta de acesso aos recursos distribuídos do DBDG, sendo o IBGE responsável pela construção, disponibilização e operação do SIG Brasil e pela gestão do DBDG.

O IBGE também teve papel central na implantação da INDE⁶, no sentido de integrar e disseminar os dados geoespaciais mantidos por instituições das três esferas do governo brasileiro, o que resultou, posteriormente, no Prêmio MundoGEO#Connect Latin America 2013, na categoria de melhor iniciativa de IDE (*software* geoespacial livre), como parte da Conferência e Feira de Geomática e Soluções Geoespaciais, realizada em São Paulo, em junho de 2013.

Outra novidade do Censo 2010 foi a criação das Comissões Censitárias Estaduais e das Comissões Municipais de Geografia e Estatística, por meio das quais o IBGE abriu canais de comunicação direta e de maior interação com as sociedades locais, atendendo o princípio da transparência. Participaram dessas Comissões entes do governo, da iniciativa privada e da sociedade local em geral. Essa medida atendeu dois importantes propósitos: prestar contas do trabalho do IBGE; e dar aos prefeitos a oportunidade de acompanhar o planejamento e a realização do Censo 2010, pois os seus resultados seriam fundamentais para a definição dos recursos que cada município receberia do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Eduardo Nunes pretendia fazer das Comissões Municipais de Geografia e Estatística um canal de comunicação permanente com as comunidades locais, de forma a identificar rapidamente novas áreas importantes de aglomerados populacionais (ou de vazios populacionais) e atualizar continuamente o CNEFE para, assim, calibrar as novas estimativas anuais de população dos municípios, até então baseadas exclusivamente em dados dos Censos Demográficos anteriores. Ele acreditava que a construção de um Cadastro de Endereços Domiciliares atualizado regularmente, a partir dos trabalhos dessas Comissões, representaria uma etapa decisiva para o IBGE iniciar um novo ciclo de produção de estatísticas demográficas municipais atualizadas, tempestivas e utilíssimas para o aprimoramento dos métodos de repartição dos recursos constitucionais do FPM para tais localidades. Para ele, era viável desenvolver uma metodologia de atualização do Cadastro de Domicílios, uma vez que há vários organismos locais envolvidos em atividades cotidianas de acompanhamento da ocupação do território, tais como: Programa Saúde da Família, Defesa Civil,

⁶ Para informações mais detalhadas, consultar: INFRAESTRUTURA NACIONAL DE DADOS ESPACIAIS. *SIG Brasil: portal brasileiro de dados geoespaciais*. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.inde.gov.br>>. Acesso em: mar. 2016.

Cadastro do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, empresas de saneamento, empresas de energia elétrica e telefonia, Programa Bolsa Família, entre outros.

Ao longo da gestão de Eduardo Nunes, e graças, em especial, à atuação do Coordenador de Comunicação Social, Luiz Mario Gazzaneo, o IBGE ganhou espaço crescente na imprensa brasileira. Com a prática do embargo, introduzida na gestão de Sérgio Besserman Vianna (1999-2003), e que foi sendo aprimorada gradualmente, os jornalistas puderam dar mais e mais visibilidade nos jornais impressos e tempo nos telejornais às informações divulgadas pelo IBGE, fortalecendo suas marcas de qualidade e confiança. Eduardo Nunes soube se fazer acessível aos jornalistas – sempre paciente, no estrito limite do cargo, tendo absoluta consciência da delicada fronteira entre Estado e governo na qual o IBGE está, embora todos saibam que as informações produzidas pela Instituição são informações de Estado, e não de governo.

Com fôlego invejável, Eduardo Nunes participou de visitas às redações de jornais, rádios e tvs, em diversos estados, e convocou os Chefes das Unidades Estaduais para participarem da mobilização, agendando encontros com Governadores, Prefeitos e outras autoridades, em busca de apoio para a divulgação do Censo 2010. O próprio Eduardo, no dia seguinte da largada do levantamento, em 2 de agosto de 2010, participou do recenseamento do Presidente Lula e da Primeira-Dama, Marisa Letícia Lula da Silva, no Palácio da Alvorada, em Brasília. Pela manhã, no programa de rádio *Café com o Presidente*⁷, o Presidente Lula também pediu aos brasileiros para responderem ao Censo.

O Censo 2010 serviu, ainda, à implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD, com a utilização do CNEFE atualizado no recenseamento. O SIPD inclui a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua; a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS; o esquema de Pesquisas de Orçamentos Familiares Contínuas, composto pela Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF e a POF Simplificada; além de pesquisas sobre outros temas, seja por meio de investigações suplementares, seja por meio de pesquisas independentes. Com o Sistema SIPD, o plane-

⁷ Programa produzido pela Empresa Brasil de Comunicação - EBC, com supervisão editorial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

jamento, a execução, a disseminação e a análise dos resultados das diversas pesquisas serão, assim, conduzidos de forma associada, otimizando recursos e facilitando o atendimento de novas demandas. Esses levantamentos, por serem contínuos e de múltiplos propósitos, exercem papel de destaque no processo de produção de informações domiciliares proposto. Isso representou um gigantesco trabalho para a Diretoria de Pesquisas, que contou com Maria Martha Malard Mayer no primeiro ano e, depois, seguiu com Wasmália Socorro Barata Bivar⁸.

Eduardo Nunes sempre teve grande apreço pela história do IBGE. Em todos os seminários da Memória Institucional promovido pelo CDDI, e não foram poucos, era o primeiro a chegar e o último a sair. E foi em sua gestão que todos os quatro volumes da coleção História das Estatísticas Brasileiras, de Nelson de Castro Senra, foram lançados, sempre que possível com sua presença⁹.

Diretores e o próprio Presidente do IBGE se fizeram presentes em diversos encontros internacionais, e o Instituto sediou diferentes eventos de âmbito interno e externo, ganhando reconhecimento internacional. Cabe destacar, também, a participação nas reuniões anuais da Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission) e da Comissão de Estatística da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), além da Conferência dos Estatísticos Europeus (Conference of European Statisticians) e da Conferência Estatística das Américas. O IBGE também participou regularmente de uma série de eventos promovidos pela Organização Mundial do Turismo - OMT (World Tourism Organization - UNWTO); Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO); Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO); Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO); Comissão Econômica para a América Latina e o

⁸ A economista Wasmália Socorro Barata Bivar, servidora do IBGE há 18 anos, assumiu a Diretoria de Pesquisas, em 2 de abril de 2004, cargo que, durante cinco anos, foi ocupado por Maria Martha Mallard Mayer.

⁹ Trata-se de: SENRA, N. de C. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006-2009. 4 v. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>>. Acesso em: mar. 2016.

Caribe (Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL); Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (United Nations Economic Commission for Europe - UNECE); e Parceria em Estatísticas para o Desenvolvimento no Século 21 (Partnership in Statistics for Development in the 21st Century - Paris21), entre outras entidades e organismos internacionais.

Vale ressaltar, ainda, as indicações de Eduardo Pereira Nunes para presidir a XVII Conferência Internacional de Estatística da OIT, realizada em Genebra, em 2003; o Comitê de Estatística da OMT, no período de 2006 a 2013; o Grupo de Trabalho da Comissão de Estatística das Nações Unidas para a Modernização das Estatísticas Agrícolas (Friends of Chair Working Group of the Global Strategy to Improve Agricultural and Rural Statistics), em 2010 e 2011; a Vice-Presidência do Comitê Executivo da Conferência dos Estatísticos Europeus, entre 2007 e 2011; e o convite para o Brasil se tornar membro observador do Comitê de Estatística da OCDE. Foi também o anfitrião do 60º Congresso Mundial de Estatística (World Statistics Congress), do Instituto Internacional de Estatística (International Statistical Institute - ISI)¹⁰, realizado no Rio de Janeiro, em 2015, já na gestão de Wasmália Bivar (2011-).

Em várias ocasiões, como nas audiências públicas no Congresso Nacional sobre temas relacionados à produção estatística e geocientífica, Eduardo Nunes teve presença nas sessões e agiu com muita segurança e tranquilidade. Ainda em Brasília, conseguiu o apoio do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, para aprovar o Plano de Carreiras do IBGE, por meio da Lei n. 11.355, de 19.10.2006¹¹, que representou um aumento salarial para todos os servidores ativos e inativos. Antes dessa aprovação pelo Congresso Nacional, o IBGE enfrentou diversas paralisa-

¹⁰ O International Statistical Institute - ISI foi fundado em 1885, quando da reunião que celebrou o Jubileu da Statistical Society of London. É a mais antiga e mais importante associação de estatísticos do mundo e tem por missão promover a compreensão, o desenvolvimento e as Boas Práticas Estatísticas. Pela primeira vez desde que foi fundado, o ISI está sendo presidido por um brasileiro – o Professor Pedro Luis do Nascimento Silva, pesquisador da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, do IBGE, eleito para o biênio 2015-2017. O Congresso Mundial de Estatística, do ISI, ocorre a cada dois anos e é o mais importante evento internacional nesta área.

¹¹ O IBGE, desde 1993 vinculado ao Plano de Carreiras para a Área de Ciência e Tecnologia, passou a dispor de um Plano de Carreiras e Cargos próprio, durante o Governo Lula, assim como diversos outros órgãos do governo federal.

ções dos servidores e teve que recorrer à Justiça Federal para garantir o acesso dos funcionários aos seus locais de trabalho, como mostra o excerto a seguir, extraído da decisão final¹²:

Outrossim, em atenção ao “princípio constitucional do Direito de Ir e Vir”, lembro ser defeso (proibido) ao Sindicato-Réu praticar qualquer forma de obstáculo àqueles que queiram trabalhar, sob pena de incorrer em atos de responsabilidade administrativa e criminal dos seus dirigentes e de tantos quantos servidores ou não que estejam à frente dos “piquetes de greve”, sem o que, no exercício do seu poder-dever, a autoridade competente da Fundação federal, pelos seus meios próprios, poderá solicitar a força policial necessária ou requisitar a intervenção do Ministério Público para coibir quaisquer manifestações que importem em violação administrativa ou de cunho criminal no afã de impedir a entrada nas diversas dependências da Fundação IBGE àqueles servidores da entidade que não queiram aderir ao movimento grevista (BOLETIM INFORMATIVO, 2005).

Eduardo Nunes admite que foi intempestivo em muitos momentos, mas, ao ser perguntado durante a entrevista sobre um possível arrependimento, ele reconhece em tom de brincadeira: “Se eu tivesse que me arrepender, teria que procurar um analista, psiquiatra. Por questões de economia, resolvi não procurar. Se não, não ia sair nunca mais de lá”.

¹² O *Boletim Informativo* n. 79, de 31 de agosto de 2005, divulgou a transcrição de parte da decisão final do Juiz da 30ª Vara Federal, que expediu uma Antecipação de Tutela na Ação Ordinária n. 2005.5101016906-0, proposta pelo IBGE contra a ASSIBGE - Sindicato Nacional.

Entrevista realizada em 31 de julho de 2015, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, no Rio de Janeiro¹³

COMO O SENHOR SE TORNOU PRESIDENTE DO IBGE, EM 2003, NA PRIMEIRA GESTÃO DO GOVERNO LULA?

Este é um assunto para mim quase que inexplicável, porque eu não estava informado de absolutamente nada. Inclusive, na ocasião do convite, eu estava de férias, com a minha família, em Florianópolis, e recebi um telefonema, de uma secretária do Ministro [do Planejamento, Orçamento e Gestão] Guido Mantega para eu ir a Brasília. Eu não poderia ir a Brasília porque estava com trajes de praia naquela ocasião. Então, depois disso, voltei para o Rio de Janeiro e aí fui a Brasília, para conversar com ele. Quando me encontrei com ele, perguntou a mim se aceitava assumir a Presidência do IBGE. Eu disse que sim, que eu era funcionário da Instituição e agradecia muito pelo convite. Não houve nenhum conhecimento prévio de nada disso. Quando eu fui comunicado, já estava praticamente decidido esse convite. Eu voltei de Florianópolis, depois de terminadas as minhas férias, e, no dia seguinte voltei a trabalhar no IBGE e fui a Brasília. Quer dizer, foi uma coisa, para mim, muito simples e ao mesmo tempo inesperada.

O SENHOR JÁ TINHA TIDO ALGUM CONTATO COM O MINISTRO MANTEGA?

Não, não com o Ministro Mantega. Ele também estudou na UNICAMP, mas não foi na mesma época que eu. Na verdade, fui conhecê-lo nesse dia que fui a Brasília. Quando eu voltei ao IBGE, depois de já ter sido informado da decisão tomada pelo Ministro, fiz uma reunião com a então Diretoria, na época, e a minha posição naquele momento foi simplesmente dar continuidade aos trabalhos que já estavam sendo feitos, porque no meu ponto de vista daquela época, e até hoje, as duas gestões anteriores à minha, do Sérgio Besserman e a do Simon Schwartzman, foram gestões que prepararam o terreno para o IBGE dar um salto de qualidade muito grande, dali em diante. Então, nesse sentido, eu até me considero uma pessoa de sorte, porque peguei a Instituição num momento diferente daquele momento que, certamente, os antecessores do

¹³ A citação simplificada dos nomes próprios foi mantida no corpo da entrevista, de modo a preservar a leveza de seu conteúdo original. Em caso de dúvida com relação à menção de algum personagem, sugere-se consultar a lista de nomes completos, ao final da publicação.

Simon Schwartzman já devem ter mencionado, o quão difícil era a situação do IBGE até a primeira metade da década de 1990.

O SENHOR TEM ALGUMA IDEIA DE POR QUE, ENTÃO, FOI CONVIDADO PARA A PRESIDÊNCIA DO IBGE?

Eu tenho suspeitas, porque eu não poderia ir a um Ministro e perguntar: “Por que logo eu?”. Na verdade, o Guido Mantega coordenava a equipe econômica que assessorou o então candidato Lula à Presidência, na campanha de 2002, e foi indicado para ser o Ministro do Planejamento. Nessa equipe, que era numerosa, havia pelo menos uma pessoa do meu conhecimento, que era o José Carlos Miranda¹⁴, economista que eu já conhecia da UNICAMP, desde quando estudei lá. Depois, em 1977, veio a trabalhar no IBGE, no Departamento de Estatísticas Derivadas, mais tarde transformado na atual Coordenação de Contas Nacionais. Foi ele quem me indicou para fazer entrevista para trabalhar no IBGE, em 1980, já que eu havia terminado o meu contrato com o Departamento de Geografia do IBGE [1978-1980] para prestação de serviços no Projeto IBGE-EMBRAPA sobre a Modernização da Agricultura no Sudoeste do Estado de Goiás¹⁵. Depois disso, ele foi Chefe do Departamento de Contas Nacionais do IBGE, na década de 1980, e, naquela ocasião [1982], me convidou para ser o Coordenador do Projeto de Matriz de Insumo-Produto, que se transformaria na base do Novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Quer dizer, eu conhecia o José Carlos Miranda desde aquela época. Depois, ele saiu do IBGE, voltando para a UNICAMP, para ser professor, e, mais tarde, já em 1998, quando eu defendi a minha tese de doutorado, ele fez parte da banca. Não foi meu orientador, mas fez parte da banca de defesa da minha tese sobre a gênese do Sistema de Contas Nacionais¹⁶. Então, o meu contato com ele era um contato profissional e

¹⁴ José Carlos Rocha Miranda, que trabalhou no IBGE de 1977 a 1988, foi Chefe do Departamento de Estatísticas Derivadas e Estudos Econômicos da Superintendência de Estudos Geográficos e Socioeconômicos, da Diretoria Técnica.

¹⁵ Trata-se de convênio firmado para realização de estudos sobre áreas de cerrado. Para informações mais detalhadas, consultar: MODERNIZAÇÃO da agricultura no sudoeste de Goiás. Rio de Janeiro: IBGE: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, 1982. 163 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv12313.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

¹⁶ Trata-se de: NUNES, E. P. *Sistema de contas nacionais: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais do Brasil*. 1998. 197 p. Tese (Doutorado)-Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000130671>>. Acesso em: mar. 2016.

acadêmico, e principalmente por termos trabalhado no IBGE na década de 1980. Portanto, eu já o conhecia há muito tempo, tenho conhecimento e contato com ele até os dias atuais, mas também nunca perguntei a ele: “Foi você quem sugeriu meu nome”. Claro que não faria isto. Essa é a minha interpretação.

COMO É QUE O SENHOR MONTOU A SUA EQUIPE NO IBGE?

A partir do momento em que eu fui indicado para ocupar o cargo do IBGE, ficou bem claro para mim que o convite feito pelo Ministro Guido Mantega era um convite à minha pessoa e que, portanto, a primeira coisa que eu fiz foi me reunir com a equipe que era a Diretoria, na época, e comunicar a todos que a minha intenção era continuar trabalhando com eles. Eu, na verdade, estava substituindo o Sérgio Besserman. A equipe foi praticamente a mesma, e o meu projeto perante todo o IBGE foi procurar trabalhar para dar prosseguimento, como eu já disse, ao trabalho que, do meu ponto de vista, já estava sendo muito bem conduzido, desde a gestão do Simon [1994-1998] e, depois, na gestão do Sérgio [1999-2003].

MAS TEVE UMA MUDANÇA NA DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS, CORRETO?

Não, nenhuma mudança. Mais tarde, acho que até antes do Guido Gelli [Diretor de Geociências], saiu a Martha Mayer [Diretora de Pesquisas]. Saiu, acho que ainda no primeiro ano, de licença, por um período de aproximadamente três meses, se eu não estou enganado, e depois deixou a casa. Depois dela é que o Guido Gelli deixou a Diretoria de Geociências, mas creio que somente uns dois anos depois. Entrou o Luiz Paulo Souto Fortes, que era o Diretor-Adjunto da própria DGC [Diretoria de Geociências]. E posso garantir que, se eu conhecesse o Luiz Paulo antes de assumir a Presidência do IBGE, teria aproveitado antes, pois ele é uma das pessoas mais competentes e inteligentes que conheci no IBGE.

O MINISTRO LHE FEZ ALGUMA RECOMENDAÇÃO COM RELAÇÃO AO IBGE?

Não, não fez. A conversa foi até muito rápida, terminou com um aperto de mãos, e depois só voltei a encontrá-lo no dia da posse, que foi um evento em Brasília. Naquela ocasião, todos os Secretários e Dirigentes de outros órgãos estatais do Ministério do Planejamento [Orçamento e Gestão] estiveram presentes, mas não houve nenhuma orientação específica, nem para mim, nem para nenhum dos outros Secretários e Dirigentes ali nomeados.

O SENHOR RECEBEU ALGUMA INDICAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS UNIDADES ESTADUAIS DO IBGE?

Não, não houve nenhuma indicação, mas depois de assumir a Direção do IBGE, como eu havia tomado a decisão de manter toda a equipe de Dirigentes da Instituição, iniciei o trabalho, sem problema nenhum. Fui surpreendido por pressões oriundas, não do Ministro [Guido Mantega] – não houve da parte do Ministro nenhuma ingerência dessa natureza –, mas de políticos, inclusive de partidos absolutamente desvinculados do próprio PT, que sempre faziam sugestões de nomes. Havia um Senador, cujo nome não vou mencionar, que eu nem podia olhar na bina do meu celular. Quando era chamada dele, eu nem atendia, de tanta insistência que fazia para indicar nomes; mas em momento nenhum eu cedi a esse tipo de sugestão. Não vou chamar nem de pressão, porque não me senti pressionado, mas havia um incômodo muito grande nas Unidades Estaduais do IBGE por conta de movimentos lá, do meu desconhecimento, até então, de pessoas que se acreditavam no direito de ocuparem cargos de Dirigentes das Unidades Estaduais, com a mudança de governo. E com isso eu comecei a receber alguns telefonemas, que me incomodaram muito na época, dos Chefes das Unidades Estaduais, que estavam se sentindo tremendamente pressionados, que não aguentavam mais a pressão, e cobrando de mim uma posição: “Afim de contas, o senhor vai me manter no cargo, vai nomear, vai fazer isso e aquilo”. Porque as pessoas – não era apenas uma – deixavam bem claro que estava difícil gerenciar naquele estado, naquele momento, por conta de tanta movimentação interna; e essa movimentação interna acaba levando até a situações gerenciais complicadas, porque impedia o Chefe da Unidade Estadual de tomar decisão, que não tinha o respeito dos demais. Então, eu tive que ir, inclusive, a alguns estados, imediatamente, para deixar bem claro que não haveria esse tipo de mudança por conta de pressão dessa natureza. Se, de cima, não houve pressão, não seria do meu lado que eu haveria de ceder a esse tipo de interferência. E, logo depois, ao voltar, depois que eu fui a dois ou três estados, simultaneamente, tomei uma decisão de evitar esse tipo de pressão ao criar uma Resolução do Conselho Diretor do IBGE, que estabelecia que indicação para cargo, dessa natureza, das Unidades Estaduais, só ocorreria mediante alguns critérios. Primeiro, teria que ser funcionário do IBGE; segundo, ter experiência; e em terceiro, e mais importante, teria que se submeter a um concurso interno. Todos poderiam se candidatar ao

concurso público interno, sem restrição, nem em termos de titulação, muito menos se era nível superior ou nível médio. O critério era simplesmente ter experiência, ter competência e se submeter às provas e passar. E isso contribuiu para deixar bem claro qual era a mensagem que estava sendo dada. E o mais interessante: depois disso, não aconteceu absolutamente nada, porque eu não precisei fazer concurso nenhum, já que não pretendia mudar nenhum Chefe de Unidade Estadual. Então, o passo seguinte foi baixar essa Resolução do Conselho Diretor, mas concretamente isso não implicou em mudança nenhuma, porque não havia nenhum cargo vago. Então, não havia por que eu fazer algum concurso para trocar Chefe de Unidade Estadual. Aos poucos, por motivos variados, quando havia vacância de algum cargo de Chefe de Unidade Estadual, a Diretoria Executiva abria um concurso, e aí começaram vários deles a serem preenchidos, todos dessa maneira.

Em suma, na minha gestão, no IBGE, a única pessoa que entrou nomeada por indicação fui eu. Todos da minha Diretoria, sem nenhuma exceção, do cargo mais simples ao cargo do Diretor, todos os funcionários do IBGE foram ou nomeados por conta de concurso interno, que era o caso desses que eu acabei de mencionar ou por convite pessoal meu, e o critério fundamental é de que essas pessoas que viriam trabalhar tinham que ser oriundas do IBGE. Com exceção do próprio Diretor da DGC, que era o Guido Gelli, que não era funcionário do IBGE, mas que já fazia parte da Direção da Instituição, e a minha posição, desde o início, foi de não fazer mudança alguma.

Entenda o Processo Seletivo Interno para titular de Unidade Estadual do IBGE

O Conselho Diretor do IBGE, por meio da Resolução RCD n. 3, de 13.03.2003, assinada pelo Presidente do Instituto, Eduardo Pereira Nunes, estabeleceu que, no caso de vacância do cargo em comissão de titular de Unidade Estadual, a escolha do novo ocupante desse cargo deve ser feita através de Processo Seletivo Interno, que resultará

na indicação de até três servidores ao Conselho Diretor, para decisão final. Para participação nesse processo, foram definidos os seguintes requisitos básicos para o candidato: ser ocupante de Cargo Efetivo do Quadro Permanente do IBGE e não estar em estágio probatório, licenciado ou respondendo a Processo Administrativo Disciplinar; possuir

escolaridade de nível superior ou de ensino médio (antigo 2º grau) e, neste caso, mais de 10 anos de trabalho no IBGE; ter disponibilidade de ser lotado na cidade-sede da Unidade Estadual do IBGE, caso sua lotação seja em outro município ou estado; e ter disponibilidade de viajar para outras Unidades do IBGE, sempre que necessário. Os candidatos devem ser submetidos às seguintes etapas de seleção: análise de currículo – classificatória; prova situacional – classificatória e eliminatória; dinâmica de grupo – classificatória e eliminatória; e entrevistas: médico-social e técnica. Para a realização do Processo Seletivo Interno, a Coordenação de Recursos Humanos da

Diretoria Executiva emitirá um Edital, definindo os procedimentos relativos a cada etapa da seleção, especificando os respectivos pesos de cada etapa e todos os demais regulamentos do processo. O resultado final do processo seletivo interno é composto de uma lista com os nomes dos três candidatos melhor classificados, a média final e as avaliações das entrevistas, a ser encaminhada ao Conselho Diretor para decisão do novo titular da Unidade Estadual. Atualmente, encontra-se em vigor a Resolução RCD n. 3, de 25.02.2016, assinada pela Presidente do Instituto, Wasmália Socorro Barata Bivar, que dispõe sobre o assunto.

O PROCESSO SELETIVO ACABOU COM A PRESSÃO EM RELAÇÃO ÀS INDICAÇÕES POLÍTICAS?

Eu diria duas coisas. Eu acho que, para os Chefes das Unidades Estaduais, acabou a possibilidade de qualquer tipo de pressão, mas vou mencionar um fato que é interessante, porque isso também revelou um pouco do prestígio, não meu, mas do IBGE, porque na mesma época havia na Fundação Nacional de Saúde [FUNASA] uma Resolução semelhante, que vinha do governo anterior, se eu não me engano, por decisão do Ministro José Serra, que era o Ministro da Saúde do Governo Fernando Henrique [1995-2003]. Na FUNASA só poderia também ser nomeado para o cargo de Dirigente, eu não sei até que posto lá, pessoa que fosse da própria Instituição, mas, por conta de ser uma Instituição cuja visibilidade política é muito maior do que a técnica, que é a do IBGE, houve a mudança dessa regra interna. Na FUNASA, o que estava feito foi desfeito, e as nomeações foram feitas por critérios que eu desconheço. No IBGE, nem se cogitou essa possibilidade.

COMO O SENHOR CONSEGUIU RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DO CENSO AGROPECUÁRIO 2006 E A CONTAGEM DA POPULAÇÃO 2007?

Eu diria o seguinte: conseguir o recurso foi muito difícil. Primeiro, nem o Censo Agropecuário, muito menos a Contagem da População foram realizados no ano em que deveriam ser. O que se programava desde o início é que fossem feitos no ano cinco ou zero, ou seja, em 2005, mas não havia espaço orçamentário para fazer isso em 2005, ainda na gestão do Ministro Guido Mantega. Logo após houve a substituição no Ministério, com a assunção do Ministro Paulo Bernardo, que era uma pessoa com uma visão completamente diferente acerca da importância do IBGE para a sociedade brasileira. Então, eu diria que, com o Paulo Bernardo, o diálogo da Direção do IBGE com o Ministério do Planejamento foi muito mais fácil. Porque, embora a restrição orçamentária sempre fosse a tônica da gestão daquela época, o Ministro Paulo Bernardo entendia mais da importância do IBGE para a sociedade brasileira. Talvez, pela sua própria origem política mesmo, e pela sua militância política também, deu mais ouvidos ao IBGE e, por conta disso, se dispôs a liberar os recursos para o Censo. Ele se dispôs, mas acabou que eu é que me indispus, porque foi feita a promessa e, na data da divulgação do orçamento, que é sempre até o último dia do mês de agosto de cada ano, o Ministério do Planejamento entregou a proposta orçamentária para o Congresso Nacional, e nela não constava o recurso para fazer o Censo nem a Contagem da População. E, naquele momento, eu fui comunicado pelo nosso então queridíssimo Chefe da Comunicação Social, Luiz Mario Gazzaneo, de que havia essa informação, e que uma jornalista queria conversar comigo a esse respeito. Era um momento bastante inadequado para mim, porque eu estava numa reunião com toda a Direção do IBGE, no auditório do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], para tratar de uma coisa que para o IBGE, internamente, era tão importante quanto o Censo, que era o nosso Plano de Carreiras, que não tem a ver com o que você perguntou, mas tem a ver com meu estado de espírito naquele momento... tendo da parte do Ministério do Planejamento o “de acordo” para que o nosso Plano de Carreiras fosse estudado e a oposição do próprio Sindicato do IBGE, contrário a melhorar as condições de trabalho e de salário dos nossos funcionários. Então, fizemos uma reunião colossal, no Auditório do BNDES¹⁷, com cerca de

¹⁷ Em 29 de agosto de 2005, foi realizada a reunião no Auditório do BNDES, localizado na Av. Chile, Rio de Janeiro, para apresentar a proposta do IBGE, aceita pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o Plano de Carreiras dos servidores da Instituição. O Conselho Diretor do IBGE também participou da reunião.

800 pessoas lá – todos os Chefes, Diretores, Coordenadores, em todas as instâncias diretivas do IBGE, foram chamados para participar dessa reunião; também as lideranças sindicais. Chamei ao Rio de Janeiro o Secretário de Recursos Humanos, Sérgio Mendonça¹⁸, e o então Secretário da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, que era o Luís Inácio Adams, atualmente Ministro da AGU [Advocacia-Geral da União]¹⁹, para que os dois falassem em nome do Ministro [Paulo Bernardo Silva], deixando claro que o Plano de Carreiras do IBGE seria implementado, e que, portanto, o IBGE precisava apresentar o seu Plano. Então, aquela era a reunião para tratar do Plano de Carreiras do IBGE, com o Ministério sinalizando que faria e aceitaria a nossa proposta. Diante disso, terminada aquela reunião – para mim, bastante desgastante por ver o Sindicato do IBGE contrário a um plano salarial que melhoraria, e melhorou demais os salários de todos os servidores da Instituição –, vem uma jornalista perguntar o que eu achava de não ter sido incluído, no orçamento do IBGE, o recurso do Censo Agropecuário e da Contagem. Eu lembro bem daquela entrevista e do número de vezes em que a jornalista perguntou a mesma coisa até obter a resposta que ela queria para fechar ou abrir a matéria. Eu sabia disso. Esperei um pouco e ao final disse: “Um governo e um Ministério que não têm conhecimento do seu presente não podem planejar o seu futuro. Então, como pensar no planejamento da economia, da agricultura, da sociedade, da população, se não se sabe nem quantos somos e nem o que produzimos?”. E terminei assim a minha curta declaração à jornalista, e, depois disso, a repercussão, claro, não foi nada agradável. No dia seguinte, fui a Brasília, e houve, da parte do governo, o compromisso, não no Ministério do Planejamento, mas da Junta Orçamentária do governo, que era composta por vários Ministros da área econômica, de fazerem uma revisão na proposta orçamentária e propor a inclusão do recurso da Contagem da População e do Censo Agropecuário naquele ano.

¹⁸ Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça foi Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no período de 2003 a 2007. Desde 2012, é Secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho no Serviço Público do mesmo Ministério.

¹⁹ Luís Inácio Lucena Adams foi exonerado do comando da AGU, a pedido, em 3 de março de 2016, sendo substituído por José Eduardo Martins Cardozo.

Entenda a reportagem sobre a falta de recursos orçamentários para os Censos 2007

Na entrevista, Eduardo Nunes refere-se à reportagem feita pela jornalista da TV Globo, Tatiana Nascimento, que revela a falta de recursos para a realização do Censo Agropecuário 2006 e da Contagem da População 2007 (Censos 2007) no orçamento enviado ao Congresso Nacional em 2005. A matéria foi exibida no *Jornal Nacional*, em 30 de agosto de 2005, com a seguinte chamada: "Falta dinheiro no IBGE". Segundo a reportagem, ambas as pesquisas não seriam realizadas porque o governo federal não incluíra os recursos necessários no orçamento. A matéria lembrou ainda que era um período de grande expansão do agronegócio brasileiro e que "o Censo Agropecuário faria um relato sobre os impactos de tanto crescimento. Seja no meio ambiente, ou mesmo na estrutura da produção no

campo. Sem as duas pesquisas, o IBGE vai trabalhar com estimativas, o que é ruim para o País, segundo o próprio Instituto". A resposta do Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, foi destacada na matéria da seguinte forma: "Significa conhecer mal a nossa realidade, justamente num momento em que o País passa por muitas transformações. Se eu não atualizar minhas informações, meu planejamento é sobre um quadro de incerteza cada vez maior". Por fim, a reportagem termina com o seguinte comunicado: "O Ministério do Planejamento informou que o custo das duas pesquisas é de quase R\$ 1 bilhão, mais de três vezes o orçamento anual do IBGE. Segundo o Ministério, apesar do quadro de restrição orçamentária atual, o governo vai fazer o possível para viabilizar a realização das pesquisas".

A MATÉRIA DA JORNALISTA ACABOU AJUDANDO NA REVISÃO ORÇAMENTÁRIA?

As pressões internas, técnicas e políticas que eu podia fazer, indo a Brasília, as inúmeras vezes em que fui para apresentar a proposta, defender o projeto e receber do Ministério a informação de que seria incluída me levaram a crer que o recurso seria liberado. Assim, a minha decepção por não vê-la incluída no orçamento da União, sem ser informado, foi muito grande, e o meu estado de espírito, porque naquele momento estava tratando de um assunto igualmente delicado, que era o Plano de Carreiras do IBGE, me levaram a, conscientemente, fazer essa declaração. Eu sei que as consequências foram complicadas para mim, mas para o IBGE foram boas.

QUAIS FORAM AS CONSEQUÊNCIAS?

Porque, é claro, um Dirigente não vai querer tomar conhecimento de uma declaração dessa natureza, da forma como foi feita. Precisei me explicar e me expliquei, e pedi desculpas como deveria pedir, mas não me arrependi do que fiz e deixei claro que aquele momento exigia aquele tipo de atitude.

QUANDO O SENHOR TOMOU UMA DECISÃO MUITO FAVORÁVEL AO IBGE, DIANTE DA JORNALISTA, FOI PENSADA, REFLETIDA, OU INTEMPESTIVA?

Não foi intempestiva. Foi pensada e comunicada ao Gazzaneo. Quando o Gazzaneo me comunicou que a jornalista queria fazer essa entrevista, eu disse: “Gazzaneo, você sabe o que eu vou dizer numa situação como essa. Como Dirigente da Instituição, não posso aceitar que um recurso tão importante para o IBGE não seja alocado ao nosso orçamento, e, portanto, direi o que eu penso”. Sempre digo o que penso, e não fui intempestivo. E, ao mesmo tempo, era um canal importante para comunicar o prejuízo que a sociedade brasileira e o próprio Ministério teriam com uma decisão dessa natureza, de não fornecer os recursos que a Instituição precisava para fazer o seu trabalho.

O SENHOR TEMEU ALGUMA REAÇÃO MAIS FORTE DO MINISTRO, UMA EXONERAÇÃO?

Não, nunca. Eu acho que quem ocupa um cargo desse não pode tomar decisão em função de “até onde eu vou, para saber se o meu cargo está preservado ou não”. Essa é a vantagem de você ser um servidor público, ocupando cargo dessa natureza e importância. Você não deve favor; como eu já disse, não fui nomeado “por favor”, nem por compromisso algum; não me comprometi e nem prometi coisa alguma; se fui nomeado, foi pela minha competência. E o meu trabalho no IBGE, eu prosseguiria, só que agora eu não seria mais Chefe de um Departamento da Instituição, mas Diretor da Instituição inteira. Então, minhas decisões nunca foram pautadas por saber se meu cargo estaria em jogo, ou não. O que estava em jogo na minha decisão é a [decisão] de servidor público, cômico de suas responsabilidades para a Instituição e para o País, e isso aí não está sujeito a qualquer tipo de gosto ou desgosto a respeito de uma decisão que eu tome, nem a medo de perda do cargo.

QUAL FOI O APRENDIZADO PARA A INSTITUIÇÃO COM A REALIZAÇÃO DO CENSO AGROPECUÁRIO E A CONTAGEM DA POPULAÇÃO?

Para a Instituição foi um aprendizado muito bom, mas para mim não foi tão bom assim. Não por conta do Censo Agropecuário propriamente dito, mas pela

experiência da Contagem da População. Essa Contagem da População, realizada em 2007, para mim representou um marco importante sobre a visão que eu tinha sobre produção de estatística no IBGE. É que algumas áreas do IBGE, principalmente a Demografia, são muito acomodadas em relação às metodologias, e sempre creem, até agora, no fato de ter que fazer Contagem. Depois da experiência da Contagem 2007, me convenci plenamente de que a Contagem é absolutamente desnecessária para o IBGE, e por um fato estatístico: os demógrafos não usam os dados da Contagem da População. E eu, como Dirigente, não posso considerar isso como uma atividade que faça parte de um plano de trabalho regular da Instituição.

Entenda por que o IBGE realizou a Contagem da População 2007

Nos anos 1970, o Professor João Lyra Madeira, considerado o Mestre da Demografia brasileira, já chamava a atenção para um horizonte futuro de redução do crescimento da população, que significava uma redefinição do conteúdo da agenda demográfica. Na ocasião, já havia a percepção de que as mudanças demográficas precisavam ser acompanhadas de perto, aperfeiçoando e atualizando as projeções nacionais e subnacionais e as estimativas populacionais em nível municipal. Para o IBGE, o passo definitivo foi a obrigatoriedade legal de fornecer anualmente, até o último dia de agosto, as estimativas da população residente nos municípios, em cumprimento ao disposto na Lei n. 8.443, de 16.07.1992. Essas estimativas são publicadas no *Diário Oficial da União* até 31 de agosto de cada ano e encaminhadas ao TCU até 31 de dezembro. Desse modo, a realização de uma Contagem da População no meio da década, no período

entre os recenseamentos decenais, passou a ser objeto de discussão e implementação no âmbito do IBGE. Por outro lado, aumentava a pressão dos municípios que recebiam o Fundo de Participação dos Municípios – FPM pela atualização de seus quantitativos populacionais. A realização da Contagem da População no meio da década reduziria os efeitos de possíveis distorções nas estimativas municipais provocadas pelo afastamento da data do último Censo Demográfico – problema que afetava, sobretudo, os menores municípios, que eram também os mais dependentes dos recursos do FPM. Em 1996, o IBGE realizou a primeira Contagem da População em todo o País. Na ocasião, essa operação censitária foi a campo junto com o Censo Agropecuário 1995–1996, e os resultados foram utilizados para subsidiar a projeção nacional e as estimativas municipais anuais até o ano 2000. Em 2007, pela segunda vez, o IBGE

realizou as duas pesquisas simultaneamente – o Censo Agropecuário 2006, abrangendo todo o País, e a Contagem da População 2007, levada a efeito em parte do Território Nacional, uma vez que, por razões orçamentárias, não foi possível realizá-la em todos os 5 564 municípios então existentes. Após estudos, o IBGE concluiu que os recursos disponíveis permitiriam a realização do levantamento nos municípios com até 170 mil habitantes, pouco acima do limite em que o efetivo populacional causa impacto direto nos valores repassados pelo FPM. Como, em algumas Unidades da Federação, apenas um ou dois municípios ficariam fora dessa faixa por terem mais de 170 mil habitantes, o IBGE optou por também incluí-los no levantamento. Assim, ao todo, a Contagem da População 2007

cobriu 5 435 municípios: os 5 414 com até 170 mil habitantes, mais os 21 incluídos pelo critério mencionado, correspondendo a 97% dos municípios brasileiros e equivalendo a 60% da população estimada. Os 129 municípios que ficaram de fora representavam, então, 40% da população total e tiveram sua população estimada por métodos demográficos. Segundo a Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE, os resultados da Contagem da População 2007 foram utilizados no cálculo das estimativas das populações municipais de 2008 e 2009. Em março de 2014, a redução no Orçamento Geral da União e o corte de 50% nos gastos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão tornaram inviável a execução da Contagem da População 2015 pelo IBGE.

COM O SEU CONHECIMENTO, O QUE DEVERIA SER FEITO?

O meu conhecimento não é demográfico, porque não sou demógrafo, sou economista. O meu conhecimento como gestor foi um trabalho que nós fizemos com esse aprendizado que obtivemos, no Censo [Demográfico] de 2010, cuja primeira posição importante que foi tomada, e isso foi praticamente uma questão de honra para mim, foi fazer um Censo com data marcada para terminar. E essa data marcada para terminar tinha um motivo claro e concreto: o Censo 2010 foi o primeiro do IBGE cujos resultados fizeram parte dos dados da população que o Tribunal de Contas da União [TCU] utilizou para determinar o rateio dos recursos do FPM do ano seguinte²⁰. Por

²⁰ A última experiência nesse sentido foi em 1996, quando “o IBGE correu, mas respeitou o apertado prazo que acordou com o Tribunal de Contas da União - TCU e em 6 de dezembro foram entregues os resultados preliminares da Contagem da População 96 nos 534 novos municípios. Assim, o TCU poderá estabelecer as cotas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM para os novos municípios a serem oficialmente instalados em 01/01/97” (JORNAL DO CENSO, 1996, p. 3).

quê? Porque a Contagem é feita no meio do ano, mas sempre no segundo semestre. O Censo também terminava no segundo semestre. E no dia 31 de julho de cada ano, o IBGE tem que publicar a população dos municípios. Ora, se o IBGE publica em 31 de julho os dados de população, antes da divulgação dos resultados do Censo ou da Contagem, ele já tem alguém para desdizê-lo, que é o dado da estimativa da população que já foi oficialmente publicado e utilizado. E aí o que acontece? O município, que vê depois o Censo ou a Contagem dar uma população maior do que se estimou, entra com ação contra o IBGE querendo fazer valer o dado do Censo. O município que teve uma estimativa para mais, fica quietinho, mas se eu pegar município que tem para mais [população] e fica com seu dado e município que fica para menos [população] e entra com ação para ter mais acaba que a população do IBGE vira uma coisa sem forma. E isso acontece, não só na minha gestão, mas nas gestões anteriores, e continua acontecendo agora. Só não aconteceu em 2015 porque também não houve recurso para fazer a Contagem da População. Por isso mesmo, quando eu já estava no início da minha gestão na Direção do IBGE, trabalhei para que nós buscássemos os métodos alternativos de estimativa de população. Enviamos técnicos à França e ao México para conhecer a experiência destes países e promovemos vários Seminários Internacionais sobre novos métodos de estimativa de população. A França tem uma belíssima experiência, que os demógrafos brasileiros resolveram esquecer, que é fazer a ideia do Censo Contínuo. Com isso, anualmente, você pode fazer estimativa de população com base em novas metodologias, e não apenas as que o IBGE utiliza até os dias atuais.

O SENHOR ATRIBUI ISSO A UMA DESATUALIZAÇÃO?

Não, de jeito nenhum, porque o método que é utilizado é uma metodologia que muitos podem utilizar para vários processos que são absolutamente práticos, mas são inadequados por uma situação concreta do Brasil. Estatística não é uma ciência pura que possa ser utilizada numa sociedade que tem tantas demandas sociais de distribuição de renda, e temos uma Constituição que precisa ser obedecida. A Constituição de 1988 diz: “É o IBGE que define quem vai receber quanto de Fundo de Participação dos Municípios”²¹. O IBGE diz quanto cada município vai receber de dinheiro. Então, se a última palavra cabe ao IBGE,

²¹ A Constituição Federal do Brasil, de 1988, recepcionou a regulamentação do Código Tributário Nacional disposto na Lei n. 5.172, de 25.10.1966. De acordo com a nova redação dada pela Lei Complementar n. 59, de 22.12.1988, ao § 3º do Art. 91 da Lei n. 5.172, consideram-se os municípios regularmente instalados, fazendo-se a revisão das quotas anualmente, a partir de 1989, com base em dados oficiais de população produzidos pelo IBGE.

esse dado tem que ter sensibilidade; não pode ter um dado puro, pensado, inclusive por ser extremamente técnico. Na ideia do Censo Demográfico com as Comissões Municipais de Geografia e Estatística, qual era a principal finalidade das Comissões? É que todo município acompanhasse o trabalho preparatório do Censo; acompanhasse a execução do Censo; assinasse as atas de todas as reuniões, declarando que estava de acordo com o que estava sendo feito. E, portanto, quando o dado era publicado, não era um dado do IBGE, era um dado da sociedade, onde todos os municípios, se quisessem, tinham espaço político e administrativo para participar. Deu muito trabalho, pois criamos 5 565 Comissões de Estatística no Brasil inteiro. Eu fui a muitas delas, e os Dirigentes e representantes locais tinham interesse em participar porque sabiam a importância daquele trabalho. Então, qual foi o compromisso que nós assumimos? Em 2010, não se publicaria estimativa de população no meio do ano para não criar contradição com o número que viria logo após. E estabelecemos e propusemos isso ao Ministério, à Presidência da República e ao Tribunal de Contas da União, que fez uma concessão. Qual a concessão? Eles esticariam o seu prazo para fazer o cálculo, desde que o IBGE se comprometesse a entregar os números, que não seriam preliminares, seriam números definitivos, para efeito de distribuição do FPM. A minha Chefe de Gabinete, Sonia Val, lembra-se muito bem: nós terminamos em uma madrugada de sexta para sábado; ela foi à casa, trocou de roupa, voltou para o aeroporto e foi a Brasília entregar os resultados do Censo porque aquele era o número definitivo. Começamos o Censo 2010 no primeiro dia de agosto e terminamos no dia 25 de novembro, que era o prazo que o TCU tinha para fazer uso daquele número. Façam uma análise e vejam a quantidade de contestações que ocorreram no ano de 2010 sobre o resultado do Censo: muito pouco. Justamente porque aquele número não tinha nenhum outro para ser contrariado; então, isso foi importante. Agora, para fazer isso, não pode fazer só com o Censo, onde você gasta R\$ 1 bilhão. Você tem que criar uma metodologia nova de atualização desse trabalho o tempo todo. Então, isso requer repensar. Não é uma questão de despreparo e não é uma questão de incapacidade, mas é a necessidade de dar a volta por cima diante das dificuldades. O IBGE deu muitos exemplos como esse.

O SENHOR PODE CITAR UM EXEMPLO?

Esse é um exemplo que a gente pode ter, mas as estatísticas econômicas são o que são hoje graças a um problema semelhante. Em 1990, no Governo Collor [1990-1992], a realização do Censo Econômico foi adiada e depois cancelada. O

IBGE, até então, só fazia estatística econômica censitária, e as intercensitárias não falavam com as censitárias. Imagina fazer série histórica das Contas Nacionais ou das Contas Regionais com números tão desconhecidos. Era muito difícil. Agora, colaborou para o IBGE dar a volta por cima uma decisão que veio de cima para baixo. O governo decidiu não fazer mais Censo Econômico, e a nossa mesma equipe técnica, os nossos estatísticos também, pensaram novas metodologias, como foi a criação do Cadastro de Empresas²², na gestão do Simon; depois, as pesquisas por amostragem; depois, praticamente todas as pesquisas econômicas são baseadas em amostragem, e as estatísticas econômicas deram um salto de qualidade inimaginável para quem fazia estatística econômica nos anos 1980. As estatísticas econômicas do IBGE dos anos 1980 para os anos 2000, na verdade, não são 20 anos de diferença; são séculos de diferença. Isso falta fazer na área demográfica também.

O SENHOR CONSEGUIU AVANÇAR NESSA ÁREA COM A EQUIPE TÉCNICA?

Conseguir, eu diria que não. O que eu fiz foi me empenhar tremendamente para mandar técnicos do IBGE conhecerem essas experiências e realizar, em conjunto com o Instituto de Estatística da França [Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE] e o INEGI [Instituto Nacional de Estadística y Geografía], do México, mais as Nações Unidas, inúmeros seminários internacionais, sobre métodos alternativos de Estimativa de População ou de Censo Demográfico, de Contagem da População – exatamente para enfrentarmos esse problema, que não é um problema exclusivo do IBGE. No mundo inteiro é assim. Se você for aos Estados Unidos, e eu fui ao Bureau de Censos dos Estados Unidos [U.S. Census Bureau], verá que é exatamente a mesma coisa. Quando chega o resultado do Censo, o Dirigente da instituição se vê diante de processos que as prefeituras, até de Nova York, movem contra o Dirigente, não contra a Instituição, por discordarem das suas estimativas. Eu desconheço a realidade financeira dos pequenos municípios americanos, ou de qualquer outro País, mas conheço bem a do Brasil. Aqui há municípios que, se não tiverem recursos suficientes para a sua gestão municipal, eles começam o ano já falidos; e não podemos nós, aqui dentro do IBGE, desconhecer, ou ignorar, essa importância social que o resultado da nossa estatística vai ter. E isso a gente precisa incorporar na hora de tomar decisão, quer dizer, a técnica não é perfeita

²² Para informações mais detalhadas sobre a criação do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, consultar o Capítulo Simon Schwartzman.

por si só; a técnica é importante quando ela é adequada aos anseios de uma sociedade. E isso a gente precisa ter.

E COMO FOI A EXPERIÊNCIA COM O CENSO DEMOGRÁFICO 2010?

O Censo Demográfico [2010] foi ótimo, graças à experiência da Contagem [da População] 2007. Quer dizer, não poderia falar nada do que foi dito sobre o Censo Demográfico, em 2010, se não tivesse havido a experiência da Contagem. Vale dizer, não encontramos muitos problemas que poderíamos encontrar no Censo 2010 porque antecipamos para 2007. Então, a Contagem deu um trabalho muito grande, mas foi tremendamente útil para a Instituição. Fazer o Censo digital, tomar decisões sobre o controle e acompanhamento da coleta por qualquer cidadão brasileiro – duas vezes por dia, o IBGE divulgava informação sobre o estágio e o andamento da coleta. Tudo o que foi feito no planejamento do Censo Demográfico só foi bem executado porque nós conseguimos antecipar alguns dos problemas com a experiência da Contagem 2007. E, por isso, a Diretoria de Informática deu um salto de qualidade fenomenal, porque preparou um sistema de organização do Censo Demográfico 2010 irrepreensível. Não teve nada que não funcionasse dentro dos passos que a gente tinha previsto. E não foi apenas por capacidade de previsão, mas por aprendizado com os erros anteriores. Conseguimos colocar em prática o planejamento do Censo 2010 porque tivemos humildade suficiente para reconhecer que tínhamos cometido erros no método anterior. Agora não poderíamos repeti-los; e não os repetimos. Foi isso que garantiu o êxito do Censo 2010, que foi um Censo com data marcada para começar [1º de agosto de 2010] e data para divulgar os resultados finais [25 de novembro de 2010].

A POPULAÇÃO PÔDE ACOMPANHAR A COLETA PELO *SITE* DO IBGE?

Pelo *site* do IBGE. A gente periodicamente fazia, e já fazia também nos Censos 2007, reuniões com a imprensa para divulgação dos números – trabalho feito pela equipe de Comunicação Social, encabeçada pelo Gazzaneo, que levou toda a sua equipe para o Brasil inteiro, para falar do Censo nas redações de jornais, televisões e rádios. Então, havia, sim, um conhecimento, de perto, de tudo que estava se passando e a nossa área de informática, mais a área de disseminação, colocou à disposição da sociedade tudo praticamente *online*. Então, todos podiam acompanhar, inclusive nós, e isso nos deu a garantia de que, na data marcada para terminar o Censo, seria possível terminá-lo, sem problemas.

Entenda o trabalho da Comunicação Social e das Unidades Estaduais

A divulgação do Censo Demográfico 2010 seguiu o modelo precursor utilizado nos Censos 2007. Na semana anterior ao lançamento para a imprensa do Censo Agropecuário 2006 e da Contagem da População 2007 (16 de abril de 2007), o Chefe da Coordenação de Comunicação Social, Luiz Mario Gazzaneo, visitou as principais redações do Rio de Janeiro e de São Paulo. Na véspera do lançamento, o Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, concedeu entrevistas ao vivo para as redes CBN (às 6h40min, com o jornalista Heródoto Barbeiro) e Bandeirantes (às 8h40min, com o jornalista Ricardo Boechat). Finalmente, no dia do lançamento dos Censos 2007, enquanto o Presidente do IBGE era entrevistado no *Bom Dia Brasil*, da TV Globo, os Chefes das seguintes Unidades Estaduais eram entrevistados nos telejornais regionais (*Bom Dia local*): Roraima,

Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. Algumas Unidades Estaduais organizaram eventos de lançamentos com a participação de Governadores, Prefeitos e Secretários Estaduais de Agricultura. Entretanto, por ocasião do Censo 2010, que coincidia com a eleição presidencial e de governadores, as entrevistas com algumas autoridades não foram realizadas em 10 estados por conta de restrições legais do período eleitoral. É importante que se diga, contudo, que o período eleitoral não impediu o recenseamento do Presidente Lula e da Primeira-Dama Marisa, no dia 2 de agosto, o que teve grande repercussão na mídia nacional.

MAS HOUVE O PROBLEMA DAS ENCHENTES QUE NÃO ERAM ESPERADAS EM ALAGOAS E PERNAMBUCO²³. FOI UMA EXPERIÊNCIA NOVA PARA O IBGE?

O caso das enchentes lá em Alagoas foi um caso sério, mas mostrou a importância social do IBGE, porque a destruição nos municípios de Alagoas, com a cheia que houve no momento que antecedeu ao próprio Censo. O Censo começaria em final de julho, e a cheia no Estado de Alagoas aconteceu em junho; e foi de tal maneira que cartório, hospitais, prefeitura, tudo isso foi levado pelas águas dos

²³ As enchentes em Alagoas e Pernambuco ocorreram durante o mês de junho de 2010, ao longo dos Rios Una, Sirinhaém, Piranji, Mundaú e Canhoto. Mais de 30 municípios dos dois estados declararam situação de emergência.

rios, e não me foi contado – eu fui lá ver²⁴. E quem é que pode fornecer a essa sociedade algum elemento para saber o impacto da chuva? Para se saber quantas pessoas haviam desaparecido, quantas casas haviam sido destruídas, nem a Defesa Civil tinha capacidade de saber, pois parte da cidade literalmente desapareceu e os registros dela também. O IBGE fez o quê? Um trabalho que é fundamental para o Instituto e que deveria ter continuidade ao longo do tempo: fazer não o pré-Censo no sentido de praticar entrevista, mas recensear todos os domicílios²⁵. A população mora em casas de diversas qualidades. Então, contar domicílio não é difícil; acompanhar o número de domicílios todos os anos não é difícil. E se você souber onde tem muito domicílio novo e onde tem domicílio destruído, você pode acompanhar também a população todos os outros anos, não só do escritório, mas também indo a campo. E quando a enchente ocorreu, no Estado de Alagoas, nós tivemos que refazer parte do trabalho lá, principalmente porque o grande problema eram os deslocados pela chuva. Muitos desses deslocados não eram deslocados para casa de parentes, que também perderam a sua própria casa, mas iam para outro município; mas qual é o conceito de população? Não é população residente? Então, esse indivíduo, na hora do Censo, está temporariamente fora do domicílio, mas ele não pode não ser contado lá. O seu município já perdeu recursos enormes porque a chuva destruiu, e depois vai perder por uma década mais recursos, porque essa população não pôde ser contada, já que não foi encontrada pelos recenseadores? E depois, quando as estimativas futuras, apoiadas na população daquele ano, se não levassem em consideração aqueles indivíduos, nunca mais esses indivíduos seriam contabilizados como residentes naquele domicílio. Você imagina que todos jamais voltariam para sua terra natal? Claro que não. Então, voltariam mais necessitados ainda, mas o município não teria dinheiro para atendê-los, porque o IBGE estaria fazendo uma estimativa para menos de uma parcela da população. Isso é um exemplo do impacto que um fenômeno absolutamente imprevisível pode ter numa metodologia do trabalho da Instituição, por uma década. Esse, então, é um caso complicadíssimo para o IBGE.

²⁴ Em 19 de setembro de 2010, o Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, visitou os municípios de Alagoas mais castigados pelas chuvas do mês de junho: Branquinha, Joaquim Gomes, Murici, Rio Largo, Santana do Mundaú, São José da Laje e União dos Palmares.

²⁵ Entre abril e maio de 2010, o IBGE foi às ruas para realizar a pré-coleta do Censo 2010. Foi mais uma etapa de preparação para o levantamento, que contou com cerca de 25 mil Agentes Censitários Supervisores - ACSs contratados em todo o País. A pré-coleta atualizou os mapas e a listagem de endereços do CNEFE, com o objetivo de facilitar o trabalho de campo dos recenseadores, que começou no dia 1º de agosto.

ESSE FOI O MAIS COMPLICADO?

Claro. Embora sem nenhuma repercussão nacional, porque aconteceu no Município de Branquinha [Alagoas] e tantos outros lá, em toda a região do rio que vai desaguar na Lagoa de Mundaú, em Maceió; mas a enchente veio descendo ladeira abaixo, destruindo tudo, até pontes e usina de álcool. Imagine um tanque de uma usina de álcool. O tanque da usina de álcool foi parar em cima da ponte, claro, derrubando a ponte. Imagine o estrago que isso tem. Nós temos inúmeras fotografias do que aconteceu. A linha do trem vinha percorrendo de um lado da estrada o seu percurso. Com a cheia, depois de um determinado trecho, os trilhos estavam do outro lado da estrada. Isso pela movimentação que as águas das chuvas causaram. Imagina quantas casas não foram retiradas dali, para ali agora ter um trilho todo contorcido. E essas casas tinham moradores, tanto é que a Defesa Civil marcava lá cada uma delas com um “X” de que estavam condenadas. E fomos lá e presenciamos famílias residindo naqueles domicílios absolutamente em risco e que diziam: “Meu senhor, eu não posso sair daqui. Eu sei que minha casa corre o risco de cair, mas se eu sair daqui, vão roubar todos os meus pertences”. Então, as pessoas não estavam mais cuidando da casa; estavam cuidando dos seus pertences. Ou seja, na hora que pudessem, voltariam para lá. Então, como medir essa população? Como fazer para medir essa população? Não pode ser um método tradicional. Então, isso pra mim foi, de fato, um exemplo de quão importante é você pensar e repensar metodologia apropriada para a realidade de um país tão diferente quanto é o Brasil.

E A EXPERIÊNCIA COM O CENSO AGROPECUÁRIO 2006?

A agricultura brasileira, principalmente o agronegócio brasileiro, é muito dinâmica. E a dinâmica é tamanha – e os demógrafos sabem mais do que os próprios especialistas em agricultura –, que hoje você não tem mais população vivendo no campo; muitas das atividades econômicas sequer precisam de domicílio na propriedade. Então, imagina você, um recenseador ser treinado para fazer o Censo [Agropecuário] numa área onde não há casa, muitas vezes nem cerca de delimitação da propriedade, muito menos encontrar alguém para dar informação. Isso demanda tempo. O Censo, como foi digital, permitia a nós um trabalho importante, porque era o acompanhamento da coleta, e, com o acompanhamento da coleta, o recenseador teria que, pelo menos com o GPS do próprio PDA, capturar o ponto da propriedade, mas naquele ponto

ele encontrou uma posição onde uma propriedade pode estar, mas o dono ou o gestor daquela propriedade não está ali, está em algum outro lugar. E muitas vezes esse outro lugar não é nem na sede do município; é em São Paulo, ou é até fora do Brasil. Como é que você cumpre prazo para realizar uma coleta simultânea de um Censo Agropecuário com Contagem da População, em condições como essas? Esta dinâmica continua em curso e ainda não acabou no Brasil. E, também no caso do Censo Agropecuário, trabalhamos no sentido de procurar novas metodologias para melhorar as estimativas e os dados sobre agricultura brasileira. E nisso ainda não avançamos. Eu tive a oportunidade, inclusive, de presidir um grupo de trabalho criado pela ONU para melhoramento das estatísticas agropecuárias no mundo inteiro. Não era um problema do Brasil; o mundo inteiro vive essa mesma dificuldade. Não dá para imaginar que, de 10 em 10 anos, vá se realizar um Censo Agropecuário com uma Contagem de População, gastando algo em torno de R\$ 1 bilhão, e nos outros nove anos da década continuar com metodologias que são dissociadas desses problemas tecnológicos e antropológicos, inclusive, na nossa realidade. Esse casamento entre a estatística contínua e a censitária precisa ser feito, tanto na [área] social, quanto na agropecuária. Só não existe este problema para a econômica porque nós encontramos a solução, que foi fazer o Cadastro de Empresas; e é o Cadastro de Empresas que precisa ser atualizado. Fazer cadastro de empresa é igual fazer cadastro de propriedade, é igual fazer cadastro de domicílio. Os domicílios são visíveis. As propriedades agrícolas são mensuráveis; não são tão visíveis, mas são possivelmente mensuráveis porque o Brasil tem 8,5 milhões km². O trabalho é saber, desse pedaço, quanto é agricultável ou utilizável para essa natureza.

NA OCASIÃO, O IBGE ADMITIU UM ERRO NO CÁLCULO DO ÍNDICE DE GINI²⁶
PARA BRASIL, REFERENTE AO CENSO AGROPECUÁRIO 2006. O SENHOR TEVE
MUITA DOR DE CABEÇA COM ISSO?

Sempre que você tem que fazer correção dessa natureza, dá dor de cabeça. Não foi a única vez; já tive dor de cabeça pior do que essa, quando nem era Presidente

²⁶ O índice ou coeficiente de Gini consiste em um número entre “0” e “1”, onde “0” corresponde à completa igualdade (no caso do rendimento, por exemplo, toda a população recebe o mesmo salário) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa recebe todo o rendimento, e as demais nada recebem). Foi desenvolvido pelo matemático e estatístico italiano Corrado Gini e publicado no livro *Variabilità e mutabilità: contributo allo studio delle distribuzioni e delle relazioni statistiche*, em 1912. Corrado Gini participou do 29º Congresso Mundial de Estatística (29th World Statistics Congress), do ISI, realizado no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, em 1955.

do IBGE, mas quando era Chefe do Departamento de Contas Nacionais. Naquela ocasião, mais precisamente em 2011, houve um erro dessa mesma natureza na divulgação do PIB [Produto Interno Bruto] do segundo trimestre de 2011, que estava contaminado de erros, e que precisamos logo depois corrigi-los. Sempre que uma instituição de renome e respeitada comete um erro inaceitável como esse, há consequências graves, e nós pagamos um preço alto.

Entenda a diferença entre estatística contínua e censitária

Os Censos são levantamentos que cobrem o universo das unidades objeto de observação, como, por exemplo, toda a população ou todos os estabelecimentos agropecuários. São operações caras, complexas e de realização mais demorada, sobretudo em um país com a dimensão do Brasil. Por isso são realizados em intervalos mais longos de tempo.

As pesquisas amostrais, chamadas pesquisas contínuas, são organizadas nos anos intercensitários para acompanhar as mudanças ocorridas nesse período. Elas oferecem dados mais atualizados para o acompanhamento da evolução do país, além de serem menos dispendiosas, mas a qualidade das pesquisas contínuas depende de um cadastro sistematicamente atualizado do universo dos agentes, ou unidades, que se deseja pesquisar. Desde meados dos anos 1990, o IBGE

dispõe de um cadastro do universo das empresas do País, o Cadastro Central de Empresas – CENPRE, sistematicamente atualizado via articulação com registros administrativos, o que permitiu a montagem de um sistema de pesquisas econômicas por amostra que a cada ano fornecem os dados necessários ao acompanhamento, sem descontinuidade, da evolução da estrutura produtiva do País. Assim, na área das estatísticas da Indústria, Comércio e Serviços, as pesquisas econômicas contínuas substituem, com vantagens, os Censos Econômicos. Por outro lado, as pesquisas contínuas domiciliares e agropecuárias passam pelos desafios de construção e de sistemática atualização de cadastros de domicílios e de propriedades agropecuárias. A evolução do sistema estatístico depende menos de Censos e mais de pesquisas contínuas amostrais.

DE QUE FORMA A INSTITUIÇÃO PODE SE PROTEGER PARA EVITAR ESSES ERROS?

Cada vez mais, a evidência desses erros serve para o IBGE como uma lição: “Olha como o IBGE é importante! Olha como o IBGE é visível! Olha como

o dado do IBGE é útil!”. É tão útil que tem muita gente especialista em IBGE que nunca colocou o pé dentro da Instituição. Sabe tudo do IBGE e tem muita capacidade de avaliar que o número está errado, ou não. Vale dizer, o erro do Censo Agropecuário [2006] foi identificado pelo Rodolfo Hoffmann. O Hoffmann, há pelo menos 40 anos, não faz outra coisa se não estudar estatísticas do Brasil. Ele é um tremendo conhecedor. Até por memória ele conhece as estatísticas. Aí, quando sai um número diferente – pode não ser diferente para você, que não é um especialista no assunto; para mim, que sou Dirigente da Instituição – o principal usuário vai perceber imediatamente. Então, não adianta você imaginar: “vamos botar a poeira debaixo do tapete”. Não vai. Vai dar problema. É melhor ir logo, se antecipar e comunicar a ocorrência do erro e fazer a correção, do que esperar uma bordoadada e fazê-la a contragosto e virar chacota nos meios de comunicação, como fez *O Globo* em sua matéria, chamando a atenção para a “barriga” do IBGE. Pelo menos, que isto sirva de lição para todos os que acham que não precisam assumir seus erros.

Entenda o erro no Censo Agropecuário 2006

Alguns dias após a divulgação do Censo Agropecuário 2006, o IBGE divulgou uma nota de esclarecimento, em 5 de novembro de 2009, informando um erro no cálculo do índice de Gini para Brasil, que levou à interpretação equivocada de que a concentração de propriedades rurais crescera no País no período de 10 anos. Na realidade, o indicador foi recalculado e manteve-se praticamente estável, com ligeira redução. O erro foi descoberto após o Professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Rodolfo Hoffmann, entrar em

contato com o IBGE e alertar para um possível equívoco. O principal tema de pesquisa de Hoffmann é a análise da distribuição da renda no Brasil, atuando nos seguintes temas: desigualdade, pobreza, agricultura e econometria. Na ocasião, a Diretoria de Pesquisas do IBGE explicou a falha nos sistemas de processamento do cálculo do índice de Gini, feito a partir dos dados básicos da pesquisa de cada uma das propriedades investigadas. A repercussão foi imediata e o erro do IBGE foi notícia na primeira página dos principais jornais do País.

DEPOIS DO ERRO, O IBGE APRENDEU E PASSOU A SER MAIS CUIDADOSO?

É, mas acontece que uma Instituição desse tamanho nunca repete o mesmo erro. Um erro aconteceu numa área, um outro aconteceu na outra, o próximo que vai acontecer vai ser onde? Ninguém sabe. Quer dizer, a possibilidade da sua ocorrência é concreta, mas a sua previsão, não. Então, não tem como você se antecipar. Só fazendo duas vezes a mesma pesquisa. Aí, estará jogando dinheiro fora; e você tem que saber conviver com esta realidade. Agora, para lidar com isso, tem que ter unidade e transparência. Errou, tem que ir imediatamente a público e assumir o erro. Tem que ser transparente, até para assumir seus erros e suas consequências.

COMO O SENHOR CONSEGUIU APROVAR O PLANO DE CARREIRAS DO IBGE, QUE REPRESENTOU UM AUMENTO SALARIAL PARA TODOS OS SERVIDORES?

Primeiro, porque sou funcionário do IBGE; portanto, não precisava vir nenhum dos 7 mil funcionários de carreira do IBGE dizer para mim que ganhava mal – eu também ganhava mal. É uma questão que estava presente no nosso dia a dia há mais de uma década. Nós viemos de, pelo menos, 10 anos de um arrocho salarial tremendo, que tornava impraticável para muitas famílias de funcionários do IBGE terem um padrão de vida digno; isso era uma coisa que me incomodava demais. E, portanto, desde o início, essa foi uma bandeira que eu empunhava: devolver ao ibgeano uma remuneração compatível com a sua dedicação e merecimento. Eu tive problema com isso já no primeiro ano, bem antes do Plano de Carreiras. Eu lembro que, em 2003, no primeiro reajuste de salário que o governo deu para todos os servidores públicos, o IBGE foi alcançado também com um reajuste equivalente ao da maioria dos servidores públicos do primeiro ano do Governo Lula. Não foi mérito de ninguém. Foi o governo que cumpriu uma das pautas da sua campanha presidencial do ano de 2002. Chegou no ano seguinte, 2004, já com o arrocho orçamentário, o que aconteceu? O Ministério do Planejamento simplesmente ignorou o IBGE e deu reajuste de salário para várias outras categorias e não deu qualquer reajuste para o IBGE. Ali, eu tive um problema sério com o Secretário-Executivo, Nelson Machado²⁷, uma pessoa de uma integridade fantástica, servidor público exemplar, e que estava

²⁷ Como Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Machado foi Ministro Interino, de novembro de 2004 a março de 2005, entre as gestões dos Ministros Guido Mantega e Paulo Bernardo Silva.

ali ocupando um cargo de confiança do Ministro do Planejamento [Guido Mantega]. Eu entrei em contato com ele, dizendo que não aceitava o IBGE ser excluído do reajuste de salário do ano de 2004. Ele respondeu dizendo que o IBGE já tinha sido beneficiado pelo reajuste do ano de 2003; e eu me lembro muito bem da frase que eu disse para ele: “O reajuste de salário de 2003 não foi de 2003. Foi de 2003 até 1993”, porque eram praticamente 10 anos nos quais o IBGE estava à míngua e seus funcionários também. Também por isso eu valorizo muito a gestão do Simon e do Sérgio, porque conseguiram fazer muitas coisas no IBGE com nosso trabalhador ganhando muito mal. Nós sabemos como era difícil trabalhar naquelas condições, e nem por isso a qualidade do IBGE caiu; na verdade, até cresceu. Então, eu disse para ele: “Esse reajuste de 2003 não recompõe o que o funcionário do IBGE tem a receber. Agora, se vocês consideram o IBGE uma instituição de segunda categoria, assumam, e eu vou querer ouvir essa declaração do Ministério, de que o IBGE é uma instituição de segunda categoria. Se for, eu vou tomar outras atitudes, mas, se não for, eu exijo que o IBGE seja incluído no reajuste de 2004”. Vocês podem olhar e verão que logo depois o IBGE foi incluído, embora o nosso Sindicato dissesse que não, e dizia sempre e vai continuar assim; é o discurso negativo. E, na época, divulgamos o *Boletim Informativo* para os funcionários [de circulação interna], comunicando que o reajuste haveria de sair por conta do compromisso do Ministério. Consegui. Foi uma conquista importante.

O SENHOR TEVE O APOIO DO MINISTRO PAULO BERNARDO?

Depois disso, houve também um fato interessante. Em 2005, saiu o Ministro Guido Mantega e entrou o Ministro Paulo Bernardo. O Ministro Paulo Bernardo não conhecia o Ministério e seus Secretários; organizou um café da manhã no Ministério do Planejamento para conhecer todos os Secretários, inclusive eu, como Presidente do IBGE. Nesta oportunidade, houve uma breve apresentação de cada um falando sobre sua instituição. Quando chegou a minha vez, eu falei: “Meu nome é Eduardo Pereira Nunes, sou Presidente do IBGE. Tenho duas questões importantes para o IBGE: o Censo Agropecuário e o Plano de Carreiras”. Então, desde aquele momento ali, a minha posição foi esta. Aí, sim, intempestiva. Não era hora de tratar de um assunto desse, mas eu sabia que era a hora de começar a pensar nesse problema de uma maneira mais concreta. Dali em diante, começou a negociação em prol do reajuste de salário, que representava para o IBGE um problema, para mim, de difícil

solução. Uma instituição deste tamanho, com um orçamento que, pelo menos na minha época, mais de 70% ou 80% era com pessoal – e tem que ser, porque é instituição de pesquisa, é pessoal – e era infinitamente maior do que o orçamento de qualquer outra instituição que fazia parte da carreira de Ciência e Tecnologia. Então, o IBGE desequilibrava a carreira do MCT [então Ministério da Ciência e Tecnologia]. Era muito mais fácil dar um reajuste favorável para o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], INPI [Instituto Nacional de Propriedade Intelectual]. Você está lidando com 100, 200, 300, 400, até 1 000 pessoas. Para o IBGE, você fala de 7 000; representa um montante salarial muito elevado. Então, quando um Ministro vai olhar uma coisa dessa natureza, se puder empurrar com a barriga, ele vai empurrar. E, se é para empurrar com a barriga, você tem que entrar de sola. Por isso, eu tomei essa posição. E levamos, então, praticamente o ano de 2005 inteirinho negociando o Plano de Carreiras, dentro e fora do IBGE. Ao final, a forma participativa como elaboramos o Plano de Carreiras na minha gestão, como toda a Direção do IBGE na minha gestão sempre teve, mostrou que o Plano de Carreiras não foi de autoria da Direção; o Plano de Carreiras foi elaborado pelos funcionários do IBGE, e somente teve pouca participação do Sindicato, embora chamado a compor o Grupo de Trabalho, porque o próprio Sindicato não era a favor do Plano de Carreiras; porque o Plano de Carreiras tiraria do Sindicato um elemento cômodo, que é a sua capacidade de organizar, ou manipular, os servidores, em função da insatisfação salarial. Quando o salário sobe, uma parte dessa motivação desaparece. E nós constituímos vários grupos para montar a proposta do Plano de Carreiras. E esse Plano de Carreiras, que o funcionário do IBGE apresentou, foi integralmente aceito pelo Ministério. Não com tranquilidade; com dificuldade. Apresentamos a proposta, negociamos com o Secretário-Executivo, que não era mais o Nelson Machado, era o João Bernardo²⁸, que o encaminhou ao Ministro Paulo Bernardo e o Ministro aprovou. Em seguida, marquei uma audiência com o Ministro. Expliquei o impacto que aquele reajuste teria na folha de pagamento do IBGE. Só em termos de salário, era um impacto de aproximadamente 150% de aumento, porque a posição do nosso Plano de Carreiras foi: nada de ficar dando aumento em cima de penduricalhos, como titulação, isso ou aquilo, mas em cima do vencimento

²⁸ João Bernardo de Azevedo Bringel foi Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de 2005 a 2011.

básico. O vencimento básico do IBGE triplicou, e, portanto, qualquer reajuste incidiria sobre esse novo vencimento básico. Os penduricalhos poderiam até ser menores, mas não teriam tanto peso como tinham até então. Bom, apresentei isso ao Ministro, mostrei o impacto que isso teria no orçamento – me lembro muito bem, porque eu tenho boa memória –, ele disse que aceitava, que talvez não pudesse ser feito num único ano, mas que ele estava de acordo. Apertei a mão dele e disse: “Então, negócio feito”. “Sim.” Fui embora, convicto de que seria aprovado pelo Ministério. Encaminhamos oficialmente a proposta do Plano de Carreiras ao Ministério, à Secretaria de Recursos Humanos e à Secretaria Executiva do Ministério. Depois disso, por incrível que pareça, o então Ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, pressionado pelo próprio Sindicato do IBGE, que era da pasta de Ciência e Tecnologia, pediu ao Ministro Paulo Bernardo que bloqueasse o andamento do Plano de Carreiras do IBGE. Diante desta imobilidade, pedi ao Ministro explicação sobre a paralisação do processo referente ao nosso Plano de Carreira, e o Ministro explicou porque estava parado. Falei: “Ministro, quem trata de assunto do IBGE é o Presidente do IBGE, não é outro Ministro, muito menos o Sindicato do IBGE. Esse é um assunto que diz respeito à Instituição, e, portanto, esse é um assunto que tem que ser levado adiante, porque a Instituição espera”. E ele disse: “Bom, se é assim, vai ser levado adiante”. E autorizou e determinou ao Secretário-Executivo, João Bernardo, que levasse adiante, e ele foi aprovado. Não como a gente gostaria, de receber tudo de uma vez, mas, se não me engano, recebemos em dois anos. Ao final de dois anos, seis parcelas, mais ou menos isso, e saiu exatamente o que nós pedimos. Então, a partir dali, o grande desafio que o IBGE passaria a ter seria dar continuidade àquela conquista que foi obtida. Não pensar em reformular para cá ou acolá, porque vai voltar à estaca anterior.

EM SUA OPINIÃO, O GOVERNO TINHA CLAREZA DO PAPEL DO IBGE?

Eu diria honestamente que, assim como nós [servidores], o governo aprendeu quão importante é a estatística do IBGE, e nós aprendemos que a produção de estatística de boa qualidade confere ao IBGE uma força que não dá nem para medir. Isso deu ao IBGE a capacidade de participar de tudo quanto é evento, dentro e fora do Brasil, pela qualidade do trabalho que ele faz; aumentava a quantidade de Ministérios que batiam às portas do IBGE querendo pesquisas do IBGE. Isso dava trabalho, porque não dava para atender a todos. E muitos vinham com dinheiro. Eu dizia: “Eu não quero dinheiro. Eu quero

orçamento. Não quero convênio”. Convênio tem um ano, outro ano não tem. Muitas vezes, você faz convênio e isso não é sujeito às regras – alguns creem que sim, eu tenho convicção que não – da Lei 8.666²⁹. “Eu quero dinheiro no meu orçamento para responder por toda a soma.” E quando você tem pedidos extemporâneos, ou alheios ao próprio orçamento, você tem que ficar administrando convênios, administrando dinheiros que vêm por fora, e isso é muito difícil. A gente está vendo aí, pelo Brasil afora, o que dá você administrar dinheiro dessa maneira. Pode dar problema. Eu não tive problema nenhum, justamente porque o nosso empenho era “Ponha no orçamento do IBGE”, “Como é que fazemos isso?”. O Gabinete da Presidência e a Procuradoria do IBGE prestaram um colossal favor à Instituição quando trabalharam demais para procurar a forma, que existe na lei, que é o destaque orçamentário. Não precisa fazer convênio. É só descentralizar o recurso, por meio de uma comunicação interministerial de que um dinheiro atribuído ao Ministério “A” passa para o Ministério do Planejamento, que alocará esse recurso no orçamento do IBGE. Não precisa fazer convênio, não precisa fazer nada; é orçamentário. E, sendo orçamentário, as regras são definidas pela Lei 8.666; é muito mais fácil. Então, nós tínhamos muito trabalho porque a agenda era lotada para atender tudo quanto era Ministério. Agora, alguns pediam coisas impossíveis de serem atendidas – não por problema financeiro; é porque, às vezes, eram estudos que não faziam sentido.

O SENHOR EXPRESSA MUITO O PRESTÍGIO DO IBGE, QUE É ALGO QUE SE CONSTRÓI AO LONGO DE MUITO TEMPO. ALGUM OUTRO FATOR LHE PARECE ASSIM FAVORÁVEL PARA O RECONHECIMENTO QUE O IBGE GANHA NESSE PERÍODO?

Eu diria, respondendo a você de uma maneira muito simples: não é devido à minha conduta, à forma de atuação; era a gestão do IBGE. Porque, se você for olhar a área de Recursos Humanos, o meu Diretor-Executivo, Sérgio Côrtes, passava igual tempo em Brasília e aqui. Quer dizer, em grande parte dos acordos que nós conseguimos eu era igual a uma Rainha da Inglaterra: só ia lá fechar o negócio. Legal, porque o caminho já tinha sido traçado pelo Sérgio Côrtes, que fazia um belíssimo trabalho no Ministério do Planejamento e nos outros Ministérios. Cito o trabalho do Censo [Demográfico] 2010. Nós fizemos mais

²⁹ A Lei n. 8.666, de 21.06.1993, regulamenta o inciso XXI do Art. 37 da Constituição Federal do Brasil, de 1988, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

de 3 milhões de transações bancárias de pagamento de recenseadores³⁰, num intervalo de três meses. Para fazer essas 3 milhões de transações bancárias, sem dar problema nenhum, a gente não tem ideia do trabalho que o Sérgio Côrtes teve para montar essa engenharia com as instituições financeiras, inclusive em município que não tem sequer uma agência bancária. Isso é invisível, não aparece em lugar nenhum. Então, cada Diretoria cumpriu o seu papel de maneira fantástica. A Diretoria de Geociências somente trouxe para o IBGE a possibilidade de explorar imagem de satélite graças ao fantástico trabalho feito pelo seu Diretor, Luiz Paulo Souto Fortes³¹. Se não fosse o Luiz Paulo, o IBGE não teria conseguido avançar como avançou na área de Geociências, e o aporte que isso deu na área de todo georreferenciamento do Censo, tanto o Agropecuário quanto o Demográfico. Portanto, embora a entrevista seja comigo, eu não estou falando em meu nome. Muitas das coisas aqui ditas são produtos do que a Direção toda, o conjunto da Direção do IBGE fez. E eu não posso, de maneira nenhuma, dar um depoimento dessa natureza e ignorar o papel do Luiz Paulo e do Sérgio Côrtes na minha Direção.

O DIRETOR-EXECUTIVO SÉRGIO CÔRTEZ ESTEVE À FRENTE DE DOIS GRANDES ENCONTROS³² COM OS CHEFES DE AGÊNCIAS. QUAL FOI O PAPEL DO SÉRGIO CÔRTEZ NA SUA GESTÃO?

O Sérgio Côrtes tem um grande mérito no seu trabalho, que é o seu espírito irrequieto. É um sujeito cheio de ideias e muito inteligente. Porque não basta ter ideia, tem que ter inteligência, e isso ele tem demais também. E, sendo do quadro da Instituição, com bastante experiência, poder de convencimento e capacidade de ouvir muito maior do que a minha, era uma pessoa de muito diálogo e muita iniciativa. Então, esse trabalho junto às Agências foi nota 10, porque eu, honestamente, sempre valorizei o trabalho das Agências, mas, se não tivesse Sérgio Côrtes, eu, sinceramente, não teria essa ideia fantástica que ele teve de fazer o Encontro das Agências. Não tem nada mais bem-sucedido com a experiência de valorização de recursos humanos do que o trabalho do Encontro

³⁰ Na ocasião, o IBGE contratou cerca de 200 mil recenseadores.

³¹ Luiz Paulo Souto Fortes foi Diretor de Geociências de 2007 a 2011.

³² O primeiro Encontro Nacional com os Chefes das Unidades Estaduais e das Agências do IBGE foi no Município de Caeté, Estado de Minas Gerais, de 5 a 9 de junho de 2006; o segundo, em Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, de 14 a 19 de junho de 2009.

com Chefes de Agências em momentos estratégicos. Os momentos não são ao acaso. Não é quando está sobrando dinheiro. Nunca sobrou dinheiro. Eram momentos que antecipavam eventos que reuniam toda a Instituição para fazer o trabalho. O de 2006 antecipou o Censo Agropecuário e a Contagem [Censos 2007], e o de 2009 antecipou o Censo Demográfico 2010. Então, isso joga para cima a motivação, a autoestima dos funcionários, que depois você pode pedir qualquer coisa a esse funcionário que ele vai fazer. Porque ele conhece o Dirigente, ele fala com o Dirigente, ele é ouvido. Por que ele não vai trabalhar? Ele vai confiar, porque todas as promessas que nós fizemos, nós cumprimos, inclusive o Plano de Carreiras. A proximidade da Sede do IBGE com as Unidades Estaduais e com as Agências é vital para o IBGE pensar o seu futuro. Sem isso, se se divorciar a Sede das Agências, a gente perde uma conquista que nós já tivemos; é andar para trás.

NESSES GRANDES EVENTOS COM OS AGENTES DE COLETA, O SENHOR FICAVA MUITO À VONTADE COM SERVIDORES. E ISSO PROVOCA UMA PROXIMIDADE AINDA MAIOR, ELES GOSTAM DE ESTAR JUNTO COM O PRESIDENTE. O SENHOR CONCORDA COM ESSA VISÃO?

Concordo plenamente. E digo só mais uma coisa: não me custava nada. Não cobreí, não prometi, só reconheci o valor do trabalho dele. Agora, eu tenho esse temperamento, esse comportamento, porque eu aprendi a gostar do IBGE. Como dizemos: vesti a camisa do IBGE. Embora você me apresente como “entrou no IBGE em 1980”, na verdade eu já tinha trabalhado no IBGE, em 1978, quando eu fui contratado pela EMBRAPA [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária] para um convênio com o IBGE. O meu primeiro trabalho no IBGE foi na então SUEGE [Superintendência de Estudos Geográficos e Socioeconômicos] e foi fora da Sede; foi na área rural, percorrendo o sudoeste do Estado de Goiás inteiro. Naquele projeto, tive a oportunidade de conhecer a riqueza de trabalho da Unidade Estadual e das Agências, que para mim serviu de escola. Eu não fui ensinar nada para eles; ali, eu só aprendi. E, da mesma maneira, quando eu comecei a conhecer o IBGE de perto, sempre valorizei o trabalho das Agências. Antes mesmo de ocupar a Direção do Departamento de Contas Nacionais, eu fiz parte do programa de treinamento, desde a época da Armely Maricato³³ no

³³ Na década de 1970, Armely Therezinha Maricato foi Chefe do então Departamento de Treinamento - DETRE, da Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal.

DETRE, e muitos desses treinamentos eram realizados nos estados. Eu gostava de fazer isso porque, para mim, é o caminho adequado. Em primeiro lugar, porque o funcionário do IBGE, como cidadão e servidor público, precisa receber um salário digno e à altura da qualidade do seu trabalho, mas também precisa do reconhecimento pelo seu trabalho técnico e, por isso, é dever dos Dirigentes estarem próximos dos funcionários. Quer dizer, é um dever, só que eu não cumpri esse dever com dificuldade. Para mim, era uma obrigação, sim, mas era uma satisfação, também.

COMO ERA O SEU RELACIONAMENTO COM OS REPRESENTANTES DO SINDICATO DO IBGE?

Há dois momentos: razoável e ruim. O primeiro momento, razoável. Enquanto representantes dos servidores do IBGE, sempre foram recebidos e tratados da maneira como deve ser, só que houve um evento que para mim foi definitivo, e tomei uma atitude definitiva: nunca mais recebi representantes do Sindicato para tratar de assunto qualquer. Assunto de gestão de recursos humanos é do Diretor-Executivo; quem tratava de assuntos sindicais era o Diretor-Executivo. Embora eu tenha sofrido ameaças, pelo menos duas vezes, não corri e não tive o problema que um Diretor do IBGE teve na gestão, acho que do Eduardo Augusto [1990-1992], de ser barrado por funcionário do Sindicato na porta do IBGE. Comigo, não fizeram isso.

QUE TIPO DE AMEAÇAS?

Físicas.

TEVE AMEAÇA FÍSICA NA HORA DE ENTRAR NO PRÉDIO DO IBGE?

Sim, claro, aqui e em Brasília, mas não me intimidava.

QUAL A AVALIAÇÃO QUE O SENHOR FAZ DAS GREVES DO IBGE?

Naquela época, o motivo de algumas greves era compreensível, que era a questão salarial. Então, eu, como Dirigente da Instituição, não poderia jamais aderir à greve, mas é claro que concordava com o pleito, mas discordava da forma. E a forma, primeiro, radicalizada; segundo, longa; e terceiro, apoiada em uma única pauta: greve, greve, greve e, depois, sair da greve para abonar ponto. De fato, a negociação do pós-greve ninguém conhece. Só se sabe da negociação durante a greve. Como é que termina uma greve? Terminou, qualquer que seja o seu

fim. Como é que vem o *day after*? Como é que vai ser depois? Temos que tratar dos dias parados. Como é que se trata de dias parados? O Sindicato propunha compensar duas horas, uma hora por dia, no final do expediente. Em 2006, eu disse para o Ministro do Planejamento: “Nunca, comigo, não. Porque, embora tenha havido várias greves longas, nenhuma estatística, nenhuma publicação do IBGE deixou de ser publicada”. Não houve atraso na divulgação de nenhum dado. Então, me diga, como é que todos os dados foram publicados com a greve longa? Porque outros trabalharam. Portanto, se haverá reposição desses dias parados, fazendo essas pessoas trabalharem duas horas, uma hora a mais cada dia, as outras pessoas [gerentes, supervisores e técnicos] terão que ficar uma hora a mais todos os dias também, mas elas trabalharam. A greve tem preço. Como não se desconta, tem que devolver em horas trabalhadas; e foram devolvidas em horas trabalhadas. Logo, o problema é: greve longa gera impasse. Então, a greve tem que ser pensada, e a Direção do IBGE nunca foi contrária a esse pleito. O pleito era justo. Agora, os canais para conseguir êxito são diferentes: o Sindicato tem o seu caminho, a Direção do IBGE tem outro caminho. Não há antagonismo nisso, mas o Sindicato colocava como se fossem coisas antagônicas: o Sindicato quer, a Direção do IBGE não quer. Como que a Direção do IBGE não quer se toda a Direção do IBGE era composta por funcionários do IBGE?

QUAL ERA A IMPORTÂNCIA DO IBGE NO CENÁRIO INTERNACIONAL?

E, de novo, é pelo que o IBGE fazia. De quantos congressos, quantas reuniões, quantos eventos o IBGE já não participava até ali? Em março de 2003, logo que assumi a Direção, em fevereiro de 2003, eu fui à primeira reunião da Comissão de Estatística das Nações Unidas e me convidaram para presidir o Congresso Internacional da OIT, que é um dos maiores congressos de que eu já participei; me convidaram para participar da Comissão de Estatística da OECD, mesmo o Brasil não sendo membro da OECD; me convidaram para participar do Comitê de Estatísticas da Organização Mundial do Turismo - OMT; e, depois, me convidaram para presidir o Comitê. E, veja bem, não convidaram a mim, porque eu acabara de entrar na comunidade internacional de Estatística. Quem era conhecido era o IBGE. E eu fazia uma coisa que eu considerava importantíssima: grande parte dos eventos internacionais de que o IBGE participou, a quase totalidade, era custeada pelos organismos internacionais que nos convidavam. Eu era um pidão, sempre pedia para pagarem os custos da viagem, e, quando conseguia o recurso, o que eu fazia? Esse convite eu passava para um Dirigente ou um representante técnico

do IBGE, e a minha viagem eu pedia ao Ministério, para ir representando o IBGE. Então, como representante do País, quem tem que pagar é o meu País. Agora, esse é um trabalho técnico, então, tem que ter representante técnico. Eu praticamente não ia sozinho a nenhum desses eventos, e sempre esses pleitos eram atendidos. E muitos eventos foram realizados no próprio Brasil. O Congresso do ISI, de 2015, que é o maior Congresso Internacional de Estatística e ocorre a cada dois anos; o Congresso que houve aqui, em 2013, sobre estatísticas agropecuárias, organizado pela FAO³⁴, também é enorme; e uma infinidade de eventos que nós tínhamos ao longo do ano dentro da Instituição, aqui e fora.

O SENHOR CONSIDERA QUE A REUNIÃO DAS ÁREAS DE ESTATÍSTICA E GEOCIÊNCIAS É UMA VANTAGEM PARA O FUTURO DO IBGE?

Eu diria que, mais do que uma vantagem, a reunião das áreas de Estatística e Geociências é a saída. Se não for assim, vai ser difícil trabalhar com duas instituições caminhando em passos, ou paralelos, ou talvez até divergentes. Ter o “B”, o “G” e o “E” na Instituição é um grande desafio para o Dirigente. Para o Presidente do IBGE, saber Estatística já é difícil; imagina saber Estatística, Geografia, Cartografia, Geodésia e uma série de assuntos que são verdadeiros trava-línguas, para mim. Exigem que você aprenda muito. Já foi realizado um grande esforço inicial para construir este novo caminho. E esse paulatino conhecimento que você vai tendo da importância da Cartografia, primeiro, ajuda a entender a história do IBGE. Se a gente vai olhar, não o IBGE aos 80 anos, mas o IBGE aos oito anos, o ponto de partida desse IBGE de hoje foi a Geografia, a Cartografia, os imensos trabalhos que o IBGE fazia do conhecimento do território, de demarcação do território. Em todos esses eventos em prol da memória institucional que o IBGE realizava em reconhecimento da contribuição de nomes importantíssimos para a Instituição, observei que a maioria dos homenageados vinha exatamente da área da Geografia, inclusive uma grande descoberta para mim foi saber que um desses trabalhos foi exatamente o de precisão da área onde Brasília viria a ser construída³⁵. Como que eu poderia

³⁴ Trata-se da VI Conferência Internacional sobre Estatísticas Agropecuárias (International Conference on Agricultural Statistics - ICAS). A Conferência, organizada pelo IBGE, foi realizada no Rio de Janeiro, de 23 a 25 de outubro de 2013.

³⁵ Para informações mais detalhadas, consultar: SENRA, N. de C. (Org.). *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 195 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv44769.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

imaginar que foi o IBGE que colaborou para a definição do espaço físico da construção de Brasília? E tem a ver não só com topografia, localização, mas pela importância da presença da água e tantos outros aspectos fundamentais para isso. Então, pude ver como a Geografia e a Cartografia deram margem à expansão inicial do IBGE. Agora, depois de conhecido esse território, a demanda começa a acontecer em cima do que acontece no território, são pessoas que vivem e convivem. Aí, começará a demanda sobre estatística social; mais tarde, chegará a hora da estatística econômica se tornar importante, do ponto de vista da demanda social, principalmente de informação de curto prazo; e aí a área estatística do IBGE começa a avançar também. E, entre elas, ficou um espaço vazio, que só havia aproximação quando ocorria o Censo. Quando o Censo ocorre, todo mundo tem que se reunir para fazer a base cartográfica, isso e aquilo. Acaba o Censo, vai cada um para o seu canto. É claro que não havia um processo unificador. E por que não havia? Porque é humanamente impossível para um cidadão comum, como eu, entender de tudo. Como é que você vai entender de tudo? Você tem que criar um caminho para essas áreas se aproximarem, fazer disso um trabalho positivo. É esse desafio que nós temos hoje: fazer estatística cada vez mais rápida e abrangente, numa sociedade onde as telecomunicações e a Internet estão presentes em tudo. É necessário que o território seja a base da informação. Conhecimento do território é atribuição da Cartografia, Geodésia e Geografia. Produção de informação é, fundamentalmente, elaboração de estatística econômica, social, ambiental e, também, cartográfica e georreferenciada. Portanto, se Geografia e Geociências representam o “G”, e se as Estatísticas representam o “E” do IBGE, estas áreas têm que estar próximas e, acima de tudo, de mãos dadas. E, veja só, o que era um aspecto negativo para o Dirigente da Instituição, ter que administrar algo tão diferente (Estatística, Geografia e Cartografia) assim, passou a ser visto fora do Brasil como um aspecto positivo. Em quantas e quantas reuniões internacionais eu ouvia sempre o mesmo comentário: “O IBGE consegue fazer isso porque ele tem dentro da própria Instituição a Cartografia e a Estatística. Isso facilita a vida do IBGE”. Eu ficava feliz da vida em ouvir aquilo, porque eu tive um trabalho danado – primeiro, em entender; depois, saber como é que isso poderia ser feito. E só conseguimos avançar porque a equipe da área de Geociências tem uma formação científica, profissional, fabulosa. Não tem, e talvez ainda não tenha, algo que é fundamental, não só a eles, mas a muitos técnicos da Instituição: capacidade gerencial. Quer dizer, não tem uma visão

gerencial sobre o seu trabalho. De fato, a percepção de que os projetos têm que ter prazo para começar e acabar era algo que na Cartografia era diferente da Estatística. Estatística tem lá todas as metas. A Cartografia também tem, mas a forma de cumprimento e medição das metas é diferente. A aproximação começou a ser facilitada e ajudou com a realização do Censo Agropecuário 2006, a Contagem da População 2007 e o sucesso do Censo 2010. E não pode parar.

EM SUA OPINIÃO A DIVULGAÇÃO PARA A IMPRENSA DAVA VISIBILIDADE AO IBGE E FORTALECIA A INSTITUIÇÃO NA HORA DE APROVAR O SEU ORÇAMENTO?

Claro. E todo ano eu ia ao Congresso [Nacional], durante o período em que o orçamento ainda estava na Comissão Orçamentária, defender o orçamento do IBGE. Agendava visitas aos representantes da Comissão para explicar o trabalho do IBGE e dizer o seguinte: “Olha, o IBGE não vai pedir nada mais do que precisa, mas, por favor, não faça emendas no orçamento para tirar dinheiro do IBGE e transferir o nosso recurso para outras finalidades”. E o IBGE sempre cumpriu com a sua programação orçamentária. Ao terminar o ano, tudo que o IBGE havia recebido de orçamento era efetivamente gasto. Por outro lado, nos últimos dias de cada ano, o pessoal da área financeira da Diretoria-Executiva trabalhava exaustivamente, pois o Ministério do Planejamento, que também cuidava do Orçamento e Gestão, sempre liberava para o IBGE os recursos não utilizados por outros Ministérios, garantindo, assim, a nossa execução orçamentária. Portanto, quando eu ia ao Congresso, ouvia muitos comentários dos Congressistas, de diferentes partidos, exatamente sobre o reconhecimento da qualidade do nosso trabalho. Portanto, nós não tínhamos problemas orçamentários provenientes de emendas ao orçamento realizadas no Congresso. O nosso problema era garantir que o Executivo incluísse nosso recurso na Proposta Orçamentária a ser encaminhada ao Legislativo. Depois, o trabalho passava a ser o de garantir que o Legislativo não modificasse o nosso orçamento. O sucesso desta iniciativa sempre refletiu e dependeu da visibilidade do nosso trabalho. E começamos a ser convidados para muitas Audiências nas Comissões do próprio Congresso, para fazermos apresentações dos trabalhos do IBGE para os Congressistas.

NA SUA GESTÃO, O SENHOR VIVEU ALGUNS MOMENTOS DE TENSÃO?

Muitos...

UM DELES FOI A DIVULGAÇÃO DA PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES [2002-2003], EM DEZEMBRO DE 2004, COMO FOI ESSE EPISÓDIO?

Eu vou comentar o meu aprendizado com este episódio. Quando o IBGE publicou as *Estatísticas do Século xx*, em 2003, fizemos desta divulgação um enorme evento ao convidarmos o economista Celso Furtado para participar, junto com vários ministros, cientistas, acadêmicos e técnicos do IBGE, do lançamento. O livro é excelente e a sua divulgação foi fabulosa. A visibilidade dada à divulgação das *Estatísticas do Século xx* foi produto do trabalho que a área de Comunicação Social do IBGE já fazia, desde a gestão do Sérgio Besserman, ao dar o embargo dos resultados para a imprensa. Veja bem, o Ministro do Planejamento, Guido Mantega foi convidado para a divulgação. Ele aceitou o convite, mas disse para mim: “Mas, como eu vou para um evento dessa natureza, se eu não recebi os dados?”. E eu, como Dirigente, disse para ele: “Mas o senhor não pode receber”. Aí, o que ele fez? Mandou o seu Assessor de Imprensa, que por acaso até conhecia o Gazzaneo, vir ao IBGE. Ficou trancado numa sala lendo um “século de estatísticas” para entregar ao Ministro Guido Mantega o material da sua intervenção no evento que também homenagearia o Celso Furtado. E foi uma divulgação estrondosa. Todo mundo elogiou. E o próprio Assessor de Imprensa, quando eu fui a Brasília, numa outra oportunidade, comentou comigo: “Ah, mas se nós tivéssemos tido acesso a essa informação mais cedo, a gente até entenderia o impacto que isso teria na imprensa”. E eu, dentro de mim, disse: “O governo não recebeu, mas a imprensa recebeu”³⁶. Há alguma coisa errada aí, não é verdade?

E DEPOIS VEIO A DIVULGAÇÃO DA PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES – POF [2002-2003]?

O primeiro problema, que não apareceu para fora, foi exatamente esse que acabei de explicar. Quando vem a POF, o que aconteceu? Qual foi o problema da POF? O comentário do Presidente Lula não foi contestar a POF; foi dizer que o brasileiro tem vergonha de dizer que passa fome. E eu passei, de 10h às 17h, respondendo a todos os jornalistas a mesma pergunta: como é

³⁶ A imprensa recebeu com embargo, que consiste em antecipar os resultados das pesquisas para os veículos de comunicação com o compromisso de os jornalistas só os divulgarem em data e horário estabelecidos pela Instituição.

que um Presidente da República pode falar isso do IBGE? Eu lembro até hoje a frase – eu acho que vou morrer lembrando dela, porque falei tantas vezes naquele dia –, que é: “Nós vivemos numa democracia, e numa sociedade democrática todo mundo tem o direito de se manifestar da maneira que bem entender, inclusive o Presidente da República. Agora, o IBGE é uma Instituição...”, que na época tinha quase 70 anos, “...que faz o seu trabalho com seriedade, e esses dados não vão ser modificados por comentários feitos dessa maneira”. Isso gerou um atrito de conhecimento do público, mas esse atrito não foi o mais importante, nem foi o gerador de problema. O gerador de problema foi que, no dia seguinte, fomos a Brasília para uma reunião para esclarecer esse ponto. Fomos eu, Gazzaneo, a Marcia Quintslr³⁷, que era a responsável pela POF, e uma quarta pessoa que eu não estou me lembrando, que nos acompanhou também. E lá, qual foi o motivo do atrito? “Ah, vocês entregaram os dados para os jornalistas, que vieram aqui a Brasília, nos Ministérios, fazer perguntas a nós, e vários aspectos da POF, e os jornalistas sabiam tudo e nós não sabíamos.” Então, o maior problema não foi a frase do Presidente Lula, foi a contestação. Esta contestação não foi feita pelo Secretário do Planejamento, Nelson Machado, mas pelo Ministro do Ministério do Desenvolvimento Social [e Combate à Fome], Graziano da Silva, que agora é Secretário-Geral da FAO.

QUEM ESTAVA NA REUNIÃO EM BRASÍLIA?

A reunião foi no Ministério do Planejamento, com representantes do Ministério do Planejamento, do MDS [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome], e tinha mais Ministérios, que eu não estou lembrado, mas o Ministro Graziano da Silva e o Secretário Nelson Machado bateram nesta tecla, que foi o IBGE ter passado informação para os jornalistas e não ter passado para o governo. E o jornalista quebrou o embargo, porque qual é a condição do embargo³⁸? É não fazer isso. Então, voltando àquele primeiro problema, eu já tinha constatado, pelo menos um ano antes, mas não atinei para a importância que ele poderia ter na

³⁷ Marcia Maria Melo Quintslr era titular da Coordenação de Trabalho e Rendimento, unidade responsável pela POF.

³⁸ Durante o embargo, os jornalistas não podem fazer nenhuma entrevista ou consulta, sobre a pesquisa, a especialistas e autoridades antes da divulgação.

segunda vez que aconteceu. Portanto, o segundo problema aconteceu não pela declaração do Presidente Lula. Por que eu digo que não foi pela declaração do Presidente Lula? Porque a imprensa ficou repercutindo isso o tempo todo, até que, numa determinada hora, eu recebi um telefonema do Planalto com a seguinte mensagem do Presidente Lula: “Olha, o Presidente mandou informar que ele não vai mais dar declaração sobre esse assunto. Que, por favor, o IBGE também não dê prosseguimento a esse problema”. E, claro que, na hora, comuniquei isso ao Gazzaneo, e nós paramos de alimentar essa crise, que estava virando intriga, com desgaste para a Instituição e para o governo. A partir dali, o desgaste seria só do IBGE, pois o governo já não falava. Se o IBGE continuasse falando, é porque estava querendo colocar gasolina na fogueira. Então, aquele problema foi resolvido. O problema que não estava resolvido era o da desigualdade de acesso à informação quanto ao embargo. Foi aí que o Ministro Guido Mantega disse: “Nós queremos também ter o acesso”. Agora, eu vou contar uma coisa engraçada: ele exigiu o embargo. Eu disse que não, que nós tínhamos uma Portaria, que eu não passaria ao governo nenhuma informação que não estivesse prevista numa própria Portaria³⁹. Não foi nem a da POR, já foi outra. E ele disse: “Por que não?”. “Porque tem uma Portaria [das pesquisas conjunturais]. Essa Portaria foi escrita pelo IBGE, mas quem assina é o Ministro do Planejamento.” Ele respondeu: “Se o problema é a Portaria, eu vou assinar a Portaria”. Tá bom, como ele iria assinar a Portaria, calei minha boca e não falei mais nada. E o assunto morreu ali, passou não sei quanto tempo. Um dia, eu volto ao Ministério, tenho uma reunião com o Ministro Guido Mantega e ele, na frente de vários Secretários, pergunta: “E agora, Eduardo, já estou recebendo os dados com antecedência?”. Aí eu, com a minha característica de intempestividade: “Não, Ministro, eu já disse: enquanto não houver a Portaria, o IBGE não divulga nada com maior antecedência”. “Pois eu já divulguei, já assinei essa Portaria já tem mais de um mês”. Eu falei: “Bom, Ministro, então, agora, eu estou com problema, porque essa Portaria nova não chegou ao meu conhecimento”. Cheio de razão, mas quem estava errado era eu.

³⁹ Trata-se da Portaria n. 164, de 20.12.1999, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que estabelece os procedimentos para divulgação dos indicadores conjunturais produzidos pelo IBGE.

DESTA FORMA, FOI CRIADA A PORTARIA PARA O EMBARGO DE 48H DAS PESQUISAS ESTRUTURAIS?

Exatamente. Quando foi criada a Portaria do embargo de 48h, a imprensa reclamou⁴⁰, e o Sindicato aproveitando, dizendo que era mordalha no IBGE, que isso e que aquilo. Na verdade, eu não podia falar aquilo que eu já tinha aprendido. Na verdade, o que o IBGE está fazendo agora é dar igualdade de direitos ao acesso às informações com embargo. Qual é? Com embargo da informação, se os jornalistas têm 48h, o Ministério tem 48h. O órgão que constar da Portaria terá acesso às informações do IBGE, sob embargo, 48h antes da divulgação dos resultados. Até então, valia para uma parte e não valia para a outra. Isso não existe. O jornalista não vai contestar aquela informação no IBGE, e sim com quem é responsável pela política pública que está sendo posta em questão pelo dado do IBGE. O IBGE tem que sair do tiroteio, mas você não pode criar uma relação desigual, assimétrica: o jornalista recebe a informação e o responsável do governo que vai responder aos jornalistas não sabe do que se trata? Então fizemos a Portaria, e houve uma confusão danada, nunca involuntária, da imprensa a esse respeito, o que causou para o IBGE um desgaste muito grande, pois ficava parecendo que o IBGE estava sofrendo intromissão do governo. E eu não podia ir a público dizer: “Não, agora estou deixando que o governo tenha a mesma intromissão que a imprensa já tem há algum tempo”. E eu fui, em várias ocasiões, inclusive chamado em audiências, tanto no Congresso [Nacional], como no Ministério Público, para explicar essa questão. E era um problema político, sério, para o IBGE. E repare: o problema já tinha acontecido antes, mas o primeiro não teve consequência. Eu simplesmente não pude imaginar que a consequência viria um ano depois. Se tivesse tomado a decisão quando o problema aconteceu pela primeira vez e não tinha sido um grande problema, o verdadeiro problema sequer teria acontecido. Veja bem: onde estava o verdadeiro problema? Na edição e divulgação de uma Portaria explicitando o acesso de algumas autoridades aos dados do IBGE, com 48h de antecedência? Ou na liberação destas informações para a imprensa, sob embargo das mesmas 48h, sem, entretanto, haver qualquer Portaria que tornasse pública esta liberalidade do IBGE? Qual a resposta? Intromissão do governo? Privilégio da imprensa? Mas isso você vai aprendendo com o tempo.

⁴⁰ Trata-se da Portaria n. 15, de 27.01.2005, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que disciplina os procedimentos para divulgação dos resultados das pesquisas estruturais produzidos pelo IBGE.

Entenda a Portaria sobre a precedência de 48h

A Portaria n. 15, de 27.01.2005, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, determina que os resultados das pesquisas estruturais do IBGE devem ser entregues ao Ministro do Planejamento 48h antes de serem divulgados à imprensa e aos usuários. Ainda de acordo com o texto da Portaria, os técnicos do IBGE só podem prestar esclarecimentos sobre as pesquisas após a divulgação oficial, devendo manter o sigilo sob pena de responsabilidade nos termos da Lei n. 8.112, de 11.12.1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Essa medida contrariou os jornalistas, que mantinham uma boa relação de trabalho com os pesquisadores do IBGE e recebiam o embargo com quase uma semana de antecedência. Em resposta à surpreendente reação da sociedade em relação à Portaria, o Ministério do Planejamento divulgou uma nota à imprensa, em 31 de janeiro de 2005, assinada pelo Ministro Nelson Machado e o Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, garantindo que a relação que o IBGE vinha mantendo com a imprensa há anos, no que se refere à divulgação das pesquisas

estruturais, não seria alterada. Com essa nova Portaria, o IBGE passou a realizar o embargo dos resultados das pesquisas estruturais para os jornalistas com o mesmo período de antecedência (48h) em que os fornecia ao Ministro, sob o compromisso assumido pelos meios de comunicação de só publicá-los no dia e na hora definidos pelo Instituto. A explicação sobre o que era o embargo praticado pelo IBGE e até então um assunto restrito ao universo dos jornalistas entrou nas páginas dos jornais e foi explicado pela apresentadora Fátima Bernardes no telejornal de maior audiência do País, o *Jornal Nacional* da TV Globo: no dia 24 de fevereiro de 2005, depois de exibir duas matérias com os resultados da Síntese de Indicadores Sociais 2004, a câmera do estúdio voltou-se para a apresentadora, que leu o seguinte texto: "Como sempre acontece, a imprensa teve acesso à pesquisa do IBGE com uma semana de antecedência para tornar possível a produção das reportagens. No fim de janeiro, uma portaria publicada no diário oficial, sobre a divulgação de pesquisas, tinha provocado temores de que esse procedimento fosse suspenso".

O SENHOR TAMBÉM TEVE MUITA DOR DE CABEÇA COM UMA NOTÍCIA QUE INSINUAVA O VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES DE ÍNDICES DE PREÇOS, DENTRO DO IBGE. COMO FOI?

Isso. Começou a circular [em 2007]: “Há vazamento de informação no IBGE”. Ótimo. Quantos funcionários o IBGE tem? 7 500 funcionários, mais 3 000 temporários. Eu começo por qual deles, para apurar uma notícia de que há vazamento? Eu não vou começar por ninguém. E a boataria, espalhada inicialmente pelo [jornal] *O Estado de S. Paulo*, não acabava. Então, eu convoquei uma coletiva para dizer que, enquanto não houvesse dados concretos, eu não faria apuração alguma, porque eu não vou colocar sob suspeição 7 500 servidores da Casa por conta de um boato que *O Estado de S. Paulo* está divulgando. Se me derem algum indício, quem é a fonte, quem recebe, e isso e aquilo, eu faço alguma coisa. Se não me derem indício algum, eu não vou fazer nada. Fui com o Gazzaneo e com o Carlos Alberto Pires de Albuquerque, que era o Chefe da Procuradoria da AGU [Advocacia-Geral da União] no IBGE, pedir uma reunião com a Direção do *Estadão*. Fomos a São Paulo para reunião com a Direção do *Estadão*, explicamos a situação do IBGE e pedimos para que eles fornecessem ao IBGE algum indício concreto para poder apurar. Nesta ocasião, eu me comprometi a não divulgar nenhuma informação passada pelo jornal e eles disseram que estavam protegidos pela Lei de Imprensa e não dariam qualquer informação ao IBGE. Eu respondi: “Neste caso, vocês ficam protegidos pela Lei de Imprensa e eu vou proteger 7 500 funcionários”. E o pau quebrou nessa reunião. Ao sair da reunião, comuniquei que solicitaria à Procuradoria do IBGE para intimar *O Estado de S. Paulo* a dar essa informação. Na verdade, intimamos *O Estado de S. Paulo*, o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários [CVM], essas três eu me lembro, para informar se, naquele dia em que *O Estado de S. Paulo* disse ter havido o vazamento de informação, houve alguma movimentação financeira fora do normal, porque, se há vazamento, alguém há de se beneficiar; esse alguém vai se beneficiar no mercado financeiro. Fomos às instituições que poderiam identificar algum indício de mudança de comportamento de quem teve informação privilegiada e recebemos da CVM e do Banco Central a informação de que não houve absolutamente nada. E do *Estadão* não recebemos informação alguma. Então, o assunto literalmente morreu. Não por eu ter intimado o *Estadão*, mas simplesmente porque boato nasce, cresce, vive e morre. Não

se apurou nada, e cadê a continuação desse boato? Para a história do IBGE⁴¹, restou o desgaste.

Entenda a reação do IBGE ao suposto vazamento

Em resposta à denúncia do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre possível vazamento para o mercado financeiro de dados relativos ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de setembro de 2007, o Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, convocou os jornalistas para uma coletiva, em 11 de outubro de 2007, às 15h30min, na Sede da Instituição. Ele fez questão de frisar que não iria promover uma "caça às bruxas" dentro do Órgão e cobrou da imprensa a identificação das fontes que citaram o suposto vazamento. Eduardo Nunes também anunciou que duas ações

imediatas haviam sido tomadas pelo IBGE: a interpelação judicial do jornal para que divulgasse o nome de quem cometera a irregularidade; e a criação de um canal de denúncias, por meio do *email* da Procuradoria Federal no Instituto, <proibge@ibge.gov.br>. No dia anterior, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernard, rebateu os boatos sobre o suposto vazamento e declarou que "O mercado é movido por apostas, boatos e interpretações. O IBGE é uma instituição idônea que produz, com qualidade, informações sobre indicadores econômicos".

QUAL É A AVALIAÇÃO QUE O SENHOR FAZ DOS SEGUINTE PARCEIROS: GOVERNO, SOCIEDADE E IMPRENSA?

Absolutamente essenciais. Sem eles, o IBGE não existe.

QUE PROJETO O SENHOR DESTACA NA ÁREA DE DISSEMINAÇÃO DO IBGE?

Eu volto a dizer, não é necessariamente na minha gestão. Vários desses projetos são prosseguimentos de iniciativas que já estavam sendo adotadas antes, e, até por questões de coincidência temporal, muitos deles ocorreram na minha gestão,

⁴¹ Nesse mesmo ano, 2007, o IBGE conseguiu reduzir o prazo do envio dos resultados das pesquisas conjunturais para as autoridades do governo. Com a Portaria n. 164, de 20.12.1999, assinada pelo Ministro Martus Tavares, na gestão de Sérgio Besserman, algumas autoridades do governo passaram a receber as informações das pesquisas conjunturais com 2h de antecedência em relação à divulgação pública. Posteriormente, o Ministro Guido Mantega resolveu aumentar essa antecedência, por meio da Portaria n. 167, de 05.09.2003, e as autoridades do governo passaram a receber os resultados com antecedência de 24h ao horário fixado na Portaria anterior para divulgação. Por fim, o Ministro Paulo Bernardo Silva retornou às 2h de antecedência, por meio da Portaria n. 355, de 05.11.2007, que está em vigor até hoje.

como, por exemplo, o *Atlas* infantil⁴². Depois, criaram no próprio *site* o IBGE *teen*⁴³, ou seja, buscando um novo público. Aquele público *teen* hoje já é adulto universitário, que já conhece o IBGE. Então, várias iniciativas de disseminação de dados foram levadas adiante. Agora, de todas, a mais importante não aconteceu na minha gestão. Aconteceu nas gestões anteriores, quando o IBGE decidiu que toda publicação seria gratuita. A minha gestão se beneficiou disso, mas, para isso, você tem que fazer investimento tecnológico para o usuário acessar o *site* e levar a informação. O que a minha gestão pôde fazer foi investimento maciço em equipamento para aumentar a capacidade de acesso ao nosso *site*. E o produto disso vem de um esforço que já foi feito lá atrás e está tendo prosseguimento; e o que alavancou ainda mais o número de acessos ao *site* do IBGE foi também o papel da DGC [Diretoria de Geociências], de colocar no próprio *site* as suas informações, e principalmente a área da Geodésia, quando implantou a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo - RBMC, dando a todo mundo acesso ao *site* do IBGE. E se você compuser acesso geocientífico e acesso estatístico, provavelmente deve ser meio a meio. Quer dizer, o que nós fizemos foi capacitar o usuário a buscar o dado.

QUAL O PAPEL DA ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS [ENCE] DO IBGE?

O papel da ENCE no IBGE ainda está por vir. Quando eu entrei na faculdade, um dos vestibulares mais difíceis que havia no Rio de Janeiro era o do IME - Instituto Militar de Engenharia, Medicina e da ENCE. Naquela época, o sistema de aprovação do vestibulando não era classificatório, era eliminatório. Se o candidato não alcançasse uma nota mínima, era eliminado; e, mesmo quando não era eliminado, não era automaticamente aprovado, pois o número de vagas era limitado. Por isso, muitos vestibulares terminavam com candidatos excedentes. Entretanto, a ENCE chegava a realizar dois, três vestibulares para preencher as vagas, em virtude do enorme grau de dificuldade das suas provas exclusivamente discursivas, sem múltipla escolha, e da grande quantidade de candidatos eliminados por não alcançarem notas mínimas. Então, na ENCE daquela época, só entrava crânio e alguns deles são, atualmente, professores

⁴² Trata-se de: MEU 1º atlas. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 1 atlas (147 p.). Acompanham 21 mapas dobrados referentes às Unidades da Federação.

⁴³ Trata-se de: IBGE. *IBGE teen*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://teen.ibge.gov.br/>>. Acesso em: mar. 2016.

da própria ENCE. Dali vieram estatísticos de formação excepcional até para o próprio IBGE. Naquela época, a ENCE também tinha o Curso Técnico de Estatística. Num País que não tinha a Estatística muito avançada, muitos Técnicos de Estatística, formados na ENCE, vieram a trabalhar no IBGE. Entraram pela porta do IBGE como técnicos, depois fizeram Faculdade de Estatística, ou outras, e tornaram-se técnicos de nível superior. O próprio Diretor-Executivo, Sérgio Côrtes, estudou na ENCE e entrou como técnico de Estatística, fez Faculdade de Estatística e, depois, fez doutorado na área de Informática. Então, aquela ENCE, para o Brasil daquela época, era absolutamente essencial e cumpriu um papel importantíssimo. Num determinado momento, que eu creio ser a década de 1980, o Curso Técnico de Estatística da ENCE foi interrompido. O Curso Técnico de Estatística e a maioria dos cursos técnicos do Brasil perderam a importância que tiveram até então. Por quê? Porque a importância do curso técnico era geracional. Eu comecei a dar aula de Economia naquela época e muitos dos meus alunos no curso de Economia da Cândido Mendes [Universidade do Rio de Janeiro] eram pessoas que já trabalhavam, há muito tempo, e que estavam pela primeira vez entrando na Universidade, com idade mais avançada, para conseguir finalmente ter um diploma superior e progredir nas suas próprias carreiras. Ocorre que essa geração passou; as novas que vieram já entraram na Universidade sem cursar qualquer curso técnico. Então, chegou um momento, que para mim é o momento atual, a década atual, que a gente precisa pensar a ENCE como uma escola que forma profissional, mas não é mais o técnico de Estatística para o IBGE – é o estatístico para o Brasil, é o estatístico que irá trabalhar em qualquer órgão público. Eu defendi isso, inclusive, no Planejamento Estratégico do IBGE. Esse foi um dos pontos em que me empenhei, e inclusive obtive da parte do próprio Ministério do Planejamento a aprovação para apresentar uma proposta de lei ao governo que criasse a carreira de estatístico dentro do setor público, em que esse estatístico, para entrar no setor público, teria que estudar na ENCE. Saído da ENCE, ele automaticamente já teria aberta a possibilidade de trabalhar em algum órgão público, assim como ocorre nas escolas militares. Quem entra para a carreira militar, ao prosseguir os estudos, galga um estágio superior. Para levar adiante este projeto, além de incluir este objetivo no Planejamento Estratégico do IBGE, realizamos grandes investimentos em novos professores, equipamentos, computadores e instalações para a ENCE se modernizar. Agora, essas ideias requerem que, hoje, os que estão à frente da Instituição queiram

enfrentar o desafio de repensar a ENCE. Eu, por coincidência, tenho uma experiência pessoal nessa área. Minha filha fez Estatística na ENCE, se formou, e, ao se formar, falei para ela: “Olha, eu conheço muito estatístico da ENCE. O estatístico da ENCE tem uma capacidade técnica excelente, mas com pouca visão gerencial. Se você não investir na sua capacidade gerencial, você vai ser eternamente cumpridora de ordem. Os outros vão mandar e você vai fazer, e você nunca vai saber para que vai servir aquilo que estão lhe pedindo. Você é autora desconhecida da parte mais importante do trabalho, mas você não sabe para onde ela vai nem de onde ela veio. Um técnico, cada vez mais, nessa área científica e tecnológica, não pode abdicar do conhecimento gerencial”. Sobre o filho você tem uma ascendência, nem sempre alcançada, mas tem. E a minha filha seguiu os meus conselhos, fez o mestrado na área de Gestão Empresarial, com especialização em Marketing. Onde ela trabalha hoje? Há cinco anos trabalha na área de Marketing relacionado com *big data*; é uma especialista em *big data*. Hoje, ela negocia e acompanha a execução de projetos, organiza treinamento para implementação das ferramentas desenvolvidas para atender demandas dos clientes. Em suma, participa e domina diversas etapas do processo de trabalho. Não é tarefaira. É executiva.

QUE DESAFIOS O IBGE DEVE ENFRENTAR NO FUTURO DIANTE DO *BIG DATA*?

Eu não colocaria o *big data* como alguma coisa exclusiva. Para *big data*, Internet, novas tecnologias e metodologias sempre faltará dinheiro para fazer tudo o que você considera importante. Na sua casa também não é assim? Quando falta dinheiro, você não tem que se virar? Na Instituição que você dirige sempre vai faltar algum dinheiro. Como é que você faz? Não faz? Não. Tem que buscar soluções para cumprir a sua missão. Então, o *big data*, para uma instituição de estatística, é um caminho para gerar economia de recursos. Agora, o estatístico, ou qualquer outro profissional que vai trabalhar com *big data*, terá um grande atrito com aquele que trabalha nas metodologias tradicionais, que quer fazer uma pesquisa. A amostra tem que ser probabilisticamente representativa, quanto maior for a amostra, mais representativa é. Só que o Dirigente fica pensando: quanto maior for a amostra e quanto mais representativa ela for, maior será o meu problema, porque não vou ter dinheiro para isso tudo. Neste momento, você fica com dois problemas: tem que negociar dinheiro e tem que explicar para o técnico que não tem todo o dinheiro necessário. E, veja bem, todo Presidente do

IBGE passou e passará por esta situação. Em algumas oportunidades, a solução encontrada dependeu da capacidade e criatividade dos técnicos. Para mim, o melhor exemplo disso foi a superação da restrição de recursos causada pelo cancelamento dos Censos Econômicos, por meio da construção do Cadastro de Empresas e das pesquisas econômicas por amostra. Em outras ocasiões, a opção, ou paliativo, foi realizar Censo Agropecuário e Contagem da População simultaneamente, já que não havia recursos para duas pesquisas independentes. A meu ver, não foi e não será uma boa opção. Enquanto isso, há áreas em que não se está fazendo nada diferente. Não é por incompetência; é porque são áreas novas. São assim mesmo, mas tem que haver núcleos de inteligência para começar a pensar. Então, eu já falei de um Censo Agropecuário novo, de uma metodologia estatística nova, uma metodologia de contagem de população, estimativa de população nova, produção de novas estatísticas usando técnicas de *big data* e outras dessa natureza. O IBGE tem que pegar gente para fazer isso, e não é escolher um Departamento que tem um número pequeno de pessoas e dizer: “Olha, agora, você vai ficar pensando, e o resto trabalhará”. Isso não existe. Onde é o local para colocar essas pessoas para pensar? Na ENCE, onde você pode fazer monografias, pode criar novas disciplinas, inclusive eletivas, realizar estudos e introduzir esse conhecimento novo. Mas, hoje, não há profissionais suficientes nesta área e será difícil encontrá-los porque os atuais professores vão ter que primeiro aprender para, depois, ensinar. Esse que é o grande problema.

EM VÁRIOS MOMENTOS, O SENHOR DEU A IDEIA DE QUE O IBGE PRECISA SE REPENSAR. COMO É QUE ISSO PODERIA SER FEITO?

Veja só: quando eu falei do *big data*, por exemplo, citei a ENCE, mas não creio que tudo tenha que passar pela ENCE. O estudo de metodologia de estatística econômica, contas nacionais, demografia etc. não necessariamente tem que ser feito na ENCE, mas, quando falamos especificamente de *big data*, tratamos de um conhecimento de técnicas, ferramentas, tão especializadas, tão exclusivas, que a muitas delas o aluno da ENCE tem acesso, mas não sabe para que servem. Aí, fica aula acadêmica de teoria pura. Teoria pura não motiva nem uma criança, nem um adulto. Teoria pela teoria, para quem entra na Universidade e sequer sabe, aos 18 anos, o que é ser estatístico. Quantas pessoas entram na ENCE e dizem para você: “Fiz vestibular para a ENCE porque sempre quis ser estatístico”? Talvez, ninguém. Então, aquele profissional que está na ENCE tem

que ser motivado para temas que são muito abstratos e muito profundos, que mostrem possíveis utilizações que ele vai ver no mercado. Eu digo para você: um estatístico que hoje sai da ENCE, se tivesse já uma formação dessa natureza, teria emprego na indústria, no comércio, nos serviços, nos bancos, nos seguros e até no IBGE.

MAS ESSE REPENSAR UMA METODOLOGIA, COMO FAZ?

Muitas dessas questões que nós falamos aqui estão sendo pensadas no mundo inteiro. Para isso, a presença do IBGE nesses congressos internacionais é fundamental, para você saber qual é a fronteira dos conhecimentos que está sendo já alcançada. “Ah, não temos dinheiro para mandar técnico para o evento.” Ótimo. Superamos este problema muitas vezes. Já que não havia dinheiro para mandar técnicos ao exterior, promovemos a realização de vários eventos técnicos no IBGE, porque aqui poderíamos ter 10, 20, 30 para ouvir, conhecer e aprender novas metodologias. Muitas dessas coisas estão acontecendo. Muito se fala dos registros administrativos. Eu tive uma informação, que considero fundamental, e que o IBGE ainda não fez uso dela. Quando realizamos, em 2010, o treinamento dos 600 técnicos de nível superior aprovados no concurso público daquele ano para apresentar uma visão dos desafios e grandeza da Instituição, convidamos dirigentes de alguns organismos internacionais, como Nações Unidas [United Nations Statistics Division], Canadá [Statistics Canada] e Austrália [Australian Bureau Statistics]. Eu pedi pessoalmente ao Presidente do Instituto de Estatística da Austrália, Brian Pink, para fazer uma exposição sobre o tema que eu já tinha conversado com ele, que é a questão da legislação para ter acesso a registro administrativo. Você mencionou: “Usar a técnica de *big data* com registro administrativo é um caminho”. Só que para isso será preciso mudar a legislação, porque muitos dos registros administrativos têm acesso restrito, por leis de sigilo fiscal, legal e tantos outros recursos, que precisam ser modificados. E eu comentei isto com o Diretor do Instituto de Estatística da Austrália. Ele disse: “No nosso País, o problema é exatamente esse. E o que nós fizemos? Ora, se a Receita Federal e o Ministério da Fazenda não deram ao Instituto de Estatística o direito de acessar o dado, nós fomos aos sindicatos empresariais e obtivemos a concordância deles. Ao declararem as suas informações administrativas ao governo, autorizam o repasse daquela mesma informação ao Instituto de Estatística, com o compromisso de que cada informação estatística dessa natureza, recebida sob

a forma voluntária de registro administrativo, implicaria em uma pesquisa a menos que o Instituto de Estatística teria que fazer naquele conjunto de empresas”. Veja como que embola tudo. Você tem que dizer: “Você que está fazendo o seu trabalho tradicional, se prepare, que você vai mudar”.

É UM REPENSAR?

Exatamente, porque ele virá com uma ideia nova. Quando a ideia nova dele for posta em prática, você já tem que estar preparado para aderir a essa nova ideia. E onde se faz isso? Não é num Departamento de Inteligência, não. Todos os Departamentos têm que estar fazendo isso. É por isso que fizemos o convênio com o Instituto de Estatística da Austrália, exatamente nessa área, para tentar trabalhar. Então, com a Austrália, a gente trabalhava nessa inteligência. Com o Instituto de Estatística da França [INSEE] trabalhamos na inteligência da pesquisa de população, para novos métodos de estimativa de população. Nós temos 5 mil municípios. A França tem 36 mil comunas; eles têm o FPM deles. Imagina quantos problemas eles têm. Pelo menos sete vezes mais do que os nossos. Então, eles se viraram para não ficar enfrentando 36 mil processos. O Canadá tem métodos de pesquisa econômica avançadíssimos. Cada país tem uma capacidade que está desenvolvendo. Há a receita do bolo, mas a gente tem que ir lá buscar, nesses países, as inteligências que eles estão desenvolvendo, mas só depois que a nossa equipe aqui estiver disposta a também mudar de ideia. E isso, lamento dizer, só vai acontecer se você der espaço para os novos, que estão entrando, ocuparem funções importantes, e infelizmente é o mais difícil. Eu vi: desses 650 que entraram na minha gestão, muitos deles hoje já nem estão mais no IBGE, e outros não foram bem utilizados.

ESSE REPENSAR VEM COM A NOVA GERAÇÃO QUE ESTÁ INGRESSANDO NO IBGE?

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer a importância da troca de experiência entre os novos e os servidores da casa. Os novos vêm com as novidades das Universidades; são bons porque os concursos que eles prestaram são bem concorridos, não entraram por convite, mas por mérito, com conhecimento técnico, teórico, apenas, e não têm o passado da experiência tradicional trabalhando aqui dentro. Então, ele vai comprar esse projeto novo, porque é a maneira de ele crescer rapidamente na Instituição, porque o outro, que está fazendo o tradicional, já está lá há 20 anos. Quem é que vai saber mais do que você na área em que você já é chefe de departamento há 20 anos?

COMO CONCILIAR ESSA ROTINA DO IBGE E AO MESMO TEMPO REPENSAR O SEU TRABALHO?

Vontade. Vai trabalhar mais. Agora, tem que ter curiosidade intelectual, não pode se acomodar. Você pode se acomodar, mas a Instituição não pode. O Dirigente tem que sacudir a Instituição.

DE QUE FORMA A GENTE PODERIA PENSAR O PAPEL DO IBGE COMO COORDENADOR DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL?

Esse papel ele exerce naturalmente, mas não basta ficar dizendo que é o Coordenador do Sistema Estatístico. Isso está na lei, mas, concretamente, se você não fizer, os outros fazem. Veja as estatísticas econômicas, veja como o IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada], o Banco Central e a Fundação Getúlio Vargas [FGV] fazem uma porção de coisas que o IBGE não faz. Não é para fazer o que eles fazem, nem impedir que eles o façam, mas, na verdade, eles estão querendo fazer o que você sabe, mas não têm a competência que você tem, nem o recurso. Então, você tem que valorizar aquilo que você faz. Como é que você valoriza? Primeiro, produzindo; depois, divulgando aquilo que você faz e dando as explicações sobre os resultados. Não é fazer a divulgação do resultado e o jornalista ir na FGV, numa consultoria, num banco, no IPEA, ou no meio da rua fazer perguntas para as pessoas, e o próprio IBGE não dizer nada.

COMO SE DEU A SUA SAÍDA DA PRESIDÊNCIA DO IBGE?

Depois da saída do Ministro Paulo Bernardo, o Ministério do Planejamento perdeu a sua importância. E, na verdade, não havia mais nenhum tipo de comunicação entre a minha gestão e o Ministério do Planejamento. Então, um dia acabaria.

O SENHOR NÃO ESPERAVA?

Não sabia o dia que ocorreria, mas esperava, pois o IBGE era uma instituição muito respeitada nacional e internacionalmente, mas pertencia a um Ministério sem qualquer diálogo. Veja bem um exemplo do Ministério: o Presidente da República Dominicana [Leonel Antonio Fernández Reyna], por ocasião de sua vinda ao Brasil, queria vir, num sábado, à Sede do IBGE no Centro do Rio de Janeiro. Queria agradecer o apoio do IBGE ao desenvolvimento da área de Geociências daquele país, numa inequívoca demonstração do prestígio do IBGE. Dada a importância política e diplomática desta visita, comuniquei ao Ministério

do Planejamento que o IBGE receberia um Presidente da República e precisava de orientações, pois, afinal de contas, este não é um assunto trivial. Ademais, do ponto de vista da segurança, quem conhece o prédio da Sede do IBGE, no Rio de Janeiro, sabe muito bem que, num sábado de manhã, a Avenida Franklin Roosevelt não é o lugar mais adequado para você passar com um Presidente da República, e que, portanto, seria preciso ter apoio, qualquer que fosse. Pelo menos, receber uma resposta: “Sim, não, talvez, vou pensar”. Ignoraram por completo. Não ignoraram a mim. Ignoraram um representante máximo de um país! Então, qual foi a decisão que nós tomamos? Por prudência, mas constrangidos, decidimos que a visita do Presidente da República Dominicana ao IBGE não poderia ocorrer nas instalações do IBGE e propusemos que a reunião fosse transferida para o hotel onde o Presidente da República Dominicana estava hospedado. Pergunto: quantos Presidentes da República o IBGE teve a honra de receber em suas instalações? Não sei a resposta. Quantas vezes o IBGE se recusou a receber um Presidente da República? Que eu saiba, apenas uma vez. E, eu, a contragosto, tive que arcar sozinho com esta responsabilidade, uma desnecessária gafe diplomática. É preciso dizer algo mais acerca da minha saída⁴⁴ do IBGE?

ALGUM PROJETO QUE O SENHOR GOSTARIA DE TER CONCLUÍDO E NÃO DEU TEMPO?

Tudo que nós tínhamos que fazer nós fizemos. E fizemos muita coisa. Agora, deixamos também muita coisa por fazer, não por não ter conseguido concluir, mas porque produzir informação é um processo contínuo, ainda mais numa sociedade com tanta inovação, tanta revolução tecnológica, metodológica e demandas maiores. Poderia citar alguns projetos sobre decisões estratégicas, tais como: o Centro de Custo, onde houve um investimento na montagem da equipe para aprimorar a gestão dos projetos e conhecer os custos de cada pesquisa do IBGE; o Projeto de Análise de Municípios, que foi elaborado pelos analistas socioeconômicos aprovados no Concurso de 2010 e alocados na Presidência do IBGE, com o objetivo de conhecer e atualizar o perfil dos municípios para subsidiar as estimativas populacionais e disseminar um padrão de análise municipal para todas as Unidades Estaduais; a transformação da COC

⁴⁴ No *Boletim Interno* n. 38, de 31 de agosto de 2011, Eduardo Pereira Nunes se despediu dos servidores de modo súbito, comunicando que a partir do dia seguinte não exerceria mais a Presidência do IBGE; não informou o motivo da sua saída, apenas registrou o orgulho de ter exercido a Presidência, com a convicção de ter feito o melhor possível, e agradeceu a todos os servidores.

[Coordenação Operacional dos Censos] em uma Diretoria de Operações para promover a integração das atividades de planejamento e coleta de informações estatísticas e geocientíficas, de forma a aproximar ainda mais o G e o E do IBGE; a transformação da ENCE em uma escola de governo; a divisão da Diretoria de Pesquisas em duas novas Diretorias – de Estatísticas Econômicas e de Estatísticas Socioeconômicas; o avanço dos estudos para a implementação do Censo Contínuo; a substituição de treinamento presencial pelo a distância e outros mais.

O SENHOR FOI SUBSTITUÍDO PELA SUA DIRETORA DE PESQUISAS, A SERVIDORA WASMÁLIA BIVAR. EM SUA OPINIÃO, É IMPORTANTE QUE O GESTOR SEJA DO QUADRO DO IBGE?

Primeiro, tem que ter competência. Se tiver competência, já é uma grande vantagem, porque conciliar competência com conhecimento da Instituição, para mim, que me considero competente e tinha conhecimento de muitos anos da Instituição, representou uma vantagem. Isso já é um ponto que eu considero importante. O outro ponto é que ser do Quadro e do Regime Jurídico Único dá a você uma prerrogativa que o convidado de fora não tem, que é, por ser servidor público, só ceder às pressões se quiser, porque o DAS [cargo de Direção e Assessoramento Superior] pode ser tirado, mas não o cargo. Então, você não precisa ter medo de tomar decisões que desagrade a quem está no poder ou não, porque o seu emprego não está em questão. O que está em questão é o seu DAS. Nunca valeria a pena – para mim, é muito pouco – abrir mão das minhas ideias, meus ideais, das minhas convicções e dos meus compromissos, por conta de uma comissão. Perdeu o cargo? Vai trabalhar em outro lugar. Foi o que eu fiz.

O SENHOR CONSIDERA UMA VANTAGEM?

No meu ponto de vista, foi muito útil para mim, porque eu gostava da Instituição, andava pela Instituição, já conhecia o Brasil inteiro pelas experiências que eu tive anteriormente. Pelo trabalho que eu fazia desde a década de 1980, na área de Contas Nacionais, eu tinha um domínio muito grande das estatísticas econômicas e sociais. Meu conhecimento de Cartografia era zero, agora é 0,00001, mas lá era zero mesmo. Então, o que eu conhecia, conhecia bem. Portanto, facilita muito você ser da Instituição. E você conhece as pessoas, você sabe as fragilidades e as fortalezas. E na hora de se empenhar por questões vitais, como Plano de Carreiras, aí é mais importante ainda, porque você não só está se

empenhando em causa própria, mas também em reconhecimento pelo que seus servidores fazem.

EXISTE ALGUMA DESVANTAGEM?

Há, porque você conhece os aspectos positivos e os negativos também. Então, você, como gestor, nem sempre pode levar em consideração os negativos. Algumas informações têm que entrar por um ouvido e sair pelo outro.

POUCAS INSTITUIÇÕES NO PAÍS CHEGAM AOS 80 ANOS, COMO O IBGE.

EM SUA OPINIÃO, O QUE CONTRIBUI PARA ISSO?

O que contribui para isso eu não sei explicar, mas o IBGE sempre teve a sorte, a vida inteira, de ter pessoas que amavam a Instituição. Funcionário do IBGE gosta do IBGE, e se você souber valorizá-lo e explorá-lo no bom sentido, você vai fazer a Instituição crescer muito. Você vai olhar para os geógrafos e os cartógrafos que iam lá para o Jalapão [Estado de Tocantins], para o interior da Amazônia, sem água, sem lugar para morar, e vai perguntar se alguns deles detestavam o que faziam. Não, eles amavam e se orgulhavam daquele trabalho. Pergunte aos mais recentes, que participaram do trabalho da Supervisão dos Censos, que tinham que percorrer regiões com as maiores dificuldades num momento do Censo, se algum deles reclama de trabalhar no Censo. Não é por causa da gratificação, não é por causa da diária, não. É porque o trabalho agrada. O que não agrada a ele é quando não tem nada para fazer. Aí, ele fica desmotivado.

O SENHOR ACHA QUE A MISSÃO DO IBGE É UM PONTO FORTE DENTRO DA INSTITUIÇÃO?

A Missão do IBGE é um ponto forte, e o funcionário é o outro lado desse ponto forte. Não basta ter Missão; tem que ter gente, e os funcionários do IBGE compõem bem a sua parcela nesse sucesso da Instituição⁴⁵.

⁴⁵ Na revisão do texto, Eduardo Nunes pediu a inclusão do seguinte agradecimento: “Quando deixei a Presidência do IBGE, enviei uma nota aos servidores da Casa agradecendo a todos pelo apoio recebido durante toda a minha gestão e reconhecendo a contribuição deles para o engrandecimento do IBGE. Agora, aproveito esta oportunidade para demonstrar, mais uma vez, o meu reconhecimento pelo brilhante trabalho realizado durante a minha gestão pelo nosso admirável e saudoso Luiz Mario Gazzaneo. Nesta hora, quero deixar meu mais sincero agradecimento à minha amiga Sonia Val Dias, sempre dedicada, sincera e leal Chefe de Gabinete durante boa parte do período em que exerci a Presidência do IBGE”.




WASMÁLIA BIVAR

*Represento tantas outras mulheres com a mesma capacidade
de assumir a posição mais elevada dentro do IBGE.*



Presidente do IBGE desde setembro de 2011



Wasmália Socorro Barata Bivar nasceu em Manaus, Estado do Amazonas, em 28 de novembro de 1959. Graduiu-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, em 1983, onde também concluiu o mestrado, em 1991, obtendo o Doutorado, também em Economia, pela Università Commerciale Luigi Bocconi, em Milão, em 1996. Pesquisadora Titular no IBGE desde 1986, ocupou cargos de Chefia na Coordenação de Indústria e na Coordenação de Contas Nacionais, da Diretoria de Pesquisas. Com a dissertação de mestrado, *Aspectos*

da estrutura do desemprego no Brasil: composição por sexo e duração, ganhou o segundo lugar no 17º Prêmio BNDES de Economia, em 1993. Na ocasião, poderia ter ingressado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, mas preferiu permanecer no IBGE e chegou a Diretora de Pesquisas em 2004, permanecendo no cargo durante sete anos. Em 2011, quase um ano após a eleição da Presidente da República Dilma Vana Rousseff, Wasmália Bivar tornou-se a primeira mulher a ser nomeada Presidente do IBGE, função que ocupa até a presente data.

a força de uma missão que nunca envelhece

Em 1º de janeiro de 2011, pela primeira vez na história política do País, o Brasil passou a ser presidido por uma mulher. A mineira Dilma Rousseff, mas com carreira política no Estado do Rio Grande do Sul, que derrotou o candidato do PSDB José Serra no segundo turno, foi eleita Presidente da República. Antes de tornar-se candidata, Dilma revelou que estava se submetendo a tratamento contra um linfoma (câncer no sistema linfático) que havia descoberto em abril de 2009. Dilma concluiu o tratamento e entrou na campanha eleitoral, com o engajamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, outras três mulheres já se destacavam na América Latina como dirigentes: a argentina Cristina Elisabet Fernández de Kirchner, eleita em 2007; a costarriquenha Laura Chinchilla Miranda, eleita em 2010; e a chilena Verónica Michelle Bachelet Jeria, que concluiu seu primeiro mandato também em 2010.

Em 2011, o IBGE tem a primeira mulher presidente, a economista Wasmália Bivar, que ocupa o cargo até a presente data. Pois este fato – estar o IBGE, aos seus 80 anos, sob o comando de uma mulher – nos permite recuperar um pioneirismo da Instituição estatística brasileira. E eis o fato.

Como recorda o fundador do IBGE, Mário Augusto Teixeira de Freitas, terá sido “a Diretoria Geral de Estatística a primeira repartição pública brasileira

conquistada pelo movimento feminista” (FREITAS, 1943, p. 518), mormente na função de apuradoras e datilógrafas. Quando? Em 1911, em diante. Então, 100 anos depois, uma mulher conquista a Presidência do IBGE.

Wasmália Bivar foi convidada pela então Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Aparecida Belchior, e já ocupava o cargo de Diretora de Pesquisas desde 2004, sendo o terceiro Presidente do IBGE a sair diretamente de seus quadros¹. Ao chegar à Presidência, cercou-se de servidores dedicados à Casa, efetuando as seguintes designações: para seu lugar na Diretoria de Pesquisas, nomeou Marcia Maria Melo Quintslr; para a Diretoria de Geociências, Wadih João Scandar Neto; para a Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, Denise Britz do Nascimento Silva; para a Diretoria-Executiva, Nuno Duarte da Costa Bittencourt; e para a Chefia do Gabinete, Mariana Martins Rebouças.

Sua gestão vem sendo marcada por muitas lutas: com sua saúde, cujos problemas enfrenta e vem superando com a maior galhardia, e outras de caráter institucional, seja no âmbito interno, seja no âmbito externo.

Logo no início de sua gestão, formou-se o Comitê de Política de Comunicação, constituído por representantes de diferentes áreas do IBGE com vistas à criação coletiva de uma Política de Comunicação Integrada², que logo foi publicada no portal do IBGE e motivou a criação de um canal interno para este fim (a Intranet IBGE), concentrando todos os esforços de comunicação empreendidos pelas Diretorias e Unidades Organizacionais do Instituto. Além disso, formalizou-se, também, a prática institucional do embargo nas divulgações das pesquisas estruturais.

Os trabalhos do Planejamento Estratégico do IBGE, como parte do Programa de Melhoria da Qualidade na Gestão Institucional, foram retomados.

Aumentou a relevância da área de Geociências. No campo internacional, o IBGE se manteve como referência na integração entre estatísticas e informações geoespaciais, principalmente pelos trabalhos da base territorial do Censo Demográfico, totalmente digitalizada e integrada.

A Instituição foi chamada para participar do mapeamento de projetos importantes, como o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais. A rede de estações ativas dos satélites de posicionamento como GPS e

¹ O primeiro foi Sebastião Aguiar Ayres (1967-1970), e o segundo, Eduardo Pereira Nunes (2003-2011).

² A primeira edição foi publicada em 2012; encontra-se em vigor a segunda edição, lançada em 2016.

GNSS foi ampliada nos últimos anos, tanto pela aquisição direta quanto por meio de convênios de novos equipamentos. Pela primeira vez foi lançado um Atlas totalmente digital, com acesso pela Internet, o *Atlas do censo demográfico 2010*³.

Na área de Recursos Naturais, foram mantidos os projetos existentes e implantadas importantes linhas de trabalho sobre Mudanças na Cobertura e Uso da Terra⁴, seguindo recomendações internacionais que permitirão, no futuro, a construção das Contas Econômicas Ambientais da Terra, bem como foi iniciado o trabalho de construção das Contas Econômicas Ambientais da Água.

O IBGE foi laureado na categoria de instituição pública de maior destaque do Prêmio MundoGeo#Connect Latin America nas edições de 2012, 2013, 2014 e 2015, que é oferecido desde 2011 em um dos maiores eventos de geotecnologias da América Latina.

Em 2012, o IBGE viu-se em meio à greve do funcionalismo, e o governo, diante de um problema gigantesco – enquanto anunciava não ter recursos para o reajuste salarial da maior parte dos servidores, a greve foi engrossando, e a população se confrontou com o fechamento de estradas pela Polícia Rodoviária Federal; com filas imensas nos aeroportos provocadas pela suspensão da emissão de passaportes pela Polícia Federal; além de pedidos de aposentadorias congelados em virtude da falta de pessoal para processá-los. No IBGE, a greve começou em julho e se estendeu por quase dois meses, período em que foi negociado um acordo⁵ com o governo. Uma greve, como todas, desgastante.

No ano seguinte, Wasmália foi alvo de sátiras da ASSIBGE - Sindicato Nacional em virtude de uma entrevista ao jornal *Brasil Econômico*, em 2 de setembro de 2013, em que comparou o IBGE a uma cachaça:

O IBGE, na verdade, vira um pouco cachaça. Para quem está nesse lado, está no sangue. Não sei como explicar. Mas, é claro que continuamos querendo ganhos salariais (BIVAR, 2013, p. 4).

³ Seus gráficos e cartogramas podem ser acessados no portal do IBGE, no endereço: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>.

⁴ Para informações mais detalhadas, consultar: MUDANÇAS na cobertura e uso da terra: 2000-2010-2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 44 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94724.pdf>>. Acesso em: abr. 2016.

⁵ A categoria aceitou a proposta de reajuste de 15,8% formulada pelo governo, assinando o acordo com o Secretario de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça.

E justificou sua declaração no decorrer da entrevista:

As pessoas são muito envolvidas com o que fazem. É muito interessante essa coisa de ser *ibgeano*. Vira identidade, faz parte da vida. Acho que tem a ver com essa coisa de lidar com o Brasil, com os brasileiros, em mostrar como é (BIVAR, 2013, p. 4).

O termo *cachaça* com a acepção de preferência, paixão, mania, vício, tem sentido figurado, sendo um regionalismo corriqueiro dos brasileiros e reconhecido pelos dicionários, com uma longa origem histórica. Entretanto, de pronto, o movimento sindical distorceu a declaração, desvalorizando a entrevista, de quatro páginas, em que a Presidente do IBGE, Wasmália Bivar, falou sobre o papel estratégico do Instituto como “bússola” do País e base para o exercício pleno da cidadania⁶.

Ainda em 2013, foi lançado o primeiro indicador conjuntural mensal que investiga o setor de serviços no País, como resultado da Pesquisa Mensal de Serviços - PMS. Nesse mesmo ano, foi elaborado também o importante Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE, que representa o compromisso do Instituto com a qualidade e a transparência das informações estatísticas que produz. O documento reúne um conjunto de diretrizes, princípios e indicadores de boas práticas adotados pelo Instituto na produção das estatísticas oficiais⁷.

Um marco na gestão da Presidente Wasmália Bivar foi a implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Uma das idealizadoras do projeto, ela acompanhou pessoalmente todas as etapas da pesquisa até a divulgação dos primeiros resultados trimestrais, relativos ao mercado de trabalho nos níveis Brasil e Grandes Regiões, e da taxa de desocupação nacional, em janeiro de 2014.

A PNAD Contínua mostrou-se um importante instrumento para acompanhar o mercado de trabalho por meio da taxa de desocupação, nível da ocupação, taxa de atividade, entre outros indicadores representativos do Território Nacional. Por uma

⁶ Para informações mais detalhadas sobre a entrevista, consultar: BIVAR, W. S. B. Somos alimentadores da democracia; não pode ter nenhum viés. *Brasil Econômico*, Rio de Janeiro, 2 set. 2013. Brasil, p. 4-7. Entrevista concedida a Ana Paula Graboie e Fernanda Nunes. Disponível em: <<http://brasileconomico.epaper.grupodia.com.br/contents/paper137807758295.pdf>>. Acesso em: abr. 2016.

⁷ Para conhecê-lo, consultar: IBGE. *Código de boas práticas das estatísticas do IBGE*. Rio de Janeiro, 2013. 48 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/codigo_boas_praticas.shtm>. Acesso em: abr. 2016.

ironia do destino, contudo, coube à própria Wasmália Bivar, em abril de 2014, suspender a divulgação da pesquisa para que o IBGE pudesse realizar avaliações sobre a necessidade de promover alguns ajustes em sua metodologia⁸. Essa decisão, no entanto, levou ao pedido de exoneração de duas Diretoras da Instituição, além da entrega de uma carta assinada por 18 Técnicos da Diretoria de Pesquisas manifestando-se contra tal suspensão⁹.

O IBGE recuou e manteve a divulgação da pesquisa, após a garantia dos técnicos de que seria possível cumprir o prazo estipulado, já na gestão do atual Diretor de Pesquisas, Roberto Luis Olinto Ramos, com o novo Assessor Cláudio Dutra Crespo¹⁰. A atitude da Presidente do IBGE foi destaque na coluna do jornalista Elio Gaspari¹¹ sob os seguintes títulos: “A lição da doutora Wasmália” e “A presidente do IBGE deu uma aula ao comissariado e à oposição: a vida é arte, errar faz parte”:

Com uma simples frase, a presidente do IBGE, Wasmália Bivar, resgatou o prestígio da instituição e ofereceu uma aula aos doutores que se apresentam como salvadores da pátria. Três semanas depois da eclosão de uma crise provocada pelo adiamento de uma pesquisa, voltou atrás e, perguntada pelo repórter Pedro Soares se as críticas influíram na decisão, disse o seguinte: “Eu não vou

⁸ Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. *Comunicado*. Rio de Janeiro, 2014. Destaque de 10 abr. 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/destaques/2014_04_10_comunicado_pnadc.shtml>. Acesso em: abr. 2016.

⁹ A carta contra a decisão de suspender a PNAD Contínua foi entregue ao Conselho Diretor em 10 de abril de 2014, com a seguinte mensagem: “Tal decisão torna-se ainda mais grave por ter sido tomada sem consulta à equipe técnica, e apesar de a Diretora de Pesquisas ter se manifestado contrariamente à suspensão da divulgação, em 2014, dos resultados da PNAD Contínua. Este corpo gerencial solicita ao Conselho Diretor rediscutir e rever a posição tomada, ouvindo a equipe técnica responsável da Diretoria de Pesquisas, sem o quê, o corpo gerencial entende ser insustentável a permanência no exercício dos seus cargos”. Por fim, termina com um abaixo-assinado dos seguintes servidores: Andrea Diniz da Silva, Bruno Erbisti Garcia, Carlos Cesar Bittencourt Sobral, Cimar Azeredo Pereira, Claudio Dutra Crespo, Eulina Nunes dos Santos, Flávio Pinto Bolliger, Flávio Renato Keim Magheli, Francisco de Assis Corrêa Alchorne, Gustavo Junger da Silva, Jacqueline dos Santos Manhães, Luís Carlos de Souza Oliveira, Luiz Fernando Pereira Rodrigues, Maria Leticia Duarte Warner, Pedro Luiz de Sousa Quintslr, Priscila Koeller Rodrigues Vieira, Sonia Albieri e Taurino de Vasconcelos Millen.

¹⁰ Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. *Comunicado sobre a PNAD contínua*. Rio de Janeiro, 2014. Destaque de 6 maio 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/destaques/2014_05_06_comunicado_pnadc.shtml>. Acesso em: abr. 2016.

¹¹ Trata-se de: GASPARI, E. A lição da doutora Wasmália. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 maio 2014. Opinião, p. 16. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniaao/a-licao-da-doutora-wasmalia-12402582>>. Acesso em: abr. 2016.

dizer para você que não teve nenhuma influência, seria bobagem” (GASPARI, 2014, p. 16).

Passada a crise, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma matéria dos jornalistas Pedro Soares e Mariana Carneiro, lembrando as dificuldades enfrentadas pela Presidente do IBGE, mas com a seguinte consideração: “pesquisadores externos consideram injusto logo ela, a técnica fiel e bem formada, virar a dona da crise. Para aliados, sua desventura se deve à deformação política” (CARNEIRO; SOARES, 2014)¹².

No campo interno, Wasmália Bivar enfrentou uma das greves mais duras da Instituição, em que atacaram a sua própria imagem. Não obstante a virulência dos grevistas, ela se mostrou muito atuante nas negociações e esteve presente em quatro das sete reuniões com representantes do Sindicato, no período de outubro de 2013 a maio de 2014. As pautas, por demais elásticas¹³, dificultaram a solução, e uma greve foi iniciada em 26 de maio de 2014, estendendo-se por cerca de 80 dias, o que impediu a divulgação completa da Pesquisa Mensal de Emprego - PME durante três meses. O atraso na coleta de dados em alguns estados também adiou a divulgação da PNAD Contínua (de 28 de agosto para 6 de novembro de 2014).

Em resposta à greve de 2014, a Direção do IBGE conseguiu uma liminar da Ministra do Superior Tribunal de Justiça - STJ, Assusete Dumont Reis Magalhães, que determinou a manutenção de, no mínimo, 70% dos servidores em cada unidade do IBGE durante a paralisação. A liminar foi publicada em 6 de junho de 2014, e, em caso de descumprimento, a ASSIBGE - Sindicato Nacional estaria sujeita a pagar multa diária de R\$ 100 mil. Outra decisão anunciada, à época, pela Direção foi a não renovação dos contratos de cerca de 180 trabalhadores tempo-

¹² Para informações mais detalhadas, consultar: CARNEIRO, M.; SOARES, P. Discreta e dedicada, chefe do IBGE vira cara da crise. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 set. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/09/1523792-discreta-e-dedicada-chefe-do-ibge-vira-cara-da-crise.shtml>>. Acesso em: abr. 2016.

¹³ Segundo o boletim informativo da ASSIBGE - Sindicato Nacional, de 25 de maio de 2014, as pautas eram: “Plena autonomia técnica do IBGE, que passe a ser tratado com um órgão de Estado e não de governo; Reversão dos cortes orçamentários e recursos suficientes, sem contingenciamento, para cumprir o plano de trabalho; Concursos públicos para substituir temporários nas pesquisas contínuas e suprir as vagas abertas com aposentadorias crescentes; Salários no patamar das carreiras dos órgãos do Ciclo de Gestão (Banco Central, IPEA, CVM, Susep); Salários e direitos iguais para os trabalhadores temporários, enquanto eles existirem no IBGE; Democratização do IBGE: Fora Wasmália e o Conselho Diretor, substituição das chefias de Unidades Estaduais; Eleições Diretas, já, e Congresso Institucional para discutir o futuro do IBGE” (JOGO RÁPIDO, 2014, p. 1).

rários¹⁴, considerados com baixa produtividade em alguns estados – uma atitude dura para garantir a coleta de dados das pesquisas e o cumprimento das metas institucionais. O Sindicato protestou, mas os contratos dos temporários não foram renovados. Além disso, o retorno da greve foi marcado pela necessidade compulsória de reposição das horas não trabalhadas.

Para piorar o cenário, em 19 de setembro de 2014, o IBGE admitiu, por meio de uma nota ao público, a ocorrência de erros no processo de expansão da amostra da principal pesquisa socioeconômica do País – a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2013, cujos resultados haviam sido divulgados no dia anterior¹⁵. Wasmália Bivar esteve à frente da coletiva com mais de 20 jornalistas, quando o problema foi anunciado, e pediu desculpas à sociedade pelo erro do IBGE. Apesar de muito abatida, ela defendeu com vigor o Corpo Técnico da Casa e, quando indagada se se sentia confortável em permanecer no cargo após o episódio, Wasmália respondeu que na condição de Presidente do IBGE não queria ser vista apenas como a que ficou nos bons momentos, identificando-se como um capitão que não abandona o navio. Por fim, naquela noite de sexta-feira, a coletiva ainda não havia terminado e o erro do IBGE já era noticiado nos principais veículos de comunicação do País, com entrada ao vivo no *Jornal Nacional*, da tv Globo¹⁶.

O momento não poderia ter sido pior para o IBGE, às vésperas do primeiro turno da eleição presidencial marcada para 5 de outubro, uma vez que o erro identificado nos resultados da PNAD 2013 provocou suspeita de manipulação, com rumores sobre a exoneração da Presidente. O governo não perdeu tempo e decidiu constituir duas Comissões: uma de especialistas, para avaliar a consistência da PNAD 2013, e uma de sindicância investigativa, para encontrar as razões dos erros.

¹⁴ Em dezembro de 2013, o IBGE tinha 4 827 trabalhadores com contrato temporário, que eram responsáveis pela coleta das pesquisas.

¹⁵ Trata-se de: IBGE. *IBGE informa erro nos resultados da PNAD 2013*. Rio de Janeiro, 2014. Notícia de 19 set. 2014. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=2725&busca=1&t=ibge-informa-erro-resultados-pnad-2013>>. Acesso em: abr. 2016.

¹⁶ As notícias podem ser consultadas em: IBGE anuncia que cometeu erros na PNAD e que desigualdade diminuiu. Rio de Janeiro: Globo, 2014. Reportagem apresentada no *Jornal Nacional* em 19 set. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/09/ibge-anuncia-que-cometeu-erros-na-pnad-e-que-desigualdade-diminuiu.html>>. Acesso em: abr. 2016. Ver também: IBGE diz que houve ‘erros graves’ na PNAD. Rio de Janeiro: Globo, 2014. Reportagem apresentada no *Jornal da Globo* em 19 set. 2014. Disponível em: <<http://globoplay.globo.com/v/3641984/>>. Acesso em: abr. 2016.

O IBGE recebeu apoio de pesquisadores, acadêmicos e jornalistas indignados com a atitude do governo. Em entrevista ao jornal *O Globo*¹⁷, em 26 de setembro, uma das demógrafas mais respeitadas do País, Elza Salvatori Berquó, repudiou a “investigação policial” no IBGE. Vale registrar ainda o artigo da jornalista Cássia Almeida, também publicado n’*O Globo*, em 24 de setembro, com o título “O IBGE não merece isso”:

Com 77 anos de existência, o IBGE errou. Errou na base de sua principal pesquisa socioeconômica, comprometendo todos os resultados. Erro que não apaga a história desse instituto respeitado internacionalmente. A maior prova do respeito da sociedade foi o comportamento dos usuários dos dados da PNAD: detectaram o erro e em nenhum momento o denunciaram à imprensa. O que certamente aconteceria se a instituição não tivesse a imagem que tem. Sabem que o instituto tem um grau de excelência que afasta suspeitas. O comportamento da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, não foi o mesmo. Pôs o dedo na cara do IBGE e criou comissões externas para investigar o trabalho do instituto. Nem com a Petrobras, onde há suspeita de desvios bilionários, a reação do governo foi tão veemente. O instituto tem pesquisadores respeitados internacionalmente, é um ativo do governo. O papel do ministério era exigir apuração rigorosa e dar apoio institucional ao IBGE, a joia da coroa do Planejamento. O IBGE é maior que o Planejamento e os que ocupam seu controle temporariamente.

Quem o conhece sabe o grau de comprometimento e entrega dos seus profissionais. Os servidores fizeram greve para fortalecer a instituição. Não é o pior momento do IBGE. Nos anos 1990, não tinha sequer verba para cópias, e a PNAD deixou de ser feita em 1994. O Censo Demográfico aconteceu um ano depois do calendário ideal. Foi feito em 1991.

O fato de a situação no instituto já ter sido pior não isenta o atual governo da responsabilidade de nutri-lo de recursos.

O Ministério do Planejamento, que vai praticamente intervir no IBGE, cortou verbas. Não teremos a Contagem da População, que serve para atualizar os números da nossa população e que foi a primeira pesquisa a mostrar os casais *gays* no País. Não teremos Censo Agropecuário no ano que vem, num País que

¹⁷ Trata-se de: DEMÓGRAFA repudia investigação policial. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 set. 2014. Economia, p. 26. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/demografa-repudia-investigacao-policial-14052332>>. Acesso em: abr. 2016.

tem sua pauta de exportação dominada por *commodities* agrícolas, e o consumo da maioria dos alimentos fornecidos pela agricultura familiar. Não sabemos quando teremos essas informações.

Sem o IBGE, a política monetária caminha numa estrada embaçada. O instituto calcula os índices de inflação e de atividade que ajudam a mostrar quais as decisões que o Banco Central deve tomar. Há outros indicadores, mas nenhum deles com a abrangência dos que o IBGE produz. Sem suas pesquisas sociais, não se faz política social neste País. Não por acaso os ministros da área se puseram ao lado do IBGE.

Faltam recursos para pesquisas e salário para manter os talentos que são capturados por outros órgãos do governo como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o BNDES. O IBGE precisa ser prioridade. A atitude do Ministério do Planejamento de grande juízo do trabalho do instituto, de caça às bruxas, não vai melhorar as estatísticas nacionais. Uma pena. Quem perde é o Brasil (ALMEIDA, 2014).

Wasmália enfrentou o desgaste resultante de batalhas que assumiu tanto internamente quanto em sua relação com o governo. Procurou desenvolver um plano prioritário de reposição contínua de servidores por meio da realização de concursos públicos no IBGE, uma vez que, em função das aposentadorias do Quadro de Pessoal Permanente, este número vem caindo nos últimos anos, chegando a pouco mais de 6 mil em dezembro de 2013.

Apesar do corte no Projeto de Lei Orçamentária Anual 2015, encaminhado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ao Congresso Nacional, e do cancelamento da Contagem da População, esperado para 2016, a Direção manteve as atividades de planejamento do Censo Agropecuário, com previsão de realização em 2017¹⁸. Ao final dessa operação, os recursos adquiridos ajudarão a repor equipamentos e a modernizar as unidades do IBGE.

Em 2015, organizado pelo IBGE, o Brasil sediou o 60º Congresso Mundial de Estatística (World Statistics Congress), do Instituto Internacional de Estatística (International Statistical Institute - ISI). Esse evento ocorreu 60 anos após a reali-

¹⁸ Em 18 de abril de 2016, quando o livro já estava em curso de produção, o IBGE informou que o corte no orçamento para o ano de 2016, confirmado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, inviabilizou a realização do Censo Agropecuário 2017, previsto anteriormente. Por esta razão, o Instituto também suspendeu o processo seletivo em curso para preenchimento das 1 409 vagas temporárias destinadas ao Censo Agropecuário, bem como as atividades ligadas ao Censo Experimental.

zação das chamadas Reuniões Internacionais de Estatística, que o IBGE sediara em 1955, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, entre as quais ocorreu o 29º Congresso Mundial de Estatística, quando pontificou Teixeira de Freitas em meio a grandes nomes da Estatística mundial. Pois agora, para glória do Brasil, o ISI está sendo presidido por um brasileiro – o Professor Pedro Luís do Nascimento Silva, pesquisador da ENCE, do IBGE, eleito para o biênio 2015-2017.

Findo o 60º Congresso Mundial de Estatística, Wasmália Bivar e Pedro do Nascimento Silva assinaram um artigo no jornal *O Globo*, em 19 de agosto de 2015, realçando os pontos focais do evento. Dos 1 200 trabalhos apresentados, vários temas, segundo afixam, irão nortear as atividades estatísticas do terceiro milênio, bem assim aspectos teóricos centrais: como serão os censos do futuro; como será tratada a confidencialidade das informações privadas e públicas na era do *big data*; como se irá medir a qualidade da governança; como evoluirão as pesquisas de deficiências em crianças e em adultos; como produzir melhores estatísticas para grupos específicos da população; como melhor monitorar as mudanças climáticas; como tratar eventuais aspectos éticos na disseminação; entre muitos outros pontos, como a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável, que foi destaque em diversas sessões. Ao fim do artigo, os autores concluem:

[...] com 130 anos de existência e em meio a tantas inovações, o ISI manteve sua mais importante tradição: as estatísticas continuarão tendo papel fundamental no exercício da cidadania e no fortalecimento das democracias (BIVAR; SILVA, 2015, p. 19).

Ainda em 2015, com o tema central “Mapas conectando o mundo”, foi realizada, pela primeira vez na América Latina, a 27ª Conferência Internacional de Cartografia (27th International Cartographic Conference), da Associação Internacional de Cartografia (International Cartographic Association - ICA). Organizada pela Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria, e Sensoriamento Remoto - SBC, a Conferência, realizada no Rio de Janeiro, reuniu cerca de 800 pessoas de mais de 60 países e congregou as seguintes exposições: uma Exposição Internacional de Cartografia, organizada pelo IBGE; uma exposição com os vencedores do Barbara Petchenik Children's World Map Competition, competição bienal de Cartografia para crianças; uma exposição técnico-comercial; e uma série de exposições de Cartografia Histórica, orga-

nizadas pela Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Museu Naval, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB e Arquivo Histórico do Exército¹⁹.

A Presidente do IBGE, Wasmália Bivar, e o Diretor de Geociências em exercício, João Bosco de Azevedo, participaram da cerimônia de abertura da Conferência, cuja palestra foi feita por Gregory Scott, Consultor Interregional para o Gerenciamento de Informações Geoespaciais Globais, da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (United Nations Statistical Division), sob o título *Positioning geospatial information to address global challenges*.

Nessa 27ª edição da Conferência, houve uma grande diversidade de temas: Mapas e Internet; Cartografia animada e dinâmica; Arte, cultura e cartografia; Cartografia digital; Cartografia para portadores de necessidades visuais; Mapeamentos participativo e voluntário; *Crowdsourcing*; *Geomarketing*; Atlas nacionais, regionais e globais; Cartografia para crianças, entre outros.

Como evento de pré-Conferência, o IBGE organizou o Simpósio Atlas, Toponímia e História da Cartografia, com a participação do Instituto e de outras organizações nacionais de Geociências, pesquisadores de universidades brasileiras e estrangeiras e representantes do Ministério do Meio Ambiente, da Biblioteca Nacional e do Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI. Ainda no âmbito de pré-Conferência, o IBGE sediou o encontro internacional Workshop on Spatial Data Infrastructures, Standards, Open Source and Open Data for Geospatial - SDI-Open 2015, com cerca de 60 pesquisadores de 16 países, entre os quais representantes de Comissões da ICA – Geoinformation Infrastructures and Standards Commission e Open Source Geospatial Technologies Commission – e da Fundação OSGeo, responsável pelos projetos de *software* livre para Geociências.

Em 2016, a Presidente do IBGE, Wasmália Bivar, representando o Brasil, foi eleita Presidente da Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission). É a primeira vez que o órgão oficial de estatísticas brasileiro preside essa entidade, que foi criada em 1947 com o objetivo de unificar a forma como os países produzem suas estatísticas econômicas e sociais. Wasmália é a primeira mulher latina a liderar a Comissão nos próximos dois anos.

¹⁹ Para informações mais detalhadas, consultar a página do evento: <<http://www.icc2015.org/>>.

Entrevista realizada em 02 de outubro de 2015, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, no Rio de Janeiro²⁰

CINCO ANOS APÓS INGRESSAR NO IBGE, A SENHORA GANHOU O SEGUNDO LUGAR NO CONCURSO DO BNDES COM A DISSERTAÇÃO DE MESTRADO NA PUC-RIO, *ASPECTOS DA ESTRUTURA DO DESEMPREGO NO BRASIL: COMPOSIÇÃO POR SEXO E DURAÇÃO*. NA OCASIÃO, PODERIA INGRESSAR NO BNDES, MAS PREFERIU PERMANECER NO IBGE. POR QUÊ?

Porque eu me sentia profundamente ligada ao trabalho do IBGE, e era isso o que eu queria fazer. Nenhuma outra oportunidade de trabalho me seduziu tanto quanto o IBGE. Durante certo tempo, pensei em ir para a Academia. Muito mais forte do que essa ideia de ir para o BNDES, era a ideia de ir para a Academia. Depois, abandonei isso completamente. O trabalho em equipe é muito mais sedutor, na minha concepção de trabalho. Desde que entrei no IBGE, sempre trabalhei em áreas ligadas ao planejamento. Eu lembro de ter planejado uma pesquisa, em que semanas antes estávamos discutindo qual seria o conceito da variável, como seria mais adequado colocar no manual e representar adequadamente para obter o que nós gostaríamos de alcançar com ela. Depois, fui a Minas Gerais para a cerimônia de lançamento dessa nova pesquisa, e havia alguém que eu nunca tinha visto, obviamente ibgeana como eu, apresentando com tanta segurança, com tanta propriedade, algo que semanas antes nós estávamos debatendo sobre. E aquilo estava acontecendo simultaneamente em todo o País. Assim foi a minha percepção da grandiosidade do trabalho do IBGE, do quão ele é importante e o quão ele tem que ser coletivo, envolvendo tanta gente para dar certo. É preciso uma orquestração muito forte. E isso eu acho extremamente sedutor. Ao mesmo tempo, eu fui compreendendo que no trabalho do IBGE é necessário haver técnicos com formação acadêmica, para somar aos nossos conhecimentos específicos do fazer. Isso era importante quando entrei, e agora é cada vez mais importante. A junção dessas duas coisas é que faz esse trabalho ser único.

²⁰ A citação simplificada dos nomes próprios foi mantida no corpo da entrevista, de modo a preservar a leveza de seu conteúdo original. Em caso de dúvida com relação à menção de algum personagem, sugere-se consultar a lista de nomes completos, ao final da publicação.

A SENHORA FOI DIRETORA DE PESQUISAS DURANTE SETE ANOS. JÁ TINHA ESSE DESEJO DE SE TORNAR PRESIDENTE DO IBGE?

Nem passava pela minha cabeça, como também não passava pela minha cabeça ser Diretora de Pesquisas. Eu lembro que, em 2004, eu trabalhava na Coordenação de Contas Nacionais, na mudança de base, coordenava esse importante projeto técnico. Eu estava muito envolvida com ele quando a Gilda Santiago²¹, que era a Coordenadora, e a Magdalena Cronemberger, com quem eu já tinha trabalhado no passado, me chamaram na sala e falaram: “O Presidente do IBGE vai te convidar para ser Diretora de Pesquisas”. Falei: “Eu? Eu não, eu estou aqui tocando o meu trabalho”. Não esperava por isso. No caso da Presidência, menos ainda, porque eu estava vivendo uma situação pessoal bastante crítica. Eu não esperava que a proposta que me tinha sido feita naquele momento ia continuar valendo.

A SENHORA ESTAVA DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE?

Eu estava resolvendo os meus problemas de saúde²². Eu ainda não tinha concluído tudo que eu tinha que fazer, tendo inclusive cirurgias pela frente. Quando eu recebi o convite, eu deixei a Ministra [Miriam Belchior], na época, à vontade para convidar outra pessoa. Disse que havia outras pessoas no IBGE com capacidade. Mesmo assim, ela decidiu esperar. Isso me surpreendeu e me tocou.

COMO FOI ESSE CONVITE?

Eu estava em casa e de repente eu recebo um telefonema da Secretária-Executiva do Ministério do Planejamento [Orçamento e Gestão], que queria conversar comigo. Ela veio aqui ao Rio de Janeiro, nós nos encontramos; eu ainda estava muito frágil depois da primeira cirurgia que tinha acabado de fazer, e ela disse que gostaria que eu fosse a Brasília. Com todo o cuidado, fui a Brasília e acabei tendo uma conversa com a Ministra. A Ministra falou que ela queria que eu fosse

²¹ Na Diretoria de Pesquisas, Gilda Maria Cabral Santiago era Coordenadora de Contas Nacionais e Magdalena Sophia Cronemberger de Araújo Góes era Coordenadora de Estatísticas Econômicas e Classificações.

²² Em 2011, quando foi convidada pela Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, para a Presidência do IBGE, Wasmália se recuperava de uma cirurgia no cérebro e iria enfrentar nova cirurgia, no pulmão, para se livrar de um câncer. A sua entrada no IBGE foi adiada em oito meses. Dois anos depois, em março de 2013, Wasmália se afastou do Instituto para realizar outra cirurgia no cérebro e, depois de alguns meses de recuperação, voltou para o IBGE. No seu lugar, assumiu interinamente o Diretor-Executivo Nuno Bittencourt.

Presidente do IBGE. Explicou que a Presidente [Dilma Rousseff] queria alguém da própria Casa, a Ministra também, e nas diversas sondagens, segundo ela, meu nome sempre surgia.

A SENHORA TEM IDEIA DE QUE SONDAÇÃO TENHA SIDO ESSA?

Sete anos de Diretoria de Pesquisas é um enorme aprendizado, não só do que é o IBGE na área de Estatística, que é uma parte muito importante da produção institucional, mas também para perceber as demandas governamentais, quais os projetos do governo para os quais a Instituição tem capacidade de contribuir de forma bem decisiva. E sete anos na Diretoria de Pesquisas significa um grau de exposição muito grande, sem contar que nesses anos ocorreram projetos institucionais muito importantes. No Censo [Demográfico] 2010, por exemplo, ocorreu um debate que deve ter durado um ano para fechar o questionário, para decidir que questão entraria, qual não entraria, que tema seria ampliado, qual seria reduzido – só esse debate proporcionou um grau de exposição frente aos usuários muito grande. A Diretoria de Pesquisas é uma Diretoria com grande evidência, e uma coisa que fizemos, nesse período, foi manter um espaço de diálogo. Não deixar que os projetos se consolidassem sem a participação dos usuários, sem ter uma discussão mais detalhada com os usuários. O IBGE serve à sociedade. Então, para servir, é preciso que tenha essa discussão técnica. E é na discussão técnica onde eu me encontro mais.

A SENHORA TEM UMA IDEIA DE COMO SEU NOME CHEGOU À MINISTRA?

Acho que a Ministra conversou com seus interlocutores nos outros Ministérios. A Diretoria de Pesquisa tinha convênios, e tem hoje ainda, praticamente com toda a Esplanada dos Ministérios. Assim, em algum momento, eu tive contatos com equipes técnicas de vários Ministérios. Um deles foi o Ministério do Desenvolvimento Social [e Combate à Fome]; havia muitos projetos nessa área, mas também havia projetos, por exemplo, na área de Saúde, como a Conta-Satélite de Saúde e a Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária. Eram projetos onde as informações do IBGE eram fundamentais para a avaliação de políticas, e em algum momento essas equipes técnicas estiveram em contato comigo e conheceram o trabalho que eu estava fazendo. Acredito que foi por isso que o nome surgiu com frequência: porque simplesmente existiam vários projetos, em vários Ministérios.

POR QUESTÕES DA SUA SAÚDE, A SENHORA ESPEROU ATÉ SETEMBRO DE 2011 PARA ASSUMIR A PRESIDÊNCIA DO IBGE. A SENHORA PODE CONTAR COMO FOI?

A primeira conversa com a Ministra foi no sentido de que “bom, eu ainda tenho uma série de procedimentos à frente, eu não sei como vão se desdobrar”. Então, deixei-a à vontade para fazer outro convite. Ela ficou de pensar, mas depois ela me retornou dizendo que não; que ia esperar porque o meu nome tinha surgido com ênfase nas consultas que tinha feito. Além disso, havia duas questões que ela achava importante: eu era uma pessoa com formação técnica para assumir o IBGE, e era mulher. Por essas características, ela achava que valia a pena esperar. E ela esperou.

O FATO DE SER MULHER AJUDOU NA ESCOLHA?

Na decisão final, de aguardar minha recuperação, acredito que tenha pesado, sim. Acho que a Ministra e a Presidente da República ficaram satisfeitas porque o nome do IBGE seria o de uma mulher pela primeira vez na história da Instituição.

QUAL A AVALIAÇÃO QUE A SENHORA FAZ DISSO?

Eu fico muito satisfeita, porque no fundo acho que represento tantas outras mulheres com a mesma capacidade de assumir a posição mais elevada dentro do IBGE. Trabalhei com várias, com contribuições marcantes dentro da Instituição. Então, me senti extremamente honrada pelo convite como profissional e como mulher também, por estar representando as ibgeanas e a capacidade de trabalho das ibgeanas.

ESSA EXPECTATIVA DE ASSUMIR A PRESIDÊNCIA CRIOU ALGUMA DIFICULDADE NA SUA RECUPERAÇÃO? OUTRA COISA, A SENHORA NESSE TEMPO FICOU SE INFORMANDO DO QUE ESTAVA ACONTECENDO NO IBGE?

Eu tinha grandes motivações para viver. Uma delas, obviamente, era minha filha, que na época tinha 14 anos de idade. Receber o convite para ser Presidente do IBGE era outra grande motivação para viver. Não atrapalhou em nada; pelo contrário, me deu incentivos para brigar com a doença, para sair daquela situação. Não causou nenhuma dificuldade. Com relação a me informar sobre o que estava ocorrendo no IBGE, eu não quis fazer isso. Primeiro, porque tinha uma pessoa que estava no meu lugar²³ e que estava conduzindo a Diretoria

²³ Na ocasião, a Diretora-Substituta, Zélia Magalhães Bianchini, ocupou interinamente a Diretoria de Pesquisas.

de Pesquisas com muito empenho e com grande valor. Depois, eu não gosto disso. Acho que atrapalha. Cria uma ambiguidade que não é boa. Não é boa para a Instituição, não é boa para a pessoa que está lá, que está assumindo todas as responsabilidades. Eu tive que, de fato, ter a paciência e esperar, superar tudo, mas foi assim. Enfrentei a doença com muito otimismo. Não tem muita alternativa, não. Acho que todo mundo tem que fazer isso. Agora, o convite fez com que esse otimismo crescesse, pois havia uma oportunidade que jamais tinha imaginado que eu pudesse ter e que eu acreditava que ia ser extremamente rica.

COMO A SENHORA MONTOU A SUA EQUIPE?

Algumas Diretorias eu não via grandes motivos para mudar. Eu precisava escolher um nome para a Diretoria de Pesquisas, onde ainda estava no cargo, licenciada. E o grande projeto da Diretoria de Pesquisas, na época bastante embrionário, era o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, que começou com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua [PNAD Contínua]. Antes de me licenciar, tínhamos reunido todas as pesquisas domiciliares sob uma única Coordenação, e a Coordenadora era a Marcia Quintslr²⁴. Como esse era o grande projeto estruturante da Diretoria de Pesquisas e certamente seria da Presidência do IBGE, escolhi a Marcia. A Zélia Bianchini, que tem grande experiência, foi a minha Adjunta e a Diretora durante todo o período em que eu fiquei doente e afastada; também optou por continuar como Diretora-Substituta. A Diretoria de Geociências era algo de que eu estava muito longe, porque a Diretoria de Pesquisas me ocupava muito. Óbvio que, fazendo parte do Conselho Diretor, se ganha uma visão da Casa muito mais ampla do que estando em uma área específica, mas, embora conhecesse alguma coisa da Diretoria de Geociências, eu precisava ter alguém mais próximo a mim. E Wadih Scandar era a pessoa com quem eu já tinha trabalhado, na época em que ele trabalhou um ano pela Fundação SEADE [Sistema Estadual de Análise de Dados, de São Paulo] dentro do IBGE, na Coordenação de Indústria, no projeto das novas pesquisas na área das econômicas, mais especificamente, na Pesquisa Industrial Anual - PIA. Então, era alguém que eu conhecia e que tinha ideias bastante interessantes sobre a questão do Meio Ambiente. Ele tinha implementado a publicação dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e vinha acompanhando essa questão ambiental dentro da Diretoria de Geociências, e eu tinha a percepção

²⁴ Marcia Maria Melo Quintslr foi Coordenadora de Trabalho e Rendimento da Diretoria de Pesquisas, de 2006 a 2011.

– tenho até hoje – de que o Meio Ambiente é realmente o tema integrador das Geociências com as Estatísticas, pois são sistemas de informações que atendem a requisitos muito próprios e muito específicos. O Meio Ambiente é justamente o tema onde as duas Diretorias, as duas grandes áreas do IBGE, se interligam. E o Wadih vinha de uma experiência de estudar o assunto na Diretoria de Geociências. Então, isso explica a opção pelo Wadih [para a Diretoria de Geociências].

A SENHORA RECEBEU ALGUMA INDICAÇÃO POLÍTICA PARA A DIRETORIA?

Não, nenhuma. “Responsabilidade sua”, disse a Ministra, “quero conhecer os nomes, os históricos, mas a responsabilidade é integralmente sua.”

NA ENCE, A SENHORA TEVE ALGUMA EXPECTATIVA DIFERENTE?

A ENCE estava sem um Diretor específico, numa interinidade que já durava muito tempo²⁵. Considerava importante que a ENCE tivesse rapidamente um Diretor. A Denise Britz, quando voltou do doutorado, foi para a Coordenação de Métodos e Qualidade da Diretoria de Pesquisas, no período em que eu estava como Diretora. Portanto, eu trabalhei com ela, justamente nos desenhos de projetos importantes, como é o caso da PNAD Contínua. Assim foi a escolha da Denise, pela formação e experiência dela, não só dentro da Diretoria de Pesquisas, mas também dentro da própria ENCE, pois a relação dela com a ENCE nunca foi descontinuada, ainda que ela pudesse estar em outras áreas do IBGE.

PARA A ENCE A SENHORA TINHA ALGUMA IDEIA DE PROJETO ESTRUTURANTE?

Não era ideia minha, era ideia antiga do Corpo Docente da ENCE, a necessidade de ter o projeto de doutorado, porque, inclusive, a possibilidade de a ENCE obter melhores avaliações por parte da CAPES [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] dependia fundamentalmente de ter o programa de doutorado. A ENCE já tinha apresentado um programa de doutorado ao Conselho Diretor do IBGE, mas era um programa que aderiu com dificuldade à nossa Missão. E a Denise, então, já vinha com essa demanda do próprio Corpo Docente da ENCE, de fazer o programa de doutorado. A minha única recomendação foi a de que esse programa deveria dialogar com a Missão do IBGE. Eu acho que ela, com toda a equipe da ENCE, cumpriu esse papel muito bem.

²⁵ A ENCE teve Sérgio da Costa Côrtes como Coordenador-Geral interinamente no período de 2006 até 2011; depois, Solange Corrêa Onel foi Coordenadora-Geral durante quatro meses (de junho a setembro de 2011).

Entenda o Processo Seletivo Interno para Coordenadores do IBGE

O Conselho Diretor do IBGE, por meio da Resolução RCD n. 14, de 09.06.2015, estabeleceu o processo sucessório para os Coordenadores (DAS 101.3) das Diretorias e Coordenações-Gerais do Instituto. O novo plano de sucessão estende o processo seletivo interno, que já era utilizado para os Chefes das Unidades Estaduais, a todos os Coordenadores do IBGE, com aprimoramentos na definição de mandatos e na utilização da avaliação de desempenho, que passa a ser um instrumento efetivo para a permanência nos cargos. Para participação nesse processo, foram definidos os seguintes requisitos básicos para o candidato: ser ocupante de Cargo Efetivo de Nível Superior do Quadro Permanente do IBGE e não estar licenciado ou respondendo a Processo Administrativo Disciplinar; não estar cumprindo período de estágio probatório até o último de inscrição de cada Processo Seletivo; Ter disponibilidade para ser lotado na Unidade do IBGE referente à vaga em questão caso haja alteração da lotação; e ter disponibilidade de viajar para outras Unidades do IBGE, sempre que necessário. Os candidatos devem ser submetidos às seguintes etapas de seleção: análise de currículo – classificatória; avaliação de conhecimentos técnicos realizada pela Diretoria ou Coordenação-Geral da área –

eliminatória e classificatória; avaliação de competências – eliminatória e classificatória, realizada pela Coordenação de Recursos Humanos; entrevista médico-social – eliminatória, realizada pela Coordenação de Recursos Humanos; e entrevista técnica – classificatória, realizada por banca aprovada pelo Conselho Diretor com, no mínimo, três servidores indicados pela respectiva Diretoria ou Coordenação-Geral. Outra novidade é em relação ao mandato: a Direção do IBGE, por meio da Resolução RCD n. 27, de 05.12.2014, definiu o período de quatro anos para os Chefes das Unidades Estaduais, que podem ser reconduzidos por até mais um período, com base nos resultados de sua avaliação de desempenho e em interesse manifesto pelo Conselho Diretor. Para os Coordenadores, de acordo com a Resolução RCD n. 14, de 09.06.2015, o período de gestão é de três anos, sendo possível a recondução por até mais dois períodos, com base nos resultados de sua avaliação de desempenho e em interesse manifesto pela Diretoria ou Coordenação-Geral à qual esteja subordinado. Ao término do mandato e das eventuais reconduções, será aberto novo processo seletivo, permitindo que os servidores que ocupavam os cargos anteriormente possam candidatar-se.

NESSES QUATRO ANOS, DE QUE FORMA A ÁREA DE GEOCIÊNCIAS AVANÇOU?

Além de maior interação entre as Coordenações da Diretoria de Geociências e entre essa Diretoria e outras áreas do IBGE, dada a crescente relevância de informações georreferenciadas, houve avanços nos trabalhos da INDE [Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais]; da base territorial; lançamos a *Base territorial do censo* e o *Atlas do censo demográfico 2010*, totalmente digitalizados; divulgamos produtos do Projeto Redes e Fluxos do Território, bem como os primeiros resultados do Projeto Mudanças no Uso e Cobertura da Terra; iniciamos a construção das Contas Econômicas Ambientais da Água e o Mapeamento das Áreas de Risco; regularizamos e atualizamos as cartas 1:1 000 000 e 1:250 000; e ampliamos a Rede de Estações Digitais. Parte das atividades das Geociências não tem a mesma visibilidade das Estatísticas, mas atende a demandas muito específicas e fundamentais a partir de sistema de informação que é único no País, como é o caso da Geodésia. Outro projeto que esta gestão fez, que se realizou, foi na área administrativa. Implementamos em 2015, com duas Coordenações da [Diretoria de] Geociências, e depois com uma Coordenação da ENCE, o processo seletivo para Coordenador, nos mesmos moldes do que vinha sendo feito para os Chefes das Unidades Estaduais. Todos podem participar: entregam um projeto técnico, tem toda uma avaliação de recursos humanos do IBGE e há uma banca avaliando sucessivamente. O processo seletivo para os Coordenadores foi uma coisa importante para o IBGE realizada por esta gestão.

QUAL É O OBJETIVO DESSE PROCESSO DE SELEÇÃO PARA OS COORDENADORES?

Quando visitamos as várias unidades do IBGE, no Brasil inteiro, vemos que existe muita gente qualificada em vários locais. E existem os anseios legítimos dos técnicos do IBGE de terem mobilidade vertical, bem como horizontal, de poderem participar de outros projetos que não sejam aqueles de sua lotação, com competência para coordenar projetos em outras áreas. Nós somos uma instituição com poucos funcionários, somos hoje menos de 6 mil, mas estamos espalhados pelo País. Então, como identificar essas competências, como trazer à luz esses talentos? Só por meio de um processo seletivo mesmo. Além de ajudar a revelar os talentos, ele democratiza a ascensão na carreira e torna transparente quais são os conhecimentos que aquela área exige, quais são as orientações que estão sendo dadas para aquela área. Isso tem que estar explícito no processo seletivo, como também os modelos comportamentais para os Coordenadores da Casa, que constituem o segundo nível hierárquico dentro da Instituição, o que

se espera deles como um todo. Eu acho que isso traz vários sinais importantes. Além da identificação dos talentos e da democratização na ascensão, motiva todos a trabalhar com a possibilidade de a sucessão não estar necessariamente dentro daquela área; ela pode estar fora. Isso enseja uma maior transparência nos processos, para viabilizar uma participação mais ampla no momento da sucessão. Outra coisa que esse projeto trouxe foi a definição de mandatos. Já existia o processo seletivo para os Chefes das Unidades Estaduais, mas não existia mandato, e nós instituímos. Eu acho que o fato de ter mandato, de haver possibilidade de fazer processos seletivos a cada período, estimula as pessoas a se manter mais ativas, em busca daquilo que é melhor. O que eu posso fazer cada vez melhor, de que forma eu posso conduzir cada vez melhor, atuar com a minha equipe melhor? Isso é bom para a Instituição.

É BOM PARA O IBGE TER UM SERVIDOR NA PRESIDÊNCIA?

O IBGE reúne tantos conhecimentos, tantos saberes, tantas práticas que são muito próprias da Instituição. Não estou dizendo que alguém de fora não vai ter competência para fazer a gestão do IBGE. Tivemos vários gestores que mostraram enorme competência na gestão do IBGE; não é isso. Mas alguém que já está aqui dentro, e conhece a Casa, os projetos técnicos e as pessoas, é capaz de fazer mais em menos tempo, na minha opinião. Essa afirmativa pode ser interpretada como uma visão mais corporativa, afinal venho da própria Casa. Pode-se também argumentar que um servidor na Presidência tende a ter uma posição mais de acomodação em relação às exigências que são colocadas para o IBGE, mas eu não vi isso nas experiências em que eu vivi até agora. Acho que os da Casa são capazes de colocar a Missão Institucional do IBGE como aquilo que prioritariamente deve ser atendido. No bojo disso existem várias questões internas que precisam ser valorizadas, as que precisam às vezes ser corrigidas e enfrentadas, mas sem perder essa perspectiva. Até porque eu acho que é justamente o que nos faz diferentes, essa grande identidade com a nossa Missão. Os ibgeanos, de um modo geral, colocam essa Missão à frente, à frente mesmo dos seus interesses corporativos.

A SENHORA ACABA DE SER ELEITA PARA A PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE ESTATÍSTICA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. É A PRIMEIRA VEZ QUE O ÓRGÃO OFICIAL DE ESTATÍSTICAS BRASILEIRO PRESIDE ESSA ENTIDADE. ESSA INDICAÇÃO É UM SINAL DE RECONHECIMENTO PARA O IBGE?

Esse reconhecimento em nível internacional é consequência do trabalho de

cada um dos ibgeanos e ibgeanas que, há oito décadas, vêm contribuindo para consolidar a excelência de nossa Instituição. No ano em que o IBGE completa 80 anos de existência, exercendo de forma efetiva sua Missão, é uma honra presidir, pela primeira vez, a Comissão de Estatística. Essa Comissão auxilia o Conselho Econômico e Social da ONU [United Nations Economic and Social Council], entre outros, a promover o desenvolvimento das estatísticas nacionais e a melhorar a sua comparabilidade; também coordena o trabalho estatístico das agências especializadas e aconselha os órgãos da ONU sobre questões gerais relacionadas com a coleta, análise e disseminação de informações estatísticas. Nos próximos dois anos, o IBGE, como Presidente da Comissão de Estatística da ONU, participará das discussões encaminhadas pelas Nações Unidas envolvendo amplo espectro de temas: *big data*, os próximos Censos Demográficos a serem realizados pelos países signatários, os esforços para manter e ampliar os Sistemas de Contas Nacionais e para criar o Sistema de Estatísticas Ambientais e as Contas Ambientais, entre outros. Além disso, na 47ª Sessão da Comissão de Estatística da ONU, em Nova York, foi assinada uma carta de intenções para apoiar a criação, na África, de três Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica. O IBGE assumiu o compromisso de capacitar os Institutos Nacionais de Estatística da África do Sul [Statistics South Africa - STATS SA], Cabo Verde [Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde - INECV] e Senegal [Agence Nationale de Statistique et de la Démographie - ANSD] para a utilização de tecnologias de coleta eletrônica de dados, tendo como base a experiência brasileira, na qual o Instituto é pioneiro, pois em 2010 realizou o primeiro Censo Demográfico inteiramente digital. É uma forma de apoiar os demais escritórios nacionais de estatística africanos interessados em adotar a coleta eletrônica de dados em seus próximos Censos. A cooperação pode incluir, por exemplo, cursos de capacitação, missões técnicas, apoio na concepção, execução, monitoramento e avaliação do projeto e apoio no registro, sistematização e divulgação dos seus resultados.

QUE OUTROS PROJETOS MERECEM SER DESTACADOS NESSES QUATRO ANOS DE GESTÃO?

São muitos, dentre eles: a conclusão da divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2010; a PNAD Contínua; a Pesquisa Mensal de Serviços - PMS; a nova base do Sistema de Contas Nacionais; o doutorado na ENCE; o Projeto Rede; a atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações

e da Política de Comunicação Integrada do IBGE²⁶; notadamente o portal interno [Intranet] e a tecnologia de vídeo com as Agências; o Planejamento Estratégico; e outros projetos para melhorar a governança, ampliar a automação e a transparência de nossos processos, como a página e o serviço de acesso a informação ao cidadão e, principalmente, o Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE e o Código de Ética Profissional do Servidor Público do IBGE²⁷. A Diretoria de Geociências faz o marco referencial do Território Nacional, e a partir daí cada um vai fazer a sua cartografia de acordo com os seus próprios interesses. Eu acho que temos afirmado esse papel de coordenador, através da CONCAR [Comissão Nacional de Cartografia], e estamos avançando continuamente. No caso da Geografia, há o projeto de retomar a publicação Geografia do Brasil²⁸, mas não só isso. A Coordenação também está trabalhando em um projeto de detalhamento do Território Nacional que tenha coerência do ponto de vista da organização do território. Temos uma divisão desse tipo, que são as mesorregiões e microrregiões, mas elas estão desatualizadas – estão em 1989 –, e se criou tanta legislação em cima dessa divisão que, hoje, se formos mudar qualquer coisa, vão ter tantas leis sendo contrariadas, que é melhor nem chegar perto. Então, a Geografia está trabalhando em um projeto com a divisão do território, que tenha sentido analítico, e estamos chamando os órgãos estaduais para participar também. A ideia é que no próximo ano já disponhamos de uma primeira versão dessa divisão, que deverá ser atualizada a cada 10 anos. Nós poderemos, então, desenhar pesquisas estatísticas por amostragem. As mesorregiões hoje são 100 divisões do território – 100 divisões do território, se elas fazem sentido analítico, podem ser muito importantes para a produção de informação estatística. Hoje, produzimos para estados, regiões metropolitanas, capitais, urbano e rural. Este é um projeto em que a Geografia está envolvida

²⁶ Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. *Política de segurança da informação e comunicações do IBGE - POSIC 2016*. Rio de Janeiro, 2015. 35 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/documentos_institucionais.shtm>. Acesso em: abr. 2016. Ver também: _____. *Política de comunicação integrada*. 2.ed. Rio de Janeiro, 2016. 37 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/documentos_institucionais.shtm>. Acesso em: abr. 2016.

²⁷ Para conhecê-lo, consultar: IBGE. *Código de ética profissional do servidor público do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, [2014]. 7 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/documentos_institucionais.shtm>. Acesso em: abr. 2016.

²⁸ A coleção Geografia do Brasil foi publicada entre 1959 e 1968, em cinco volumes, contemplando as Grandes Regiões então vigentes: Norte, Centro-Oeste, Meio-Norte e Nordeste, Sul, e Leste. Em 1977, a coleção foi retomada, considerando as Grandes Regiões atuais: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

e que eu acho de fundamental importância. Além disso, há outros, como o de Redes e Fluxos do Território²⁹, e atualizar a REGIC³⁰. Na área de Recursos Naturais, lançamos o resultado de anos de trabalho, que foi *Mudanças na cobertura e uso da terra*³¹, e esse é um projeto fundamental para o desenho das Contas Ambientais.

NESSE SENTIDO, O QUE JÁ ESTÁ SENDO FEITO?

Estamos trabalhando na Conta da Água. É preciso primeiro conhecer todos os fluxos físicos da água para depois valorar e poder integrar com Contas Nacionais, mas desde o início tem que surgir assim. Uma outra Conta Ambiental que avaliamos poder fazer com alguma facilidade é a Conta de Energia. Já há muita informação reunida, o que possibilitará realizá-la. Então, a área de Recursos Naturais tem que crescer para produzir informações físicas dos recursos naturais e seus usos, estoques, que depois irão integrar com a parte da estatística, principalmente as Contas Nacionais, valoração etc., e teremos que mobilizar todo o IBGE para produzir informações que retroalimentem essas construções. Vejo a área de Recursos Naturais como extremamente promissora, especialmente neste momento que estamos vivendo, que é o momento de desenhar os indicadores e a implementação das políticas, e depois a mensuração do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Dentro desses objetivos há um mar de informações ambientais, não só a informação ambiental física, mas também integrada à informação estatística. E o IBGE já tem uma configuração institucional que vai facilitar muito o avanço. Claro que todo mundo hoje olha para aquele conjunto

²⁹ Redes e Fluxos do Território constitui uma linha de investigação permanente da Coordenação de Geografia, que tem por objetivo analisar os relacionamentos e as ligações entre as cidades brasileiras, sua acessibilidade e a configuração espacial de suas trocas, quer de natureza material (pessoas, mercadorias, carga), quer imaterial (informações, ordens, dinheiro). O Projeto é dividido em diversas edições temáticas, já tendo sido divulgadas duas publicações: *Ligações aéreas 2010* e *Gestão do território 2014*.

³⁰ Regiões de Influência das Cidades - REGIC também é uma linha tradicional de pesquisa da Coordenação de Geografia. Em sua atualização mais recente, da qual resultou a publicação *Regiões de influência das cidades 2007*, buscou-se definir a hierarquia dos centros urbanos e delimitar as regiões de influência a eles associadas a partir dos aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços, de modo a identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades.

³¹ Estudo que representa importante instrumento de suporte e orientação às ações gerenciais e à tomada de decisão, especialmente no momento em que o País vem se empenhando na identificação de indicadores para a manutenção e o monitoramento da qualidade e da sustentabilidade ambientais da Terra, acompanhando os marcos conceituais internacionais. Divulgado em 2015, seus resultados apontam redução nas pastagens naturais e florestas.

e fica preocupado com a quantidade de informação que será necessário produzir. Pelo menos nesse aspecto, o Brasil já tem uma formatação institucional que é extremamente favorável para essa construção.

Entenda os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS

Desde 2013, seguindo mandato emanado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, em 2012, a Organização das Nações Unidas vem discutindo um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS que deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional, nos próximos 15 anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, cujo prazo de alcance era 31 de dezembro de 2015. Das discussões realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho Aberto das Nações Unidas sobre os ODS (Open Working Group on Sustainable Development Goals), composto por uma parcela de países-membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, foram definidos 17 objetivos e 169 metas, que representam

um grande desafio para os países. O estágio atual se dedica à escolha dos indicadores a serem considerados para o acompanhamento dessas metas e objetivos. Essa tarefa foi designada ao Grupo de Peritos Interagências sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (Inter-Agency and Expert Group on Sustainable Development Goal Indicators), composto pelos órgãos nacionais de estatística, incluindo o Brasil como representante dos países do Mercosul e Chile. De 29 de junho a 1o de julho de 2015, o IBGE organizou o primeiro Encontro de Produtores de Informação visando à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, que resultou em um documento definindo a posição brasileira com as sugestões sobre os indicadores para o acompanhamento dos ODS para a Agenda Pós-2015³².

A SUA VISÃO SOBRE A GEOCIÊNCIAS É COMPREENDIDA POR MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR?

É compreendida, sim; e com relação aos Presidentes anteriores, acho que eu não tenho grandes méritos nisso.

³² O documento ainda está sendo analisado com vistas à disponibilização futura.

POR QUE NÃO TEM?

Porque cheguei à Presidência do IBGE tendo estado sete anos à frente da Diretoria de Pesquisas. Então, a Diretoria de Pesquisas, na minha gestão enquanto Presidente, não tinha segredos. Eu sabia o que estava acontecendo em cada equipe; quais eram as dificuldades; aquilo que precisaria mudar ou melhorar; quais os projetos que, prioritariamente, precisavam ser tocados. Isso me deu a tranquilidade de me voltar para a Geociências, mais do que qualquer Presidente teve a oportunidade de fazer. Vir da Diretoria de Pesquisas, depois de sete anos, foi um privilégio³³. Comecei com uma vantagem que os outros não tiveram. Isso é uma coisa. A outra coisa, que também não é mérito meu, diz respeito às circunstâncias: o desenvolvimento sustentável é o tema da atualidade. Então, não tem como hoje você estar à frente do IBGE e não encarar esse tema. E encarar esse tema é se voltar para a Geociências, quer você entenda o que eles estão falando ou não. É preciso correr atrás e descobrir o que eles estão dizendo, aprender com eles e integrar. Nós estamos nos organizando agora para a Conta da Água, por exemplo, criamos um fórum de discussão, montamos uma equipe que vai acompanhar o trabalho uns dos outros, e começar a fazer o balanço das informações que estão faltando. Isso está sendo trabalhado conjuntamente com as Diretorias de Geociências e de Pesquisas, e esse é um dos projetos que eu tenho acompanhado mais de perto.

A SENHORA CONSIDERA A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE MUITO LENTA?

Não é que seja lenta, ela é muito difícil, ela representa um desafio muito grande. Mensurar, por exemplo, os fluxos da água, mas que fluxos são esses? A ANA [Agência Nacional de Águas] tem todos os registros administrativos e ela está trabalhando inclusive para colocar esses registros físicos já no formato do Manual da ONU da Conta da Água³⁴, mas é necessária muito mais informação do que o estoque. É preciso saber quanto que a pecuária usa, quanto a indústria usa, quanto as outras atividades usam; é preciso mensurar o uso humano. Essa é uma informação que já levantamos na Pesquisa de Orçamentos

³³ Wasmália Bivar foi Diretora de Pesquisas de abril de 2004 a setembro de 2011.

³⁴ Trata-se do manual conhecido como SEEA-Water: SYSTEM of environmental-economic accountig for water. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2012. 197 p. (ST/ESA/STAT/SER.F/100). Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/envaccounting/seeaw/>>. Acesso em: abr. 2016.

Familiares - POF, mas a quantidade física, embora venha na Conta da Água, não foi uma boa experiência, por exemplo. A Pesquisa de Orçamentos que está sendo planejada agora irá perguntar os valores e, a partir dos valores, iremos fazer aproximações. Para as Contas Ambientais, as exigências de informação são múltiplas e os desafios são realmente grandes. Há situações, por exemplo, em que as próprias referências metodológicas estão em construção. Vai lentamente? É, vai lentamente, mas não somos só nós que vamos lentamente. Um valor importante das equipes do IBGE é que só dizemos que está pronto quando está realmente pronto. Nós temos um grande valor, somos cada vez mais respeitados, não só regionalmente, internacionalmente, porque não é que a gente faça tudo – mesmo em Contas Nacionais, temos ainda um caminho a percorrer para cumprir todas as recomendações internacionais e completar todos os quadros –, mas cada passo que damos é com segurança. E somos capazes de reproduzir com periodicidade e com bom padrão de qualidade. Este é um grande valor da Casa. Eu sempre estive à frente de projetos novos, inovadores, e isso sempre me entusiasmou muito. Mas, ao longo do tempo, aprendi a dar enorme valor às posições, algumas vezes conservadoras, de alguns dos nossos técnicos: “Estamos preparados para isso mesmo? É isso mesmo? Tem certeza?”, porque a nossa Missão exige essa cautela.

NESSES QUATRO ANOS DE GESTÃO, A SENHORA PASSOU POR UM PERÍODO DE CORTE ORÇAMENTÁRIO, FALTOU DINHEIRO PARA A REALIZAÇÃO DA CONTAGEM [DA POPULAÇÃO] E DA POF. COMO ENFRENTOU ESSE PROBLEMA?

A Contagem é um projeto importante para todos, mas se me perguntassem entre o Censo Agropecuário e a Contagem, se tivesse que privilegiar apenas um, no meio da década, eu privilegiaria o Censo Agro. Não só pelas questões ambientais de que estávamos falando, mas pelos impactos que a atividade agropecuária gera: dado o seu peso na nossa balança comercial, na nossa estrutura produtiva, na geração de emprego e renda, como também nos avanços tecnológicos. Não queríamos fazer mais uma Contagem e Censo Agropecuário juntos, porque não foram boas experiências. Elas se concluíram, têm o seu valor, mas não repetiria; faria diferente, e essa foi a nossa proposta. Fizemos um orçamento que era a Contagem sendo realizada no segundo semestre de 2015 e o [Censo] Agropecuário, no início de 2016. Obviamente, são operações mais caras do que as realizações simultâneas. Então, na hora em que cortaram a Contagem houve preocupação, porque precisamos da Contagem. Ela é importante para a

atualização dos nossos modelos de estimativas e projeções. Estávamos planejando essa operação de Contagem para não ser simplesmente sexo e idade; ela ia ter um questionário, mais ou menos do tamanho de um Questionário Básico do Censo 2010, trazendo informações essenciais. A questão demográfica talvez seja uma das questões mais críticas nos dias de hoje, porque o País está de fato desacelerando seu ritmo de crescimento populacional, com a expectativa de que já, já nossa população pare de crescer. O envelhecimento, a redução da taxa de fecundidade... conhecer esses fenômenos nacionalmente é muito importante para o redimensionamento das políticas públicas. Já existem municípios hoje no Rio Grande do Sul que não crescem; a taxa de crescimento vegetativa deles é negativa. Não é porque a população migra, é porque realmente a reprodução não permite que se reponha a população. Isso faz pensar em várias questões que vão além de como é que nós vamos fazer política para idosos, reforma da previdência. Há a questão do território também, da ocupação do território. Como é que se vai fazer para manter populações em locais estratégicos? Como é que se vai fazer nesse momento em que o Brasil ainda não consolidou a sua ocupação territorial e já vai ter uma regressão no número de habitantes que estão lá nesses territórios?

A CONTAGEM DA POPULAÇÃO 2016 NÃO FOI REALIZADA, E O CENSO AGROPECUÁRIO?

O Censo Agropecuário está previsto para realização em 2017, no início de 2017³⁵.

MAS A SOCIEDADE PERDE NA MANEIRA QUE NÃO TEM ESSA FOTO...

A questão demográfica é muito importante, mas a sociedade não perde a foto, e sim a precisão com que a foto é tirada, se temos uma operação da Contagem. Mas as nossas estimativas e projeções já apontam queda da população. Portanto, merece reflexão, por exemplo, a forma como redistribuímos os recursos federais para os municípios: segundo a lei, damos mais dinheiro para onde tem mais gente, porque há a ideia de ser distributivo, de fornecer serviços públicos, importante para todo mundo. Claro que essa orientação da distribuição dos recursos terá que se manter, mas ela precisará se adequar para também poder reter população em municípios do Território Nacional que são estratégicos, mas que vêm diminuindo

³⁵ A esse respeito, ver nota 18 deste mesmo capítulo.

suas populações. A junção de população, demografia e território traz várias questões importantes, que precisam ser discutidas, e acho que o IBGE tem muito a contribuir. Agora, existe uma outra coisa, no campo das estatísticas, que é desafiadora: a melhoria dos registros administrativos. A Diretoria de Pesquisas está trabalhando para isso, e teremos que avançar nesse projeto muito fortemente, pois há um limite para as estatísticas responderem às questões nacionais. É importante investir nos registros administrativos, haja vista que em vários temas nós temos registros administrativos magníficos, muito bem cuidados, muito bem tratados, transparentes, públicos, e produzimos informações estatísticas a partir deles; mas há outros temas sobre os quais não dispomos de quase nada. Por exemplo, na área da Segurança pública é fundamental trabalhar os registros administrativos. O IBGE tem que regularizar sua produção da pesquisa de vitimização, mas, para sabermos realmente sobre a questão da Segurança pública, é preciso que tenhamos as informações que hoje estão nas mãos, na verdade, dos estados brasileiros. Então, isso precisa ser regularizado. No caso da Demografia, é importante que os registros de nascimento e morte sejam de fato bem cobertos. E não é só isso. O IBGE precisa ter acesso a registros administrativos que hoje estão sob sigilo fiscal, sob sigilo bancário, para podermos racionalizar a produção de informações. Este é o caso, por exemplo, do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Poderemos não perguntar para as empresas o que o outro órgão governamental já pergunta. Essa duplicação de esforços é um ônus para a sociedade. É preciso também que outras áreas de conhecimento sejam incorporadas a partir dos registros administrativos. Mesmo na questão do território existem vários órgãos que estão delimitando os estabelecimentos, pegando os polígonos dos estabelecimentos agropecuários do País. Isso, para saber como está sendo o uso da terra, é fundamental. Outro exemplo são os registros administrativos não só da área de Segurança, mas da área de Justiça mesmo: quem está recorrendo à justiça, para quê, em que situações. Existem os esforços que estão sendo feitos, cada vez mais, por esses gestores, para obtenção dessas informações, e o IBGE tem que estar presente, estimulando isso, para que o País possa ter informação.

EU ACHO QUE ESSE TRABALHO QUE A SENHORA COLOCA SUPÕE QUE O IBGE DE FATO EXERCITE A FUNÇÃO LEGAL QUE TEM DE COORDENAÇÃO. E ESSA É UMA FUNÇÃO QUE O IBGE EXERCE MUITO MAIS NOMINAL QUE EFETIVAMENTE. A SENHORA CONCORDA?

É verdade, você tem razão. Vivemos um período em que talvez possamos fazer

um salto importante. Nós acabamos de implantar no Plano Plurianual³⁶ do governo uma ação que visa justamente montar um sistema de informações oficiais, integrado, que junte estatísticas, informações de geociências e registros administrativos. Porque o Estado brasileiro ainda não se deu conta do que ele perde ao não fazer gestão da informação; o Estado precisa valorizar isso, e acho que essa consciência está crescendo. Hoje, por exemplo, já temos um Comitê de Estatísticas Sociais³⁷ que reúne todos os Ministérios da área social. Seus objetivos ainda são muito modestos, mas eles têm crescido.

O IBGE TEM RECURSOS HUMANOS HÁBEIS PARA EXERCER UMA COORDENAÇÃO DE FATO EFETIVA?

Você tocou num ponto crítico. Vivemos, atualmente, uma transição demográfica dentro do IBGE. Não só estamos aquém do número que nós deveríamos, requereríamos ter para a nossa produção, como estamos vivenciando uma transição demográfica. As pessoas estão assumindo responsabilidade sem ter grande convivência com a experiência do passado, e os conhecimentos vão embora, junto com as aposentadorias. Por outro lado, entra muito mais gente com nível universitário. Hoje, o IBGE tem um perfil de formação, de capacitação formal muito mais forte do que teve no passado. Eu acho que temos potencial para exercer esse papel. Precisamos nos fortalecer um pouco mais para exercê-lo. Vejo assim porque em algumas áreas de conhecimento dispomos de pessoas para desenvolver o tema e servir de interlocutor, e um interlocutor ativo, como tem que ser no caso da coordenação. Em outras áreas precisamos construir essa pessoa, fortalecer algumas pessoas que a gente tem na Casa, capacitando-as para esse papel. Vi isso muito forte agora, quando fizemos uma rodada enorme de interlocução com as instituições nacionais para a escolha dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que a ONU está promovendo. Fizemos um Encontro³⁸, vieram 70 instituições, designamos um coordenador

³⁶ Plano Plurianual - PPA é um instrumento de planejamento da administração pública federal que define objetivos e metas do governo por um período de quatro anos.

³⁷ Instituído pela Portaria Interministerial n. 424, de 06.12.2007, o Comitê de Estatísticas Sociais é uma iniciativa de instituições federais produtoras de registros administrativos, pesquisas sociais e censos e tem por objetivo o fortalecimento e aprimoramento das informações estatísticas oficiais e a promoção da Coordenação do Sistema Estatístico Nacional.

³⁸ Trata-se do Encontro de Produtores de Informação visando à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, realizado no CDDI, Rio de Janeiro, de 29 de junho a 1º de julho de 2015.

para cada um dos 17 objetivos, e foi muito importante ter alguém do IBGE que fosse o animador do tema. E quando se passa para a coordenação, isso se desdobra em muitos requisitos, por exemplo, na Educação. Precisamos de gente que entenda de vários aspectos da Educação, como a Educação profissional, que é completamente diferente da Educação formal. Enfim, há várias questões envolvidas em cada um desses temas. Precisamos, sim, ter reforços nessas áreas: não só temos que aumentar o nosso quadro físico, como temos que ampliar as competências do quadro de que dispomos. Isso significa juntar os conhecimentos acadêmicos, que especialmente os novos hoje em dia vêm fortes nisso, com o conhecimento da Casa, que só tem aqui – e essa junção, fazer essa união, é que é importante. Mas já vemos muitos jovens fazendo isso nas suas áreas de conhecimento, muitos que conseguiram saltar essa ponte. Outros ainda têm dificuldade de ver de que maneira se encaixam e não conseguem ainda perceber de que maneira os seus conhecimentos teóricos se casam com as exigências práticas do dia a dia de uma instituição como o IBGE.

A SENHORA ENFRENTOU A PRIMEIRA CRISE, EM 2014, QUE FOI O ANÚNCIO DA SUSPENSÃO DA DIVULGAÇÃO DA PNAD CONTÍNUA. QUAL É A SUA AVALIAÇÃO?

Eu considero a PNAD Contínua quase uma filha, porque, quando eu entrei na Diretoria de Pesquisas, eu ouvi falar da “PNAD Deitada”, chamada assim na época pelos estatísticos, porque era um assunto que trafegava no meio dos estatísticos. Quando entrei na Diretoria de Pesquisas, percebi que esse era o grande projeto da área social do IBGE, porque, de certo modo, as econômicas [pesquisas] tinham feito seu processo de modernização. Era um projeto que poderia criar uma infraestrutura e ampliar incrivelmente a capacidade de produção. Justamente o que me encanta no IBGE é que nenhum projeto é de ninguém, o projeto é do coletivo, e encontrei muitos aliados para tocar esse projeto. No ano passado, a crítica que recebemos, não era uma crítica, veja bem, era a realidade. Estávamos trabalhando com a ideia de que nós tínhamos que produzir resultados de renda para janeiro de 2016 e, quando os Senadores Gleisi Hoffmann e Armando Monteiro se manifestaram, entendemos que o que estava de fato escrito na lei, pelo menos eu e toda a Direção fomos entender só ali, é que deveríamos dar o resultado em janeiro de 2015. Não só isso. No requerimento de informação, eles vinham com uma série de questionamentos para uma pesquisa cuja primeira divulgação de resultados

tínhamos acabado de fazer em janeiro, e a segunda estava prevista para o dia 10 de abril. Na minha experiência de Diretora de Pesquisas, aprendi o quanto a distribuição do FPM [Fundo de Participação dos Municípios] é politicamente forte em questionar os resultados do IBGE. Isso acontece, por exemplo, com as estimativas e projeções populacionais, em que nós temos, volta e meia, que estar nos defendendo judicialmente, com juízes que determinam que a população do município tal não é tanto; é tanto. Então, o que não queríamos naquele momento era que a pesquisa fosse marcada por críticas, contestações, que poderiam vir fortes por parte dos estados, uma vez que a renda constava no cálculo do rateio do FPE [Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal] – especialmente quando ficou claro que do nosso cronograma tinha sido tirado quase um ano inteiro. E isso ficou claro para o Ministério também: que nós estávamos trabalhando com um ano e oito meses, mas nós tínhamos oito meses, e que a metodologia da renda não estava fechada; e não estava. A gente fechou depois, inclusive reunindo especialistas na área.

A DECISÃO [DA SUSPENSÃO DA DIVULGAÇÃO DA PNAD CONTÍNUA] FOI SÓ DA SENHORA?

Não, foi do Conselho Diretor, mas eu me sinto responsável por ela, eu fui parte da decisão. Foi do Conselho Diretor, foi da maioria do Conselho Diretor, com exceção de um voto.

POR QUE ESSA DECISÃO?

Na época, tínhamos a certeza de que era necessária uma interrupção temporária das divulgações para a equipe poder antecipar o calendário dos estudos necessários para a estimação da renda domiciliar *per capita* e continuar apurando e tabulando os outros resultados da pesquisa e, então, retomar a divulgação em janeiro de 2015. Precisávamos cumprir a Lei 143/2013 [Lei Complementar n. 143, de 17.07.2013] e também preservar a PNAD Contínua de possíveis questionamentos de sua metodologia e resultados. Além disso, a informação da pesquisa já era pública, a taxa de desocupação da PNAD Contínua já era conhecida, pois tínhamos feito duas divulgações da Pesquisa. E era um período, inclusive, em que a taxa de desocupação estava caindo. Portanto, estávamos deixando de dar dado que seria, de certo modo, benéfico para o governo, porque se você olhar a série, verá que a série era de queda. E isso acabou nos levando para uma crise bastante significativa.

Entenda por que a divulgação da PNAD Contínua foi quase suspensa

A decisão de suspender a pesquisa foi tomada em uma reunião do Conselho Diretor, em 8 de abril de 2014, que resultou de imediato no pedido de exoneração da Coordenadora-Geral da ENCE, Denise Britz. No dia seguinte, véspera da segunda divulgação da PNAD Contínua e do anúncio oficial de sua interrupção, a Diretora de Pesquisas, Marcia Quinstl, repensando a situação e discordando das mudanças no cronograma de divulgação da pesquisa, também pediu exoneração do cargo. Em 10 de abril de 2014, a Presidente Wasmália Bivar e o Conselho Diretor anunciaram oficialmente a suspensão das outras divulgações da pesquisa previstas naquele ano por meio de um Comunicado divulgado no portal do IBGE. Com essa medida, a Instituição pretendia realizar os ajustes necessários na metodologia, após questionamento dos Senadores Gleisi Hoffmann (PT-PR), ex-Ministra-Chefe da Casa Civil, e Armando Monteiro (PTB-PE) sobre a precisão das informações a respeito da renda domiciliar *per capita* para as Unidades da Federação. A Lei Complementar n. 143, de 17.07.2013, previa que o anúncio do indicador de renda domiciliar *per capita* ocorresse em janeiro de 2015, enquanto o IBGE se programava para publicar os resultados

com um prazo maior, em janeiro de 2016. Com a necessidade de avaliação, porém, a divulgação da pesquisa seria retomada apenas em janeiro de 2015. Em 11 de abril de 2014, a crise aumentou com a entrega de uma carta de 18 Técnicos, entre eles alguns Coordenadores da Diretoria de Pesquisas, ao Conselho Diretor, manifestando-se contra a suspensão da divulgação da pesquisa e sobre a possibilidade de colocarem os seus cargos à disposição, caso isso não fosse reavaliado com o Corpo Técnico da Instituição responsável pela pesquisa. O episódio levantou suspeita de interferência política no Órgão, para esconder eventuais aumentos do desemprego, captados pela PNAD Contínua, no período de ano eleitoral. A ASSIBGE – Sindicato Nacional apresentou um indicativo de greve, que, além da questão salarial, reivindicava também a saída da Presidente Wasmália Bivar. Por fim, em 6 de maio de 2014, com a garantia dos técnicos de que seria possível cumprir o prazo estipulado na citada Lei Complementar, a Direção do Instituto reconsiderou a posição e decidiu manter a divulgação da PNAD Contínua, anunciando-a oficialmente por meio de um Comunicado divulgado no portal do IBGE.

ESSA CRISE TEVE MUITA REPERCUSSÃO NA IMPRENSA?

Muita repercussão. Todas as crises são desafios, mas também oportunidades. Uma das oportunidades dessa crise foi a de expormos que o cronograma deveria ser reduzido, a metodologia da renda, finalizada, como também todos os aspectos metodológicos e avanços que significam a PNAD Contínua. Conseguimos passar muitas informações e, ao mesmo tempo, conseguimos uma defesa prévia para a pesquisa. Eu não contava que fora do IBGE fosse ter uma defesa tão forte da pesquisa, que se contrapunha a qualquer outra crítica que ela viesse a sofrer.

POR QUE, DEPOIS QUE A SENHORA ANUNCIOU A SUSPENSÃO, RETOMOU O TRABALHO E VIU QUE HAVIA A POSSIBILIDADE DE CONTINUAR A DIVULGAÇÃO?

Porque a equipe se comprometeu e assegurou ao Conselho Diretor que era possível manter o calendário de divulgação da pesquisa e, conjuntamente, fechar a metodologia da renda com um grupo de especialistas, apresentá-la para as Unidades da Federação e ter resultados das estimativas para a renda disponíveis no prazo estabelecido pela lei. Retomamos a divulgação, a equipe se dedicou, trabalhou intensamente, mas, para maior segurança quanto ao cumprimento dos prazos, os trabalhos sucessivos foram acompanhados diretamente pela Presidência. Depois, conseguimos cumprir o prazo, conseguimos dar as respostas que estavam sendo solicitadas e obtivemos uma enorme defesa da própria pesquisa.

MAIS TARDE, O IBGE ENFRENTOU UM PROBLEMA DE CORREÇÃO DA PNAD [2013], UM DIA APÓS A PESQUISA SER DIVULGADA. A SENHORA PODE CONTAR COMO FOI?

O erro não mudou os resultados da PNAD. Eu não sei o quanto isso ficou claro para todo mundo, porque, se os valores da PNAD fossem analisados com os intervalos de confiança, veriam que o que a imprensa destacou como queda ou aumento, não era nem queda e nem aumento; eram dados estatisticamente iguais, e foi assim que nós divulgamos. Foi muito ruim, porque se passou a ideia de que o IBGE estava mudando o sentido do número, quando na verdade o número era o mesmo, mas a compreensão de que os dados precisam ser analisados com seus intervalos de confiança é algo que vai amadurecer ao longo do tempo. Hoje, a gente consegue um nível de compreensão do que o IBGE fala muito maior do que foi no passado. E cada dia é melhor e maior essa compreensão. A questão toda é que era um ano político, eleitoral. Se fosse

num ano sem eleições, talvez nenhum dos dois fatos, não estou falando que não teriam tido repercussão, mas não teriam a intensidade da repercussão que tiveram, porque os números em si estavam encobertos pela discussão política que havia por trás. Como por exemplo: “a taxa de desocupação da PNAD Contínua era maior do que a da PME [Pesquisa Mensal de Emprego]”. Mas isso todo mundo já sabia – tinha 1,5 a 2 pontos percentuais de diferença, mais ou menos, que se mantinha, não tinha por que mudar. No caso do coeficiente de Gini da PNAD, a mudança que houve foi de +0,002 para -0,001. Não tinha diferença, e foi assim que foi divulgado.

Entenda o erro da PNAD 2013

Um dia após a divulgação da PNAD 2013, ocorrida em 18 de setembro de 2014, o IBGE constatou erros no processo de expansão da amostra da pesquisa, o que provocou alterações nos resultados de sete estados – Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul –, com reflexos em diversos indicadores calculados para todos os níveis geográficos contemplados na pesquisa, inclusive o Brasil como um todo. Conforme notícia divulgada no portal do IBGE, no fim da tarde de 19 de setembro de 2014, a expansão das amostras de domicílios e moradores desses estados deveria ter sido calibrada considerando-se as projeções de população para as Regiões Metropolitanas das suas capitais e para o restante do estado separadamente. Porém, como são estados que têm mais de uma Região Metropolitana – além daquela da capital –, foi utilizada, equivocadamente, a projeção de população referente a todas as

áreas metropolitanas, em vez da projeção de população da Região Metropolitana na qual está inserida a capital.

Tal erro levou o IBGE a recalcular os novos fatores de expansão, reestimar os indicadores e refazer todo o plano tabular da PNAD 2013, com suas respectivas precisões, corrigindo inúmeros resultados. Com isso, informações sobre a distribuição da população por sexo e por cor ou raça, taxa de analfabetismo, população desocupada, número de crianças e adolescentes trabalhando, rendimentos médios de todos os trabalhos e domiciliar, número de domicílios com acesso à rede de água, rede de esgoto e coleta de lixo, entre outras, foram alteradas. O *release* para a mídia com a correção dos resultados da PNAD 2013 foi atualizado e divulgado no portal do IBGE, em 26 de setembro de 2014, destacando, em negrito ou itálico, as correções ocorridas nos indicadores e fornecendo acesso

ao texto originalmente divulgado. Cabe destacar que o problema foi identificado por consultorias econômicas privadas e órgãos do governo, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que entraram em contato com o Instituto no mesmo dia da divulgação. Em razão disso, a equipe recalculou todos os dados e constatou o erro. Naquela manhã de sexta-feira, a Presidente Wasmália Bivar convocou às pressas uma reunião com os Diretores e Técnicos, e decidiram que o erro deveria ser divulgado o mais rapidamente possível, de acordo com as Boas Práticas Estatísticas. Os cálculos foram refeitos, e, no final do dia, diante de cerca de 20 jornalistas, Wasmália admitiu o erro na PNAD 2013 e pediu desculpas a toda a sociedade. O índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição dos rendimentos, foi, dentre os indicadores corrigidos, aquele que ganhou mais destaque na mídia. Na divulgação original da PNAD 2013, ele passava de 0,496 em 2012, para 0,498 em 2013 (quanto maior, mais desigual), mas o número correto, segundo o Instituto, havia sido de 0,495 em 2013. Para o IBGE, a revisão dos números não alterou a leitura de que a desigualdade havia ficado estacionada entre um ano e outro, mantendo as principais

tendências verificadas na década. Para os jornalistas, porém, a correção mudou a análise sobre a desigualdade de renda proveniente do trabalho, que antes aumentava e, depois, diminuiu. O equívoco foi esclarecido pelo Diretor de Pesquisas, Roberto Olinto, e o Coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo Pereira, durante a noite. Especialistas se mostraram surpresos com o episódio, mas a maioria destacou a importância de o problema ter sido reconhecido publicamente e a rapidez com que isso foi feito. O governo, contudo, anunciou a criação de duas Comissões. A Comissão de Especialistas para Avaliação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013 – CEPNAD, designada por meio da Portaria n. 336, de 22.09.2014, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi instituída para avaliação do padrão técnico da pesquisa, sendo formada por cinco especialistas: Cláudio Salvadori Dedecca, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Gustavo Maurício Gonzaga, da PUC-Rio; Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; e Maria Paula Ferreira, da Fundação SEADE. A segunda Comissão, esta de sindicância investigativa, instaurada pela Portaria n. 702, de

22.09.2014, da Casa Civil da Presidência da República, foi instituída sob a liderança do Secretário-Executivo da Casa Civil, Valdir Moysés Simão, e contou com a participação do Analista do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Igor Vinicius de Souza Geracy; da Analista da Controladoria-Geral da União – CGU Érika Lemância Santos Lobo; e do Delegado da Polícia Federal Ricardo Hiroshi Ishida. Os Analistas de Finanças e Controle Francisco Eduardo de Holanda Bessa e

Luciana da Silva Barbosa atuaram como assessores técnicos dessa Comissão. Por fim, as Comissões finalizaram seus trabalhos, reconheceram o padrão técnico da pesquisa e concluíram que o equívoco no procedimento de expansão da amostra da PNAD 2013 fora acidental – não foi identificada nenhuma intencionalidade nem relação do erro com desconhecimento técnico da equipe ou falta de condições adequadas de trabalho, sendo o processo arquivado.

A SENHORA CONSIDERA QUE NA HISTÓRIA DO IBGE O ANO ELEITORAL SEMPRE É UM PERÍODO DELICADO PARA A INSTITUIÇÃO?

A questão toda é que o IBGE não pode ficar se pautando por isso, porque tem eleição a cada dois anos. Então, temos que seguir o nosso Plano Anual de Trabalho, sempre atentos em melhorar a qualidade do nosso trabalho, que é para toda a sociedade. O IBGE deve sempre ser reconhecido como órgão de Estado.

ESSE EPISÓDIO DA PNAD [2013] AINDA TEVE UM AGRAVANTE: A DECISÃO DO GOVERNO DE CRIAR DUAS COMISSÕES INVESTIGATIVAS DENTRO DO IBGE. QUAL A AVALIAÇÃO QUE A SENHORA FAZ DESSE EPISÓDIO?

Uma Comissão de Sindicância nunca é vista de uma forma positiva, porque o IBGE é um órgão técnico, essencialmente técnico, mas os fatos se desenrolaram da seguinte forma: fomos ouvidos; fomos tratados com respeito por todos os membros, tanto eu, como os Diretores e Técnicos que participaram da Comissão de Sindicância; enviamos a documentação solicitada, inclusive uma mostrando que tomamos a decisão seguindo o Código de Boas Práticas da ONU³⁹ e que a

³⁹ Trata-se de: UNITED NATIONS. Economic and Social Council. *Fundamental principles of official statistics*. New York, 2013. 2 p. (E/RES/2013/21). Endossa e reafirma os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais adotados pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, em 1994. Resolução adotada no 46th plenary meeting, 24 July 2013. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/dnss/gp/fundprinciples.aspx>>. Acesso em: abr. 2016.

orientação tomada foi igual à de outros países que passaram por experiência similar, como Estados Unidos, Austrália; e concluíram que foi um acidente. E foi isso mesmo, um acidente. Para uma instituição que vive de confiança – o IBGE vive de confiança; o nosso produto é confiança –, é fundamental isso, que os gestores da Casa também vivam da confiança dos seus servidores. E isso eu tenho. Tenho total confiança de que os servidores do IBGE não se deixam manipular. Estava supertranquila e sabia que a conclusão seria aquela. No final, tivemos o crivo de especialistas sobre o padrão técnico da pesquisa, ficou atestado que a maioria dos nossos procedimentos estava certa e que não houve nenhum tipo de manipulação.

A SENHORA TAMBÉM ENFRENTOU DUAS GREVES NESSES QUATRO ANOS DE GESTÃO. COMO FOI?

Foram duas greves, 2012 e 2014. Primeiramente, gostaria de dizer que sou sindicalizada e mantenho a minha filiação ao Sindicato. Eu espero que os jovens hoje se interessem por fazer parte do Sindicato e, também, se interessem por fazer parte da Direção da Casa, participar dos processos seletivos para Chefe de Unidade Estadual, Coordenador etc. Penso que uma instituição como o IBGE não pode prescindir de um sindicato, mas eu gostaria de ver um sindicato menos político-partidário e mais voltado para os interesses dos ibgeanos e da Instituição; um sindicato se renovando e modernizando suas práticas. Acho que isso é possível. Um sindicato que reivindica melhores salários não pode ao mesmo tempo apresentar o IBGE como uma Instituição precária, uma Instituição quase falimentar, como eles nos apresentaram em 2014. O IBGE não é uma instituição que usa temporários sem controle, que não está preocupada com a qualidade do que está sendo produzido. Se fôssemos como eles nos apresentaram, não merecíamos melhores salários. Agora, nós merecemos melhores salários porque nós vivemos numa Instituição com muitos problemas, como em várias outras instituições, e, no caso particular do IBGE, existe uma carência de recursos humanos bastante importante, mas quem está aqui dentro está trabalhando com muita competência e seriedade, buscando maneiras de aprimorar ainda mais os processos de trabalho, visando garantir o alto padrão de qualidade que sempre caracterizou a nossa produção. Acho que o IBGE merece, sim, ganhar tanto quanto, por exemplo, o IPEA ganha, quanto o Ministério [do Planejamento, Orçamento e Gestão] ganha, porque nós, inclusive, estamos no mesmo processo de produção. Falo sempre isso; mas merecemos porque temos um Corpo

Técnico fortemente comprometido com a qualidade e com o cumprimento dos prazos, divulgando produtos com nível de qualidade muito bom. Divulgamos microdados, nosso usuário vê as entranhas do nosso processo de produção e diz que o que fazemos é bom. Portanto, não tem por que dizer que é ruim.

O DISCURSO DEVE MUDAR?

Como eu digo para o Sindicato quando nos reunimos: nós tínhamos que estar brigando as mesmas brigas. Os meios são diferentes, são outros, mas o objetivo de melhoria das condições de trabalho é o mesmo. Há sindicatos que adotam práticas distintas, inclusive no que diz respeito às atividades essenciais. Com exceção dessa última greve, que foi por tempo indeterminado, a FIOCRUZ [Fundação Oswaldo Cruz], por exemplo, tem a prática de fazer dois, três dias de greve, com grande repercussão, parando toda a Instituição, exceto a fábrica de vacina. Por quê? Porque sabem que a essencialidade do que a FIOCRUZ faz reside ali, na fábrica de vacina. A essencialidade do que o IBGE faz reside nas nossas pesquisas conjunturais. A sociedade necessita dos resultados dessas pesquisas para as relações contratuais, para tomar decisões que afetam o cotidiano de toda a população.

EM SUA OPINIÃO, DE QUE FORMA A GREVE NO IBGE IMPACTA NA IMAGEM DA INSTITUIÇÃO?

Sobre as que ocorreram durante a minha gestão, em minha opinião, negativamente, porque a imagem que eles passaram do IBGE foi uma imagem negativa. Eles diziam estar atacando a Direção, mas no fundo eles atacaram a Instituição, ao afirmarem que o trabalho era precário e a qualidade era ruim; mas a Casa corre atrás com os seus meios para tentar dar a melhor condição de trabalho possível e vai tentando melhorar na medida das suas possibilidades. Está tudo como nós gostaríamos? Não. Gostaríamos de ter melhores salários? Gostaríamos. Gostaríamos de ter em vários locais melhores instalações e uma identidade visual? Gostaríamos. Aliás, falando nisso, nós temos um projeto que eu acho que é muito importante para a Casa, que é o Projeto Rede.

A SENHORA PODERIA FALAR MAIS SOBRE O PROJETO REDE: O QUE ELE É, SEUS OBJETIVOS?

O Projeto Rede é um projeto de fortalecimento das Unidades Estaduais e da Rede de Agências do IBGE, através da sua reestruturação e da valorização dessas Unidades, que executam a primeira etapa da nossa cadeia de produção, a partir

da qual todo o trabalho do IBGE se estrutura. O que o projeto prevê é, na verdade, um “redesenho” institucional da nossa Rede, observando suas diferentes características, necessidades de recursos, distribuição no território e estratégias que são necessárias para que ela possa ser o mais eficiente possível. Na prática, esse “redesenho” significa rever a atual distribuição da Rede de Agências. Por exemplo: em alguns estados temos Agências muito próximas umas das outras, e há casos de disparidade na distribuição do volume de trabalho, que fica muito reduzido em algumas Unidades e concentrado demais em outras. Então, o primeiro passo foi analisar a distribuição das Agências e a sua jurisdição, ou seja, os municípios que estão sob sua responsabilidade. Concluímos que a maioria das Agências está localizada de forma adequada, claro, mas existe um certo número delas que precisa ser readequado. Em alguns estados, há excesso de Agências; em outros, é preciso criar novas. Além disso, foi elaborada uma tipificação das Agências, basicamente em função do seu porte. Nós temos diferentes tipos de Agências: algumas são grandes e cobrem uma população, humana e de empresas, muito grande; outras são menores, mas, algumas vezes, cobrem um território muito extenso. Essas análises não foram feitas de forma subjetiva. Sabíamos que era preciso criar critérios objetivos, que pudessem orientar decisões tão importantes; critérios estruturais, como a população, o número de empresas da área de jurisdição, o tamanho do próprio território, a densidade demográfica, o número de municípios sob responsabilidade de cada Agência... E esses critérios partiram do próprio trabalho do IBGE, sobretudo do estudo *Regiões de influência das cidades*, da Coordenação de Geografia⁴⁰. Os critérios foram aplicados ao Território Nacional e nos deram uma nova proposta de configuração da Rede. Resumindo, teremos de, em primeiro lugar, rever a distribuição das Agências, eliminando aquelas que são muito próximas umas das outras e, em alguns casos, também aquelas em que o volume de trabalho hoje realizado está tão reduzido, que não justifica a existência da própria Agência. Por outro lado, teremos também de criar algumas novas Agências. Porém, uma vez que tenhamos acordado um novo número de Agências, levando em conta as que deverão ser fechadas e criadas, e a localização delas, essa configuração não vai ser implementada imediatamente. Por exemplo: há pessoas trabalhando nas Agências que o Projeto propõe que sejam fechadas; nesses casos, vamos

⁴⁰ A esse respeito, ver nota 30 deste mesmo capítulo.

avaliar, antes de mais nada, se existe interesse por parte desses servidores em ser transferidos. Em caso negativo, há alternativas para que, de modo algum, o servidor seja obrigado a mudar seu domicílio contra a sua vontade. Por exemplo: ir reduzindo paulatinamente a área de atuação da Agência até que ela se limite ao município em que está localizada. Outra etapa importante do Projeto Rede é que, criada a tipologia e levantados os processos de trabalho das Agências, ele vai nos orientar no sentido de definir qual a estrutura necessária para que essas Unidades realizem o seu trabalho: que tamanho deve ter cada Agência, de quantos veículos deve dispor, qual será sua infraestrutura tecnológica, qual é a sua real necessidade de recursos humanos, não só em termos quantitativos, mas também das competências necessárias. O Projeto Rede foi elaborado por um Grupo de Trabalho criado em 2014. Ele já foi apresentado aos Coordenadores de todas as áreas do IBGE e aos Chefes das Unidades Estaduais, em 2015. Teve muito boa receptividade na minha avaliação, e, neste momento, está sendo analisado pelas Unidades Estaduais com seus colaboradores. A próxima etapa é recebermos as observações de cada uma delas para darmos continuidade à sua implementação.

EM SUA OPINIÃO, QUAL É O PAPEL DA ENCE NO IBGE?

Eu considero o papel da ENCE muito importante dentro da Instituição e é preciso estreitar mais essa relação. É necessário que projetos de monografia, dissertação e tese da ENCE estejam ligados a questões levantadas pelo próprio IBGE, que projetos de pesquisas dos professores também estejam ligados, de certo modo. Não é exclusivo isso; afinal de contas, a ENCE forma pessoas para o mercado de trabalho, mas ela está inserida no IBGE, e nós temos questões que são realmente para estudos acadêmicos, que precisam ainda avançar na formulação acadêmica. Nesse sentido, daria para promover mais integração do que temos hoje. Além disso, a ENCE tem tido um excelente papel de formar quadros para a própria Casa. Muitos dos estudantes da ENCE fazem concurso e entram no IBGE. Muitos profissionais do IBGE dão aulas na ENCE, e muitos profissionais do IBGE fizeram mestrado e estão fazendo doutorado⁴¹. Temos dois técnicos do IBGE na primeira turma de doutorado da ENCE.

⁴¹ O curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas da ENCE foi aprovado em 26 de março de 2014 e teve início em março de 2015; conforme previsto no projeto aprovado, tem até oito vagas anuais.

NA SUA GESTÃO, FOI CRIADA A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA E O PORTAL INTERNO [INTRANET] PARA OS SERVIDORES. QUAL ERA A SUA EXPECTATIVA?

Esperava bom resultado, porque foi bem desenhada e executada. O foco era a comunicação interna, a integração da comunicação interna em um único local; esse objetivo foi atingido. As pessoas querem saber sobre os outros projetos e ver os projetos que eles estão tocando de importante na Intranet, ter visibilidade institucional. A sensação de pertencimento de todos melhorou com a Intranet. É sério, só ouço elogios. Realmente, com o tamanho do IBGE e com a quantidade de informação que circula, comunicação é algo sempre muito difícil. O canal da Intranet, no meu entender, está cumprindo um excelente papel. Na política de comunicação, vejo que ainda podemos avançar no que diz respeito a públicos específicos, porque com o jornalista conseguimos atingir um grande público, mas precisamos ter um pedaço da nossa página que fosse mais dedicado às empresas, por exemplo.

PRECISA AVANÇAR MAIS NA DISSEMINAÇÃO?

Sim, já fazemos uso das redes sociais e esse uso é crescente⁴². Já fazemos esse trabalho para os professores⁴³, e é magnífico, porque os professores são formadores dos usuários do futuro, mas precisamos atingir outros públicos, diversificar ainda mais o que a gente faz. Penso que isso seja possível, porque ainda hoje não conseguimos que muitos segmentos da sociedade saibam que a informação de que necessitam existe no IBGE. O desafio é fazer com que os atores sociais se apropriem das informações que produzimos. Isso significa um trabalho de relações institucionais mais fino que precisaríamos desenvolver. Viu que eu escolhi a Instituição certa? Porque não falta trabalho aqui.

E O FUTURO DO IBGE?

Uma das coisas interessantes do IBGE é que aprendemos a não ter medo de tecnologia, porque os avanços da tecnologia, e o que ela nos vai permitindo

⁴² O perfil no Twitter do IBGE foi criado em 2010 e, em março de 2016, já contava com 115 mil seguidores. A página no Facebook, criada em 2012, registrou, em março de 2016, mais de 200 mil curtidas. Em 2015, foram criados o canal no YouTube, com mais de 5 mil inscritos, e o perfil no Instagram, com mais de 3 mil seguidores registrados em março de 2016.

⁴³ O projeto Vamos Contar busca estimular o uso das informações do IBGE nas escolas, a partir de um trabalho de interação entre a Instituição e os educadores. O projeto teve sua primeira edição no ano 2000.

fazer, é algo que exige acompanhamento de perto e permanente. Acho que o nosso grande desafio para o futuro é justamente poder utilizar as informações que saem do uso da tecnologia para produzir informação e os registros administrativos para também produzir informação. No uso da tecnologia do celular, por exemplo, pode-se produzir informação sobre a mobilidade urbana, o turismo; das consultas que se fazem na Internet, pode haver informações sobre padrão de consumo; algumas informações de percepção, embora eu ache que as informações de percepção têm que ser usadas com pinça, com a delicadeza de quem vai fazer cirurgias neurológicas; mas a grande fronteira está nos registros administrativos. O IBGE tem que estar preparado para apoiar e continuar lutando para usar essas informações. Apoiar as iniciativas que tornam esses dados – que estão dispersas, não sistematizadas, desreguladas – em informações organizadas, preparadas para o uso, transformando-as em dados que produzem informação. Isso não significa interromper. Não vamos interromper o IPCA [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo] amanhã, porque há dado de preço na Internet. Não é isso, mas desde já começar a se apropriar dessas informações.

POUCAS INSTITUIÇÕES NO PAÍS CHEGAM AOS 80 ANOS, COMO O IBGE. EM SUA OPINIÃO, O QUE CONTRIBUI PARA ISSO?

Bom, primeiro que não existe país sem o seu IBGE, tanto no que diz respeito às informações estatísticas quanto às informações geocientíficas. Não existe país sem conhecer o seu território, sem conhecer os dados da sua população, das suas empresas, dos seus negócios, da sua demografia, enfim. Temos uma missão que não vai envelhecer nunca, que sempre será necessária, porque os dados que retratam o País são produzidos pelo IBGE. Além disso, e também o mais importante, é que completar 80 anos com o nível de credibilidade conquistado pela Instituição é algo realmente para se comemorar. Não só nós, ibgeanos, mas a sociedade brasileira. O valor do IBGE é o valor que a sociedade atribui a ele. E nisso eu acho que nós temos sido muito bem-sucedidos: trabalhamos numa Instituição à qual a sociedade atribui muito valor, e o ibgeano é o que torna tudo isso possível.

TEIXEIRA DE FREITAS CONSTITUIU UMA INSTITUIÇÃO QUE DEU AOS SERVIDORES UMA CONDIÇÃO DE SERMOS UMA INSTITUIÇÃO DE ESTADO. FALA-SE MUITO DA MÍSTICA IBGEANA, QUE TALVEZ SEJA A MESMA IDEIA DE "VESTIMOS A CAMISA DA CASA", QUE A SENHORA EXPRESSOU. A SENHORA CONCORDA COM ISSO?

A gente tem uma identidade muito forte, tem toda razão. É uma mística que é

transmitida e que cola; de certo modo, gruda na pele, e você acaba vestindo essa outra identidade, que é ser ibgeano. Eu conheci o meu marido em dezembro de 1985; em janeiro de 1986 eu entrei no IBGE. Falo para ele que me casei duas vezes naquela virada de ano, com ele e com o IBGE. Acho que é justamente o valor social que o IBGE tem que nos cria essa mística. É bom saber que, no dia a dia, estamos contando a história do País, colocando a história do País em números para que ele possa ser comparado ao longo do tempo, entre áreas diferentes dentro do País, e com os outros países. Isso nos emociona, nos deixa orgulhosos de fazer bem esse trabalho, e isso transparece para a sociedade. E ela nos retribui com confiança. E no novo mundo da informação, proveniente de tantas diferentes fontes, o valor será dado a quem tem credibilidade.

CAPÍTULO EDMAR BACHA

BACHA, E. L. *Entrevista*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Entrevista concedida à Memória Institucional do IBGE em 13 jul. 2006. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cCyff2dMOBE&feature=youtu.be>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Memória acadêmica. *Economia Aplicada*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIEP, v. 2, n. 1, p. 197-210, 1998. Disponível em: <<http://iepecdg.com.br/Arquivos/ArtigosBacha/Mem%F3ria%2oAcad%EAmica%2oEdmar%2oBacha%2o-%2oEconomia%2oAplicada.pdf>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Mensagem da presidência no cinquentenário do IBGE. *Boletim de Serviço*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 1725, p. 1-16, 30 maio 1986.

_____. Segunda prestação de contas. *Boletim de Serviço*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 1710, p. 1-3, 14 out. 1985. Edição especial.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução n. 1.154, de 23 de julho de 1986*. Brasília, DF, 1986. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1986&numero=1154>>. Acesso em: jan. 2016.

BARBOSA, W. *Planejamento e IPEA no Brasil: de 1964 aos anos 2000: a reconstituição de um itinerário por meio de entrevistas*. Goiânia: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, 2011. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/observatorio/index.php/textos-colaboradores>>. Acesso em: jan. 2016.

BRASIL. Decreto n. 91.295, de 31 de maio de 1985. Inclui, na organização da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a Comissão Executiva do Projeto Radambrasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 123, n. 103, 3 jun. 1985. Seção 1, p. 7946. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Decreto n. 93.599, de 21 de novembro de 1986. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 124, n. 225, 24 nov. 1986. Seção 1, p. 17565-17566. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Decreto-lei n. 2.283, de 27 de fevereiro de 1986. Dispõe sobre a instituição da nova unidade do sistema monetário brasileiro, do seguro-desemprego e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 124, n. 40, 28 fev. 1986. Seção 1, p. 3085-3088. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Decreto-lei n. 2.284, de 10 de março de 1986. Mantém a nova unidade do sistema monetário brasileiro, o seguro-desemprego, amplia e consolida as medidas de combate à inflação. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 124, n. 47, 11 mar. 1986. Seção 1, p. 3629-3632. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Decreto-lei n. 2.288, de 23 de julho de 1986. Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento, institui

empréstimo compulsório para absorção temporária de excesso de poder aquisitivo e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 124, n. 139, 24 jul. 1986. Seção 1, p. 10965. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Lei n. 5.878, de 11 de maio de 1973. Dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 maio 1973. Seção 1, p. 4697. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *História*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ acesso-a-informacao/institucional/o-ministerio/historia>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Secretaria de Planejamento. Portaria n. 204, de 14 de novembro 1985. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 26, n. 222, 20 nov. 1985. Seção 2, p. 5451. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

COMISSÃO EXTERNA PARA AVALIAÇÃO DOS VÍNCULOS DA ENCE COM O IBGE. *Relatório final*. Rio de Janeiro, 1986. Disponível em: <<https://archive.org/details/EscolaNacionalDeEstatistica>>. Acesso em: jan. 2016.

D'ARAUJO, M. C.; FARIAS, I. C. DE; HIPOLITO, L. (Org.). *IPEA 40 anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. 469 p.

EDMAR Lisboa Bacha. In: IBGE. *Memória*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sintese-historicas/galeria-da-presidentes/edmar-lisboa-bacha.html>>. Acesso em: jan. 2016.

FISHLAW, A. Brazilian size distribution of income. *American Economic Review*, Nashville: American Economic Association, v. 62, n. 2, p. 391-402, May 1972.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Acervo do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eduardo-henrique-acioli-campos>>. Acesso em: jan. 2016.

IBGE. *Resolução n. 29, de 24 de julho de 1986*. Institui Comissão Externa para Avaliação dos Vínculos da ENCE com o IBGE. *Boletim de Serviço*, Rio de Janeiro, n. 1727, p. 1-2, 31 jul. 1986.

PRINCIPAIS conceitos da pesquisa de emprego e desemprego (PED). São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese, [2016]. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.html>>. Acesso em: jan. 2016.

RADAM-D. Brasília, DF: Serviço Geológico do Brasil - CPRM, 2006. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=796&sid=9>>. Acesso em: jan. 2016.

SARDENBERG, C. A. *Aventura e agonia: nos bastidores do Cruzado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 363 p.

SENRA, N. DE C. Estatísticas formalizadas: 1972-2002. In: _____. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 4. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>>. Acesso em: jan. 2016.

CAPÍTULO EDSON NUNES

BRASIL. Congresso. Senado Federal. *Projeto de Lei n. 4, de 27 de dezembro de 1985*. Modifica o art. 27 e seus parágrafos da Lei n. 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei n. 3.257, de 2 de setembro de 1957, que dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional de Petróleo, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro S. A. e dá outras providências. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/23805>>. Acesso em: dez. 2015.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso: jan. 2016.

_____. Decreto n. 01, de 11 de janeiro de 1991. Regulamenta o pagamento financeiro instituído pela Lei n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano, 129, n. 9, 14 jan. 1991. Seção 1, p. 837-849. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: dez. 2015.

_____. Decreto n. 91.295, de 31 de maio de 1985. Inclui, na organização da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a Comissão Executiva do Projeto Radambrasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano, 123, n. 103, 3 jun. 1985. Seção 1, p. 7946. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Decreto n. 93.189, de 29 de agosto de 1986. Regulamenta a Lei n. 7.525, de 22 de julho de 1986, que dispõe sobre a indenização a ser paga pela Petrobras e suas subsidiárias aos Estados e Municípios. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano, 124, n. 166, 1 set. 1986. Seção 1, p. 13021. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: dez. 2015.

_____. Lei n. 7.453, de 27 de dezembro de 1985. Modifica o art. 27 e seus parágrafos da Lei n. 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei n. 3.257, de 2 de setembro de 1957, que dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano, 123, n. 249, 30 dez. 1985. Seção 1, p. 19289-19290. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: dez. 2015.

_____. Lei n. 7.525, de 22 de julho de 1986. Estabelece normas complementares para a execução do disposto no art. 27 da Lei n. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação da Lei n. 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano, 124, n. 138, 23 jul. 1986. Seção 1, p. 10881-10883. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: dez. 2015.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *História*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/o-ministerio/historia>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Histórico do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/coordenacao/historico>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. *Casa Civil institui comissão para apurar possíveis irregularidades na PNAD 2013*. Brasília, DF, 2014. Notícia de 23 set. 2014. Disponível em: <<http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2014/setembro/casa-civil-institui-comissao-para-apanar-possiveis-irregularidades-na-pnad-2013>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. *Comissão conclui sindicância que apurou erros na PNAD 2013*. Brasília, DF, 2014. Notícia de 12 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2014/novembro/comissao-conclui-sindicancia-que-apanou-erros-na-pnad-2013>>. Acesso em: jan. 2016.

CENSOS demográficos. In: IBGE. *Memória*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sintese-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>>. Acesso em: jan. 2016.

COMISSÃO EXTERNA PARA AVALIAÇÃO DOS VÍNCULOS DA ENCE COM O IBGE. *Relatório final*. Rio de Janeiro, 1986. Disponível em: <<https://archive.org/details/EscolaNacionalDeEstatistica>>. Acesso em: jan. 2016.

EDSON de Oliveira Nunes. In: IBGE. *Memória*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sintese-historicas/galeria-da-presidentes/edson-de-oliveira-nunes.html>>. Acesso em: jan. 2016.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Acervo do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, 2009. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eduardo-henrique-acioli-campos>>. Acesso em: jan. 2016.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1974. 312 p. (Coleção Debates).

NUNES, E. de O. *Bureaucratic insulation and clientelism in contemporary Brazil: uneven state building and the taming of modernity*. 1984. 231 p. Tese (Doutorado)-Department of Political Science, University of California, Berkeley, 1984.

_____. A Diretoria-Geral deve ser pensada como a Vice-Presidência. *Jornal do IBGE*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 3, ago. 1987.

_____. *Entrevista*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Entrevista concedida à Memória Institucional do IBGE em 11 abr. 2006. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/historia-oral/e-f/edson-de-oliveira-nunes.html>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. É fundamental que se encare a situação com realismo. *Jornal do IBGE*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 3, fev. 1988.

_____. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: ENAP, 1997. 146 p.

_____. *Sobre o IBGE* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ncsenra@gmail.com> em 27 jan. 2007.

_____. O vice-presidente executivo. In: D'ARAUJO, M. C.; FARIAS, I. C. de; HIPOLITO, L. (Org.). *IPEA 40 anos: apontando caminhos: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas - FGV; Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005. p. 261-278. Entrevista concedida em 8 out. 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5497> f. Acesso em: dez. 2015.

SERRA, R.; TERRA, D.; PONTES, C. Os municípios petro-rentistas fluminenses: gênese e ameaças. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Fórum do Rio de Janeiro, n. 18-19, jan.-dez. 2006, p. 59-85. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/publicacoes_fase3_n18_19.htm>. Acesso em: jan. 2016.

CAPÍTULO CHARLES MUELLER

ARRANJOS populacionais e concentrações urbanas no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 167 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93202.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

BEVILAQUA, J. S. Até 1990 o IBGE deverá estar informatizado. *Jornal do IBGE*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 3, jun. 1988. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/265/jibge_1988_n13_jun.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

BRASIL. Decreto n. 91.295, de 31 de maio de 1985. Inclui, na organização da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a Comissão Executiva do Projeto Radambrasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 123, n. 103, 3 jun. 1985. Seção 1, p. 7946. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *História*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/o-ministerio/historia>>. Acesso em: jan. 2016.

CHARLES Curt Mueller. In: IBGE. *Memória*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sintese-historicas/galeria-da-presidentes/charles-curt-mueller.html>>. Acesso em: jan. 2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA - Confest, 3., 1989, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 176 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv22900.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

CONTAGEM da população 2007. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 316 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=293420>>. Acesso em: fev. 2016.

FLORIDO, A. C. S. *Breve histórico dos censos agropecuários*. Rio de Janeiro: IBGE, [200-]. 33 p. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/doc/HistoricoCensosAgropecuarios.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Acervo do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eduardo-henrique-acioli-campos>>. Acesso em: fev. 2016.

GUIMARÃES, E. A. de A. Produção de estatística e sistema estatístico. In: ENSAIOS sobre a produção de estatística. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1990. p. 2-12. (Textos para discussão, n. 26). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv21212.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

SENNA, N. de C. Estatísticas formalizadas: 1972-2002. In: _____. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 4. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>>. Acesso em: fev. 2016.

IBGE. *Plano estratégico quinquenal 1990/1994*. Rio de Janeiro, 1990. 37 p.

_____. *Plano geral de informações estatísticas e geográficas - PGIEG*: proposta 1992. Rio de Janeiro, 1992. 167 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv83826.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

JORNAL DO IBGE. Rio de Janeiro, n. 11, abr. 1988. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7265>>. Acesso em: fev. 2016.

MUELLER, C. C. ...Há muito, muito o que fazer ainda. *Jornal do IBGE*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 3, dez. 1989a. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/265/jibge_1989_n32_dez.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

_____. *A dimensão ambiental no sistema de contas nacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1991a. 83 p. (Textos para discussão, n. 47). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv22520.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

_____. Discurso de abertura da III Conferência Nacional de Estatística. *Jornal do IBGE*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 1, nov. 1989b.

_____. *Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente*. Brasília, DF: Ed. UnB: Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - Finatec, 2007. 561 p.

_____. *As estatísticas e o meio ambiente*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1991b. 72 p. (Textos para discussão, n. 50). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv22502.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

_____. Este é o nosso grande ano em termos de preparo do Censo. *Jornal do IBGE*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 3, jan. 1989c. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/265/jibge_1989_n20_jan.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

_____. É meta prioritária melhorar as condições de trabalho no IBGE. *Jornal do IBGE*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 3, maio 1988. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/265/jibge_1988_n12_mai.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

_____. Se a realidade é uma caixa preta... as ações ficam complicadas e as decisões saem erradas. *Jornal do IBGE*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 3, jan. 1990. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/265/>>

jibge_1990_n33_jan.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

MUELLER, C. C.; SILVA, G.; VILLALOBOS, A. G. Pesquisa agropecuária do Paraná: safra 1986/87 (Programa de aperfeiçoamento das estatísticas agropecuárias). *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 49, n. 191, p. 55-84, jan./jun. 1988. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=71111>>. Acesso em: fev. 2016.

SENRA, N. de C. Edmar Bacha, Edson Nunes, Charles Mueller, Eduardo Augusto Guimarães: quatro nomes, uma única gestão (1985-1992, 2a parte). In: _____. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 4. cap. 12. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>>. Acesso em: fev. 2016.

_____. Estatísticas formalizadas: 1972-2002. In: _____. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 4. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>>. Acesso em: fev. 2016.

SILVA, L. F. *Coordenação estatística nacional: reflexões sobre o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1989a. 63 p. (Textos para discussão, n. 21). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv21079.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

_____. *O IBGE*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a produção de estatísticas. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1989b. 24 p. (Coleção Ibgeana).

_____. *Principais características das pesquisas econômicas, sociais e demográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas e Inquéritos, 1988. 154 p. (Textos para discussão, n. 8). Número especial. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv19803.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

VALENTE, E. *As estatísticas agropecuárias e a III Conferência Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1989. 75 p. (Textos para discussão, n. 16).

_____. *Estatísticas agropecuárias, sugestões para o novo plano geral de informações*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1991. 85 p. (Textos para discussão, n. 59).

WU TAI, D. O que estamos mudando na área administrativa é a descentralização das decisões. *Jornal do IBGE*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 3, jul. 1988. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/265/jibge_1988_n14_jul.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

CAPÍTULO EDUARDO AUGUSTO GUIMARÃES

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Regime de metas para a inflação no Brasil*: com informações até março de 2015. Brasília, DF, [2015]. 14 p. (Série perguntas mais frequentes). Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%2010-regime%20de%20metas%20para%20a%20infla%C3%A7%C3%A3o%20no%20brasil.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 32, n. 1617, 28 nov. 1983. Suplemento.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, ano 34, n. 1710, 14 out. 1985. Especial.

BRASIL. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 128, n. 237, 12 dez. 1990. Seção 1, p. 23935-23946. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Lei n. 8.878, de 11 de maio de 1994. Dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 132, n. 89, 12 maio 1994. p. 7021-7022. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: dez. 2015.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *História*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/o-ministerio/historia>>. Acesso em: fev. 2016.

_____. Presidência da República. Biblioteca. *Fernando Affonso Collor de Mello*. Brasília, DF, [2016]. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor>>. Acesso em: fev. 2016.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE: versão 2.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 425 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas>>. Acesso em: dez. 2015.

EDUARDO Augusto de Almeida Guimarães. In: IBGE. *Memória*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/galeria-da-presidentes/eduardo-augusto-guimaraes.html>>. Acesso em: jan. 2016.

ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv7156.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2013/default.shtm>>. Acesso em: fev. 2016.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Acervo do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eduardo-henrique-acioli-campos>>. Acesso em: fev. 2016.

GUIMARÃES, E. A. de A. *Entrevista*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Entrevista concedida à Memória Institucional do IBGE em 13 mar. 2006. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/historia-oral/e-f/eduardo-augusto-guimaraes.html>>. Acesso em: mar. 2016.

IBGE. *Plano geral de informações estatísticas e geográficas - PGIEG*: proposta 1992. Rio de Janeiro, 1992. 167 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv83826.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

INTERNATIONAL standard industrial classification of all economic activities - ISIC. Rev. 3. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 1990. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas>>. Acesso em: dez. 2015.

MERCOSUL: sinopse estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1992-1999. Irregular. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=711>>. Acesso em: fev. 2016.

NUNES, E. de O. Modernização, desenvolvimento e serviço público: notas sobre a reforma administrativa no Brasil. In: PERSPECTIVAS da economia brasileira 1992. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 1991. p. 211-227.

PREVISÃO e acompanhamento de safras nos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina e no Distrito Federal: safras 1986/1987 a 1999/2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 213 p. (Estatísticas básicas: séries retrospectivas, n. 9). Disponível em: <<http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31007.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

CAPÍTULO EURICO BORBA

BOLETIM DO CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS. Rio de Janeiro: IBGE, ano 1, n. 1, p. 1, fev. 1962. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=731>>. Acesso em: fev. 2016.

BOLETIM GEOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, 1943-1978. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=719>>. Acesso em: fev. 2016.

BORBA, E. de A. N. *Discurso de posse em 30 de março de 1992*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 8 p. Mimeografado.

BRASIL. Decreto n. 4.740, de 13 de junho de 2003. Aprova o estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 140, n. 114, 16 jun. 2003. Seção 1, p. 2-5. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/diseminacao/eventos/missao/estatuto.shtm>>. Acesso em: fev. 2016.

_____. Lei n. 5.878, de 11 de maio de 1973. Dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 maio 1973. Seção 1, p. 4697. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: fev. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21 global*. Brasília, DF, [2016]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: fev. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *História*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/o-ministerio/historia>>. Acesso em: fev. 2016.

CAMARGO, A. de P. R. Conhecendo os dissidentes: os dados não estruturados do ENDEF e a configuração da pobreza no Brasil. In: SENRA, N. de C. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 4. cap. 6. Disponível em: <Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=231573>>. Acesso em: fev. 2016.

A COMIDA que o governo apaga das estatísticas. *Isto É*, Rio de Janeiro: Ed. Três, n. 458, 2 out. 1985.

EURICO de Andrade Neves Borba. In: IBGE. *Memória*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/galeria-da-presidentes/eurico-de-andrade-neves-borba.html>>. Acesso em: fev. 2016.

FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. *American Economic Review*, Nashville: American Economic Association, v. 62, n. 2, p. 391-402, May. 1972.

FREIRE, F. R. F. *Pré-censo*: algumas notas sobre os recursos para o processamento de dados nos recenseamentos do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 53 p. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 3). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23766.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Acervo do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eduardo-henrique-acioli-campos>>. Acesso em: fev. 2016.

IGREJA CATÓLICA. Papa, 2013- , Francisco. *Sobre o cuidado da casa comum*: carta encíclica Laudato si'. Roma, 24 maio 2015. 187 p. Solenidade de Pentecostes. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

MERCOSUL: sinopse estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1992-1999. Irregular. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=711>>. Acesso em: fev. 2016.

MINAYO, M. C. de S. Parga Nina: pesquisador e humanista. In: SENRA, N. de C. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 4. p. 217-225. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=231573>>. Acesso em: fev. 2016.

MOREIRA, M. Apresentação. *Boletim do Centro de Processamento de Dados*. Rio de Janeiro: IBGE, ano 1, n. 1, fev. 1962, p. 1. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=731>>. Acesso em: jan. 2016.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, 1939-. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=7115>>. Acesso em: fev. 2016.

RIBEIRO, M. L. (Org.). Biodiversidade terrestre. In: _____. *Reserva ecológica do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. v. 1. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=249522>>. Acesso em: fev. 2016.

SENRA, N. de C. Estatísticas formalizadas: 1972-2002. In: _____. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 4. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=231573>>. Acesso em: fev. 2016.

TABULAÇÕES avançadas do censo demográfico 1970: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 1971. 131 p. (Coleção Ibgeana. Recenseamento geral do Brasil 1970, 8). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv84447.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

CAPÍTULO SILVIO MINCIOTTI

BRASIL. In: MERCOSUL: inventário das estatísticas nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. v. 2. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv24467_v2.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

_____. Lei n. 5.878, de 11 de maio de 1973. Dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 maio 1973. Seção 1, p. 4697. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *História*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ acesso-a-informacao/institucional/o-ministerio/historia>>. Acesso em: fev. 2016.

DIAGNÓSTICO ambiental da Amazônia Legal: nota técnica. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81215.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Acervo do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eduardo-henrique-acioli-campos>>. Acesso em: fev. 2016.

MERCOSUL: sinopse estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1992-1999. Irregular. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=711>>. Acesso em: fev. 2016.

MINCIOTTI, S. *Discurso de posse*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 4 p.

_____. *Re: Pesquisa histórica no IBGE* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <senra@ibge.gov.br> em 25 maio 2007.

SILVIO Augusto Minciotti. In: IBGE. *Memória*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sintese-historicas/galeria-da-presidentes/eurico-de-andrade-neves-borba.html>>. Acesso em: fev. 2016.

THYGESEN, L. *Comercializando estatísticas oficiais sem vender a alma*. Tradução Djalma G. C. Pessoa. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 18 p. (Relatórios técnicos. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n. 8). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23999.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

_____. Marketing official statistics without selling its soul. In: SESSION OF THE INTERNATIONAL STATISTICAL INSTITUTE, 49., 1993, Firenze. *Bulletin of the International Statistical Institute*. Firenze: ISI, 1993. v. 2, p. 193-203.

CAPÍTULO SIMON SCHWARTZMAN

BRASIL EM NÚMEROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1992-. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72>>. Acesso em: fev. 2016.

BRASIL. Decreto n. 74.084, de 20 de maio de 1974. Aprova o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 112, n. 95, 21 maio 1974. Seção 1, p. 5773-5777. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Decreto n. 91.177, de 29 de março de 1985. Institui comissão nacional visando à reformulação da educação superior e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 123, n. 62, 1 abr. 1985. Seção 1, p. 5651. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Lei n. 8.691, de 28 de julho de 1993. Dispõe sobre o plano de carreiras para a área de ciência e tecnologia da administração federal direta, das autarquias e das fundações federais e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 131, n. 143, 29 jul. 1993. Seção 1, p. 10709-10712. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Lei n. 7.453, de 27 de dezembro de 1985. Modifica o artigo 27 e seus parágrafos da Lei n. 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei n. 3.257, de 2 de setembro de 1957, que dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 123, n. 249, 30 dez. 1985. Seção 1, p. 19289-19290. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Lei n. 7.525, de 22 de julho de 1986. Estabelece normas complementares para a execução do disposto no art. 27 da Lei n. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação da Lei n. 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 124, n. 138, 23 jul. 1986. Seção 1, p. 10881-10883. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Lei n. 11.355, de 19.10.2006. Dispõe sobre a criação da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz, do Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro, do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE e do Plano de Carreiras e Cargos do INPI; o enquadramento dos servidores originários... *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 143, n. 202, 20 out. 2006. Seção 1, p. 7-24. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Lei n. 93.189, de 29 de agosto de 1986. Regulamenta a Lei n. 7.525, de 22 de julho de 1986, que dispõe sobre a indenização a ser paga pela Petrobras e suas subsidiárias aos Estados e Municípios. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 124, n. 166, 1 de set. 1986. Seção 1, p. 13021. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Lei Complementar n. 143, de 17.07.2013. Altera a Lei Complementar n. 62, de 28 de dezembro de 1989, a Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) e a Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), para dispor sobre os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e revoga dispositivos da Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 150, n. 137, 18 jul. 2013. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *História*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/o-ministerio/historia>>. Acesso em: fev. 2016.

COMISSÃO EXTERNA PARA AVALIAÇÃO DOS VÍNCULOS DA ENCE COM O IBGE. *Relatório final*. Rio de Janeiro, 1986. Disponível em: <<https://archive.org/details/EscolaNacionalDeEstatistica>>. Acesso em: fev. 2016.

COMISSÃO NACIONAL PARA REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (Brasil). *Relatório final*. Brasília, 1985. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/comissao.htm>>. Acesso em: fev. 2016.

CONFEGE, Confest e Simpósio de Inovações: conferências e mesas redondas: sessões 26 a 32. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, I., 1996, Rio de Janeiro. *Trabalhos apresentados...* Rio de Janeiro: IBGE, 1996a. v. 6, t. 1. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=281531>>. Acesso em: fev. 2016.

_____. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, I., 1996, Rio de Janeiro. *Trabalhos apresentados...* Rio de Janeiro: IBGE, 1996b. v. 6, t. 1. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=281531>>. Acesso em: fev. 2016.

DESROSNIÈRES, A. Du singulier au general: l'information statistique et la construction de l'Etat. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, I., 1996, Rio de Janeiro. *Trabalhos apresentados...* Rio de Janeiro: IBGE, 1996a. v. 6, t. 1. Distribuído também em Português. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=281531>>. Acesso em: fev. 2016.

_____. Le territoire et la localité: deux langages statistiques. *Courrier des Statistiques*, n. 65, p. 49-58. Paris: Institut National de la Statistique et des Études Économiques - Insee, 1993.

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS. *Curso de desenvolvimento de habilidades em pesquisa - CDHP*. Rio de Janeiro: IBGE, [2016]. Disponível em: <<http://www.ence.ibge.gov.br/index.php/portal-cdhp>>. Acesso em: fev. 2016.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Acervo do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eduardo-henrique-acioli-campos>>. Acesso em: fev. 2016.

IBGE. *Comunicado sobre a manutenção do calendário inicial de divulgações da PNAD Contínua*. Rio de Janeiro, 2014. Destaque de 6 maio 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/destaques/2014_05_06_comunicado_pnadc.shtm>. Acesso em: jan. 2016.

_____. *Comunicado sobre a suspensão da divulgação da PNAD Contínua*. Rio de Janeiro, 2014. Destaque de 10 abr. 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/destaques/2014_04_10_comunicado_pnadc.shtm>. Acesso em: jan. 2016.

_____. *Relatório anual 1995*. Rio de Janeiro, 1996. 47 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/220/relatorio_anual_1995.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

_____. Resolução n. 15, de 21 de agosto de 1995. Institui a Comissão de Programa da III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia - CONFEGE. *Boletim de Serviço*, Rio de Janeiro, n. 1846, p. 2-3, 1 set. 1995.

_____. Resolução n. 16, de 21 de agosto de 1995. Institui a Comissão de Programa da IV Conferência Nacional de Estatística - CONFEST. *Boletim de Serviço*, Rio de Janeiro, n. 1846, p. 3, 1 set. 1995.

_____. Resolução n. 28, de 17 de novembro de 1995. Estabelece normas para acesso e uso dos dados produzidos pelo IBGE. *Boletim de Serviço*, Rio de Janeiro, n. 1854, p. 6-7, 26 dez. 1995.

_____. Resolução n. 29, de 24 de julho de 1986. Institui Comissão Externa para Avaliação dos Vínculos da ENCE com o IBGE. *Boletim de Serviço*, Rio de Janeiro, n. 1727, p. 1-2, 31 jul. 1986.

MARX, R. W. Geography and social, economic, and territorial information: applications and benefits of Tiger and the decennial census to data analysis. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 1., 1996, Rio de Janeiro. *Trabalhos apresentados...* Rio de Janeiro: IBGE, 1996b. v. 6, t. 1. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=281531>>. Acesso em: fev. 2016.

PINHO, A. M. de. Senso de aventura: na amostra dos 60 anos do IBGE, fotos das expedições que desbravaram o Brasil nas décadas de 40, 50 e 60. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 maio 1996. Domingo, p. 34-41.

PRINCÍPIOS fundamentais das estatísticas oficiais. Rio de Janeiro: IBGE, [2016]. 3 p. Recomendações adotadas pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, New York, 1994. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/principios_fundamentais_estatisticas.shtm>. Acesso em: jan. 2016.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, 1940-. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: dez. 2015.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, 1939-. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: dez. 2015.

SCHWARTZMAN, S. Apresentação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 1., 1996, Rio de Janeiro. *Sumário das publicações, relação de trabalhos apresentados e de autores e palestrantes*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996a. Disponível em: <<https://archive.org/details/sumariogeral>>. Acesso em: fev. 2016.

_____. Apresentação. In: STATISTICS CANADA. *Relatório sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994a. p. 2-3. Sumário executivo das recomendações do Statistics Canada para o IBGE, em missão realizada de 26 de agosto a 9 de setembro de 1994. Disponível em: <<https://archive.org/details/SumarioRecomendacoesStatisticsCanada>>. Acesso em: fev. 2016.

_____. *Cor, raça, discriminação e identidade social no Brasil*. Rio de Janeiro, 1998a. 4 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/CorRacaEDiscriminacao>>. Acesso em: fev. 2016.

_____. Os dinossauros de Roraima: ou a sociologia da ciência e da técnica de Bruno Latour. *Novos Estudos*, São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - Cebrap, n. 39, p. 172-179, jul. 1994b.

_____. O espelho do Brasil. In: IBGE. *Relatório anual 1995*. Rio de Janeiro, 1996b. p. 3-4. Apresentação. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/220/relatorio_anual_1995.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

_____. *Expansion and inclusiveness of statistics*. 1997. 7 p. Trabalho apresentado na 51ª sessão do International Statistical Institute - ISI, realizada em Istambul, 1997. Disponível em: <<https://archive.org/details/ExpansionAndInclusivenessOfStatistics>>. Acesso em: fev. 2016.

_____. *O futuro das estatísticas internacionais: uma visão do Sul*. 1998. 4 p. Trabalho apresentado na Conferência Conjunta da International Association of Survey Statisticians - IASS e da International Association for Official Statistics - IAOS, realizada em Aguascalientes, México, 1998b. Disponível em: <<https://archive.org/details/OFuturoDasEstatisticasInternacionaisUmaVisaoDoSul>>. Acesso em: fev. 2016.

- _____. O IBGE, o IPC-r, a inflação e as eleições. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 set. 1994c, p. 11. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/ipcr.htm>>. Acesso em: jan. 2016.
- _____. *O IBGE, quatro anos depois*. Rio de Janeiro, 1998c. Documento preparado para discussão com as autoridades federais. 8 p. Disponível em: <<https://archive.org/stream/Ibge4AnosDepois1998/4anos#page/no/mode/2up>>. Acesso em: fev. 2016.
- _____. In: INTERNET archive. San Francisco, 2016. Disponível em: <<https://archive.org/search.php?query=simonschwartzman>>. Acesso em: fev. 2016.
- _____. *Legitimidade, controvérsias e traduções em estatísticas públicas*. 1996. Versão revista do trabalho apresentado na Reunião Conjunta da Society for Social Studies of Science - 4S e da European Association for the Study of Science and Technology - EASST, realizada em Bielefeld, Alemanha, 1996c. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/estpub.htm>>. Acesso em: fev. 2016.
- _____. *O presente e o futuro do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. 34 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=224542>>. Acesso em: fev. 2016.
- _____. *Simon's site*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?lang=pt-br>>. Acesso em: fev. 2016.
- _____. *Transmissão de cargo da presidência do IBGE ao Dr. Sérgio Besserman Vianna*. Rio de Janeiro: IBGE, 25 jan. 1999. 4 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/TransmissaoDeCargoIbge>>. Acesso em: fev. 2016.
- SIMON Schwartzman. In: IBGE. *Memória*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sintese-historicas/galeria-da-presidentes/simon-schwartzman.html>>. Acesso em: fev. 2016.
- STATISTICS CANADA. *Relatório sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994a. 17 p. Sumário executivo das recomendações do Statistics Canadá para o IBGE, em missão realizada de 26 de agosto a 9 de setembro de 1994. Disponível em: <<https://archive.org/details/SumarioRecomendacoesStatisticsCanada>>. Acesso em: fev. 2016.
- _____. *Report on Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994b. 83 p. Missão realizada de 26 de agosto a 9 de setembro de 1994. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/statscan.htm>>. Acesso em: fev. 2016.
- WAGNER, P. Statistics, social science and democracy. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 1., 1996, Rio de Janeiro. *Trabalhos apresentados...* Rio de Janeiro: IBGE, 1996b. v. 6, t. 1. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=281531>>. Acesso em: fev. 2016.

CAPÍTULO SÉRGIO BESSERMAN

- ATLAS geográfico escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 1 atlas (200 p.). Escalas variam.
- ATLAS nacional do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 atlas. (262 p.). Escalas variam.
- BESSERMAN, S. *Discurso de assunção à presidência do IBGE, em 25 de janeiro de 1999*. Rio de Janeiro, 1999.
- BLAIR, T. Preface. In: STATISTICS: a matter of trust: a consultation document. London: Stationery Office, 1998. Documento apresentado ao Parlamento pela Secretaria de Economia do Tesouro, sob o comando de Sua Majestade. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/260823/report.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

BOMBAS no Riocentro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1981.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado. *Rio+10*: participação da sociedade em debates sobre metas para meio ambiente, pobreza e desenvolvimento sustentável dos países. Brasília, DF, 2012. Notícia de 17 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/rio10-participacao-da-sociedade-em-debates-sobre-metas-para-meio-ambiente-pobreza-e-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Decreto n. 2.652, de 01.07.1998. Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em Nova York, em 9 de maio de 1992. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 136, n. 124-E, 2 jul. 1998. Seção 2, p. 6. Disponível em: <<http://presidencia.gov.br/acervo/legislacao>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=134&catid=100&Itemid=433&lang=pt-BR>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *História*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/o-ministerio/historia>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria n. 164, de 20 de dezembro de 1999. Estabelece procedimentos com vistas à divulgação dos resultados de indicadores conjunturais produzidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 137, n. 243-E, 21 dez. 1999. Seção 1, p. 39. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/portaria.shtm>>. Acesso em: mar. 2016.

UMA FONTE chamada censo 2000. *Vou te Contar*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 8, p. 32-34, out. 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/revista8.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Acervo do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eduardo-henrique-acioli-campos>>. Acesso em: mar. 2016.

GASPARI, E. *Ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 576 p.

_____. *Ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 560 p.

_____. *Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 464 p.

_____. *Ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 512 p.

GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. 255 p.

IBGE mostra como o país melhorou em 7 anos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 abr. 2001, p. 1. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#/20010405-39251-nac-0001-pri-a1-not>>. Acesso em: mar. 2016.

IGREJA CATÓLICA. Papa, 2013- , Francisco. *Sobre o cuidado da casa comum*: carta encíclica Laudato si'. Roma, 24 maio 2015. 187 p. Solenidade de Pentecostes. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

INDICADORES de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 195 p. (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, n. 2). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv187.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

INDICATORS of sustainable development: framework and methodologies. New York: United Nations, Department for Policy Coordination and Sustainable Development, 1996. 428 p.

MICHAELLES, K. *O que está acontecendo com a nossa terra?* Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 35 p.

PAÍS termina anos 90 tão desigual como começou. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 abr. 2001, p. 1. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2001/04/05/2/>> . Acesso em: mar. 2016.

PEREIRA, R. F.; DOMINGUES, E. *O efeito estufa e as mudanças climáticas*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, 2000. 27 p.

PROJETO DE COOPERAÇÃO ESTATÍSTICA: União Européia - Mercosul. *Histórico*. Rio de Janeiro: IBGE, [2016]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/mercosul/2008/pt/presentacion_historico.php>. Acesso em: mar. 2016.

SÉRGIO Besserman Vianna. In: IBGE. *Memória*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sintese-historicas/galeria-da-presidentes/sergio-besserman-vianna.html>>. Acesso em: mar. 2016.

SÍNTESE de indicadores sociais 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 204 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 1). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82161.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

SÍNTESE de indicadores sociais 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 377 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 11). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1882.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

SPECIAL data dissemination standard - SDDS. Washington, DC: International Monetary Fund, [2016]. Disponível em: <<http://dsbb.imf.org/pages/sdds/home.aspx>>. Acesso em: mar. 2016.

STATISTICS: a matter of trust: a consultation document. London: Stationery Office, 1998. 41 p. Documento apresentado ao Parlamento pela Secretaria de Economia do Tesouro, sob o comando de Sua Majestade. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/260823/report.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

VIANNA, S. B. *A política econômica no segundo governo Vargas*. 1986. 2 v. Dissertação (Mestrado)- Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1986. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/premio/pri11.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

CAPÍTULO EDUARDO NUNES

BOLETIM INFORMATIVO. Rio de Janeiro: IBGE, n. 38, 31 ago 2011.

BOLETIM INFORMATIVO. Rio de Janeiro: IBGE, n. 79, 31 ago 2005.

BRASIL. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Brasília, DF, ano 104, n. 244, 27 out. 1966. Seção 1, p. 12451-12460. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Lei n. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Brasília, DF, ano 105, n. 28, 10 fev. 1967. Seção 1, p. 1657-1662. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 130, n. 136, 17 jul. 1992. Seção 1, p. 9449-9456. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 131, n. 116, 22 jun. 1993. Seção 1, p. 8269-8281. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei n. 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 141, n. 7, 12 jan. 2004. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Lei n. 11.355, de 19 de outubro de 2006. Dispõe sobre a criação da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz, do Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro, do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE e do Plano de Carreiras e... *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 143, n. 202, 20 out. 2006. Seção 1, p. 7-24. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Lei Complementar n. 59, de 22 de dezembro de 1988. Dá nova redação ao parágrafo 30 do Art. 91 da Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 126, n. 243, 23 dez. 1988. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria n. 15, de 27 de janeiro de 2005. Disciplina os procedimentos a serem observados na divulgação dos resultados de indicadores estruturais produzidos pelo IBGE. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 142, n. 20, 28 jan. 2005. Seção 1, p. 102-103. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/portaria_estrutural.shtml>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria n. 164, de 20 de dezembro de 1999. Estabelece procedimentos com vistas à divulgação dos resultados de indicadores conjunturais produzidos pelo IBGE. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 137, n. 243-E, 21 dez. 1999. Seção 1, p. 39. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/portaria.shtml>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria n. 167, de 5 de setembro de 2003. As informações relativas aos resultados de indicadores conjunturais produzidos pelo IBGE serão encaminhadas ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão com antecedência de 24h (vinte e quatro horas) ao horário fixado na Portaria 164/MP, de 20 de dezembro de 1999, para divulgação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 44, n. 173, 8 set. 2003. Seção 1, p. 48. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/portaria167.shtml>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria n. 355, de 5 de novembro de 2007. Estabelece procedimentos para a divulgação dos resultados de indicadores conjunturais produzidos pelo IBGE. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 144, n. 213, 6 nov. 2007. Seção 1, p. 54. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/portaria_minist.shtml>. Acesso em: mar. 2016.

BRASIL sedia mais importante congresso de estatística do mundo. In: PELOTAS 13 horas. Pelotas: Rádio Universidade Católica de Pelotas, 2015. Notícia de 13 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.pelotas13horas.com.br/noticia/brasil-sedia-mais-importante-congresso-de-estatistica-do-mundo-b40f60e1-d296-4a99-90e8-d832c52750a5>>. Acesso em: mar. 2016.

CENSO agropecuário, contagem da população: uma síntese das etapas das pesquisas. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 12 p. Título da capa: Censos 2007: uma síntese das etapas das pesquisas. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=239880>>. Acesso em: mar. 2016.

- CONTAGEM da população 2007. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 316 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: mar. 2016.
- ESTATÍSTICAS do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Acompanha 1 CD-ROM.
- GINI, C. *Variabilità e mutabilità*: contributo allo studio delle distribuzioni e delle relazioni statistiche. Bologna: P. Cuppini, 1912. 158 p.
- IBGE. *IBGE teen*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://teen.ibge.gov.br/>>. Acesso em: mar. 2016.
- _____. *Resolução do Conselho Diretor n. 3, de 25 de fevereiro de 2016*. Dispõe sobre o processo seletivo interno para titular de Unidade Estadual do IBGE. Rio de Janeiro, 2016.
- _____. *Resolução do Conselho Diretor n. 4, de 28 de março de 2003*. Altera a RCD 03/2003, que dispõe sobre o processo seletivo interno para titular de Unidade Estadual do IBGE. Rio de Janeiro, 2003.
- INFRAESTRUTURA NACIONAL DE DADOS ESPACIAIS. *sig Brasil*: portal brasileiro de dados geoespaciais. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.inde.gov.br>>. Acesso em: mar. 2016.
- JORNAL DO CENSO. Informativo do IBGE sobre os Censos 96. Rio de Janeiro: IBGE, ano 2, n. 6, 19 dez. 1996. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7264>>. Acesso em: mar. 2016.
- MATRIZ de insumo-produto: Brasil 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 203 p. (Série relatórios metodológicos, v. 7). Disponível em: <<http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv20775.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.
- MEU 1º atlas. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 1 atlas (147 p.). Acompanham 21 mapas dobrados referentes às Unidades da Federação.
- MODERNIZAÇÃO da agricultura no sudoeste de Goiás. Rio de Janeiro: IBGE: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, 1982. 163 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv12313.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.
- NUNES, E. P. *Sistema de contas nacionais*: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais do Brasil. 1998. 197 p. Tese (Doutorado)-Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000130671>>. Acesso em: mar. 2016.
- PESQUISA de orçamentos familiares 2002-2003: análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 76 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002analise/default.shtm>>. Acesso em: mar. 2016.
- PROJETO de reformulação das pesquisas domiciliares amostrais do IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, [2016]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/>>. Acesso em: mar. 2016.
- SENNA, N. de C. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006-2009. 4 v. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231573>>. Acesso em: mar. 2016.
- _____. (Org.). *Veredas de Brasília*: as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 195 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv44769.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

CAPÍTULO WASMÁLIA BIVAR

ALMEIDA, C. O IBGE não merece isso. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 set. 2014. Opinião. <<http://oglobo.globo.com/opiniaao/o-ibge-nao-merece-isso-14027960>>. Acesso em: abr. 2016.

ATLAS do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: abr. 2016.

BIVAR, W. S. B. *Aspectos da estrutura do desemprego no Brasil*: composição por sexo e duração. 1991. 117 p. Dissertação (Mestrado)-Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Premio_BNDES/199306_2.html>. Acesso em: abr. 2016.

_____. Somos alimentadores da democracia; não pode ter nenhum viés. *Brasil Econômico*, Rio de Janeiro, 2 set. 2013. Brasil, p. 4-7. Entrevista concedida a Ana Paula Grabois e Fernanda Nunes. Disponível em: <<http://brasileconomico.epaper.grupodia.com.br/contents/paper137807758295.pdf>>. Acesso em: abr. 2016.

BIVAR, W. S. B.; SILVA, P. L. N. Estatística e cidadania: indicadores permanecem ancorados na realidade do homem comum. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 ago. 2015. Opinião, p. 19. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniaao/estatistica-cidadania-17229702>>. Acesso em: abr. 2016.

BRASIL. Lei Complementar n. 143, de 17 de julho de 2013. Altera a Lei Complementar n. 62, de 28 de dezembro de 1989, a Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), para dispor sobre os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); e revoga dispositivos da Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 150, n. 137, 18 jul. 2013. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: abr. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *História*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/o-ministerio/historia>>. Acesso em: abr. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Portaria n. 336, de 22 de setembro de 2014*. Institui a Comissão de Especialistas para Avaliação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013 - CEPNAD. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 150, n. 183, 23 set. 2014. Seção 2, p. 50. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: abr. 2016.

_____. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos. Portaria Interministerial n. 424, de 6 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a criação do Comitê de Estatísticas Sociais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 144, n. 235, 7 dez 2007. Seção 1, p. 137. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: abr. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Portaria n. 702, de 22 de setembro de 2014. Designa Valdir Moyses Simão, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, SIAPE 0935832 ... *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 150, n. 183, 23 set. 2014. Seção 2, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: abr. 2016.

CARNEIRO, M.; SOARES, P. Discreta e dedicada, chefe do IBGE vira cara da crise. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 set. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/09/1523792-discreta-e-dedicada-chefe-do-ibge-vira-cara-da-crise.shtml>>. Acesso em: abr. 2016.

COMITÊ DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS. *Integrando as estatísticas sociais do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, [2016]. Disponível em: <<http://ces.ibge.gov.br/images/ces/FolderCESinternet.pdf>>. Acesso em: abr. 2016.

DEMÓGRAFA repudia investigação policial. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 set. 2014. Economia, p. 26. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/demografa-repudia-investigacao-policial-14052332>>. Acesso em: abr. 2016.

FREITAS, M. A. T. de. Os cinco últimos septênios da evolução estatística brasileira. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 15, p. 515-530, jul./set. 1943. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: abr. 2016.

GASPARI, E. A lição da doutora Wasmália. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 maio 2014. Opinião, p. 16. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opinia/a-lica-da-doutora-wasmalia-12402582>>. Acesso em: abr. 2016.

GEOGRAFIA do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1959-1968. 5 v. (Biblioteca geográfica brasileira. Série A).

_____. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. 5 v. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=213138>>. Acesso em: abr. 2016.

GESTÃO do território 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 118 p. Acima do título: Redes e Fluxos do Território. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes_fluxos/gestao_do_territorio_2014/default.shtm>. Acesso em: abr. 2016.

IBGE anuncia que cometeu erros na PNAD e que desigualdade diminuiu. Rio de Janeiro: Globo, 2014. Reportagem apresentada no Jornal Nacional em 19 set. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/09/ibge-anuncia-que-cometeu-erros-na-pnad-e-que-desigualdade-diminuiu.html>>. Acesso em: abr. 2016.

IBGE diz que houve 'erros graves' na PNAD. Rio de Janeiro: Globo, 2014. Reportagem apresentada no Jornal da Globo em 19 set. 2014. Disponível em: <<http://globoplay.globo.com/v/3641984/>>. Acesso em: abr. 2016.

IBGE. *Código de boas práticas das estatísticas do IBGE*. Rio de Janeiro, 2013. 48 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/codigo_boas_praticas.shtm>. Acesso em: abr. 2016.

_____. *Código de ética profissional do servidor público do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, [2014]. 7 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/documentos_institucionais.shtm>. Acesso em: abr. 2016.

_____. *Comunicado*. Rio de Janeiro, 2014. Destaque de 10 abr. 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/destaques/2014_04_10_comunicado_pnadc.shtm>. Acesso em: abr. 2016.

_____. *Comunicado sobre a PNAD contínua*. Rio de Janeiro, 2014. Destaque de 6 maio 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/destaques/2014_05_06_comunicado_pnadc.shtm>. Acesso em: abr. 2016.

_____. *IBGE informa erro nos resultados da PNAD 2013*. Rio de Janeiro, 2014. Notícia de 19 set. 2014. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&cidnoticia=2725&busca=1&t=ibge-informa-erro-resultados-pnad-2013>>. Acesso em: abr. 2016.

_____. *PNAD 2013 retrata mercado de trabalho e condições de vida no país*. Rio de Janeiro, 2014. Notícia de 26 set. 2014. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&cidnoticia=2722&busca=1&t=pnad-2013-retrata-mercado-trabalho-condicoes-vida-pais>>. Acesso em: abr. 2016.

_____. *Política de comunicação integrada*. 2.ed. Rio de Janeiro, 2016. 37 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/documentos_institucionais.shtm>. Acesso em: abr. 2016.

_____. *Política de segurança da informação e comunicações do IBGE - POSIC 2016*. Rio de Janeiro, 2015. 35 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/documentos_institucionais.shtm>. Acesso em: abr. 2016.

_____. *Resolução do Conselho Diretor n. 14, de 9 de junho de 2015*. Dispõe sobre o processo Seletivo Interno para Coordenadores do IBGE. Rio de Janeiro, 2015.

_____. *Resolução do Conselho Diretor n. 27, de 5 de dezembro de 2012*. Dispõe sobre o processo seletivo interno para titular de Unidade Estadual do IBGE. Rio de Janeiro, 2014.

JOGO RÁPIDO. Rio de Janeiro: Assibge - Sindicato Nacional, n. 320, 25 maio 2014. Disponível em: <<http://assibge.org.br/en/index.php/noticias/jogo-rapido-em-pdf/item/1031-jogo-r%C3%A1pido-320-em-pdf>>. Acesso em: abr. 2016.

LIGAÇÕES aéreas 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 61 p. Acima do título: Redes e Fluxos do Território. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes_fluxos/ligacoes_aereas_2010/default.shtm>. Acesso em: abr. 2016.

MUDANÇAS na cobertura e uso da terra: 2000-2010-2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 44 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94724.pdf>>. Acesso em: abr. 2016.

REGIÕES de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: abr. 2016.

SYSTEM of environmental-economic accountig for water. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2012. 197 p. (ST/ESA/STAT/SER.F/100). Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/envaccounting/seeaw/>>. Acesso em: abr. 2016.

UNITED NATIONS. Economic and Social Council. *Fundamental principles of official statistics*. New York, 2013. 2 p. (E/RES/2013/21). Endossa e reafirma os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais adotados pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, em 1994. Resolução adotada no 46th plenary meeting, 24 July 2013. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/dnss/gp/fundprinciples.aspx>>. Acesso em: abr. 2016.

n

omes citados nas entrevistas

Formas variantes / Nomes completos

EDMAR BACHA

Alexandre, Alexandre Rezende / Alexandre de Amaral Rezende
Arturzinho / Artur Ferreira da Silva Filho
Athayde / Antonio Carlos Austregésilo de Athayde
Caruso (Chico Caruso) / Francisco Paulo Hespanha Caruso
Charles Mueller / Charles Curt Mueller
Claudio Haddad / Claudio Luiz da Silva Haddad
Cláudio Salm / Cláudio Leopoldo Salm
Delfim / Antônio Delfim Netto
Dornelles / Francisco Oswaldo Neves Dornelles
Eduardo Augusto, Eduardo Augusto Guimarães / Eduardo Augusto de Almeida Guimarães
Fishlow / Albert Fishlow
Funaro / Dílson Domingos Funaro
Isaac / Isaac Kerstenetzky
Jessé, Jessé Montello / Jessé de Souza Montello
João Paulo Velloso / João Paulo dos Reis Velloso
Langoni / Carlos Geraldo Langoni
Lauro Viveiros de Castro / Lauro Sodré Viveiros de Castro
Marco Maciel / Marco Antônio de Oliveira Maciel
Mario Telles / Mario Aloysio Telles Ribeiro
Mauro / Mauro Pereira de Mello
McNamara / Robert Strange McNamara
Octávio Velho / Octávio Alves Velho
Paulo Haddad / Paulo Roberto Haddad
Prestes / Luís Carlos Prestes
Regis / Regis Bonelli
Sardenberg / Carlos Alberto Sardenberg
Sarney / José Sarney Costa
Sarney Filho / José Sarney Filho
Sayad / João Sayad
Suzana Muller / Suzana Pinheiro Machado Muller
Tancredo / Tancredo de Almeida Neves
Tasso / Tasso Ribeiro Jereissati
Ulysses Guimarães / Ulysses Silveira Guimarães

EDSON NUNES

Alexandre, Alexandre Rezende / Alexandre de Amaral Rezende
Alexandre Addor / Alexandre Addor Neto
Álvaro Valle / Álvaro Bastos do Valle
Andrea Calabi / Andrea Sandro Calabi
Aníbal, Aníbal Teixeira / Aníbal Teixeira de Souza

Bacha, Edmar, Edmar Bacha / Edmar Lisboa Bacha
 Celina, Celina do Amaral Peixoto / Celina Vargas do Amaral Peixoto
 Charles, Charles Mueller / Charles Curt Mueller
 Chico Lopes / Francisco Lopes
 Cláudio Considera / Cláudio Monteiro Considera
 Dilma / Dilma Vana Rousseff
 Djalma / Djalma Galvão Carneiro Pessoa
 Eduardo Augusto / Eduardo Augusto de Almeida Guimarães
 Francisco Luna / Francisco Vidal Luna
 Isaac / Isaac Kerstenetzky
 João, João Batista / João Batista de Abreu
 Kaizô / Kaizô Iwakami Beltrão
 Lúcia / Lúcia Hippolito
 Mauro / Mauro Pereira de Mello
 Miguel, Miguel Mubarak / Miguel Mubarak Heluy
 Miro Teixeira / Valdemiro Abdalla Teixeira
 Moreira Franco / Wellington Moreira Franco
 Nelson Carneiro / Nelson de Souza Carneiro
 Nelson Senra / Nelson de Castro Senra
 Nelson, Nelson Valle Silva / Nelson do Valle Silva
 Paulinho de Góes / Paulo de Góes Filho
 Paulo Tafner / Paulo Sérgio Braga Tafner
 Philippe Reichstul / Henri Philippe Reichstul
 Regis / Regis Bonelli
 Richard Norgaard / Richard B. Norgaard
 Sarney, José Sarney / José Sarney Costa
 Sayad, João / João Sayad
 Shirley / Shirley Soares
 Simon / Simon Schwartzman
 Waldenir / Waldenir Bragança
 Zé Guilherme, Zégui / José Guilherme Almeida dos Reis

CHARLES MUELLER

Álvaro Villalobos / Álvaro Gonzalez Villalobos
 Besserman, Sérgio Besserman / Sérgio Besserman Vianna
 Bevilaqua / José Sant'Anna Bevilaqua
 David / David Wu Tai
 Edmar, Edmar Bacha / Edmar Lisboa Bacha
 Edson Nunes / Edson de Oliveira Nunes
 Eduardo Augusto, Eduardo Augusto Guimarães, Eduardo Guimarães / Eduardo Augusto de Almeida Guimarães
 Lenildo / Lenildo Fernandes Silva
 Maílson, Maílson da Nóbrega / Maílson Ferreira da Nóbrega
 Manoel Antônio / Manoel Antônio Soares da Cunha
 Mauro Mello / Mauro Pereira de Mello
 Nelson Senra / Nelson de Castro Senra
 Ricardo Santiago / Ricardo Luís Santiago
 Suzana / Suzana Pinheiro Machado Mueller

EDUARDO AUGUSTO GUIMARÃES

Andre Médici / André Cézár Médici
Bacha, Edmar Bacha / Edmar Lisboa Bacha
Carmen Garcia / Carmen de Jesus Garcia
Celsius Lodder / Celsius Antonio Lodder
Charles Mueller / Charles Curt Mueller
Edson, Edson Nunes / Edson de Oliveira Nunes
Eduardo Teixeira / Eduardo de Freitas Teixeira
Gervásio / Gervásio Rodrigo Neves
Isaac / Isaac Kerstenetzky
Jarbas Passarinho / Jarbas Gonçalves Passarinho
Jessé Montello / Jessé de Souza Montello
João Maia / João da Silva Maia
João Santana / João Eduardo Cerdeira Santana
José Carlos de Macedo Soares / José Carlos de Macedo Soares
José Guilherme / José Guilherme Almeida dos Reis
Lenildo / Lenildo Fernandes Silva
Luiz Antônio Gonçalves / Luiz Antônio Andrade Gonçalves
Magdalena Cronemberger Góes / Magdalena Sophia Cronemberger de Araújo Góes
Macedo Soares / José Carlos de Macedo Soares
Manoel Antônio / Manoel Antônio Soares da Cunha
Marcílio / Marcílio Marques Moreira
Marilourdes / Marilourdes Lopes Ferreira
Mauro Mello / Mauro Pereira de Mello
Regis / Regis Bonelli
Rosa, Rosa Esteves / Rosa Maria Esteves Nogueira
Sérgio Besserman / Sérgio Besserman Vianna
Teixeira de Freitas / Mário Augusto Teixeira de Freitas
Wilson Távora / Wilson Távora Maia
Zélia Cardoso de Mello / Zélia Maria Cardoso de Mello

EURICO BORBA

Aécio / Aécio Neves da Cunha
Afonso Camargo / Afonso Alves de Camargo Neto
Amaro / Amaro da Costa Monteiro
Anníbal, Anníbal Villela / Anníbal Villanova Villela
Bacha, Edmar Bacha / Edmar Lisboa Bacha
Boa Nova / Sérgio Roberto Boa Nova
Messias / Carlos Messias Barbosa
Carmem / Carmem de Jesus Garcia
Célio Borja / Célio de Oliveira Borja
Cristovam Buarque / Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque
Delfim, Delfim Netto / Antônio Delfim Netto
Djalma / Djalma Galvão Carneiro Pessoa
Edson Nunes / Edson de Oliveira Nunes
Eduardo Augusto / Eduardo Augusto de Almeida Guimarães
Elson Mattos / Elson dos Santos Mattos
Emílio Médici, Médici / Emílio Garrastazu Médici

Everardo / Everardo Maciel
Faissol / Speridião Faissol
Fernando Henrique / Fernando Henrique Cardoso
Fernando Lyra / Fernando Soares Lyra
Fishlow / Albert Fishlow
Francisco Cronje / Francisco Cronje Bezerra da Silveira
Franco Montoro, Montoro / André Franco Montoro
Geisel / Ernesto Beckmann Geisel
Isaac / Isaac Kerstenetzky
Jane, Jane Souto / Jane Maria Pereira Souto de Oliveira
Laércio / Laércio Dias de Moura
Lyra Madeira / João Lyra Madeira
Marcílio / Marcílio Marques Moreira
Marco, Marco Maciel / Marco Antônio de Oliveira Maciel
Mário Covas / Mário Covas Júnior
Maristela / Maristela Afonso de André
Nascimento Araújo / José Nascimento Araújo Filho
Newton Cruz / Newton de Araújo de Oliveira e Cruz
Olinto / Antonio César Olinto de Oliveira
Parga Nina / Luiz Affonso Parga Nina
Pedro Parente / Pedro Pullen Parente
Regina / Regina Maria Lima Garcia
Renato, Renato Archer / Renato Bayma Archer da Silva
Sarney / José Sarney Costa
Sebastião / Sebastião de Oliveira Reis
Simonsen / Mário Henrique Simonsen
Tancredo / Tancredo de Almeida Neves
Teresa Cristina / Teresa Cristina Nascimento Araújo
Tobias / Tobias Rosa Neto
Ulysses, Ulysses Guimarães / Ulysses Silveira Guimarães
Velloso / João Paulo dos Reis Velloso
Yeda / Maria Yeda de Menezes Reis
Yeda Crusius / Yeda Rorato Crusius

SILVIO MINCIOTTI

Djalma / Djalma Galvão Carneiro Pessoa
Maria Helena / Maria Helena Piquet Carneiro
Mário Covas / Mário Covas Júnior
Nelson Senra / Nelson de Castro Senra
Sérgio Boa Nova / Sérgio Roberto Boa Nova
Teixeira de Freitas / Mário Augusto Teixeira de Freitas

SIMON SCHWARTZMAN

Beni Veras / Benedito Clayton Veras Alcântara
Ciro Gomes / Ciro Ferreira Gomes
Clinton / William Jefferson Clinton (Bill Clinton)

Edmar, Edmar Bacha / Edmar Lisboa Bacha
Faissol / Speridião Faissol
Fernando Henrique / Fernando Henrique Cardoso
Franco Montoro / André Franco Montoro
Itamar, Itamar Franco / Itamar Augusto Cautiero Franco
Ivan, Ivan Fellegi / Ivan Peter Fellegi
Jobim / Nelson Azevedo Jobim
José Sarney / José Sarney Costa
Lula / Luiz Inácio Lula da Silva
Marco Maciel / Marco Antônio de Oliveira Maciel
Nuno Bittencourt / Nuno Duarte da Costa Bittencourt
Pelúcio / José Pelúcio Ferreira
Ricupero / Rubens Ricupero
Ruth / Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso
Sérgio Amaral / Sérgio Silva do Amaral
Silvio Minciotti / Silvio Augusto Minciotti
Tancredo Neves / Tancredo de Almeida Neves
Teixeira de Freitas / Mário Augusto Teixeira de Freitas
Vilmar Faria / Vilmar Evangelista Faria

SÉRGIO BESSERMAN

Bussunda / Cláudio Besserman Vianna
David / David Wu Tai
Eduardo, Eduardo Nunes / Eduardo Pereira Nunes
Fellegi / Ivan Peter Fellegi
Fernando Abrantes / Fernando José de Araújo Abrantes
Fernando Henrique / Fernando Henrique Cardoso
Gazza, Gazzaneo, Luiz Gazzaneo / Luiz Mario Gazzaneo
Juvenal Osório / Juvenal Osório Gomes
Kaizô Beltrão / Kaizô Iwakami Beltrão
Lídia Vales / Lídia Vales de Souza
Luiz Antônio / Luiz Antônio Pinto de Oliveira
Lula / Luiz Inácio Lula da Silva
Mantega / Guido Mantega
Martha, Martha Mayer / Maria Martha Malard Mayer
Millôr Fernandes / Millôr Viola Fernandes
Nelson, Nelson Senra / Nelson de Castro Senra
Nuno, Nuno Bittencourt / Nuno Duarte da Costa Bittencourt
Paulo Vales / Paulo Roberto Vales de Souza
Pedro Malan / Pedro Sampaio Malan
Raul, Raul Jungmann / Raul Belens Jungmann Pinto
Ruth Cardoso / Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso
Ryten / Jacob Ryten
Simon / Simon Schwartzman
Teixeira de Freitas / Mário Augusto Teixeira de Freitas
Vilmar, Vilmar Faria / Vilmar Evangelista Faria
Wasmália Bivar / Wasmália Socorro Barata Bivar
Zélia Bianchini / Zélia Magalhães Bianchini

EDUARDO NUNES

Armely Maricato / Armely Therezinha Maricato
Carlos Alberto Pires de Albuquerque / Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque Júnior
Celso Furtado / Celso Monteiro Furtado
Eduardo Augusto / Eduardo Augusto de Almeida Guimarães
Eduardo Campos / Eduardo Henrique Acioli Campos
Gazzaneo / Luiz Mario Gazzaneo
Graziano da Silva / José Francisco Graziano da Silva
Hoffmann / Rodolfo Hoffmann
João Bernardo / João Bernardo de Azevedo Bringel
José Carlos Miranda / José Carlos Rocha Miranda
Luís Inácio Adams / Luís Inácio Lucena Adams
Luiz Paulo / Luiz Paulo Souto Fortes
Lula / Luiz Inácio Lula da Silva
Mantega / Guido Mantega
Marcia Quintslr / Marcia Maria Melo Quintslr
Martha Mayer / Maria Martha Malard Mayer
Paulo Bernardo / Paulo Bernardo Silva
Sérgio, Sérgio Besserman / Sérgio Besserman Vianna
Sérgio Côrtes / Sérgio da Costa Côrtes
Sérgio Mendonça / Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça
Simon / Simon Schwartzman
Sonia Val / Sonia Val Dias
Wasmália Bivar / Wasmália Socorro Barata Bivar

WASMÁLIA BIVAR

Armando Monteiro / Armando de Queiroz Monteiro Neto
Denise, Denise Britz / Denise Britz do Nascimento Silva
Gilda Santiago / Gilda Maria Cabral Santiago
Gleisi Hoffmann / Gleisi Helena Hoffmann
Magdalena Cronemberger / Magdalena Sophia Cronemberger de Araújo Góes
Marcia, Marcia Quintslr / Marcia Maria Melo Quintslr
Wadih, Wadih Scandar / Wadih João Scandar Neto
Zélia Bianchini / Zélia Magalhães Bianchini



Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai

Planejamento e coordenação técnica geral da obra

Nelson de Castro Senra

Silvia Maia Fonseca

Teresa Cristina Millions

Edição de vídeo

Paulo Gregory

Mônica Marli

Filmagem

José Luiz Felix

Revisão de texto das entrevistas

Luciana Bastos Figueiredo (Consultora)

Colaboradores

Francisco Alchorne (DPE)

Leila Regina Ervatti (DPE)

Luiz Bello (CCS)

Mariana Viveiros (CCS)

Projeto Editorial

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Katia Vaz Cavalcanti

Estruturação textual

Fernanda Jardim

Marisa Sigolo

Diagramação textual

Simone Mello

Programação visual

Simone Mello

Pesquisa iconográfica

Luiz Arbex

Simone Mello

Tratamento de imagens

Luiz Arbex

Gerência de Documentação

Ana Raquel Gomes da Silva

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva

Edgar de Albuquerque Santanna (Estagiário)

Elizabeth de Carvalho Faria

Karina Pessanha da Silva (Estagiária)

Lioara Mandoju

Nadia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

EDMAR BACHA
EDSON NUNES
CHARLES MUELLER
EDUARDO AUGUSTO GUIMARÃES
EURICO BORBA
SILVIO MINCIOTTI
SIMON SCHWARTZMAN
SÉRGIO BESSERMAN
EDUARDO PEREIRA NUNES
WASMÁLIA BIVAR

De dentro do Gabinete, no centro do Rio de Janeiro, eles viveram desafios e moldaram uma das instituições mais antigas do País. Este livro apresenta a trajetória do IBGE, contada pelos 10 últimos Presidentes do Instituto no período de 1985 a 2015: de Edmar Bacha a Wasmália Bivar.

